

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA
E CULTURA JAPONESA

RAFAEL SPOSITO

Dantei no jodôshi e a predicação nominal na língua japonesa
Os clássicos ‘nari’ e ‘tari’ e os modernos ‘da’, ‘desu’ e ‘dearu’

São Paulo

2023

RAFAEL SPOSITO

***Dantei no jodôshi* e a predicação nominal na língua japonesa
Os clássicos ‘*nari*’ e ‘*tari*’ e os modernos ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Letras

Área de Concentração: Língua, Literatura e Cultura Japonesa

Orientadora: Profa. Dra. Eliza Atsuko Tashiro Perez

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S762d Sposito, Rafael
Dantei no jodôshi e a predicação nominal na língua japonesa: os clássicos nari e tari e os modernos da, desu e dearu / Rafael Sposito; orientadora Eliza Atsuko Tashiro-Perez - São Paulo, 2023.
389 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de concentração: Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

1. Língua japonesa. 2. Predicado. 3. Terminologia.
I. Tashiro-Perez, Eliza Atsuko, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

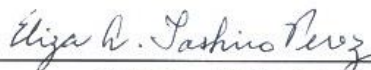
Nome do (a) aluno (a): RAFAEL SPOLITO

Data da defesa: 03 / 02 / 2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): ELIZA ATSUKO TASHIRO PEREZ

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 31 / 03 / 2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Eliza e todos os professores do curso de Letras – Japonês da Universidade de São Paulo (USP), aos colegas do curso, aos amigos, à família, à Narumi Ito, pelos materiais enviados do Japão, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro concedido através do processo nº 2019/16814-3.

「自分の心で感じたままに物語を動かす時だ」
(Final Fantasy X, Auron)

「造ったのはあんたなんですよ！？最後まで責任持ちなさいよッ」
(Evangelion, Misato)

「英雄様ともあろうものが、ずいぶん時間がかかったじゃないか」
(Final Fantasy XIV, Emet-Selch)

RESUMO

SPOSITO, Rafael. *Dantei no jodôshi e a predicação nominal na língua japonesa: os clássicos ‘nari’ e ‘tari’ e os modernos ‘da’, ‘desu’ e ‘dearu’*. 2022. 389 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Na linguística ocidental, o conceito de cópula se refere a elementos, tais como o verbo ‘ser’ do português, cuja função seria a de exercer uma ligação entre o sujeito da frase e um predicado de natureza nominal. Na língua japonesa, construções desse tipo costumam conter a presença de elementos tais como ‘da’ e ‘desu’, a que alguns gramáticos nativos se referem como *dantei no jodôshi* ou *shitei no jodôshi*, entre outras denominações, e que, em trabalhos em língua portuguesa, têm sido apresentados como *auxiliares verbais de asserção*. Levando em especial consideração as dificuldades que se impõem à tentativa de conciliação entre os paradigmas linguísticos ocidentais e a tradição japonesa de estudos vernaculares da língua nativa, representada pelas correntes conhecidas como *kokugogaku* e *nihongogaku*, esta pesquisa teve como objetivos: verificar a semelhança entre o funcionamento gramatical dos *dantei no jodôshi* e os de conceitos semelhantes da tradição ocidental de estudos linguísticos, como a *cópula* e os *verbos de ligação*; a compreensão dos diferentes elementos referidos como *dantei no jodôshi*, buscando descrever como se deu a sua formação, assim como esclarecer os diferentes efeitos produzidos por sua utilização; a revisão das diferentes terminologias utilizadas para se referir a esses elementos, além de suas possíveis traduções em língua portuguesa. Como resultados, foi possível: 1 – compreender a classe gramatical que os japoneses reconhecem como *jodôshi*, da qual os *dantei no jodôshi* seriam um subtipo, como sendo elementos auxiliares que acrescentam sentidos como tempo e aspecto ao predicado; 2 – compreender o conceito a que os japoneses se referem por “*dantei*” como a expressão de um posicionamento do falante atestando a validade do enunciado, de maneira semelhante à noção de *juízo assertivo* da filosofia ocidental; 3 – compreender, em perspectiva diacrônica, a evolução do predicado nominal da língua japonesa a partir do desenvolvimento dos *dantei no jodôshi*; 4 – captar a natureza dos diferentes tipos de *dantei no jodôshi*, analisando-se suas formas de utilização e esclarecendo, em alguma medida, seu comportamento de atuar, em determinadas situações, como elementos de modalidade.

Palavras-chave: língua japonesa. *dantei no jodôshi*. cópula. predicação nominal. terminologia gramatical.

ABSTRACT

SPOSITO, Rafael. *Dantei no jodôshi and the nominal predication in the Japanese language: the classical ‘nari’ and ‘tari’ and the modern ‘da’, ‘desu’ and ‘dearu’*. 2022. 389 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

In western linguistics, the concept of copula refers to items, such as the English verb ‘be’, whose function would be operating a connection between the subject of the sentence and a noun type predicate. In Japanese language, such constructions normally contain items such as ‘da’ or ‘desu’, to which some native grammars refer as *dantei no jodôshi* or *shitei no jodôshi*, among other denominations, which, in Portuguese language works, have been usually presented as *assertion verbal auxiliaries*. Taking in special account the obstacles that rise when seeking the conciliation of the differences between western linguistics models and the Japanese tradition of vernacular studies of its native language, represented by the branches known as *kokugogaku* and *nihongogaku*, this research had the following objectives: check the similarities between the grammatical behavior of the *dantei no jodôshi* to that of similar concepts of the western tradition of linguistic studies, such as the *copula* and the *linking verbs*; the comprehension of the various items referred to as *dantei no jodôshi*, seeking to describe the process of their formation, as well as the clarification of the different effects that result from their usage; reviewing the various terminologies used to refer to these items, as well as their possible translations to Portuguese language. As results, it was possible to: 1 – comprehend the grammatical class that the Japanese recognize as *jodôshi*, of which the *dantei no jodôshi* would be seen as a subtype, as auxiliary items that add features such as tense and aspect to the predicate; 2 – comprehend the concept to which the Japanese refer to as “*dantei*” as being the expression of an attitude of the speaker attesting the validity of the content of the enunciation, in a similar way as the notion of *assertive judgement* from the western philosophy; 3 – comprehend, in diachronic perspective, the evolution of Japanese language nominal predicate, from the development of the *dantei no jodôshi*; 4 – capture the nature of the different types of *dantei no jodôshi*, analyzing their forms of use and clarifying, to some extent, their behavior of acting, in certain situations, as items of modality.

Keywords: Japanese language. *dantei no jodôshi*. copula. nominal predication. grammatical terminology.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de <i>jodôshi</i> por significado.....	61
Tabela 2 – Classificação taxionômica dos elementos do discurso da língua japonesa	68
Tabela 3 – Sugestões de tradução para “ <i>jodôshi</i> ”	192
Tabela 4 – Classificação dos <i>jodôshi</i> de Minoru Watanabe	206
Tabela 5 – Ocorrências de ‘zo’ e ‘nari’ de <i>dantei</i> em obras dos períodos Nara e Heian	234
Tabela 6 – Ocorrências de ‘nari’/‘ni ari’ no <i>Kojiki</i> e <i>Nihon Shoki</i> , por forma flexional	239
Tabela 7 – Ocorrências de ‘nari’/‘ni ari’ no <i>Man’yôshû</i> , por forma flexional	240
Tabela 8 – Flexões do <i>dantei</i> no <i>jodôshi</i> なり ‘nari’	244
Tabela 9 – Flexões do <i>dantei</i> no <i>jodôshi</i> たり ‘tari’	254
Tabela 10 – Flexões do <i>dantei</i> no <i>jodôshi</i> だ ‘da’	269
Tabela 11 – Flexões do <i>dantei</i> / <i>teinei</i> no <i>jodôshi</i> です ‘desu’	289
Tabela 12 – Flexões do <i>dantei</i> no <i>jodôshi</i> である ‘dearu’	301

SUMÁRIO

NOTAS PRELIMINARES E CONVENÇÕES	15
TRANSLITERAÇÃO PARA O ALFABETO LATINO	15
REPRODUÇÃO DE FRASES DE EXEMPLO EM LÍNGUA JAPONESA.....	16
Símbolos utilizados	17
INTRODUÇÃO	19
CONTEXTUALIZAÇÃO	19
OBJETIVOS DO TRABALHO E JUSTIFICATIVA	26
MATERIAIS E MÉTODOS	28
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	31
1. APRESENTAÇÃO DE ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS	33
1.1. <i>KOKUGOGAKU</i> , <i>NIHONGOGAKU</i> E <i>GENGOGAKU</i>	33
1.2. 詞 <i>SHI</i> , 辞 <i>JI</i> , LEXICAL E FUNCIONAL	41
1.3. VERBOS, SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS NA LÍNGUA JAPONESA.....	45
1.4. A CLASSIFICAÇÃO GRAMATICAL JAPONESA E O <i>JODÔSHI</i>	55
1.5. 断定の助動詞 <i>DANTEI NO JODÔSHI</i> , PREDICAÇÃO NOMINAL.....	69
1.6. PROBLEMAS E OBJETIVOS DO TRABALHO	79
2. A PREDICAÇÃO NOMINAL NA TRADIÇÃO LINGUÍSTICA OCIDENTAL.....	85
2.1. INTRODUÇÃO: APRESENTANDO A CÓPULA	85
2.2. OS FILÓSOFOS GREGOS E O SURGIMENTO DA NOÇÃO DE PREDICAÇÃO.....	92
2.3. CÓPULA E PREDICAÇÃO NA FILOSOFIA	97
2.4. CÓPULA E PREDICAÇÃO NA LINGUÍSTICA	104
2.5. SÍNTESE	111
3. O PONTO DE VISTA DA CÓPULA NA LÍNGUA JAPONESA: A TEORIA DE TOMIKO NARAHARA	113
3.1. INTRODUÇÃO	113
3.2. A CÓPULA E A LÍNGUA JAPONESA	116
3.3. ALGUMAS QUESTÕES MORFOLÓGICAS DA LÍNGUA JAPONESA.....	120
3.4. CÓPULAS DO JAPONÊS CLÁSSICO	125

3.4.1. ‘Zo’	126
3.4.2. ‘Nari’/‘ni ari’	131
3.5. CÓPULAS DO JAPONÊS MODERNO.....	134
3.5.1. ‘De aru’, ‘desu’	134
3.5.2. ‘Da’	136
3.6. FUNÇÕES DISCURSIVAS DE ‘DA’	146
3.7. SÍNTESE	150
4. O JODÔSHI E O DANTEI NO JODÔSHI NA LINGUÍSTICA JAPONESA.....	153
4.1. INTRODUÇÃO	153
4.2. CONCEITUANDO O 助動詞 JODÔSHI.....	154
4.2.1. O surgimento do <i>jodôshi</i> como conceito gramatical	155
4.2.2. A penetração do <i>jodôshi</i> na tradição gramatical japonesa.....	162
4.2.3. O <i>jodôshi</i> e seus problemas: buscando uma definição	170
4.2.3.1. Diferenças em relação aos verbos auxiliares	172
4.2.3.2. Diferenças em relação aos sufixos	174
4.2.3.3. Diferenças em relação às partículas finais <i>shûjoshi</i>	181
4.2.3.4. Síntese – como definir o <i>jodôshi</i> ?	186
4.2.4. Traduzindo “ <i>jodôshi</i> ”: “auxiliar verbal” e outras possibilidades	188
4.3. CONCEITUANDO O 断定の助動詞 DANTEI NO JODÔSHI.....	193
4.3.1. <i>Shitei</i> e <i>dantei</i> para os gramáticos japoneses.....	193
4.3.2. Do <i>setsumei sonzaishi</i> de Yamada ao <i>hanteishi</i> de Watanabe	200
4.3.3. Pensando a definição e a tradução de “ <i>dantei no jodôshi</i> ”	208
4.4. SÍNTESE	214
5 . DANTEI NO JODÔSHI: CARACTERÍSTICAS E UTILIZAÇÕES.....	219
5.1. INTRODUÇÃO	219
5.1.1. As flexões da língua japonesa	219
5.2. OS DANTEI NO JODÔSHI DO JAPONÊS CLÁSSICO	225
5.2.1. Os primórdios: ぞ ‘zo’ como expressão de <i>dantei</i>	226
5.2.2. <i>Dantei no jodôshi</i> なり ‘nari’	236
5.2.2.1. Etimologia.....	236
5.2.2.2. Flexões e conexões.....	242
5.2.2.3. Comentário.....	249

5.2.3. <i>Dantei no jodôshi</i> たり ‘tari’	251
5.2.3.1. Etimologia.....	251
5.2.3.2. Flexões e conexões	253
5.2.3.3. Comentário	258
5.2.4. にてあり ‘ni te ari’ e a transição para as formas modernas.....	260
5.3. OS DANTEI NO JODÔSHI DO JAPONÊS MODERNO	265
5.3.1. <i>Dantei no jodôshi</i> だ ‘da’	266
5.3.1.1. Etimologia.....	266
5.3.1.2. Flexões e conexões	268
5.3.1.3. Discussão	277
5.3.2. <i>Dantei / teinei no jodôshi</i> です ‘desu’	285
5.3.2.1. Etimologia.....	285
5.3.2.2. Flexões e conexões	288
5.3.2.3. Discussão	294
5.3.3. <i>Dantei no jodôshi</i> である ‘dearu’	297
5.3.3.1. Etimologia.....	298
5.3.3.2. Flexões e conexões	300
5.3.3.3. Discussão	308
5.4. BREVE APRESENTAÇÃO DAS FORMAS DE TRATAMENTO	311
5.5. SÍNTESE	318
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	323
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	327
REPRODUÇÃO EM CARACTERES JAPONESES DA BIBLIOGRAFIA EM LÍNGUA JAPONESA	336
FONTES UTILIZADAS PARA EXEMPLIFICAÇÃO.....	340
ANEXO – TRADUÇÕES DE DEFINIÇÕES RETIRADAS DE DICIONÁRIOS DE LINGUÍSTICA JAPONESES	343
DEFINIÇÃO DE <i>JI</i> (<i>Kokugogaku Jiten</i>).....	343
DEFINIÇÃO DE <i>YÔGEN</i> (<i>Kokugogaku Daijiten</i>)	347
DEFINIÇÃO DE <i>JUTSUGO</i> (<i>Kokugogaku Daijiten</i>).....	354
DEFINIÇÃO DE <i>JODÔSHI</i> (<i>Kokugogaku Jiten</i>)	357

DEFINIÇÃO DE DANTEI NO JODÔSHI (<i>Kokugogaku Kenkyû Jiten</i>)	366
DEFINIÇÃO DE DANTEI (<i>Nihongo Bunpô Daijiten</i>)	375
DEFINIÇÃO DE SHITEI HYÔGEN (<i>Kokugogaku Daijiten</i>).....	382
DEFINIÇÃO DE CÓPULA (<i>Kokugogaku Jiten</i>)	388

NOTAS PRELIMINARES E CONVENÇÕES

TRANSLITERAÇÃO PARA O ALFABETO LATINO

As palavras japonesas reproduzidas ao longo deste trabalho – como no caso de termos técnicos não traduzidos ou frases usadas para exemplificação, além de nomes de autores ou de obras – serão transliteradas para o alfabeto latino com base no **sistema Hepburn modificado**¹, porém, utilizando-se o acento circunflexo, e não o sinal de mácron, para a representação das sílabas prolongadas.

Os termos e expressões de origem **japonesa** reproduzidos ao longo do texto, e que sejam considerados como não lexicalizados em língua portuguesa, serão apresentados, quando da sua primeira ocorrência, utilizando-se caracteres japoneses – *kanji*, *hiragana* e/ou *katakana* –, seguidos da transliteração para o alfabeto latino. Exemplo: 助動詞 *jodôshi*.

A partir da segunda ocorrência no mesmo capítulo, cada termo será apresentado somente com a transliteração para o alfabeto latino, passando a ser omitida a grafia em caracteres japoneses. Exemplo: *jodôshi*.

Os termos e/ou expressões repetidos poderão voltar a ser reproduzidos também com os caracteres japoneses quando houver mudança de capítulo, ou em casos em que se apresenta/discute a definição do termo e/ou de termos relacionados.

Para os termos do **japonês clássico**, quanto à grafia em caracteres *hiragana* ou *katakana*, será aqui utilizada sua grafia histórica em língua japonesa, 歴史的仮名遣い *rekishiteki kanazukai*. Quanto à transliteração para o alfabeto latino, será apresentada a transliteração da grafia histórica seguida da transliteração, entre colchetes, do que seria sua grafia moderna, 現代仮名遣い *gendai kanazukai*, conforme as regras instituídas em 1946, e revisadas em 1986 pelo governo japonês. Exemplo: さふらふ *safuraru* [sôrô].

Nos casos em que não houver divergência entre a grafia histórica e a grafia moderna, será apresentada apenas uma transliteração. Exemplo: はべり *haberi*.

¹ As diretrizes para o sistema Hepburn modificado de romanização podem ser encontradas no endereço: <http://www.loc.gov/catdir/cps/romanization/japanese.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

REPRODUÇÃO DE FRASES DE EXEMPLO EM LÍNGUA JAPONESA

A reprodução de frases de exemplo em língua japonesa seguirá, neste trabalho, a estrutura exemplificada a seguir:

(8) これはツァラトストラの詩人ニイチェです。(Akutagawa, *Kappa*)

Kore wa tsaratosutora no shijin niiche desu.

Este / TÓPICO / Zaratustra / GENITIVO / poeta / Nietzsche / {DESU}

“Este é Nietzsche, o poeta de Zaratustra.”²

Na **primeira linha**, será apresentada a frase original com sua grafia em caracteres japoneses. Entre parênteses, ao final da linha, será reproduzido, quando pertinente, o nome do autor e/ou da obra de onde foi extraída a frase, de modo a identificar sua origem.

Um detalhamento de autores e obras utilizadas para a exemplificação será apresentado na seção final deste documento, após as referências bibliográficas.

Na **segunda linha**, será apresentada, em itálico, a transliteração da frase em caracteres latinos, conforme as regras apontadas na subseção anterior.

Ainda que em desconformidade com sistema Hepburn, por vezes, a combinação de dois ou mais termos pode aparecer hifenizada, de modo que, na tradução termo a termo da **terceira linha**, sejam considerados como um único termo composto.

Na **terceira linha**, será apresentada uma explicação termo a termo dos elementos da frase. Cada palavra reproduzida na segunda linha (em que estavam divididas por espaço comum) será isolada nesta terceira linha utilizando-se barras (caractere ‘/’).

No caso de termos ou segmentos nocionais/lexicais da língua japonesa, será fornecida uma tradução em capitalização regular (letras minúsculas, podendo-se iniciar em maiúscula, no caso da primeira palavra da frase, ou no caso de nomes próprios). No exemplo acima, seriam “Este” como tradução de “*Kore*” ou “poeta” como tradução de “*shijin*” etc.

Já os termos ou segmentos funcionais/gramaticais terão a indicação de sua função gramatical reproduzida totalmente em maiúsculas. No exemplo acima, “TÓPICO” indica que “*wa*” teria a funcionalidade de marcar o tópico da frase, e “GENITIVO” indica que “*no*” atuaria como marcador de caso genitivo.

Ainda, os segmentos entre chaves (caracteres ‘{’ e ‘}’), que estarão, também, totalmente em maiúsculas, como o caso de “{DESU}” do exemplo acima, são segmentos cujas

² Tradução adaptada de Shintaro Hayashi, (AKUTAGAWA, 2010, p. 66).

significações sejam aqui consideradas incertas e/ou problemáticas e devem estar em discussão ao longo deste trabalho, de modo que serão, nas frases de exemplo, mantidos conforme a pronúncia original japonesa, sem que sejam fornecidas possíveis traduções ou indicações de possíveis funcionalidades gramaticais.

Na **quarta linha**, será fornecida uma tradução sugerida da frase, que poderá conter adaptações visando torná-la natural em língua portuguesa.

Nos casos em que se fizer necessário, será informada uma tradução literal, indicada pela marcação “(lit.)”, junto com a tradução adaptada. Quando não se for possível obter uma tradução adequada que reproduza os elementos gramaticais originais que se busque destacar, será apresentada uma tradução aproximada, indicada pela marcação “(aprox.)”.

Quando estiver sendo usada tradução de autoria de um tradutor terceiro, este será indicado em nota de rodapé.

Por fim, segmentos da frase de exemplo podem ser destacados visando chamar a atenção do leitor. Neste caso, serão marcados em negrito e sublinhado na primeira linha, como o caso de “です”, do exemplo acima, sendo também destacados, apenas com sublinhado, os segmentos correspondentes nas linhas de baixo. Pode haver casos, entretanto, em que segmentos destacados acabem não tendo correspondentes na tradução adaptada ao português, na quarta linha.

Símbolos utilizados

As frases de exemplo podem vir antecedidas pelos símbolos *, # ou ??, cujas significações estão descritas abaixo:

* = indica que a frase é agramatical;

= indica que a frase, ainda que seja gramatical, é tomada como inapropriada pelos falantes do idioma;

?? = indica que a frase, ainda que seja gramatical, causa estranheza aos falantes do idioma.

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

Na língua portuguesa, frases como “eu sou estudante” são tradicionalmente classificadas como possuindo um predicado nominal, partindo-se do ponto de vista de que o verbo ‘ser’ não seria um verbo transitivo ou intransitivo, mas um *verbo de ligação*, que não poderia atuar como núcleo do predicado, já que teria a função de estabelecer uma ligação entre o sujeito da frase e um elemento nominal, que, este sim, seria tomado como núcleo do predicado.

Na língua japonesa, em que não há um verbo que corresponda ao ‘ser’ das línguas de origem indo-europeia, uma frase semelhante, contendo predicado nominal, pode ser expressa de diferentes maneiras, como, por exemplo:

(A) 僕は学生だ。

Boku wa gakusei da.

Eu / TÓPICO / estudante / {DA}

“Eu sou estudante.”

(B) 僕は学生です。

Boku wa gakusei desu.

Eu / TÓPICO / estudante / {DESU}

“Eu sou estudante.”

(C) 僕は学生である。

Boku wa gakusei dearu.

Eu / TÓPICO / estudante / {DEARU}

“Eu sou estudante.”

Enquanto (A) é geralmente considerada a forma padrão de expressões desse tipo, (B) seria uma forma polida, ou seja, utilizada quando se conversa com pessoas com quem não se tem proximidade, ou que estejam em posição hierárquica superior, enquanto (C) é uma forma que pressuporia um interlocutor indeterminado, por isso, geralmente utilizada em textos escritos, científicos ou jornalísticos, ou durante o proferimento de palestras, por exemplo.

Essas possíveis diferenças de efeito da frase com predicado nominal decorre dos elementos だ ‘da’, です ‘desu’ e である ‘dearu’, que surgem, respectivamente, no fim das frases (A), (B) e (C). Elementos desse tipo, que atuam nas frases com predicado nominal da língua japonesa, são geralmente reconhecidos pelos gramáticos japoneses como 断定の助動詞 *dantei no jodôshi* ou 指定の助動詞 *shitei no jodôshi*, entre outras denominações, sendo

considerados como elementos que exercem a ligação entre dois segmentos de natureza nominal. Em trabalhos brasileiros a respeito da língua japonesa, é comum que esses elementos sejam referidos como “auxiliares verbais de asserção”, denominação que surge da tradução de *dantei no jodôshi*, da terminologia japonesa.

Por outro lado, na maioria dos trabalhos que analisam a língua japonesa sob a ótica da tradição linguística ocidental, em especial nas publicações em língua inglesa, é comum que esses elementos sejam associados à noção de *cópula*.

A *cópula* é um conceito oriundo da lógica aristotélica que, na linguística ocidental, tem sido utilizado para se referir aos elementos, tais como os chamados *verbos de ligação* das línguas indo-europeias, ou os *dantei no jodôshi* da língua japonesa, que atuam nas frases com predicado nominal. Geralmente entendida, ora como um elemento que teria a função de expressar tempo ou outras categorias gramaticais que os substantivos não podem expressar a partir de suas próprias flexões, ora como um elemento de conexão entre dois elementos nominais, ora como um elemento que atua para estabelecer um predicado nominal, a *cópula* é, ainda hoje, um conceito difuso na linguística, não possuindo uma definição universal sólida que seja amplamente aceita.

No caso da língua japonesa, chama a atenção, não só o caso dos exemplos (A), (B) e (C) acima, que demonstram haver diferentes tipos de elementos que poderiam ser reconhecidos por *cópula*, cada qual acrescentando efeitos específicos à frase proferida, mas também a possibilidade do caso (D), abaixo, em que essa construção é feita sem nenhum elemento aparente para atuar como *cópula*.

(D) 僕は学生。
Boku wa gakusei.
Eu / TÓPICO / estudante
“Eu sou estudante.”

Em todos os exemplos (A) a (D) apresentados, o elemento は ‘*wa*’ é reconhecido como um marcador de tópico, expressando que o elemento que o precede – nos quatro exemplos, 僕 ‘*boku*’ (“eu”) – é o assunto que está sendo tratado na frase, não estando a exercer nenhuma possível função de *cópula*. (D) seria, então, um caso a que os linguistas ocidentais costumam se referir como *cópula zero*.

Dessa maneira, o principal objetivo deste trabalho é desvendar de que maneira atuam esses elementos a que os linguistas japoneses se referem por *dantei no jodôshi*, e que os

linguistas ocidentais reconhecem como sendo a *cópula* da língua japonesa, e compreender as particularidades das construções com predicado nominal da língua japonesa.

Antes de se proceder, entretanto, deve ser importante chamar a atenção a dois pontos fundamentais para os desenvolvimentos expostos neste trabalho.

Em primeiro lugar, quando aqui evoco a expressão *linguística ocidental*, não tenho a intenção de ajudar a sustentar uma possível generalização como a da dicotomia *ocidente X oriente*, que parece pressupor certa homogeneização da enorme diversidade de povos e culturas que compõem cada um desses dois grandes grupos.

Também, não pressuponho aqui a existência de uma homogeneidade na enorme variedade de escolas, ramificações e correntes de pensamento que compõem essa grande área do conhecimento que aqui venho chamar de *linguística ocidental*.

Entretanto, me vejo aqui forçado a destacar a existência de uma forte separação entre as correntes de pensamento linguístico desenvolvidas no âmbito de uma tradição indo-europeia em que se assenta o nosso cenário “ocidental” e as correntes de pensamento linguístico desenvolvida pelos japoneses tendo como objeto o idioma nativo.

Conforme será mais bem colocado, em especial, ao longo do primeiro e segundo capítulos deste trabalho, por maior diversidade que haja entre as diferentes escolas de pensamento linguístico do eixo Europa-América, não se pode ignorar que estas partem majoritariamente de uma mesma tradição greco-latina de estudos linguísticos, que dão primazia a um paradigma linguístico indo-europeu³, e mantêm-se em grande medida afastadas das particularidades das tradições japonesas de estudos linguísticos e da possibilidade de se valer destas para rever e aperfeiçoar seus próprios paradigmas.⁴

Em segundo lugar, uma outra questão delicada, e que precisa ser aqui discutida, está logo no título deste trabalho.

A proposta de tratar aqui da “predicação nominal” da língua japonesa, é em certa maneira problemática pelo fato de que, ao contrário do que ocorre nas línguas indo-europeias, a estrutura sujeito / predicado não é tão determinante na língua japonesa, em que parece predominar uma estrutura tópico / comentário – o que, ainda que possa parecer não muito

³ Aqui, também “indo-europeu” é uma generalização de certa maneira problemática. Isso voltará a ser discutido na seção 1.3.

⁴ Exponho aqui apenas sobre o caso japonês, não apenas porque é o que tem relevância neste trabalho, mas também porque é o único caso sobre o qual estou em posição de comentar. Mas deve ser razoável considerar que o caso japonês não seja o único de uma tradição linguística não indo-europeia com a qual nossa linguística ocidental não dialogue o suficiente.

diferente, permite uma maior desvinculação semântica entre os elementos que compõem a frase.

Essa questão fica mais bem evidenciada a partir das chamadas “frases-enguia” (ウナギ文 *unagi bun*) da língua japonesa, que foram especialmente estudadas por Okutsu (1999). As *frases-enguia* possuem esse nome pois o seu modelo representativo é a frase (E), abaixo, quando utilizada para se fazer um pedido no restaurante.

(E) 僕はうなぎだ。

Boku wa unagi da.

Eu / TÓPICO / enguia / {DA}

“Vou querer enguia.”

Ainda, que quando dita à mesa do restaurante, a frase (E) acima possa ser traduzida como “Quero enguia.” ou “Vou querer enguia.” ou, numa tradução mais adaptada, “Meu pedido é enguia.”, uma rápida comparação com a frase (A) anteriormente apresentada evidencia que a estrutura das duas frases é idêntica.

Assim, se a frase (A), “*boku wa gakusei da*”, significa “Eu sou estudante”, a frase (E), “*boku wa unagi da*”, cuja única diferença em relação a (A) é a mudança de ‘*gakusei*’ (‘estudante’) por ‘*unagi*’ (‘enguia’), não deveria significar “Eu sou (uma) enguia”?

Em verdade, sim, a frase (E), a depender do contexto em que é dita, pode significar “Eu sou uma enguia.” ou “Vou querer enguia.” ou “Pesquei uma enguia.” etc.

Isso se dá pelo fato de que, nas frases da língua japonesa, como as acima, predomina uma estrutura tópico / comentário e não sujeito / predicado: ‘enguia’ não é uma propriedade que seja atribuída a um *sujeito* ‘eu’, como se esperaria de uma relação sujeito / predicado, mas um comentário que se faz a respeito de um *tópico* ‘eu’.

Dessa forma, uma tradução mais ou menos literal da frase (E) acima seria “Quanto a mim, enguia.” – de modo que, a depender do contexto em que seja proferido, pode-se extrair qualquer um dos sentidos discutidos acima⁵.

Na minha visão, a primazia da estrutura sujeito / predicado na tradição linguística ocidental ocorre pelo fato de que as línguas de origem indo-europeia são, em sua maioria, marcadas pela conjugação verbal – de modo que o sujeito da frase acabe sempre tendo que ser manifestado no verbo, fortalecendo uma conexão entre o sujeito e o verbo.

Na língua japonesa, por outro lado, o fato de não existir flexão de pessoa, de modo que esta nunca fique marcada na forma flexional de verbos ou outros elementos, favorece uma

⁵ Nesse sentido, também para cada uma das frases (A) a (D), uma tradução mais literal seria “Quanto a mim, estudante.”.

situação em que o elemento que aparece na posição de tópico nem sempre precise ser o sujeito do elemento predicador da frase.

O que é, então, aquilo a que me refiro por predicado na língua japonesa?

Há, de fato, um termo que os japoneses utilizam como tradução do conceito de *predicado* da linguística ocidental: 述語 *jutsugo*.

Duarte & Brito (2003, p. 182), ao explicar o predicado da língua portuguesa, colocam que “predicar é [...] atribuir propriedades a entidades ou estabelecer relações entre entidades”. Já o dicionário de linguística de Dubois et alii (2011, p. 449), que provavelmente pretende uma definição mais universal do predicado, coloca que “[p]redicar é dar um predicado a um sintagma nominal, isto é, fornecer um comentário a um sujeito tópico.”

Na língua japonesa, em que o *tópico* frasal é um segmento fortemente marcado, a ideia de predicação como o “comentário” a um “sujeito tópico” dessa segunda definição parece pertinente a uma primeira vista. Entretanto, a realidade é que o segmento *tópico* da frase japonesa, ainda que possa, em alguns casos, corresponder ao que entendemos por *sujeito* na linguística ocidental, em outros casos, corresponde, na verdade, ao que seria o *objeto* – e, em outros casos, a algo que não seja nem um e nem outro.

O *jutsugo* japonês, então, deve deixar de lado essa ideia de estabelecimento de propriedades, ou de referenciação a um sujeito, conforme a definição abaixo, retirada do dicionário de linguística da Kokugo Gakkai (1980, p. 488), e redigida por Akira Mikami:

Nas línguas ocidentais, como é bem sabido, a frase toma uma forma sujeito + predicado. [Nessas línguas,] por conta da evidenciação [...] [d]o sujeito, o predicado é, em contraste, nitidamente aparente. Em outras palavras, o predicado [das línguas ocidentais] é um verbo finito, munido de um sufixo pessoal que concorda com os seis tipos de pessoa e número do sujeito.

Entretanto, na língua japonesa, aos verbos (*dôshi*) falta evidentemente um caráter de pessoalidade. Mesmo que se busque em outros processos gramaticais (por exemplo, na ordem das palavras ou na entonação), não se encontra evidências de que a frase [da língua japonesa] tome uma estrutura do tipo sujeito + predicado.

A ideia de relação sujeito / predicado é [na língua japonesa] uma ilusão sem objeto gramatical. Nosso predicado é um predicado de um único ponto de partida.

Por essa razão, nosso predicado dispõe de grande liberdade, e estabelecer preceitos formais seria uma tarefa bem complicada.⁶

Dessa maneira, ainda que o predicado / *jutsugo* da língua japonesa seja de difícil

⁶ Tradução minha. Trechos entre colchetes são acréscimos meus. A íntegra do texto original, acompanhada de sua tradução completa, pode ser encontrada no Anexo deste trabalho.

conceituação, ele sempre costuma ser identificado como sendo o elemento 用言 *yôgen* (classe gramatical que compreende verbos e adjetivos, e que será mais bem explorada na seção 1.4) que termina a frase. Assim, no exemplo (F), abaixo, o *yôgen* 死んだ “*shinda*”, flexão que indica ação concluída de 死ぬ ‘*shinu*’ (“morrer”), é que, estando no final da frase, se torna o predicado / *jutsugo* da frase.

(F) メリーが死んだ。 (Kitô)
Merî ga *shinda*.
Mary / NOMINATIVO / morror PASSADO
“Mary morreu.”⁷

E quanto às frases (A) a (C) anteriormente apresentadas, que terminam com um nome (体言 *taigen*, em japonês) seguido de *dantei no jodôshi*, ou (D), que termina simplesmente com um nome? Se trata do caso a que pesquisadores japoneses, como Ichikawa (1990) e Saegusa (2000; 2001), se referem como 名詞述語文 *meishi jutsugo bun* (“frase com predicado nominal”).

Mas, se, na gramática do português, o predicado nominal é caracterizado pela presença de um verbo de ligação, que estabelece uma relação entre um sujeito e um predicativo de natureza nominal, como explicar, na língua japonesa, o predicado de frases sem verbo e, às vezes, sem sujeito?

Quanto a isso, recorro à ideia de “função verbal”, conforme explicada por Benveniste:

Definiremos o verbo como o elemento indispensável à constituição de um enunciado assertivo finito. [...]

A função verbal, como a propomos, permanece em certa medida independente da forma verbal, embora, muitas vezes as duas coincidam. Trata-se justamente

⁷ Em (F), a partícula (*joshi*) が ‘*ga*’ é um elemento que costuma ser entendido como marcador de caso nominativo. Isso indicaria que メリー “*merî*” (“Mary”) seria sujeito de 死んだ “*shinda*” (“morreu”), de modo que, ao menos nessa frase, seria possível identificar um sujeito. Entretanto, isso não deve levar à suposição de que na língua japonesa, haja uma marcação manifesta do sujeito. A funcionalidade do ‘*ga*’ é consideravelmente complexa, de modo que, ainda que se admita que, em (F), ‘*merî*’ seja sujeito de ‘*shinda*’, seria controverso dizer que em toda frase em que haja ocorrência de ‘*ga*’ seja possível identificar um elemento que possa ser facilmente correspondido à noção ocidental de sujeito. Mesmo, entretanto, que se admitisse que a presença de um ‘*ga*’ sempre suscite a existência de um sujeito, o problema da identificação do sujeito, apresentado na citação de Kokugo Gakkai (1980, p. 488) acima, persistiria nas frases sem ‘*ga*’, que representam enorme fatia da produção linguística do japonês. Em suma, a identificação de uma função de caso nominativo em ‘*ga*’ pouco ou nada ajuda a resolver a questão quanto à existência ou não de uma relação sujeito / predicado na frase da língua japonesa. Ainda, quanto à diferenciação entre uma frase que utiliza o は ‘*wa*’ de tópico, como os exemplos (A) a (E), e uma frase com estrutura semelhante, mas que, tal como (F), utiliza o が ‘*ga*’ nominativo em vez do ‘*wa*’, trata-se de uma questão também complexa, envolvendo não apenas pormenores sintáticos e semânticos, como discursivos e pragmáticos, não estando nos objetivos deste trabalho se alongar nesta discussão. Uma obra que aborda esse ponto em profundidade é Mukai (2020).

de restabelecer na sua relação exata essa função e essa forma. No seio do enunciado assertivo, a função verbal é dupla: função coesiva, que consiste em organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado; função assertiva, que consiste em dotar o enunciado de um predicado de realidade. [...]

É importante sublinhar que essa definição se apoia na função sintática essencial do verbo, não na sua forma material. A função verbal é assegurada, sejam quais forem os caracteres morfológicos da forma verbal.

(BENVENISTE, 1991, p. 166-167 – grifos meus)

Para o autor, é a função do verbo atuar na coesão e predicação da frase. Entretanto, ainda que o verbo seja o principal elemento a executar esse tipo de função, para Benveniste, essa função não precisa ser exercida por um elemento que tenha estrutura morfossintática de verbo em todo o tipo de frase. Tendo isso em mente, vou considerar aqui que, mesmo nas frases sem verbo da língua japonesa, há uma “função verbal” operando a predicação da frase – independentemente de haver ou não um sujeito. A predicação, nominal ou não, será aqui entendida, seja na língua japonesa ou em qualquer outra, principalmente como um fenômeno de coesão, que estabelece um “nexo” entre os elementos da frase, fazendo-a “completa”. A operação de estabelecimento de propriedades a um sujeito será considerada como também uma decorrência *possível* do fenômeno de predicação, mas não como uma característica *determinante* do fenômeno de predicação.

Assim, enquanto *predicar* será aqui tomado como o ato, executado pelo agente linguístico (falante) de executar uma *predicação*, nos moldes acima definidos, o *predicado* será entendido como o segmento da construção frasal em que terá ocorrido a “função verbal” que operou a *predicação* da frase. Diferentemente da gramática tradicional do português, em que é comum se considerar como predicado todo o segmento que não é o sujeito, incluindo objetos e outros elementos, aqui, também se aproximando da visão dos japoneses quanto ao *jutsugo*, será entendido como *predicado* apenas o segmento em que teria sido operada a *predicação* – segmento que, na língua japonesa, poderia ser um *yôgen* ou uma construção nominal que pode estar ou não ligada a *dantei no jodôshi*⁸.

Conforme será colocado no capítulo 2 deste trabalho, alguns autores se basearam no artigo acima citado de Benveniste (1991) para recusar a ideia de predicação nominal na língua portuguesa – já que, no português, em toda frase há um verbo para operar tal função verbal, mesmo que seja um verbo de ligação. Não é de grande importância, no âmbito deste trabalho,

⁸ As definições aqui colocadas se referem às frases simples (sem composição). Por outro lado, deve-se considerar também a existência de predicados (nominais ou não) também nas orações que formam composições por coordenação ou subordinação – o que será mencionado em algumas passagens ao longo deste trabalho, quanto à língua japonesa.

tomar uma posição firme quanto a essa questão na língua portuguesa, mas, no caso da língua japonesa, por conta da ausência de verbos em frases como (A) a (E), considerarei que sejam casos com predicados nominais – *meishi jutsugo bun*.

Dessa maneira, considerarei aqui, que, nas frases (A) a (C) acima, essa função verbal aludida por Benveniste seja executada no interior da construção nome + *dantei no jodôshi*, e que essa construção se torna o predicado da frase.

Já em (D), em que não há *dantei no jodôshi*, apenas o nome ‘*gakusei*’ ao fim da frase se torna seu predicado, não sendo relevante aqui determinar se existe ou não um “elemento zero” atuando para operar a predicação, ou se ela ocorre a partir do próprio nome ‘*gakusei*’ sozinho, ou de qualquer outra maneira.

Quanto à nossa “frase-enguia”, (E), ainda que não exista um sujeito evidente, não difere em nada, estruturalmente, da frase (A) e, assim, também será aqui considerada como seu predicado a formação nome + *dantei no jodôshi* que ocupa a posição final da frase.

Assim, será aqui considerado que, na língua japonesa, a predicação nominal, ou 名詞述語 *meishi jutsugo*, é aquela que ocorre nas frases, tal como (A) a (E), que terminem em nome, ou em nome seguido de *dantei no jodôshi*.

OBJETIVOS DO TRABALHO E JUSTIFICATIVA

Tendo, então, definido o que é o predicado nominal da língua japonesa que será discutido ao longo deste trabalho, e apresentado alguns dos problemas relacionados a essa questão, coloco que o principal objetivo deste trabalho é buscar definir o que são esses elementos *dantei no jodôshi* e responder de que maneira eles atuam nas frases com predicado nominal da língua japonesa – serão os *dantei no jodôshi*, de fato, a “cópula” da língua japonesa, ou serão um outro tipo de elemento, com função diversa?

Uma questão que vem intrigado tanto autores japoneses quanto ocidentais, conforme será detalhado ao longo deste trabalho, se refere ao fato de que, se esses elementos chamados de *dantei no jodôshi* podem ser omitidos e/ou intercambiados, isso se dá porque possuiriam cargas específicas de *modalidade*.

Modalidade, aqui, se refere a uma atitude do falante em relação ao conteúdo do enunciado e/ou à situação de enunciação, que acabe refletida no proferimento. Isso significa que os *dantei no jodôshi* possuiriam atuação discursiva e/ou pragmática, para além dos níveis morfossintático e semântico. Poderiam, com essa funcionalidade tão específica, ser comparados aos verbos de ligação das línguas indo-europeias?

Se, na seção anterior, sugeri uma definição à noção de predicação que pudesse vir a dar conta de conciliar as disparidades que surgem das diferentes visões a respeito deste conceito no âmbito das tradições linguísticas ocidental e japonesa, deve ser plausível que, também, só se poderá responder mais adequadamente as questões acima colocadas sobre os *dantei no jodôshi* caso se busque confrontar as análises que os ocidentais têm desenvolvido sobre o tema, pela ótica da noção de *cópula*, com as teorias nativas dos autores japoneses, que se centram na ótica da classe gramatical dos *jodôshi* – da qual os *dantei no jodôshi* seriam um subtipo.

Entretanto, a separação entre os paradigmas linguísticos ocidental e japonês continua predominando nos trabalhos a respeito desses elementos, de modo que os pontos de disparidade estão a ainda por ser conciliados.

No que diz respeito a trabalhos brasileiros, conforme será detalhado ao longo do primeiro capítulo, os *dantei no jodôshi* ainda não foram tratados em profundidade. Normalmente, são apresentados como *auxiliares verbais de asserção* ou de *juízo*, sem que seja, entretanto, fornecida maiores explicações sobre os significados de tais opções terminológicas.

O conceito de *asserção* da linguística ainda é de certa maneira difuso, não ficando claro de que maneira os *dantei no jodôshi* atuariam com essa função. A ideia de *juízo*, por outro lado, possui ainda menos concretude como termo linguístico.

Dessa maneira, também as questões terminológicas devem ser aqui um motivo de atenção.

Tendo sido isso colocado, pode-se dizer que, como justificativa desta pesquisa, está a expectativa de que se possa obter contribuições às áreas de estudos de línguas, principalmente em duas frentes:

1 – possibilitando a compreensão da atuação dos *dantei no jodôshi* no interior do predicado nominal da língua japonesa, de modo que, também a partir de uma revisão terminológica, fiquem estabelecidas definições e explicações mais sólidas a respeito desse tema ainda obscuro na área de estudos japoneses do Brasil, o que poderia propiciar, inclusive, repercussões no ensino de japonês como língua estrangeira;

2 – possibilitando que, para além da área de estudos de língua japonesa, também no âmbito da linguística geral, conceituações e teorizações a respeito de questões tais como a *cópula* e predicação nominal possam ser aperfeiçoadas a partir, não só da compreensão de como se dá a constituição desses fenômenos no interior da língua japonesa, mas também da

consideração de paradigmas de análise da tradição linguística japonesa que possam ser assimilados no arcabouço teórico de uma linguística que se busque universal.

Dessa maneira, busquei, por meio deste trabalho, principalmente:

– compreender a natureza do predicado nominal da língua japonesa a partir da análise das diversas formas de elementos considerados como *dantei no jodôshi*, em perspectivas diacrônica e sincrônica, procurando explicar de que maneira se formaram e de que maneira foram/são utilizados os principais elementos desse tipo na língua japonesa – como たり ‘*nari*’ e たり ‘*tari*’ no japonês clássico, e だ ‘*da*’, です ‘*desu*’ e である ‘*dearu*’ no japonês moderno – verificando-se os diferentes efeitos causados pelos diferentes tipos de *dantei no jodôshi* quando de sua utilização no interior da frase;

– verificar teorias a respeito desses elementos tanto entre autores ocidentais como entre autores japoneses, procurando conciliar os diferentes paradigmas linguísticos, assim como verificar as similaridades dessas visões com aquelas a respeito da cópula e verbos de ligação da linguística ocidental;

– revisar as opções terminológicas utilizadas para se referir a esses elementos em trabalhos em língua portuguesa, procurando, quando cabível, sugerir outras opções de tradução a serem consideradas.

MATERIAIS E METÓDOS

Esta foi uma pesquisa predominantemente bibliográfica, de exame e análise de teorias linguísticas de autores ocidentais e japoneses.

O ponto de partida desta pesquisa foi a obra de Tomiko Narahara (2002), *The Japanese Copula: Forms and Functions*, trabalho estadunidense em que os elementos aqui tratados por *dantei no jodôshi* foram examinados sob o ponto de vista da cópula. Na obra, que será extensamente explorada no capítulo 3 deste trabalho, a autora desenvolve interessante teoria a respeito da funcionalidade desses elementos, tendo servido aqui como base de análise e comparação com as teorias de autores japoneses.

Para esse fim, os estudos que se seguiram partiram, em sua maioria, de uma fonte de informações mais sintética e genérica – dicionários especializados, em sua maioria –, com base em que, foram buscadas fontes gradativamente mais detalhadas, como manuais especializados e/ou autores comentadores de outros autores, até se chegar aos autores originais, desenvolvedores das teorias. Desse modo, a partir de um panorama geral dos diversos conceitos e teorias aqui estudados, foi-se gradativamente verificando pontos mais específicos, até se

chegar a um exame em profundidade dos pontos principais das teorizações originais.

Após os procedimentos acima, tendo sido possível obter uma boa fundamentação das conceituações aqui estudadas, foi possível verificar as teorias de autores mais recentes, que vieram a desenvolver interessantes explicações aos problemas que permaneceram das teorias tradicionais.

Assim, para questões referentes à linguística ocidental, utilizei aqui, como ponto de partida, principalmente, a versão em português do dicionário Larousse, *Dictionnaire de linguistique*, cujo original em francês foi organizado por Jean Dubois em conjunto com outros pesquisadores, em 1973, além da versão em inglês (idioma original) do dicionário *Language and Linguistics*, de Robert Lawrence Trask, cuja edição original é de 1998. Foram escolhidas essas duas obras por terem sido concebidas nos berços das duas grandes tradições de estudos linguísticos ocidentais – a francesa e a estadunidense. O dicionário Larousse é interessante pelo fato de ser bem completo, por vezes abarcando definições retiradas de diferentes correntes linguísticas, enquanto o dicionário de Trask se torna interessante na medida em que suas definições muitas vezes revisam concepções mais tradicionais que podem ser encontradas no dicionário Larousse – tal como será visto na seção 1.3. Eventualmente, alguns outros dicionários, escritos em diferentes idiomas, também foram consultados, tais como o de Camara Junior (2002), em português, o de Beccaria (1996), em italiano, e o de Crystal (1999), também em inglês, porém, sendo uma publicação britânica.

Também, tendo em vista que questões como a cópula e a predicação remetem a, mais longe do que uma tradição linguística, uma tradição filosófica, utilizei aqui os dicionários da filosofia ocidental de Branquinho *et alii* (2006) e de Abbagnano (2007), já que são obras extensas e detalhadas – em especial, este último, que detalha as várias acepções de cada verbete de acordo com as várias correntes de pensamentos.

Num segundo, momento, então, passei a uma análise de autores que detalharam os assuntos aqui relacionados, ainda de uma maneira sintética, tal como Colombat *et alii* (2002), que detalharam a história do desenvolvimento de conceitos linguísticos no âmbito da tradição filosófica grega, dentre os quais a própria ideia de *predicação*, e Moro (2004), que fez uma detalhada apresentação das diferentes visões a respeito da *cópula* ao longo da história.

Assim, podendo-se ter obtido um panorama dos pontos teóricos aqui estudados, foi possível ir atrás das obras dos autores originais a desenvolver os conceitos como o da cópula e relacionados, tais como Aristóteles (2013), Pedro Abelardo (RIJK, 1956) e Russel (1920; 2007).

Já para questões referentes à língua japonesa, selecionei, num primeiro momento, alguns dicionários da linguística japonesa, tal como aqueles organizados pela importante instituição de pesquisa da língua japonesa *Nihongo Gakkai* – anteriormente denominada *Kokugo Gakkai*. São eles os dicionários 国語学辞典 *Kokugogaku Jiten* (“Dicionário da Linguística Nacional”), de 1971 e 国語学大辞典 *Kokugogaku Daijiten* (“Grande Dicionário da Linguística Nacional”), de 1980. Também, acrescentei algumas obras mais recentes como o 国語学研究辞典 *Kokugogaku Kenkyû Jiten* (“Dicionário de Pesquisa da Linguística Japonesa”), organizado por Satô (1992), e 日本語文法辞典 *Nihongo Bunpô Jiten* (“Grande dicionário da gramática da língua japonesa”), organizado por Yamaguchi & Akimoto (2001). A escolha desses dicionários se dá pelo fato de que se pode neles encontrar verbetes escritos pelos principais nomes dos estudos linguísticos japoneses, como Minoru Watanabe (1926-), Kazuo Kasuga (1915-2012), Akira Mikami (1903-1971), entre outros.

De modo a proporcionar maior elucidação aos leitores não familiarizados ao paradigma gramatical da tradição linguística japonesa, acrescentei uma seção de Anexos ao fim deste trabalho, em que estão reproduzidos, na íntegra, o texto original acompanhado de sua tradução, produzida por mim, das principais dessas definições retiradas dos dicionários linguísticos japoneses estudadas ao longo deste trabalho.

Ainda quanto às etapas de pesquisa, a partir do conteúdo das definições de conceitos gramaticais encontradas nos materiais acima listados, buscou-se classificações mais detalhadas em manuais específicos dos *jodôshi* da língua japonesa, tais como aqueles organizados por Matsumura (1969) e Suzuki & Hayashi (1985), passando-se, posteriormente a obras mais densas sobre os *jodôshi*, de autores posteriores, como Yoshida (1971) e Kitahara (1987), que vêm a comentar de maneira crítica e detalhada as principais teorias de autores anteriores – tendo, assim, sido possível obter direcionamento aos textos mais fundamentais de desenvolvimento das teorias e discussões aqui abordados, que vieram a ser então estudados, como Yamada (1908, 1970), Tokieda (1979; 1980), Sakuma (1966), Watanabe (1971), Kasuga (1968) e Okutsu (1999).

Tendo-se estudado esses trabalhos consagrados de autores tradicionais, verificou-se também artigos mais recentes de autores que vieram a examinar pontos ainda em aberto na questão dos *dantei no jodôshi*, e que propuseram interessantes explicações para essas questões, como Saegusa (2000; 2001) e Morikawa (2006; 2011).

Por fim, quanto às frases utilizadas para exemplificação, buscou-se retirar de obras

literárias escritas por autores japoneses, seja quanto a obras clássicas, seja quanto a obras contemporâneas, visando assim que se obtivesse exemplos de utilizações autênticas dos elementos linguísticos aqui estudados. Conforme indicado nas notas preliminares deste trabalho, o nome do autor e/ou da obra de onde foi retirada a frase de exemplo será indicada entre parêntesis na mesma linha em que forem reproduzidas as frases, porém, de maneira resumida, podendo seus detalhes serem consultados no final deste trabalho após as referências bibliográficas.

Também, tendo em vista que alguns dos elementos aqui estudados costumam ser mais próprios de linguagem jornalística e/ou científica, alguns exemplos dessas utilizações foram retirados de artigos de grandes veículos jornalísticos japoneses. Esses casos também serão indicados entre parêntesis, de maneira resumida, na mesma linha da frase de exemplo, podendo seus detalhes também serem consultados na seção final deste trabalho.

Muitas das frases de exemplos, entretanto, foram anteriormente utilizadas como exemplo por outros gramáticos e pesquisadores, e, aqui, reutilizadas – situações que sempre serão indicadas no parágrafo que antecede a frase de exemplo, ou em nota de rodapé. A maior parte dessas frases de exemplo utilizadas por outros pesquisadores foram também retiradas por estes da literatura, o que será indicado normalmente entre parêntesis na mesma linha da frase de exemplo reproduzida. Algumas dessas frases de exemplo utilizadas por outros pesquisadores, entretanto, não foram retiradas da literatura, mas são de responsabilidade dos próprios pesquisadores autores dos artigos e trabalhos aqui consultados.

Ainda, algumas poucas frases de exemplo, de estrutura mais simples, são sugestões minhas e, portanto, de minha responsabilidade. Esses casos se restringem, basicamente, aos exemplos (A) a (E) desta Introdução e a um exemplo da seção 5.1.1, mais adiante, indicado em nota de rodapé, além de algumas frases que são modificações feitas por mim de frases de exemplo já anteriormente apresentadas – casos que serão facilmente identificáveis.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No primeiro capítulo deste trabalho, *Apresentação de alguns conceitos fundamentais*, será apresentada uma fundamentação teórica necessária para o acompanhamento dos desenvolvimentos aqui expostos, vindo, também a serem colocados, de maneira mais exaustiva, os problemas que se colocam à questão dos *dantei no jodôshi*, assim como uma melhor clarificação dos objetivos desta pesquisa.

No segundo e terceiro capítulo desta obra, serão apresentadas as teorias dos autores

ocidentais estudados. Primeiro, no capítulo 2, *A predicação nominal na tradição linguística ocidental*, serão apresentadas algumas das diversas visões que se estabeleceram a respeito da cópula e da predicação nominal nas tradições filosófica e linguística ocidentais. Em seguida, tomando como base as conceituações apresentadas no capítulo 2, o capítulo 3, *O ponto de vista da cópula na língua japonesa: a teoria de Tomiko Narahara*, será dedicado ao exame da robusta teoria de Tomiko Narahara (2002), que é o que deve ser o maior e mais importante trabalho ocidental a estudar os elementos aqui chamados de *dantei no jodôshi* encarados sob o ponto de vista da cópula.

O quarto e quinto capítulos deste trabalho serão dedicados à análise de teorias japonesas. O capítulo 4, *O jodôshi e o dantei no jodôshi na linguística japonesa*, se dedicará a buscar definir, com base na teoria dos autores japoneses, primeiro, o que é o 助動詞 *jodôshi*, classe gramatical, de elementos funcionais flexionáveis da qual se considera que os *dantei no jodôshi* façam parte, para, em seguida, apresentar as teorias e definições da subclasse dos 断定の助動詞 *dantei no jodôshi*, assim como a revisão das opções terminológicas utilizadas em trabalhos brasileiros para se referir a esses elementos. O capítulo 5, *Dantei no jodôshi: características e utilizações*, se dedicará a apresentar os principais elementos que se considera fazer parte da classe dos *dantei no jodôshi*, do japonês clássico ao japonês moderno, elucidando aspectos diacrônicos quanto à passagem das antigas formas de *dantei no jodôshi* às atuais, assim como as diversas explicações de linguistas japoneses sobre o funcionamento de cada um desses elementos, traçando também comparações com as teorias ocidentais da cópula e da predicação nominal, em especial, a de Tomiko Narahara.

Por fim, será apresentada uma última seção de *Considerações finais*, em que serão comentados os desenvolvimentos expostos ao longo deste trabalho.

Ainda, uma seção de Anexos apresentará algumas traduções, elaboradas por mim, de conceitos linguísticos, a maioria deles particular às correntes linguísticas japoneses, retirados de dicionários de linguística japoneses, que foram fundamentais para as discussões aqui expostas. Serão apresentados os textos originais, em japonês, de cada definição, lado a lado com sua tradução.

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DE ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1.1. *KOKUGOGAKU, NIHONGOGAKU E GENGOGAKU*

Um estudante ou pesquisador brasileiro que buscar se aventurar no estudo linguístico do japonês, em algum momento deverá se deparar com uma longa tradição de estudos vernaculares do idioma, que, por sua vez, abarcam grande abundância de teorizações e visões gramaticais bem específicas e, por vezes, pouco familiares àqueles que estejam condicionados ao paradigma gramatical da tradição linguística ocidental.

Ao menos desde o Período Edo (1603-1868), um grande número de linguistas e gramáticos japoneses têm se empenhado no estudo de sua língua nativa, sendo possível identificar duas grandes vertentes de estudos linguísticos do japonês – uma delas voltada para o estudo dos textos e da língua clássicos japoneses, e a outra, mais recente, voltada para um estudo descritivo do japonês moderno com o foco no ensino do idioma para estrangeiros.

Para um pesquisador brasileiro, com uma formação provavelmente ancorada nas tradições linguísticas de Saussure⁹ e/ou de Chomsky, essa situação pode ser uma dura barreira, pois, para os japoneses, a nossa linguística ocidental é encarada como uma disciplina separada, que acaba sendo aplicada principalmente para o estudo de línguas estrangeiras, e não tanto para o japonês.

As grandes correntes ocidentais de estudos linguísticos, tais como as linguísticas estruturalista e gerativista, procedem de outra longa tradição de estudos linguísticos, que se desenvolveu em paralelo à tradição linguística japonesa. Remetendo a Aristóteles e os filósofos gregos da antiguidade e atravessando os estudos latínicos do período medieval em diante, a tradição linguística ocidental está, por esse motivo, fortemente embasada e focada nas línguas de origem indo-europeia, tal como o inglês, o francês e o próprio português, que, ainda que com significativas diferenças, compartilham de grande similaridade em sua estrutura morfossintática, de tal maneira a serem reconhecidas como fazendo parte de uma mesma família linguística.

No caso da língua japonesa, por sua vez, cujos estudos se iniciaram com solidez durante o Período Edo, momento em que o Japão se mantinha fechado para o contato com estrangeiros, uma tradição linguística se desenvolveu, em maior parte, de maneira independente

⁹ Frente à crescente narrativa que rejeita ter sido Ferdinand de Saussure (1857-1913) o “pai” da linguística estruturalista (e da linguística como um todo) – em especial, com base nas colocações de Bagno (2021), em sua nova tradução ao português do *Cours de linguistique générale* –, a “tradição linguística de Saussure” aqui aludida talvez ficasse mais bem descrita como uma “tradição linguística cuja fundação foi atribuída a Saussure”.

dos estudos linguísticos ocidentais.

Antigas movimentações de estudos linguísticos do japonês podem ser encontradas ao menos desde o Período Heian (794-1185), quando, conforme Suzuki (2012, p. 18-21), foram redigidos diversos tratados sobre composição poética e estudos de poética, no âmbito dos quais não tardou para que os japoneses passassem a se atentar aos aspectos gramaticais da língua. Em especial, nos séculos posteriores a Heian, se fixou o conceito dos てにをは *teniwoha* [*teniowa*] ou てには *teniha* [*teniwa*], que se referiam aos elementos linguísticos de natureza gramatical, não dotados de conteúdo semântico, dando origem à classificação, que alcançou o século XX, de oposição dos chamados elementos 詞 *shi* aos chamados elementos 辞 *ji* – que, respectivamente, poderíamos corresponder às noções de elementos lexicais e elementos funcionais da linguística ocidental, conforme será discutido na próxima seção, 1.2.

Foi, entretanto, no Período Edo¹⁰ que o estudo linguístico passou a florescer no Japão, a partir do surgimento do chamado 国学 *kokugaku* (literalmente, “estudos nacionais”), um movimento de estudo de textos antigos japoneses, fomentado por um neo-confucionismo pós-expulsão dos jesuítas (SUZUKI, 2012, p. 14-15).

Foi no âmbito do *kokugaku* que se desenvolveu a 国語学 *kokugogaku* (literalmente, “estudos da língua nacional”¹¹), uma disciplina voltada especificamente para estudos linguísticos e gramaticais “numa perspectiva mais científica e rigorosa” (*Idem*, p. 22), em que se destacaram estudiosos como Nariakira Fujitani (1738-1779), Norinaga Motoori (1730-1801), Akira Suzuki (1764-1837) e o monge Gimon (1786-1843). A classificação taxionômica dos elementos do discurso do japonês, com base em critérios morfossintáticos, proposta por Suzuki, e a classificação das formas flexionáveis da língua japonesa, proposta por Gimon, foram os fundamentos das classificações utilizadas até os dias de hoje no ensino básico japonês (*Idem*, p. 31-33).

A *kokugogaku* não se desenvolveu, entretanto, totalmente livre de influência de

¹⁰ O Período Edo, cujo início costuma ser situado em 1600 ou 1603 (TAKENAGA, 1987, p. 7), foi um período de domínio do clã Tokugawa, que, estabelecido na cidade de Edo, atual Tóquio, governou o Japão por mais de dois séculos e meio, no que foi mais longo xogunato da história japonesa. Seguindo-se às conturbadas décadas de guerras civis do século XVI, o Período Edo foi um momento de fechamento quase total das fronteiras japonesas ao resto do mundo, e de uma forte divisão da sociedade em castas, em que era privilegiada a classe guerreira. No campo das ideias, destacaram-se a forte influência confucionista, além da busca por um resgate do passado cultural japonês, que visava contraposição à dependência do pensamento e da literatura chinesa (HANE, 1991, p. 157-170). O Período Edo chegou ao fim, junto com o sistema de xogunato como um todo, com a restauração do poder nas mãos do imperador em 1868, dando lugar ao chamado Período Meiji.

¹¹ “Estudos vernaculares”, em tradução de Suzuki (2012, p. 42).

estudos linguísticos estrangeiros. Ao longo dos seus mais de dois séculos de isolamento, durante o Período Edo, o Japão ainda manteve contato com chineses e holandeses, tendo estes últimos exercido forte influência nos estudos linguísticos do japonês – em especial a partir do século XVIII, quando surgiu no Japão o 蘭学 *rangaku*, “estudos holandeses”, que visava obter conhecimentos de diversas áreas por intermédio dos holandeses, tendo sido, portanto, imprescindível o domínio da língua holandesa. Assim, o estudo da gramática do holandês não deixou de trazer contribuições também para os estudos da *kokugogaku*, em especial quanto à terminologia das classificações gramaticais (*Idem*, p. 34).

Entretanto, foi a partir da abertura econômica ocorrida no Período Meiji¹² (1868-1912) que passou a haver assimilação em peso de conhecimento estrangeiro, em especial da Europa e dos Estados Unidos, nas mais diversas áreas, como tecnologia e filosofia. Foi esse momento, também, de enorme crescimento do estudo linguístico vernacular do japonês. Nessa segunda fase da *kokugogaku*, entre os principais estudiosos, destacaram-se nomes como Yoshio Yamada (1873-1958), Motoki Tokieda (1900-1967), Shinkichi Hashimoto (1882-1945) e Minoru Watanabe (1926-). Naturalmente, os estudos linguísticos do japonês também não deixaram de aproveitar conhecimentos estrangeiros, assim como influenciar, em peso, novos desenvolvimentos.

Por exemplo, Tashiro-Perez (2012, p. 49-50) aponta que Yoshio Yamada baseou sua teoria não apenas em autores japoneses, mas também em gramáticos europeus como Henry Sweet (1845-1912), Johan Christian August Heyse (1864-1929) e William Dwight Whitney (1827-1894). No caso de Motoki Tokieda, também, Kikuchi (2012, p. 112) aponta ter sido a crítica a Ferdinand de Saussure (1857-1913)¹³ “um dos pilares de Tokieda na apresentação do seu modelo teórico de língua”.

A incorporação de visões e ideias vindas do exterior, entretanto, não significou uma fusão da *kokugogaku* com a linguística ocidental. Esta última ficou relegada a uma disciplina separada, a que os japoneses chamaram de 言語学 *gengogaku* (literalmente, “estudos linguísticos”), enquanto a *kokugogaku* continuou a sustentar pontos de vista muito específicos

¹² Seguindo-se à queda do xogunato Tokugawa (ver nota 10), iniciou-se, em 1868, o Período Meiji, com a restauração do poder imperial, a subsequente dissolução do sistema de castas e a decadência da classe guerreira. Com a abertura dos portos e a retomada do contato com o mundo externo, houve forte preocupação com o posicionamento do Japão como nação moderna no cenário internacional, o que levou a uma pesada assimilação de conhecimento estrangeiro, tanto na questão tecnológica, como nas mais diversas áreas do conhecimento – entre elas, filosofia, literatura e estudos linguísticos. O Período Meiji durou até a mudança seguinte de imperador, em 1912, quando iniciou-se o período Taishô, (1912-1925), em que se acirrou o forte militarismo que já era crescente em Meiji.

¹³ Conforme as colocações expostas na nota 9, o melhor talvez seja dizer que as críticas de Tokieda se voltavam a teorias que se tornaram conhecidas como sendo de Saussure, mas não necessariamente de autoria do próprio.

para a língua japonesa, em continuidade das teorizações desenvolvidas no Período Edo. Esse isolamento dos estudos japoneses em relação à linguística geral parece se manter forte mesmo em períodos recentes, uma vez que Tashiro-Perez (2018, p. 159) coloca que “[...] pelas palavras de Mayumi Kudô, da Universidade de Osaka, que esteve em agosto de 2002 na Universidade de São Paulo, o Gengogaku no Japão é a disciplina que estuda a linguística de outras línguas, que não a japonesa.”.

Mas a tradição da *kokugogaku*, cujos principais desenvolvimentos se deram no início do século XX, mantém ainda considerável força no Japão atual, mesmo que seja majoritariamente fundamentada na língua japonesa clássica, uma vez que a gramática do sistema escolar japonês é primariamente baseada na visão gramatical de Shinkichi Hashimoto.

A gramática de Hashimoto, fundamentada no conceito do 文節 *bunsetsu*, unidade ao mesmo tempo prosódica e sintática, definida pelo próprio Hashimoto, é utilizada nas escolas primárias e secundárias japonesas desde a década de 1940, e Senoo (2013, p. 127-128), em artigo do início dos anos 2010, atestava não haver perspectivas concretas de mudança.

Sendo o *bunsetsu* de Hashimoto uma estrutura que poderia ser intuitivamente reconhecida por um falante de japonês, mesmo que este não tenha nenhum conhecimento gramatical¹⁴, Senoo (p. 128-130) reconhece sua praticidade, e atesta a eficácia da gramática de Hashimoto para a compreensão dos textos clássicos japoneses. Entretanto, considera que esta não dê conta de captar a língua japonesa moderna tal como ela é, não sendo, assim, adequada para o aperfeiçoamento das habilidades de leitura e escrita (*Idem*, p. 134).

Em contrapartida a essa forte tradição que sustenta a manutenção de uma *kokugogaku* ancorada na teoria de Hashimoto, uma nova vertente¹⁵ de estudos linguísticos passou a ganhar força no Japão, principalmente a partir do período pós segunda guerra, focada no japonês moderno e tendo como alguns de seus principais nomes Akira Mikami (1903-1971) e Hideo Teramura (1928-1990). Coincidindo ao desenvolvimento dessa nova corrente, cresceu, também, um movimento para a adoção da terminologia 日本語学 *nihongogaku* (literalmente, “estudos da língua japonesa”) em contraposição a *kokugogaku*.

Conforme Suzuki (2012, p. 42), a denominação *nihongogaku* fazia contraposição ao

¹⁴ O próprio Senoo (2013, p. 129-130), entretanto, argumenta que esse preceito nem sempre é válido, além de apontar outras inconsistências na definição do conceito de *bunsetsu*. Doi (2012, p. 101-104) também aponta algumas inconsistências do *bunsetsu* de Hashimoto.

¹⁵ Masuoka (2003, p. 4 *apud* Senoo, 2013, p. 127) se refere a essa vertente como 日本語記述文法 *nihongo kijutsu bunpô*, (literalmente, “gramática descritiva do japonês”).

sentimento nacionalista que era evocado pelo termo *kokugogaku* (novamente, “estudos da língua nacional”), e que passou a ser evitado no pós-guerra. Nesse momento, em que o Japão se lançava ao mercado internacional, o ensino da língua japonesa para estrangeiros passou a ser foco de atenção.

Entretanto, se já havia uma divisão entre a linguística nativa voltada à língua japonesa e uma linguística geral, voltada às demais línguas – a *gengogaku* – internamente aos estudos linguísticos do japonês, acabou ocorrendo também uma outra divisão em duas vertentes. Tashiro-Perez (2018, p. 155-156) coloca que, em vez de uma evolução de uma disciplina *kokugogaku* voltada ao estudo diacrônico do japonês para uma disciplina *nihongogaku* voltada ao estudo sincrônico do japonês, as duas vertentes acabaram em grande medida isoladas uma da outra. Isso, inclusive, teria sido propiciado pelo próprio Ministério da Educação japonês, que, em 1985, estabeleceu nas universidades a disciplina *kokugogaku* para a formação de professores para ensino de língua japonesa nas escolas japonesas e a disciplina *nihongogaku* para a formação de professores para ensino de língua japonesa para estrangeiros.

Em tempos mais recentes houve pesadas discussões sobre qual das duas nomenclaturas – *kokugogaku* ou *nihongogaku* – deveria ser utilizada para se referir aos estudos de língua japonesa. Considerando os significados literais de cada nome (“estudos da língua nacional” para *kokugogaku* e “estudos da língua japonesa” para *nihongogaku*), a nomenclatura *nihongogaku* parece estar passando a prevalecer, uma vez que seria uma denominação mais amigável, por exemplo, aos estudantes estrangeiros nas universidades japonesas, cuja presença tem aumentado recentemente (OSADA, 2010, p. 241). Além da mudança de nome, apontada por Tashiro-Perez (2018, p. 152) e Osada (2010 p. 239-240), da importante entidade de estudos e pesquisa da língua japonesa, de 国語学会 *Kokugo Gakkai* para 日本語学会 *Nihongo Gakkai*¹⁶, Osada (2010, p. 241) também aponta forte tendência de mudança nos nomes de departamentos de língua japonesa de universidades, de 国語学科 *kokugo gakka* (“departamento de língua nacional”) para 日本語学科 *nihongo gakka* (“departamento de língua japonesa”) – em 1992, 34% de 94 departamentos identificados utilizavam o nome *nihongo gakka*, tendo passado para 72% de 108 em 2002.

Por outro lado, Osada (2010, p. 242) reforça a percepção de uma divisão entre a *kokugogaku* e a *nihongogaku* como sendo duas disciplinas diferentes:

De maneira geral, *kokugogaku* é, por um lado, um estudo filológico e diacrônico da língua japonesa; e.g., um estudo da língua japonesa do período

¹⁶ O nome internacional da entidade, *The Society for the Study of Japanese Language*, se manteve inalterado.

Nara [710-794] ou do período Heian [794-1185]. Por outro lado, *nihongogaku* é um estudo descritivo e sincrônico da língua japonesa; e.g. um estudo quanto ao uso e a diferença entre as partículas ‘*wa*’ e ‘*ga*’ no japonês moderno.¹⁷

Por questões de praticidade, aqui será adotada a visão acima descrita por Osada, e “*kokugogaku*” será utilizado para se referir, em especial, a essa vertente mais antiga, de estudos filológicos e diacrônicos do japonês clássico, e “*nihongogaku*”, para se referir a essa vertente mais atual, de estudos descritivos e sincrônicos do japonês moderno.

Quanto às teorias linguísticas, essa nova vertente, que poder-se-ia identificar, então, com o nome de *nihongogaku*, deixou de lado a estruturação gramatical baseada no *bunsetsu*, assim como as classificações flexionais tradicionais da antiga *kokugogaku*, substituindo-as por uma classificação do predicado de base formal¹⁸. Em especial, a visão gramatical desenvolvida por Hideo Teramura, ganhando força a partir da década de 1980, passou a fundamentar o ensino de língua japonesa para estrangeiros a partir de então (SHIRAKAWA, 2007, p. 52).

Hoje em dia, a vasta maioria dos materiais e metodologias para ensino/aprendizagem de língua japonesa são baseados nos preceitos desenvolvidos no âmbito dessa nova vertente. Mas críticas quanto à sua eficácia não são raras.

Shirakawa (2007, p. 53), por exemplo, no que diz respeito ao ensino para estrangeiros, alega que a gramática da *nihongogaku* se mostrou eficiente para o aprendizado da leitura em japonês em ambiente universitário, mas que, ao ser aplicada para o público geral, não possibilitaria o uso prático do idioma enquanto o aprendiz não atingisse um nível avançado, possível somente após muitos anos de estudo, assim como não seria capaz de desenvolver adequadamente outras competências linguísticas que não a leitura.

É possível que, num momento futuro, novas iniciativas de estudos do japonês se sobreponham à força da tradição que ainda mantêm fortes essas duas correntes¹⁹. Mas independentemente de problemas que possam permear o interior da *kokugogaku* e da

¹⁷ Tradução minha. Trechos entre colchetes são acréscimos meus. Original:

“Generally speaking, *kokugogaku* is, on the one hand, a philological and diachronic study of the Japanese language; e.g., a study of the Japanese language in the Nara period or Heian period. On the other hand, *nihongogaku* is a descriptive and synchronic study of the Japanese language; e.g. a study on the usage and difference between the particle WA and GA in Modern Japanese.”

¹⁸ Por exemplo, Senoo (2013, p. 134) aponta que autores como Akira Mikami e Fumio Nakajima partiam de uma classificação da frase japonesa em verbal, nominal ou adjetival a depender da classe gramatical do elemento que compunha o predicado.

¹⁹ Levanto a hipótese de uma possível maior aproximação dos estudos linguísticos japoneses às teorias linguísticas ocidentais, hoje ainda relegadas em maior parte à disciplina *gengogaku*. Ainda que não pareça haver perspectivas a um curto prazo, a quantidade de trabalhos recentes, escritos em japonês por pesquisadores japoneses, que analisam o japonês sob o ponto de vista da linguística gerativa, por exemplo, não é desprezível.

nihongogaku – que não são poucos –, são inegáveis as contribuições que ambas proporcionaram para a melhor compreensão desse idioma. A *kokugogaku*, buscando explicar a natureza e as características fundamentais da substância da língua japonesa e de seu funcionamento, e a *nihongogaku*, buscando descrever e classificar de maneira prática e bem estruturada a organização da língua japonesa moderna, são ricas fontes de conhecimento, que qualquer pesquisador da língua japonesa não tem como ignorar.

Por outro lado, para um pesquisador não japonês – e podemos aludir especificamente ao caso do pesquisador brasileiro –, nem sempre será muito fácil lidar com as especificidades teóricas que afluem dessas fontes. No caso de um estudante que se formou com base em paradigmas linguísticos indo-europeus, as dificuldades começam na própria assimilação das categorias gramaticais do japonês, que não podem ser facilmente associáveis a categorias reconhecíveis nas linguísticas ocidentais. Conforme discutido na introdução deste trabalho, a própria classificação da frase em sujeito e predicado, tão cara às gramáticas das línguas indo-europeias, talvez não seja suficiente para explicar a frase da língua japonesa, na qual prevaleceria uma estrutura de tópico e comentário.

Frente a essa situação, é comum que o pesquisador estrangeiro da língua japonesa acabe optando por seguir um dos dois seguintes caminhos:

1 – Abraçar a tradição japonesa da *kokugogaku* e/ou da *nihongogaku*, e buscar compreender e explicar as teorias linguísticas japonesas, incorporando suas classificações e terminologias. Tal parece ser a tendência no ambiente acadêmico brasileiro. Por exemplo, em Fukasawa *et alii* (1989), Morales (2011) e Suzuki *et alii* (2012), obras voltadas para um público acadêmico da área de japonês, o foco é a apresentação das teorias e classificações feitas por linguistas japoneses, geralmente atentando-se à terminologia gramatical japonesa. Mesmo a graduação em língua japonesa do curso de Letras da Universidade de São Paulo (USP) se baseia em uma gramática, ainda que com desenvolvimentos próprios, primariamente fundamentada em conceitos e visões oriundos da *kokugogaku*, tal como o *bunsetsu* de Hashimoto e a classificação flexional desenvolvida a partir de Gimón;

2 – Buscar classificar e explicar a língua japonesa com base em paradigmas linguísticos ocidentais. Essa parece ser a tendência nas pesquisas estadunidenses, tal como a obra de Narahara (2002), na qual a língua japonesa é analisada com base em paradigmas oriundos das teorias estruturalista e gerativista, utilizando a terminologia convencional da linguística ocidental. Também os manuais linguísticos do japonês de Makino & Tsutsui (1986; 1995; 2008), ainda que sejam trabalhos japoneses, são, porém, publicados em língua inglesa e

voltadas a um público internacional, de modo que se conformam totalmente aos paradigmas linguísticos ocidentais, pouco considerando as classificações linguísticas nativas japonesas.

Ainda que, ressalto, nem no primeiro caso acima o pesquisador costume “abandonar” o arcabouço linguístico da tradição ocidental, e nem, no segundo caso, o pesquisador ignore completamente as teorias e pontos de vista de linguistas japoneses, a tendência é as pesquisas se conformarem a um dos lados (linguística japonesa ou ocidental) e se utilizar do outro apenas para fundamentações acessórias.

Em minha opinião, independentemente da qualidade da pesquisa, cada uma das opções acima tem suas vantagens e suas desvantagens.

No primeiro dos casos acima, ainda que seja de grande notabilidade proporcionar acesso a conhecimentos pouco difundidos no ocidente, por outro lado, o trabalho talvez acabe se tornando pouco acessível para um pesquisador da área de línguas, mesmo que fluente em japonês (e o que dizer, ainda, dos não fluentes?), mas que não detenha um conhecimento ao menos básico das noções gramaticais dos estudos nativos do japonês, o que talvez contribua, assim, para manter a área de estudos da língua japonesa de certa forma isolada da linguística em geral.

Já no segundo caso acima, ainda que a visão gramatical ocidental por vezes proporcione desenvolvimentos que a *kokugogaku* e a *nihongogaku* não foram capazes de obter, muito acaba por se perder da riqueza de conhecimento existente no âmbito dessas duas disciplinas. Principalmente, defendo, a linguística ocidental não dá conta, por si só, de explicar a língua japonesa sem incorporar teorias e visões desenvolvidas pelos teóricos japoneses, mas que nem sempre são totalmente compatíveis com os paradigmas já estabelecidos nas gramáticas ocidentais. Conforme Okutsu (1999, p. 10-11), que estudou o mesmo elemento gramatical *だ* ‘*da*’, que é um dos focos desta pesquisa: “Porque a língua japonesa é a língua japonesa, deve ser necessário, primeiro, encarar o ‘*da*’ com olhos não tomados pelas amarras da gramática ocidental.”²⁰. Ao longo deste capítulo, discutirei com mais profundidade esse assunto.

Levando essas questões em consideração, então, deixo estabelecido que, neste trabalho, se buscará extrair o melhor de cada uma dessas duas possibilidades de estudos do japonês (aquela baseada principalmente nas linguísticas ocidentais e aquela majoritariamente fundamentada nas tradições linguísticas japonesas – em especial, na vertente reconhecida como

²⁰ Tradução minha. Original:

日本語は日本語なのだから、まず西洋文法にとらわれない目で「ダ」を見つめることが必要だろう。

kokugogaku). Utilizando como fontes tanto pesquisas desenvolvidas no ocidente quanto trabalhos de origem japonesa, pretendo traçar comparações e buscar assimilações entre as teorias de ambas as correntes, buscando produzir um texto compreensível tanto para leitores que sejam versados nas teorias linguísticas japonesas quanto para aqueles que não o são, de modo a, assim, quem sabe, possibilitar uma maior aproximação entre a área de estudos japoneses e os departamentos de linguísticas das universidades.

Para isso, é necessário, antes, buscar delinear onde estão as possíveis incompatibilidades entre as visões linguísticas ocidentais e as japonesas.

Prosseguindo-se, então, para a próxima seção deste capítulo introdutório, antes de apresentar mais detalhadamente o objeto de estudo desta pesquisa, discutirei alguns conceitos e fundamentações que aqui nos serão essenciais.

1.2. 詞 *SHI*, 辭 *JI*, LEXICAL E FUNCIONAL

As dificuldades em se pesquisar a língua japonesa no contexto acadêmico brasileiro não decorrem apenas da cisão entre as correntes teóricas mencionada na seção anterior, mas, também, da própria estrutura da língua japonesa – seja do ponto de vista morfossintático, semântico, pragmático ou discursivo – que difere enormemente da estrutura das línguas de origem indo-europeia, na qual se baseou o desenvolvimento da tradição linguística ocidental.

Antes de prosseguir, deve ser importante definir com melhor precisão aquilo que eu chamo de línguas de origem indo-europeia. De acordo com o dicionário de linguística de Trask (2007, p. 116 – grifos são do autor):

[O indo-europeu] é uma vasta família linguística. Desde há muito tempo, tinha-se consciência de que certas línguas eram surpreendentemente semelhantes a outras línguas. No fim do século XVIII, alguns linguistas começaram a perceber que certas línguas antigas da Europa e da Ásia, notavelmente, latim, grego e sânscrito (na Índia), eram tão extraordinariamente similares na sua estrutura gramatical que deviam ter uma origem comum. [...] Foi rapidamente percebido que o gótico (e as outras línguas germânicas), o persa antigo (e as outras línguas iranianas) e as línguas celtas também compartilhavam a mesma origem, assim como as línguas bálticas e eslavas, o albanês e o armênio. [...]

Aplicando-se reconstrução comparativa [...], linguistas puderam afinal alcançar uma reconstrução substancial de uma única língua que seria o ancestral remoto de todas essas línguas. Esse ancestral é chamado de *proto-indo-europeu*, ou PIE. [...]²¹

²¹ Tradução minha. Original:

“A vast language family. People have long been aware that certain languages are strikingly similar to certain other languages. In the late eighteenth century a few linguists began to realize that certain ancient languages of Europe and Asia, notably Latin, Greek and Sanskrit (in India), were so remarkably similar in their grammars that they

Dessa maneira, *indo-europeu* se refere a essa determinada família de línguas que, acredita-se, possuem como origem uma única língua original e que, por consequência, seriam significativamente similares em sua estrutura gramatical. Daqui por diante, pretendo utilizar a expressão *línguas indo-europeias* para me referir ao conjunto de idiomas dessa família, tal como o português, o inglês, o francês, o latim e o grego, entre outros.

Entendo que aquela grande área do conhecimento a que me refiro por *linguística ocidental* se desenvolveu, conforme será apresentado no capítulo 2, como continuação de estudos linguísticos greco-latinos que remetem à antiguidade – e no âmbito do qual foi desenvolvido um determinado paradigma de classificação linguística, que, em grande parte se mantém nos dias de hoje. Originada desse paradigma linguístico greco-latino, a linguística ocidental passou a ter como modelo, então, principalmente determinadas línguas indo-europeias modernas – aquelas das nações mais influentes no cenário internacional, como o inglês, francês, alemão etc.

Ainda que, em sua totalidade, o conjunto de idiomas chamados de indo-europeus seja, naturalmente, profundamente diverso, abarcando estruturas linguísticas das mais díspares em seu interior, incorro novamente aqui no pecado da generalização, e me referirei como *paradigma indo-europeu* de classificação linguística a esse modelo originado no greco-latino e utilizado ainda hoje na linguística ocidental moderna.

Defendo que a linguística ocidental, por estar fortemente embasada nesse paradigma indo-europeu, incorre em algumas dificuldades ao se trabalhar com idiomas distantes dessa família linguística, tal como o japonês.

Veremos um exemplo prático dessas dificuldades, ao buscar definir o que são elementos *funcionais* e elementos *lexicais*, a seguir.

Quanto à noção de *funcional*, vejamos a definição extraída de um outro dicionário da linguística ocidental, o de Dubois *et alii* (2011, p. 276 – grifos são dos autores):

[...] *Palavras funcionais* são as que indicam certas relações gramaticais entre os sintagmas que constituem uma frase (preposições), ou entre as frases (conjunções), ou que marcam a fronteira de um sintagma nominal que elas determinam (artigos). As palavras funcionais se distinguem dos morfemas lexicais porque são morfemas não autônomos, que só têm sentido relativamente à estrutura gramatical em que entram; são também denominados

must share a common origin. [...] It was quickly realized that Gothic (and the other Germanic languages), Old Persian (and the other Iranian languages) and the Celtic languages also shared the same common origin, as well as the Baltic and Slavic languages, and Albanian and Armenian. [...]

By applying comparative reconstruction [...], linguists were eventually successful in carrying out a substantial reconstruction of the single language which was the remote ancestor of all these languages. This ancestor is called Proto-Indo-European, or PIE. [...]"

marcadores estruturais, palavras instrumentais ou instrumentos gramaticais.

Fica evidente que se trata de uma definição que só considera a estrutura morfossintática das línguas indo-europeias. Como aplicar essa definição ao japonês, em que não existem artigos ou preposições?

Como já mencionei na seção anterior, entretanto, existem na linguística japonesa conceitos próximos aos de elementos *funcionais* e *lexicais* – respectivamente 辞 *ji* e 詞 *shi*. Vejamos a definição a seguir, de Kazuhiko Hayashi, obtida de um dicionário linguístico japonês:

[辞 *ji*] é uma das duas classes obtidas ao se classificar as palavras com base na sua natureza gramatical, opondo-se a 詞 *shi*.

(a) Em oposição às palavras que poderiam compor um *bunsetsu* por si só (*shi*, ou palavras independentes), Shinkichi Hashimoto chamou de *ji* as palavras que só poderiam compor um *bunsetsu* quando acompanhadas de um elemento *shi*. Correspondem [*shi* e *ji*, respectivamente,] às noções de Yoshio Yamada de palavras nocionais e palavras relacionais. Para Hashimoto, [o *ji*] incluía os *joshi* e os *jodôshi*, mas não ficou claro qual a diferença em relação a sufixos.

(b) Motoki Tokieda, em oposição às palavras que seriam expressas após passarem por um processo de conceptualização (*shi*), chamou de *ji* as palavras que não passavam por um processo de conceptualização ao serem expressas, considerando serem estes últimos expressões diretas da posição do agente linguístico. Consequentemente, além dos *joshi* e *jodôshi* (com a exceção de alguns *jodôshi*), incluiu aqui as interjeições, as conjunções e os advérbios de modalidade. [...] ²²

(KOKUGO GAKKAI, 1971, p. 475)

Quanto aos termos sem tradução no trecho citado, trata-se de conceitos linguísticos para os quais não é fácil de encontrar traduções adequadas em língua portuguesa.

O 文節 *bunsetsu*, já citado anteriormente, é uma unidade sintática e prosódica definida por Hashimoto, às vezes traduzido como ‘sintagma’ por pesquisadores brasileiros, tal como Doi (2012).

Já 助詞 *joshi* e 助動詞 *jodôshi*, em terminologia da *kokugogaku*, são classes gramaticais próprias da língua japonesa, sem um correspondente direto nas línguas de origem indo-europeia, e serão discutidas mais adiante. Por enquanto, é importante atentar para o fato de que, da mesma maneira que alguns elementos gramaticais da língua portuguesa, tais como preposições e artigos, não existem em japonês, é natural que, em contrapartida, existam na língua japonesa elementos gramaticais não presentes no português – esse é o caso dos *joshi* e *jodôshi*.

²² Tradução minha. Trechos entre colchetes são acréscimos meus. A íntegra do texto original, acompanhada de sua tradução completa, pode ser encontrada no Anexo deste trabalho.

De qualquer maneira, lendo-se com atenção as duas definições acima fornecidas – a definição de elemento *funcional*, tirada de um dicionário da linguística ocidental, e a definição de *ji*, extraída de um dicionário linguístico japonês –, deve ser possível perceber a semelhança entre os dois conceitos – assim, como ficam claras, também, a disparidade na forma de explicar conceitos semelhantes e a disparidade entre os paradigmas linguísticos indo-europeu e japonês.

Quanto às semelhanças entre as duas conceituações, tem-se: se a primeira definição diz que elementos *funcionais* só expressam sentido relativo à estrutura gramatical, em contraposição, os elementos *lexicais*, *autônomos*, poderiam expressar sentido por si só – ou seja, expressariam o que podemos chamar de *conteúdo*, tal qual o *shi* na visão de Tokieda, que seria expresso após um “processo de *conceptualização*”, ou as palavras *nocionais* de Yamada, que, como o nome diz, expressariam *noções* i.e. *conteúdo*. Ainda, se os elementos *funcionais* não são *autônomos*, como diz a primeira definição, também os *ji* não podem compor um *bunsetsu*, unidade sintática, por si só, ou seja, também não são *autônomos*.

Assim, mesmo que admitindo que os conceitos de elementos funcionais e lexicais não são *idênticos* aos de *ji* e *shi*, deve ser adequado dizer que são correspondentes, ressalvadas as diferenças entre os idiomas.

A compreensão dos conceitos de *funcional* e/ou *ji* será importante para as exposições que serão apresentadas ao longo deste trabalho, mas, considerando as diferenças entre as definições ocidental e japonesa, deve ser importante deixar aqui mais bem esclarecida a forma pela qual esses conceitos serão aqui encarados, assim, também, facilitando comparações entre a gramática do japonês com a do português e outros idiomas indo-europeus.

Dessa maneira:

1 – Serão aqui entendidos como elementos **lexicais**, e correspondente aos elementos 詞 *shi* da linguística japonesa, palavras dotadas de conteúdo semântico reconhecível, seja concreto ou abstrato, e que podem expressar sentido quando utilizadas por si só.

Assim, na língua portuguesa, sendo *substantivos*, *verbos* e *adjetivos* aqui considerados como palavras que nomeiam noções, sejam elas concretas ou abstratas, sejam elas objetos, ações ou qualidades, serão aqui classificados como elementos *lexicais* ou itens *lexicais*.

Na língua japonesa, elementos como 用言 *yôgen* (correspondente a verbos e adjetivos) e 体言 *taigen* (correspondente a nomes) serão considerados como elementos *lexicais*.

Considero como sinônimos de elemento *lexical*: elemento *nocional*, elemento *significativo* (dotado de significado).

2 – Serão aqui entendidos como elementos **funcionais**, e correspondente aos elementos 辭 *ji* da linguística japonesa, palavras de função primordialmente gramatical, sem conteúdo semântico aparente e que só expressam sentido quando utilizadas em combinação com elementos *lexicais*.

No português, *preposições*, *conjunções* e *artigos* serão aqui considerados como palavras que não nomeiam noções. Ainda que possamos dizer, por exemplo, que a preposição ‘para’ *indica* destino, não seria apropriado dizer que ‘para’ *significa* destino, uma vez que ‘para’ não nomeia a noção de destino. Pode-se, assim, considerar que itens desta natureza não possuem significado por si só, mas atuam no interior de uma frase, apenas em combinação com outras palavras. Por isso serão classificados como elementos *funcionais* ou itens *funcionais*.

Na língua japonesa, os elementos 助詞 *joshi* e 助動詞 *jodôshi*, a serem explicados adiante, serão aqui considerados como elementos *funcionais*.

Considero como sinônimos de elemento *funcional*: elemento *relacional*, elemento de função/natureza *gramatical*, elemento *não significativo* (não dotado de significado).

Não está nos objetivos deste trabalho classificar todos os elementos da língua japonesa ou portuguesa em *lexicais* ou *funcionais*. Nem é importante discutir aqui se, tal qual a definição de Tokieda antes apresentada, interjeições ou alguns tipos de advérbios são *funcionais* ou não, e nem ir atrás de possíveis exceções para as regras apresentadas. O importante aqui é apenas compreender qual a natureza de um elemento *funcional*.

Além disso, apenas chamo a atenção para o fato de que a classificação de um elemento em *lexical* ou *funcional* não é absoluta ou fixa. É muito comum que elementos *lexicais* passem por processos de gramaticalização, e sejam usados como elementos *funcionais* em algumas situações – há casos tanto na língua japonesa quanto na língua portuguesa. Alguns deles serão discutidos ao longo do trabalho.

Na seção seguinte, será discutida a classificação gramatical dos elementos do discurso da língua japonesa, assim como a conceituação de *joshi* e *jodôshi*, para, em seguida, ser apresentado aquele que será o objeto desta pesquisa – um tipo específico de *jodôshi*, o chamado 断定の助動詞 *dantei no jodôshi*.

1.3. VERBOS, SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS NA LÍNGUA JAPONESA

Esta seção talvez acabe parecendo, aos olhos do leitor, como um grande parêntesis, mas as considerações aqui apresentadas serão de grande importância para a continuidade das

exposições deste trabalho.

Na seção anterior, comentei que existiam, na língua japonesa, elementos – 助詞 *joshi* e 助動詞 *jodôshi* – que não podem ser facilmente correspondidos a elementos conhecidos das línguas indo-europeias. Mas antes de se discutir esses elementos, em primeiro lugar, deve ser importante lançar algumas ressalvas quanto ao habitual reconhecimento da correspondência das classes gramaticais do japonês às do que chamei de paradigma linguístico indo-europeu.

Em muitos trabalhos parece ser aceito sem questionamentos que, entre outros, os elementos que, na linguística japonesa são referidos como 動詞 *dôshi*, 形容詞 *keiyôshi* e 名詞 *meishi* se tratam, respectivamente dos verbos, adjetivos e substantivos da língua japonesa. Tal posicionamento é perceptível, por exemplo, na obra de Narahara (2002), que será, adiante, mais profundamente analisada no âmbito deste trabalho.

Entretanto, ao menos entre trabalhos brasileiros, é possível perceber certa relutância de alguns autores em admitir essas equivalências. Por exemplo, no primeiro manual de gramática destinado aos estudantes de Letras-japonês da Universidade de São Paulo (USP), Fukasawa *et alii* (1989), evitou-se traduzir a terminologia do japonês para o português, de modo que as classes gramaticais eram sempre referidas pelo seu nome japonês – *dôshi*, *keiyôshi*, *meishi* etc. –, aparentando certo zelo, por parte dos autores, quanto a admitir a correspondência direta entre os conceitos japoneses e os ocidentais.

Nesse manual, ao ser apresentado o *dôshi*, este é descrito como “um 用言 [predicador] que indica ação ou movimento. Assemelha-se, portanto, ao que denominamos ‘verbo’ no português. Entretanto, não possuem conjugação mas, simplesmente, formas de flexão [...]”²³ (p. 66). De maneira semelhante, o *meishi* é descrito como “vocábulo que se assemelha ao substantivo do Português” (p. 42).

Já quanto aos *keiyôshi*, estes são descritos da seguinte maneira: “[*keiyôshi*] é um 用言 [predicador] que indica qualidade ou estado e que pode formar um 述語 [predicado], com ou sem a junção de elementos relacionais.”²⁴ (p. 71), sem sequer ser mencionada a possível correspondência ao conceito de adjetivo.

Nesse sentido, também Suzuki (2002, p. 37), ainda que aponte *meishi* e *dôshi* como correspondentes a substantivos e verbos, evita traduzir *keiyôshi* como adjetivo e, em vez disso, prefere a nomenclatura “predicadores de qualidade”.

²³ Termos entre colchetes são inserção minha.

²⁴ Idem nota acima.

Em Morales (2011), obra que aborda tópicos avançados da gramática japonesa, produzida por professores da USP, optou-se por também por manter a nomenclatura japonesa ao se referir aos elementos gramaticais, ainda que, por vezes, seja indicada entre parênteses uma tradução para o português. Por exemplo, no capítulo de Hashimoto (2011, p. 15), da referida obra, que trata dos elementos 副詞 *fukushi*, geralmente admitidos como sendo os advérbios da língua japonesa, tem-se: “O *fukushi*, grosso modo, abrange o advérbio do português e, no caso do *ren'yōfukushi* (連用副詞), pode tanto modificar quanto qualificar o *dōshi* (動詞, verbos), o *keiyōshi* (形容詞, adjetivo) e o próprio *fukushi* [...]”.

Quanto a essas questões, levanto dois pontos:

1 – De fato, a particularidade da língua japonesa, em comparação às conceituações presentes na linguística ocidental, impele que manuais técnicos utilizem a terminologia japonesa – principalmente no caso dos trabalhos acima citados, ancorados nas visões teóricas da *kokugogaku* –, assim garantindo uma melhor preparação de estudantes que, por exemplo, tenham a intenção ou precisem, em algum momento, ler textos técnicos em língua japonesa;

2 – Considerando que verbos, adjetivos, substantivos, entre outros, são conceitos da linguística ocidental, baseados no paradigma indo-europeu, de fato, não necessariamente fica admitido que essa terminologia possa ser utilizada sem ressalvas para se referir aos elementos gramaticais da língua japonesa. Tendo em vista a grande disparidade do comportamento morfossintático dos elementos gramaticais japoneses em comparação àqueles das línguas indo-europeias, deve ser importante averiguar se os conceitos gramaticais ocidentais dão conta de representar os elementos gramaticais japoneses em sua essência – na morfossintaxe, mas também dos pontos de vista semântico e discursivo.

Essa é uma questão que coincide com as exposições de Vieira (2018, p. 33), quando este, reproduzindo as opiniões de José Borges Neto, coloca que:

[...] a Linguística não teoriza sobre um “objeto observacional” (conjunto de fenômenos que uma teoria recorta para si), mas sim sobre o “objeto teórico” já constituído da gramática tradicional. Ou seja, **a Linguística naturaliza os objetos teóricos da gramática tradicional e os protocolariza, confundindo-os com a própria realidade.** [...] Por mais críticos que sejam do paradigma tradicional, [os linguistas] não negam que em uma língua haja verbos, afixos, sujeitos, gêneros, entre outras categorias assumidas tacitamente, que acabam por naturalizar a tradição gramatical, colocando-a num estatuto atóxico. (grifos do autor)

No que diz respeito às questões aqui discutidas, entendo que o problema também

compreende a primazia de um paradigma indo-europeu de sistematização linguística, herdado dos antigos gregos e alexandrinos e normalizado (e também normatizado) pelos latinos, que acaba sendo tomado como padrão e aplicado “à força” a todas as demais línguas, indo-europeias ou não – enquanto que, pelo contrário, esse paradigma, desenvolvido em sua quase totalidade tendo como base um número restrito de idiomas provenientes de uma única família linguística, poderia ser revisado, expandido e aperfeiçoado a partir do reconhecimento e da incorporação de elementos e fenômenos que só existem em outras famílias linguísticas.

Para investigar de que maneira esses problemas se manifestam no que diz respeito à língua japonesa, tomemos a definição de substantivo (*nom*, em francês e *noun*, em inglês) do dicionário de Dubois *et alii* (2011, p. 532-533)

1. A gramática tradicional define como *substantivos* as palavras com que se designam os seres animados e o que ela reagrupou como “coisas”, a saber os objetos os sentimentos, as qualidades os fenômenos, etc. Assim, são substantivos: *André, gato, cadeira, revolução, reposição, tranquilidade, maldade, compota, copo, casa*. [...]

Em português, o substantivo pode ser caracterizado formalmente por um gênero e varia em número. As funções tradicionais do substantivo são: sujeito [...]; predicativo do sujeito [...]; aposto [...]; objeto direto [...]; objeto indireto [...]; e [...] adjunto adverbial. [...]

Essa definição tradicional do substantivo como sendo “os nomes das coisas” é em verdade problemática, conforme identificado na definição de substantivo (*noun*, em inglês) retirada do dicionário de linguística de Trask (2007, p. 188-189) a seguir:

[É] a parte do discurso que inclui palavras como *garota, árvore e felicidade*. Os gramáticos tradicionais tentaram frequentemente definir o substantivo como ‘o nome de uma pessoa, lugar ou coisa’, mas isso não funciona. Claramente, por exemplo, *vermelho* é o nome de uma cor e, assim, por essa definição, deveria ser um substantivo – entretanto, é mais normalmente um adjetivo [...].

Como qualquer parte do discurso, os substantivos podem ser adequadamente definidos somente em termos de seu comportamento gramatical. [...]

Uma melhor forma de identificar substantivos é uso de uma moldura gramatical adequada. Considere as duas molduras [em inglês] *The – was nice* e *The – were nice*. Se você puder inserir uma única palavra em um dos espaços vazios, então deve se tratar de um substantivo, pois a gramática do inglês permite substantivos, e apenas substantivos, aparecer nessas posições. [...]²⁵

²⁵ Tradução minha. Original:

“The part of speech which includes words like *girl, tree* and *happiness*. Traditional grammarians often tried to define a noun as ‘the name of a person, place or thing’, but this doesn’t work. Clearly, for example, *red* is the name of a colour, and so, by this definition, it should be a noun – and yet it is most usually an adjective [...].

Like any part of speech, nouns can be adequately defined only in terms of their grammatical behaviour. [...]

Não apenas a definição de substantivo como “o nome das coisas” é insuficiente, pois pouco objetiva, mas também as definições mais tradicionais de adjetivo como palavra que exprime “qualidade”, e de verbo como palavra que exprime “processo” são igualmente problemáticas – por que ‘beleza’ não é um adjetivo e ‘leitura’ não é um verbo? É porque possuem forma e exercem papel sintático que sabemos ser de substantivos, e não de adjetivos ou verbos.

É por esse motivo que Trask (2007), na definição acima, vai buscar definir o substantivo com base em seus aspectos gramaticais – o que também não é desconsiderado pela definição de Dubois *et alii* (2011), quando, nesta, são elencados todos os possíveis papéis sintáticos exercidos pelos substantivos.

Entretanto, se as classes gramaticais só podem ser definidas em termos de seu comportamento gramatical, e a gramática de uma língua específica é, naturalmente, diferente das gramáticas de outras línguas, a definição de cada classe gramatical seria também única para cada língua. A definição baseada nas molduras acima fornecidas para substantivo funciona para o inglês e talvez pudesse ser adaptada ao português e outras línguas indo-europeias através de uma simples tradução, mas, no caso do japonês, que possui uma morfossintaxe completamente distinta, seria necessário buscar uma moldura específica.

Isso significa que o conceito de substantivo está sendo tomado *a priori* – ou seja, primeiro supõe-se que o substantivo exista e depois busca-se encontrar em cada língua elementos que possam ser chamados de substantivos. Mas para se supor que exista o substantivo, não deveria haver uma conceituação em abstrato que pudesse justificar que o elemento possa ser procurado em mais de uma língua? Se, não sendo suficiente a definição de substantivo como “o nome das coisas”, e este tiver de ser definido através de uma moldura, e, a moldura adequada para a língua portuguesa não for a mesma da língua japonesa, qual é a razão para que ambos os elementos sejam considerados substantivos, se não há uma definição em comum?

Ainda no dicionário de Trask, a definição de adjetivo (p. 5-6) segue linha semelhante à da definição de substantivo acima, baseando-se em molduras específicas da língua inglesa. Já quanto à definição de verbo, tem-se:

[É] a parte do discurso que inclui palavras como *ir, ver, entender e parecer*.
A classe dos verbos é universal: não há, entre as línguas descobertas, uma em

A better way of identifying nouns is to use a suitable grammatical frame. Consider the two frames *The – was nice* and *The – were nice*. If you can put a single word into one of these blanks to make a good sentence, then that word must be a noun, because the grammar of English allows nouns, and only nouns, to appear in these positions. [...]

que não esteja presente uma classe nítida de verbos. [...]

O que une a classe dos verbos é seu comportamento gramatical. Por exemplo, verbos em inglês e em muitas outras línguas são marcados por tempo: *Susie drinks brandy* [Susie bebe conhaque] em contraposição a *Susie drank brandy* [Susie bebeu conhaque]. Verbos também frequentemente apresentam concordância, ainda que em inglês isso ocorra apenas em pequena medida, como em *Susie smokes* [Susie fuma] em contraposição a *Susie and Janet smoke* [Susie e Janet fumam].

Mas a característica mais central de um verbo é a exigência de que seja acompanhado por um ou mais sintagmas nominais, seus argumentos, numa frase gramatical. [...] Alguns poucos verbos, entretanto, são incomuns, tal como *chover* e *parecer*: *It's raining* [Está chovendo]; *It seems that Susie is away* [Parece que Susie está ausente]. [...] ²⁶

(TRASK, 2007, p. 316-317).

Também, aqui, a existência do verbo está sendo admitida *a priori* como sendo universal. Mas, neste caso, ao menos, tenta-se propor uma definição que funcionasse também universalmente: a de que o verbo seja um elemento acompanhado de *argumentos*.

No mesmo dicionário, quanto à definição de *argumento*, tem-se:

[É] qualquer um dos sintagmas nominais exigidos por um verbo em particular. Cada verbo exige que um certo número de sintagmas nominais (SN) o acompanhe numa frase para que o resultado seja gramatical; esses SNs são seus *argumentos*, e o número de SNs exigidos por um verbo é a *valência* daquele verbo. Por exemplo, os simples verbos intransitivos *sorrir* e *chegar* são *monovalentes*, exigindo apenas um argumento, o sujeito, como em *Susie sorriu*. [...] ²⁷

(TRASK, 2007, p. 23).

Dessa forma, para Trask, as definições de verbo e argumentos seriam complementares entre si. Por outro lado, pensando por exemplo, na gramática gerativa, a noção de argumento desvia bastante da descrita acima. Conforme Mioto *et alii* (2006, p. 57-67), se, no gerativismo, a frase é entendida como uma estrutura em que sintagmas englobam outros sintagmas hierarquicamente, entende-se, nessa corrente, que o núcleo de qualquer sintagma possa ter argumentos, independentemente da classe gramatical do elemento que ocupe esse núcleo.

²⁶ Tradução minha. Original:

“The part of speech which includes words like *go*, *see*, *understand* and *seem*. The class of verbs is universal: no language has ever been discovered which lacked a distinct class of verbs. [...]

What unites the class of verbs is their grammatical behaviour. For example, verbs in English and in many other languages are marked for tense: *Susie drinks brandy* versus *Susie drank brandy*. Verbs also frequently exhibit agreement, though English has only a tiny amount of this, as in *Susie smokes* versus *Susie and Janet smoke*.

But the most central characteristic of a verb is the requirement that it must be accompanied by one or more noun phrases, its arguments, in a grammatical sentence. A very few verbs, though, are unusual, such as *rain* and *seem*: *It's raining*; *It seems that Susie is away*. [...]

²⁷ Tradução minha. Original:

“Any one of the noun phrases required by a particular verb. Each verb requires some number of noun phrases (NPs) to accompany it in a sentence, if the result is to be grammatical; these NPs are its *arguments*, and the number of NPs required by a verb is the *valency* of that verb. For example, the simple intransitive verbs *smile* and *arrive* are *monovalent*, requiring only one argument, the subject, as in *Susie smiled*. [...]

Assim, de acordo com essa visão, verbos, adjetivos, substantivos e preposições, entre outros, poderiam constituir núcleos de sintagmas e serem acompanhados de um argumento externo, o *especificador*, e até dois argumentos internos, os *complementos*. Dessa forma, não ficaria restrita apenas a verbos a propriedade de que seja acompanhado de argumentos.

Entretanto, num primeiro momento, nos atenhamos somente à definição de Trask, e consideremos que apenas os verbos sejam acompanhados de argumentos. Um outro problema dessa definição é que o autor não explica satisfatoriamente a existência de verbos sem argumento. No caso dos exemplos ‘rain’ e ‘seem’, Trask não deixa claro se considera o expletivo ‘it’ como argumento dos verbos, o que levanta dúvidas quanto ao caso do português. Verbos como ‘chover’ ou ‘nevar’ aparentemente não possuiriam argumentos, a não ser que, forçosamente, admita-se que esses verbos sejam, na verdade, acompanhados sempre de um argumento oculto²⁸.

Mas e quanto à língua japonesa, seria a definição de Trask adequada? Verifiquemos a partir de alguns exemplos:

(1) 正月がもうすぐくる。 (Kitô)

Shôgatsu ga môsugu kuru.

Ano-novo / NOMINATIVO / logo / vir

“O Ano-Novo já vai chegar.”

No exemplo (1), くる ‘*kuru*’ (“vir”) é um elemento do tipo *dôshi*, que, como antes mencionado, são geralmente considerados como sendo os verbos da língua japonesa. Costuma-se considerar, também, que o elemento が ‘*ga*’, que surge em (1), atua para estabelecer caso nominativo ao elemento que o precede – ou seja, de modo que 正月 ‘*shôgatsu*’ (“Ano-Novo”) seja o sujeito de ‘*kuru*’ (“vir”). Da forma como está na frase, sem flexão, ‘*kuru*’ pode se referir a acontecimentos tanto do presente como do futuro. Em (1), fica claro que se trata de tempo futuro, ou seja, “O Ano-Novo já chegará.” ou “O Ano-Novo já vai chegar.”.

Compare-se, então, o exemplo (1) com o exemplo (2) a seguir:

²⁸ Conforme Mioto *et alii* (2016, p. 145), esse é, em verdade, o posicionamento da gramática gerativa – verbos como ‘chover’ e ‘nevar’ seriam acompanhados de um expletivo oculto como argumento externo.

(2) ハンバーグステーキがとてもおいしかった。 (Kitô)

Hanbâgusutêki ga totemo oishikatta.

Hamburger (de prato) / NOMINATIVO / muito / gostoso PASSADO

“O hamburger estava muito gostoso.”

Em primeiro lugar, é importante notar que, no exemplo (2), ainda que na tradução para português haja um verbo (“estar”), no texto em japonês não há nenhum *dôshi* na frase. *おいしかった* ‘*oishikatta*’ se trata, na verdade de uma forma flexional do *keiyôshi* *おいしい* ‘*oishii*’ (“gostoso”), que é um elemento comumente considerado como adjetivo.

Também, o mesmo ‘*ga*’ de caso nominativo que existia em (1) surge aqui ligado a *ハンバーグステーキ* ‘*hanbâgusutêki*’ (“hamburger”).

Assim, enquanto que, no português e outras línguas indo-europeias, geralmente usa-se um verbo como “ser” ou “estar” para se ligar o sujeito a um adjetivo, no japonês, o *keiyôshi* (encarado como adjetivo) pode ser ligado a um sujeito²⁹ sem precisar se utilizar de verbo.

Dessa maneira, somente a partir dos exemplos (1) e (2), poder-se-ia pensar em atribuir ao *keiyôshi* algumas características, citadas na definição de Trask acima, que geralmente são encaradas como sendo próprias de verbos:

1 – Se, em (1), ‘*shôgatsu*’ era argumento de ‘*kuru*’, e a frase (2) tem estrutura idêntica à de (1), por que não considerar que ‘*hanbâgusutêki*’ seja argumento de ‘*oishii*’?

2 – Se em (2), ‘*oishii*’ flexiona-se de modo a exprimir tempo passado (“estava gostoso”), não poder-se-ia dizer que os *keiyôshi* expressam a categoria gramatical de tempo?

Quanto ao item 1 acima, não pretendo provar aqui que o *keiyôshi* seja um elemento que recebe argumentos, e, de fato, não necessariamente defendo esse ponto de vista. Apenas chamo atenção ao fato de que, caso se queira advogar o contrário, ou seja, que os *keiyôshi* não recebem argumentos, seria necessária uma análise profunda da língua japonesa em busca de provas consistentes. Uma possível argumentação do tipo “a semântica dos adjetivos não trabalha com a presença de argumentos, e como *keiyôshi* é adjetivo, não pode ter argumentos, logo, ‘*hanbâgusutêki*’ não é argumento de ‘*oishii*’” também estaria partindo de uma premissa estabelecida *a priori* e que estaria sendo forçosamente aplicada à língua japonesa e, talvez, desprezando as características particulares da morfossintaxe e, mesmo, da semântica dos seus elementos. Sendo o comportamento sintático do *keiyôshi*, em larga medida, o mesmo que o dos

²⁹ Considerando, por conveniência, que o conceito de “sujeito” pode ser aplicado à língua japonesa, o que também poderia ser alvo de questionamentos da mesma linha dos que estão sendo aqui expostos.

dôshi, por que difeririam quanto à possível presença de argumentos?

Quanto ao item 2 acima, observemos, também, o exemplo (3):

(3) わたしは視線を感じた。 (Kitô)

Watashi wa shisen o kanjita.

Eu / TÓPICO / olhar / ACUSATIVO / sentir PASSADO

“Senti um olhar.”

Em (3), o *dôshi* 感じる ‘*kanjiru*’ (“sentir”) se conecta ao mesmo た ‘*ta*’ que, em (2), surgia ligado ao *keiyôshi* ‘*oishii*’ para exprimir sentido de ação passada (‘*kanjiru*’ + ‘*ta*’ → ‘*kanjita*’ = “senti”).

Assim, das três características comuns citadas por Trask (2007) como sendo próprias de verbos, poder-se-ia defender que duas delas estejam presentes tanto nos *dôshi* quanto nos *keiyôshi* da língua japonesa: a expressão de *tempo* e a presença de *argumentos* (apenas quanto à *concordância*, fica claro que não pode ser encontrada em nenhum dos dois elementos) – ainda assim, o *keiyôshi* é reconhecido como adjetivo e não como verbo. Mas como provar que o *keiyôshi* não é uma espécie de verbo monovalente³⁰?

Poder-se-ia também contra-argumentar que o *keiyôshi* só pode exprimir tempo por ter incorporado, no curso da sua formação morfológica, uma estrutura verbal no interior de suas formas flexionais³¹. Mas isso só reforçaria o fato de o *keiyôshi* ser uma estrutura complexa que talvez não possa ser explicada simplesmente com base no conceito de adjetivo da linguística ocidental.

Pensando novamente na gramática gerativa, esta sugere uma definição diferente para adjetivos e verbos. Conforme Mioto *et alii* (2016, p. 56-57), o adjetivo é um elemento que porta um traço nominal e um traço verbal, enquanto o verbo é um elemento que possua um traço verbal, mas não um traço nominal. Por um lado, parece uma definição que talvez possa ser mais bem aplicada aos *keiyôshi* e *dôshi* da língua japonesa. Entretanto, é ainda necessário investigar se os conceitos de *nominal* e *verbal* não estejam sendo tomados *a priori*. Se não houver uma definição sólida do que é um traço verbal e do que é um traço nominal, volta-se à estaca zero.

³⁰ Poder-se-ia argumentar, inclusive, que alguns *keiyôshi*, como 欲しい ‘*hoshii*’, recebam não apenas um, mas dois argumentos.

³¹ A formação ‘*oishikatta*’ ter-se-ia originado da chamada flexão *kari* (カリ活用 *kari katsuyô*) do japonês clássico que, conforme Nakamura (1997, p. 24) nasce da combinação do *keiyôshi* flexionado em ‘-ku’ com ‘*ari*’ que seria um tipo de verbo *dôshi* auxiliar (tal qual será discutido em 5.2.2.1). Dessa forma, ‘*oishikatta*’ seria formado a partir de ‘*oishiku*’ + ‘*ari*’ + ‘*ta*’ = ‘*oishiku-ari-ta*’ → ‘*oishikatta*’.

O dicionário de Dubois *et alii* (2011) vai apontar que verbos (p. 570-571), adjetivos (p. 19-20) e substantivos (p. 532-533) receberam diferentes definições em diferentes correntes linguísticas – estruturalismo, gerativismo, linguística distribucional etc. – tal como, no caso dos substantivos, continuando a definição já antes citada:

[...] 2. A linguística distribucional define como pertencendo à classe dos *substantivos* todo morfema que possa ser precedido de um morfema pertencente à classe dos determinantes, para formar com ele um sintagma nominal, constituinte imediato da frase de base.

3. A linguística gerativa define como *substantivo* todo morfema suscetível de ser inserido no lugar de um símbolo posição Δ , dominado pelo símbolo categorial S (correspondente ao N do fr. *nom* e do ingl. *noun*). [...]

(DUBOIS *et alii*, 2011, p. 533)

Não está no escopo deste trabalho investigar a fundo se alguma das diversas teorias, seja o gerativismo ou qualquer outra, propõe definições consistentes de verbos, adjetivos e substantivos que possam ser adequadamente aplicadas à língua japonesa, mas apenas alertar para o fato de que este é um problema que exige atenção e que deveria ser verificado em trabalho futuro.

Além disso, fica exposto o fato de que a linguística ocidental parece ter se amparado em conceitos concebidos a partir da estrutura de línguas indo-europeias, tomando-os como universais e buscando aplica-los a outras línguas incondicionalmente. Será que, pelo contrário, a estrutura morfossintática específica de línguas não indo-europeias, como o japonês, não poderia contribuir para expandir a compreensão das estruturas gramaticais e nos suscitar novas maneiras de enxergar as nossas línguas ocidentais?

Ainda que não esteja entre os objetivos deste trabalho propor uma *solução* para este problema, aponto, por outro lado, como uma das possíveis *causas* desse problema o fato de que conceituações como as de verbos, adjetivos e substantivos sejam talvez mais fáceis de serem entendidas do que explicadas. Pensando na língua portuguesa, é muito fácil identificar o que é um verbo. Já entre substantivos e adjetivos, pode haver certa dificuldade em diferenciá-los, tal como no caso da palavra ‘vermelho’, referida em citação de Trask (2007, p. 188-189), pois não há critérios formais suficientemente sólidos. Mas em grande parte dos casos, como ‘quente’ e ‘forte’ em oposição a ‘livro’ e ‘saúde’, não é difícil reconhecer que se tratam, os dois primeiros, de adjetivos e, os dois últimos, de substantivos. De maneira geral, reconhecemos com alguma facilidade as classes gramaticais, ainda que seja extremamente difícil chegar a uma definição consistente – e mais ainda a uma definição que seja universal.

No que interessa aos propósitos deste trabalho, tal como no caso apresentado na seção

anterior quanto à correspondência dos conceitos de *funcional* e *lexical* aos conceitos de *ji* e *shi*, também quanto às classes gramaticais falta-nos uma base teórica consistente que assegure a correspondência de substantivos a *meishi*, verbos a *dôshi* e adjetivos a *keiyôshi*.

Dessa forma, apenas por conveniência, acatarei, forçosamente, a validade da correspondência comumente aceita de que *meishi* são substantivos, *dôshi* são verbos e *keiyôshi* são adjetivos – assim como outras correspondências comuns, como a de que *fukushi* são advérbios, e outras que surgirão adiante, para, assim, facilitar a comparação da língua japonesa com a língua portuguesa e/ou outras línguas, assim como facilitar a compreensão deste texto para um leitor não familiarizado com as categorizações gramaticais tradicionais das linguísticas japonesas.

Chamo atenção do leitor para que veja essas correspondências com ressalva, principalmente no caso dos *keiyôshi*: julgo que sua correspondência ao conceito ocidental de adjetivo precisa ser estudada com cautela em trabalho futuro, tendo em visto as particularidades de seu funcionamento morfossintático – o que será brevemente retomado na próxima seção.

Assim, por questão de didatismo e por falta de opção melhor, neste trabalho, ao me referir aos elementos *dôshi* da língua japonesa, usarei a expressão “verbos *dôshi*”; para me referir aos *keiyôshi*, usarei “adjetivos *keiyôshi*” e, para me referir aos *meishi*, usarei “substantivos *meishi*”. Também, para as demais classes gramaticais da língua japonesa, me referirei a ela sempre utilizando seu nome em japonês precedido por uma possível tradução para o português.

Se esta seção acabou parecendo uma grande digressão, ao menos serviu para apresentar aspectos do comportamento morfossintático dos elementos *dôshi* e *keiyôshi* que serão relevantes para as discussões que se seguirão. Dessa forma, na seção seguinte, serão exploradas outras classes gramaticais da língua japonesa, cuja compreensão possibilitará, finalmente, a apresentação dos objetivos desta pesquisa.

1.4. A CLASSIFICAÇÃO GRAMATICAL JAPONESA E O JODÔSHI

Considerando as questões expostas na seção anterior, é importante, agora, atentar ao fato de que, no japonês, além dos *keiyôshi*, existe uma outra classe gramatical que também costuma ser considerada como adjetivo, e que na *kokugogaku* é normalmente conhecida como 形容動詞 *keiyôdôshi* – assim, é comum o ponto de vista de que no japonês existem dois tipos de adjetivos: os *keiyôshi* e os *keiyôdôshi*.

No exemplo (4) abaixo, 平気 ‘*heiki*’ é um elemento da classe dos *keiyôdôshi*, que tem

o significado de estar calmo ou indiferente:

- (4) 私は平気。 (Akutagawa, *Rojô*)
Watashi wa heiki.
Eu / TÓPICO / indiferente
(lit.) “Eu estou indiferente.” → “Eu não ligo.”

Em (4), pode-se perceber que, tal qual os *keiyôshi*, os *keiyôdôshi* podem ser utilizados sem a presença de um verbo *dôshi* – ainda que, na tradução ao português, se torna inevitável acrescentar um verbo como ‘ser’ ou ‘estar’.

Os *keiyôdôshi* se diferenciam dos *keiyôshi* principalmente por conta de sua estrutura morfológica – enquanto estes últimos são reconhecidos por sua terminação em *-i*, tal como ‘*oishii*’ no exemplo (2), os primeiros são reconhecidos por sua terminação em *-na*, quando em posição pré-nominal³². Assim, numa formação como 平気な顔 ‘*heiki-na kao*’ (“rosto indiferente”), pode-se verificar a presença do な ‘*-na*’ característico dos *keiyôdôshi*.

Enquanto, como visto na seção anterior, os *keiyôshi* são elementos com comportamento sintático semelhante aos verbos *dôshi*, os *keiyôdôshi* são elementos cuja morfossintaxe é mais próxima dos substantivos *meishi*, conforme será explorado mais adiante neste capítulo.

Isso talvez indique que os *keiyôdôshi* é que estão mais próximos dos adjetivos do português e das línguas indo-europeias em geral – afinal, conforme apontado por Colombat *et alii* (2017, p. 94-95), o que entendemos hoje como adjetivos foram originalmente tomados como *nomes*, tanto pelos gregos como pelos latinos, por conta de sua morfologia declinável nessas línguas. Foi apenas na Idade Média que surgiu a oposição *nomes substantivos* e *nomes adjetivos*.

No ensino de japonês a estrangeiros, a terminologia *keiyôdôshi* costuma ser deixada de lado, e ambos os elementos (*keiyôshi* e *keiyôdôshi*) passam a ser referidos como *keiyôshi* e classificados, de acordo com sua terminação, em *i-keiyôshi* e *na-keiyôshi* – ou, como são popularmente conhecidos nos cursos de língua japonesa no Brasil, adjetivo-i e adjetivo-na.

Neste trabalho, serão referidos como adjetivos *keiyôshi* e adjetivos *keiyôdôshi*³³. Estes últimos, por conta de sua natureza nominal, têm uma importância especial para este trabalho e

³² Por “posição pré-nominal”, entenda-se: precedendo um elemento que faça parte do grupo dos 体言 *taigen*, cuja definição será apresentada a seguir.

³³ Chamo atenção, então, aos leitores não familiarizados com esta opção terminológica, para que se destine um cuidado especial à diferenciação dos elementos a que referem essas duas denominações tão parecidas, *keiyôshi* e *keiyôdôshi*, de modo a evitar confusões quando estas forem surgindo ao longo do trabalho.

serão mais explorados adiante.

Mas, para melhor compreendê-los, é importante, ainda, examinar outros dois conceitos elementares da *kokugogaku*: o 用言 *yôgen* e o 体言 *taigen*.

O *yôgen*, que costuma ser traduzido como *predicador* – conforme Okata & Mukai (2012) – ou *predicativo* – conforme Sukuzi (2012, p. 39) é definido da seguinte maneira, por Akio Tanaka, no dicionário de linguística Kokugo Gakkai (1980, p. 894):

No método de classificação de classes gramaticais, [*yôgen*] é um termo genérico empregado para se referir a elementos flexionáveis capazes de constituir um predicado (*jutsugo*) por si só.

É uma classificação de amplo escopo que, abrangendo verbos *dôshi* e adjetivos *keiyôshi*, possui a característica de descrever ações e comportamentos, assim como a existência, a natureza ou estado das coisas.

Shinkichi Hashimoto apontou que *yôgen* são os elementos *shi* (independentes) flexionáveis: verbos *dôshi* e adjetivos do tipo *keiyôshi* e *keiyôdôshi*. Podem “formar predicados, tomar modificadores adverbiais (*ren'yô*), e, a depender de sua forma, indicar uma parada, descrever ações intencionais, processos naturais, atributos ou estados”.

Yoshio Yamada descreveu que os *yôgen* são termos que contêm força de *chinjutsu* (predicação), expressando várias propriedades ao mesmo tempo. Determinou ser o *chinjutsu* a característica especial do *yôgen*, que incluiria os verbos *dôshi*, os adjetivos *keiyôshi* e os elementos que expressam existência ([que chamou de] *sonzaishi*).

Motoki Toekieda não reconhecia a existência de *chinjutsu* nos *yôgen*, que definiu como sendo os elementos que apresentam mudança de forma ao se conectar a outros termos, compreendendo verbos *dôshi* e adjetivos *keiyôshi*.

Por outro lado, definiu como *taigen* os elementos que não mudam de forma, assim dividindo os elementos independentes *shi* em *yôgen* e *taigen*. [...] ³⁴

Conforme o último parágrafo da citação acima, os elementos lexicais *shi* da língua japonesa costumam ser subdivididos em *yôgen* – elemento flexionável capaz de atuar como predicador da frase – e *taigen* – elemento não flexionável, que não poderia predicar a frase por si só.

Neste trabalho, me referirei aos *yôgen* como predicadores, e aos *taigen*, seguindo Hashimoto (2011, p. 15) como nomes – dessa maneira, quando surgir o termo “nominal” neste trabalho, no que diz respeito à língua japonesa, estará sendo usado para se referir àquilo que for relativo aos *taigen*.

Assim, enquanto os predicadores *yôgen* abrangem os verbos *dôshi*, os adjetivos *keiyôshi* e, a depender da teoria, também os adjetivos *keiyôdôshi*, os nomes *taigen* incluem os substantivos *meishi*, os numerais 数詞 *sûshi* e os pronomes 代名詞 *daimeishi*.

³⁴ Tradução minha. Trechos entre colchetes são acréscimos meus. A íntegra do texto original, acompanhada de sua tradução completa, pode ser encontrada no Anexo deste trabalho.

Surge então um problema quanto aos adjetivos *keiyôdôshi* – são eles *yôgen* ou não? A partir dos exemplos (1) a (3) da seção anterior, ficam claras as semelhanças entre os *dôshi* e os *keiyôshi*, assim como os motivos por que são classificados como estando no mesmo grupo, dos *yôgen*. No caso dos *keiyôdôshi*, entretanto, a dificuldade em sua classificação se dá, em especial, por conta da sua estrutura morfológica. Mas para melhor compreender essa estrutura é necessário, antes, conhecer um outro elemento gramatical do japonês – o *jodôshi*.

No final da seção 1.2, comentei que na língua japonesa existiam dois elementos gramaticais específicos, o *joshi* e o *jodôshi*, que eram elementos funcionais que não podiam ser facilmente correspondidos a elementos gramaticais reconhecíveis na linguística ocidental. Chegou a hora de apresentar suas definições.

Os 助詞 *joshi*, popularmente conhecidos como *partículas* pelos estudantes brasileiros de japonês, também referidos como *morfemas* em alguns trabalhos acadêmicos – tal como Morales (2011) –, são elementos funcionais não flexionáveis que, geralmente pospostos a elementos lexicais, acrescentam sentidos a esses ou estabelecem relações desses com outros elementos lexicais.

Uma tradução mais ou menos literal de *joshi* seria “palavra auxiliar” ou “elemento auxiliar”. Considerando que, de maneira geral, um *joshi* é formado por um único morfema³⁵ não é inadequado se referir a *joshi* como morfema, mas não parece apropriado usar “morfema” como tradução de *joshi*, uma vez que *joshi* não representa o conceito de morfema em sua essência. Assim, não utilizarei essa opção neste trabalho. Por outro lado, também não estou certo quanto à opção de se referir a *joshi* como partícula – julgo ser necessário um exame detalhado dos conceitos³⁶.

Entretanto, já que, não sendo o *joshi* o objeto de estudo deste trabalho, não

³⁵ À exceção dos *joshi* compostos 複合助詞 *fukugô joshi*.

³⁶ Quanto a essa questão, Dubois *et alii* (2011, p 429) definem *partícula* como sendo

[...] um morfema gramatical não autônomo, que forma com o morfema léxico uma unidade de acento ou palavra. Sob o nome de *partículas*, se reagrupam, seguidamente, os afixos (sufixos, prefixos), as conjunções de coordenação (como no latim *-que*), os advérbios negativos (como no francês *ne*, no grego *mê*), as preposições (como no francês *de*).

Considerando, a partir dessa definição, que *partícula* seja um nome genérico dentro do qual podem se situar elementos de diferentes classes gramaticais, é possível questionar se a opção de se referir por esse nome aos *joshi* da língua japonesa não evidencie uma falta de preocupação em delimitar e definir classes gramaticais que não sejam fundamentadas pelo paradigma indo-europeu de divisão das partes do discurso. Se, em línguas ocidentais, alguns *afixos*, *conjunções* e *preposições*, ainda que possam ser identificados como partículas, são reconhecidos como fazendo parte de classes gramaticais próprias (i.e., as classes dos *afixos*, *conjunções*, *preposições* etc.), também os *joshi* da língua japonesa devem carecer de um nome próprio (ou talvez, mais de um nome, a depender das diferenças de funcionalidade) que identifique suas funcionalidades específicas, em vez de serem simplesmente chamados, de maneira genérica, de *partículas*.

aprofundarei estas questões e, por conveniência, optarei por me referir a eles como partículas, já que se trata da denominação mais difundida.

Considera-se que, entre as principais funções dos *joshi* está atribuir caso ou papel temático a construções nominais, ou estabelecer relações entre os elementos da frase – tal qual fazem as preposições e conjunções das línguas indo-europeias.

Assim, no exemplo (5) abaixo, os termos em destaque são *joshi*:

(5) 下人の行方は、誰も知らない。 (Akutagawa, *Rashômon*)

Genin no yukue wa, daremo shiranai.

Servo / GENITIVO / paradeiro / TÓPICO / todos / saber NEGATIVO

“O paradeiro do servo ninguém jamais soube.”³⁷

No exemplo, acima, *の* ‘no’ é considerado um *joshi* que indicaria caso genitivo (下人 *の*行方 *genin no yukue*, “o paradeiro do servo”) e *は* ‘wa’ – que já havia surgido nos exemplos (A) a (E) da Introdução, e (3) e (4) deste primeiro capítulo –, um *joshi* que indica o tópico da frase, ou seja aquilo de que se fala (no caso, o tópico é 下人の行方 *genin no yukue*, “o paradeiro do servo”). Também o *が* ‘ga’, de caso nominativo, que havia surgido em (F), (1) e (2), é um *joshi*.

Ainda que nem todas as partículas *joshi* se conectem necessariamente a nomes *taigen*, chamo a atenção aqui para o fato de que, entre os *joshi*, existe um subtipo – o dos 格助詞 *kakujoshi* – que exerce, na língua japonesa, a função que, em algumas línguas ocidentais, é executada pelo fenômeno da *declinação*, ou seja, da flexão de elementos nominais de modo atribuir a este um papel sintático – ou seja, um *caso* – no interior da frase.

De maneira semelhante, aquele último elemento da língua japonesa que resta ser aqui apresentado, o 助動詞 *jodôshi*, se conecta majoritariamente a predicadores *yôgen*, atribuindo a estes propriedades que poderíamos corresponder a, entre outros, tempo, modo e voz da linguística ocidental, ou seja, substituem a função exercida pelo fenômeno da *conjugação* na maioria das línguas ocidentais.

Kokugo Gakkai (1971, p. 549) apresenta a seguinte definição dos *jodôshi*, escrita por Masashi Nagano:

Termo que não pode ser utilizado independentemente, sempre tendo de ser conectado a um outro termo, complementando o seu significado, e podendo expressar diferentes formas de juízo por parte do falante. Possui flexões. Chama-se de elementos dependentes ou elementos funcionais *ji* o grupo que

³⁷ Tradução de Madalena Hashimoto Cordaro e Junko Ota (AKUTAGAWA, 2008, p. 34).

compreende os *jodôshi* e as partículas *joshi*, estas, não flexionáveis. Ainda que principalmente utilizado ao ligar-se a predicadores *yôgen*, também há casos em que se liga a nomes *taigen*. Ainda, há situações em que os *jodôshi* se encadeiam mutuamente, mas a ordem da conexão tem suas próprias regras. Originalmente, a nomenclatura *jodôshi* vem da tradução de *auxiliary verb* (verbo auxiliar) da gramática do inglês, mas há grande diferença entre um e outro. Um *auxiliary verb* é um elemento que era originalmente um verbo, agindo como auxiliar de outros verbos e tendo o papel de expressar modo (*mood*) e tempo (*tense*) etc. Assim, apresentando independência, o que o coloca mais próximo, na língua japonesa, dos *hojo-yôgen* (predicadores auxiliares). Os *jodôshi* da língua japonesa, à exceção do tipo que inclui ‘*nari*’, ‘*tari*’, ‘*gotoshi*’, ‘*da*’ e ‘*desu*’, são sempre usados ligados diretamente à desinência flexionável de um predicador *yôgen*. Assim, não devemos ignorar a diferença que existe entre os chamados *jodôshi* e os *auxiliary verbs*. É essa a razão que levou Yoshio Yamada a nomear os *jodôshi* do tipo de ‘*nari*’ e ‘*tari*’ de *keishiki-yôgen* (predicador pró-forma), e os demais de *fukugobi* (sufixo flexional composto). [...] ³⁸

No mesmo dicionário (KOKUGO GAKKAI, 1971, p. 549-550), os *jodôshi* são classificados em 17 tipos diferentes, de acordo com o sentido que acrescenta ao termo a que se conecta. Para ilustrar melhor a extensão do *jodôshi*, reproduzo a seguir essa classificação, com tradução minha, para uma melhor compreensão:

³⁸ Tradução minha. Trechos entre colchetes são acréscimos meus. A íntegra do texto original, acompanhada de sua tradução completa, pode ser encontrada no Anexo deste trabalho.

Tabela 1 – Lista de *jodôshi* por significado

SENTIDO	EXEMPLOS NO JAPONÊS CLÁSSICO	EXEMPLOS NO JAPONÊS MODERNO
受身 <i>ukemi</i> voz passiva	る <i>ru</i> , らる <i>raru</i>	れる <i>reru</i> , られる <i>rareru</i> ³⁹
可能 <i>kanô</i> capacidade		
自発 <i>jihatsu</i> voz reflexiva		
使役 <i>shieki</i> voz causativa	す <i>su</i> , さす <i>sasu</i> , しむ <i>shimu</i>	せる <i>seru</i> , させる <i>saseru</i>
尊敬 <i>sonkei</i> respeito	る <i>ru</i> , らる <i>raru</i> , す <i>su</i> , さす <i>sasu</i> , しむ <i>shimu</i>	れる <i>reru</i> , られる <i>rareru</i>
謙讓 <i>kenjô</i> / 丁寧 <i>teinei</i> modéstia/polidez	—	ます <i>masu</i>
打消 <i>uchikeshi</i> negação	ず <i>zu</i>	ない <i>nai</i> , ぬ <i>nu</i> , ん <i>n</i>
過去 <i>kako</i> passado	き <i>ki</i> , けり <i>keri</i>	た <i>ta</i>
完了 <i>kanryô</i> ação concluída	つ <i>tsu</i> , ぬ <i>nu</i> , たり <i>tari</i> , り <i>ri</i>	
推量 <i>suiryô</i> / 未来 <i>mirai</i> suposição/futuro	む <i>mu</i> , むず <i>muzu</i> , らむ <i>ramu</i> , けむ <i>kemu</i> , めり <i>meri</i> , らし <i>rashi</i> , べし <i>beshi</i> , まし <i>mashi</i> , まじ <i>maji</i> , じ <i>ji</i>	う <i>u</i> , よう <i>yô</i> , らしい <i>rashii</i> , まい <i>mai</i>
意志 <i>ishi</i> intenção	む <i>mu</i> , むず <i>muzu</i> , べし <i>beshi</i> , まじ <i>maji</i> , じ <i>ji</i>	う <i>u</i> , よう <i>yô</i> , まい <i>mai</i>

³⁹ Ainda que Nagano tenha colocado れる ‘*reru*’ e られる ‘*rareru*’ como *jodôshi* de capacidade, apenas ‘*rareru*’ é que deve ser considerado como tal – em formações como 食べられる ‘*taberareru*’ (“consigo comer”). No caso, por exemplo, de 帰れる ‘*kaeruru*’ (“consigo voltar”), como forma de capacidade de 帰る (“voltar”), costuma-se considerar, no âmbito da *kokugogaku*, que ‘*kaeruru*’ seja um verbo *dôshi* particular, adicionado do sentido de capacidade, e não uma ligação a um *jodôshi* ‘*reru*’. No caso de se pretender tomar o ‘*reru*’ de ‘*kaeruru*’ como *jodôshi*, dever-se-ia, então, tomar também como *jodôshi* as mais variadas terminações das formas de capacidade, como ‘*eru*’, ‘*keru*’, ‘*geru*’, ‘*seru*’, ‘*teru*’ etc. O mais adequado, entretanto, talvez fosse tomar somente o segmento ‘-*eru*’, presente em quase todos os casos de capacidade, como um *jodôshi* particular – o que não se chegou a realizar possivelmente por conta de os gramáticos japoneses terem ficado fixados à escrita silábica do idioma, o que os deve ter impedido de se atentar a possíveis divisões intrassilábicas.

SENTIDO	EXEMPLOS NO JAPONÊS CLÁSSICO	EXEMPLOS NO JAPONÊS MODERNO
希望 <i>kibô</i> desejo	たし <i>tashi</i> , まほし <i>mahoshi</i> [<i>maoshi</i>]	たい <i>tai</i>
指定 <i>shitei</i> especificação	なり <i>nari</i> , たり <i>tari</i>	だ <i>da</i> , です <i>desu</i> , のだ <i>noda</i> , のです <i>nodesu</i>
比況 <i>hikyô</i> comparação	ごとし <i>gotoshi</i>	ようだ <i>yôda</i> , ようです <i>yôdesu</i>
様態 <i>yôtai</i> aparência	—	そうだ <i>sôda</i> , そうです <i>sôdesu</i>
伝聞 <i>denbun</i> informação adquirida de fonte externa	なり <i>nari</i>	
詠嘆 <i>eitan</i> admiração	けり <i>keri</i> , なり <i>nari</i>	—

Fonte: Kokugo Gakkai (1971, p. 549-550).

A classificação acima não necessariamente é admitida por todos os autores, mas é suficiente para se ter uma dimensão clara do funcionamento dos *jodôshi* na língua japonesa.

Pode-se encontrar ocorrências de *jodôshi* nos exemplos (5) e (6) abaixo (*jodôshi* estão em destaque):

(5) 下人の行方は、誰も知らない。(Akutagawa, *Rashômon*)

Genin no yukue wa, daremo shiranai.

Servo / GENITIVO / paradeiro / TÓPICO / todos / saber NEGATIVO

“O paradeiro do servo ninguém jamais soube.”

(6) 信号所に汽車が止まった。(Kawabata)

Shingôjo ni kisha ga tomatta.

Entroncamento / DESTINO / trem / NOMINATIVO / parar PASSADO

“O trem parou num entroncamento.”⁴⁰

No exemplo (5), *ない* ‘*nai*’, que costuma ser considerado como um *jodôshi* de negação (打消の助動詞 *uchikeshi no jodôshi*, conforme Tabela 1), liga-se ao verbo *dôshi* 知る ‘*shiru*’ (“saber”) para atribuir a este um sentido de negação: 誰も知らない ‘*daremo shiranai*’ = (lit.)

⁴⁰ Tradução de Neide Hissae Nagae, retirada de Kawabata (2004, p. 9).

“todos não sabem” → “ninguém sabe”.

Em (6), た ‘ta’, que já havia surgido em (1) e (2), é um *jodôshi* que exprime sentido de passado (過去の助動詞 *kako no jodôshi*, conforme Tabela 1) ou ação concluída (完了の助動詞 *kanryô no jodôshi*, conforme Tabela 1). A distinção formal entre os dois tipos (passado X ação realizada), conforme a tabela, parece ter se perdido no japonês moderno, e não é importante aqui especificar se, nos exemplos apresentados, o ‘ta’ expressa um ou outro dos dois sentidos. Em (6), por exemplo, basta compreender que ‘ta’ se liga ao verbo *dôshi* 止まる ‘*tomaru*’ (“parar”), atribuindo a este um sentido de um acontecimento passado: 止まった ‘*tomatta*’ = “parou”.

Quanto à terminologia, conforme a definição acima apresentada, a nomenclatura *jodôshi* teria sido concebida visando representar o conceito de *verbo auxiliar* da língua inglesa, havendo ainda autores que utilizam essa opção de tradução – Narahara (2002, p. 6-7; 25; 46; 48-49; 53; 67; 116; 139), por exemplo, se refere aos *jodôshi* como “*auxiliary verbs*”. Entretanto, ainda conforme a citação apresentada, essa não é uma correspondência adequada, uma vez que o *jodôshi* não tem o mesmo comportamento das categorias que nas línguas indo-europeias eram chamados de verbos auxiliares. Além disso, posteriormente ao surgimento da denominação “*jodôshi*”, passou a ser reconhecida na língua japonesa a categoria dos 補助動詞 *hojo-dôshi*, subtipo dos 補助用言 *hojo-yôgen* mencionado na definição acima apresentada, encarados como os legítimos verbos auxiliares da língua japonesa – se trata, por exemplo, dos verbos いる ‘*iru*’, ある ‘*aru*’, いく ‘*iku*’ e くる ‘*kuru*’ que se ligam a outros verbos *dôshi* por intermédio do conector て ‘*te*’.

Em publicações em língua portuguesa, por outro lado, é comum encontrar a tradução “auxiliares verbais” para *jodôshi*, conforme Mukai & Suzuki (2016) e Suzuki *et alii* (2012) e Morales (2011). Na seção 4.2.4, mais adiante, discutirei a denominação “auxiliar verbal” e outras possibilidades de tradução que poderiam ser utilizadas para se referir aos *jodôshi* em português. Neste trabalho, entretanto, como o objeto de estudo é um próprio elemento da classe *jodôshi*, de maneira que essa categoria estará a todo momento em discussão, me absterei, no caso dele, de seguir a regra que estabeleci para as outras categorias, de utilizar o nome japonês precedido de tradução em português, e utilizarei somente “*jodôshi*”.

As dificuldades em relação ao *jodôshi*, por outro lado, não estão somente no âmbito da terminologia – o próprio reconhecimento da existência destes como classe gramatical não é

unânime. Conforme Nakazaki & Shirota (2016, p. 68), em especial no ensino de japonês para estrangeiros, é comum que o conceito de *jodôshi* seja deixado de lado e que os elementos que a *kokugogaku* reconhecia como *jodôshi* sejam tratados meramente como parte flexional dos predicadores *yôgen*.

Essa diferença de tratamento tem a ver com o reconhecimento de uma maior ou menor extensão do caráter aglutinante da língua japonesa. Dubois *et alii* (2011, p. 29), apresenta a seguinte definição para línguas aglutinantes:

Línguas aglutinantes são as que apresentam a característica estrutural da aglutinação, isto é, a acumulação, após o radical, de afixos distintos, a fim de exprimir as relações gramaticais [...]. As palavras de uma língua aglutinante são assim analisáveis numa série de morfemas claramente distintos. As línguas aglutinantes se distinguem das línguas flexionais.

Assim, a relação entre os nomes *taigen* e as partículas *joshi*, é mais nitidamente aglutinante, uma vez que esta se dá a partir da justaposição dos elementos (*taigen + joshi*), que se mantêm inalterados. Por exemplo, em ‘*genin no*’ do exemplo (5), o substantivo *meishi* ‘*genin*’ se liga ao *joshi* ‘*no*’, sem que se precise flexionar ou modificar nenhum dos dois elementos.

Por outro lado, no caso dos predicadores *yôgen*, é impossível ignorar que há características flexionais, independentemente da aceitação ou não da presença de um *jodôshi* ali. Pensando-se no exemplo (5), mesmo que se adote uma visão que reconheça a existência dos *jodôshi*, não se pode deixar de considerar que o verbo *dôshi* ‘*shiru*’ flexiona-se em ‘*shira*’ ao se conectar a ‘*nai*’ para formar ‘*shiranai*’. Com isso, não é inesperado que surjam visões gramaticais a considerar que toda cadeia morfológica ‘*shiranai*’ se trate de uma forma flexional de ‘*shiru*’ e não de uma ligação de ‘*shiru*’ com um elemento diverso ‘*nai*’.⁴¹

Em resumo, pode-se identificar duas principais visões no que diz respeito aos *jodôshi*:

1 – Uma visão, predominante (mas não unânime) na *kokugogaku*, de acordo com a qual os predicadores *yôgen* possuem tanto propriedades flexionais quanto aglutinativas, de modo a se conectar a elementos *jodôshi* que lhe adicionam novos sentidos;

2 – Uma visão, com grande respaldo na *nihongogaku*, de acordo com a qual os *yôgen* são predominantemente flexionais e obtêm novos sentidos essencialmente a partir de sua própria flexão, podendo-se, assim, descartar a existência da classe gramatical dos *jodôshi*.

No caso deste trabalho, em que grande parte das fontes bibliográficas são trabalhos

⁴¹ A esse respeito, Nakazaki e Shirota (2016, p. 67) apontam que há autores que consideram que também os nomes *taigen* não são elementos aglutinantes, mas, sim, flexionáveis, reproduzindo um fenômeno semelhante ao da declinação de algumas línguas ocidentais. De acordo com essa visão, no caso do exemplo (5), a cadeia ‘*genin no*’ seria uma flexão do substantivo *meishi* ‘*genin*’, e não uma ligação de ‘*genin*’ com um elemento diverso ‘*no*’.

concebidos no âmbito da *kokugogaku*, torna-se inevitável trabalhar com o conceito de *jodôshi* – ainda que de maneira cautelosa, conforme tem sido feito até agora.

Quanto à visão que descarta o *jodôshi*, reconheço que possa ter maiores vantagens para o ensino do idioma como língua estrangeira, mas não estou certo de que seja a visão que retrate mais adequadamente a natureza morfossintática da língua japonesa, conforme será discutido ao longo do capítulo 4.

De qualquer maneira, mesmo na visão que reconhece os *jodôshi*, o objeto de estudo desta pesquisa seria um tipo especial de *jodôshi* – especial, pois se liga não a predicadores *yôgen*, mas a nomes *taigen*, sendo assim mais difícil de ignorar sua existência como um elemento particular. Na Tabela 1 acima apresentada, esse *jodôshi* é classificado como 指定の助動詞 *shitei no jodôshi* (*jodôshi* de especificação, conforme tradução minha). Entretanto, uma outra terminologia comum para se referir a esses elementos é 断定の助動詞 *dantei no jodôshi*, traduzido por alguns autores brasileiros como “auxiliar verbal de asserção”. Considerando que *dantei no jodôshi* é uma denominação mais comum em trabalhos brasileiros, mesmo que seja de há algum tempo, utilizarei essa denominação, ainda que o objetivo deste trabalho seja também revisar/criticar essas e outras opções terminológicas.

Na seção seguinte, apresentarei o *dantei no jodôshi* e suas especificidades, além dos motivos que o levaram a ser selecionados como objeto tema deste trabalho, explorando também o problema dos adjetivos *keiyôdôshi* e sua relação com os *dantei no jodôshi*.

Para finalizar esta seção, agora que já tendo sido explorada a categorização das classes gramaticais da língua japonesa, deixarei aqui um pequeno resumo do paradigma de classificação taxionômica dos elementos gramaticais do japonês que será considerada neste trabalho.

A visão adotada neste trabalho é fundamentada, primariamente, mas com algumas modificações, na classificação taxionômica utilizada no curso de Letras – Japonês da Universidade de São Paulo (USP), ancorada em teorias da *kokugogaku* e conforme utilizada em trabalhos como Fukasawa *et alii* (1989) e Morales (2011).

Em primeiro lugar, na classificação uspiana, o paradigma que anteriormente coloquei, de se classificar os elementos em lexical ou funcional, foi expandido de maneira interessante numa divisão tripartite, que, substituindo as denominações “lexical” e “funcional”, respectivamente, por “nocional” e “relacional”, estipula a existência de uma terceira classificação: a “nocional-relacional”, ou seja, referente a elementos que possuam tanto

propriedades nocionais quanto relacionais. Assim, a gramática uspiana classifica os nomes *taigen* como nocionais, os *joshi* e *jodôshi* como relacionais, e todos os demais, incluindo predicadores *yôgen* e advérbios *fukushi* como nocionais-relacionais.

Tal classificação é bastante útil especialmente ao se trabalhar com uma gramática baseada no *bunsetsu* de Hashimoto – brevemente explicado na seção 1.2 –, o que não é o caso deste trabalho. Ainda que essa classificação tripartite talvez represente melhor a natureza morfossintática dos elementos da língua japonesa do que a simples divisão lexical/funcional (ou *shi/ji*), esta última é suficiente para os objetivos aqui propostos – o reconhecimento da classificação nocional-relacional não será importante para a maioria das análises a serem desenvolvidas e, pelo contrário, poderia gerar complicações ao se fazer comparações com o português ou outras línguas examinadas, nas quais esse terceiro tipo não está definido.

Dessa maneira, neste trabalho, continuarei utilizando primordialmente a classificação lexical/funcional, conforme definida na seção 1.2.

A principal diferença entre visão uspiana e a classificação que adotarei neste trabalho diz respeito àquele segundo tipo de elementos correspondentes a adjetivos, os *keiyôdôshi* – popularmente chamados de adjetivos-na. A gramática da USP não utiliza a terminologia *keiyôdôshi* – em vez disso, baseando-se na teoria do linguista Kyôsuke Kindaichi (1882-1971), adota a denominação 準名詞 *junmeishi* (“semi-substantivo”). O *junmeishi*, conforme essa visão, se refere apenas ao segmento não flexional que normalmente é visto como parte do *keiyôdôshi* (ou seja, excluindo-se o segmento ‘-na’), de modo que o segmento flexional (‘-na’) é encarado como um elemento *jodôshi* separado. Assim o *junmeishi* acaba classificado como um nome *taigen*.

Tendo em vista, entretanto, que as visões que reconhecem o *keiyôdôshi* são mais predominantes na *kokugogaku*, de onde serão retiradas a maior parte das fontes bibliográficas deste trabalho, me vejo impedido de ignorar a terminologia do *keiyôdôshi*.

Em verdade, não considero que as duas visões sejam excludentes – já que o *junmeishi* se refere a apenas uma parte (segmento não flexionável) do que normalmente é considerado como *keiyôdôshi*, pode-se muito bem reconhecer os dois conceitos e considerar o *junmeishi* como um componente do *keiyôdôshi*, o que pode ser embasado no próprio paradigma de elementos nocionais-relacionais da gramática uspiana.

O problema que surge aqui, entretanto, é há pouca uniformidade na classificação do *keiyôdôshi* entre os teóricos japoneses. Ainda que eu julgue que o *keiyôdôshi*, já que

compreendendo um *jodôshi* dentro de si, pode ser considerado capaz de exercer predicação e, por isso ser compreendido como um predicador *yôgen*, a maioria dos autores examinados neste trabalho não o incluem entre os *yôgen*.

Dessa forma, me vejo forçado a fazer uma exceção que contraria minha opinião, e deixar estabelecido que quando, ao longo deste trabalho, for referida a classe dos predicadores *yôgen*, deve-se entender que elas englobam apenas verbos *dôshi* e adjetivos *keiyôshi*, mas não adjetivos *keiyôdôshi*, a não ser quando explicitamente informado o contrário.

Por outro lado, quando for referida a classe dos nomes *taigen*, pode-se sempre pressupor que incluam os *junmeishi* – que correspondem, então, apenas à raiz do *keiyôdôshi*, excluindo-se o segmento flexional ‘-na’. Ainda que, também, nem todos os autores considerem a raiz do *keiyôdôshi* como estando na classe dos *taigen*, essa estipulação não deve causar aqui maiores problemas.

Tendo feito essas considerações, apresento a seguir a tabela de classificação taxionômica em que serão baseadas as discussões que se seguirão.

Quando, em determinados momentos deste trabalho, outras classificações adotadas por outros autores forem referidas e/ou examinadas, o seguinte paradigma também servirá de base comparativa:

Tabela 2 – Classificação taxionômica dos elementos do discurso da língua japonesa

Elementos Lexicais	{	<u>ELEMENTOS NOCIONAIS-RELACIONAIS</u> ⁴²	
		1 – 用言 <i>yôgen</i> – predicador	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 動詞 <i>dôshi</i> – verbo ▪ 形容詞 <i>keiyôshi</i> – adjetivo ▪ (形容動詞 <i>keiyôdôshi</i> – adjetivo, formado por <i>junmeishi</i> + <i>dantei no jodôshi</i>)
		2 – 副詞 <i>fukushi</i> – advérbio	
		3 – 連体詞 <i>rentaishi</i> – adnome ⁴³	
Elementos Funcionais	{	<u>ELEMENTOS NOCIONAIS</u>	
		1 – 体言 <i>taigen</i> – nome	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 名詞 <i>meishi</i> – substantivo ▪ 準名詞 <i>junmeishi</i> – semi-substantivo, raiz do <i>keiyôdôshi</i> ▪ 数詞 <i>sûshi</i> – numeral ▪ 代名詞 <i>daimeishi</i> – pronome
		<u>ELEMENTOS RELACIONAIS</u>	
		1 – 助詞 <i>joshi</i> – partícula	2 – 助動詞 <i>jodôshi</i> – auxiliar verbal

Para referência, fica também reproduzida a classificação nocional/relacional/nocional-relacional utilizada na gramática uspiana, ainda que esta vá ser, neste trabalho, preterida ante a classificação lexical/funcional.

Naturalmente que cada uma das classes acima pode ter diversas subclassificações, mas não é importante aqui detalhar cada uma delas. A Tabela 1, que apresenta as subclassificações do *jodôshi* já é suficiente para os objetivos aqui propostos.

⁴² A gramática uspiana também classifica as interjeições 感動詞 *kandôshi* como nocional-relacionais, acredito que por conta de sua capacidade de compor um *bunsetsu* por si só. Considerando que o *kandôshi*, por outro lado, não parece preencher os requisitos para ser classificado nem como item lexical e nem como item funcional, optei por removê-lo da lista, o que não prejudica em nada o restante das exposições deste trabalho.

⁴³ O 連体詞 *rentaishi*, a esta altura, deve ser o único dos elementos acima citados que ainda deve carecer de apresentação para um leitor não familiarizado com a terminologia gramatical japonesa. Referido como “adnome” na gramática uspiana, trata-se de um elemento não flexionável que só pode surgir quando precedendo uma construção nominal. Entre os adnomes *rentaishi*, encontram-se itens como この ‘*kono*’, その ‘*sono*’ e あの ‘*ano*’, correspondentes, respectivamente, aos pronomes adjetivos do português, ‘este’, ‘esse’ e ‘aquele’, além de alguns elementos de origem em *dôshi*, como あらゆる ‘*arayuru*’ (‘todos’), ou formações derivadas de *keiyôdôshi*, como 大きな ‘*ôkina*’ (‘grande’) e 小さな ‘*chiisana*’ (‘pequeno’).

1.5. 断定の助動詞 DANTEI NO JODÔSHI, PREDICAÇÃO NOMINAL

Conforme a definição apresentada na seção anterior, os 助動詞 *jodôshi* são elementos funcionais flexionáveis que, em maior parte, se ligam a predicadores *yôgen*, adicionando sentidos a estes. Nas frases (2), (3), (5) e (6), pôde-se verificar exemplos de uso dos *jodôshi* ‘*ta*’ e ‘*nai*’ conectados a *yôgen*.

Dentre os *jodôshi* da língua japonesa moderna, conforme apresentado na Tabela 1 da seção anterior, a grande maioria é do tipo que se conecta a *yôgen*. Destes, quase todos podem também se conectar a outros *jodôshi*, encadeando-se. Por exemplo, se em (5), o verbo *dôshi* ‘*shiru*’ (“saber”) liga-se a ‘*nai*’, que tem sentido de negação, formando ‘*shiranai*’ (“não sabe”), a formação ‘*shiranai*’, por sua vez, poderia se ligar ainda a ‘*ta*’, que indica tempo passado, formando ‘*shiranakatta*’ (“não sabia”).

Porém, existem alguns *jodôshi* que podem se ligar tanto a predicadores *yôgen* quanto a nomes *taigen*. Restringindo apenas aos elementos do japonês moderno, estes seriam, conforme listados na Tabela 1: ‘*rashii*’ de suposição (推量 *suiryô*), ‘*yôda*’ e ‘*yôdesu*’ de comparação (比況 *hikyô*) e ‘*sôda*’ e ‘*sôdesu*’ de aparência (様態 *yôtai*) e informação adquirida de fonte externa (伝聞 *denbun*).

Por outro lado, quanto a ‘*yôda*’/‘*yôdesu*’, Ota (2011, p. 66-69) apresenta o segmento ‘*yô-*’ como sendo de um tipo específico de substantivo *meishi*, o 形式名詞 *keishiki meishi*, traduzido como “substantivo pró-forma” pela autora, sendo assim um *taigen*. O *keishiki meishi* seria um tipo de substantivo *meishi* que tenha passado por um processo de gramaticalização, ou seja, que tenha perdido sua natureza de elemento lexical para se transformar num item funcional. Dessa maneira, talvez o mais adequado seja não considerar ‘*yôda*’/‘*yôdesu*’ como *jodôshi*, ou considerar que se trata de um tipo de *jodôshi* composto, já que sendo uma estrutura formada por um *keishiki meishi*, ‘*yô*’, seguido dos segmentos ‘*-da*’ ou ‘*-desu*’, que, estes sim, seriam *jodôshi*, tendo sido apresentados em categoria separada na Tabela 1, como *jodôshi* de especificação (指定の助動詞 *shitei no jodôshi*).

Quanto a ‘*sôda*’/‘*sôdesu*’, ainda que sejam, na forma, semelhantes a ‘*yôda*’/‘*yôdesu*’, sua conexão a outros elementos ocorre de maneira distinta, de modo que talvez seja mais adequado que sejam, de fato, considerados *jodôshi*. Mas, sendo ‘*sôda*’/‘*sôdesu*’ também compostos internamente pelos elementos ‘*-da*’ e ‘*-desu*’, que são *jodôshi* por si só, talvez seja também mais adequado considerar que ‘*sôda*’ e ‘*sôdesu*’ sejam *jodôshi* compostos, ou, ainda, que sejam o encadeamento de dois *jodôshi* distintos, ‘*sô + da*’/‘*sô + desu*’.

Independentemente de como sejam classificados, ‘*sôda*’/‘*sôdesu*’ têm funcionamento parecido a ‘*rashii*’, *jodôshi* de suposição. Este último voltará a ser considerado em alguns pontos deste trabalho.

Quanto aos referidos *jodôshi* de especificação, *shitei no jodôshi*, conforme antes mencionado, são também conhecidos como 断定の助動詞 *dantei no jodôshi* e geralmente traduzidos, em trabalhos em língua portuguesa, como “auxiliares verbais de asserção”. Esse tipo específico de *jodôshi* será o objeto de estudo deste trabalho e será aqui referido como *dantei no jodôshi*. A possível tradução de *dantei* como “asserção” ou outras possibilidades será também motivo de discussão mais à frente.

Conforme acima mencionado, então, a maioria dos elementos *jodôshi* da língua japonesa se ligam a predicadores *yôgen*, alguns desses também podendo se ligar ou a outros *jodôshi*. Também, alguns poucos tipos de *jodôshi*, tal como ‘*rashii*’ e ‘*sôda*’/‘*sôdesu*’ podem se ligar tanto a predicadores *yôgen* quanto a nomes *taigen*. Por outro lado, os *dantei/shitei no jodôshi* são um tipo de *jodôshi* que se conecta predominantemente a nomes *taigen*⁴⁴.

Na Tabela 1, seis elementos são sugeridos como sendo *shitei no jodôshi*: たり ‘*nari*’ e たり ‘*tari*’ no japonês clássico, e だ ‘*da*’, です ‘*desu*’, のだ ‘*noda*’ e のです ‘*nodesu*’ no japonês moderno. Quanto a esses dois últimos, entretanto, não serão aqui considerados *dantei no jodôshi*. Em conformidade com Ota (2011, p. 55-57), o segmento ‘*no-*’, será aqui encarado um *keishiki meishi* e, não estando no foco principal deste trabalho, será brevemente discutido mais à frente.

Sobram, então, os antigos ‘*nari*’, ‘*tari*’ e os modernos ‘*da*’ e ‘*desu*’. Há, entretanto, outras formas e variações de *dantei no jodôshi*, não listadas na Tabela 1, que serão verificadas ao longo deste trabalho. Para citar alguns casos importantes: である ‘*dearu*’ é um *dantei no jodôshi* muito comum em textos escritos do japonês moderno, e ぞ ‘*zo*’, do japonês clássico, de acordo com as exposições de Narahara (2002, p. 106), poderia ser talvez considerado como um *dantei no jodôshi* da língua japonesa clássica.

Mas nos atenhemos, por enquanto, somente àqueles que são possivelmente os mais significativos *dantei no jodôshi* da língua moderna, ‘*da*’ e ‘*desu*’, e vejamos alguns exemplos

⁴⁴ Dentre as exceções, ou seja, *dantei no jodôshi* que podem se ligar a outros elementos que não *taigen*, o caso mais representativo deve ser, です ‘*desu*’, que conforme será melhor explorado adiante, pode também se conectar a adjetivos *keiyôshi* (que são um tipo de *yôgen*, e não de *taigen*), assim como a alguns *jodôshi* que tenham o paradigma flexional de um *keiyôshi*.

Alguns outros casos de conexão de *dantei no jodôshi* a elementos que não *taigen* serão analisados adiante.

de uso⁴⁵:

(7) 僕は超人だ。 (Akutagawa, *Kappa*)

Boku wa chōjin da.

Eu / TÓPICO / super-homem / {DA}

“Eu sou o super-homem.”

(8) これはツァラトストラの詩人ニイチェです。 (Akutagawa, *Kappa*)

Kore wa tsaratosutora no shijin niiche desu.

Este / TÓPICO / Zaratustra / GENITIVO / poeta / Nietzsche / {DESU}

“Este é Nietzsche, o poeta de Zaratustra.”⁴⁶

Em breve explicação, pode-se dizer que, na frase (7), だ ‘da’ é um elemento que se conecta ao substantivo *meishi* 超人 ‘chōjin’ (“super-homem”), de modo a estabelecer uma identidade entre ‘chōjin’ (“super-homem”) e 僕 ‘boku’ (“eu”) – por isso, traduzido como ‘sou’, já que, no português, é o verbo ‘ser’ que tem a função de estabelecer propriedades entre os elementos.

Da mesma forma, em (8), です ‘desu’ se liga à estrutura nominal ツァラトストラの詩人ニイチェ ‘tsaratosutora no shijin niiche’ (“Nietzsche, o poeta de Zaratustra”) estabelecendo uma identidade entre essa estrutura e o tópico da frase, これ ‘kore’ (“este”). Conforme será discutido com mais profundidade adiante, a diferença básica entre o ‘da’ e o ‘desu’ é que este último acrescenta um efeito discursivo de polidez, ou seja, uma demonstração de respeito ao ouvinte.

As frases (7) e (8) têm certas características em comum com o exemplo (4), o que será discutido mais adiante. Mas, por enquanto, é interessante notar que (7) e (8) diferem das frases (1), (2), (3), (5) e (6) quanto à presença de um elemento *yōgen* – enquanto que em (7) e (8), não há um elemento desse tipo, as demais frases são todas finalizadas por um verbo *dōshi* ou um adjetivo *keiyōshi* (ainda que, em alguns casos, conectados a um *jodōshi*), que, conforme pode-se verificar na Tabela 2, são elementos da classe dos *yōgen*.

Os *yōgen*, conforme já apontado, costumam ser traduzidos para português como “predicadores” – opção de tradução que parece destacar a definição de *yōgen* fornecida por Kokugo Gakkai (1980, p. 894), já apresentada na seção 1.4, de que os *yōgen* são “elementos flexionáveis capazes de constituir um predicado por si só.”

⁴⁵ Exemplos (7) e (8) retirados de *Kappa* (1927) de Ryūnosuke Akutagawa.

⁴⁶ Tradução adaptada de Shintaro Hayashi, (AKUTAGAWA, 2010, p. 66).

Antes de pensarmos, entretanto, em discutir o predicado nas frases da língua japonesa, verifiquemos brevemente como o assunto é tratado na língua portuguesa.

Tradicionalmente, na gramática da língua portuguesa, classifica-se o predicado de uma oração em *nominal*, *verbal* ou *verbo-nominal*. Essa classificação pode ser encontrada em diversas gramáticas, tal como Cunha & Cintra (2017, p. 146-152), Faraco & Moura (1997, p. 321-322), Rocha Lima (2011, p. 292-295) ou Ernani Terra (2002, p. 282).

Faraco & Moura (1997, p. 321) definem o *predicado verbal* como sendo aquele de uma oração que tenha um verbo transitivo ou intransitivo. No exemplo a seguir, fornecido pelos autores, o trecho com sublinhado duplo corresponde a um *verbo transitivo indireto*, e o trecho com sublinhado simples, ao *objeto indireto*:

(9) A árvore pertence ao mundo da natureza.

Considerando que o *dôshi* seja o verbo da língua japonesa, poderíamos pensar em aplicar uma classificação semelhante à frase (3), repetida abaixo:

(3) わたしは視線を感じた。

Watashi wa shisen o kanjita.

Eu / TÓPICO / olhar / ACUSATIVO / sentir PASSADO

“(Eu) senti um olhar.”

No exemplo, わたし ‘*watashi*’ (“eu”) corresponderia ao sujeito da frase, e 視線を感じた ‘*shisen wo kanjita*’ (“senti um olhar”) seria o seu predicado. Enquanto que ‘*shisen*’ (“um olhar”) seria um objeto direto, ‘*kanjita*’ (“senti”), seria o núcleo do *predicado verbal*.

Por outro lado, quanto às definições de *predicado nominal* e *predicado verbo-nominal*, ainda de acordo os autores, temos que o *predicado nominal* seria “aquele que tem como núcleo um nome que indica estado ou qualidade do sujeito. É formado sempre por um verbo de ligação (VL) + um predicativo do sujeito (PS).”.

Como exemplo, os autores apresentam a seguinte oração⁴⁷:

(10) Isto aqui é uma desordem. (B. Itiberê)

No caso, o trecho com sublinhado duplo corresponderia ao *verbo de ligação*, e o trecho

⁴⁷ Os exemplos (10) e (11) trazem entre parêntesis o nome do autor da frase, tal como fornecido por Faraco & Moura (1997, p. 321), o que porém não será detalhado na seção Fontes Utilizadas para Exemplificação, ao final deste trabalho, que será restrita para o detalhamento das fontes japonesas utilizadas para exemplificação.

com sublinhado simples, ao *predicativo do sujeito*.

Já o *predicado verbo-nominal* seria aquele que combina um verbo transitivo ou intransitivo com um predicativo do sujeito, possuindo, assim, dois núcleos (o verbo e o predicativo). No exemplo, fornecido pelos autores, o trecho com sublinhado duplo corresponde a um *verbo intransitivo*, e o trecho com sublinhado simples, ao *predicativo do sujeito*:

(11) Automóveis passavam rápidos. (Dias da Costa)

Dessa maneira, o que parece diferenciar o predicado nominal dos predicados verbal e verbo-nominal é a presença do que os autores chamaram de *verbo de ligação*.

Cunha & Cintra (2017, p. 147-148) explicam o verbo de ligação da seguinte maneira:

Os *verbos de ligação* (ou *copulativos*) servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal. Não trazem propriamente ideia nova ao sujeito; funcionam apenas como elo entre este e o seu predicativo.

Como há verbos que se empregam ora como copulativos, ora como significativos, convém atentar sempre no valor que apresentam em determinado texto a fim de classificá-los com acerto.

Comparem-se, por exemplo, estas frases:

Estavas triste.	Estavas em casa.
Andei muito preocupado.	Andei muito hoje.
Fiquei pesaroso.	Fiquei no meu posto.
Continuamos silenciosos.	Continuamos a marcha.

Nas primeiras, os verbos *estar*, *andar*, *ficar* e *continuar* são verbos de ligação; nas segundas, verbos significativos.

Assim, o verbo ‘andar’, que é normalmente considerado como verbo intransitivo⁴⁸, se torna um verbo de ligação, ou copulativo, quando usado para estabelecer uma relação entre o sujeito e seu predicativo, como no exemplo “andei preocupado” acima.

Mas, mais interessante do que isso é verificar que os autores opõem a qualidade de verbo copulativo à de verbo significativo. Isso significa que o verbo de ligação ou copulativo não apresentaria significado, mas apenas função gramatical de estabelecer relação entre elementos, ou seja, se trataria de um elemento funcional, e não lexical. Assim, um verbo como ‘andar’, quando utilizado com função copulativa deixaria de ser um elemento lexical e se transformaria em elemento funcional.

O dicionário de linguística de Dubois *et alii* (2011, p. 147), também, traz a seguinte definição para o termo *copulativo*:

1. Chama-se *função copulativa* dos verbos *ser*, *estar* a função predicativa

⁴⁸ Ainda que também possa ser considerado como transitivo em casos como “andei um metro”, conforme apresentado no *Dicionário Priberam da língua portuguesa*. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/andar>. Acesso em: 25 jul. 2019.

(*Pedro é feliz*), a de identificação (*Esse menino é Pedro*) e a função locativa (*Pedro está em casa*).

2. Verbo copulativo é o que liga ao sujeito um adjetivo ou um sintagma nominal predicativo. Os verbos ser, estar, andar, ficar, parecer, permanecer e outros são verbos copulativos (*ele é engenheiro, ele fica sozinho, ele parece cansado, etc.*). [...]

Travaglia (2003) identifica, no português, os seguintes 17 verbos de ligação: ‘acabar’, ‘achar’, ‘andar’, ‘apresentar-se’, ‘continuar’, ‘deixar’, ‘estar’, ‘fazer’, ‘ficar’, ‘mostrar’, ‘parecer’, ‘passar’, ‘permanecer’, ‘ser’, ‘tomar’, ‘tratar-se’ e ‘viver’. Quanto à natureza do verbo de ligação, se seria a de um item lexical ou gramatical (funcional), o autor expõe:

[...] os verbos de ligação são itens lexicais ou são itens gramaticais ou em processo de gramaticalização?

Vários princípios e fatores do processo de gramaticalização, quando aplicados aos verbos de ligação parecem sugerir que eles são verbos em processo de gramaticalização, sobretudo pelas seguintes razões:

a) por expressarem noções semânticas muito gerais e/ou mais abstratas que não constituem situações [...] e que se aplicam a estados ou características de seus sujeitos. Estas noções representam nuances de seus significados lexicais originais (princípio da persistência), e regulam sua escolha para o uso na construção de textos;

b) por serem meros “carregadores” ou “suportes” de categorias verbais não expressando uma situação. A situação é expressa por um nome (substantivo, adjetivo ou particípio funcionando como adjetivo) que funciona como complemento predicativo;

c) por exercerem funções próprias de outra categoria (a dos conectivos, em que parecem estar se transformando) ao atuarem como um item com uma função relacional entre dois elementos da cadeia linguística.

(TRAVAGLIA, 2003, p. 1318)

É por conta de sua falta de significação, talvez, que se considere que os verbos de ligação não constituam o núcleo do predicado nominal – estes, considera-se, “tem por núcleo um *nome* (substantivo, adjetivo, ou pronome).” (ROCHA LIMA, 2011, p. 292).

Assim, no português, por um lado, é estabelecido que o adjetivo pode compor o núcleo de um predicado nominal, como no exemplo de Cunha & Cintra (2017, p. 147) acima fornecido, “Estavas triste.”, em que ‘triste’ é um adjetivo e também o núcleo do predicado nominal. Por outro lado, no japonês, talvez seja mais difícil de classificar o predicado que tiver por núcleo um adjetivo *keiyôshi*, já que, conforme discutido na seção 1.3, sua morfossintaxe é muito mais próxima de um verbo *dôshi* do que de um substantivo *meishi*. Tanto é que costuma ser classificado como predicador *yôgen*, e não como nome *taigen*.

Neste trabalho, entretanto, em que o objeto de estudo é o *dantei no jodôshi*, as frases com predicados compostos por nomes *taigen* é que serão o centro das análises, e as discussões quanto ao *keiyôshi* devem ficar para trabalhos futuros. A análise da frase nominal do japonês,

por outro lado, inevitavelmente levará aqui também à discussão, não do adjetivo *keiyôshi*, mas daquela outra classe também considerada como adjetivo na língua japonesa, o *keiyôdôshi*.

Mas antes, tendo compreendido a natureza dos verbos de ligação da língua portuguesa, vejamos, agora, de que maneira essa se compara à dos *dantei no jodôshi* do japonês, a partir da definição apresentada pelo dicionário *Kokugogaku kenkyû jiten* (Dicionário de Pesquisa da Linguística Japonesa⁴⁹), e redigida por Kanehiko Yoshida. Com o objetivo de deixar o texto fluido, ‘*dantei*’ será aqui traduzido como ‘asserção’, em conformidade com a maioria das publicações em língua portuguesa.

[O *dantei no jodôshi* é] o *jodôshi* que indica a existência de equivalência entre certo conteúdo dotado de significado e outro conteúdo dotado de significado. Também chamado de *shitei no jodôshi* (*jodôshi* de especificação).

Expressa um juízo (*handan*) na forma afirmativa.

Considerando que, em toda finalização de período ou de oração dependente não-final, existe um tipo de juízo assertivo (*dantei handan*), dir-se-ia que, em sentido amplo, a abrangência [do *dantei no jodôshi*] seria maior. Entretanto, as finalizações de oração que contêm juízo de negação ou de suposição, entre outros, geralmente não são considerados [como casos de *dantei no jodôshi*].

O juízo em que se reconhece a equivalência ou similaridade de dois elementos se dá através de uma operação de comparação, de modo que dever-se-ia considerar os *hikyô no jodôshi* (*jodôshi* de comparação) também como um subgrupo dos *dantei no jodôshi*. Entretanto, é costume que os *hikyô no jodôshi* sejam tratados separadamente.

Os termos que fazem parte dos *dantei no jodôshi* são, no japonês clássico, ‘*nari*’ e ‘*tari*’ e, no japonês moderno, ‘*da*’, ‘*dearu*’, ‘*ja*’, ‘*ya*’, ‘*desu*’, entre outros. [...]

Seria possível situar entre os *dantei no jodôshi* expressões assertivas de estado tais como ‘*yaunari* [yônari]’, ‘*genari*’, ‘*gachinari*’, considerados casos particulares de ‘*nari*’, assim como expressões assertivas de tratamento como ‘*degozaru*’, ‘*desaurafu* [desôrô]’, ‘*degozaimasu*’, ‘*dearimasu*’. Entretanto, talvez seja mais conveniente tratar essas últimas como *hojodôshi* (verbos auxiliares). [...]⁵⁰

(SATÔ, 1992, p. 158-159)

Assim, o *dantei no jodôshi*, tal qual o ‘*da*’ do exemplo (7) e o ‘*desu*’, de (8), seriam os elementos responsáveis por exercer a ligação entre dois elementos de natureza nominal, dispensando, assim, a necessidade da existência de um verbo equivalente ao ‘ser’ das línguas indo-europeias. De fato, se o verbo ‘ser’ e os demais verbos de ligação são elementos funcionais, ou seja, sem significado ou de significado vago, sua função poderia ser exercida por algum outro tipo de elemento funcional, que não um verbo.

⁴⁹ Em tradução literal, “Dicionário de pesquisa dos Estudos da Língua Nacional”.

⁵⁰ Tradução minha. Trechos entre colchetes são acréscimos meus. A íntegra do texto original, acompanhada de sua tradução completa, pode ser encontrada no Anexo deste trabalho.

Ou, talvez, não seja sequer necessária a presença de um elemento que exerça essa função. Benveniste (1991, p. 206) aponta, em línguas como o russo e o húngaro, a existência do que chamou de função *juntiva*, através da qual é possível obter uma ligação de dois elementos nominais simplesmente justapondo-se ambos, separados por uma pausa. Algumas línguas, como o tupi antigo ou semítico antigo sequer possuíam um verbo ‘ser’, e a justaposição dos elementos nominais era suficiente para se obter uma frase nominal.

De fato, mesmo na língua japonesa, ainda que se costume identificar os elementos ‘*da*’ ou ‘*desu*’ como responsáveis por exercer a ligação de elementos nominais, é possível fazer essa ligação sem a presença dele:

(12) 今日はわたしの誕生日。 (Kitô)
Kyô wa watashi no tanjôbi.
Hoje / TÓPICO / eu / GENITIVO / aniversário
“Hoje é meu aniversário.”

Em (12), é estabelecida uma ligação entre 今日 ‘*kyô*’ (“hoje”) e わたしの誕生日 ‘*watashi no tanjôbi*’ (“meu aniversário”) sem a presença de nenhum *dantei no jodôshi*. A partícula *joshi* は ‘*wa*’ que separa as duas construções nominais é reconhecido como um topicalizador, ou seja, como tendo a função de indicar que ‘*kyô*’ é o tópico da frase, e não uma função copulativa.

Então, se é possível, no japonês, a formação de uma frase nominal sem a presença do *dantei no jodôshi*, fica claro que a razão da existência de elementos desse tipo é mais complexa do que o mero estabelecimento de uma ligação.

Para melhor compreender o *dantei no jodôshi*, então, é preciso considerar que este possui mais do que simples função gramatical, mas também funções discursivas que precisam ser examinadas a fundo.

Levando isso em consideração, além do que foi anteriormente exposto nesta seção e nas anteriores, deve ser possível ter uma ideia daquilo que se propõe ser desenvolvido ao longo deste trabalho.

Antes de finalizar esta seção, entretanto, resta traçar algumas considerações a respeito dos adjetivos *keiyôdôshi* – aqueles também conhecidos como ‘adjetivos-na’.

Conforme aludido na seção anterior, os adjetivos *keiyôdôshi* têm morfossintaxe próxima aos dos substantivos *meishi*. Se no exemplo (4) anteriormente apresentado, o *keiyôdôshi* 平気 ‘*heiki*’ terminava a frase sozinho, trata-se, em verdade, de um exemplo

semelhante ao (12), de omissão do *dantei no jodôshi*.

(4) 私は平気。 (Akutagawa, *Rojô*)

Watashi wa heiki.

Eu / TÓPICO / indiferente

“Eu não ligo.”

Os *keiyôdôshi* são, de fato, normalmente expressos, tal como os substantivos *meishi*, acompanhados de ‘*da*’ ou ‘*desu*’ quando em posição final na frase – como nos exemplos (13) e (14) abaixo, comparáveis às frases (7) e (8), que continham substantivos *meishi*.

(13) 温かいから亜也は大好きだ。 (Kitô)

Atataki kara Aya wa daisuki da.

Atenciosa / RAZÃO / Aya / TÓPICO / adorável / {DA}

“Eu [Aya] adoro ela, por ser atenciosa.”

(14) 僕は不愉快です。 (Akutagawa, *Rojô*)

Boku wa fuyukai desu.

Eu / TÓPICO / aborrecido / {DESU}

“Eu estou aborrecido.”

Assim, tanto o 大好き ‘*daisuki*’ de (13) (“adorável”)⁵¹ quanto o 不愉快 ‘*fuyukai*’ (“aborrecido”) de (14), que apareceram nesses exemplos conectados a *dantei no jodôshi* são adjetivos *keiyôdôshi* que, quando em posição não final na frase, podem se conectar a um ‘*na*’ posterior para atuar como modificador de um substantivo *meishi* que se siga, como em (15), em que ‘*fuyukai*’ modifica o substantivo *meishi* 思い ‘*omoi*’ (“pensamento”).

(15) [...] 不愉快な思いに気おくれがして、 [...]。 (Kitô)

[...] *fuyukai na omoi ni kiogure-ga-shite*, [...]

[...] aborrecimento / {DA}-(ADNOMINAL) / pensamento / CAUSA / perder a coragem
CONECTIVO [...]

“[...] com o pensamento desagradável, perdi a coragem e [...]”

Em verdade, é muito comum, como veremos nos próximos capítulos, a visão de que o segmento ‘*na*’ do *keiyôdôshi* em posição adnominal é nada mais do que uma flexão do *dantei no jodôshi* ‘*da*’, de modo que este atue sintaticamente para modificar um elemento posterior na

⁵¹ Em verdade, o *keiyôdôshi* 大好き ‘*daisuki*’ é, na maioria das vezes, mais facilmente traduzido para o português como o verbo ‘adorar’, do que como o adjetivo ‘adorável’ acima sugerido. Enquanto que, no português, a noção de ‘gostar’ ou ‘adorar’ é mais comumente expressa como um sentimento experienciado pela pessoa que gosta (assim, em forma de verbo), em japonês, acaba sendo uma propriedade normalmente atribuída àquilo que se gosta – assim expresso não na forma de verbo, mas de qualificador. Dessa maneira, ‘*daisuki*’ possui estrutura morfossintática não de verbos, mas de adjetivos *keiyôdôshi*.

frase. Essa flexão “adnominal” é chamada, em japonês, de 連体形 *rentaikei*.

É verdade que também os substantivos *meishi* podem atuar em posição adnominal *rentaikei*, utilizando-se, entretanto, não ‘*na*’, mas ‘*no*’, como em (16):

(16) 普通の子になりたい。 (Kitô)

Futsû no ko ni naritai.

Normal / ADNOMINAL / criança / {DA}-ADVERBIAL / tornar-se DESEJO

“Quero ser uma criança normal.”

Nesse exemplo, o substantivo *meishi* 普通 *futsû* (“normal”) atua como modificador de 子 ‘*ko*’ (“criança”), com o sentido “criança [que é] normal”. Tal questão salienta ainda mais as semelhanças entre os substantivos *meishi* e os adjetivos *keiyôdôshi*, de modo que pode inclusive nos levar a questionar se, em (16), ‘*futsû*’ não atue como adjetivo.

Isso se torna nova evidência de que a diferença entre substantivos e adjetivos, mais do que uma questão semântica (expressar “o nome das coisas” ou expressar “qualidade”) acaba sendo uma questão morfosintática – no caso, do japonês, as diferenças entre os substantivos *meishi* e adjetivos *keiyôdôshi* seriam, principalmente, além da diferença na forma adnominal exposta em (15) e (16) (*keiyôdôshi* utilizando ‘*na*’, e *meishi* utilizando ‘*no*’ para forma adnominal), o fato de que o substantivo *meishi* possui maior independência, podendo, por exemplo, receber partícula topicalizadora ‘*wa*’ ou partículas de caso *kakujoshi*, tal como ‘*ga*’ de nominativo e ‘*o*’ de acusativo, ou, assim, podendo atuar como tópico, sujeito ou objeto etc., enquanto o adjetivo *keiyôdôshi*, exceto quando atuando como predicado, nunca pode trabalhar “sozinho” no interior da frase – necessitando sempre estar ligado a um nome *taigen*, em função adnominal, ou a um predicador *yôgen*, em função adverbial.

Quanto ao ‘*no*’ adnominal, utilizado pelos substantivos *meishi*, não é raro que autores o considerem também como flexão do *dantei no jodôshi* ‘*da*’. Assim, tanto o ‘*no*’ quanto o ‘*na*’ seriam formas flexionadas de ‘*da*’⁵².

Há, por outro lado, também autores que consideram o ‘*da*’ que acompanha os adjetivos *keiyôdôshi*, assim como a versão flexionada ‘*na*’, como não sendo um *dantei no jodôshi*, mas

⁵² Deve-se tomar cuidado para não confundir a partícula de caso *kakujoshi* ‘*no*’ de caso genitivo com o ‘*no*’ discutido nesta seção. Conforme (16), o ‘*no*’ apontado como flexão adnominal de ‘*da*’ não tem o sentido de caso genitivo, mas função de transformar o substantivo *meishi* em qualificador – assim, ‘*futsû no ko*’ não tem o sentido de *“criança do normal”, mas de “criança que é normal”.

Interessante atentar também ao fato de que existem outros tipos de ‘*no*’, tal como um *kakujoshi* ‘*no*’ de caso nominativo, e um substantivo pró-forma *keishiki meishi* ‘*no*’ nominalizador, utilizado para formar orações subordinadas, e que também não devem ser confundidos com o ‘*no*’ de (16).

sim um segmento flexional que compõe a morfologia interna do *keiyôdôshi*.

Conforme indicado na seção anterior, entretanto, neste trabalho, será considerado que o adjetivo *keiyôdôshi* seja uma estrutura composta, formada pelo “semi-substantivo” *junmeishi* ligado a um *dantei no jodôshi*. Em verdade, no que concerne às análises que serão aqui desenvolvidas, quer o ‘da’ que acompanha os *keiyôdôshi* seja um *dantei no jodôshi*, quer não, as propriedades que serão verificadas no *dantei no jodôshi* ‘da’, poderão ser aplicadas ao ‘da’ que acompanha os *keiyôdôshi* sem maiores complicações, mas apenas com algumas ressalvas de natureza morfológica, tal como a diferenciação ‘na’/‘no’ acima discutida.

Na próxima seção, então, serão discutidos mais a fundo alguns problemas que podem ser percebidos em relação aos *dantei no jodôshi*, para, em seguida, serem também apresentados concretamente os objetivos principais deste trabalho.

1.6. PROBLEMAS DOS DANTEI NO JODÔSHI

Os problemas que concernem a compreensão dos *dantei no jodôshi* da língua japonesa, em especial do ponto de vista de uma pesquisa brasileira, podem ser verificados em duas dimensões distintas.

A primeira dimensão é quanto à natureza e à substância dos *dantei no jodôshi* propriamente ditas. Se refere à compreensão dos aspectos linguísticos e expressivos dos *dantei no jodôshi*, desde a interpretação das teorias, japonesas ou ocidentais, a respeito desses elementos, até a elucidação de sua utilização prática, de maneira a obter explicar o seu funcionamento tanto do ponto de vista morfosintático, quanto do ponto de vista discursivo.

A segunda dimensão, que serve como suporte à primeira, é a dimensão metalinguística, ou seja, relativa à terminologia. Se refere à dificuldade em encontrar tradução adequada para termos gramaticais da língua japonesa, assim como lidar com as dificuldades que advêm da grande diferença entre a estrutura da língua japonesa em comparação às línguas indo-europeias, tal como discutido na seção 1.3.

Para se ter uma melhor ideia, vejamos alguns exemplos de como os *dantei no jodôshi* foram tratados em publicações brasileiras.

Fukasawa *et alii* (1989), como citado anteriormente, é uma publicação em que se optou por não traduzir a terminologia gramatical da língua japonesa. Assim, os *jodôshi* são referidos por “*jodôshi*”, sem tradução. A publicação, ao classificar e listar os principais *jodôshi* da língua japonesa (p. 85-104), divide-os em dois grupos – os *jodôshi* que se ligam a nomes *taigen* e os

que se ligam a predicadores *yôgen* ou a outros *jodôshi*.

O primeiro grupo, que é o que interessa no âmbito deste trabalho, é definido da seguinte maneira: “os 助動詞 [*jodôshi*] que pertencem a este grupo juntam-se a 体言 [*taigen*], exprimindo basicamente a noção de julgamento (断定 [*dantei*]). Alguns deles são acrescidos de outras noções além desta de julgamento.” (p. 85 – trechos entre colchetes são inserção minha).

Destaca-se a opção das autoras de traduzir *dantei* por “julgamento”, ao invés de “asserção”, que aparentemente se tornou opção mais comum nos trabalhos posteriores.

Ainda na publicação, são cinco os *jodôshi* listados neste grupo:

- だ ‘*da*’, descrito como “断定 [*dantei* (julgamento)]”, que “indica, puramente, noção de julgamento” (p. 85);
- です ‘*desu*’, “断定丁寧 [*dantei teinei* (julgamento / polidez)]”, que “acrescenta a noção de polidez à de julgamento” (p. 88);
- そうだ ‘*sôda*’, “断定様態 [*dantei yôtai* (julgamento / aparência)]”, que “acrescenta noção de aparência à de julgamento” (p. 88);
- らしい ‘*rashii*’, “断定推量 [*dantei suiryô* (julgamento / suposição)]”, que “acrescenta noção de suposição à de julgamento” (p. 89);
- だろう ‘*darô*’, “断定推量 [*dantei suiryô* (julgamento / suposição)]”, que, tal como ‘*rashii*’, “acrescenta a noção de suposição à de julgamento” (p. 89);

É interessante notar que dos cinco *jodôshi* listados neste primeiro grupo (dos que se ligam a nomes *taigen*), todos, com exceção de ‘*da*’, são repetidos ao se apresentar o segundo grupo (dos que se ligam a predicadores *yôgen*) (p. 90-104), porém sem a indicação de que expressariam ‘*dantei*’.

Dentre os cinco *jodôshi*, acima listados, ‘*darô*’ não havia aparecido na Tabela 1, talvez por ter sido encarado como uma flexão de ‘*da*’. Entretanto, ‘*darô*’, assim como os já antes discutidos ‘*sôda*’/‘*sôdesu*’ e ‘*rashii*’, não serão aqui considerados como *dantei* no *jodôshi*, mas voltarão a ser discutidos adiante, por terem relação com as questões aqui estudadas.

Chama atenção, entretanto, o fato de que a todos os *jodôshi* acima é atribuída a propriedade de expressar “julgamento”, mas não é explicado o que a noção de julgamento representa do ponto de vista gramatical ou discursivo.

Por outro lado, conforme antes mencionado, em publicações posteriores, tal como Morales (2011) e Suzuki *et alii* (2012), é mais comum encontrar ‘*dantei*’ traduzido como

“asserção”, tendo-se, aparentemente, convencionalizado, também, traduzir *jodôshi* por “auxiliar verbal”.

Por exemplo, em Ota (2011, p. 56), tem-se: “o emprego de の [‘no’] seguido de *dantei no jodôshi* (断定の助動詞, auxiliar verbal de asserção) だ [‘da’] ou です [‘desu’], no final da oração, pode ser interpretado como ênfase [...]” (grifos são meus).

Já em Morales (2012, p. 177) – “No caso da linguagem de tratamento, [...] há a substituição do morfema *da* (auxiliar verbal de asserção, na forma comum) por *de gozaimasu* (auxiliar verbal de asserção, na forma polida) [...]” (grifos são meus).

Também, é interessante que Mukai & Suzuki (2016, p. 154) tenham classificado o ‘*da*’ da seguinte maneira:

auxiliar verbal [que] expressa asserção, ou seja, um julgamento afirmativo do que é dito. O auxiliar verbal だ [‘da’] acrescido a um nome (que só se refere a dados da realidade) tem a função de lhe atribuir função predicativa. Em textos escritos ou formais é frequentemente substituído por です [‘desu’] e o である [‘dearu’] é normalmente utilizado em textos informativos (científicos, acadêmicos, jornalísticos), que pressupõem interlocutores indeterminados.

Assim, para os autores, “asserção” se trata de um julgamento afirmativo. Entretanto, as definições que constam no dicionário de linguística de Dubois *et alii* (2011, p. 68) para *asserção* e *assertivo* contradiz essa visão:

asserção

Asserção é o modo ou tipo de comunicação instituído pelo falante entre si e o seu interlocutor e que consiste em fazer suas orações dependerem de uma frase implícita *Digo-lhe que* (“Trago ao seu conhecimento o fato de que”). A interrogação depende da frase implícita *Pergunto-lhe se* e o imperativo da frase *Ordeno-lhe que*.

assertivo

A *frase assertiva*, oposta à frase interrogativa e à frase imperativa; é definida por seu status, a asserção (*sin.: frase declarativa*). *Paulo vem* é uma frase assertiva ou declarativa, oposta à frase interrogativa *Paulo vem?* e à frase imperativa *Venha, Paulo!*

Esse também é o tratamento de Searle (1969, p. 22-23), na pragmática dos atos de fala. Para o autor, a asserção (“*assertion*”, em inglês) é definida em oposição a outras formas expressivas como o modo interrogativo, o imperativo, e a expressão de desejo.

Por esse ponto de vista, não haveria nenhuma restrição que impeça que uma frase negativa seja uma asserção. Assim, explicar a ideia de asserção atribuída ao *dantei no jodôshi* como um “julgamento afirmativo” não parece suficiente, pois, em primeiro lugar, “julgamento” se trata de uma noção vaga que carece de uma definição sólida em âmbito gramatical/discursivo,

e, em segundo lugar, porque a asserção não se resumiria à expressão de afirmação.

Por outro lado, também na pragmática dos atos de fala, Austin (1962, p. 87), parece colocar a asserção como sendo oposta negação, de modo a aproximar, assim, a *asserção* da *afirmação*.

Dessa maneira, persiste a dúvida: “julgamento” ou “asserção” seriam traduções adequadas para “*dantei*” da língua japonesa?

Talvez, antes de se pensar em traduzir “*dantei no jodôshi*”, ou mesmo “*shitei no jodôshi*” (a outra denominação comumente usada em alternativa a *dantei no jodôshi*, conforme Tabela 1) para o português, seja interessante verificar com qual finalidade os teóricos japoneses utilizaram essas terminologias, e se alguma delas de fato reproduz a real natureza desses elementos.

Consultando-se o dicionário Michaelis japonês-português (WAKISAKA, 2003), verifica-se, como definição de 指定 ‘*shitei*’: “s determinação; marcação; designação; indicação; especificação.” (p. 428). Já para 断定 ‘*dantei*’, tem-se: “s conclusão; decisão. ~ *suru*, v: concluir; chegar a uma conclusão.” (p. 72).

Se mostram, assim, à primeira vista, ambas noções vagas, aparentemente pouco significativas do ponto de vista linguístico.

As dificuldades terminológicas aumentam se também prestarmos atenção à definição de *dantei no jodôshi* retirada de Satô (1992) e apresentada na seção anterior.

Conforme minha tradução, tem-se (os grifos a seguir são meus): “[O *dantei no jodôshi*] expressa um juízo na forma afirmativa” (p. 158) e “[...] em toda finalização de período ou de oração dependente não-final, existe um tipo de juízo assertivo [...]” (p. 158). Ainda, no mesmo dicionário, tem-se na sequência: “Kanehiko Yoshida usou a definição *jodôshi* pró-forma [para se referir aos *dantei no jodôshi*], considerando-os como *jodôshi* em amplo sentido, expressando juízo (*hantei*).”⁵³.

Os segmentos sublinhados acima se referem às seguintes expressões no texto original: juízo: 判断 ‘*handan*’; juízo assertivo: 断定判断 ‘*dantei handan*’; julgamento: 判定 ‘*hantei*’.

Optei por traduzir ‘*handan*’ por “juízo” e ‘*hantei*’ por “julgamento” por mera formalidade, de modo a distinguir um do outro, ainda que o significado dos dois continue vago do ponto de vista linguístico.

⁵³ Tradução minha. Original:

吉田金彦は判定を表わす広義の助動詞として形式助動詞とした。

Conforme o dicionário de Wakisaka (2003), temos como definição de ‘*handan*’: “s decisão; raciocínio; julgamento” (p. 134); e para ‘*hantei*’: “s julgamento; decisão; veredito” (p. 135). São definições insuficientes para nos certificarmos se ‘*handan*’ e ‘*hantei*’ se referem à mesma coisa ou se têm sentidos diferentes no que se refere aos *dantei no jodôshi*. E, ainda que se obtenha confirmar que ambos se referem à mesma coisa, restaria a dificuldade de explicar qual seu significado do ponto de vista linguístico.

Impõe-se aqui, então, uma tarefa de revisar as opções terminológicas utilizadas tanto pelos teóricos japoneses quanto pelos pesquisadores estrangeiros, de modo a buscar compreender as significações das terminologias já utilizadas, assim como buscar definições sólidas a essas terminologias, ou ainda propor novas terminologias.

Além disso, resta a tarefa de explicar o que são os *dantei no jodôshi* propriamente ditos, detalhando o funcionamento de cada um dos elementos que compõem essa classe.

A comparação entre os exemplos (12) e (7), novamente reproduzidos abaixo, reaviva um problema apresentado na seção anterior.

(12) 今日はわたしの誕生日。 (Kitô)

Kyô wa watashi no tanjôbi.

Hoje / TÓPICO / eu / GENITIVO / aniversário

“Hoje é meu aniversário.”

(7) 僕は超人だ。 (Akutagawa, *Kappa*)

Boku wa chôjin da.

Eu / TÓPICO / super-homem / {DA}

“Eu sou o super-homem.”

A existência de uma frase nominal sem a presença de um *dantei no jodôshi*, como o caso de (12) coloca em dúvida a definição de Satô (1992) anteriormente apresentada, de que o *dantei no jodôshi* estabelece a identidade entre dois elementos. No que exatamente consiste a omissão do ‘*da*’?

Independentemente do que a omissão ou presença do ‘*da*’ represente do ponto de vista gramatical, é provável que haja implicações discursivas na opção de empregá-lo ou não.

Ainda, conforme os exemplos a seguir, há outras formas de *dantei no jodôshi*, cada qual com suas próprias implicações gramaticais e discursivas.

(8) これはツァラトストラの詩人ニイチエです。(Akutagawa, *Kappa*)

Kore wa tsaratosutora no shijin niiche desu.

Este / TÓPICO / Zaratustra / GENITIVO / poeta / Nietzsche / {DESU}

“Este é Nietzsche, o poeta de Zaratustra.”

(17) 吾輩は猫である。(Sôseki)

Wagahai wa neko dearu.

Eu / TÓPICO / gato / {DEARU}

“Eu sou um gato.”

(18) わしは天上界から来た神じゃ。(Takahashi)

Washi wa tenjôkai kara kita kami ja.

Eu / TÓPICO / mundo celestial / ORIGEM / vir PASSADO / deus / {JA}

“Eu sou um deus vindo do mundo celestial.”

Dessa maneira, se faz importante aqui, para compreender o papel dos *dantei no jodôshi* da língua japonesa, buscar entender o que motiva sua própria existência como elemento linguístico, verificando desde a sua formação no japonês clássico, assim como sua evolução até chegar às formas modernas.

Para tal, deve ser necessário um exame das terminologias e definições, tanto japonesas quanto ocidentais, buscando-se compreender o sentido das teorias, assim como traçar comparações e, talvez, propor novas terminologias para a explicação desses elementos.

A partir do próximo capítulo, então, passarei a examinar a base teórica proveniente das visões linguísticas ocidentais, para, num segundo momento, expor as teorias japonesas a respeito do *dantei no jodôshi*, buscando alcançar uma definição sólida do que são e de como são usados os diferentes tipos de *dantei no jodôshi*.

CAPÍTULO 2 – A PREDICAÇÃO NOMINAL NA TRADIÇÃO LINGUÍSTICA OCIDENTAL

2.1. INTRODUÇÃO: APRESENTANDO A CÓPULA

Em citação reproduzida no capítulo anterior, Okutsu (1999, p. 10-11) sugeria ser ideal estudar o elemento だ ‘da’ afastado da influência da gramática ocidental – ou seja, do ponto de vista de um pesquisador falante nativo do japonês, embasado na tradição teórica da linguística japonesa.

A sugestão do gerativista era provavelmente adequada a si próprio como pesquisador japonês, mas, sendo o caso da presente, uma pesquisa brasileira conduzida por um pesquisador não falante nativo de japonês, deve ser importante levar em consideração os estudos que tenham sido conduzidos no âmbito da tradição linguística ocidental para, a seguir, buscar confrontá-los e/ou complementá-los com aquilo que lhes é estranho – as teorias e visões desenvolvidas pelos estudiosos japoneses da 国語学 *kokugogaku* e/ou 日本語学 *nihongogaku*.

Pensando nos elementos como だ ‘da’, です ‘desu’ e である ‘dearu’ da língua japonesa, que no capítulo anterior foram identificados como 断定の助動詞 *dantei no jodôshi*, é muito comum, conforme apresentado na seção 1.6, que em trabalhos brasileiros, tal como Fukasawa *et alii* (1989), Morales (2011), Suzuki *et alii* (2012) e Mukai & Suzuki (2016), se mantenha a visão dos japoneses de tratar esses elementos como 助動詞 *jodôshi*, na maioria das vezes traduzindo *jodôshi* como “auxiliar verbal”.

Por outro lado, na tradição anglófona dos estudos japoneses, não se costuma tomar conhecimento do *jodôshi*, e, muito menos, do *dantei no jodôshi*, como paradigma de classificação dos termos do discurso, sendo os elementos como ‘da’, ‘desu’ e ‘dearu’ comumente referidos como “cópula”, tal como pode-se observar nos dicionários de gramática/linguística do japonês de Makino & Tsutsui (1986; 1995; 2008), no manual de linguística japonesa de Hasegawa (2018), ou em diversos artigos como Wenck (1973) e Nishiyama (1999), além da obra de Narahara (2002) robusto trabalho que se concentra em explicar como se dá a atuação como *cópula* desses elementos ‘da’, ‘desu’ etc., e que será melhor explorada no capítulo 3 seguinte.

No capítulo introdutório de sua obra, ao explicar brevemente o sistema verbal⁵⁴ do japonês, Hasegawa (2018, p. 8) conclui:

Também há um grupo de palavras que são coletivamente referidas como *cópula*. Entre diversas variações, as formas mais comuns são ‘*da*’ (não-passado simples) e ‘*datta*’ (passado simples), enquanto seus correspondentes polidos são ‘*desu*’ (não-passado) e ‘*deshita*’ (passado), sem distinção singular/plural.⁵⁵

A cópula é um conceito normalmente associado ao verbo ‘ser’ das línguas indo-europeias, exatamente por conta das propriedades deste, discutidas na seção 1.5, de possibilitar a predicação de elementos nominais – por isso, chamados, além de “verbos de ligação”, também de “verbos copulativos”. De fato, pode-se dizer que a *cópula*, principalmente no que se refere às línguas indo-europeias, é muitas vezes utilizada simplesmente como sinônimo para *verbos de ligação*. Entretanto, a denominação *cópula* acaba sendo especialmente utilizada ao se tratar de línguas como o japonês, nas quais os elementos que atuariam como cópula não são necessariamente reconhecidos como verbos – situação em que a terminologia *verbo de ligação* se torna inadequada.

Trata-se a cópula, entretanto, de um termo oriundo da lógica aristotélica. Conforme será mais bem explorado ao longo deste capítulo, Moro (2004) identifica, ao longo da história, 3 grandes interpretações tradicionais da noção de cópula.

Aristóteles (384-322 a.C.) teria dado origem ao conceito, ainda que não utilizasse a denominação “cópula”. Interpretações ao texto do filósofo teriam levado à visão de que se, numa frase nominal, o núcleo do predicado é um substantivo, e este não flexiona em tempo, um verbo ‘ser’ (‘ἐμί’, em grego clássico) surgiria com a finalidade de fornecer à frase uma especificação adequada de tempo. Com base nisso, a noção de cópula teria passado a ser enxergada como o elemento que forneceria tempo gramatical a uma frase, nas ocasiões em que o tempo não era especificado no interior do próprio predicado (p. 249-250). Na maioria das línguas indo-europeias, esse elemento seria o verbo ‘ser’.

No período medieval, Pedro Abelardo (ca. 1079-1142), que teria sido o cunhador do termo “cópula”, estudando a teoria dos silogismos, resgatou as visões de Aristóteles, mas teria passado a enxergar a cópula não como um elemento especificador de tempo, mas, principalmente, como o elemento que transformaria um substantivo num predicado (p. 251).

⁵⁴ Ou seja, referente aos elementos que os japoneses reconheceriam como 動詞 *dôshi*.

⁵⁵ Tradução minha. Original: “There is also a group of words that are collectively referred to as the *copula*. Among several variations, the most common forms are *da* (plain no-past) and *datta* (plain past), while its polite counterparts are *desu* (non-past) and *deshita* (past), with no singular-plural distinction.”

A terceira grande interpretação da cópula seria baseada em Bertrand Russel (1872-1970), cuja particularidade seria a de que reconhecer que, nas frases copulares, o verbo ‘ser’ pode ora atuar como ligação a um substantivo com papel predicador, ora atuar como um predicado que expressa identidade (p. 254).

A cópula foi, então, um conceito desenvolvido na lógica, uma disciplina mais geralmente relacionada à filosofia, tendo acabado assimilado pela gramática. Vejamos de que forma a noção de cópula tem sido apresentada em alguns dicionários linguísticos.

cópula

Os verbos *ser*, *estar*, *andar*, etc. são chamados *cópulas* quando, numa frase de base, constituem com um predicativo (adjetivo, sintagma nominal ou sintagma preposicional) o predicado de um sintagma nominal sujeito. A cópula serve para enunciar as propriedades que definem o sujeito em *frases predicativas*. Assim em:

Pedro é feliz,
Antônio estava em casa,
Maria andava triste,
os verbos *é*, *estava*, *andava* são cópulas.

O verbo *ser* é cópula, *verbo copulativo* ou de ligação, em exemplos como os precedentes, verbo auxiliar na conjugação passiva e verbo fundamental, existencial em construções como *Era uma vez...* (DUBOIS *et alii*, 2011, p. 146-147)

cópula [...] Um verbo com pouco ou nenhum significado independente, cuja função primária é a de ligar elementos da estrutura da oração, geralmente o sujeito e o complemento, para indicar que são semanticamente equivalentes; também chamado de **verbo de ligação**. Em inglês, o principal verbo copular é *be* [ser], em suas várias formas, tal como usado em sentenças como *Ela é médica*, *Eles estão felizes*. Este termo de certa forma incomum deriva de uma raiz latina com o significado de ‘ligar’ ou ‘unir’ – como visto também em *couple* [casal] e *copulate* [copular].⁵⁶ (CRYSTAL, 1999, p. 73)

COPULA

Um item gramatical especializado, geralmente um **verbo**, que serve apenas para expressar identidade ou pertencimento a uma classe. A cópula do inglês é *be* [ser], e esse verbo tem duas funções principais. Primeiro, como verbo de uma **sentença equacional**, expressa identidade e funciona mais ou menos como o sinal de igual da matemática: *O maior planeta do nosso sistema solar é Júpiter*. Essa sentença pode ser prontamente invertida: *Júpiter é o maior planeta do nosso sistema solar*. Segundo, como verbo de uma **sentença atributiva**, atribui alguma propriedade a seu sujeito, ou em outras palavras, designa seu sujeito como pertencente a alguma classe: *Susie is smart* [Susie é esperta]; *Susie is sleepy* [Susie está sonolenta]; *Susie is a woman with a red*

⁵⁶ Tradução minha. Original: “**copula** [...] A verb with little or no independent meaning, whose primary function is to link elements of clause structure, typically the subject and the complement, to show that they are semantically equivalent; also called a **linking verb**. In English, the main copular verb is *be*, in its various forms, as used in such sentences as *She is a doctor*, *They are happy*. This somewhat unusual term derives from a Latin root meaning ‘bond’ or ‘join’ – as seen also in *couple* and *copulate*.”

car [Susie é uma mulher com um carro vermelho]. Aqui, certas propriedades estão sendo atribuídas a Susie (esperteza, sonolência, posse de um carro vermelho), ou, de maneira equivalente, Susie está sendo designada à classe das pessoas espertas, à classe das pessoas sonolentas ou à classe dos donos de carro. Tais sentenças se tornam não naturais ou pior quando invertidas: ?? *Clever is Susie* [Esperta é Susie]. ?? *A woman with a red car is Susie* [Uma mulher com carro Vermelho é Susie].

É claro, o *be* [ser] do inglês pode também funcionar como um **auxiliar**, e, nesse caso, não está servindo como cópula.⁵⁷

(TRASK, 2007, p. 99)

Pode-se notar que a definição de Dubois *et alii* (2011) acima, é bem semelhante à definição dos mesmos autores de verbo copulativo, já apresentada na seção 1.5.

Mas o que chama atenção nas três definições acima, em especial nas de Dubois *et alii* (2011) e Crystal (1999), é o fato de reconhecerem a cópula apenas como sendo um verbo, o que evidencia, novamente, o alinhamento ao paradigma linguístico indo-europeu, desconsiderando as particularidades de línguas como o japonês, em que os elementos que talvez possam ser considerados como cópula não necessariamente se tratam de verbos – apenas a definição de Trask (2007), menciona brevemente a possibilidade de a cópula não ser um verbo.

Em verdade, cada uma das três definições acima está ancorada ao paradigma do idioma em que foi originalmente publicada por seus autores – a de Dubois *et alii* (2011) sendo uma tradução brasileira de uma publicação francesa, a de Crystal (1999), inglesa, e a de Trask (2007), estadunidense, acabam dando conta somente de descrever o funcionamento da cópula no português, francês e inglês.

Da mesma forma, o dicionário de linguística de Beccaria (1996, p. 181-182), uma publicação italiana, define a cópula como um “[...] verbo com significado próprio reduzido, mas com função sintática predicativa, visando estabelecer uma relação entre o sujeito da frase e o seu predicado”⁵⁸, focando as explicações no verbo ‘*essere*’ (“ser”) do italiano, também apontando um exemplo em francês e um em inglês.

Já o *Dicionário de Linguística e Gramática* de Camara Junior (2002), voltado à língua

⁵⁷ Tradução minha. Original: “A specialized grammatical item, often a **verb**, which serves only to express identity or class membership. The English copula is *be*, and this verb has two main functions. First, as the verb in an **equational sentence**, it expresses identity and functions rather like an equal sign in mathematics: *The largest planet in our solar system is Jupiter*. Such a sentence can be readily reversed: *Jupiter is the largest planet in our solar system*. Second, as the verb in an **ascriptive sentence**, it ascribes some property to its subject, or, in other words, it assigns its subject to membership in some class: *Susie is clever*; *Susie is sleepy*; *Susie is a woman with a red car*. Here certain properties are being ascribed to Susie (cleverness, sleepiness, having a red car), or, equivalently, Susie is being assigned to the class of clever people, to the class of sleepy people, or to the class of car-owners. Such sentences become unnatural or worse when reversed: ?? *Clever is Susie*; ?? *A woman with a red car is Susie*. Of course, English *be* can also function as an **auxiliary**, and in that case, it is not serving as a copula.”

⁵⁸ Tradução minha. Original: “[...] verbi com ridotto significato proprio, ma com funzione sintattica predicativa, volta cioè a stabilire um rapporto tra il soggetto frasale e il suo predicato.”

portuguesa, não traz a um verbete para *cópula*, mas, nas definições de *predicado* (p. 197-198) e *predicativo* (p. 76), reconhece a classificação do predicado em verbal ou nominal, em moldes semelhantes à definição de Faraco & Moura (1997, p. 321) apresentada na seção 1.5, e, em algumas passagens, vem a classificar o verbo ‘ser’, não como verbo de ligação, mas como um “verbo substantivo”.

[...] O predicativo do sujeito é a essência das orações ditas nominais, que se definem por constituírem um nexos entre um sujeito e o seu predicativo, ligados em regra pelo verbo *ser* como verbo substantivo ou por alguns outros verbos (*estar, ficar, tornar-se* etc.), e que não exprimem um processo e, sim, a existência de uma situação.

(CAMARA JUNIOR, 2002, p. 76 – definição de *complemento predicativo*)

[...] Noutro sentido, aparece o termo “substantivo” para designar em gramática o verbo *ser* nas orações nominais, porque apenas exprime do sujeito a substância, cabendo aos complementos predicativos exprimir-lhe os aspectos característicos.

(*Idem*, p. 227 – definição de *substantivo*)

A ideia de *verbo substantivo* para designação do verbo ‘ser’ não é muito diferente da ideia de *verbo de ligação*. Entretanto, conforme será visto na seção 2.4, a denominação *verbo substantivo* parece ser mais comum em gramáticas mais antigas do português, tendo dado lugar à denominação de *verbo de ligação* nas gramáticas mais recentes. Assim, ainda que a terminologia “cópula” seja tradicionalmente pouco utilizada nas gramáticas do português, sua noção está presente na ideia de “verbo substantivo” ou “verbo de ligação”.

Mas o que venho ressaltar aqui é o fato de que a *cópula* tem sido aplicada a diferentes idiomas, mas ainda incorrendo no mesmo problema discutido na seção 1.3 – o da dificuldade de se obter uma definição universal aos conceitos linguísticos.

Nesse sentido, uma definição mais interessante da *cópula*, curiosamente, acaba por ser encontrada num dicionário linguístico japonês:

CÓPULA

Também *copula, keiji, keigôji, renji*.

(1) (LÓGICA) O segmento linguístico de uma proposição que faz a ligação do sujeito com o predicado. Por exemplo, na proposição “*Human is mortal*”, essa parte corresponde ao “*is*”. Se for o caso de selecionar um correspondente na língua japonesa, poder-se-ia apontar os segmentos “... *wa* ... *dearu*”.

(2) (GRAMÁTICA) No âmbito da gramática (normativa), designa a parte verbal que faz a ligação do sujeito com o objeto. No caso do inglês, corresponderia aos verbos intransitivos incompletos (*incomplete intransitive verbs*). Por exemplo, o “*is*” de “*He is a boy*” e o “*grew*” de “*They grew old*”. Nesses casos, são chamados também de verbos de ligação *renketsu dôshi* (*link-verb*), em especial verbos como ‘*be*’ (ing.), ‘*être*’ (fr.) e ‘*sein*’ (al.) (somente nos casos em que não têm o sentido de existência). Considerando ter

sido esta uma noção originalmente desenvolvida pelo ponto de vista da lógica ocidental, além do fato de haver, mesmo nas línguas ocidentais, frases ausentes de cópula, decorre que esta não é uma noção que pode ser devidamente aplicada, da forma que se apresenta, às diversas línguas de um ponto de vista descritivo. Tomando o japonês como exemplo, em primeiro lugar, existe uma problemática sobre se deve-se ou não reconhecer a noção de sujeito nesta língua, e, em segundo lugar, no japonês não existe um único vocábulo correspondente ao verbo ‘be’ (pode-se apontar diferentes possibilidades, como ‘da’, ‘desu’, ‘dearu’, ‘dearimasu’, ‘degozaimasu’, ou ainda, um elemento zero) e, além, disso, os adjetivos *keiyôshi* dispensam um elemento desse tipo, entre outras questões. Ademais, conjunções de justaposição, como ‘and’ (ing.) e ‘et’ (fr.) são chamados de copulativas (*copulative*) ou conjunções copulativas (*copulative conjunction*).⁵⁹ (KOKUGO GAKKAI, 1971, p. 459-460)

Na definição redigida por Yukio Uemura, acima, fica reforçada, então, a existência de problemas na pressuposição da universalidade dos conceitos advindos da tradição indo-europeia dos estudos linguísticos – também quanto ao conceito de *cópula*, que está aqui sendo estudado.

Pensando quanto à ideia de *cópula* aplicada à língua japonesa, a adoção do ponto de vista da noção de *cópula* dos elementos aqui considerados como *dantei no jodôshi* é recorrente em trabalhos estrangeiros que analisam a língua japonesa, mas parece pouco comum em trabalhos japoneses, ainda que a ideia de *cópula* não deixe de ser considerada esporadicamente.

Entre as obras estudadas neste trabalho, Okutsu (1999, p. 10) reconhece que os linguistas ocidentais costumam identificar o ‘da’ como sendo a cópula da língua japonesa, já que possuiria as mesmas funções do verbo ‘ser’, indicando, também, haver gramáticos japoneses que adotaram essa visão, traduzindo cópula por 繫辞 ‘*keiji*’ (literalmente, “elemento de conexão”), mas o próprio rejeita trabalhar sob esse ponto de vista. Ainda que seja o próprio autor adepto do gerativismo, desenvolvimento da tradição linguística estadunidense, critica: “[...] de maneira alguma é possível explicar adequadamente o ‘da’, se situado no enquadramento da gramática ocidental.”⁶⁰ (p. 10).

Também, Yoshida (1971), que, ainda que tenha estudado os *jodôshi* baseando-se majoritariamente (senão quase completamente) nos desenvolvimentos linguísticos nativos japoneses, não se mostra adverso a reconhecer como cópula os *dantei no jodôshi* (que trata por 指定の助動詞 *shitei no jodôshi*), mas não dá muita atenção ao assunto. “Como o ‘da’ etimologicamente contém um ‘aru’ [no interior de sua estrutura morfológica], seria uma cópula

⁵⁹ Tradução minha. A íntegra do texto original, acompanhada de sua tradução completa, pode ser encontrada no Anexo deste trabalho.

⁶⁰ Tradução minha. Original: [...] 「ダ」は西洋文法の枠組では、とうてい説明がつかない。

exemplar, [utilizado para estabelecer] a exata forma da expressão de um pensamento lógico.”⁶¹ (p. 394), coloca o autor, sem aprofundar de que forma compreende o funcionamento do ‘*da*’ como cópula, e sem retomar o assunto ao longo de suas considerações acerca dos *dantei/shitei no jodôshi*.

Entre japoneses, é especialmente em trabalhos de autores que seguem a linha gerativista, que parecem ter crescido nos últimos anos, que a noção de *cópula* vai aparecer – ainda que o trabalho de Okutsu (1999), acima mencionado, seja exceção. Masahiro Morikawa, da Universidade de Nagoya, por exemplo, em trabalhos escritos em inglês (MORIKAWA, 2006; 2007) vai tratar os elementos ‘*da*’, ‘*desu*’, ‘*dearu*’ etc. por cópula, e, em trabalhos escritos em japonês (MORIKAWA, 2011), vai tratar esses elementos por *keiji* – a tradução que os japoneses costumam atribuir à cópula conforme acima aludido.

Mas, no que diz respeito aos estudos linguísticos do japonês, é de fato entre os trabalhos em língua inglesa que a *cópula* predomina, mesmo no caso de autores japoneses que publiquem em inglês⁶².

No capítulo 3 serão examinados alguns desses trabalhos, em especial o de Narahara (2002), que explorou a fundo os elementos aqui considerados como *dantei no jodôshi*, sob o ponto de vista da noção de cópula.

Assim sendo, ao longo deste capítulo serão examinadas as definições e visões a respeito da noção de *cópula*, além de conceitos relacionados, como o de *predicação nominal* e *verbos de ligação*, de modo a compreender de que forma essas questões foram interpretadas no âmbito da tradição linguística ocidental de base indo-europeia, para que, no capítulo 3, seja verificado de que forma estes conceitos foram aplicados à língua japonesa.

⁶¹ Tradução minha – trechos entre colchetes são adições minhas. Original: 「だ」は語源的に「ある」を含んでいるから、典型的な copula であり、まさに論理的思考の表現形式である。

⁶² É interessante notar que diversas publicações em língua inglesa que tratam os *dantei no jodôshi* por cópula são de autoria de pesquisadores japoneses e/ou radicados em universidades japonesas, como é o caso dos citados Makino & Tsutsui (1986; 1995; 2008) e Nishiyama (1999), assim como de alguns capítulos do manual da linguística japonesa organizado por Hasegawa (2018) – neste último caso, ainda que a organizadora seja vinculada a universidade britânica, a obra possui entre os autores participantes também pesquisadores vinculados a universidades japonesas – e mesmo no caso destes, suas contribuições se conformam aos paradigmas linguísticos ocidentais, inclusive quanto ao tratamento de ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’ como *cópula*.

Esses casos parecem reforçar uma tendência na qual as produções acadêmicas que objetivam circulação em âmbito internacional (por isso escritas em inglês) se conformam a um determinado padrão (ocidental/indo-europeu) de classificação linguística, ficando os desenvolvimentos teóricos nativos dos japoneses, ou modificados para se adaptar a esses padrões, ou simplesmente ignorados.

2.2. OS FILÓSOFOS GREGOS E O SURGIMENTO DA NOÇÃO DE PREDICAÇÃO

Se, conforme apresentado na seção 1.1, Suzuki (2012, p. 18-21) apontou que os estudos da arte poética teriam sido motivadores do surgimento da tradição de estudos linguísticos japoneses, no caso da tradição ocidental indo-europeia dos estudos linguísticos, é possível reconhecer ter havido fenômeno similar.

Conforme Vieira (2019, p. 44-48), de fato, os estudos da poética de Homero e Hesíodo foi um dos pilares do desenvolvimento da tradição alexandrina de estudos linguísticos a partir do século III a.C. O autor se refere à tradição alexandrina de estudos linguísticos como uma tradição “filológico-gramatical” (p. 46), uma vez que o trabalho desses estudiosos não apenas compreendia a comparação de diferentes versões de um mesmo texto, buscando reestabelecer um possível “texto original” (p. 45), mas também levou à análise dos “aspectos fonéticos, ortográficos, morfológicos, sintáticos, estilísticos etc.” (p. 47) da língua utilizada na literatura clássica grega, que teria resultado na “descrição do primeiro sistema gramatical de uma língua ocidental: o grego homérico” (p. 47). Aponta ainda Vieira, que, na tradição alexandrina havia a preocupação não apenas com a descrição, mas também com a prescrição do grego clássico (p. 20), “na tentativa de preservar a língua ‘correta’ de Homero dos ‘barbarismos’ que pairavam nos domínios macedônios” (p. 47), o que acabou dando origem ao que o autor (p. 20; p. 36), se baseando em Bagno (2009, p. 34 *apud* VIEIRA, 2019, p. 20), chamou de “campo doutrinário” dos estudos linguísticos – que teria influenciado gramáticos latinos dos séculos II a.C. a VI d.C., como Varrão e Donato, passando por gramáticos medievais como Santo Agostinho, atingindo, nos dias atuais, o paradigma *normativo* tão presente na nossa tradição gramatical.

Entretanto, a origem primeira das categorizações linguísticas do grego clássico, que, não apenas foi a base para as análises gramaticais dos filólogos alexandrinos, mas que é a base mesmo das classificações utilizadas ainda hoje na tradição linguística ocidental, se deu alguns séculos antes, não motivada pelos estudos poéticos, mas suscitada no interior dos estudos filosóficos, em especial com Platão (428/427-348/347 a.C.) e Aristóteles no século IV a.C. e os estoicos no século III a.C. Defende Vieira (2019, p. 20), com base nas ideias de Bagno, que, em oposição ao “campo doutrinário” herdeiro dos alexandrinos, o pensamento linguístico dos gregos teria influenciado o que chamaram de “campo teórico” dos estudos linguísticos, de motivação filosófica e científica, tendo servido de inspiração aos gramáticos especulativos medievais (modistas), à escola de Port-Royal pós-renascentista e aos linguistas histórico-comparativos do século XIX, tradições que viriam a resultar na *linguística* moderna como conhecemos hoje.

Diferentes motivações teriam levado os filósofos gregos a conjecturar acerca da linguagem, mas, conforme Colombat *et alii* (2017, p. 87), pode-se considerar que os estudos que envolviam a linguagem se dividiam em dois eixos: em primeiro lugar, no questionamento em relação à correspondência à realidade daquilo que era dito, o que levou ao desenvolvimento da disciplina que hoje conhecemos por *lógica* e, em segundo lugar, quanto à ação da fala sobre um ouvinte e técnicas de persuasão, ou seja, na disciplina *retórica*.

Ressaltam, também, Colombat *et alii* (*Idem*), não ter ocorrido entre os gregos, num primeiro momento, uma “reflexão sobre a língua em si”. As classificações dos elementos gramaticais não eram desenvolvidas pela finalidade de compreensão da linguagem, mas somente na medida em que serviam de suporte para as reflexões filosóficas.

De acordo com Vieira (2019, p. 24), com os estoicos, no século III a.C., as questões linguísticas, pela primeira vez, passaram “a ser tratadas em obras específicas e de maneira ordenada [...] embora ainda não com um fim em si mesmo, mas sim a serviço de suas investigações filosóficas.”, até que os desenvolvimentos linguísticos dos filósofos gregos fossem assimilados pelos alexandrinos, tendo, daí em diante, influenciado toda a tradição ocidental de estudos linguísticos.

Mas, mesmo nas primeiras categorizações propostas por Platão e Aristóteles, ainda que não houvesse entre tais filósofos objetivo expressamente linguístico, é possível reconhecer o embrião de um conceito que até hoje se faz importante na gramática, e que é de grande relevância para os assuntos tratados neste trabalho: a ideia de *predicação*.

No diálogo *Crátilo*, Platão traçava considerações a respeito do *nome*, ao discutir sobre a arbitrariedade dos signos da linguagem e a validade do discurso falso (COLOMBAT *et alii*, 2017, p. 83-85). O nome, *ónoma* (ὄνομα), seria oposto ao *rhêma* (ῥῆμα), conceito que se confunde entre o que hoje entendemos por *verbo* e aquilo que conhecemos por *predicado*. No *Sofista*, Platão coloca que o *rhêma* seria a manifestação das ações e o *ónoma*, o nome daqueles que praticam essas ações (*Idem*, p. 86).

O *rhêma* passa a ser mais explorado no *Da Interpretação* de Aristóteles. Na obra, que discorre a respeito da verdade ou falsidade das frases declarativas⁶³, tendo sido talvez o trabalho

⁶³ O termo aristotélico para o que coloco aqui como “frase declarativa” era “*apófanse*” (ἀπόφανσις), que costuma ser traduzido por vezes como “declaração” e por vezes como “enunciação”. José Veríssimo Teixeira da Mata, tradutor do grego, em Aristóteles (2013), seguiu a primeira opção. A opção por “enunciação” teria origem na tradição latina, no âmbito da qual, Boécio e Moerbeke, por exemplo, haviam utilizado “*enunciatio*”. Conforme apontado em Mata (2013, p. 41 – nota 6) e Faitanin & Veiga (2018, p. 50 – nota 1), outra tradução comum é “proposição” (ou “*propositio*” em latim). Esse termo, que será mais bem discutido na seção 2.3, é hoje mais utilizado no âmbito da lógica, enquanto “declaração” ou “enunciação” são mais utilizados na gramática.

mais fundamental para a formação do campo de estudos da lógica, o *rhêma* era definido como o segmento da frase declarativa “[...] que agrega àquilo que ele próprio significa o tempo e cujas partes nada significam isoladamente. E é sempre sinal das coisas que são ditas de outra coisa.”⁶⁴ (ARISTÓTELES, 2013, p. 5 – 16b6-7). Também coloca como exemplo de *rhêma*, ‘*hygiánei*’ (‘ὕγιαίνει’) (16b 9), verbo intransitivo que significa “ter saúde” ou “ser saudável”.

Ainda que pareça vaga a explicação, pode-se entender, em primeiro lugar, que Aristóteles coloca o *rhêma* como algo que, no interior de uma frase, exprime *tempo* junto com o seu significado particular. Além, disso, o *rhêma* não pode ser utilizado sozinho (“cujas partes nada significam isoladamente”), mas apenas quando diz algo sobre “outra coisa”, i.e., um *ónoma* (nome).

Na tradição latina, tal como na versão comentada por Tomás de Aquino (2018, p. 41), o *rhêma* costumava a ser traduzido como “*verbum*”⁶⁵, de modo que “verbo”, em português – e seus correspondentes nos demais idiomas, tal como “*verb*” em inglês –, passou a ser a tradução padrão para *rhêma* até os dias de hoje, tal como na versão em português do *Da Interpretação*, aqui consultada, de José Veríssimo Teixeira da Mata (ARISTÓTELES, 2013, p. 3)⁶⁶.

Entretanto, devido ao fato de que a preocupação maior de Aristóteles era a estrutura da frase enunciativa, e não tanto a natureza dos termos que a compõem, pode-se pensar que o sua *rhêma* correspondia mais ao nosso conceito atual de predicado do que do de verbo. A confluência das noções de verbo e predicado no interior do *rhêma* é amplamente reconhecida e apontada em diversas fontes tal como Colombat *et alii* (2017, p. 93), Vieira (2019, p. 30), Mata (2013, p. 89-90) e Moro (2004, p. 249).

Em verdade, as atuais denominações sujeito e predicado seriam originárias, não do *ónoma* e do *rhêma*, mas da divisão *hupokeimenon* (ὕποκειμένον) / *kategorêma* (κατηγορήμα), posta em outro trabalho de Aristóteles – as *Categorias*⁶⁷. Se nesse texto, *hupokeimenon*

Conforme a definição apresentada para *enunciação* no dicionário linguístico de Dubois *et alii* (2011, p. 205-206), o sentido atribuído a esse termo hoje é muito mais vasto do que o da *apófanse* utilizada por Aristóteles, podendo ser usado em diferentes acepções, significando conceitos consideravelmente distintos. Por outro lado, no mesmo dicionário (p. 156-157), é colocado que *frase declarativa* e *frase enunciativa* (e também *frase assertiva*) correspondem ao mesmo conceito – é a frase que transmite uma informação ao conhecimento do interlocutor, em oposição às frases interrogativas e imperativas, por exemplo. É essa a acepção mais próxima da *apófanse* conforme utilizada por Aristóteles, e também da *proposição* utilizada na lógica.

⁶⁴ As traduções dos trechos do *Da Interpretação* reproduzidos neste trabalho são de José Veríssimo Teixeira da Mata, retiradas de Aristóteles (2013).

⁶⁵ Tomás de Aquino (1225-1274), que foi grande comentador de Aristóteles, ignorava o grego clássico, e, no caso do *Da Interpretação*, trabalhou com tradução de Guilherme de Moerbeke (1215-1286) (MATA, 2013, p. 66).

⁶⁶ Também no grego moderno, *rhîma* (com a mesma grafia do *rhêma* clássica, “ρήμα”) é o termo utilizado para *verbo* na acepção moderna.

⁶⁷ As *Categorias* (“Κατηγορίαι” – “*Kategoriai*”) e o *Da Interpretação* (“Περὶ ἑρμηνείας” – “*Peri Hermeneias*”),

corresponderia à atual noção de sujeito e, *kategorêma*, à atual noção de predicado, Colombat *et alii* (2017, p. 93) colocam que

[o]s modernos tendem a interpretar os dois termos como aqueles que designam os dois membros de uma proposição, em uma ótica propriamente linguística, mas essa análise trai, ao menos em parte, o pensamento de Aristóteles: *hupokeimenon* designa, antes de tudo, uma realidade subjacente, uma “subsistência” um “substrato” [...], à qual se aplica uma qualidade que pertence, ela também, ao mundo extralinguístico.

Se nas *Categorias*, a ideia de predicado aparece em vista da preocupação do autor em definir quais tipos de classificações podem ser atribuídas aos objetos do mundo, a divisão da frase em *ónoma / rhêma* do *Da Interpretação* é que parece ter maior concernência à forma linguística do enunciado – e é a essa teoria que costuma ser atribuído o surgimento da noção de *cópula*.

Pensando mais especificamente sobre de que forma o verbo ‘ser’ (‘ἐμί’ – ‘eimi’, no grego clássico) era enquadrado no *rhêma* aristotélica, é interessante verificar a seguinte colocação de Aristóteles (2013, p. 27) no *Da Interpretação*: “Os nomes e os verbos, até quando são trocadas as suas posições, significam o mesmo. Por exemplo: ‘o homem é branco’ e ‘branco é o homem’” (20b1-2).

Considerando a forma das frases no texto original, “*esti leykòs ánthropos*” (“ἔστι λευκὸς ἄνθρωπος” – “o homem é branco”) e “*éstin ánthropos leykós*” (“ἔστιν ἄνθρωπος λευκός” – “branco é o homem”), percebe-se que o elemento que corresponde ao que hoje entendemos por verbo, ‘*ésti(n)*’ – ‘ser’ ou ‘estar’ na terceira pessoa do singular do presente do indicativo⁶⁸ –, nunca é de fato movido no exemplo colocado pelo filósofo. Pelas definições contemporâneas, o que teriam tido suas posições trocadas nos exemplos são, na verdade, não um nome e um verbo, mas o sujeito (‘*ánthropos*’, “homem”) e seu predicativo (‘*leykós*’, “branco”) – sendo ambos nomes.

Assim, o *rhêma* aparece aqui mais próximo do conceito de predicativo do que exatamente de predicado, se consideradas as definições de *verbo de ligação* apresentadas na seção 1.5, e a definição de *predicativo* de Dubois *et alii* (2011, p. 448-449), como

[...] a maneira de ser ou a qualidade que o enunciado reconhece como

ambos fazem parte de um conjunto de textos de Aristóteles conhecido como o *Órganon* (“Ὀργανον”), e que teria sido o precursor da *lógica* como disciplina filosófica.

⁶⁸ Sendo ‘*ésti*’ a forma que precede consoantes, e ‘*éstin*’, a forma que precede vogais.

Também, quanto à diferença de acentuação da palavra ‘*leykós*’, está relacionada com a prosódia da frase – palavras oxítonas marcadas por “acento agudo” mudavam para “acento grave” no caso em que precediam palavras iniciando por sílaba tônica.

pertencente a alguém ou a alguma coisa por meio de um verbo expresso ou subentendido: em *Nosso homem é louco*, *louco é* predicativo de um sujeito com o qual é relacionado por meio do verbo *ser* ou de um verbo similar (*parecer*, *tornar-se*).

Ainda pensando quanto ao verbo ‘ser’, cujo correspondente em grego, ‘*eimí*’ era utilizado tanto com o sentido de ‘ser’ como com o sentido de ‘estar’, deve ser interessante também este outro comentário do capítulo X do *Da Interpretação*. Também deve ser interessante ressaltar aqui que, na citação abaixo, a palavra “verbo” aparece sempre como tradução de “*rhêma*”.

[...] No que concerne à unidade, é necessário, na afirmação, que a coisa uma seja [dita] de uma coisa uma [...], por conseguinte toda afirmação será oriunda de um nome e verbo [...]. Sem verbo, não há afirmação nem negação. Das explicações já postas, verbo é o “é”, o “será”, o “tornar-se” e todos quantos são desse tipo, pois eles, para além do que significam, marcam o tempo. Por conseguinte, é a afirmação primeira (e a negação): “o homem é” // “o homem não é”; [...]. E cabe o mesmo discurso para as construções fora do tempo [presente].

Sempre que o “é” seja atribuído como plus, como o terceiro [termo], as oposições são expressas de duas maneiras. Ao declarar, por exemplo, que o homem é justo, considero ser o “é” o terceiro a compor a afirmação, quer seja nome ou verbo. [...] Digo que o “é” se acresce ao justo ou ao não justo, e da mesma forma ocorre a negação. Quatro são, dessa maneira, as proposições. Compreendemos o que está a ser dito pelo que está exposto abaixo:

(a) “O homem é justo” – e sua negação (b) “O homem não é justo”
(c) “O homem é não justo” – e sua negação (d) “O homem não é não justo”.

Aqui o “é” e o “não é” se acrescentam ao justo ou ao não justo. [...]

Em todas as proposições às quais o “é” não se ajusta, por exemplo, no caso de alguém convalescer ou caminhar, [a expressão] assim colocada produz o mesmo efeito do “é” como se ele fizesse a ligação. [...]

(a) “O homem convalesce” – [e sua negação] (b) “O homem não convalesce”
(c) “O não homem convalesce” – [e sua negação] (d) “O não homem não convalesce”.

(ARISTÓTELES, 2013, p. 21-25 – 19b5-20a12 – termos entre colchetes acrescentados pelo tradutor)

Trata, o filósofo, então, primeiro do sentido existencial do verbo ‘ser’ – “o homem é”, com o sentido de “o homem existe” – forma expressiva, incomum no português, na qual o ‘ser’ é utilizado como intransitivo, e não como verbo de ligação.

Em seguida, discute o ‘ser’/‘estar’ como verbo de ligação. Nesse caso, o ‘ser’/‘estar’ seria um adicional, que se ligaria a um nome ou um verbo – neste segundo caso, por exemplo, em “O homem está andando” (21b9), em que, atualmente, interpreta-se que o ‘estar’ atue como verbo auxiliar do verbo principal ‘andar’.

Assim, se no caso do ‘ser’ existencial, talvez seja diferente, Aristóteles aparentemente não considerava como *rhêma* nem o ‘ser’ de ligação e nem o ‘ser’ auxiliar de outro verbo. Para

Aristóteles, o ‘ser’ era um elemento de ligação entre o *ónoma* e o *rhêma* (que podia ser composta seja pelo hoje entendemos por nome, seja pelo que entendemos por verbo), mas que era dispensável quando o *rhêma* era composto pelo que hoje entendemos por verbo. Considerando, entretanto, a definição de *rhêma* anteriormente apresentada, como o que “agrega àquilo que ele próprio significa o tempo” (ARISTÓTELES, 2013, p. 5 – 16b6-7), o filósofo talvez considerasse que o verbo ‘ser’ era, nesses casos, um componente do *rhêma*, já que era quem atuava para exprimir tempo.

Isso deve ter levado à interpretação de Moro (2004, p. 249) de que, para Aristóteles, a maior função do verbo ‘ser’ seria a expressão de tempo no caso em que o *rhêma* (quando composta de um *ónoma*) não poderia expressar tempo por si só – o que daria origem a uma visão sobre a *cópula*, como sendo o elemento que tivesse o papel de exprimir traços gramaticais que os substantivos não pudessem exprimir a partir de suas próprias formas flexionais.

Mas, se o conceito de *cópula* ainda não estava propriamente colocado em Aristóteles, na seção 2.3, será apresentado de que forma esse conceito surgiu, no âmbito da filosofia medieval.

2.3. CÓPULA E PREDICAÇÃO NA FILOSOFIA

Nesta seção será examinado de que forma a *cópula* foi encarada na filosofia, em especial, na disciplina denominada *lógica*, cuja origem estaria em Aristóteles – em especial, nos trabalhos, tais como as *Categorias* e o *Da Interpretação* discutidos na seção anterior, que compunham o *Órganon*, conjunto de textos aristotélicos considerados como precursor dos fundamentos dessa disciplina.

Mortari (2016, p. 14), define a lógica como “[...] a ciência que estuda princípios e métodos de inferência, tendo o objetivo principal de determinar em que condições certas coisas se seguem (são consequências), ou não, de outras.”.

Sendo uma disciplina muito ampla, com diversas vertentes e aplicações, fica extremamente complicado fornecer uma explicação que fique ao mesmo tempo curta e clara, mas a partir do exemplo a seguir deve ser possível ter uma melhor ideia de como a disciplina lógica se relaciona com os estudos linguísticos.

Conforme exemplo adaptado também de Mortari (2016, p. 23):

(19) **P₁**: Popoi é um gato.

P₂: Todos os gatos gostam de queijo.

Em (19), P₁ e P₂ são *proposições*⁶⁹. O conceito de proposição será discutido adiante nesta seção, mas poder-se-ia entender que proposições são o mesmo que *frases declarativas*⁷⁰, mas tomadas em função da verificação de sua verdade ou falsidade.

Uma parte importante dos exercícios a que a lógica tem se dedicado ao longo dos séculos é a interpretação dos possíveis resultados que se pode obter de sequências de proposições tais como a acima.

Por exemplo, pelas proposições acima, se for verdade que gatos gostam de queijo (P₂), já que Popoi é um gato (P₁), podemos deduzir que ele gosta de queijo. Entretanto, caso P₂ seja falsa, ou seja, caso não seja verdade que todos os gatos gostam de queijo, ainda poderia ser verdade que, não todos, mas alguns gatos gostam de queijo. Por isso, não seria possível saber, nesse caso, se Popoi gosta ou não de queijo.

Esse tipo de sequência (e consequência) de proposições – que poderíamos chamar de sequência *lógica* – é também conhecida como silogismo, e estudar os problemas e as dificuldades de compreensão desse tipo de estrutura silogística é um dos pontos fundamentais da *lógica* como disciplina.

Porque baseado em frases utilizadas na linguagem cotidiana, de onde advêm as complexidades com que precisam lidar os estudiosos dos silogismos, torna-se natural a preocupação com o estudo da linguagem na busca da compreensão dos silogismos. A substância dos silogismos depende totalmente do significado dos elementos linguísticos e da sua relação no interior da frase. Por isso a preocupação de Aristóteles, no *Da Interpretação*, em definir a estrutura da frase declarativa.

Dessa maneira, a linguística contemporânea herda grande número de termos técnicos, conceituações e definições de uma disciplina cujo principal objetivo não era compreender a língua em sua completude, mas apenas à medida em que esta atuava como instrumento para decifrar questões relacionadas a outro tipo de problemas.

Veremos nesta seção, então, de que forma o conceito de *cópula* surgiu e foi encarado no âmbito da lógica, para, na próxima seção, discutir de que forma a *cópula* foi tomada na

⁶⁹ Em verdade, Mortari (2016) utiliza o símbolo “P” com o sentido de “premissa”, e não de “proposição”. Entretanto, em (19), P₁ e P₂ não deixariam de ser, também, proposições.

⁷⁰ E tomo “frases declarativas” aqui, conforme definição de Duboi *et alii* (2011) apresentada na seção 1.6, como em oposição às frases interrogativas ou imperativas.

linguística.

Se, na seção 2.1, foram apresentadas algumas definições da *cópula* tiradas de dicionários linguísticos, demos agora uma pequena olhada quanto às definições que esse termo vem recebendo em dicionários filosóficos.

O dicionário de filosofia de Abbagnano (2007, p. 209), quanto à *cópula*, traz como a curta definição, somente “[o] uso predicativo de *ser*”. Quanto a *predicativo*, tem-se: “Chama-se P. [predicativo] o uso do verbo *ser* como *cópula* de uma proposição, ou seja, em seu significado não existencial [...] [...]” (p. 787).

O dicionário de termos lógico-filosóficos de Branquinho *et alii* (2016), por sua vez, não apresenta uma definição específica para *cópula*, mas, em vez disso, remete à definição de “*e*”:

O verbo “*ser*” e os seus equivalentes em outras línguas (em particular na sua forma “*é*”, ou “*is*”, ou “*ist*”) presta-se a equívocos de interpretação, uma vez que tem vários usos diferentes que podem ser confundidos. Em “a Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde”, “*é*” indica *identidade*, isto é, que o objeto denotado pela expressão à esquerda são o mesmo objeto (exatamente o mesmo sentido de “*é*” é detectável em “a Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã”, mas neste caso a asserção é destituída de valor informativo [...]). Por outro lado, em “Balakov é genial”, “*é*” indica *predicação*, isto é, tal frase significa que o indivíduo denotado pelo nome “Balakov” pertence ao conjunto denotado pelo predicado “genial”. Nesse caso, a ocorrência de “*é*” é argumentavelmente redundante, visto que seria possível indicar predicação [...] sem a sua presença ou sem a presença de uma sua tradução formal. Um “*é*” argumentavelmente distinto desses dois é o que exprime constituição, como quando se diz “um refrigerante é água com açúcar”. Por último, um uso possível de “*é*” é aquele que exprime *existência*, como em “o Belo é” enquanto dito por um adepto inveterado de Platão.
(BRANQUINHO *et alii*, 2016, p. 273)

Fica clara uma menor preocupação com as implicações formais da *cópula* do que com as suas implicações para a interpretação do sentido das frases.

Vejamos também a definição de *predicado* colocada pelos autores:

Trata-se aqui da noção de predicado em sentido lógico, e não no sentido da gramática tradicional ou mesmo generativa. Predicado é a expressão linguística de uma linguagem natural ou formal. P. ex., nas frases 1) “João é gordo”; 2) “Sara gosta de Paulo”; e 3) “Jorge está entre maria e Carlos”, as expressões, “é gordo”, “gosta de” e “está entre ... e ___” são os predicados respectivos dessas frases. Para determinar o que seja um predicado temos de ter como primitiva a noção de frase, de frase atômica em particular. Sendo dada uma frase atômica (isto é, uma frase na qual não ocorram expressões lógicas), um predicado é o que fica nessa frase quando retiramos dela os nomes. Vemos, assim, que a noção de predicado em sentido lógico engloba categorias que a gramática tradicional distingue (adjetivos como “gordo” e verbos como “gostar”), ou não considera como tais (é o caso da expressão

“está entre ... e ___”). [...] (BRANQUINHO *et alii*, 2016, p. 610)

Verificando a definição de predicado também no dicionário de Abbagnano (2007), tem-se:

Na lógica aristotélica, a proposição consiste em afirmar (ou negar) algo de alguma coisa: portanto, divide-se em dois termos essenciais, o *sujeito*, aquilo de que se afirma (ou se nega) alguma coisa, e o P. [predicado] [...], que é justamente o que se afirma (ou nega) do sujeito: assim em “Sócrates é branco”, “Sócrates” é o sujeito; “branco”, o predicado. O P. pode ser essencial, próprio o simplesmente accidental. Através de Boécio, essa doutrina passou à Lógica medieval [...] e, dela, a toda a Lógica ocidental. Na lógica contemporânea, com a crise da concepção predicativa da proposição (segundo a qual a proposição consiste na atribuição de um P. a um sujeito), o termo “P.” passou a ter uso oscilante. Russel [...] dá o nome de “P.” às funções proposicionais de primeira ordem, que contém somente variáveis individuais (substituíveis apenas por nomes próprios, que denotam indivíduos). Hilbert e Ackerman [...], retornando de alguma maneira ao uso clássico, entendem propriamente por “P.” o *functor* de uma proposição funcional qualquer com uma ou mais variáveis. Analogamente, mas com maior precisão. Carnap [...] usa “P.” para indicar o símbolo de propriedades ou relação atribuídas a indivíduos.” (ABBAGNANO, 2007, p. 787)

Pode-se concluir, com base nessas definições, que filosofia e a lógica, esta como parte da primeira, têm suas próprias questões e problemáticas referentes às ideias de *cópula* e *predicação*, e que essas, em grande parte, não se referem a questões linguísticas. Fica evidente, também, que a noção de predicação é abordada na lógica de maneira diferente de como tem sido encarada na gramática tradicional, tal como apresentado na seção 1.5.

Mas, antes de, na próxima seção, estudar de que maneira a *cópula* vem sendo interpretada pela linguística, vale a pena verificar com mais profundidade algumas de suas teorias no âmbito da lógica.

Conforme Moro (2004, p. 251), teria sido Pedro Abelardo (ca. 1079-1142), filósofo medieval, a estabelecer, baseando-se em Aristóteles, o conceito de *cópula*, na obra *Dialética*, de data incerta, mas provavelmente tendo tido diversas versões entre 1118 e a morte de Abelardo (RIJK, 1956, p. XXII-XXIII).

Nascido nos arredores da cidade francesa de Nantes, Abelardo teria sido, conforme Spinelli (2004, p 437-447) uma figura de presença forte no meio intelectual francês de sua época. Encarando a filosofia como atrelada à teologia, e tomando a disciplina *dialética* como forma de se alcançar a verdade, e assim, reforçar o sustento da fé cristã, pois, para ele, não poderia a verdade das coisas ser diferente da verdade teológica, (p. 446). Conflitos com os demais intelectuais de seu tempo, entretanto, não foram poucos, tendo acabado o filósofo

marcado como herege e excomungado pelo papa Inocêncio II (p. 438) cerca de dois anos antes de sua morte.

Se, conforme Abbagnano (2007, p. 625), a *lógica* como disciplina não havia sido devidamente fixada por Aristóteles, de modo que os medievais, como Boécio, recorrentemente a tratavam como não diferente da *dialética*, teria sido Abelardo “o primeiro a fixar um plano próprio” (p. 626) da lógica, dando origem a uma corrente da lógica de ordem mais formal, desvinculando os termos do discurso de “qualquer hipótese metafísica sobre a existência real ou não de seu objeto” (*Idem*).

Se Aristóteles trabalhava com o conceito de *apófanse*, que tem sido por vezes traduzido por *enunciação*, e por vezes por *declaração*⁷¹, Abelardo trabalha aqui com o conceito de *proposição*⁷², mas com sentido mais ou menos igual à *apófanse* de Aristóteles à qual era comum que os lógicos medievais se referissem por vezes como *enunciatio* e por vezes como *propositio*.

Trata-se de uma questão terminológica mais ou menos problemática em lógica. A construção frasal que pode ser interpretada como exprimindo verdade ou falsidade é, como colocado no início desta seção, componente fundamental do processo lógico sobre o qual tem se debruçado a lógica desde os tempos aristotélicos, não havendo, entretanto, uma forma única para se referir a esse tipo de formação. Mortari (2016, p. 25-31) aponta que essa questão terminológica é controversa ainda na lógica contemporânea.

De acordo com o autor, *sentença declarativa*, *enunciado* e *proposição* seriam termos recorrentemente usados para se referir a esse tipo de construção por diferentes autores, de modo que seus sentidos se confundem uns com os outros. Para sanar esse problema, o autor (p. 29) aponta como solução utilizar *sentença* ao se encarar uma construção desse tipo como uma cadeia gramatical, considerando também suas questões dêiticas e pragmáticas, utilizar *proposição* no caso de se analisar o valor de verdade dessas construções, e utilizar *enunciado* para se referir ao evento de produção de uma sentença⁷³ (que, a depender de sua estrutura, poderia ser analisada como proposição). Assim, pela visão de Mortari, diferentes *sentenças* ou *enunciados* poderiam resultar numa mesma *proposição*: “A Estrela da Manhã é a Estrela da

⁷¹ Ver nota 63.

⁷² “*propositio*”, em latim.

⁷³ Surge aqui um novo problema, quanto à diferenciação ente *enunciação* e *enunciado*. Ao contrário do colocado por Mortari (2016, p. 29), em linguística, tal como apontado por Dubois et alii (2011, p. 205) é a *enunciação*, e não o *enunciado*, que se refere ao ato ou evento de se produzir conteúdo linguístico – e esse conteúdo linguístico, sim, é o que costuma ser reconhecido como *enunciado*. Não sendo as questões linguísticas o foco da lógica, entretanto, talvez este problema seja de menor relevância à disciplina.

Tarde” e “A Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã” seriam a mesma *proposição*, ainda que sejam *sentenças* diferentes, pois significam a mesma coisa⁷⁴.

No caso de Abelardo, Rijk (1956, p. XXXVI), que publicou a primeira versão completa da *Dialética*, aponta que o filósofo definiu a *proposição* simplesmente como sendo a oração que indica verdadeiro ou falso, dividindo-as em proposição categorial e proposição hipotética.

As proposições hipotéticas seriam frases formadas com orações compostas tal como “Se é humano, é animal”⁷⁵. (p. XLIV) Quanto às proposições categoriais, mais próximas do sentido de sentença declarativa colocado por Mortari (2016) acima, ou da *apófanse* de Aristóteles, seriam, para Abelardo, formações constituídas por sujeito, predicado e *cópula*.

Rijk (1956, p. XXXVI) lista quatro exemplos dessas proposições apresentados por Abelardo na *Dialética*:

(20a) Socrates est
“Sócrates é.” / “Sócrates existe.”

(20b) homo est animal
“O homem é um animal.”

(20c) ego nuncupor Petrus
“Eu me chamo Pedro.”

(20d) homo currit
“O homem corre.”

Em todos esses casos [...], o verbo tem uma função copulativa. Abelardo expressa isso dizendo [...] que cada verbo primariamente [...] é copulativo. Na *Logica Ingredientibus*, ele fornece explicações adicionais: cada verbo conecta um predicado com um sujeito, seja esse predicado o verbo em si ou alguma outra coisa⁷⁶
(RIJK, 1956, p. XXXVI)

Essa visão não é tão diferente da de Aristóteles (2013, p. 25) quando este dizia que “Em todas as proposições às quais o ‘é’ não se ajusta, por exemplo, no caso de alguém convalescer ou caminhar, [a expressão] assim colocada produz o mesmo efeito do ‘é’ como se ele fizesse a ligação.”. Para Aristóteles, o *rhêma* faria a ligação de si próprio ao nome que ocupa

⁷⁴ As duas frases, exemplos recorrentes baseados em Frege (1948), seriam a mesma proposição pelo fato de que ‘Estrela da Manhã’ e ‘Estrela da Tarde’ são diferentes nomes que foram utilizados para se referir à mesma estrela (em específico, à luz manifestada no céu pelo planeta Vênus).

⁷⁵ “*si est homo, est animal*”.

⁷⁶ Tradução minha. Original: “In all these cases [...] the verb has a copulative function. Abailard expresses this saying [...] that each verb primarily [...] is copulative. In the *Logica Ingredientibus* he gives further exposition: each verb connects a predicate with a subject, be this predicate the verb or something else”

a posição que hoje entendemos ser de sujeito – mas no caso das frases com o verbo ‘ser’, seria o ‘ser’ a fazer a ligação entre o *ónoma* da posição de sujeito e o *rhêma*, que por sua vez, poderia, conter um *ónoma* dentro de si.

Abelardo, então, parece estar tomando a ideia de *rhêma* de Aristóteles como correspondente à ideia de predicado, e não de verbo como vinha sendo encarado pelos tradutores latinos⁷⁷ – sendo o *verbum* de Abelardo, este sim, mais próximo à nossa noção atual de verbo.

Além disso, Abelardo, pela primeira vez, utilizaria a denominação *cópula* – que se referia a um fenômeno que ocorreria em cada proposição categorial, operado pelo verbo, de forma a conectar o predicado ao sujeito. Em grande parte dos casos, o verbo e predicado seriam o mesmo elemento. Entretanto, no caso de alguns verbos, como o ‘*esse*’ (‘ser’) – a que Abelardo se referia como “verbo substantivo”⁷⁸ –, estes conectariam o sujeito ao predicado no caso em que o predicado não era um verbo (p. XXXVII).

Além disso, para ele, a *cópula* poderia exprimir tanto identidade como inerência, ou seja, indicado uma característica do sujeito da proposição.

Na próxima seção, veremos algumas repercussões que as visões de Abelardo tiveram na linguística.

Conforme Moro (2004, p. 253-254), outra importante visão a respeito da *cópula*, no âmbito da filosofia seria aquela baseada na visão de Bertrand Russel (1872-1970) em *Introduction to Mathematical Philosophy*, de 1919.

Como diz o título, essa obra encarava a matemática com um olhar assentado na filosofia e na lógica, visando estabelecer definições e princípios quanto à maneira de pensar e abordar questões referentes à matemática – entre elas, a própria definição de número, assim como diretrizes para a construção de fórmulas e expressões.

Na obra, o autor recorre ao conceito de *proposição*, que vinha sendo utilizado na lógica filosófica, buscando aplica-lo à matemática. Assim, Russel (2007, p. 188) coloca a ideia de “função proposicional”: em vez de se tomar uma proposição já pronta, como “Sócrates é humano”, poder-se-ia estabelecer, com a utilização de variáveis, uma função proposicional tal como “*x* é humano”, em que *x* é uma variável que pode receber diferentes valores, de modo que a proposição seja julgada como verdadeira ou falsa a depender do valor que seja atribuído a *x*. Tomando conceitos da lógica, que tradicionalmente versavam sobre construções linguísticas da

⁷⁷ Conforme comentado na seção anterior.

⁷⁸ ‘*verbum substantivum*’.

linguagem comum, Russel as aplicava à matemática: para o autor, toda equação matemática seria uma função proposicional tal qual a acima descrita.

Buscando estabelecer com solidez os fundamentos para se compreender as funções proposicionais, o autor, ainda que não trabalhasse com a denominação *cópula*, em certo momento vem a discutir a questão da *identidade* da seguinte maneira:

A proposição “Sócrates é um homem” é sem dúvida *equivalente* a “Sócrates é humano”, mas não se trata exatamente da mesma proposição. O *é* de “Sócrates é humano” expressa relação entre sujeito e predicado; o *é* de “Sócrates é um homem” expressa identidade. É uma desgraça para a raça humana que ela tenha escolhido empregar a mesma palavra “é” para essas duas ideias inteiramente diferentes – uma desgraça que uma linguagem lógica simbólica obviamente consegue remediar.⁷⁹
(RUSSEL, 2007, p. 205 – grifos do autor)

Ainda que já estivesse em Abelardo a ideia de que a *cópula* poderia tanto exprimir identidade como indicar uma característica do sujeito, chama a atenção aqui a ideia de que o verbo ‘ser’ poderia atuar ora como ligação do sujeito a um substantivo que atue como predicado e ora como um operador de identidade entre dois elementos nominais.

Essa é a visão que estava na definição de *cópula* do dicionário de Trask (2007, p. 99), acima apresentada, e veio a influenciar, em especial, a disciplina da *semântica formal*, como veremos na próxima seção.

Mas se as questões estudadas nesta seção dizem respeito a conceitos concernente à linguagem desenvolvidos no interior de disciplinas nas quais não havia uma preocupação no desvendar da linguagem em si, deve ser interessante verificar de que maneira essas conceituações foram encaradas no âmbito dos estudos linguísticos.

Assim sendo, para encerrar este capítulo 2, vejamos com mais detalhes, na próxima seção, de que forma as questões referentes aos verbos como ‘ser’ e às noções de *cópula* e predicação têm sido tratadas na linguística e nas gramáticas contemporâneas.

2.4. CÓPULA E PREDICAÇÃO NA LINGUÍSTICA

É interessante verificar que, nas primeiras gramáticas da língua portuguesa produzidas, as concepções postas por Aristóteles e Abelardo a respeito do verbo ‘ser’ e sua relação com o

⁷⁹ Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Original:

“The proposition ‘Socrates is a man’ is no doubt *equivalent* to ‘Socrates is human,’ but it is not the very same proposition. The *is* of ‘Socrates is human’ expresses the relation of subject and predicate; the *is* of ‘Socrates is a man’ expresses identity. It is a disgrace to the human race that it has chosen to employ the same word ‘is’ for these two entirely different ideas – a disgrace which a symbolic logical language of course remedies.” (RUSSEL, 1920, p. 172)

predicado já mostravam influência.

Na gramática de João de Barros (1496-1570), *Gramática da língua portuguesa*, publicada em 1540, por exemplo, a diferenciação que Abelardo fazia do verbo ser como sendo um “verbo substantivo”, aparecia da seguinte maneira:

Os latinos partem os seus verbos, em substantivos e adjetivos. Dos primeiros temos este só verbo, sou, ao qual chamamos substantivo porque demonstra o ser pessoal da coisa, como quando digo, Eu sou criatura racional. Verbo adjetivo podemos chamar todos os outros.
(BARROS, 1540, p. 18)

Também na gramática portuguesa de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), publicada em 1822, era também possível ver essa divisão entre verbo substantivo e verbo adjetivo (BARBOSA, 1822, p. 192).

Mais recentemente, conforme visto na seção 1.5, as gramáticas normativas brasileiras, abandonaram a ideia de “verbo substantivo” em prol da classificação “verbo de ligação”.

Conforme mencionado nessa seção, Faraco & Moura (1997, p. 321-322), Cunha & Cintra (2017, p. 146-152), Rocha Lima (2011, p. 292-295) ou Ernani Terra (2002, p. 282) são gramáticas do português que, com poucas diferenças entre si, adotam uma classificação do verbo em transitivo, intransitivo ou de ligação, e uma classificação do predicado em verbal, nominal ou verbo-nominal – visão que ainda mantém um status diferenciado para o verbo ‘ser’, com uma ideia de predicado que remete inclusive ao *rhêma* aristotélico – de modo que este possua por núcleo, ora um verbo, ora um nome.

Mesmo em uma gramática mais recente, que se propõe a um viés mais descritivo, que é o caso de Haury (2015), cuja primeira edição é de 2014, essas mesmas classificações se mantêm, aparecendo ainda explicitamente o conceito de *cópula*: “[o] verbo *ser*, chamado *cópula* na Lógica aristotélica, é essencialmente o verbo da relação de equivalência, empregado nas definições ou juízos de valor” (p. 1102). Ainda: “[o]s verbos de ligação não são, como os verbos nocionais (transitivos e intransitivos), núcleos do predicado. Com os verbos de ligação, o nexos que se estabelece em relação com o sujeito é marcado pelo predicativo, considerado então núcleo do predicado nominal” (p. 1103).

Se na seção anterior, foram apresentadas definições de *predicação* retiradas de dicionários filosóficos, em que não havia grandes preocupações com a questão linguística, em contraste, consultando o dicionário de Dubois *et alii* (2011, p. 448-449), percebe-se uma definição bem mais de acordo com as visões apresentadas pelos gramáticos acima citados.

predicação

Chama-se predicação a atribuição de propriedades aos seres ou aos objetos

por meio da frase predicativa. Os diferentes modos de predicção representam os diferentes modos de ser dos objetos ou seres animados (predicção de lugar, de qualidade, de ação, etc.).

predicado

1. Numa frase de base constituída de um sintagma nominal seguido de um sintagma verbal, diz-se que a função do sintagma verbal é a de *predicado*. Assim, em *Pedro escreveu uma carta à sua mãe*, o sintagma nominal é o sujeito (isto é, o tema da frase) e o sintagma verbal *escreveu uma carta à mãe* é o predicado (isto é, o comentário do tema).

2. Numa frase de base cujo sintagma verbal seja constituído de uma cópula (ser) ou de um verbo de assimilado à cópula (*permanecer, parecer*, etc.), chama-se de *predicado* ao adjetivo, ao sintagma nominal ou ao sintagma pre-posicional constituintes do sintagma verbal. Assim, nas frases *Pedro permanece em casa, Pedro é feliz, Pedro tornou-se um engenheiro, os sintagmas em casa, feliz e um engenheiro* são chamados de *predicados*.

3. Em gramática tradicional, chama-se de *predicativo do sujeito* ao adjetivo ou substantivo e suas expansões que figuram no predicado nominal, depois de verbo de ligação. No francês, muitas vezes denomina-se de *predicado* somente ao adjetivo atributo que constitui uma frase com a cópula ser. Por exemplo: em *Pierre est intelligent, intelligent* é o predicado da frase.

4. Em gramática gerativa, o *predicado* (abrev. Pred.) [1] indica a função do sintagma verbal na regra de reescritura da frase de base SN + SV, onde o sintagma nominal é o sujeito deste predicado (*O pai lê o jornal*); [2] indica a função do sintagma nominal, do sintagma preposicional e do adjetivo numa estrutura onde o verbo ser vem seguido por um modificador. [...]

predicar

Predicar é dar um predicado a um sintagma nominal, isto é, fornecer um comentário a um sujeito tópico.

(DUBOIS *et alii*, 2011, p. 448-449)

Se, em especial, no caso dos itens 1 a 3 para, poder-se-ia dizer que se estejam alinhados a uma visão bem tradicional de *predicado*, mesmo no caso do item 4 acima, não há, em verdade, divergência significativa para com os demais itens, ou para com as definições apresentadas pelos gramáticos do português citados nesta seção, e na 1.5 – mas, apenas sua reestruturação para o paradigma gerativista.

Há autores, entretanto, que rejeitam a ideia da predicção nominal. Ainda pensando em gramáticos do português, Perini (1998) defende a revisão de todo o sistema de transitividade dos verbos do português (p. 161-168) em prol de uma classificação de onze matrizes, categorizadas de acordo com a obrigatoriedade, a recusa ou a liberdade⁸⁰ de o verbo ser acompanhado de objeto direto, *complemento do predicado*, predicativo (do objeto) e adjunto circunstancial (p. 166). *Complemento do predicado*, é a denominação particular do autor para

⁸⁰ “Obrigatoriedade”: casos em que a presença de objeto, complemento, predicativo ou adjunto seja *obrigatória*; “recusa”: casos em que a presença de tais elementos seja *impossível*; “liberdade”: caso em que a presença desses elementos seja *opcional*.

o que tradicionalmente é reconhecido por *predicativo do sujeito*.

Nessa nova classificação, ainda que o autor tenha reconhecido a particularidade dos verbos tradicionalmente classificados como de ligação de serem acompanhados de predicativo, e não de objetos, a classificação clássica do predicado em verbal / nominal / verbo-nominal deixa de ser relevante. Consonante a isso, o autor estabelecerá que “o verbo desempenha na oração unicamente a função de núcleo do predicado; essa é a única função que um verbo pode desempenhar, e somente um verbo pode ser núcleo do predicado” (p. 71 – grifo meu).

Nesse mesmo sentido, na gramática Houaiss do português, de Azeredo (2008), por exemplo, o autor (p. 212) acata a classificação dos verbos em *intransitivos*, *transitivos* e de *ligação*, mas se exime de apresentar classificações do predicado, sempre tratando o verbo como núcleo do predicado, mesmo no caso dos verbos de ligação:

9.3 VERBOS DE LIGAÇÃO (COPULATIVOS OU PREDICATIVOS)

A informação contida no predicado pode resultar, ainda, da união obrigatória do núcleo verbal (em itálico) com uma propriedade qualquer (qualidade, estado, atributo, identidade) expressa no termo adjacente (sublinhado):

- As crianças *são* inteligentes.
- Os legumes *estão* frescos.
- A água do mar *é* salgada.
- O céu *ficou* nublado.
- Estas pegadas *parecem* de tigre.

Estes verbos, que jamais exprimem ação, denominam-se ‘verbos de ligação’ (também conhecidos como ‘verbos copulativos’ ou ‘verbos predicativos’), mas em alguns pontos se assemelham aos verbos auxiliares: formam um conjunto limitado de elementos e indicam basicamente diferenças aspectuais no sentido de ‘conceptualização do estado de coisas’ (AZEREDO, 2008, p. 213)

Em consonância com essa posição, mas manifestada de maneira mais crítica, está a posição de Bechara (2009), que, utilizando terminologia baseada em Said Ali, identifica os chamados verbos de ligação como *verbos relacionais*, em oposição ao que chamou de *verbos nocionais* – aqueles que atuariam na predicação verbal –, mas demonstra oposição à ideia da predicação nominal, optando por defender “a não distinção entre o *predicado verbal* e o *predicado nominal*, incluindo também a desnecessidade de distinguir o *predicado verbo-nominal*” (p. 426), pois, para ele, “toda relação predicativa que se estabelece na oração tem por núcleo um verbo” (*Idem*).

As posições de Azeredo (2008) e Bechara (2009) de não reconhecer ou não considerar a existência de uma predicação nominal, parecem se basear, em especial, nas opiniões de Benveniste (1991), já apresentadas na Introdução deste trabalho, sobre a existência de uma “função verbal” que atuaria na predicação das frases.

O autor (p. 166), em famoso artigo sobre a frase nominal, comentando a respeito da dificuldade em se chegar a uma definição adequada do verbo, chega à conclusão, também explicitada por Trask (2007, p. 316-317) na seção 1.3, de que a definição dos elementos do discurso deve ser procurada na sintaxe – e que, por consequência, o verbo só poderia ser definido com base em sua função no predicado.

Reproduzo novamente as ideias do autor:

Definiremos o verbo como o elemento indispensável à constituição de um enunciado assertivo finito. [...]

A função verbal, como a propomos, permanece em certa medida independente da forma verbal, embora, muitas vezes as duas coincidam. Trata-se justamente de restabelecer na sua relação exata essa função e essa forma. No seio do enunciado assertivo, a função verbal é dupla: função coesiva, que consiste em organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado; função assertiva, que consiste em dotar o enunciado de um predicado de realidade. [...]

É importante sublinhar que essa definição se apoia na função sintática essencial do verbo, não na sua forma material. A função verbal é assegurada, sejam quais forem os caracteres morfológicos da forma verbal.

(BENVENISTE, 1991, p. 166-167)

Dessa forma, para o autor, em toda frase existe uma função verbal sendo executada – seja por um verbo ou por outro tipo de elemento. O elemento a que chamamos de verbo é aquele que possui o papel por excelência de executar essa função verbal. Mas essa função nem sempre precisaria ser executada pelo verbo.

Se, por um lado, na Introdução deste trabalho, utilizei da citação acima de Benveniste para justificar o reconhecimento da predicação nominal na língua japonesa, Bechara (2009, p. 426) utiliza o mesmo artigo do autor como justificava para derrubar a ideia de predicado nominal na língua portuguesa, uma vez que ficaria a cargo de um verbo ‘ser’ ou semelhante a operação de tal função verbal.

Mas, ainda que haja, então, algumas visões divergentes, fica claro, entretanto, que a ideia da predicação nominal, que repercutiu os desenvolvimentos de Aristóteles e Abelardo nas lógicas clássica e medieval, ficou profundamente arraigada na tradição gramatical do português – em especial, nos trabalhos de caráter normativo.

Por outro lado, e quanto às ideias de Russel quanto à dupla funcionalidade do verbo ‘ser’? Quanto a isso, vejamos, por outro lado, uma segunda definição de *predicado*, retirada agora do dicionário linguístico de Trask (2007, p. 228):

PREDICADO

A parte da sentença que não seu sujeito. Foi o filósofo grego Aristóteles quem primeiro dividiu sentenças em sujeitos e predicados. Dado um sujeito fixo

Susie, podemos construir sentenças adicionado a esse sujeito qualquer número de diferentes predicados: *fuma, é esperta, foi promovida, quer comprar um carro novo, acredita que astrologia é besteira*. Em cada caso (em inglês), o papel do predicado é preenchido por um sintagma verbal; normalmente é assim na maioria das línguas, ainda que algumas línguas permitam predicados que pertençam a outras categorias sintáticas.

É importante perceber que os lógicos usam o termo *predicado* de um jeito muito diferente, que é atualmente proeminente na linguística, em especial na semântica. No sistema de lógica formal chamado *lógica de predicados*, a sentença *Bruce é careca* seria normalmente representada como *Careca (Bruce)*. Aqui, *Careca* é um predicado (lógico) correspondente ao *é careca* do inglês, e é um *predicado de um lugar*, exigindo apenas um *argumento* (sintagma verbal) para ser satisfeito. A sentença *Bruce ama Kathy* pode ser similarmente representada como um predicado de um lugar como *Amar-Kathy (Bruce)*, mas mais comumente a representaríamos como um *predicado de dois lugares*, como: *Amar (Bruce, Kathy)*. Desta vez, o predicado *Amar* exige dois argumentos para ser satisfeito.

[...] ⁸¹

É no caso da disciplina a que Trask se refere como *lógica de predicados* que a visão de Russel vai ser particularmente influente em linguística. A lógica de predicados é um sistema lógico utilizado no ramo da linguística conhecido por *semântica formal*, e que visa “a construção de um modelo que reproduza a capacidade semântica que um falante tem” (OLIVEIRA, 2012, p. 21), de maneira que o significado de cada construção linguística produzida pelo falante possa ser representado na forma de expressões lógicas.

Aqui é também forte aqui a ideia do predicado nominal, remetendo às lógicas de Abelardo e a de Aristóteles, já que, conforme o exemplo de Trask acima, trabalha-se com funções de predicado que recebem argumentos – seja esse predicado nominal, como “é careca”, seja esse predicado verbal, como “amar”.

Por outro lado, no caso que em que o verbo ‘ser’ expressa, não uma característica do sujeito, mas identidade, tal como na frase “Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde”, acata-se a posição de Russel de que, aqui o ‘ser’ não exprime predicado, representando-se essa expressão

⁸¹ Tradução minha. Original: “**PREDICATE** That part of a sentence other than its subject. It was the Greek philosopher Aristotle who first divided sentences into subjects and predicates. Given a fixed subject *Susie*, we can construct sentences by adding to this subject any number of different predicates: *smokes, is clever, has been promoted, wants to buy a new car, believes that astrology is garbage*. In each case (in English), the predicate role is filled by a verb phrase; this is typically so in most languages, though some languages permit predicates belonging to other syntactic categories.

It is important to realize that logicians use the term *predicate* in a very different way, one which is now prominent in linguistics, especially in semantics. In the system of formal logic called *predicate logic*, the sentence *Bruce is bald* would typically be represented as *Bald (Bruce)*. Here *Bald* is a (logical) predicate corresponding to English *is bald*, and it is a *one-place predicate* requiring only one argument (noun phrase) in order to be satisfied. The sentence *Bruce loves Kathy* might be similarly represented with a one-place predicate as *Love-Kathy (Bruce)*, but more commonly we would represent it as with a *two-place predicate*, as follows: *Love (Bruce, Kathy)*. This time the predicate *Love* requires two arguments in order to be satisfied.

[...]”

com a utilização do sinal de igualdade como operador: “Estrela da Manhã = Estrela da Tarde”.

Para além, entretanto, das repercussões que as teorias de Aristóteles, Abelardo ou Russel tiveram para o entendimento da noção de *predicado*, e quanto à ideia de *cópula*? Como esta tem sido tratada pela linguística?

Em verdade, a *cópula* é ainda hoje um conceito difuso, sem uma definição sólida que seja universal – ainda que, conforme os excertos de dicionários linguísticos apresentados na seção 2.1, não é difícil de se encontrar definições aplicáveis a uma outra língua em específico. Mas não há consensos, por exemplo, sobre se a *cópula* é um elemento que atua para realizar uma ligação entre dois elementos nominais, ou se existe apenas para exprimir tempo ou outras categorias que os substantivos não podem exprimir por si só. Também, não há consenso sobre se a *cópula* é ou não um predicador.

Dessa maneira, o problema da universalidade das definições dos conceitos linguísticos, discutido na seção 1.3, se torna ainda mais complicado no que diz respeito à *cópula* – de modo que autores que lidam com o conceito frequentemente se vejam na incumbência de dedicar parte de seu trabalho para a discussão de possíveis definições da *cópula*⁸², acabando tendo que optar por escolher uma ou outra das possíveis maneiras de se encarar o conceito para tomar como sua visão pessoal.

Quanto a outros desenvolvimentos a respeito da *cópula*, que tenham sido realizados, agora no âmbito da linguística, e não mais da filosofia, Moro (2004, p. 254-258) aponta que Otto Jespersen (1860-1943), na sua obra *Analytic Syntax*, de 1937, colocou a *cópula* como sendo um elemento “postição”⁸³ – ou seja, um elemento que não possuiria significação e que estaria ali apenas para cumprir um papel formal. Nos termos discutidos na seção 1.2, é a visão de que a *cópula* é um elemento funcional, e não lexical.

A ideia da *cópula* “postição” também acabou virando um ponto bem representativo do conceito – assim como gerando algumas discussões interessantes quanto à *cópula* da língua japonesa, tal como será visto no próximo capítulo. Também, a ideia dos verbos de ligação como elementos funcionais vai aparecer, por exemplo, no trabalho de Travaglia (2003) anteriormente citado, assim como em algumas gramáticas do português, tal como na de Cunha & Cintra (2017, p. 147-148), Haug (2015, p. 1103), Azeredo (2008, p. 213) e Bechara (2009, p. 246), tal como apresentados nesta seção e na 1.5.

⁸² Tal como está sendo feito neste trabalho.

⁸³ “*Dummy*”, em inglês.

Um outro trabalho interessante, e mais recente, é o de Curnow (1999), autor que, buscando investigar as possibilidades de universalidade da atuação da *cópula* nas diferentes línguas, identifica, do ponto de vista formal, quatro diferentes tipos de cópulas: a *cópula verbal* (tal como o verbo ‘ser’ das línguas indo-europeias), a *cópula-partícula*, a *cópula flexional* e a *cópula “zero”* (p. 6).

Pensando na língua japonesa, o ‘*da*’ seria uma *cópula flexional*, ou seja, trata-se de um elemento que não é um verbo, mas que apresenta flexão – ainda que Wenck (1973, p. 80) tenha a visão de que o ‘*da*’ esteja tendendo a se transformar numa *cópula-partícula*, ou seja, aquela que não possui flexões. Os casos em que o ‘*da*’ é omitido, por outro lado, tal como (12), seria um caso de *cópula “zero”*, ou seja, nos casos em que não haja nenhum elemento que tome forma atuando como cópula.

Em diferentes linhas de pensamento no interior da linguística, autores buscaram explorar ou estabelecer as maneiras específicas de lidar com a questão da *cópula*, quando abordada no interior da sua corrente de pensamento específica. Por exemplo, no ramo da linguística funcionalista, o trabalho de Hengeveld (1992) sobre a predicação não-verbal, ou no ramo da linguística gerativa, os trabalhos de Moro (2004), sobre os predicados com sintagmas nominais, e Rothstein (2004), que analisa a fundo a ideia de predicação, são trabalhos que vieram a explorar com certa profundidade a questão da *cópula* aplicada a suas respectivas correntes linguísticas.

Não existe, entretanto, nenhuma “grande teoria” da *cópula* no interior da linguística que ajude a sanar os problemas acarretados pelo fato de ser esse um conceito cujas especificações foram estabelecidas com finalidades não diretamente concernentes à questão de seu funcionamento linguístico.

2.5. SÍNTESE

Com base nas exposições apresentadas neste capítulo, pôde-se entender que os estudos linguísticos ocidentais se desenvolveram como decorrência de estudos realizados no âmbito da filosofia, e, por este motivo, grande parte de suas conceituações e classificações decorrem também de conceitos e teorias desenvolvidas no âmbito da filosofia, em especial, no interior da lógica como disciplina filosófica.

O conceito de *cópula*, cuja concepção remete a teorias aristotélicas sobre a análise do valor de verdade das frases declarativas, parece ser um dos conceitos da linguística que mais carece de uma melhor solidez quanto à sua aplicação especificamente ao campo da linguística.

Neste capítulo, foram apresentadas as três grandes teorizações a respeito da *cópula*, no âmbito da filosofia, e que vieram a ter consideráveis repercussões no campo da linguística.

Em primeiro lugar, o *rhêma* de Aristóteles, que se confundia com o que hoje entendemos por verbo e o que hoje entendemos por predicado, suscitou o pensamento de que o verbo ‘ser’ é um elemento que surge para atribuir especificação de tempo ao substantivo.

Em segundo lugar, Abelardo, no período medieval, vem a cunhar o termo *cópula* para se referir ao estabelecimento de uma ligação entre o sujeito e o predicado – operação que seria executada pelo próprio predicado, quando este fosse um verbo, ou pelo verbo ‘ser’, quando o predicado fosse um nome – ideia que ajudou a fundamentar as classificações que predominam nas gramáticas do português atuais, do *verbo de ligação* e da *predicação nominal*.

Por fim, a teoria de Russel ajudou a fixar a ideia de que, além de estabelecer a relação entre o sujeito e um predicado nominal, a *cópula* pode, em outros casos, atuar como operador de igualdade.

Posteriormente, já no campo da linguística, Jespersen ajudou a estabelecer a ideia da *cópula* “postiça”, ou seja, da *cópula* como sendo um elemento funcional, e não lexical.

Tendo compreendido, em alguma medida, de que maneira a *cópula* vem sendo trabalhada no interior da tradição ocidental dos estudos linguísticos, estamos prontos para, no próximo capítulo, examinar trabalhos que visaram aplicar a teoria da *cópula* à língua japonesa.

CAPÍTULO 3 – O PONTO DE VISTA DA CÓPULA NA LÍNGUA JAPONESA: A TEORIA DE TOMIKO NARAHARA

3.1. INTRODUÇÃO

Conforme mencionado ao longo do primeiro capítulo deste trabalho, as frases com predicação nominal da língua japonesa moderna geralmente contêm um elemento como *だ* ‘*da*’, *です* ‘*desu*’ e *である* ‘*dearu*’, entre outros, a que os linguistas japoneses se referem como, entre outras denominações, 断定の助動詞 *dantei no jodôshi*. Esses elementos foram apresentados a partir das frases de exemplo (7) e (8), abaixo novamente reproduzidas.

(7) 僕は超人だ。 (Akutagawa, *Kappa*)

Boku wa chôjin da.

Eu / TÓPICO / super-homem / {DA}

“Eu sou o super-homem.”

(8) これはツァラトストラの詩人ニイチェです。 (Akutagawa, *Kappa*)

Kore wa tsaratosutora no shijin niiche desu.

Este / TÓPICO / Zaratustra / GENITIVO / poeta / Nietzsche / {DESU}

“Este é Nietzsche, o poeta de Zaratustra.”

Ainda, o exemplo (12), trazido novamente abaixo, mostrava ser possível, em língua japonesa, construir frases com predicação nominal mesmo sem a presença de elementos desse tipo:

(12) 今日はわたしの誕生日。 (Kitô)

Kyô wa watashi no tanjôbi.

Hoje / TÓPICO / eu / GENITIVO / aniversário

“Hoje é meu aniversário.”

Também foi comentado, no segundo capítulo, que pelo enquadramento das concepções da tradição linguística ocidental, esses elementos aqui apresentados como *dantei no jodôshi*, seriam reconhecidos como *cópulas* – conceito que foi mais bem explorado também no capítulo anterior, em que se mostrou que, não havendo uma conceituação universal sólida, estariam, entre as principais visões a respeito da cópula, a de que se trata de um elemento que atua para exprimir tempo uma vez que os substantivos não possam exprimi-lo através de suas próprias flexões, ou a visão de se trata de um conector entre o sujeito e um predicado de natureza nominal.

Entre os trabalhos ocidentais que estudaram esses elementos, tais como ‘*da*’, ‘*desu*’ e

‘*dearu*’ sob o ponto de vista da cópula, se destaca o artigo de Wenck (1973) “*The Japanese copula – a dummy?*”⁸⁴, que, numa abordagem cuidadosa quanto à possibilidade da universalidade dos elementos linguísticos, tais como a cópula, vem a questionar se a cópula do japonês pode mesmo ser considerada um elemento posição – ou seja, desprovido de significado, tal como é entendido que seja característica das cópulas, conforme apontado na seção 2.4.

O autor (p. 79) aponta que o fato de que a cópula pode ser omitida da frase japonesa, tal como na oposição entre os exemplos (7) e (12) acima apresentados, seria, a princípio, um fator a reforçar o caráter posição da cópula – afinal, se a cópula pode ser omitida, sem modificar o significado da frase, isso significa que, quando presente, a cópula não deve acrescentar nenhum significado à frase.

Essa questão está relacionada a um questionamento que será recorrente ao longo deste trabalho sobre a atuação dos *dantei no jodôshi* como elementos de modalidade. Esse ponto será adentrado ainda neste capítulo, mais adiante.

É possível também encontrar outros trabalhos que analisam outras questões mais pontuais a respeito dos elementos considerados como cópula da língua japonesa, como Lucas (1991), que investiga a utilização do ‘*dearu*’ na literatura científica, ou o trabalho brasileiro de Soares (2011) que compara alguns aspectos da língua japonesa, entre eles, a cópula, com as línguas Shipibo-konibo e Jaminawa, da América do Sul, sob o ponto de vista gerativista.

Entretanto, o trabalho ocidental mais significativo sobre a cópula japonesa, já que explorando em profundidade diversos aspectos dos vários elementos considerados como cópula, é o de Tomiko Narahara, professora emérita do Departamento de Estudos Linguísticos e Culturais do Leste Asiático (Department of East Asian Languages & Cultural Studies) da Universidade de Califórnia (University of California), nos EUA.

A autora, que estudou os elementos aqui considerados como 断定の助動詞 *dantei no jodôshi* na língua japonesa, sem, entretanto, utilizar essa terminologia, mas identificando-os com a noção de *cópula* da tradição ocidental, publicou, em 2002 a obra *The Japanese Copula: Forms and Functions*, que parte da noção ocidental de cópula buscando identificá-la e analisá-la na língua japonesa.

Por ser uma obra robusta, desenvolvida sob o paradigma linguístico ocidental, que em uma interessante teoria a explicar esses elementos, dos pontos de vista gramatical e discursivo, foi aqui tomada como referência e ponto de partida para o estudo dos *dantei no jodôshi*. Dessa

⁸⁴ “A cópula japonesa – um elemento posição?”.

maneira, este capítulo 3 será organizado, em grande medida, como uma resenha crítica da obra de Narahara a respeito da cópula na língua japonesa, de modo a ajudar embasar as análises, no capítulo 5, das teorias japonesas acerca dos *dantei no jodôshi*.

Em sua obra, Narahara (2002) acata a visão da cópula como sendo o elemento que acrescenta tempo a um predicado nominal, mas defende que possa, na verdade, carregar uma variedade de traços gramaticais distintos, e não apenas o de tempo (p. 38), atestando ser esse o caso da língua japonesa, no interior da qual identifica diversos elementos como sendo diferentes tipos de cópula, tal como *だ* ‘*da*’, *です* ‘*desu*’ e *である* ‘*dearu*’, no japonês moderno, e *ぞ* ‘*zo*’, *にあり* ‘*ni ari*’ e *なり* ‘*nari*’ no japonês clássico (p. 6).

Ainda que utilizando, como fontes, também linguistas japoneses, como Yoshio Yamada e Motoki Tokieda, entre outros, Narahara desenvolve uma visão teórica fortemente ancorada em paradigmas linguístico-gramaticais ocidentais. Prática comum da corrente estruturalista, a segmentação dos elementos gramaticais em seus componentes mínimos significativos (morfemas) é central para as análises da autora, que também não deixa de se utilizar de paradigmas gerativistas de classificação sintagmática dos componentes da frase.

Um dos aspectos interessantes da publicação de Narahara, inclusive, é que, transcrevendo os elementos gramaticais da língua japonesa em caracteres romanos, pôde analisá-los a nível intrassilábico, o que não acontece com frequência em trabalhos japoneses, em que é comum que as análises sejam limitadas pelas fronteiras de sílaba, já que sendo a própria escrita japonesa uma escrita silábica. Assim, por exemplo, Narahara divide o elemento ‘*da*’ em dois morfemas, ‘*d-*’ e ‘*-a*’, atribuindo propriedades específicas a cada um deles, com base nos quais explica sua etimologia, suas mudanças através do tempo, e natureza de suas formas flexionais.

Por outro lado, a publicação acaba incorrendo em algumas limitações que, conforme já citado, são comuns a publicações ocidentais que tratam da língua japonesa, tal como a priorização do paradigma ocidental de classificação gramatical, deixando de considerar algumas classificações japonesas que poderiam ser interessantes para aprimorar as análises desenvolvidas. Nesse sentido, Narahara deixa de lado classificar os elementos ‘*da*’, ‘*desu*’ etc. como *jodôshi* – que ela traduz descuidadamente como “verbos auxiliares” (p. 6) – passando a considerá-los simplesmente como “cópula”.

Independentemente dos possíveis pontos controversos, a obra de Narahara é um trabalho sólido de análise dos elementos que também são foco desta pesquisa. A autora examina

diversos itens aqui classificados como *dantei no jodôshi* em seus aspectos etimológicos, morfológicos, sintáticos e discursivos, tanto aqueles do japonês clássico como os do japonês moderno, propondo explicações interessantes para o funcionamento e a utilização de cada um deles.

A maior contribuição da autora parece ter sido a de sugerir que a principal função do elemento ‘*da*’ seja a expressão de um traço semântico que chamou de *anti-ignorativo*, (p. 177-178). De acordo com a autora, as frases interrogativas da língua japonesa expressariam um *modo ignorativo*, i.e., a falta de conhecimento do falante a respeito do assunto (p. 163), havendo dois tipos de modos ignorativos: *o modo ignorativo de identidade*, expressado em perguntas com pronomes interrogativos, e *o modo ignorativo do valor de verdade*, expressado em perguntas que esperam uma resposta sim/não (p. 165). O ‘*da*’, para a autora, seria incompatível com o modo ignorativo do valor de verdade, sendo sua omissão, assim, obrigatória para perguntas desse tipo. Em frases afirmativas, o ‘*da*’ seria opcional, e sua presença expressaria a “certeza do falante no seu conhecimento e sua crença em seu julgamento a respeito do conteúdo da frase”⁸⁵ (p. 178). Assim, sua presença ou omissão seria relacionada em maior parte com o gênero do falante (p. 151-152) – estaria presente majoritariamente no discurso masculino, já que o discurso feminino, em japonês, costuma aparentar maior modéstia.

Ainda, a autora explora aspectos de outros itens relacionados, tal como o elemento interrogativo か ‘*ka*’, ou a negação じゃない ‘*ja nai*’.

Trata-se, assim, de um trabalho importante, no qual foram examinadas a fundo questões que estão diretamente relacionadas aos assuntos aqui estudados. Será, então, a obra de Narahara aqui encarada como a principal referência dos *dantei no jodôshi*, no que diz respeito a pesquisas ocidentais, e a teoria desenvolvida pela autora será aqui tomada como ponto de partida para a comparação com outras teorias – japonesas e ocidentais –, buscando-se confirmação ou contestação das posições da autora, de maneira a, assim, chegar a uma melhor explicação do funcionamento desses elementos.

A partir das próximas seção, então, será explorada mais a fundo a visão teórica desenvolvida por Narahara.

3.2. A CÓPULA E A LÍNGUA JAPONESA

No capítulo introdutório de seu livro, Narahara (2002, p. 13) declara: “A premissa do

⁸⁵ Tradução minha. Original: “[...] speaker’s certainty in his/her knowledge and belief in his/her judgment about the sentential content.”

meu estudo é a universalidade da cópula.”⁸⁶.

Assim, num caminho contrário ao de Wenck (1973, p. 77), a autora parte do princípio de que a cópula seja um conceito que possa ser aplicado a todas as línguas e, admitindo que, no japonês, seja representada pelos elementos ‘*da*’, ‘*desu*’, entre outros, parte para uma extensa análise desses elementos.

Tendo em vista, entretanto, a falta de uma conceituação sólida da cópula, conforme discutido no capítulo anterior, Narahara se vê obrigada a especificar por qual ponto de vista a cópula será encarada em seu trabalho, dedicando quase que um capítulo todo do seu livro para a tarefa.

No primeiro dos quatro grandes capítulos da obra, *The Concept of the Copula*⁸⁷, a autora, então, revisita algumas das visões históricas a respeito da cópula, analisando algumas definições constantes em dicionários de linguística, além de algumas passagens de Aristóteles, Abelardo e outros autores. Com isso, aponta Narahara que, em sua visão, as duas maiores interpretações tradicionais da cópula seriam, a primeira, de que se trata de um elemento que expressa julgamento, e a segunda, de que se trata de um elemento portador de traços gramaticais a ser utilizado por elementos não flexionáveis. Também comenta a existência, na semântica formal, da interpretação da cópula como sinal de identidade, conforme já discutido na seção 2.4.

Quanto à visão da cópula como expressão de julgamento, chama a atenção ao exposto no capítulo anterior, de que Fukasawa *et alii* (1989) optaram por traduzir 断定 ‘*dantei*’ como “julgamento” e de que Mukai & Suzuki (2016, p. 154) tenham também atribuído a ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’ a função de expressar julgamento.

Entretanto, o conceito a que Narahara parece estar aqui se remetendo a partir do termo “*judgement*”, conforme deve ficar mais claro adiante, parece ser aquele que os dicionários de filosofia de Abbagnano (2007, p. 591-593) e Branquinho *et alii* (2006, p. 436) trazem não como “julgamento”, mas como “juízo”, que é definido pelo segundo como:

juízo

Tradicionalmente, o ato de estabelecer uma relação entre um sujeito e um predicado, ou a própria relação estabelecida, que se costuma simbolizar como “S é P”; por exemplo: “Sócrates é mortal”. Nesta acepção, só exprimem juízos as frases que têm a forma sujeito-predicado: “Está chovendo” ou “Sócrates é

⁸⁶ Tradução minha. Original: “The premise of my study is the universality of the copula.”

⁸⁷ “O conceito de cópula” em português.

mais alto do que Platão” não exprimem juízos. [...]

Dessa forma, daqui em diante, o “*judgement*” a que a autora se refere passará a ser aqui tratado por “juízo”.

Se, conforme minha colocação feita no capítulo anterior, tenha faltado a autores brasileiros explicar o que o conceito de *juízo* representa do ponto de vista linguístico, Narahara, por outro lado, demonstra ter chegado à ideia de *juízo* com base na acepção filosófica da cópula, que parte da visão de Abelardo da cópula como formadora de predicado.

Examinando as definições de cópula de dicionários a que ela se refere como dicionários de Webster e Baldwin⁸⁸, Narahara (2002, p. 20-21) aponta que a cópula, na lógica filosófica, seria um elemento de ligação entre o sujeito e o predicado, estabelecendo, assim, uma *proposição*, que, pela definição de Baldwin, seria uma “unidade de juízo”⁸⁹.

Uma *proposição*, na filosofia tradicional europeia, é uma sentença que contém *juízo*. Todas as proposições estão contidas em sentenças, mas nem todas as sentenças contêm proposições. Por exemplo, uma sentença interrogativa não é uma proposição já que não contém juízo.⁹⁰
(NARAHARA, 2002, p. 19 – grifos da autora)

Com isso, a autora deixa colocado que, do ponto de vista gramatical, a cópula seja encarada como tendo a função de estabelecer uma ligação que resulte numa *sentença*, enquanto que, do ponto de vista da lógica, a função de ligação da cópula resultaria não numa sentença, mas numa *proposição* (p. 19-20).

Essa segunda perspectiva, que a autora apelida de “cópula toda poderosa”⁹¹ (p. 20), seria aquela que enxergaria a cópula como expressão de juízo, a que a autora encontra embasamento em Aristóteles e São Tomás de Aquino.

O primeiro, no *Da Interpretação*, declarou que toda proposição implicaria uma *combinação* ou uma *separação*. Narahara (p. 21) explica que *combinação* se referiria a uma frase do tipo “X é Y”, enquanto que a *separação* diz respeito a uma frase “X não é Y”. Ou seja, correspondem, combinação e separação, respectivamente, à *afirmação* e à *negação*.

⁸⁸ Quanto ao dicionário de Webster, a que a autora se refere somente como “*Webster’s dictionary*”, de 1984 (NARAHARA, 2002, p. 19), se trata possivelmente de algum dicionário publicado pela tradicional editora estadunidense Merriam-Webster. Narahara, entretanto, não especifica se seria um dicionário especializado de linguística, de filosofia, ou algum outro.

Quanto ao dicionário de Baldwin (p. 20), se trata do *Dictionary of Philosophy and Psychology*, de 1901, de James Mark Baldwin, cuja versão online pode ser encontrada em: <https://psychclassics.yorku.ca/Baldwin/Dictionary/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

⁸⁹ “The unit of judgement”. A definição completa pode ser verificada no endereço informado na nota anterior.

⁹⁰ Tradução minha. Original: “A *proposition*, in traditional European philosophy, is a sentence that contains *judgement*. All propositions are contained in sentences but not all sentences contain propositions. For instance, an interrogative sentence is not a proposition since it does not contain judgement.”

⁹¹ “Cópula, the all mighty” no original.

Em comparação, Narahara (p. 21-22) apresenta passagem de Aquino, retirada do artigo 2 da questão 16 do Tratado I, de Deo Uno, que reproduzo a seguir em tradução de Alexandre Correia⁹²:

A verdade, como dissemos, na sua noção primária, existe no intelecto. [...] Mas, quando [o intelecto] julga estar a coisa de conformidade com a forma que dela apreendeu, então somente conhece e afirma a verdade. E isso o intelecto faz, compondo e dividindo. Pois, em toda proposição, o intelecto aplica alguma forma expressa pelo predicado, a alguma coisa, expressa pelo sujeito ou dela remove. [...] Logo, propriamente falando, a verdade está no intelecto que compõe e divide [...].

Correspondendo as noções de *composição* e *divisão* de Aquino com as noções de *combinação* e *separação* de Aristóteles e, conseqüentemente, com a *afirmação* e a *negação* linguísticas, Narahara (p. 21) afirma que a passagem acima destaca a caracterização da cópula como expressão linguística de juízo – assim, com base em Aquino, a noção de *juízo*, associada à cópula, seria uma operação intelectual visando o reconhecimento da verdade.

Ainda, com base em Jacobi (1986 *apud* Narahara, 2002, p. 22), aponta que, para Abelardo, uma proposição não é formada somente a partir de uma cópula, mas poderia ser formada também com verbos como predicadores – ou seja a proposição poderia ser formada a partir tanto de predicados verbais como nominais.

Na sequência, Narahara (p. 28) discute a função existencial do verbo ‘ser’ – tal como a frase “Sócrates é.”, com o sentido de “Sócrates existe.”. Essa questão não é motivo de preocupações no caso do português ou do inglês, nas quais tal função existencial não existe.

Entretanto, quanto à língua japonesa, Narahara chama a atenção ao fato de que os elementos que ela reconhece como cópula incorporam um verbo *dôshi* existencial *あり* ‘*ari*’ na sua estrutura morfológica, tal como na cópula *なり* ‘*nari*’ do japonês clássico, formado a partir de *に* ‘*ni*’ + *あり* ‘*ari*’ (p. 29). Afirma que não é possível saber se a estrutura ‘*ari*’ surgiu antes, tendo posteriormente se ligado a ‘*ni*’, ou se ‘*ni ari*’ surgiu primeiro, tendo ‘*ari*’ se desprendido posteriormente. Mas aponta que Yamada acreditava ser ‘*ari*’ anterior a ‘*ni ari*’ (p. 29-30).

Também, a autora analisa visão da lógica fregeana de cópula como *identidade* (p. 31-35), assim como as situações já antes mencionadas, de línguas como o russo e o húngaro, de frases nominais formadas sem a presença de uma cópula, mas somente pela justaposição de

⁹² Disponível em: <http://permanencia.org.br/drupal/node/8>. Acesso em: 30 jun. 2021.

dois elementos nominais – apontando a existência da visão da “cópula postiça”⁹³, i.e., a visão de que a cópula não contribui ao significado da frase, mas possui apenas função gramatical (p. 35).

Tendo examinado, então, diferentes visões tradicionais a respeito da cópula, a autora finalmente esclarece a visão que ela própria adotará:

Está claro que a cópula como marcador de tempo gramatical e a cópula como incorporação de juízo não podem ser generalizadas de maneira razoável. Haverá um meio termo entre a análise da cópula “toda poderosa” e a análise da cópula “postiça”? Proponho manter a análise funcional básica da cópula representada na Hipótese Postiça de que a cópula é um marcador morfológico de traços gramaticais. Entretanto, é necessário prestar atenção a outros traços gramaticais além do tempo. Conforme demonstrarei em minha investigação da cópula do japonês, uma cópula é capaz de carregar muitos tipos de traços gramaticais. Para minha análise linguística, noções filosóficas como alegação de verdade ou juízo precisam ser reduzidas a conceitos que sejam derivados de traços gramaticais, de modo que a parte de “ligação” da definição da cópula se traduza na função da cópula como marcador morfológico de traços gramaticais.⁹⁴

(NARAHARA, 2002, p. 38)

Dessa maneira, a autora descarta as visões filosóficas a respeito da cópula em favor de uma visão estritamente gramatical, de acordo com a qual, a cópula seria uma estrutura morfológica responsável por expressar determinados traços gramaticais.

Antes de analisar os elementos que considera serem as cópulas da língua japonesa, entretanto, Narahara levanta algumas interessantes considerações quanto à estrutura morfossintática e a etimologia de alguns elementos da língua japonesa. Verifiquemos algumas dessas questões na seção seguinte.

3.3. ALGUMAS QUESTÕES MORFOLÓGICAS DA LÍNGUA JAPONESA

No segundo grande capítulo de seu livro, *Forms and Functions: The View from Feature Morphology*⁹⁵, Narahara (2002) discute algumas interpretações morfológicas a respeito dos elementos flexionais do japonês – ou seja, dos predicadores *yôgen*, além dos *jodôshi*,

⁹³ “Copula, the dummy”, no original.

⁹⁴ Tradução minha. Original: “It is clear that the copula as a tense feature carrier and the copula as an embodiment of judgement cannot be generalized in a reasonable way. Is there a middle ground for the ‘all mighty’ copula analysis and the ‘dummy’ copula analysis? I propose to maintain the basic functional analysis of the copula represented in the Dummy Hypothesis that the copula is a morphological grammatical feature bearer. However, it is necessary to pay attention to grammatical features other than tense. As I will show in my investigation of the Japanese copula, a copula is capable of carrying many types of grammatical features. For my linguistic analysis, philosophical notions such as truth claims or judgement need to be reduced to concepts that are derivable from grammatical features so that the ‘linking’ part of the definition of a copula will translate to the copula’s function as morphological feature carrier.”

⁹⁵ “Formas e Funções: A Visão da Morfologia dos Traços Gramaticais” em tradução aproximada.

incluindo as estruturas que ela reconhece como cópula, tal como o ‘*da*’.

Um dos principais objetivos do capítulo é estudar o que representariam os segmentos ‘-*u*’, no fim de verbos *dôshi*, ‘-*i*’ no fim de adjetivos *keiyôshi*, e ‘-*a*’ na cópula ‘*da*’.

No caso do ‘-*u*’, que surge no fim de verbos *dôshi* como 書く ‘*kaku*’, a autora considera que seja um alomorfe do ‘-*ru*’ que surge em alguns *dôshi* como 食べる ‘*taberu*’ (p. 45). Defende, a autora, que em ‘*kaku*’, houve um apagamento do ‘-*r-*’ de ‘-*ru*’, pois, como no japonês predomina uma sílaba com estrutura simples, de consoante única + vogal, não seria possível uma formação como ‘**kakru*’, tendo havido, assim, a supressão do ‘-*r-*’ (p. 47). Com isso, a autora passa a se referir a esse morfema como ‘-(*r*)*u*’.

Assim, Narahara recusa algumas classificações binárias, que, aponta, seriam comuns entre os gramáticos, tal como a de que os referidos ‘-(*r*)*u*’, ‘-*i*’ e ‘-*a*’ indicariam afirmação em contraposição ao ‘-*nai*’ de negação, ou de que indicariam tempo não-passado em contraposição ao ‘-*ta*’ de passado (p. 44).

Narahara defende que ‘-(*r*)*u*’ e ‘-*i*’ seriam, na verdade, indicadores de categoria gramatical, ou seja, ‘-(*r*)*u*’ seria o morfema que representaria o status da categoria de verbo, enquanto ‘-*i*’ seria o morfema que representaria o status da categoria de adjetivo (p. 78).

Por outro lado, o ‘-*a*’ de ‘*da*’ não seria um marcador categorial na visão da autora (p. 81), que deixa essa discussão para o quarto capítulo da obra.

Ainda neste segundo capítulo, Narahara defende descartar o reconhecimento do *jodôshi* como classe gramatical auxiliar (p. 55), de modo mais ou menos semelhante ao que geralmente ocorre na corrente da *nihongogaku*, tal qual discutido na seção 1.4.

Assim, a autora recusa reconhecer a forma flexional 未然形 *mizenkei* dos predicadores *yôgen*, tradicionalmente reconhecida na *kokugogaku*, tal como ‘*shira-*’ do exemplo (5) do capítulo anterior, e que se conectaria a *jodôshi* tais como ‘-*reru*’/‘-*rareru*’, ‘-*seru*’/‘-*sareru*’ ou ‘-*nai*’. Traduzindo *mizenkei* como “forma *irrealis*”, a autora considera que os itens que normalmente são reconhecidos como *jodôshi* que se ligam a *mizenkei* não passam de sufixos flexionais afixados à raiz do próprio *yôgen* (p. 53), dando origem cada um a uma forma flexional particular.

Também, quanto à forma flexional 連用形 *ren’yôkei*, tradicionalmente reconhecida na *kokugogaku*, tal qual o ‘*tomat-*’ do exemplo (6) do capítulo anterior, e que se conectaria a *jodôshi* tais como ‘-*ta*’, ‘-*masu*’, ‘-*tai*’, entre outros, Narahara prefere não reconhecer a existência desses *jodôshi*, considerando que sejam também formas sufixais do *yôgen* (p. 53-55).

Entretanto, Narahara ainda reconhece a existência da forma flexional *ren'yôkei*, que traduziu por “forma adverbial”, nos casos tradicionalmente reconhecidos como 連用中止 *ren'yô-chûshi*, a que a autora se refere como “forma conjuntiva”, ou seja, quando os verbos *dôshi* surgem nessa forma no interior da frase de modo a, entre outras finalidades, criar uma relação de coordenação entre orações, tal como nos exemplos a seguir, fornecidos pela própria autora (p. 56).

Enquanto (21a) é mais comum na escrita, a coordenação também pode ser feita também com intermédio de um conectivo て ‘te’, (21b), o que é mais comum na fala⁹⁶.

(21a) お寿司を作り、友達と食べた。

Osushi wo tsukuri, tomodachi to tabeta.

Sushi / ACUSATIVO / fazer-(REN'YÔ) / amigo / COPARTICIPAÇÃO / comer PASSADO
“(Eu) fiz sushi e comi com meu amigo.”

(21b) お寿司を作って、友達と食べた。

Osushi wo tsukutte, tomodachi to tabeta.

Sushi / ACUSATIVO / fazer-(REN'YÔ) CONECTIVO / amigo / COPARTICIPAÇÃO /
comer PASSADO
“(Eu) fiz sushi e comi com meu amigo.”

Dessa maneira, das formas flexionais tradicionalmente reconhecidas na *kokugogaku*⁹⁷, Narahara opta por trabalhar apenas com as formas 連用形 *ren'yôkei* (para a autora: “forma adverbial”), 終止形 *shûshikei* (para a autora: “forma final”) e 連体形 *rentaikei* (para a autora: forma “pré-nominal”), buscando analisar os elementos que reconhece como cópula com base nessas três flexões (p. 74).

Neste trabalho, me basearei em Mukai & Suzuki (2016, p. 74) para traduzir as formas flexionais mencionadas. Assim, *shûshikei* será traduzido como “forma final”, tal qual Narahara, mas para o *rentaikei* utilizarei “forma adnominal” em vez de “forma pré-nominal”. Já no caso do *ren'yôkei*, ainda que Mukai & Suzuki o traduzam como “forma adverbial”, em concordância com a opção de Narahara, levarei aqui em consideração que o *ren'yôkei* pode ser utilizado tanto com função adverbial como conectiva, utilizarei aqui “forma adverbial/conjuntiva” ao me referir genericamente ao *ren'yôkei*. Isso será importante principalmente por conta do fato de que o ‘da’, quando flexionado em *ren'yôkei* adverbial possui forma diferente de quando flexionado em *ren'yôkei* conjuntivo (‘ni’ no primeiro caso, e ‘de’ no segundo, conforme será

⁹⁶ O caso do intermédio por て ‘te’, então, não seria considerado pelos autores japoneses como ‘*ren'yô chûshi*’, já que este significaria “interrupção na forma *ren'yô*”.

⁹⁷ Reconhece-se, tradicionalmente, haver 6 formas flexionáveis, que serão mais detalhadamente apresentadas na subseção 5.1.1 mais adiante.

visto adiante).

A forma final *shûshikei* é tradicionalmente encarada como a forma padrão, ou seja, livre de flexões, dos *yôgen* e *jodôshi* – tal como os verbos *dôshi* ‘*kaku*’ ou ‘*taberu*’ quando encerrando uma oração nessas formas, sem flexão.

A forma adnominal *rentaikei* se refere a forma de *yôgen* ou *jodôshi* quando precedendo uma estrutura nominal, atuando como um qualificador dessa estrutura nominal. No japonês moderno, o *rentaikei* é idêntico ao *shûshikei* para a maioria dos elementos, com poucas exceções, entre elas, o próprio ‘*da*’. No japonês clássico, entretanto, o *shûshikei* era diferente do *rentaikei* para a maioria dos elementos.

Nos exemplos a seguir, o adjetivo *keiyôshi* 短い ‘*mijikai*’ (“curto”) surge, em (22) na forma final *shûshikei*, e, em (23), na forma adnominal *rentaikei*. Ainda que na aparência sejam idênticos, é possível perceber que, em (22), ‘*mijikai*’ predica e finaliza a frase, enquanto que, em (23), tem a função de qualificar o substantivo *meishi* 鼻 ‘*hana*’ (“nariz”) que o sucede:

(22) 鼻は依然として短い。 (Akutagawa, *Hana*)

Hana wa izen-toshite mijikai.

Nariz / TÓPICO / como antes / curto

“O nariz continuava curto.”

(23) 手にさわるものは、昨夜の短い鼻ではない。 (Akutagawa, *Hana*)

Te ni sawaru mono wa, yûbe no mijikai hana dewanai.

Mão / LOCATIVO / tocar / coisa / TÓPICO / noite passada / GENITIVO / curto / nariz / {DA}-(DEPENDENTE) NEGATIVO

“Aquilo que sentia na mão não era o nariz curto da noite passada.”

Em (23), também o verbo *dôshi* さわる ‘*sawaru*’ (“tocar”) encontra-se na forma adnominal *rentaikei*, atuando como qualificador de もの ‘*mono*’ (“coisa”). Assim, ‘*sawaru*’ (“tocar”) + ‘*mono*’ (“coisa”) = ‘*sawaru mono*’ (“coisa (que é) tocada”).

Assim, analisando as formas flexionais do elemento ‘*da*’, Narahara (p. 76) aponta que, na forma adnominal *rentaikei*, o ‘*da*’ pode se transformar em ‘*na*’ ou em ‘*no*’. O primeiro caso ocorre quando a cópula estiver acompanhando (em posição posterior) adjetivos *keiyôdôshi*, e o segundo caso, quando estiver acompanhando os demais nomes *taigen*.

Verificando-se os exemplos fornecidos pela autora (p. 77):

(24) 現在、弁護士の加藤さんが市長選に出ている。

Genzai, bengoshi no katô-san ga shichôsen ni deteiru.

Atualmente / advogado / {NO} / Katô-{SAN} / NOMINATIVO / eleição para prefeitura / DESTINO / aparecer DURATIVO

“O senhor Katô, que é atualmente advogado, está concorrendo a prefeito.”

(25) あそこに変なものがある。

Asoko ni hen na mono ga aru.

Ali / LOCATIVO / estranho / {NA} / coisa / NOMINATIVO / existir

“Tem alguma coisa (que é) estranha ali.”

Em (24), 弁護士 ‘*bengoshi*’ (“advogado”), sendo um substantivo ‘*meishi*’, ao atuar como qualificador pré-nominal, a cópula que o acompanha se transformaria em ‘*no*’.

Em (25), sendo ‘*hen*’ (“estranho”) um adjetivo *keiyôdôshi*, a cópula que o acompanha se transformaria em ‘*na*’ em posição pré-nominal.

Narahara também aponta que o ‘*no*’ que atua como forma pré-nominal da cópula ‘*da*’ não deve ser confundida com a partícula *joshi* de caso genitivo ‘*no*’.

Para delimitar a diferença entre os dois tipos de ‘*no*’, a autora utiliza os seguintes exemplos (p. 77):

(26a) 弁護士の息子が逮捕された。

Bengoshi no musuko ga taiho-sareta.

advogado / GENITIVO / filho / NOMINATIVO / prender VOZ PASSIVA

“O filho do advogado foi preso.”

(26b) 弁護士の息子が逮捕された。

Bengoshi no musuko ga taiho-sareta.

advogado / {NO} / filho / NOMINATIVO / prender VOZ PASSIVA

“Meu filho, que é advogado, foi preso.”

Dessa forma, quando é utilizado o *joshi* ‘*no*’, se está expressando meramente caso genitivo. Entretanto, se, numa frase idêntica na aparência, o ‘*no*’ utilizado for, na verdade, a forma adnominal da cópula ‘*da*’, o sentido da frase muda completamente.

Nesse sentido, Narahara defende que a ocorrência das formas pré-nominais da cópula, ‘*na*’ ou ‘*no*’, representa sempre uma estrutura de *oração relativa* (p. 80). Ou, seja, ‘*hen na mono*’, ainda que, numa tradução econômica, se transforme em ‘coisa estranha’, representaria, mais especificamente, uma estrutura correspondente a ‘coisa que é estranha’. Da mesma forma, ‘*bengoshi no musuko*’, em vez de simplesmente ‘meu filho advogado’, corresponderia, na verdade, a ‘meu filho que é advogado’.

Tendo feito essas considerações, no terceiro grande capítulo de seu livro, *Evolution of Inflectional Morphology*⁹⁸, Narahara passa a examinar alguns aspectos históricos acerca dos verbos *dôshi*, adjetivos *keiyôshi* e dos elementos que considera como cópula, buscando desvendar suas origens e as mudanças que sofreram com a passagem dos séculos.

Em especial, Narahara analisa o surgimento do verbo *dôshi* existencial あり ‘*ari*’, do japonês clássico, e sua modificação para a versão moderna ある ‘*aru*’.

A respeito da grande particularidade do ‘*ari*’ clássico, de terminar em ‘-i’, enquanto os verbos *dôshi* majoritariamente terminam em ‘-u’, Narahara sugere que o ‘-i’ de ‘*ari*’ seja o mesmo ‘-i’ em que terminam os adjetivos *keiyôshi* (p. 91). Afinal, sendo ‘*ari*’ um verbo existencial, com o sentido de “existir” ou “estar”, expressaria “um estado, em vez de uma ação” (KAMEDA, 1909 *apud* NARAHARA, 2002, p. 91), assim tendo natureza próxima da de um adjetivo.

Narahara também aponta que ‘*aru*’ era a forma adnominal *rentaikei* de ‘*ari*’, que acabou se tornando também a forma final *shûshikei* em meados do século XVI. A respeito dessa mudança, Narahara sugere que possa estar relacionada com o fato de que, mesmo em posição de *shûshikei*, o ‘*ari*’ se transformava obrigatoriamente em ‘*aru*’ quando a ele se conectavam alguns *jodôshi* de suposição como べし ‘*beshi*’ e らし ‘*rashi*’ (p. 91).

3.4. CÓPULAS DO JAPONÊS CLÁSSICO

Na parte final do terceiro capítulo, Narahara (2002) examina mais exhaustivamente alguns dos itens que seriam identificados como cópula no japonês clássico: ぞ ‘*zo*’ e as variações de なり ‘*nari*’. Narahara, entretanto, acaba não mencionando o たり ‘*tari*’, que conforme a Tabela 1, era considerado como *jodôshi* de especificação, se ligando a nomes *taigen* com função semelhante ao ‘*nari*’, de modo que provavelmente se encaixaria nos critérios da autora para ser encarado como cópula.

No segundo capítulo, Narahara havia analisado brevemente uma outra estrutura ‘-*tari*’, aquela que, também na Tabela 1, aparece classificada como *jodôshi* de ação realizada, que se conecta à forma conjuntiva *ren’yôkei* de predicadores *yôgen*, e que deu origem ao moderno ‘-*ta*’. A autora comenta que, tal o ‘*nari*’, o ‘-*tari*’ de ação realizada (a que a autora se refere como “perfectivo”) também incorporou o verbo *dôshi* existencial ‘*ari*’ no interior de sua estrutura – a partir da fusão deste com o conectivo て ‘*te*’ (p. 54). Assim, ‘*te*’ + ‘*ari*’ = ‘-*tari*’.

⁹⁸ “Evolução da Morfologia Flexional”, em português.

Quanto ao ‘*tari*’ que havia sido classificado como *jodôshi* de especificação na Tabela 1, Nakamura (1997, p. 56), que o classifica como *dantei* no *jodôshi*, aponta que teria surgido a partir da fusão com a partícula *joshi* と ‘*to*’ (‘*to*’ + ‘*ari*’ = ‘*tari*’) e “era utilizado para leitura em japonês de escritos chineses e quase não era utilizado em textos japoneses. Ainda, em comparação ao ‘*nari*’, o ‘*tari*’ era bastante usado para exprimir o sentido de qualificação ou posição social.”⁹⁹.

Assim, talvez pelo fato de ter sido pouco utilizado em textos japoneses, tenha acabado ignorado, intencionalmente ou não, pela autora.

3.4.1. ‘Zo’

Quanto ao ‘*zo*’, por outro lado, Narahara (2002, p. 106) aponta que seria a cópula mais antiga da língua japonesa, mas que frases sem cópula – tal como (4) e (12) do capítulo 1 – sempre teriam existido na língua japonesa.

Para ilustrar essa situação, a autora utiliza exemplos retirados dos antigos escritos *Kojiki* (c. 712) e *Man’yôshû* (c. 759), a seguir:

(27) 倭は国のまほろば (Kojiki, 31)

Yamato wa kuni no mahoroba

Yamato / TÓPICO / país / GENITIVO / local maravilhoso

“Yamato é um local maravilhoso.”

(28) 山のみに降りし雪ぞ (Man’yôshû, 4227)

Yama nomi ni furishi yuki zo

Montanha / somente / DESTINO / cair PASSADO-(ADNOMINAL) / neve / {ZO}

“É a neve que caiu somente nas montanhas.”

São (27) e (28) dois exemplos de frase nominal, a primeira sem a presença de um elemento que pudesse ser identificado como cópula, e a segunda, com a utilização do ‘*zo*’ que, de acordo com a autora, cumpriria esse papel de cópula.

A esse respeito a autora comenta:

‘*Zo*’ não estava associado a nenhuma outra forma de cópula. Ocorria nas fontes históricas somente em posição final de frase. ‘*Zo*’ apenas afirma sentenças com predicados nominais. Não há formas correspondentes de negação ou passado para ‘*zo*’. A única outra construção [possível] de frase com predicado nominal era a interrogativa, com uma partícula ‘*ka*’, como em

⁹⁹ Tradução minha. Original: [「たり」は、] 漢文を訓読するときの文章などに用いられ、和文系の文章にはほとんど用いられていない。また、「なり」と比較して、資格・地位を表わす意味に使われることが多い。

‘yama ka’, “É uma montanha?” (Ohno, 1979). Poderia ‘zo’ simplesmente ser uma partícula de oposição à partícula interrogativa ‘ka’?¹⁰⁰ (NARAHARA, 2002, p. 107)

Deixando essa pergunta para ser respondida em outro momento, Narahara aponta que o ‘zo’ atuaria, em função pragmática, para “ênfatizar uma proposição numa declaração dirigida a um destinatário.”¹⁰¹ (KASUGA, 1968 *apud* NARAHARA, 2002, p. 107). Dessa maneira, parece ter uma função modal, mais próxima dos 終助詞 *shûjoshi*, partículas *joshi* finais, que fazem parte da categoria da modalidade da língua japonesa.

A modalidade é a categoria que acrescenta um caráter de subjetividade ao conteúdo semântico de um enunciado. Em português, a modalidade pode ser expressa por advérbios como “realmente”, “provavelmente”, “sinceramente”, ou seja, termos que exprimem um juízo ou uma atitude do falante em relação a conteúdo do seu próprio enunciado.

Já em língua japonesa, a modalidade poderia ser expressa, por exemplo, por alguns *jodôshi*, tal como だろ *darô*, além dos elementos *shûjoshi* (partículas finais). Os *shûjoshi*, tal como よ ‘yo’ ou ね ‘ne’, são elementos auxiliares posicionados ao fim da frase, usados para conferir a esta um posicionamento subjetivo por parte do falante, ou seja, atuam principalmente para exprimir modalidade.

No exemplo (29) abaixo, retirado de Tashiro-Perez (2011, p. 162), o ‘yo’ é posicionado ainda após o ‘da’ que, a princípio, encerraria a frase, de modo a expressar uma posição subjetiva do falante em relação ao conteúdo proferido.

(29) カリナさんは友だちだよ。
Karina-san wa tomodachi da yo.
Carina-{SAN} / TÓPICO / amigo / {DA} / {YO}
“Srta. Carina é minha amiga, sabe?”

De fato, a própria Narahara aponta que, por exemplo, na obra *Makura no Sôshi* (c. 1002), havia exemplos de utilização do ‘zo’ como partícula *joshi* enfática (p. 108) e que, ainda no japonês moderno, uma utilização semelhante do ‘zo’ como *joshi* continua em vigor (p. 114).

Também indica que a possível origem do ‘zo’ enfático seja o 指示代名詞 *shiji*

¹⁰⁰ Tradução minha. Original: “Zo is not associated with any other copula form. It occurred in historical sources only in the sentence final position. Zo only affirms nominal predicate sentences. There is no corresponding negative form nor past tense form for zo. The only other nominal predicate sentence construction was the interrogative version with a particle ka as in yama ka ‘Is it a mountain?’ (Ohno 1979). Could zo simply be a particle opposing the interrogative particle ka?”

¹⁰¹ Original: “to emphasize a proposition in an addressee directed statement”.

daimeshi, pronome demonstrativo, そ ‘so’, que indicaria uma referência “no território do destinatário, em termos de espaço físico ou mental”¹⁰² (p. 108), assim, atuando, ao se transformar em ‘zo’, para chamar atenção do ouvinte.

Entretanto, a autora defende que exista um outro tipo de ‘zo’ que atue como cópula e que, ao contrário do *joshi* ‘zo’ enfático, pode ser utilizado somente conectado a estruturas nominais no fim da frase. E complementa (p. 108-109):

Minha proposta de definição de cópula, apresentada no começo deste estudo é de que a cópula porta um ou mais traços gramaticais para categorias não flexionáveis ou categorias flexionáveis defectivas. Até onde eu sei, “ênfase” não é um traço gramatical associado com categorias de predicados, ainda que não devamos descartar a possibilidade de que tal noção seja derivável de um traço gramatical específico¹⁰³

Assim, propõe que o ‘zo’ copular possua a função morfológica de representar uma categoria de predicado nominal e propõe, ainda, que o ぞ ‘zo’ finalizador e o の ‘no’ adnominal sejam formas flexionais do mesmo elemento – em paralelo às formas negativas ず ‘zu’ e ぬ ‘nu’ (p. 111), tradicionalmente reconhecidas, respectivamente, como sendo as formas flexionais final *shûshikei* e adnominal *rentaikei* do 打消しの助動詞 *uchikeshi no jodôshi*, *jodôshi* de negação, ず ‘zu’.

Utilizando um exemplo retirado da obra *Nihon Shoki* (c 720), Narahara atesta que o ‘no’ adnominal, tal qual os dos exemplos (20) e (22b), já era utilizado nos períodos mais antigos da escrita japonesa, quando também ‘zo’ era um uso comum como cópula em posição final de frase (p. 110).

Assim, se, conforme mencionado na seção anterior, Narahara considerava que, no japonês moderno, tanto o ‘no’ quanto o ‘na’ adnominais seriam formas flexionais da cópula ‘da’, sendo o ‘no’ uma forma flexional para substantivos, e ‘na’ uma forma flexional para adjetivos (p. 76), Narahara agora defende que o ‘-a’ que surja em ‘na’ seja um marcador categorial de adjetivos¹⁰⁴, enquanto que o ‘-o’ que surja em ‘no’ seja o mesmo ‘-o’ que está presente em ‘zo’, e se trataria de um identificador categorial de substantivos (p. 109-110).

Por outro lado, o ‘z-’ de ‘zo’ seria o mesmo ‘z-’ do ‘zu’ de negação e sinalizaria a

¹⁰² Original: “in the addressee’s territory in terms of physical or mental space”.

¹⁰³ Tradução minha. Original: “My proposed definition of copula presented at the beginning of this study is that a copula carries a grammatical feature or features for non-inflecting categories or defectively inflecting categories. As far as I know, ‘emphasis’ is not a grammatical feature associated with predicate categories, although we should not rule out the possibility that such a notion is derivable from a specific grammatical feature.”

¹⁰⁴ Entretanto, para Narahara, o ‘-a’ de ‘na’ não seria o mesmo ‘-a’ de ‘da’, conforme será discutido adiante.

posição de fim de frase, enquanto o ‘*n-*’ de ‘*no*’ seria o mesmo de ‘*nu*’, sinalizando posição adnominal (p. 110).

Tais classificações morfológicas são bem interessantes e voltarão a ser discutidas adiante.

Para finalizar a análise do ‘*zo*’, a autora disserta:

[...] não é obrigatória a ocorrência do ‘*zo*’ com predicativos nominais. O que provoca a ocorrência do ‘*zo*’? Ênfase, orientação ao destinatário e seu uso em sentenças “instrucionais” foram identificados na literatura como caracterizadores do ‘*zo*’ e podem ser generalizados como tendo uma função de “asserção”, para apresentar uma proposição com a forte convicção do falante (ou poeta ou escritor) ao destinatário (ou audiência), para a aceitação dele ou dela.¹⁰⁵
(NARAHARA, 2002, p. 111)

Fica claro, entretanto, que tais colocações suscitam alguns problemas já anteriormente discutidos.

Narahara resume a função do ‘*zo*’ como sendo função de *asserção*. Já defendi anteriormente, entretanto, que a noção de asserção não é esclarecedora o suficiente para explicar o funcionamento dos *dantei no jodôshi*. Consequentemente, não seria suficiente para explicar aqui o funcionamento do ‘*zo*’. Com base nas definições anteriormente apontadas, a asserção poderia ser uma frase afirmativa ou negativa, em oposição a frases imperativas, interrogativas, entre outras, e nada mais do que isso. Ao contrário do que Narahara parece crer, “ênfase” não seria um tipo de asserção. Assim, a falta do ‘*zo*’ em uma frase assertiva não a transformaria em não assertiva – continuaria sendo uma frase afirmativa, o que já é o bastante para que seja também considerada como uma frase assertiva. Dessa maneira, a diferença entre uma frase com ‘*zo*’ e uma frase sem ‘*zo*’, do ponto de vista gramatical, continua sem explicação.

Além disso, Narahara indica que o ‘*zo*’ poderia ser usado para “apresentar uma proposição com a forte convicção do falante”. Esse tipo de funcionalidade linguística se trata, na verdade, da *modalidade* discutida há pouco nesta seção – uma atitude ou posicionamento subjetivo por parte do falante em relação ao conteúdo do enunciado. E a modalidade é a categoria própria das partículas finais *shûjoshi*, ou, ainda, das 係助詞 *kakarijoshi*, “partículas de efeito modalizador” em tradução de Mukai (2002, p. 117). Conforme Nakamura (1997), teria existido um ‘*zo*’ classificado como *shûjoshi* e outro como *kakarijoshi*. Pela explicação de

¹⁰⁵ Tradução minha. Original: “[...] *zo* does not obligatorily occur with predicative nominals. What triggers the occurrence of *zo*? Emphasis, addressee orientation and its use in ‘instructional’ sentences have been identified in the literature as characterizing *zo*. They can be generalized as having an ‘asserting’ function to present a proposition with the speaker’s (or poet’s and writer’s) strong conviction to the addressee (or audience) for him or her to accept.”

Narahara, não há fundamentos para atestar que o ‘zo’ que ela encara como cópula não seja um elemento modal, i.e., próprio da categoria da modalidade. E nenhuma das definições de cópula anteriormente discutidas comportam que a cópula possa ser um modal.

Entretanto, complementa a autora (p. 111):

Proponho duas propriedades de ‘zo’ das quais essa função assertiva pode ter derivado. A primeira é a marcação categorial de predicado nominal de ‘zo’. Ao indicar gramaticalmente que a estrutura nominal precedente é o predicativo nominal, produz o efeito de dar foco ao predicativo nominal. O fato de que ‘zo’ frequentemente ocorre em “X wa Y zo”, em que o sujeito é topicalizado e é também a informação antiga, corrobora essa análise. A segunda é a função declarativa de ‘zo’ em oposição ao ‘ka’ interrogativo. Sem a contrapartida de negação ou tempo passado, a frase nominal interrogativa com ‘ka’ era a única oposição à sentença nominal com ‘zo’. Já que frases nominais sem ‘zo’ já são frases afirmativas, é plausível que o elemento ‘zo’ manifesto numa sentença nominal possuía forte função declarativa.¹⁰⁶

Narahara, na passagem acima, responde a indagação que anteriormente havia deixado em suspenso e explica de que forma enxerga a relação entre ‘zo’ e ‘ka’.

Entretanto, quando a autora sugere que ‘zo’ tenha uma função declarativa, surge uma nova questão terminológica, desta vez acerca do significado de “declarativo”.

O dicionário de Dubois *et alii* (2011, p. 156-157 – grifos são dos autores) traz a seguinte definição para *declarativo*:

1. *Frase declarativa* é a frase assertiva, também chamada enunciativa. Usa-se às vezes nesse sentido *frase afirmativa*, mas esse adjetivo tem o inconveniente de se opor a *negativo*.
2. *Verbo declarativo* é o que exprime o puro e simples de uma asserção, como *dizer, contar, declarar, anunciar, afirmar*, etc., por oposição aos *verbos de opinião* que se empregam quando a asserção que se faz é assumida (*crer*), ou que a dão como simples opinião (*pensar*).

Talvez seja essa segunda acepção que embase a visão de Narahara de que o que ela julga ser um uso assertivo de ‘zo’ seja embasado por uma “função declarativa”.

Nesse sentido, o efeito da inclusão de ‘zo’ talvez possa ser encarado da seguinte maneira: se uma frase “X wa Y” pode ser traduzida como “X é Y”, a frase “X wa Y zo” seria algo próximo de “Afirmo que X é Y”.

¹⁰⁶ Tradução minha. Original: “I propose two properties of zo from which this asserting function may be derived. First is the nominal predicate categorial marking of zo. By grammatically indicating that the preceding nominal is the predicative nominal, it has the effect of giving focus to the predicative nominal. The fact that zo often occurs in ‘X wa Y zo’, in which the subject is topicalized, and is the old information, supports this analysis. Second is the declarative function of zo in opposition to the interrogative ka. Without the negative, or past tensed counterpart, the interrogative nominal sentence with ka was the only opposition to the nominal sentence with zo. Since nominal sentences without zo are already affirmative sentences, it is plausible that the overt element zo in a nominal sentence bore a strong declarative function.”

Se encarada dessa maneira, a explicação de Narahara parece consistente, mas ainda não prova que ‘zo’ não seja um modal, já que a solução baseada em “Afirmo que X é Y” diz respeito nada mais do que a uma expressão de atitude acerca da proposição “X é Y”, o que deveria provavelmente ser enquadrado na categoria das modalidades.

Talvez seja por isso que, por exemplo, Nakamura (1997, p. 55-56) e, como apontado na Tabela 1, também Kokugo Gakkai (1971, p. 549-550) reconhecem como sendo *dantei/shitei no jodôshi* do japonês clássico apenas ‘nari’ e ‘tari’, mas não ‘zo’. Ou seja, a discussão aqui deve ser acerca de se deve ser reconhecida a existência de um ‘zo’ como cópula e/ou *dantei no jodôshi* ou simplesmente a existência de ‘zo’ como partículas *joshi* modalizadoras.

Quanto a isso, Narahara argumenta, com base em Ôno (1979 *apud* NARAHARA, 2002, p. 112) que a partícula *joshi* enfática ‘zo’ teria derivado do ‘zo’ copular, e que este teria tido um surgimento anterior¹⁰⁷. Além disso, a hipótese de Narahara antes apresentada, de que ‘no’ seria uma forma flexional de ‘zo’, se admitida, também ajudaria a sustentar a visão de ‘zo’ como cópula.

Assim, penso que talvez a teoria de Narahara acerca do ‘zo’ possa ser acatada desde que seja admitido que o ‘zo’, além de ser uma cópula, teria também funções modalizadoras. Trecho da própria Narahara já antes apresentado parecia ir nesse sentido: “Até onde eu sei, ‘ênfase’ não é um traço gramatical associado com categorias de predicados, ainda que não devemos descartar a possibilidade de que tal noção seja derivável de um traço gramatical específico.” (p. 109).

Essas questões voltarão a ser discutidas adiante neste capítulo.

3.4.2. ‘Nari’/‘ni ari’

Ao analisar anteriormente o verbo *dôshi* existencial ‘ari’, Narahara havia também discutido brevemente a formação da cópula たり ‘nari’ do japonês clássico. Esta teria surgido da ligação da partícula *joshi* locativa じ ‘ni’ ao *dôshi* existencial ‘ari’ (p. 92), que teria se fundido possivelmente por questão de métrica nos poemas *tanka* (p. 93). Com base em Kasuga (1968 *apud* NARAHARA, p. 92), aponta, também, que ‘nari’ seria uma forma hipotética do resultado dessa fusão, pois na coletânea de poemas *Man’yôshû*, não haveria nenhuma ocorrência de ‘nari’, com sentido locativo, em forma final *shûshikei*, mas apenas de sua forma adnominal *rentaikei* ‘naru’.

¹⁰⁷ Por esse ponto de vista, podemos supor que, para a autora, a ordem das transformações tenha sido: demonstrativo ‘so’ → ‘zo’ copular → *joshi* ‘zo’ enfático.

Agora, Narahara (p. 115) volta a analisar esses elementos, afirmando que as formações ‘*ni ari*’ e ‘*nari*’ começaram a surgir em textos japoneses do século VIII, tendo se estabelecido como cópula entre os séculos VIII e XII. A autora também passa a se referir a ‘*nari*’/‘*ni ari*’ como *cópula do tipo ‘n-’* – em contraposição à *cópula do tipo ‘d-’* que será posteriormente apresentada.

Apresenta como exemplos de utilização das cópulas ‘*n-*’ as frases a seguir:

(30) みことにあれば [...] (Man’yōshū, 4432)

Mikoto ni-areba [...]

Ordem do imperador / {NI ARI} RESULTATIVO

“Porque é a ordem do imperador [...]”

(31) 我がせこが来べき夜居なり (Nihon Shoki, 65)

Waga seko ga kubeki yoi[yoi] nari

Meu / marido / NOMINATIVO / vir SUPOSIÇÃO-(ADNOMINAL) / noite / {NARI}

“É a noite em que meu marido deve vir (me visitar).”

A autora afirma (p. 116) que não há distinção morfológica entre ‘*nari*’ e ‘*ni ari*’ e que esses elementos podiam se conectar também aos adjetivos *keiyōdōshi* – o que não ocorria no caso do ‘*zo*’.

Uma outra diferença entre a cópula do tipo ‘*n-*’ e ‘*zo*’ é que a primeira apresentava variadas formas flexionais, herdadas do verbo *dōshi ‘ari*’, tal qual as formas negativa, passado, adverbial/conjuntiva, imperativa, adnominal etc. (p. 117), enquanto que o ‘*zo*’, na visão de Narahara, quase não possuía flexões – até o momento, Narahara só nos apresentou o ‘*zo*’ finalizador e o ‘*no*’ adnominal como formas flexionais de ‘*zo*’.

A autora também aponta que ‘*nari*’/‘*ni ari*’ podiam ser usados tanto com função existencial como com função de cópula, sendo esta última mais comum (p. 116).

Assim, quando ‘*nari*’/‘*ni ari*’ eram utilizados com função existencial, o ‘*ni*’ que compõe sua estrutura teria função locativa, de modo que “*X wa Y nari*” ou “*X wa Y ni ari*” teria o sentido de “*X está em Y*” ou “*X existe em Y*”.

Por outro lado, quando ‘*nari*’/‘*ni ari*’ fossem utilizados como cópula, uma frase como “*X wa Y nari*” ou “*X wa Y ni ari*” teria o sentido de “*X é Y*” (p. 117).

O exemplo (32) a seguir ilustra a função existencial, enquanto o exemplo (33) ilustra a função de cópula do ‘*nari*’/‘*ni ari*’ (p. 118):

(32) なりひらのあそんの家なりける女 (Kokinwakashû, 14)
Narihira no ason no ie narikeru onna
Narihira / GENITIVO / senhor / GENITIVO / casa / {NARI} PASSADO-(RENTAI) / mulher
“A mulher que estava na casa do Senhor Narihira”

(33) 大人なる子ども (Makura no Sôshi, 23)
Otona naru kodomo
Adulto / {NARI}-(RENTAI) / criança
“Crianças que são adultas.”

Apesar do fato, então, de que o ‘*ni*’ que internamente compõe ‘*nari*’/‘*ni ari*’ tenha função locativa em alguns casos, Narahara descarta que o ‘*nari*’/‘*ni ari*’ copular tenha surgido a partir do ‘*ni*’ locativo (p. 121).

Para a autora, o ‘*nari*’/‘*ni ari*’ existencial teria estrutura morfológica distinta do ‘*nari*’/‘*ni ari*’ copular. Enquanto o primeiro, sim, seria formado pela partícula *joshi* ‘*ni*’ locativa, o ‘*ni*’ que compõe o segundo seria, na verdade, a flexão *ren’yôkei* adverbial da cópula ‘*zo*’ (p. 126). Narahara também chama atenção para o fato de que alguns autores consideravam ‘*ni*’ e ‘*nari*’ como possíveis formas *ren’yôkei* adverbiais de ‘*nari*’ (p. 121-122), mas descarta essa hipótese – ‘*ni*’ seria uma flexão de ‘*zo*’ e não de ‘*nari*’.

Assim, poderiam ser identificadas três formas flexionais de ‘*zo*’: a própria forma *shûshikei* final ‘*zo*’, a forma *rentaikei* adnominal ‘*no*’, e a forma *ren’yôkei* adverbial ‘*ni*’.

Dessa maneira, as cópulas do tipo ‘*n-*’ seriam na verdade formadas da união da cópula ‘*zo*’ com o verbo *dôshi* existencial ‘*ari*’, possivelmente para suprir a pobreza de formas flexionais de ‘*zo*’ (p. 126).

Narahara defende, então, que o próprio ‘*ari*’ esteja, no caso, sendo utilizado como cópula – tendo perdido suas propriedades semânticas de verbo existencial, e se transformado num elemento funcional. Afinal, o ‘*ari*’ atua aqui cumprindo a principal função da cópula, conforme sua definição, que é a de prover traços gramaticais a elementos que não possam exprimi-los a partir de sua própria flexão.

Para a autora, então, a cópula ‘*nari*’/‘*ni ari*’ seria uma dupla formação copular (p. 126), ou seja, duas cópulas encadeadas: ‘*zo*’ em forma adverbial + ‘*ari*’.

Tendo feito essas análises de cunho principalmente morfossintático, Narahara, ao contrário do realizado no caso do ‘*zo*’, não discute mais a fundo possíveis implicações discursivas da utilização da cópula ‘*n-*’, assim como não aprofunda as análises a respeito dessa formação de dupla cópula.

Encerrando as discussões a respeito das cópulas do japonês clássico, a autora afirma que a forma adverbial *rentaikei* de ‘*nari*’, ou seja, ‘*naru*’ teria originado o moderno ‘*na*’ que se conecta aos adjetivos *keiyôdôshi* (p. 128).

Considerando que o ‘*zo*’ copular se conectava a nomes *taigen*, mas não aos adjetivos *keiyôdôshi*, sendo que o ‘*nari*’/‘*ni ari*’ sim se conectavam a estes, parece fazer sentido a hipótese da autora, de que o ‘*no*’ adnominal que se conecta a nomes *taigen* seja flexão de ‘*zo*’, da mesma maneira que o ‘*na*’ adnominal dos *keiyôdôshi* seja uma flexão contraída de ‘*nari*’/‘*ni ari*’.

Com isso, a autora ressalta sua opinião de que o segmento ‘-o’ do ‘*no*’ adnominal seja um marcador da categoria dos substantivos, e que o segmento ‘-a’ do ‘*na*’ adnominal seja um marcador da categoria dos adjetivos (p. 129), e passa a analisar as formas copulares do japonês moderno.

3.5. CÓPULAS DO JAPONÊS MODERNO

No último grande capítulo de seu livro, *Forms and Functions of the Modern Copula*¹⁰⁸, Narahara passa a examinar os itens que considera serem as cópulas da língua japonesa moderna, ‘*de aru*’, ‘*desu*’ e ‘*da*’, analisando mais extensamente os aspectos gramaticais e discursivos deste último.

3.5.1. ‘De aru’, ‘desu’

Narahara (p. 133) estabelece existir uma *cópula do tipo ‘d-’*, que, tal qual a já discutida *cópula do tipo ‘n-’*, originou-se também do verbo *dôshi* existencial ‘*ari*’.

Enquanto a cópula ‘*n-*’ teria surgido de ‘*ni*’ + ‘*ari*’, a cópula do tipo ‘*d-*’ teria surgido de ‘*ni*’ + ‘*te*’ + ‘*ari*’, resultando na estrutura ‘*de ari*’/‘*de aru*’, que teria surgido durante o Período Kamakura (1185-1333), ou seja, um pouco mais tardiamente do que a cópula do tipo ‘*n-*’ (p. 134). No japonês moderno, a estrutura ‘*de aru*’ ainda é utilizada.

Narahara aponta que ‘*te*’ era geralmente um conectivo que se ligava à forma *ren’yôkei* adverbial de alguns elementos. Assim, como ‘*ni*’ seria uma forma adverbial de cópula, acabava por vezes sendo ligado a ‘*te*’, tendo a formação ‘*ni te*’ sofrido contração e resultado em ‘*de*’ (p. 135).

A autora opta por classificar a formação ‘*de*’ como uma forma de gerúndio. Entretanto, prefiro encará-lo como um *ren’yôkei* conjuntivo. Como já antes mencionei, a flexão reconhecida como *ren’yôkei* na *kokugogaku* pode exprimir ora função adverbial, ora função

¹⁰⁸ “Formas e Funções da Cópula Moderna”, em português.

conjuntiva (conectiva). Assim, se o ‘*ni*’ corresponde ao *ren’yôkei* adverbial de ‘*da*’ (e/ou de ‘*zo*’, na visão de Narahara), o ‘*de*’ corresponderia ao *ren’yôkei* conjuntivo de ‘*da*’.

Narahara também afirma que a forma ‘*ni te*’ se espalhou durante o período entre os séculos IX e XII, e que a transição de ‘*ni*’ para ‘*ni te*’ teria sido uma “coloquialização” da forma copular (p. 135).

A autora aponta que o ‘*de aru*’ quase não era usado no discurso falado, mas que, tendo sido usado como tradução de ‘*zijn*’, correspondente ao verbo ‘ser’ em holandês, num dicionário holandês-japonês publicado em 1816, acabou sendo subsequentemente utilizado como tradução para ‘ser’ em escritos científicos em línguas ocidentais (p. 136). Teria também passado a ser bastante utilizado em textos narrativos e em discursos políticos do Período Meiji (1868-1912).

No japonês moderno, informa a autora, possuiria um tom “distintamente assertivo” (p. 136), sinalizando um estilo formal e impessoal. Seu uso estaria limitado principalmente à língua escrita e a discursos públicos.

Narahara explora algumas particularidades morfossintáticas de ‘*de aru*’, tal como o fato de que algumas partículas *joshi*, como は ‘*wa*’ e も ‘*mo*’, podem ser inseridas no interior da formação ‘*de aru*’, implicando, respectivamente, restrição (‘*de wa aru*’) e foco (‘*de mo aru*’) (p. 137). As inserções são possíveis também na forma negativa de ‘*de aru*’, ではない ‘*de nai*’: ‘*de wa nai*’ e ‘*de mo nai*’.

Comparando ‘*de aru*’ com o ‘*de nai*’ de negação, a autora levanta a possibilidade de que, sendo o ‘*nai*’ um marcador de modo negativo, o ‘*aru*’ de ‘*de aru*’ seja um marcador de modo afirmativo (p. 139). Essa hipótese seria reforçada pelo fato de que ‘*de aru*’ não pode se ligar a ‘*nai*’ para exprimir negação. Uma formação como ‘**de aranai*’ não seria possível pois se estaria afirmando e negando ao mesmo tempo.

Para melhor fundamentar essa possibilidade, a autora apresenta também os seguintes exemplos, imaginando que sejam proferidos na sequência por uma palestrante a um público de ouvintes:

(34) 私の息子は学生である。

Watashi no musuko wa gakusei de-aru.

Eu / GENITIVO / filho / TÓPICO / estudante / {DE ARU}

“Meu filho é estudante.”

(35) ?? 君達も学生であるか？

?? *Kimi-tachi mo gakusei de-aru ka?*

Vocês / também / estudante / {DE ARU} / INTERROGATIVO

“Vocês também são estudantes?”

Para Narahara, (35) causaria muita estranheza aos ouvintes, o que ajudaria sustentar a hipótese de que o ‘*aru*’ de ‘*de aru*’ exprimisse modo afirmativo – não seria aceitável perguntar ao mesmo tempo em que se faz uma afirmação.

Entretanto, como possíveis argumentações contra a validade dessa possibilidade, a autora aponta o fato de que, em verdade, o ‘*de aru*’ pode apresentar uma forma negativa, quando intermediado pelo *jodôshi* de polidez ‘*masu*’, na formação ‘*de (wa) arimasen*’ (p. 140). Além disso, defende a autora, se ‘*de aru*’ exprimisse afirmação, a princípio não poderia se conectar a estruturas que exprimem suposição, como ‘*rashii*’ ou ‘*ka mo shirenai*’ (p. 141) – quando se sabe que essas conexões são possíveis na língua japonesa.

Narahara, julga ser inconclusiva a validade da hipótese do ‘*de aru*’ exprimir afirmação, mas levantará, adiante, essa mesma discussão a respeito do ‘*da*’.

O ‘*da*’, aponta a autora, seria uma forma contraída da cópula do tipo ‘*d-*’, tendo surgido a partir de modificações fonéticas do ‘*de aru*’ (p. 142).

Da mesma forma, o *じゃない* ‘*ja nai*’ seria a forma contraída da cópula negativa, podendo substituir tanto o ‘*de nai*’ quanto o ‘*de wa nai*’.

Também, a autora analisa brevemente o ‘*desu*’, que seria uma forma polida da cópula ‘*d-*’, chamando atenção ao fato de que o ‘*desu*’ pode se ligar também a adjetivos *keiyôshi* assim como a verbos *dôshi* que estejam ligados a *jodôshi* que sigam o paradigma flexional dos *keiyôshi*. Narahara descarta considerar que o ‘*desu*’ atue como cópula nesses casos.

O ‘*desu*’ seria uma forma copular somente quando ligado a um predicador nominal. Nos demais casos, ‘*desu*’ serviria meramente como um marcador de polidez, devendo, assim, ser considerado como uma categoria gramatical distinta do ‘*desu*’ copular (p. 144).

Narahara não menciona a existência de outras possíveis formas polidas de cópula, tal como ‘*degozaimasu*’, nem aprofunda os aspectos discursivos da utilização das cópulas polidas.

Passa, na sequência, a uma longa discussão acerca do ‘*da*’.

3.5.2. ‘Da’

Depois de todas as considerações até aqui levantadas, Narahara inicia o que pode ser

considerado o maior e mais interessante desenvolvimento de seu trabalho: uma teoria que explique o funcionamento do que seria a principal cópula da língua japonesa moderna, o *だ* ‘*da*’, de modo a esclarecer o seu papel gramatical e as particularidades de seu uso discursivo. E a realização dessa tarefa gira em torno de responder uma questão que a autora vem deixando em suspenso desde alguns capítulos atrás: qual é o traço gramatical representado pelo morfema ‘-*a*’ que compõe a cópula ‘*da*’?

O ponto de partida para compreender o ‘*da*’ seria encontrar em que implica a sua presença ou exclusão de uma frase nominal. Considerando os exemplos já apresentado (7) e (12), abaixo repetidos, que representam, ambos, frases com uma estrutura do tipo “X é Y” na língua japonesa, a frase (12) deixa claro que o ‘*da*’ não é necessário para se compor uma frase desse tipo. O que significa, então, que o ‘*da*’ seja utilizado em (7)?

(7) 僕は超人だ。

Boku wa chōjin da.

Eu / TÓPICO / super-homem / {DA}

“Eu sou o super-homem.”

(12) 今日はわたしの誕生日。

Kyō wa watashi no tanjōbi.

Hoje / TÓPICO / eu / GENITIVO / aniversário

“Hoje é meu aniversário.”

Talvez o ponto chave da questão seja o fato, apontado por Narahara (p. 147), de que há casos em que a exclusão do ‘*da*’ é obrigatória – de acordo com autora, trata-se de situações em que o falante não tenha o conhecimento necessário acerca da verdade do conteúdo da frase. “Essa generalização leva à proposta de que a língua japonesa exprime a ignorância do falante por meio morfossintático, um tipo de modalidade epistêmica.”¹⁰⁹ (p. 147).

Com isso, a autora questiona, agora em relação ao ‘*da*’, algo que eu havia chamado anteriormente a atenção a respeito do ‘*zo*’: se seria um elemento modal ou não. No caso do ‘*da*’, Narahara admite que parece exprimir modalidade. Entretanto, não considera que ‘*da*’ seja um modal, mas que tenha uma “natureza modal” (p. 151).

E passa a analisar, do ponto de vista do falante, algumas questões acerca da utilização do ‘*da*’.

A autora começa apontando o fato de que há consideráveis diferenças entre o discurso

¹⁰⁹ Tradução minha. Original: “This generalization leads to a proposal that the Japanese language signifies the speaker’s ignorance by morphosyntactic means, a type of epistemic modality.”

masculino e o discurso feminino na língua japonesa – o que é bastante evidenciado pelas partículas finais *shûjoshi*, que, como já comentado anteriormente, utilizadas no fim da frase japonesa, são um mecanismo usado principalmente para expressar modalidade, ou seja, uma atitude do falante em relação ao conteúdo da frase, tal como no exemplo (29) anteriormente apresentado.

Narahara comenta o fato de que o *shûjoshi* わ ‘*wa*’ é próprio do discurso feminino, enquanto os *shûjoshi* ぞ ‘*zo*’ e ぜ ‘*ze*’ são característicos do discurso masculino (p. 152), mas chama atenção para os casos do よ ‘*yo*’, a que se refere como sendo uma “partícula de insistência”, e do ね ‘*ne*’, uma “partícula de busca de confirmação”.

De acordo com a autora, ‘*yo*’ e ‘*ne*’ costumam ser acompanhados do ‘*da*’ em discurso masculino, mas não no discurso feminino (p. 153), conforme os exemplos por ela apresentados:

(36a) ここは静かだよ。 / ここは静かだね。
Koko wa shizuka da yo. / *Koko wa shizuka da ne.*
 Aqui / TÓPICO / quieto / {DA} / {YO} / Aqui / TÓPICO / quieto / {DA} / {NE}
 “Aqui é silencioso, sabe?” / “Aqui é silencioso, né?”

(36b) ここは静かよ。 / ここは静かね。
Koko wa shizuka yo. / *Koko wa shizuka ne.*
 Aqui / TÓPICO / quieto / {YO} / Aqui / TÓPICO / quieto / {NE}
 “Aqui é silencioso, sabe?” / “Aqui é silencioso, né?”

Enquanto (36a) seriam falas masculinas ou neutras, (36b) seriam falas femininas. Para Narahara, a escolha entre utilizar uma ou outra seria puramente *estilística* – se (36b) fosse proferida por um homem, ele soaria “afeminado”, defende a autora, e por isso é provável que deva escolher (36a). No caso das mulheres, dependeria da geração. (36b), mais comum antigamente, estaria desaparecendo rapidamente do discurso jovem feminino, de modo que, defende a autora, (36a) seria considerado um discurso neutro para as gerações mais novas, e um discurso masculino para as gerações mais velhas (p. 153).

Em comparação a esse caso, Narahara apresenta mais um conjunto de exemplos. Para perguntar sobre se uma biblioteca é silenciosa ou não, os dois casos a seguir seriam possíveis respostas:

(37a) うん、静かだ。
Un, shizuka da.
 Sim / quieto / {DA}
 “Sim, é silenciosa.”

(37b) うん、静か。
Un, shizuka.
Sim / quieto
“Sim, é silenciosa.”

Neste caso, (37a) seria uma fala masculina, e (37b) uma fala neutra (p. 155). Ou seja, diferentemente de (36), em que o discurso neutro era aquele que admitia a presença do ‘*da*’, em (37), o ‘*da*’ é essencialmente masculino, e é sua omissão, na verdade, que caracteriza o discurso neutro – ou seja, um homem poderia proferir (37b) sem soar “afeminado” por isso.

Tendo exposto estas colocações, Narahara, antes de explorar com mais profundidade de que modo a questão de gênero influencia o uso do ‘*da*’, decide verificar quais são as situações que, independentemente do gênero do falante, suscitam a exclusão obrigatória do ‘*da*’.

De acordo com Narahara (p. 156), são quatro os casos obrigatórios de exclusão do ‘*da*’: perguntas do tipo sim/não; recebimento de informação nova; a utilização de determinados *shûjoshi* e o que chamou de “predicados modais epistêmicos”.

Quanto ao acima referido por “pergunta do tipo sim/não”, talvez exija uma explicação mais objetiva. Em todas as línguas, costumam existir basicamente dois tipos de frases interrogativas: a primeira é aquela que questiona a verdade de uma proposição, ou seja, uma pergunta que espera uma resposta “sim” ou “não”, por exemplo, “Aqui é a biblioteca?”. O segundo tipo é aquele que busca identificar propriedades desconhecidas a respeito de determinado(s) elemento(s) – são as perguntas contendo pronomes interrogativos (geralmente referidas em inglês como “*wh- questions*”), por exemplo, “Onde é a biblioteca?”.

O primeiro caso será daqui em diante referido como *perguntas sim/não*, e, o segundo, como *perguntas pronominais*.

Abaixo, exemplo fornecido pela autora para as perguntas sim/não.

1 – Perguntas sim/não:

(38a) *今日は土曜日だか?
**Kyô wa doyôbi da ka?*
Hoje / TÓPICO / {DA} / INTERROGATIVO
(significado pretendido) “Hoje é domingo?”

(38b) 今日は土曜日か?
Kyô wa doyôbi ka?
Hoje / TÓPICO / INTERROGATIVO
“Hoje é domingo?”

Narahara aponta que as *perguntas sim/não* podem ser feitas, em japonês, com um *shûjoshi*, partícula final, ‘*ka*’, acompanhado de entonação ascendente no fim da frase, ou com apenas a entonação ascendente no fim da frase, sem a presença do ‘*ka*’. Em discurso polido, ambos os casos (presença do ‘*ka*’ ou simples entonação ascendente) ocorreriam, tanto na fala masculina quanto na feminina (p. 157), mas no discurso não polido, ou informal, o ‘*ka*’ ocorreria somente na fala masculina (p. 158).

De acordo com a autora, o ‘*da*’ é obrigatoriamente excluído das perguntas sim/não, mas outras formas de cópula, tal como o ‘*desu*’ que ocorre em discurso polido, e formas flexionais finitas de cópula, tal como o ‘*datta*’, que exprime tempo passado, podem ser utilizados em perguntas do tipo sim/não¹¹⁰.

Dessa maneira, apenas o ‘*da*’ é obrigatoriamente excluído, o que leva a autora à hipótese de que o ‘*da*’, e somente o ‘*da*’ possua um traço incompatível com as perguntas sim/não (p. 159). Por outro lado, o fato de o ‘*ka*’ ser opcional também levanta questionamentos sobre a natureza de seu funcionamento (p. 160).

Tal qual os exemplos (37), que ilustravam ser opcional o uso do ‘*da*’ em frase afirmativas, o par de exemplos a seguir, fornecidos pela autora, demonstra ser também opcional o uso do ‘*ka*’ nas frases interrogativas do tipo sim/não¹¹¹.

(34a) あそこ、静かでしたか？

Asoko, shizuka deshita ka?

Ali / quieto / {DESU} PASSADO / INTERROGATIVO

“Aquele lugar estava silencioso?”

(34b) あそこ、静かでした？

Asoko, shizuka deshita?

Ali / quieto / {DESU} PASSADO

“Aquele lugar estava silencioso?”

Para buscar explicar essa questão, Narahara passa a examinar a segunda possível situação de exclusão obrigatória do ‘*da*’, o caso do *recebimento de informação nova*, ilustrado pela autora com o exemplo abaixo:

¹¹⁰ A autora aponta que, entretanto, há alguns casos em que o ‘*desu*’ não pode aparecer sem a presença do ‘*ka*’ (NARAHARA, 2002, p. 204), mas não dá muitos detalhes sobre o assunto.

¹¹¹ Ainda que haja possíveis exceções, tal como apontado na nota anterior.

2 – Recebimento de informação nova:

(40a) *そう だか?

*Sô da ka?

Isso / {DA} / INTERROGATIVO

(significado pretendido) “Ah, é (isso)?”

(40b) そうか?

Sô ka?

Isso / INTERROGATIVO

“Ah, é (isso)?”

Refere-se de frases que sejam proferidas como resposta para um proferimento anterior de um interlocutor, a partir do qual se tenha apreendido uma informação até então desconhecida. As frases que exprimem *recebimento de nova informação* seriam formadas pelo elemento *そ* う ‘sô’, identificado como pronome adjetivo pela autora, ou pela repetição de um trecho crucial da frase anteriormente proferida pelo interlocutor informador, ou pela presença de ambos. Nessas frases, o ‘ka’, que ocorreria com entonação descendente, seria também opcional. O ‘da’, por sua vez, não pode ocorrer em frases desse tipo.

Narahara, aponta, então, que o que ambos os tipos de frases têm em comum – as perguntas sim/não e frases que exprimem recebimento de informação nova – é a falta de conhecimento do falante a respeito da informação relevante do tópico conversacional.

No caso das perguntas sim/não, a falta de conhecimento é presente, ou seja, acompanha o proferimento. Mas, no caso das frases de recebimento de informação nova, a falta de conhecimento é passada, ou seja, existia antes do proferimento, mas já não existe mais no momento que a frase é proferida – mas ainda assim é expressa na frase.

Narahara passa a se referir à falta de conhecimento do falante como *modo ignorativo*¹¹² (p. 163), e estipula que o ‘da’ seria incompatível com o modo ignorativo por possuir algum traço gramatical, que nomeia provisoriamente de traço *anti-ignorativo*¹¹³ (p. 164).

Então, chama atenção ao fato de que a exclusão do ‘da’ não é obrigatória para perguntas pronominais, tal como nos exemplos fornecidos (p. 165):

¹¹² “Ignorative mode” no original.

¹¹³ “Anti-ignorative feature” no original.

(41a) どの部屋が静かだ?
Dono heya ga shizuka da?
Qual / quarto / NOMINATIVO / quieto / {DA}
“Qual quarto é silencioso?”

(41b) どの部屋が静か?
Dono heya ga shizuka?
Qual / quarto / NOMINATIVO / quieto
“Qual quarto é silencioso?”

Com isso, Narahara supõe que as perguntas sim/não exprimam um modo ignorativo distinto daquele das perguntas pronominais. Ao primeiro, ela se refere como *modo ignorativo do valor de verdade*¹¹⁴ e, ao segundo, como *modo ignorativo de identidade*¹¹⁵ (p. 165). O traço anti-ignorativo de ‘da’ seria incompatível com o modo ignorativo do valor de verdade, mas não com o modo ignorativo de identidade.

Por outro lado, chama também a atenção, a autora, ao fato de que, em perguntas pronominais, o ‘ka’, ainda que seja incomum, pode ocorrer no discurso masculino. Mas não pode coocorrer com o ‘da’, tal como nos exemplos fornecidos pela autora (p. 166):

(42a) ?? どこが静かか?
?? *Doko ga shizuka ka?*
Onde / NOMINATIVO / quieto / INTERROGATIVO
“Onde é silencioso?”

(42b) * どこが静かだか?
**Doko ga shizuka da ka?*
Onde / NOMINATIVO / quieto / {DA} / INTERROGATIVO
“Onde é silencioso?”

Isso leva a autora a crer que o ‘ka’ carregue um marcador ignorativo geral, que englobe tanto o modo ignorativo do valor de verdade quanto o de identidade, de modo que, quando o ‘ka’ é usado, esse marcador ignorativo geral substituiria o marcador ignorativo inerente às perguntas pronominais que permitia a presença do ‘da’ (p. 166).

Por outro lado, a autora ressalta que o ‘ka’ que surge em orações subordinadas interrogativas não seria o mesmo *shûjoshi* ‘ka’ que surge nas frases interrogativas simples como (38) ou (42). O ‘ka’ das orações subordinadas seria um *complementizador*¹¹⁶ (p. 167), não

¹¹⁴ “Truth-value ignorative mode” no original.

¹¹⁵ “Identity ignorative mode” no original.

¹¹⁶ “Complementizer” no original.

possuindo assim um marcador ignorativo, de modo a comportar a presença do ‘*da*’, tal como no exemplo (p. 169):

- (43) *そこが静かだか知らない。 / そこが静かか知らない。*
Soko ga shizuka da ka shiranai. / Soko ga shizuka ka shiranai.
Aí / NOMINATIVO / quieto / {DA} / {KA} / saber PASSADO / Aí / NOMINATIVO
/ quieto / {KA} / saber PASSADO
“Não sei se aí é silencioso (ou não).”

Para Narahara, a partícula *joshi* ‘*ka*’ que atua como marcador de alternativa seria o mesmo ‘*ka*’ das orações subordinadas como (43) – trata-se, ambas, de uma partícula modal marcadora de *indeterminação*, expressando “o não compromisso do falante com o valor de verdade ou a identidade de um componente da frase ou com a escolha entre duas ou mais alternativas.”¹¹⁷ (p. 171).

Na sequência, Narahara analisa o terceiro caso de omissão obrigatória do ‘*da*’, que se refere a casos em que haja a presença de determinados *shûjoshi*, partículas finais. Os dois *shûjoshi* que obrigatoriamente excluem o ‘*da*’ seriam ‘*ka*’ e ‘*sa*’. Tendo o primeiro, ‘*ka*’, já sido analisado, a autora passa a examinar o caso do ‘*sa*’, conforme exemplo fornecido:

3 – Utilização de determinados *shûjoshi*:

- (44a) *それは冗談ださ。
**Sore wa jôdan da sa.*
Isso / TÓPICO / piada / {DA} / {SA}
(significado pretendido) “É brincadeira, oras!”

- (44b) *それは冗談さ。*
Sore wa jôdan sa.
Isso / TÓPICO / piada / {SA}
“É brincadeira, oras!”

O さ ‘*sa*’, considerado um elemento de uso masculino, seria utilizado, explica a autora, para expressar o sentimento do falante de que a informação proferida seria óbvia demais para sequer ser mencionada, assim, muitas vezes usado de maneira provocativa. É também muito comum que seja acompanhado do advérbio もちろん ‘*mochiron*’, “é óbvio” (p. 172).

Para a autora, assim, o ‘*sa*’ também expressaria um tipo de modo ignorativo, porém,

¹¹⁷ Original: “[...] the speaker’s noncommitment to the truth-value of the sentential content, identity of a constituent in the sentential content, and choice between the two alternatives.”

referente à falta de conhecimento do ouvinte, e não do falante. Ainda assim, seria um modo ignorativo incompatível com o traço anti-ignorativo do ‘*da*’, por isso forçando sua exclusão.

Por outro lado, Narahara aponta que *shûjoshi* como ‘*zo*’, ‘*ze*’ e ‘*wa*’, pelo contrário, exigem a presença do ‘*da*’ (p. 173). ‘*Zo*’ e ‘*ze*’ seriam *shûjoshi* que expressariam insistência ou imposição de informação por parte do falante, sendo, por consequência, a antítese do modo ignorativo. Já o ‘*wa*’, representaria uma reação emocional e imediata da falante a um evento, expressando forte crença em sua percepção (p. 173).

Quanto ao último caso de exclusão obrigatória de ‘*da*’, a que a autora se refere por “predicados modais epistêmicos”, se trata de algumas estruturas que expressam suposição ou a impressão do falante a respeito do conteúdo da frase. Narahara (p. 175) lista as quatro seguintes estruturas como fazendo parte dessa categoria: らしい ‘*rashii*’ (“parece que...”), みたい ‘*mitai*’ (“parece que...”), ちがいない ‘*ni chigainai*’ (“certamente...”) e かもしれない ‘*ka mo shirenai*’ (“talvez...”).

Todas essas estruturas exigem a exclusão do ‘*da*’, tal como no exemplo fornecido pela autora:

4 – Predicados modais “epistêmicos”:

(45a) *ゆうたは元気だらしい。

**Yûta wa genki da rashii.*

Yûta / TÓPICO / bem / {DA} / parece

(significado pretendido) “Yûta parece estar bem.”

(45b) ゆうたは元気らしい。

Yûta wa genki rashii.

Yûta / TÓPICO / bem / parece

“Yûta parece estar bem.”

Narahara (p. 177) atribui a impossibilidade de ocorrência do ‘*da*’ nesses casos também à ocorrência de um *modo ignorativo*, já que o falante sempre expressa incerteza, i.e., certa medida de falta de conhecimento a respeito do tópico abordado. Por isso incompatíveis com traço anti-ignorativo do ‘*da*’.

Tendo feito todas essas considerações, Narahara (p. 178) finalmente se propõe a identificar a real natureza do morfema ‘-*a*’ que compõe o ‘*da*’.

A autora chama atenção ao fato de que, tradicionalmente, aquelas que seriam as três

formas finitas de cópula ('*da*', '*desu*' e '*de aru*') costumam ser caracterizadas como formando um único grupo. Mas, ao contrário dos gramáticos tradicionais, que teriam buscado identificar o que esses elementos *são*, Narahara teria buscado identificar o que esses elementos *não são*, tendo assim chegado à conclusão de haver uma assimetria, de natureza modal, entre o '*da*' e as demais formas de cópula.

E a característica especial do '*da*', que impõe que seja excluído em situações em que falta alguma medida de conhecimento do falante a respeito do conteúdo referido, e que a autora vinha chamando de *traço anti-ignorativo*, é agora, finalmente, identificado como um *traço afirmativo*. Ou seja, o que o '*da*' tem de particular em relação a outras cópulas seria o fato de exprimir o traço gramatical de *afirmação*, estando este alocado no segmento '-*a*'.

Narahara, conforme exposto no início desta seção, já havia discutido sobre a possibilidade do '*de aru*' exprimir afirmação (p. 139), tendo sido incapaz de chegar a uma conclusão satisfatória. Entretanto, destacando o fato de que o '*da*' descende etimologicamente do '*de aru*', ou seja, surgiu a partir de modificações fonéticas sofridas pelo '*de aru*' através do tempo, a autora agora propõe que “o '-*a*', reminiscência do auxiliar '*aru*' [...], é gramaticalizado como um morfema de traço afirmativo, assim, fossilizando o evidente efeito de afirmação do '*de aru*'.”¹¹⁸ (p. 179).

Dessa maneira, a autora classifica o だ 'da' como sendo composto de dois morfemas: '*d-*', cuja natureza não explica com clareza, mas que parece julgar que seja uma raiz identificadora da categoria de cópula; e '-*a*', que seria um marcador de modo afirmativo.

Narahara não deixa claro, entretanto, se julga que o '-*a*' afirmativo esteja presente ou seja excluído das formas flexionais de '*da*', tal como o だつた '*datta*' que exprime tempo passado. Mas é mais provável que julgue que o segmento '-*atta*', afixado à raiz '*d-*' não inclua o morfema afirmativo '-*a*', tendo em vista o fato de que '*datta*' pode ocorrer na maioria das situações citadas como sendo de exclusão obrigatória do '*da*'.

Também, conforme considerações anteriormente já levantadas acerca do '*de aru*', o fato de o '-*a*' ser excluído da versão negativa da cópula, '*de nai*', reforçaria a hipótese de que o '-*a*' exprima afirmação.

Como conclusão a respeito de se o '*da*' agiria como um verbo de ligação, coloca a autora:

¹¹⁸ Tradução minha. Original: “[...] -*a*, the remainder of the auxiliary *ar-* [...], is grammaticalized as an affirmative feature morpheme, thereby fossilizing the overt affirmation effect of *de aru*.”

O conceito de ligação se refere a um agente gramatical de afirmação que seja mais do que ‘não separar = não negativo’. É assertar¹¹⁹ o juízo afirmativo. [...] Como cópulas [de línguas] europeias podem ocorrer em frases interrogativas, não podem ser sempre um agente de ligação. Minha exaustiva investigação fortemente sugere que a cópula do japonês ‘*da*’ pode derivar a função de ligação. [...] [O] ‘*da*’ é a única forma, não apenas entre formações copulares, mas também entre todos os predicados flexionais do japonês, que pode expressar a asserção explícita do juízo afirmativo do falante, dessa maneira, funcionando como agente de ligação.¹²⁰
(NARAHARA, 2002, p. 179-180)

Causa certo estranhamento que Narahara tente aplicar as ideias de juízo e afirmação ao conceito de verbo de ligação, já que conforme definições apresentadas na seção 1.5, ao menos no que diz respeito à tradição gramatical do português, o verbo de ligação seria reconhecido com base na sua função sintática de associar um elemento nominal a outro elemento nominal.

O fato de a autora recorrer à ideia de asserção para explicar o funcionamento do ‘*da*’, entretanto, é interessante, pois remete a questões terminológicas já antes discutidas, sobre a utilização de “*dantei no jodôshi*” para se referir aos elementos ‘*da*’, ‘*desu*’, ‘*de aru*’ etc., assim como a possível tradução de ‘*dantei*’ como asserção.

Voltarei a discutir essas questões na seção 3.7.

3.6. FUNÇÕES DISCURSIVAS DE ‘DA’

Narahara encerra o seu livro analisando questões acerca das implicações discursivas do ‘*da*’, também esclarecendo melhor as implicações suscitadas pelo gênero do falante na utilização desses elementos.

Primeiro, a autora chama atenção ao fato de que, ainda que o ‘*da*’ seja mais próprio do discurso masculino, questões de hierarquia nas relações interpessoais podem acabar forçando a omissão do ‘*da*’. Assim, conforme os exemplos da autora, de frases que poderiam ser proferidas ao se atender o telefone (p. 182):

¹¹⁹ De acordo com o *Dicionário Priberam*, existe um verbo ‘assertar’ com o sentido de “emitir como asserção”. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/assertar>. Acesso em: 30 jun. 2021.

¹²⁰ Tradução minha. Original: “The concept of linking is a grammatical affirming agent that is more than ‘not to separate = not negative’. It is to assert the affirmative judgment. [...] Since European copulas can occur in interrogative sentences, they cannot always be a linking agent. My exhaustive investigation strongly suggests Japanese copula *da* can derive the linking function. [...] *da* is the only form not only among copula forms but also among all inflective predicate forms in Japanese that can express the speaker’s explicit assertion of his/her affirmative judgment thereby functioning as a linking agent.”

(46a) もしもし、僕だ。

Moshi-moshi, boku da.

Alô / eu / {DA}

“Alô, sou eu.”

(46b) もしもし、僕。

Moshi-moshi, boku.

Alô / eu

“Alô, sou eu.”

De acordo com a autora, um falante homem poderia proferir (46a) quando falando com um irmão mais novo ou com a esposa. Mas, se estivesse falando com os pais, considerados estar em posição mais alta na hierarquia social, muito provavelmente, optaria por (46b), assim omitindo o ‘*da*’.

A omissão do ‘*da*’, que seria substituído por uma “cópula zero”¹²¹, seria uma estratégia de *suavização*¹²² do discurso (p. 183). Podendo o ‘*da*’ ser percebido como “demasiado assertivo ou autoritário” (p. 183), sua omissão acabaria ocorrendo mesmo em casos em que não haja um modo ignorativo que force sua exclusão.

No caso feminino, seria esperado na sociedade japonesa que as mulheres utilizassem um discurso suavizado, tal como nos exemplos:

(46c) #もしもし、わたしだ。

#Moshi-moshi, watashi da.

Alô / eu / {DA}

“Alô, sou eu.”

(46d) もしもし、わたし。

Moshi-moshi, watashi.

Alô / eu

“Alô, sou eu.”

Em comparação com (46a) e (46b), 僕 ‘*boku*’ (“eu”), que também era próprio do discurso masculino, seria, no discurso feminino, trocado por わたし ‘*watashi*’, e o ‘*da*’ seria provavelmente omitido. Assim, se proferido por uma falante mulher, (46c) soaria “inapropriadamente masculino” (p. 184) e (46d) acabaria sendo a opção utilizada mesmo quando uma mãe conversa com o filho. Já um falante homem seria livre para utilizar o ‘*da*’ ou uma versão suavizada, mesmo em casos que não exijam suavização (p. 185).

¹²¹ “Zero copula” no original.

¹²² “Tone down” no original.

No caso das perguntas sim/não, em que o ‘*da*’ seria de exclusão obrigatória, não por exigência das relações sociais, mas por questões gramaticais (a expressão de afirmação contida no morfema ‘-*a*’ não seria compatível com esse tipo de frase interrogativa), o ‘*ka*’ exibiria comportamento semelhante ao ‘*da*’ quanto a sua presença ou omissão (p. 186).

(47a) あそこ、静かか？

Asoko, shizuka ka?

Ali / quieto / {INTERROGATIVO}

“Aquele lugar é silencioso?”

(47b) あそこ、静か？

Asoko, shizuka?

Ali / quieto

“Aquele lugar é silencioso?”

(47a), com a presença do ‘*ka*’, é um exemplo típico do discurso masculino, enquanto (47b), em que o ‘*ka*’ é omitido, seria um caso neutro – utilizado corriqueiramente por falantes mulheres, e, em situações que exigissem suavização, também por falantes homens.

Ainda quanto ao ‘*da*’, por outro lado, a autora aponta que existe uma situação em que pode ser utilizado no discurso feminino sem soar inapropriado: quando a frase proferida for uma expressão de *interiorização de informação*¹²³ (p. 193).

A autora usa como exemplo uma situação em que uma falante mulher, ao ver um desenho pendurado na geladeira, que ela perceber, surpresa, que se trata de um retrato seu, poderia exclamar (p. 191):

(48a) ああ、これわたしだ。

Aa, kore watashi da.

Oh / este / eu / {DA}

“Oh, esta sou eu!”

Sendo essa também uma situação de monólogo, naturalmente que não seria exigida suavização. Entretanto, Narahara indica que, se, na mesma situação, a expressão de interiorização de informação fosse proferida tendo como destinatário um observante próximo, por exemplo, o seu filho, o ‘*da*’ ainda poderia ser utilizado (p. 192), tal como em:

¹²³ “Inward information” no original.

(48b) あら、それお母さんだ。

Ara, sore okâ-san da.

Ora / esse / mãe / {DA}

“Ora, essa sou eu!”

No caso, como fala com seu filho, refere-se a si mesma como “mãe” (お母さん ‘*okâsan*’ – “sou eu, sua mãe.”).

Por outro lado, se, na mesma situação, a falante expressasse uma frase não de interiorização de informação, mas de *exteriorização de informação*, tais como em (48c) e (48d), que ocorreriam em resposta a seu filho que houvesse previamente perguntado quem seria a pessoa do desenho, então seria considerado mais apropriado que o ‘*da*’ fosse excluído.

(48c) # それお母さんだ。

#Sore okâ-san da.

Esse / mãe / {DA}

“Essa sou eu.”

(48d) それお母さん。

Sore okâ-san.

Esse / mãe

“Essa sou eu.”

Assim, o esperado é que a resposta da mãe fosse (48d).

Suponho que uma afirmação forte expressa com ‘*da*’ num proferimento de exteriorização de informação realça não apenas a certeza do falante a respeito de seu conhecimento e crença, mas também sua presunção da ignorância do destinatário. Essa combinação expõe um tom autoritário e deve ser evitado quando o falante possui uma baixa posição na relação hierárquica interpessoal com o destinatário, mesmo que seja uma relação próxima.¹²⁴
(NARAHARA, 2002, p. 194)

Nesse sentido, também quanto ao ‘*ka*’ das frases interrogativas, que marcaria um modo ignorativo redundante, se considerado já haver a presença do modo ignorativo inerente a uma frase interrogativa, enfatizaria a necessidade de informação, acrescentando um tom exigente à solicitação de informação (p. 194-195). Por isso, também, a necessidade de sua omissão em casos de baixa posição hierárquica do falante.

¹²⁴ Tradução minha. Original: “I hypothesize that strong affirmation expressed with *da* in an outward informational utterance highlights not only the speaker’s certainty in his or her knowledge and belief, but also his or her presumption of the designated addressee’s ignorance. This combination brings out an authoritative tone and it is to be avoided when the speaker has a lower interpersonal hierarchical relation to the addressee, even if it is a close relationship.”

3.7. SÍNTESE

Elencando as principais ideias expostas por Narahara (2002) ao longo de sua publicação, teríamos:

- O conceito de cópula se referiria, primariamente, a um elemento funcional utilizado para acrescentar categorias gramaticais – tal como tempo, entre outros – a elementos nominais que não possam expressar essas categorias a partir da sua própria flexão;
- Na língua japonesa, do ponto de vista histórico, a primeira cópula teria sido ‘zo’, que teria função de reforçar a asserção da frase afirmativa nominal;
- ‘Zo’ também apresentava flexões que conferiam funções sintáticas a nomes *taigen*: flexionaria em ‘no’, para conferir função *rentaikei* adnominal a *taigen*, e em ‘ni’, para conferir função *ren’yôkei* adverbial a *taigen*. Além disso, a ligação do ‘ni’ adverbial com o conectivo ‘te’ teria dado origem à flexão em *ren’yôkei* conjuntivo ‘de’;
- As demais cópulas da língua japonesa reconhecidas pela autora teriam, todas, origem nas flexões de ‘zo’ e no verbo *dôshi* existencial ‘ari’.
 - A ligação ‘ni’ + ‘ari’ teria originado a cópula ‘nari’, do japonês clássico;
 - A ligação ‘de’ + ‘ari’ teria originado ‘de aru’, utilizado no japonês moderno, que, por sua vez, seria a base de outras formações modernas de cópula como ‘desu’ e ‘da’;
 - O principal fator a motivar essas formações teria sido a necessidade de atribuir a nomes *taigen* traços gramaticais que nem os *taigen* e nem a cópula ‘zo’ poderiam exprimir a partir de suas próprias flexões;
- O ‘da’ teria, além disso, a função de expressar o traço gramatical de afirmação, contido no segmento ‘-a’, de modo a assim, reforçar a asserção da frase afirmativa nominal, tal qual era o caso do ‘zo’.

Trata-se de uma teoria sólida que parece explicar de maneira consistente o funcionamento gramatical e discursivo dos *dantei no jodôshi*, em especial daquele que seria provavelmente o mais importante *dantei no jodôshi* do japonês moderno, ‘da’.

Entretanto, ainda não fica claro aqui de que maneira os *dantei no jodôshi* funcionariam como elementos de asserção, se, conforme discutido na seção 1.6, a ideia de asserção, na linguística se referiria às frases declarativas como opostas às frases interrogativas e imperativas, por exemplo. De modo que não seria necessária a presença do *dantei no jodôshi* para que haja

asserção.

Considerando minha hipótese antes colocada quanto ao ‘zo’, mas que poderia ser também aplicada ao ‘da’, teríamos que, se uma frase “X wa Y” corresponde a “X é Y”, uma frase “X wa Y da” expressaria um sentido próximo a “Afirmo que X é Y”¹²⁵, ou “Estou dizendo que X é Y”. Ou seja, a presença do ‘da’, ainda que talvez redundante do ponto de vista gramatical, teria função estilística e/ou discursiva de enfatizar um teor de asserção que já estaria contido na frase, o que, dessa maneira, talvez justifique que seja o ‘da’ considerado como um *auxiliar verbal de asserção*. Estes pontos devem ficar mais bem esclarecidos na seção 4.3 do capítulo seguinte.

Mas estas questões também reforçam a necessidade de discutir se os *dantei no jodôshi* seriam elementos modais ou não. Ainda que Narahara não admita que sejam modais, mas principalmente elementos de natureza gramatical, é claro que, no mínimo, deva-se considerar que podem atuar, além de gramaticalmente, *também* no nível da modalidade.

Um outro ponto talvez controverso da teoria de Narahara, mas que talvez não verificável, são as propriedades flexionais que a autora atribui a ‘zo’. Narahara está correta em afirmar que existe um ‘no’ que age como auxiliar adnominal de nomes *taigen* que difere no *joshi* ‘no’ genitivo – o fato de que o primeiro pode, no japonês moderno, ser substituído por ‘de aru’ mantendo o sentido original, enquanto o segundo não pode, atesta haver essa diferença. Entretanto, não é talvez mais provável de que a origem do ‘no’ auxiliar adnominal seja o próprio ‘no’ genitivo? E, também no caso do ‘ni’, ainda que exista um ‘ni’ como auxiliar adverbial de nomes *taigen*, e um *joshi* ‘ni’ locativo, não é provável que a origem do primeiro seja o segundo?

Ainda assim, é adequado dizer que ‘no’ e ‘ni’ sejam formas flexionais de ‘zo’?

Na continuidade deste trabalho, à medida em que as teorias japonesas acerca dos *dantei no jodôshi* forem examinadas, as visões de Narahara voltarão a ser discutidas.

Os dois próximos capítulos então, se dedicarão a estudar as teorias japonesas a respeito dos assuntos tratados neste trabalho.

O capítulo 4, a seguir, buscará a compreensão do que seriam os elementos que japoneses tomam por *jodôshi*, dentre os quais é reconhecida a subclasse dos *dantei no jodôshi*, que compreende os elementos que Narahara (2002) aqui estudou sob o ponto de vista da cópula.

Já o capítulo 5, seguinte, tratará de examinar os trabalhos japoneses acerca de cada um

¹²⁵ Neste caso, ‘afirmar’ não está sendo utilizado como oposto a ‘negar’, mas sim com o sentido de ‘declarar’. Nessa acepção não seria inadequado ou contraditório um proferimento do tipo “Afirmo que X não é Y.”

dos vários elementos que compõem a classe dos *dantei no jodôshi*, também em comparação às exposições de Narahara verificadas ao longo deste capítulo 3.

CAPÍTULO 4 – O *JODÔSHI* E O *DANTEI NO JODÔSHI* NA LINGUÍSTICA JAPONESA

4.1. INTRODUÇÃO

Após ter sido explorada a maneira como as frases com predicado nominal têm sido encaradas ao longo da tradição linguística das línguas indo-europeias (capítulo 2), além de uma abordagem sob o ponto de vista da linguística ocidental a esse tipo de construção na língua japonesa (capítulo 3), no decorrer deste capítulo, serão estudados os desenvolvimentos dos próprios teóricos japoneses, em especial aqueles que se deram no âmbito da tradição linguística da 国語学 *kokugogaku*, a respeito da questão das frases nominais.

Conforme discutido no capítulo 1, em especial na seção 1.5, a visão predominante na *kokugogaku* é a de que os elementos que costumam compor a frase nominal do japonês, tal como *だ* ‘*da*’ e *です* ‘*desu*’, sejam identificados como subtipos da classe gramatical dos chamados 助動詞 *jodôshi*, recebendo a denominação 断定の助動詞 *dantei no jodôshi* ou 指定の助動詞 *shitei no jodôshi* (sendo que neste trabalho, conforme apontado em 1.5, será adotada essa primeira opção terminológica, *dantei no jodôshi*, em especial por questões de praticidade, já que é uma terminologia já utilizada em trabalhos brasileiros).

Ao longo deste capítulo 4, pretendo explorar quais são as características que os teóricos japoneses identificaram para explicar esses elementos, examinando algumas das diferentes teorias e discutindo questões conceituais, morfossintáticas e discursivas, além de questões terminológicas, inclusive a respeito de outras terminologias adotadas por diferentes autores, que não *dantei* ou *shitei no jodôshi*.

Antes de se chegar especificamente aos *dantei no jodôshi*, entretanto, deve ser interessante, em primeiro lugar, buscar a melhor compreensão daquela classe mais abrangente da qual esses elementos fariam parte: os *jodôshi*.

Assim sendo, a seção 4.2 a seguir tratará de buscar a compreensão das particularidades que perfazem a noção gramatical do *jodôshi*, partindo de um exame histórico a respeito do surgimento próprio de sua conceituação, da sua terminologia, e das motivações que o levaram a sua fixação.

Também será, nessa mesma seção, verificado de que maneira esses elementos poderiam ser definidos em comparação a outros elementos gramaticais semelhantes, como

sufixos e verbos auxiliares, de modo a, também, comentar as possibilidades de tradução que poderiam ser utilizadas, em português, para se referir a essa classe gramatical.

A partir da seção 4.3 é que finalmente passará o *dantei no jodôshi* a ser examinado em profundidade, a partir da exploração de sua conceituação e das visões de diversos teóricos a seu respeito, para que, no capítulo 5, a seguir, sejam examinadas as características de cada uma das formas que podem ser identificadas como *dantei no jodôshi*.

4.2. CONCEITUANDO O 助動詞 JODÔSHI

Na seção 1.4, foi apresentado brevemente conceito de 助動詞 *jodôshi*, da terminologia gramatical tradicionalmente utilizada na 国語学 *kokugogaku*. Os *jodôshi* seriam termos funcionais flexionáveis e dependentes – não podendo ser utilizados isoladamente, sempre necessário que estejam conectados a termos lexicais. Entre os *jodôshi* estariam elementos como ‘-masu’, ‘-ta’, ‘-nai’, ‘-reru’, ‘-seru’, que se conectam a predicadores 用言 *yôgen*, assim como ‘da’, ‘desu’ etc., que se ligam a nomes 体言 *taigen*.

Como será explorado adiante, entretanto, as teorias a respeito desses elementos sempre foram motivo de grandes controvérsias e opiniões divergentes por partes dos principais gramáticos. O problema começa logo quando a denominação *jodôshi* surge como tradução de “auxiliary verb”, do inglês, visto que o *jodôshi* não corresponderia exatamente ao conceito de verbos auxiliares. Críticas então começam a surgir em favor da revisão de terminologia, sendo levantados também questionamentos no sentido de revisar quais são os elementos que devem ou não fazer ser reconhecidos como sendo parte da classe dos *jodôshi*. Mais ainda, a rejeição ao reconhecimento da própria existência dos *jodôshi* como classe gramatical já era questionada desde os primeiros momentos após a fixação da terminologia – em especial, por um dos maiores dos teóricos da *kokugogaku*, Yoshio Yamada, que propunha tratar esses elementos como um tipo de sufixos compostos.

Em tempos posteriores, com o advento do novo paradigma de estudos linguísticos da 日本語学 *nihongogaku*, que tem como um dos principais focos o ensino da língua japonesa moderna para estrangeiros, o *jodôshi* como conceito gramatical acaba sendo deixado de lado. Em vez da separação dos elementos como ‘-masu’, ‘-ta’ ou ‘-nai’ como sendo *jodôshi* a serem estudados, passou-se a reconhecê-los como parte flexional dos próprios *yôgen*, que passaram a ser estudados de acordo com suas formas flexionais: “forma MASU” (ます形 *masu kei*), “forma TA” (た形 *ta kei*), “forma NAI” (ない形 *nai kei*) etc. Já os elementos como ‘da’ e

‘*desu*’, passam a ser estudados como formas do predicado com substantivos: ‘*da*’ como forma afirmativa, ‘*dewanai*’ como forma negativa, ‘*datta*’ como forma de passado, ‘*desu*’, como forma de polidez etc.

Afinal, o que diferencia *jodôshi* como ‘-*masu*’, ‘-*ta*’ e ‘-*nai*’ de meras flexões de verbos ou adjetivos? E o que há em comum entre tais *jodôshi*, que se conectam somente a predicadores *yôgen*, e aqueles como ‘*da*’ e ‘*desu*’, que se ligam predominantemente a nomes *taigen*, que justifique serem enquadrados na mesma classe gramatical? Por que sequer utilizar a terminologia “*jodôshi*”, se esta advém de uma tradução errônea?

Nesta seção 4.2, pretendo expor as origens do conceito de *jodôshi* e examinar algumas das diversas visões teóricas desenvolvidas a seu respeito, para, então, buscar demonstrar que os *jodôshi* de fato possuem características que os diferenciam de desinências flexionais tal como as conhecemos nas línguas indo-europeias, e que, mesmo que não haja consenso a respeito de se determinados elementos devem ou não ser considerados *jodôshi*, existem particularidades em comum à maioria dos elementos normalmente tomados como *jodôshi*, que justifica serem enquadrados numa mesma classe gramatical.

Ainda que seja um conceito com inúmeros problemas até hoje não resolvidos, defendo, conforme será fundamentado na subseção 4.2.3, que, embora muitos trabalhos desenvolvidos no ocidente, tal como Narahara (2002), descartem o *jodôshi* como classe gramatical, esses elementos chamados de *jodôshi* possuem características que as diferenciam das desinências verbais que existem nas línguas como o português e o inglês, o que justifica serem considerados uma classe gramatical particular da língua japonesa.

Também comentarei nesta seção as questões terminológicas concernentes aos *jodôshi*, analisando também as possibilidades de tradução dessa terminologia ao português.

4.2.1. O surgimento do *jodôshi* como conceito gramatical

Parece ser consenso a visão de que a utilização da denominação terminológica 助動詞 “*jodôshi*” e sua conceptualização na classificação das partes do discurso da língua japonesa tenha sido fixada por Fumihiko Ôtsuki (1847-1928), a partir de seu dicionário etimológico 『言海』 “*Genkai*” (“Mar de palavras”), publicado a partir de 1889, e de sua obra 『広日本文典』 “*Kô nihon buntei*” (“Extensa Gramática Japonesa”), de 1897 – autores que discutiram a origem do *jodôshi*, como Yoshida (1971, p. 3), Yoshizawa (1979, p. 666), Kitahara (1987, p. 5, p. 8), assim como o dicionário Kokugo Gakkai (1971, p. 550) não registram ter havido qualquer

opinião em contrário.

Conforme já comentado, a aceitação do *jodôshi* nunca foi unânime, mas, por mais que diversos autores tenham buscado revisar, seja a terminologia *jodôshi*, seja a própria existência do *jodôshi* como classe gramatical, Kitahara (1987, p. 11) coloca que, entretanto, o *jodôshi* teria se padronizado por conta da grande influência de Shinkichi Hashimoto (1882-1945), autor cuja teoria, que adotava o *jodôshi* para a classificação gramatical, foi, conforme comentado na seção 1.1, base para a gramática escolar utilizada no Japão até os dias de hoje.

As teorias, assim como a própria percepção do *jodôshi* como classe gramatical remetem, entretanto, a estudos de muitos séculos antes de Ôtsuki.

Conforme Suzuki (2012, p. 19), já no século XIII, durante o período Kamakura (1185-1333), os estudiosos da arte poética japonesa haviam percebido a divisão das palavras entre termos de conteúdo (que poderiam corresponder aos *elementos lexicais* e mais tarde viriam a ser chamados de 詞 *shi*, conforme seção 1.2), e termos que, acoplados a esses, atribuíam-lhe diferentes utilizações (que poderiam corresponder aos *elementos funcionais* e mais tarde viriam a ser chamados de 辞 *ji*, conforme seção 1.2).

Estes últimos, dentre os quais se incluíam os elementos que hoje conhecemos por 助詞 *joshi* e 助動詞 *jodôshi*, teriam, ainda nessa época, muito antes do surgimento da terminologia *shi/ji*, passado a ser chamados de てにをは *teniwoha* [*teniowa*], ou てには *teniha* [*teniwa*], nomes que remetem aos elementos funcionais て ‘te’, に ‘ni’, を ‘wo [o]’ e は ‘ha [wa]’, ainda hoje presentes na língua japonesa.

Teria sido Michitoshi Toganoi (1725-1785), na obra 『てには綱引綱』 “*Teniha abiki no tsuna*” (“Rede de *teniha*”¹²⁶) de 1770, o primeiro a colocar como *teniha* [*teniwa*] apenas os elementos hoje considerados como *joshi* e *jodôshi*, tendo excluído sufixos e desinências (SUZUKI, 2012, p. 24), e explicado as diferenças e regras de utilização desses dois tipos de elementos (KOKUGO GAKKAI, 1971, p. 550).

Mais ou menos na mesma época, Nariakira Fujitani (1738-1779), na obra 『脚結抄』 “*Ayuishô*”, de 1773, em que faz uma classificação de certa maneira interessante das palavras da língua japonesa, reconhece dentre 5 tipos de palavras a que dava o nome de peças de vestimenta, a classe dos 脚結 *ayui* (cordão)¹²⁷, que correspondia ao que até então era reconhecido como

¹²⁶ Tradução de Suzuki (2012, p. 24).

¹²⁷ De acordo com Suzuki (2012, p. 25), 脚結 *ayui*, mais detalhadamente, se refere a “cordão para amarrar a barra da pantalone à altura do joelho”.

teniwoha [*teniowa*] (SUZUKI, 2012, p. 25-26). Nas subdivisões dos *ayui* Fujitani reconhecia alguns dos elementos hoje tomados como *jodôshi*.

Também contemporâneo de Fujitani, Norinaga Motoori (1730-1801) foi um importante estudioso dos *teniwoha* [*teniowa*], em especial no que diz respeito ao fenômeno do chamado 係結 *kakari-musubi* (“relação-conexão”) ¹²⁸, tendo suas teorias sido posteriormente aprofundadas por seus discípulos, como Haruniwa Motoori (1763-1828) e Akira Suzuki (1764-1837). Enquanto Haruniwa, filho de Norinaga, na obra 『詞通路』 “*Kotoba no kayoiji*” (“Corredor das palavras”), de 1828, tratou como desinências flexionais dos *yôgen* os elementos hoje conhecidos como *jodôshi* (KOKUGO GAKKAI, 1971, p. 550), Suzuki, criador da classificação gramatical que teria servido de base para as classificações utilizadas atualmente (SUZUKI, 2012, p. 32), reconheceu haver diferença entre os atuais *jodôshi* e os segmentos flexionais dos *yôgen* (*Idem*, p. 32).

Pouco tempo depois, Hiromichi Hagiwara (1793-1873), na obra 『詞玉橋』 “*Kotoba no tamahashi*” (“A ponte das palavras”), de 1826, subdividiu os *teniwoha* [*teniowa*] em dois tipos: 動辞 *dôji* (flexionáveis) e 静辞 *seiji* (não flexionáveis). Sendo os *dôji* mais ou menos correspondentes aos atuais *jodôshi*, Hagiwara teria, então, sido, o primeiro autor a isolar esses elementos numa classe gramatical própria (KOKUGO GAKKAI, 1971, p. 550).

Algumas décadas depois, no início do Período Meiji¹²⁹ (1868-1912), finalmente surge o termo 助動詞 “*jodôshi*” como tradução de “*auxiliary verb*” do inglês – cerca de 30 anos antes de Ôtsuki utilizar o *jodôshi* na gramática do japonês.

Kihatara (1987, p. 6) afirma não se saber ao certo quem teria sido o criador da terminologia, mas Yoshizawa (1979, p. 676) estima que a primeira aparição de “*jodôshi*” tenha sido na tradução de Teijirô Nagashima (?-?), de 1870, da gramática do inglês de Timothy Stone Pinneo (1804-1893), “*Pinneo’s primary grammar of English language for beginners*”, de 1854, cujo título em japonês foi 『英文典直訳』 “*Eibunten chokuyaku*” (“Gramática do inglês – tradução direta”).

Na obra original, o autor definia *auxiliary verbs* como “aqueles pela ajuda dos quais são formados os diferentes modos e tempos”¹³⁰, sendo listados como *auxiliary verbs*: ‘*have*’, ‘*shall*’, ‘*will*’, ‘*may*’, ‘*can*’, ‘*do*’, ‘*be*’ e ‘*must*’ (PINNEO, 1866, p. 92).

¹²⁸ Este conceito será abordado e explicado na seção 5.2.

¹²⁹ Para uma breve explicação sobre o Período Meiji, ver nota 12.

¹³⁰ Tradução minha.

Original: “*Auxiliary verbs* are those by the help of which the different modes and tenses are formed.”

Yoshizawa (p. 667-668) aponta que Nagashima buscou traduzir o texto original palavra por palavra, marcando com pequenos números abaixo de cada palavra a posição que esta ocupava na ordem da frase original. Na passagem acima, que era encontrada em seção sob o subtítulo “*Auxiliary Verbs*” (PINNEO, 1866, p. 91), este é traduzido por Nagashima como 「助動詞」 “*jodôshi*”, sendo 「助」 “*jo*” marcado com um pequeno número 1 abaixo, e 「動詞」 “*dôshi*”, marcado com 2 (*Idem*, 1870, p. 66). Comparando-se com o original, fica claro que “*jo*” corresponde a “*auxiliary*” e “*dôshi*” a “*verb*”.

A correspondência de “*verb*” a “*dôshi*”, por outro lado, é um pouco mais antiga. No que teria sido, de acordo com Yoshizawa (1979, p. 676), o primeiro dicionário gramatical do inglês publicado no Japão, 『英吉利文典字類』 “*Igirisu bunten jirui*” (“Dicionário da Gramática do Inglês”), cuja primeira versão é 1862, se não aparecia o termo “*jodôshi*”, já era possível, porém, encontrar 助詞 “*joshi*” como tradução de “*auxiliary*” (ADACHI, 1866, p. 6) e 動詞 “*dôshi*” como tradução de “*verb*” (p. 58).

Yoshizawa (1979, p. 669-670) coloca, ainda, que durante Meiji, diversas traduções de gramáticas estrangeiras traziam como tradução para “*verb*”, “*dôshi*”, ora grafado como 動詞, com o primeiro *kanji* significando “movimento”, e ora como 働詞, com o primeiro *kanji* significando “trabalho” – as duas formas possuindo a mesma pronúncia, “*dôshi*”. Também com o “*auxiliary verb*”¹³¹, as duas grafias ocorriam para “*jodôshi*”, 助動詞 ou 助働詞, tendo a versão com o *kanji* de “movimento”, por alguma razão, passado a predominar.

Ficava então fixada a terminologia 動詞 “*dôshi*”, com o sentido de “palavra de movimento” para se referir aos verbos, sobrepondo-se ao sentido de “palavra de trabalho”, e, da mesma forma, sendo acrescentado o *kanji* 助 “*jo*”, com o sentido de “ajuda”, ficava fixada a terminologia 助動詞 “*jodôshi*”, com o sentido de “palavra de movimento auxiliar” para se referir aos verbos auxiliares das línguas estrangeiras.

Antes, entretanto, que Ôtsuki viesse a fixar a terminologia “*jodôshi*” no interior da gramática da língua japonesa, sabe-se que ao menos Yoshikado Tanaka (1841-1879) e Kiyoshi Nakane (1839-1913) já haviam aplicado essa terminologia ao japonês – conforme atestado, por exemplo, por Kitahara (1987, p. 6-7), Yoshida (1971, p. 3-4) e Kokugo Gakkai (1971, p. 550) – no caso de Tanaka, já em 1874, apenas quatro anos após a tradução de Nagashima, que talvez

¹³¹ Assim como para “*verbe auxiliaire*” do francês, ou “*Hilfsverb*” ou “*Hifszeitwort*” do alemão (YOSHIZAWA, 1979, p. 672).

tenha sido a primeira utilização de “*jodôshi*” da história (YOSHIZAWA, 1979, p. 665).

Suzuki (2012, p. 37) aponta que Tanaka e Nakane¹³² teriam aperfeiçoado a classificação morfológica de Shigenobu Tsurumine (1788-1859), autor que se inspirou nos estudos da língua holandesa desenvolvidos no âmbito da tradição do 蘭学 *rangaku*¹³³ a partir do século XVIII. Ainda de acordo com Suzuki (2012, p. 34-35), Tsurumine, em 『語学新書』 “*Gogaku shinsho*” (“Novo livro de gramática japonesa”)¹³⁴, transpondo para o japonês as classificações utilizadas para a língua holandesa por Fuzan Fujibayashi (1781-1836), estipulara nove classes gramaticais para a língua japonesa, dentre as quais não constava uma que se assemelhasse aos *jodôshi*.

Deve ter sido por conta da inspiração em Tsurumine que nem Tanaka e nem Nakane trataram o *jodôshi* como classe gramatical na classificação das partes do discurso – ao contrário do que havia feito Hagiwara com seus *dôji*, por exemplo.

No caso de Tanaka (1874, p. 12), então, o primeiro a aplicar o *jodôshi* à gramática do japonês, temos na obra 『小学日本文典』 “*Shôgaku nihon bunten*” (“Gramática Japonesa para a Escola Primária”), de 1874:

[...] chama-se de flexão verbal aquilo que modifica a forma dos verbos *dôshi*. As flexões são muito úteis para determinar circunstâncias, modo e margem temporal da ação, e, podem ser de dois tipos: aquelas que de fato modificam a forma do verbo *dôshi* (quando se trata dos *dôshi* de flexão no 3º nível), e aquelas que modificam somente a sua desinência. Entretanto, na maioria dos casos, para apresentar flexão, depende-se do auxílio de outros verbos *dôshi*, chamados *jodôshi*.¹³⁵

Conforme o autor (p. 11), aquilo a que se refere por “flexão de 3º nível” (三段活用 *san-dan katsuyô*) seriam os verbos *dôshi* de flexão irregulares, como 来 ‘*ku*’ (“vir”) e 為 ‘*su*’ (“fazer”), do japonês clássico.

Dessa maneira, para Tanaka, o *jodôshi* não seria uma classe gramatical própria, mas um subtipo de verbo *dôshi* que se conectaria às formas flexionadas de outros verbos *dôshi* – visão que, a princípio, não contraria a ideia do *jodôshi* como verbo auxiliar. O autor (p. 12-13), olhando principalmente para o japonês clássico, lista como sendo *jodôshi* os seguintes

¹³² Aparentemente por engano, a autora se referiu a Kiyoshi Nakane como “Akira Nakane”.

¹³³ Ver seção 1.1 para breve explicação acerca do *rangaku* (“estudos holandeses”).

¹³⁴ Tradução de Suzuki (2012, p. 35).

¹³⁵ Tradução minha. Original: 動詞の形を變書するを、動詞の活用といふ。而して此活用は、作動の次第、法、及び時限等を定むる為に、大有用のものにして、又其活用をなすには、全く動詞の形を變ずるものなり、〔只三段活用の動詞なり、〕唯詞尾を變ずるものあり。然れども多くは此活用を示すに、他の動詞の助を埃つ、此動詞を助動詞と名づく。

elementos:

‘ru’ (alvo), ‘ta’ (abreviação de ‘tari’), ‘tari’ (contração de ‘te ari’), ‘shi’ (derivado de ‘ki’), ‘keri’ (derivado de ‘tari’), ‘nari’ (contração de ‘ni ari’), ‘nu’ (termo que exprime sentido de passado ou imperfeito, diferindo do advérbio *fukushi* ‘nu’ que exprime negação), ‘mu’, ‘n’, ‘naran’ (contração de ‘ni aran’) e ‘aran’ (sendo estes quatro últimos, termos que indicam futuro)¹³⁶

E aponta que os termos citados seriam *jodôshi* que necessariamente deveriam ser conectados a outros verbos *dôshi*, ou seja, dependentes de outros termos, mas que os termos 有 ‘ari’ (“existir”), 得 ‘u’ (“ser possível”) e 為 ‘su’ (“fazer”) – correspondentes aos modernos ある ‘aru’, 得る ‘eru’/‘uru’ e する ‘suru’ – seriam *jodôshi* especiais que poderiam ser utilizados ora de maneira dependente e ora de maneira independente (p. 12), o que reforça a visão do *jodôshi* como sendo um tipo de verbo *dôshi*.

Yoshizawa (1979, p. 666) coloca que Yoshio Yamada criticou a gramática de Nakane pelo fato de este, em primeiro lugar, ter se baseado na gramática de Tsurumine, que foi uma tentativa de transposição da gramática do holandês ao japonês e, em segundo lugar, porque, agora, teria buscado inspiração na gramática do inglês.

Quanto a Nakane, seu tratamento dos *jodôshi* não difere muito do de Tanaka. Em 『日本文典』 “*Nihon bunten*” (“Gramática japonesa”), de 1876, o autor trata os *jodôshi* como um subtipo dos verbos *dôshi*, que sempre viriam depois de outros *dôshi*, complementando seu significado ao exprimir tempo (NAKANE, 1876, p. 9), e classifica os *jodôshi* em seis tipos, dependendo do tempo expresso: passado perfeito, passado imperfeito, presente perfeito, presente, futuro perfeito e futuro imperfeito¹³⁷ (p. 11).

O que deve ser interessante aqui é pensar quanto ao tratamento de ambos os autores ao que depois passou a ser reconhecido como *dantei no jodôshi*. Como ambos olharam apenas ao japonês clássico, naturalmente que não trataram de elementos como ‘da’, ‘desu’ ou ‘dearu’. Mas e quanto aos *dantei no jodôshi* clássicos, なり ‘nari’ e たり ‘tari’?

Nakane, curiosamente, classifica ‘nari’ e ‘tari’ como *jodôshi* que expressam “presente perfeito” (充分現在 *jûbun genzai*), mas, tal como Tanaka (1874 p. 12-13), está se referindo,

¹³⁶ Tradução minha. Original: ル [被] タ [タリの略] タリ [テアリの約言] シ [キの転] ケリ [タリの転] ナリ [ニアリの約言] ヌ [去 (イヌ) の義にて半過去を示す詞なり、○否定を示す副詞のヌとは全く異なり、] ム シ ナラン [ニアランの約言] アラン [以上四言皆未来を示す詞]

¹³⁷ Respectivamente, 充分過去 ‘*jûbun kako*’, 不充分過去 ‘*fujûbun kako*’, 充分現在 ‘*jûbun genzai*’, 現在 ‘*genzai*’, 充分未来 ‘*jûbun mirai*’ e 不充分未来 ‘*fujûbun mirai*’.

em verdade, ao ‘*tari*’ que, na Tabela 1, era classificado como 完了の助動詞 *kanryô no jodôshi* (“*jodôshi* de ação concluída”), e não ao *dantei no jodôshi* ‘*tari*’.

Já quanto ao ‘*nari*’, por outro lado, parece que ambos estão reconhecendo, de fato, o ‘*nari*’ de *dantei* (conforme a Tabela 1, existem também o ‘*nari*’ de informação adquirida de fonte externa, 伝聞の助動詞 *denbun no jodôshi*, e o ‘*nari*’ de admiração, 詠嘆の助動詞 *eitan no jodôshi*). Entretanto, Nakane (1876), ainda que em sua tabela de classificação aponte um único ‘*nari*’, mais adiante, ao comentar os *jodôshi* que podem se ligar a outros *jodôshi*, lista “‘*tsuru*’, ‘*nari*’, ‘*nari*’, ‘*keri*’, ‘*tari*’, ‘*shi*’ etc.” (p. 23 – grifo meu), portanto, dois ‘*nari*’ diferentes. Não fica claro, entretanto, a qual ‘*nari*’ se referiria o segundo, já que os dois exemplos que apresenta são do ‘*nari*’ de *dantei*: 「行キツルナリ」 “*ikitsurunari*” e 「命ナリケリ」 “*inochi narikeri*” – neste último caso, também contradizendo sua definição de *jodôshi*, de que estes sempre vêm após outros verbos *dôshi*. Afinal, aqui, ‘*nari*’ está conectado a ‘*inochi*’ (“vida”), que é um substantivo *meishi*.

Mas é, finalmente, quando Fumihiko Ôtsuki publica em quatro volumes, entre 1889 e 1891, seu dicionário etimológico 『言海』 “*Genkai*” (“Mar de palavras”), que é estabelecida uma classificação dos *jodôshi* que acabaria se tornando modelo para as classificações posteriores, na qual foi também estabelecida a classe dos *shitei no jodôshi* – que depois passariam a ser mais comumente chamados de *dantei no jodôshi*.

No referido dicionário, organizado por Ôtsuki a pedido do então Ministério da Educação, são apresentadas, no capítulo de abertura, 「語法指南」 “*gohô shinan*” (“Instruções gramaticais”), oito classes gramaticais da língua japonesa, sendo uma delas o *jodôshi*¹³⁸. Ainda olhando somente para o japonês clássico, Ôtsuki (1889, [encarte entre as páginas 28 e 29]), classifica os *jodôshi* em 使役 *shieki* (voz causativa), 受身 *ukemi* (voz passiva), 能力 *nôryoku* (capacidade) 指定 *shitei* (especificação), 打消 *uchikeshi* (negação), 過去 *kako* (passado), 未来 *mirai* (futuro), 推量 *suiryô* (suposição), 詠歎 *eitan* (admiração), 希望 *kibô* (desejo) e 比況 *hikyô* (comparação), já numa configuração muito mais próxima à da Tabela 1.

Como *shitei no jodôshi*, inclui, além de ‘*tari*’ e ‘*nari*’, べし ‘*beshi*’, elemento que possui variadas utilizações, sendo que, na Tabela 1, surgia tanto um ‘*beshi*’ de suposição quanto um de intenção. Estas questões, quanto aos *dantei /shitei no jodôshi*, voltarão a ser discutidas na seção 4.3.

Ôtsuki (1889, p. 29), ainda, define o *jodôshi* como sendo “a palavra que é posicionada

¹³⁸ Ver a próxima seção, 4.2.2, para mais detalhes sobre as oito classes de Ôtsuki.

após os verbos *dôshi*, para auxiliá-los quanto aos sentidos que suas próprias flexões não são suficientes [para expressar], acrescentando diversos significados”¹³⁹, mas também admite que há alguns *jodôshi*, como ‘*nari*’, ‘*tari*’ e ‘*seri*’¹⁴⁰, que se conectam a outros *jodôshi*, a substantivos *meishi*, a adjetivos *keiyôshi*, e mesmo a advérbios *fukushi*.

Foi esse, então, o ponto de partida para a penetração da terminologia “*jodôshi*” na tradição gramatical japonesa e para a normalização da classificação gramatical dos *dantei/shitei no jodôshi*.

4.2.2. A penetração do *jodôshi* na tradição gramatical japonesa

Os gramáticos japoneses que, posteriormente a Fumihiko Ôtsuki, vieram a buscar estabelecer suas próprias classificações dos termos do discurso da língua japonesa, ainda que com consideráveis pontos de disparidade entre uma e outra teoria, de maneira geral, acabaram mantendo a nomenclatura das oito classes estabelecidas por Ôtsuki (1889, p. 6) em “*Genkai*”: 名詞 *meishi* (substantivo), 動詞 *dôshi* (verbo), 形容詞 *keiyôshi* (adjetivo), 助動詞 *jodôshi*, 副詞 *fukushi* (advérbio), 接続詞 *setsuzokushi* (conjunção), 天爾遠波 *teniwoha* [*teniowa*] (correspondendo às partículas *joshi*) e 感動詞 *kandôshi* (interjeição).

Com a principal diferença, então, de que a classe que Ôtsuki denominava “*teniwoha* [*teniowa*]” passou a ser comumente referida como 助詞 *joshi* (partículas), a maior parte das denominações acima passou a ser reconhecida na classificação da maioria dos gramáticos posteriores¹⁴¹, ainda que estes propusessem outras divisões e subclassificações e que posteriormente tenham se normalizado também outras classes, como a dos adjetivos 形容動詞 *keiyôdôshi* e dos adnomes 連体詞 *rentaishi*.

¹³⁹ Tradução minha. Original: 助動詞ハ、動詞ノ変化ノ其意ヲ盡サザルヲ助ケムガ為ニ、別ニ其下ニ附キテ、更ニ、種種ノ意義ヲ添フル語ナリ。

¹⁴⁰ Este último, せり ‘*seri*’, não constava da tabela de *jodôshi* (Tabela 1) fornecida no primeiro capítulo deste trabalho, tendo em vista que costuma ser considerado como flexão do verbo *dôshi* ‘*su*’ (“fazer”) conectada ao り ‘*ri*’, que na Tabela 1 era tratado por *jodôshi* de ação concluída (*kanryô no jodôshi*), assim com o sentido aproximado de “foi feito”. É muito comum que seja considerado que ‘*su*’ e seu correspondente moderno ‘*suru*’ podem atuar como elementos auxiliares (ver os casos de Yamada e Matsushita na sequência desta seção 4.2.2, além do caso de Yoshikado Tanaka, que trava o ‘*su*’ ora por *jodôshi* ora por verbo *dôshi* comum), como mostrado na seção 4.2.1 anterior), o que deve ter relação com Ôtsuki considerar a formação ‘*seri*’ como *jodôshi*. Aqui, Ôtsuki classifica ‘*seri*’ como *jodôshi* de passado, *kako no jodôshi*.

¹⁴¹ Por exemplo, conforme Ninomiya (2012, p. 153-157), Yoshio Yamada, Motoki Tokieda, Shinchiki Hashimoto e Minoru Watanabe, todos, utilizavam as denominações “*meishi*”, “*dôshi*”, “*keiyôshi*”, “*fukushi*” e “*joshi*”. Além disso, “*setsuzokushi*”, “*kandôshi*” e “*jodôshi*” também eram utilizadas por Tokieda, Hashimoto e Watanabe. Dessa maneira, apenas com a ressalva da mudança da denominação “*teniwoha* [*teniowa*]” para “*joshi*”, as nomenclaturas utilizadas por Ôtsuki, tiveram forte aceitação por estes que devem ser os quatro linguistas mais influentes da tradição da *kokugogaku*.

Entretanto, com a penetração do *jodôshi* na tradição gramatical japonesa, adveio grande controvérsia que se centrava em dois questionamentos principais: 1 – a respeito de se os elementos que, a partir de Ôtsuki, passaram a ser tratados por *jodôshi* deveriam ou não ser de fato reconhecidos como compondo uma classe gramatical própria; 2 – a respeito de, admitindo-se que tais elementos devam sim ser reconhecidos como classe gramatical, se a denominação “*jodôshi*” seria de fato a mais adequada para se referir a essa classe.

O principal nome se opor ao reconhecimento de uma classe gramatical dos *jodôshi* foi Yoshio Yamada. O autor, já na publicação 「日本文法論」 “*Nihon bunpô ron*” (“Gramática japonesa”), de 1908, referia-se aos *jodôshi* que se ligam a predicadores *yôgen* como 複語尾 “*fukugobi*” (“sufixos compostos”). Para o autor, esses elementos não deveriam ser tomados como uma classe gramatical própria, pois seriam meramente sufixos dos predicadores *yôgen* – seriam, entretanto, sufixos flexionáveis, por isso chamados de “compostos” (複 “*fuku*”).

[...] a relação entre a raiz dos nossos predicadores *yôgen* e os *fukugobi* não seria a mesma que a relação entre os verbos (*dôshi*) e os verbos auxiliares (*jodôshi*) das línguas ocidentais. Estes possuem independência de forma um em relação ao outro. No nosso caso, [os *fukugobi*] são parte da forma[ção dos predicadores *yôgen*]. No caso ocidental, é possível mudar a posição dos verbos com a dos verbos auxiliares (*jodôshi*), sendo também possível inserir um substantivo ou advérbio entre os dois. Isso definitivamente não se estende ao nosso caso. Aqueles que buscam comparar o nosso caso com o ocidental, devem se atentar a este ponto.¹⁴²

(YAMADA, 1908, p. 943 – termos entre colchetes são acréscimos meus)

Já quanto aos elementos comumente tomados como *jodôshi* que se conectam a nomes *taigen*, entre eles os nossos *dantei no jodôshi*, Yamada os inclui na categoria de 形式用言 *keishiki yôgen* – predicadores pró-forma. O autor define os *keishiki yôgen* como um tipo de predicador *yôgen* que tem apenas atuação formal, geralmente utilizado acompanhando um termo [dotado de significado] substancial (YAMADA, 1908, p. 312).

Em seguida classifica os *keishiki yôgen* como 形式形容詞 *keishiki keiyôshi* (adjetivo pró-forma), 形式動詞 *keishiki dôshi* (verbos pró-forma) e 純粹形式用言 *junsui keishiki yôgen* (predicadores pró-forma genuínos).

Nessa obra, que considerava apenas a língua japonesa clássica, ao adjetivo pró-forma

¹⁴² Tradução minha. Original: [...] 我が用言の本幹と複語尾との関係は西洋語の動詞と助動詞との如くにあらざるなり。かれは形体上互に独立せり。我れは全く形体の一部分なり。かれのは助動詞と動詞との位置をかへ、又その中間に、名詞副詞を容るゝことをうるなり。我には決してかゝることなし。彼我を対照せむ人はこの点に注目さざるべからず

keishiki keiyôshi correspondia o elemento 如し ‘*gotoshi*’¹⁴³ (p. 313), que, na Tabela 1 era classificado como *jodôshi* de comparação (*hikyô no jodôshi*), e ao verbo pró-forma *keishiki dôshi* correspondia o verbo *dôshi* する ‘*su*’ (“fazer”, correspondente ao atual する ‘*suru*’) (p. 317), tendo em vista a característica deste de se ligar a substantivos *meishi* para formar o que poderiam ser considerados verbos compostos – ‘*benkyô*’ (“estudo”) + ‘*su*’/‘*suru*’ (“fazer”) = ‘*benkyô su*’/‘*benkyô suru*’ (“estudar”).

Quanto aos predicadores pró-forma genuínos, *junsui keishiki yôgen*, a estes corresponderia o verbo *dôshi* あり ‘*ari*’ (p. 335) e formas deste derivadas, como o たり ‘*nari*’ e o たり ‘*tari*’, que, para o autor, seriam formados, respectivamente, da ligação das partículas *joshi* ‘*ni*’ e ‘*to*’ ao ‘*ari*’ (p. 343). As considerações de Yamada a respeito destes elementos serão mais detalhadamente apresentadas na seção 4.3 adiante.

Se Yamada foi, então, um autor que rejeitou o reconhecimento dos *jodôshi* como classe gramatical, Daizaburô Matsushita (1878-1935), por outro lado, admitiu encarar os elementos geralmente tomados como *jodôshi* em uma classe gramatical própria, mas foi um forte crítico à opção terminológica 助動詞 *jodôshi* para se referir a esses elementos.

Kitahara (1987, p. 20-24), que destaca a classificação bem peculiar dos elementos do discurso proposta por Matsushita, aponta que, na obra 「改撰 標準日本文法」 “*Kaisen hyôjun nihon bunpô*” (“Gramática do japonês padrão – coleção revisada”), de 1928, Matsushita colocou como sendo um erro utilizar a denominação *jodôshi*, já que sendo tradução de “*auxiliary verb*” da gramática ocidental, uma vez que estes são um tipo de verbo, enquanto que os elementos tomados como *jodôshi* da língua japonesa não seriam verbos *dôshi*. Para Matsushita, a denominação *jodôshi* deveria se referir a elementos que de fato atuavam como verbos auxiliares na língua japonesa – conforme será detalhado abaixo. Já para os elementos até então tomados como *jodôshi*, Matsushita (1984, p. 17) propõe a denominação 動助辞 *dôjoji* (“elementos auxiliares de movimento” – em que a ideia de “movimento” se refere ao fato desses elementos possuírem flexão). Os *dôjoji* seriam um subtipo da classe dos 助辞 *joji* (“elementos auxiliares”), que incluiriam também os 静助辞 *seijoji* (“elementos auxiliares estáticos” – estáticos porque sem flexão), correspondentes aos elementos normalmente tomados como partículas *joshi*.

Na obra 「標準日本口語法」 “*Hyôjun nihon kôgo hô*” (“Gramática da língua

¹⁴³ ‘*Gotoshi*’ era aqui tratado como adjetivo pró-forma *keishiki keiyôshi* já que suas formas flexionais seguiam o paradigma flexional dos adjetivos *keiyôshi*.

japonesa falada padrão”), de 1930, voltada ao japonês moderno, Matsushita (1984, p. 18) reconhece 10 tipos de *dôjoji*, numa classificação mais ou menos parecida com a de Fumihiko Ôtsuki, porém com designações diferentes para os nomes de cada tipo. Entre os seus 10 tipos, Matsushita reconhece os 断定の動助辞 *dantei no dôjoji*, o que talvez tenha sido a primeira utilização de *dantei* para se referir a esses elementos, que até então vinham sendo chamados de 指定の助動詞 *shitei no jodôshi*. Coloca entre os *dantei no dôjoji*, além de だ ‘da’ e です ‘desu’, に ‘ni’, な ‘na’, と ‘to’ (estes três, normalmente entendidos como flexão de ‘da’, ou, no caso de ‘ni’ e ‘to’, como partículas *joshi*), し ‘shi’ e けれ (ど) ‘kere(do)’ (estes dois últimos, normalmente entendidos como partículas *joshi*).

Matsushita demonstrava uma visão de certa forma peculiar a respeito da utilização dos seus *dantei no dôjoji* – para o autor, a ligação de 私 ‘*watashi*’ (“eu”) ao *dôjoji* です ‘*desu*’, resultando na formação 私です “*watashi desu*”, seria um tipo de verbo *dôshi*, um 名詞性動詞 *meishi-sei dôshi* (“verbo com caráter de substantivo”).

Matsushita (1984, p. 19-20), por outro lado, não descarta a terminologia 助動詞 *jodôshi*, mas passa a utilizá-la para se referir a uma classe de elementos diversas – aqueles que deveriam ser encarados como os verdadeiros verbos auxiliares da língua japonesa, como o いる ‘*iru*’, que, ao se conectar a verbos *dôshi* por intermédio do conectivo て ‘*te*’, pode exprimir o sentido de ação durativa ou habitual, como em 書いている “*kaite iru*” (“estou escrevendo” ou “escrevo (habitualmente)”), ou o sentido de estado de um acontecimento passado, como em 死んでいる “*shinde iru*” (“está morto”).

De fato, se difundiu posteriormente na gramática da língua japonesa a visão de que elementos de natureza verbal como esse ‘*iru*’, que atuam complementando o sentido de outros verbos *dôshi* por intermédio do conectivo ‘*te*’, como ある ‘*aru*’, いく ‘*iku*’, もらう ‘*morau*’ あげる ‘*ageru*’ etc., pelo ponto de vista de que manteriam certa independência morfossintática, seriam verbos auxiliares. Entretanto, pelo fato de que a denominação *jodôshi* continuou a ser utilizada para se referir a outra classe de elementos, acabou se fixando uma outra denominação para se referir a esses que seriam vistos como os verdadeiros verbos auxiliares do japonês: 補助動詞 *hojodôshi*. É uma nomenclatura bem similar a 助動詞 *jodôshi*, em forma e em significado, sendo apenas acrescentado o *kanji* 補 ‘*ho*’, que também possui o sentido de “auxiliar”, “complementar” etc. Em trabalhos em língua portuguesa, é comum que, sendo *jodôshi* traduzido por “auxiliares verbais”, *hojodôshi* seja traduzido por “verbos auxiliares”.

Os *hojodôshi* seriam um subtipo da classe dos 補助用言 *hojoyôgen*, i.e. “*yôgen* auxiliares” ou “predicadores auxiliares”, a que compreenderiam os *yôgen* auxiliares com forma de verbos *dôshi* (os *hojodôshi*) e *yôgen* auxiliares com forma de adjetivos *keiyôshi*.

Conforme Kokugo Gakkai (1980, p. 894), Shinkichi Hashimoto¹⁴⁴ reconhecia como *hojoyôgen*: 1 – os elementos ‘*ari*’ e ‘*aru*’, além de suas formas de tratamento, como ‘*gozaru*’ e ‘*haberi*’; 2 – o ‘*nai*’ de negação; 3 – verbos *dôshi* de tratamento, como ‘*nasaru*’, ‘*kudasaru*’ etc.; 4 – elementos que se conectam a verbos *dôshi* por intermédio do conectivo ‘*te*’, como ‘(te) *iru*’, ‘(te) *aru*’, ‘(te) *safurafu* [*sôrô*]’; 5 – ‘*su*’ e ‘*suru*’ em casos como 考えもしない “*kangae mo shinai*” e 思ひもせず “*omohi [omoi] mo sezu*” (ambas as frases teriam como tradução aproximada “sem ao menos pensar”).

Mas, quanto à utilização de *jodôshi* conforme adotada por Fumihiko Ôtsuki, teria sido Shinkichi Hashimoto um dos principais nome a abraçá-la, e sua influência na gramática escolar japonesa é geralmente apontada como a grande responsável pela fixação do *jodôshi* como classe gramatical. Por outro lado, Yoshida (1971, p. 14) classifica a gramática de Hashimoto como demasiado formalista, e, também nesse sentido, Kitahara (1987, p. 17) aponta que o autor, a despeito de ter identificado o *jodôshi* como elemento auxiliar flexionável, não forneceu uma definição mais esclarecedora sobre de que maneira entendia a natureza e as características desses elementos.

Em 「新文典別記上級用」 “*Shin bunten bekki: jôkyû yô*” (“Nova gramática – adendo: para uso avançado”), de 1935, por exemplo, Hashimoto (1935, p. 35-36) apresenta o *jodôshi* como sendo uma classe que inclui dois tipos de elementos: 1 – aqueles que se ligam a verbos *dôshi*, acrescentando sentidos a estes; 2 – aqueles que se ligam a diversos tipos de elementos, acrescentando sentidos a estes. E complementa:

Quanto às especificidades do *jodôshi*, [...] além disso, o fato de serem termos que possuem flexão, e o de sempre estarem necessariamente afixados a outros termos, sendo utilizados em conjunto com esses (i.e., se trata de termos presos), são as principais características a distinguir os *jodôshi* das demais categorias.¹⁴⁵

(HASHIMOTO, 1935, p. 36)

Apresenta, também, 10 tipos de *jodôshi* (p. 40), numa classificação muito próxima à

¹⁴⁴ Ver também a definição de *yôgen* no Anexo deste trabalho.

¹⁴⁵ Tradução minha. Original: 助動詞の特質は [...] なほ、語に活用のありこと、常に必ず他の語に附属して、之と共に用ひられる事（即ち附属する語である事）は助動詞を他の品詞から区別する重要な性質です。

de Ôtsuki anteriormente apresentada (e também muito próxima à classificação apresentada na Tabela 1): 受身 *ukemi* (voz passiva), 可能 *kanô* (capacidade), 使役 *shieki* (voz causativa), 打消 *uchikeshi* (negação), 時 *toki* (tempo), 推量 *suiryô* (suposição), 希望 *kibô* (desejo), 敬讓 *keijô* (tratamento), 指定 *shitei* (especificação) e 比況 *hikyô* (comparação) – sendo estes dois últimos, do tipo 2 acima descrito, e os demais do tipo 1.

Conforme Tsukishima (1987, p. 46 *apud* SENOO, 2013, p. 127-128), em 1943, o Ministério da Educação japonês providenciou a preparação de um material didático da gramática japonesa para o ensino secundário, que acabou ficando a cargo de Etsutarô Iwabuchi (1905-1978). Este, que teria sido discípulo de Hashimoto, acabaria por reproduzir a visão teórica do autor, o que acabou fixando a gramática baseada no 文節 *bunsetsu*¹⁴⁶ até os dias de hoje. Também teria sido essa situação a levar à fixação do *jodôshi*, a despeito dos problemas concernentes à terminologia.

É fato, entretanto, que, bem antes disso, o *jodôshi* já estava mais ou menos normalizado entre os linguistas, assim como as críticas a essa normalização não eram poucas (vide as posições de Yamada e Matsushita já na abertura do século XX).

Mas no momento pós segunda guerra, impulsionado, então, pela generalização da gramática de Hashimoto no sistema escolar, o *jodôshi* se fixou de maneira ainda mais sólida entre os linguistas, de modo que, ainda que houvesse objeções quanto à terminologia, esta acabava aceita por força de tradição, ainda que a contragosto.

Conforme Yoshida (1971, p. 6), Motoki Tokieda, em 「日本文法口語篇」 “*Nihon bunpô kôgo hen*” (“Gramática japonesa – língua moderna”), de 1950, ainda que admitindo a validade do reconhecimento do *jodôshi* como classe gramatical, sugere outras denominações, como a já anteriormente proposta por Hagiwara, 動辭 *dôji* (“elemento de movimento”), ou 活用あるてには *katsutô aru teniwa* (“*teniwa* flexionáveis”) ¹⁴⁷, mas acaba acatando a terminologia *jodôshi* em respeito ao costume já estabelecido.

O próprio Yoshida (p. 7), em publicação que visa analisar os *jodôshi* em profundidade, levando em conta as principais teorias dos autores anteriores, vem a sugerir utilizar 助用言 *joyôgen* (“predicador auxiliar”) ou 助用辭 *joyôji* (“elemento de ação auxiliar”), ou mesmo, a denominação proposta por Yasushi Haga (1928-2017), 準用辭 *jun'yôji* (“semi elemento de ação”), mas não se furta em seguir a tradição da utilização *jodôshi*.

¹⁴⁶ Para breve explicação sobre o *bunsetsu*, ver seções 1.1 e 1.2.

¹⁴⁷ Quanto ao *dôji* proposto por Hagiwara, ou o conceito de *teniowa/teniwa*, ver a seção anterior 4.2.1.

Para o autor, a tendência na época na publicação, 1971, era de que os autores utilizassem a denominação *jodôshi* sem se preocupar com seu significado. Se buscavam compreender a natureza e examinar as características dos elementos tomados como *jodôshi*, a intenção de revisão da terminologia já não aparecia.

Por outro lado, conforme os estudos linguísticos do japonês foram se distanciando daquela corrente que se ancorava nos estudos do japonês clássico, comumente reconhecida como *kokugogaku*, e avançando em direção aos novos paradigmas voltados ao japonês moderno, dando maior atenção também ao ensino do idioma para estrangeiros, na corrente comumente reconhecida como *nihongogaku*, o *jodôshi* como conceito gramatical foi deixando de ser considerado. Em vez disso, passou-se a priorizar uma classificação dos sentidos expressos pelos predicados.

Por exemplo Akira Mikami (1903-1971), em 「現代語法序説」 “*Gendaigohô josetsu*” (“Introdução à gramática da língua moderna”), de 1953, segmenta as formas flexionais dos predicadores *yôgen* em dois níveis de afixos (接辞 *setsuji*). O primeiro nível seria o das desinências que formariam as seis formas flexionais tradicionalmente reconhecidas na língua japonesa, e o segundo nível, os elementos tradicionalmente tomados como *jodôshi*¹⁴⁸ (MIKAMI, 1972, p. 1-2). Tomando, assim, os *jodôshi* como sufixos, não vê necessidade de classificá-los, partindo, em vez disso, para uma classificação do predicado em *tempo* e *aspecto*.

Também nesse sentido, e evidenciando a preocupação com a questão pedagógica, Shigeyuki Suzuki (1930-2015), em 「文法と文法指導」 “*Bunpô to bunpô shidô*” (“Gramática e orientação gramatical”), de 1972, obra em que busca revisar a gramática escolar baseada em Hashimoto, quanto à questão do *jodôshi*, propõe tratar cada possível ligação de verbos *dôshi* a elementos como *jodôshi* ou partículas *joshi* como uma forma flexional particular do verbo *dôshi*. Quanto à possibilidade de isso levar a complicações devido a um número excessivo de formas flexionais, coloca:

Em 1º lugar, tratando [as ligações de verbos *dôshi* a *jodôshi/joshi/etc.*] como verbos concretos que englobem os *jodôshi/joshi/etc.* [como parte de sua própria formação], fica claro [para o aluno] qual é a flexão, e para que o verbo *dôshi* muda de forma. Por exemplo:

“*iku* → *itta*” [ligação do verbo *dôshi* ‘*iku*’ (“ir”) ao *jodôshi* ‘*ta*’ de tempo passado]: a diferença é quanto ao tempo, ou seja, a respeito de quando ocorreu

¹⁴⁸ Dessa maneira, por exemplo, em 知らない “*shiranai*”, negação de 知る ‘*shiru*’ (“saber”), que surgia no exemplo (5) anteriormente fornecido, tradicionalmente entende-se que ‘*shiru*’, flexiona em ‘*shira*’, ligando-se a *jodôshi* ない ‘*nai*’. Para Mikami, o ‘-ra’ de ‘*shira*’ seria um afixo de primeiro nível, e o ‘*nai*’, um afixo de segundo nível.

a ação.

“*iku* → *iku darô*” [ligação de ‘*iku*’ (“ir”) ao *jodôshi* ‘*darô*’ de suposição]: a diferença é quanto ao sentimento do falante em relação à ação.

“*iku* → *ikanai*” [ligação de ‘*iku*’ (“ir”) ao *jodôshi* ‘*nai*’ de negação]: a diferença é quanto à forma de reconhecimento em relação à ação. [...]

Em 2º lugar, como todas essas formas serão tratadas com palavras concretas, e não como fragmentos abstratos, fica fácil de memorizar. Também quanto aos nomes dessas formas, como estarão atrelados ao sentido ou funcionamento gramatical, ficam diretamente relacionado com as formas.

Em 3º lugar, uma tabela de flexões que sintetizasse corretamente as formas concretas, ajudaria a compreensão.

Em 4º lugar, mesmo sem considerar os *jodôshi/joshi/etc.* separadamente, ficaria claro [para a compreensão].

Em 5º lugar, torna-se desnecessário memorizar fragmentos de palavras sem significados. Da mesma forma, torna-se desnecessária a memorização de nomes arbitrários dados a esses fragmentos.

Em 6º lugar, torna-se desnecessário memorizar as regras de ligação aos *jodôshi/joshi/etc.*¹⁴⁹

(SUZUKI, 1972, p. 68 – trechos entre colchetes são adições minhas)

De fato, tal qual também o debate quanto à utilização da gramática tradicional do português nas escolas de ensino básico do Brasil, o contexto escolar, em que a prioridade seria capacitar o aluno nas habilidades de leitura e escrita do seu idioma, assim como o contexto de ensino para estrangeiros, em que o objetivo deve ser possibilitar a assimilação de um novo idioma, são casos que devem exigir metodologias específicas que poderiam envolver também paradigmas específicos de sistematização da língua, que possibilitassem a adequada realização dos objetivos buscados.

No que diz respeito à língua japonesa, ainda que, de uma perspectiva científica, a correta compreensão da natureza do idioma dependa, em si, também da compreensão da verdadeira natureza desses elementos tomados como *jodôshi*, de uma perspectiva pedagógica, a forma de tratar esses elementos visando a melhor realização do ensino/aprendizado pode e deve ser motivo de discussão.

¹⁴⁹ Tradução minha. Original: 第1に、助動詞や助詞をふくんだ具体的な動詞をあつかうと、活用とはなにか、なんのために動詞はカタチをかえるのか、がはっきりします。たとえば、

「いく-いった」 うごきがいつおこったというトキのちがいがい。

「いく-いこうろう」 うごきにたいするハナシテのキモチのちがいがい。

「いく-いかない」 うごきにたいするミトメカタのちがいがい。 [...]

第2に、このようなカタチはみんな具体的なコトバとしてつかわれるのですから、抽象的なきれはしとちがって、おぼえやすいのです。そのかたちのなまえも、文法的な意味やハタラクにしたがってつけられますから、ナマエとカタチとがじかにむすびつきます。

第3に、具体的なカタチをただしくまとめあげた活用表が具体的なカタチをしるのをたすけます。

第4に、助動詞や助詞をべつのところであつかわなくてもすみます。

第5に、無意味な単語のきれはしをおぼえる必要はありません。したがって、それらにつけられたアマクダリ的なナマエをおぼえる必要はありません。

第6に、助動詞や助詞とのツナガリカタをおぼえる必要はありません。

Seja no contexto de ensino para estrangeiros, seja no estudo vernacular do idioma no sistema escolar, é trabalho dos professores e pedagogos o desenvolvimento das metodologias adequadas para alcançar os objetivos desejados (assim como a própria definição concreta desses objetivos). Entretanto, essa tarefa só é possível se houver compreensão profunda da natureza e do funcionamento do sistema linguístico do(s) idioma(s). E a tarefa de buscar essa compreensão, para então, desenvolver uma explicação apropriada da natureza do(s) idioma(s) é que fica a cargo dos linguistas e pesquisadores da gramática das línguas (muitos dos quais podem ser, também, professores de línguas, e, assim, acumular um duplo trabalho), que, como que “atuando nos bastidores”, preparam o material teórico de que também os professores e pesquisadores das metodologias de ensino de línguas precisam se valer na sua tarefa de possibilitar transmissão do idioma ou o aperfeiçoamento das competências linguísticas.

Nesse sentido, uma melhor explicação da real natureza da língua japonesa e de seu funcionamento deve englobar também o reconhecimento desses elementos tidos como *jodôshi* como uma classe gramatical própria – principalmente, deve ficar claro de que maneira esses elementos diferem dos sufixos verbais das línguas indo-europeias.

Entretanto, torna-se necessário buscar definir com maior concretude o que exatamente são os *jodôshi* – o que não é uma tarefa fácil.

Na próxima seção, adentrarei essa discussão.

4.2.3. O *jodôshi* e seus problemas: buscando uma definição

Se o *jodôshi* foi motivo de controvérsias do ponto de vista terminológico, também do ponto de vista conceitual os problemas não são poucos. Em primeiro lugar, porque, conforme já discutido na seção 1.3, deve ser mais fácil reconhecer os elementos gramaticais no interior de uma frase do que explicá-los, o que não deixa de ser o caso dos *jodôshi*. Em segundo lugar, pelo fato de que os *jodôshi* são elementos sem correspondentes na linguística ocidental, há pouco respaldo da tradição em reconhecer a existência desse elemento, resultando na tarefa ainda mais árdua de se criar a uma conceituação “nova”. E, em terceiro lugar, porque as especificidades do *jodôshi* são em larga medida problemáticas.

Kitahara (1987, p. 312-317), por exemplo, propõe que a classificação de um elemento do discurso pode se dar em três dimensões: forma, significado ou funcionalidade¹⁵⁰ – mas admite que em nenhuma das três há elementos conclusivos o bastante para diferenciar os *jodôshi* de outras classes gramaticais.

¹⁵⁰ Respectivamente, 形体 *keitai*, 意味 *imi* e 職能 *shokunô*, no original.

Quanto à *forma*, coloca o autor (p. 312) que o fato de os *jodôshi* apresentarem flexão não seria suficiente para diferenciá-lo de outros elementos auxiliares, como os já discutidos verbos auxiliares *hojodôshi*, ou os sufixos 接尾語 *setsubigo* dos predicadores *yôgen*. Além disso, o fato de haver alguns *jodôshi* não flexionáveis, como o た ‘*ta*’ de ação concluída, ou o う／よう ‘*u*’/‘*yô*’ de intenção/suposição, comprometeria ainda mais a definição pela forma, gerando também problemas para diferenciá-los das partículas finais *shûjoshi*.

Quanto à definição pelo *significado* expresso, Kitahara remete à definição de Tokieda, cuja gramática é classificada por Yoshida (1971, p. 14) como a antítese da gramática formalista de Hashimoto, já que baseada na natureza intrínseca das palavras¹⁵¹. Conforme Kitahara (1987, p. 312-313), para Tokieda, os *jodôshi* eram definidos como elementos que não passariam por um processo de conceptualização, e que expressariam um posicionamento (subjetivo) do falante, em relação a certo conteúdo objetivo (por isso, um tipo de elemento funcional 辭 *ji*)¹⁵². Dessa maneira, Tokieda defendia que o *jodôshi* ‘*nai*’ de negação expressava uma posição *subjetiva* do falante, de modo que, por exemplo, em 寒くはない “*samukunai*” (“não está frio”), o falante estaria, num movimento pessoal, negando a existência de frio (por exemplo, quando questionado por um interlocutor se estava sentindo frio). Haruhiko Kindaichi (1913-2004), por outro lado, rebatendo Tokieda, teria apontado que o ‘*nai*’, nesse caso, também poderia descrever uma situação *objetiva* da não existência de frio (por exemplo, ao se relatar a temperatura registrada em um termômetro). Dessa maneira, para Kitahara (p. 313), também do ponto de vista do significado que expressam não haveria uma definição que pudesse diferenciar os *jodôshi* de outros elementos.

Por fim, quanto à *funcionalidade*, Kitahara (p. 313) opina não ser possível diferenciá-los dos sufixos *setsubigo*. Tanto os *jodôshi* quanto os sufixos seriam elementos funcionais adicionados a elementos lexicais de modo a acrescentar significados a estes – ou seja, a funcionalidade seria a mesma.

Dessa maneira, em sua obra voltada para o estudo dos *jodôshi* da língua japonesa

¹⁵¹ Quanto a isso, basta ver a definição de 辭 *ji* apresentada na seção 1.2. Enquanto para Hashimoto os elementos eram classificados em 詞 *shi* ou 辭 *ji* a depender do papel que exerciam na sua unidade sintática (formal) 文節 *bunsetsu*, para Tokieda, o 詞 *shi* correspondia aos elementos que teriam passado por um processo de conceptualização (ou seja, que possuiriam conteúdo semântico), e o 辭 *ji* correspondia aos elementos que não teriam passado por um processo de conceptualização (não possuiriam conteúdo semântico).

¹⁵² Conforme será colocado adiante, é fato que muitos *jodôshi* se aproximam da expressão de *modalidade* da frase, i.e., expressam posicionamento pessoal do falante quanto ao conteúdo do enunciado e/ou quanto à situação conversacional. Quanto a isso, uma rápida olhada na classificação dos *jodôshi* apresentada na Tabela 1 evidencia que muitos deles podem expressar posições subjetivos do falante, como “desejo”, “intenção”, “suposição”.

moderna, o autor se resigna a encontrar uma definição para os *jodôshi* (p. 318), passando a explorar a extensão da utilização dos elementos tradicionalmente tomados como *jodôshi*, evidenciando mais uma situação em que o *jodôshi*, seja quanto à terminologia, seja quanto a sua própria existência como existência gramatical, acaba sendo adotado por força de tradição.

Assim sendo, sem a expectativa de se chegar à resolução de um problema que assola os gramáticos japoneses há mais de um século, deve ser importante, aqui, deixar algumas considerações sobre o reconhecimento dos *jodôshi* como classe gramatical e, principalmente, chamar atenção para as particularidades que tornam estes elementos controversos.

Em primeiro lugar, se os 助動詞 *jodôshi* foram num primeiro momento identificados como “verbos auxiliares”, deve ser importante verificar de que maneira se diferenciam dos 補助動詞 *hojodôshi*, que seriam os verdadeiros verbos auxiliares da língua japonesa¹⁵³. Deve ser importante, também, buscar diferenciar os *jodôshi* de elementos que possuem forma e/ou utilização semelhante, como os 接尾語 *setsubigo* (sufixos) e 終助詞 *shûjoshi* (partículas finalizadoras) na língua japonesa.

4.2.3.1. Diferenças em relação aos verbos auxiliares

Para começar, deve ser interessante verificar algumas características etimológicas dos *jodôshi* colocadas por Yoshida (1971). Conforme o autor (p. 39) todos os *jodôshi* seriam derivações de antigos verbos *dôshi* ou adjetivos *keiyôshi* originalmente independentes.

Por exemplo, quanto aos *jodôshi* de ação concluída つ ‘*tsu*’ e ぬ ‘*nu*’, e o *jodôshi* de intenção べし ‘*beshi*’ (todos do japonês clássico), não haveria objeção entre os pesquisadores de que suas origens estariam, respectivamente, nos verbos *dôshi* 棄つ ‘*utsu*’ (“abandonar”) e/ou 果つ ‘*hatsu*’ (“terminar”, “concluir”), 去ぬ ‘*inu*’ (“deixar para trás”) e no *keiyôshi* 宜し ‘*ubeshi*’ (“aceitável”, “desejável”).

Todos os *jodôshi* da língua japonesa moderna teriam origem, ou em formações diretamente derivadas de *yôgen*¹⁵⁴, ou nos *jodôshi* do japonês clássico que, por sua vez, teriam

¹⁵³ Conforme colocado na seção anterior, os verbos auxiliares *hojodôshi* costumam ser agrupados na classe dos *hojoyôgen* (*yôgen* auxiliares). Tomando pela definição de 用言 *yôgen* apresentada na seção 1.4, os *yôgen* compreendem os verbos *dôshi* e os adjetivos *keiyôshi*. Dessa maneira, deve ficar claro que os *yôgen* auxiliares *hojoyôgen* compreendem o que seriam verbos auxiliares *hojodôshi* e adjetivos auxiliares *hojokeiyôshi*.

Considerando que entre os *jodôshi*, nem todos têm forma de verbo *dôshi*, mas também possuem forma de adjetivos *keiyôshi*, deve-se mais exatamente pensar em diferenciar os *jodôshi* não dos verbos auxiliares *hojodôshi*, mas dos predicadores *yôgen* auxiliares *hojoyôgen* – para o que a explicação que será fornecida a seguir também será adequada.

¹⁵⁴ Tal como explorado no capítulo 3, e que será mais bem detalhado na seção 5.2.4, também é esse o caso dos

se formado todos como derivação de *yôgen*.

Além disso, os *jodôshi* teriam se derivado e se desenvolvido na ligação com a forma conjuntiva *ren'yôkei* dos predicadores *yôgen*¹⁵⁵ – cuja principal característica seria a “continuidade da fala”¹⁵⁶, de modo que, para Yoshida (p. 41), estaria aí a “semente” da derivação dos *jodôshi*.

Quanto a isso, retomemos o exemplo (21a) anteriormente apresentado, em que 作り ‘*tsukuri*’, como forma *ren'yôkei* do verbo *dôshi* 作る ‘*tsukuru*’ (“fazer”, “construir”), surgia de modo a estabelecer uma oração coordenada, à qual se seguia uma segunda oração, com um novo predicado contendo verbo *dôshi*.

(21a) お寿司を作り、友達と食べた。

Osushi wo tsukuri, tomodachi to tabeta.

Sushi / ACUSATIVO / fazer-(REN'YÔ) / amigo / COPARTICIPAÇÃO / comer PASSADO
“(Eu) fiz sushi e comi com meu amigo.”

A sugestão de Yoshida parece ser a de que a derivação dos *jodôshi* se deu a partir de formações por coordenação em que o primeiro predicador *yôgen*, flexionado na forma conjuntiva *ren'yôkei*, se conectava imediatamente ao predicador *yôgen* da segunda oração, de modo que, em algumas formações recorrentes desse tipo, o segundo predicador *yôgen* teria, com o tempo, perdido seu sentido substancial (assim como sua forma original) e passado a atuar simplesmente como auxiliar – tendo assim, se transformado em *jodôshi*.

É por conta disso que, ainda hoje, a maioria dos *jodôshi* se conecta à forma conjuntiva *ren'yôkei* dos predicadores *yôgen*.

E essa deve ser a principal característica a diferenciar os *jodôshi* dos verbos auxiliares *hojodôshi*. Estes últimos, ainda que sempre atuem como auxiliares, possuem comportamento morfossintático compatível com o de verbos *dôshi* – e por isso, podem ser tratados como um subtipo destes. Isso é reforçado pelo fato de que, de maneira geral, os verbos auxiliares *hojodôshi*, possuem cada qual um correspondente, com a mesma forma, que pode ser usado como verbo principal – por exemplo, ‘*aru*’ pode ser utilizado ora como principal, ora como auxiliar.¹⁵⁷ Assim, pode-se dizer que os *hojodôshi*, possuindo morfossintaxe semelhante à de

dantei no *jodôshi* aqui estudados, que têm origem no verbo *dôshi* ‘*ari*’/‘*aru*’.

¹⁵⁵ Já brevemente discutidas na seção 3.3, o *ren'yôkei*, e as demais formas flexionais do japonês serão detalhadas na seção 5.1.1 adiante.

¹⁵⁶ 言い続ける “*iitsuzukeru*”, no original.

¹⁵⁷ Pode-se questionar aqui se, por exemplo, ‘*aru*’ é um elemento que ora atue como principal, e ora atue como auxiliar, ou se existem dois ‘*aru*’, sendo um principal e outro auxiliar. O mesmo pode ser questionado para os

verbos *dôshi*, possuem maior autonomia do que os *jodôshi*.

Os *jodôshi*, em sua maioria, já tendo perdido sua estrutura morfológica original, se conectam “internamente” às raízes flexionais dos elementos principais, mantendo-se morfológica e sintaticamente subordinado a estes. Mesmo no caso dos *dantei no jodôshi*, ao se conectarem a nomes *taigen*, ainda que estes sejam não flexionáveis, a dependência morfossintática é perceptível pelo fato de que podem se ligar aos *taigen* sem o intermédio de elementos como partículas *joshi* – o que é uma particularidade. Os verbos auxiliares *hojodôshi*, tal como ‘(te) aru’, ‘(te) iru’, ‘(te) kuru’, ‘(te) iku’, ‘(mo) suru’, por sua vez, como sendo uma subclasse dos verbos *dôshi*, mantêm sua unidade morfológica e certa independência sintática, de modo que, em sua maioria, só se conectam aos elementos principais se intermediados por outros elementos, como o conector ‘te’, ou a partícula *joshi* ‘mo’.

Como será colocado a seguir, é fato que os *jodôshi* possuem uma autonomia morfossintática maior do que a dos sufixos das línguas indo-europeias, o que permite o encadeamento mútuo de múltiplos *jodôshi*, por exemplo – mas trata-se, então, de uma autonomia em menor grau do que a exercida pelos verbos auxiliares *hojodôshi*.

Se a distinção entre o *jodôshi* e os verbos auxiliares *hojodôshi* depende da identificação de um maior ou menor grau de autonomia morfossintática, talvez não seja, entretanto, uma distinção totalmente livre de problemas, podendo ainda abrir margem para dificuldades classificatórias.

Mas a chave da distinção entre o *jodôshi* e os verbos auxiliares *hojodôshi* deve ser o fato de que estes últimos, ao contrário dos primeiros, ainda mantêm comportamento morfossintático própria dos verbos *dôshi*, de que ambos derivam.¹⁵⁸

Por outro lado, pensando-se do ponto de vista da autonomia morfossintática, os *jodôshi* devem estar mais próximos dos sufixos *setsubigo* do que dos verbos auxiliares *hojodôshi*.

4.2.3.2. Diferenças em relação aos sufixos

Em primeiro lugar, se torna importante verificar de que maneira tanto os *jodôshi* quanto os sufixos *setsubigo* japoneses diferem dos sufixos que reconhecemos nas nossas línguas ocidentais.

Quanto à língua portuguesa, Camara Junior (2015, p. 104), por exemplo, coloca que o verbo é formado por um *tema* (T) ligado a um *sufixo flexional* (SF). Enquanto o tema seria

demais verbos auxiliares *hojodôshi*.

¹⁵⁸ Mais exatamente, derivam de predicadores *yôgen*.

subdivido em *radical* (R) e uma *vogal temática* (VT), o *sufixo flexional* seria composto por um *sufixo modo-temporal* (SMT) e um *sufixo número-pessoal* (SNP). Assim, a estrutura do verbo seria T (R + VT) + SF (SMT + SNP).

Em “falarei”, por exemplo, “fal-” seria o *radical*, onde residiria o conteúdo semântico do verbo, “-a-” seria a *vogal temática* da primeira conjugação, “-re-” seria o SMT, exprimindo futuro do presente do indicativo, e “-i” seria o SNP, exprimindo primeira pessoa do singular.

Por outro lado, no japonês, nem os sufixos *setsubigo* e nem os *jodôshi* costumam ser vistos como parte flexional dos verbos *dôshi*.

Tradicionalmente, entende-se que os predicadores *yôgen* do japonês se flexionam em seis formas diferentes¹⁵⁹. Tomando novamente o exemplo (5) antes apresentado, 知ら “*shira-*” seria flexão do verbo *dôshi* 知る ‘*shiru*’ (“saber”) na forma dependente *mizenkei*, de modo que possa se conectar ao *jodôshi* ない ‘*nai*’ de negação, que se segue.

(5) 下人の行方は、誰も知らない。 (Akutagawa, *Rashômon*)

Genin no yukue wa, daremo shiranai.

Servo / GENITIVO / paradeiro / TÓPICO / todos / saber NEGATIVO

“O paradeiro do servo ninguém jamais soube.”

Assim, para o verbo *dôshi* ‘*shiru*’, entende-se haver as seis seguintes formas flexionais: forma dependente *mizenkei*, 知ら ‘*shira*’, forma adverbial/conjuntiva *ren’yôkei*, 知り ‘*shiri*’ (ou 知っ ‘*shi(t)*’), forma final *shûshikei*, 知る ‘*shiru*’, forma adnominal *rentaikei*, 知る ‘*shiru*’, forma hipotética *kateikei* 知れ(ば) ‘*shire(ba)*’, e forma imperativa *meireikei* 知れ ‘*shire*’.

Cada um desses segmentos finais, ‘-ra’, ‘-ri’, ‘-ru’, ‘-ru’, ‘-re(ba)’ e ‘-re’ é que se assemelham aos sufixos ou desinências do português conforme colocados por Camara Junior acima. Esses segmentos seriam chamados por Yamada (1970, p. 47-48) de 語尾 *gobi*, que significa literalmente “cauda da palavra”, assim, com o sentido de “sufixo” ou “desinência”.

Já os *setsubigo*, tanto estes quanto os *jodôshi*, que podem, ambos, se ligar a essas formas flexionais dos predicadores *yôgen*, e/ou à raiz dos nomes *taigen*, são reconhecidos como elementos diversos que acrescentam sentidos aos elementos a que se vinculam.

Com base em Kikuchi (2011a), haveria 11 sufixos *setsubigo* do japonês moderno que se conectam a verbos *dôshi*: ごろ ‘*goro*’ (que exprime sentido de “por volta de”), ざかり ‘*zakari*’ (exprime sentido de “no auge”), くさい ‘*kusai*’ (exprime aparência), がる ‘*garu*’

¹⁵⁹ Conforme nota 155, as seis formas flexionais do japonês serão apresentadas com mais detalhes na seção 5.1.1 adiante.

(exprime desejo, quando se referindo a terceiros), ほしい ‘*poi*’ (exprime aparência), 方 ‘*kata*’ (exprime o sentido de “modo de”), ぎみ ‘*gimi*’ (exprime estado), かけ ‘*kake*’ (exprime a incompletude de um processo), ぼなし ‘*panashi*’ (exprime estado de abandono), がち ‘*gachi*’ (exprime tendência), げ ‘*ge*’ (exprime aparência).¹⁶⁰ Todos esses se conectam à forma conjuntiva *ren’yôkei* dos verbos *dôshi*, com exceção de ‘*garu*’ e ‘*ge*’, que se conectam, em verdade, ao *jodôshi* de desejo ‘*tai*’, quando este está conectado a verbos *dôshi*.

O reconhecimento dos *setsubigo* e dos *jodôshi* como classe separada, e não como meras desinências flexionais, deve, então, ter relação com a diversidade de formas e, principalmente, de sentidos diferentes que estes podem acrescentar aos elementos a que se conectam. Enquanto que, na língua portuguesa, a variação de dois sufixos verbais dão conta de explicar todas as formas flexionais verbais da língua, em japonês, a questão se torna muito complexa.

Além disso, na língua portuguesa, o *sufixo modo-temporal* e o *sufixo número-pessoal* são elementos que aparecem somente em verbos, nunca sendo combinados com elementos de outras classes gramaticais. Entretanto, dos sufixos *setsubigo* do japonês, muitos podem se ligar não apenas a verbos *dôshi* como a adjetivos *keiyôshi*, e, mesmo, também a nomes *taigen*. Por exemplo, na lista acima, ‘*goro*’, ‘*zakari*’, ‘*kusai*’, ‘*poi*’, ‘*gimi*’ e ‘*kake*’ podem se conectar tanto ao *ren’yôkei* de verbos *dôshi* como a substantivos *meishi*. Enquanto ‘*garu*’ (que exprime desejo, quando se referindo a terceiros) e ‘*ge*’ (que expressa aparência), que geralmente se ligam a adjetivos *keiyôshi*, podem se ligar também ao *jodôshi* de desejo ‘*tai*’ conectado a verbos *dôshi*, já que este *jodôshi* possui forma de *keiyôshi*.

O caso de ‘*garu*’ e ‘*ge*’ evidencia certa autonomia morfossintática tanto dos sufixos *setsubigo* quanto dos *jodôshi* – autonomia menor do que aquela exercida pelos verbos auxiliares *hojodôshi*, mas maior do que as dos sufixos das línguas indo-europeias.

No caso dos *jodôshi*, essa autonomia fica ainda mais clara por conta da possibilidade de estes se encadearem mutuamente. Por exemplo, considerando o verbo *dôshi* 食べる ‘*taberu*’ (“comer”) é possível obter uma formação do tipo:

¹⁶⁰ Os demais sufixos *setsubigo* do japonês moderno seriam: liga-se a adjetivos *keiyôshi* e a nomes *taigen*: め ‘*me*’; liga-se somente a adjetivos *keiyôshi* e *keiyôdôshi*: さ ‘*sa*’; ligam-se somente a nomes *taigen*: らしい ‘*rashii*’, 的 ‘*teki*’, 中 ‘*jû*’, 中 ‘*chû*’, 末 ‘*matsu*’, 内 ‘*nai*’, 外 ‘*gai*’, 向き ‘*muki*’, 次第 ‘*shidai*’, 用 ‘*yô*’, 上 ‘*jô*’, 式 ‘*shiki*’, 室 ‘*shitsu*’, 人 ‘*jin*’/‘*nin*’, 性 ‘*sei*’, 論 ‘*ron*’, ぬき ‘*nuki*’, だらけ ‘*darake*’, まみれ ‘*mamire*’, 宛 ‘*ate*’, 員 ‘*in*’, おき ‘*oki*’, 産 ‘*san*’, 製 ‘*sei*’, たち ‘*tachi*’, 風 ‘*fû*’ e ぶり ‘*huri*’ (KIKUCHI, 2011, p. 113).

(49) 食べさせられたくなかったらろう。

Tabe-sase-rare-taku-nakat-ta darô.

Comer CAUSATIVO – PASSIVO – DESEJO – NEGATIVO – PASSADO / SUPOSIÇÃO
“Provavelmente não queria ser forçado a comer.”

No exemplo, à forma conjuntiva *ren'yôkei*, ‘*tabe*’, seguem-se, encadeados os *jodôshi* de voz causativa, ‘*saseru*’, voz passiva ‘*rareru*’, desejo ‘*tai*’, negação ‘*nai*’, ação concluída ‘*ta*’ e suposição ‘*darô*’.

Essa versatilidade das conexões dos *jodôshi* relaciona-se à sua autonomia morfológica: é a partir da flexão de suas próprias formas que os *jodôshi* se conectam a outros *jodôshi*. Ainda que a diversidade de flexões dos *jodôshi* tenha se perdido ao longo da passagem do japonês clássico ao moderno, e que nem todos os *jodôshi* apresentem as seis formas flexionais reconhecidas no japonês, estas estão presentes em algum grau na maioria deles.

Em (49), por exemplo, os *jodôshi* ‘*saseru*’, ‘*rareru*’, ‘*tai*’ e ‘*nai*’ estão todos flexionados na forma conjuntiva *ren'yôkei* (respectivamente, ‘*sase*’, ‘*rare*’, ‘*taku*’ e ‘*naka(t)*’)¹⁶¹.

É interessante notar também que, enquanto no português, o *sufixo modo-temporal* e o *sufixo número-pessoal* são fixos e, a princípio estariam sempre presentes nas formas finitas dos verbos, algumas vezes tomando forma “zero”, na língua japonesa parece fazer mais sentido que os *jodôshi* sejam acrescentados à construção, e não que sejam fixos a ela e que tomariam forma “zero” quando não exprimidos.

Por exemplo, no caso do português, agora quanto à flexão nominal, Camara Junior (2015, p. 93) coloca que, em oposição o morfema de plural /S/¹⁶², existiria um morfema de singular \emptyset (zero), ou seja, quando o /S/ de plural não fosse expresso, haveria um “zero” em seu lugar, exprimindo singular.

Quanto ao japonês, poder-se-ia pensar, por exemplo, que, quando o *jodôshi* ‘*reru*’/‘*rareru*’ de voz passiva não fosse expresso, haveria, em seu lugar, um “zero” expressando voz ativa. Por outro lado, seria forçoso buscar aplicar essa lógica a todos os *jodôshi* que pudessem ter lugar no encadeamento. Por exemplo, quanto ao *jodôshi* ‘*tai*’, será que faria sentido dizer, quando este não fosse expresso, que haveria em seu lugar um “zero” expressando “não-desejo” ou “ausência de desejo”? Ou seria melhor dizer que a ideia de desejo ou seu

¹⁶¹ Alguns autores opinariam que ‘*tai*’ está, no caso, flexionado, não em *ren'yôkei*, mas na forma dependente *mizenkei*, já que é esta a forma esperada para se ligar a ‘*nai*’.

¹⁶² /S/ = arquifonema que englobaria “as quatro fricativas não labiais (sibilantes: /s/ - /z/; chiantes /s'/ - /z'/)” (CAMARA JUNIOR, 2015, p. 93)

contrário não estão presentes a não ser que o *jodôshi* de desejo seja expresso¹⁶³? Quanto ao ‘*masu*’ de polidez, ‘*darô*’ de suposição, ‘*u*’/‘*yô*’ de intenção etc., deve ficar mais claro que se referem a sentidos que possam ser adicionados conforme se queira expressar esses sentidos, mas que não haja um sentido advindo de sua ausência sendo expresso quando estes não estiverem presentes.

Nesse sentido, a atuação dos *jodôshi* se assemelharia em certa medida à de palavras autônomas. Quando se profere uma frase sem a palavra ‘casa’, por exemplo, não quer dizer que haja um “zero” significando ausência de ‘casa’ na frase proferida. É também essa a natureza da ocorrência dos *jodôshi* no interior do predicado: se dá conforme a necessidade de se expressar os significados desejados, e não em substituição a um morfema que expresse um sentido diverso ao seu.

Isso significa não apenas certa autonomia morfossintática, mas também uma autonomia *semântica*.

E é este um dos principais motivos pelo qual, defendo, esses elementos tomados como *jodôshi* não podem ser correspondidos aos sufixos das línguas indo-europeias, e nem a qualquer outro tipo de elemento existente nestas. Por consequência, não se enquadram em nenhuma das classes gramaticais reconhecidas em nossa tradição linguística.

Por isso deve ser importante que a linguística ocidental investigue de que maneira o reconhecimento desses elementos pode ajudar a aperfeiçoar as conceituações que fundamentam nossa base teórica – tarefa que compreenderia, também, a busca por elementos semelhantes em outras línguas.

Voltando à questão da diferenciação entre os *jodôshi* e os sufixos *setsubigo* da língua japonesa, uma das principais diferenças entre os dois, então, seria a de que os *jodôshi* flexionam e os *setsubigo*, em sua maioria, não – poderiam os *jodôshi* ser tomados, então, como *sufixos compostos*, o que se aproxima da noção de 複語尾 *fukugobi* proposta por Yamada¹⁶⁴. Entretanto, caso se pretenda tomar esse posicionamento, de tratar os *jodôshi* por sufixos compostos, deve-se tomar o cuidado de evitar, então, a associação dos sufixos da língua japonesa, compostos ou não, aos sufixos das línguas indo-europeias, tendo em consideração as diferenças tratadas nesta

¹⁶³ De modo que uma ideia de “não desejo” só surgiria da negação do *jodôshi* ‘*tai*’, em “*takunai*”. Ou seja, a ideia de desejo ou seu contrário dependeriam sempre da presença do *jodôshi* de desejo ‘*tai*’.

¹⁶⁴ Entretanto, para Yamada, os *fukugobi* seriam um tipo, não de *setsubigo* compostos, mas de *gobi* compostos. Conforme colocado há pouco, os *gobi* seriam as desinências flexionais dos predicadores *yôgen*, como, para o verbo ‘*shiru*’ (“saber”), os segmentos ‘-*ra*’, ‘-*ri*’, ‘-*ru*’, ‘-*re*’ etc., das formas flexionais ‘*shira*’, ‘*shiri*’, ‘*shiru*’, ‘*shire*’, às quais ainda podem ser adicionados os *jodôshi* (*fukugobi*, para Yamada).

seção quanto à autonomia morfossintática e semântica entre um e outro.

Mas, nesse sentido, um outro problema claro é quanto à existência de *jodôshi* que não flexionam, como o ‘*ta*’ de ação concluída, ou o ‘*u*’/‘*yô*’ de intenção/suposição, assim como a existência de alguns sufixos que flexionam – da lista de Kikuchi (2011a, p. 113), estes seriam ‘*kusai*’, de aparência, e ‘*rashii*’, de comparação¹⁶⁵. Se a diferença entre os sufixos *setsubigo* e os *jodôshi* for procurada na presença ou não de flexão, como tratar essas exceções?

Uma possibilidade seria justificar que, se, conforme a colocação de Yoshida (1971, p. 39) anteriormente apresentada, todos os *jodôshi* têm origem em predicadores *yôgen* (que estes sim, flexionavam todos), mesmo que alguns *jodôshi circunstancialmente* não flexionem, a possibilidade de flexão estaria contida em sua morfologia. Entretanto, ainda é um argumento insuficiente para uma separação inequívoca das duas classes.

Yoshida (p. 42) também coloca que a afixação dos *setsubigo* a outros termos seria mais restrita do que as *jodôshi*, ou que acentuação seria mais livre na pronúncia dos *setsubigo* – mas o próprio autor reconhece serem estas explicações problemáticas para serem utilizadas como diferenciação entre ambos.

Matsushita (1930, p. 139-140), coloca como diferença entre os *jodôshi* (a que ele se refere por *dôjoji*) e os sufixos (接尾辞 *setsubiji*, para o autor) o fato de que estes últimos seriam opcionais para o discurso, e a exigência do seu uso se daria apenas em casos especiais. Por outro lado, no caso dos *jodôshi (dôjoji)*, como “‘*masu*’ ou ‘*ta*’, por exemplo, caso fossem interditados, quase não se conseguiria conversar”¹⁶⁶ (p. 140). Também, entretanto, não seria um critério objetivo.

Ressalto também o alto grau de encadeamento que os *jodôshi* podem operar como uma característica diferenciada desta classe. Entretanto este também não vem a ser um bom critério para classificação, uma vez que, ainda que em muito menor grau, também pode haver encadeamento entre os sufixos *setsubigo* (e entre os *setsubigo* e os *jodôshi*). Se tornaria então uma tarefa de definir o que seria um “alto grau” e um “baixo grau” de encadeamento, para o que dificilmente se poderia obter critérios senão subjetivos.

¹⁶⁵ Conforme será detalhado na seção 4.3, らしい ‘*rashii*’ é considerado por alguns autores como sufixos *setsubigo* e, por outros como *jodôshi*. A visão mais acertada quanto a isso parece ser a apontada por Kitahara (1987, p. 323-329), de que existiriam dois ‘*rashii*’: um deles seria sufixo *setsubigo*, que se conectaria apenas a nomes *taigen*, e o outro, *jodôshi*, aparecendo apenas em posição final de frase e podendo seguir tanto nomes *taigen* quanto predicadores *yôgen*. O detalhe interessante aqui é que, contraditoriamente, o ‘*rashii*’ que seria sufixo *setsubigo* é flexionável, enquanto o ‘*rashii*’ que seria *jodôshi* não seria flexionável. O artigo de Kikuchi (2011a) acima aludido segue essa visão, e trata como sufixo *setsubigo* apenas o ‘*rashii*’ que se liga a nomes *taigen* (p. 117-118).

¹⁶⁶ Tradução minha. Original: 之に反して「ます」や「た」などを封じられたら殆ど話は出来ない。

Mas tenho a opinião, também, de que uma das principais características que se pode perceber nos *jodôshi* seria a de que são elementos que atuam exclusivamente no *predicado* – seja da oração principal ou de uma oração dependente (coordenada ou subordinada). Tomando as colocações de Yoshida (p. 39) de que os *jodôshi* surgiram a partir do encadeamento de predicadores *yôgen*, situações que, num primeiro momento constituiriam formações de orações coordenadas, que teriam vindo posteriormente a aglutinar-se, formando um único predicado, pode-se pensar que os *jodôshi* adicionam sentidos, não a termos específicos, mas à *frase* (ou oração), atuando primariamente no interior do predicado.¹⁶⁷

Essa ideia estaria de acordo com a definição de Yamada (1970, p. 95-96) de *fukugobi* (termo pelo qual o autor encarava os *jodôshi*):

Quando os verbos *dôshi* ou os elementos de existência *sonzaishi* não conseguem operar suficientemente o *chinjutsu* [predicação] a partir apenas das suas próprias flexões, chama-se *fukugobi* [desinências compostas / sufixos compostos] os *gobi* [desinências] especiais que, nesses casos, afixando-se a esses predicadores *yôgen*, complementam-nos com diversos significados.¹⁶⁸

Se Yamada via os *jodôshi/fukugobi* como um tipo de desinência dos predicadores *yôgen*, visão que venho aqui tentando rebater ao ressaltar a maior autonomia morfossintática e semântica dos *jodôshi* em relação a simples desinências (ao menos se em comparação às das línguas indo-europeias), por outro lado, a percepção de que o *jodôshi* atua de modo a auxiliar a operação do fenômeno que Yamada se refere por *chinjutsu* está diretamente relacionada com a ideia de que uma das principais características dos *jodôshi* seria a de atuar no interior do predicado.

O conceito de 陳述 *chinjutsu* proposto pelo próprio Yamada, que voltará a ser brevemente discutido na próxima subseção 4.2.3.3, se refere a uma operação de conclusão e encerramento da frase, muito semelhante à definição de *predicação*, apresentada na Introdução deste trabalho, como sendo um fenômeno de coesão que estabelece um “nexo” entre os elementos da frase, fazendo-a “completa”.

Se, para Yamada, o principal operador do *chinjutsu* seriam os predicadores *yôgen*, que poderiam receber “auxílio” dos *jodôshi/fukugobi* para essa tarefa, Tokieda posteriormente viria

¹⁶⁷ Nesse sentido, ainda que, do ponto de vista morfossintático, os *jodôshi* devam estar mais próximos dos sufixos *sestubigo* do que dos verbos auxiliares *hojodôshi*, do ponto de vista semântico, os *jodôshi* devem estar, contrariamente, mais próximos dos verbos auxiliares *hojodôshi*, tendo em vista que estes também adicionam sentidos ao predicado em nível frasal.

¹⁶⁸ Tradução minha. Termos entre colchetes são acréscimos meus.

Original: 動詞存在詞の本来の活用だけで、十分に陳述の作用を果すことが出来ぬ場合にその下に附属して種々の意義を用言に補ふ特別の語尾を複語尾といふ。

a defender que o principal operador do *chinjutsu* seriam exatamente o *jodôshi*, o que reforça o posicionamento que coloco aqui.

Dessa maneira, se os *jodôshi* fossem pensados como elementos que adicionam sentidos, não a um termo ou a um encadeamento de termos, mas sim ao predicado a nível frasal, enquanto que os sufixos *setsubigo* sejam elementos, que, estes sim, atuariam em maior medida sobre o termo a que é conectado, e não sobre o predicado, seria possível talvez obter uma separação mais adequada entre as duas classes. Ainda que talvez este também não seja um critério suficientemente objetivo, acredito que entender os *jodôshi* como elementos que atuam a nível frasal sobre o predicado, e não a nível lexical sobre termos específicos, deve ser um dos melhores caminhos para compreender os *jodôshi* e diferenciá-los de elementos como os sufixos *setsubigo*.

Está longe do escopo deste trabalho buscar uma solução definitiva para esse problema, mas, para os fins aqui propostos, deve ser suficiente estipular que a possibilidade de flexão e de encadeamento, assim como a atuação no predicado, sejam características “determinantes” dos *jodôshi*, que os diferenciariam dos sufixos *setsubigo*, podendo haver, entretanto, “exceções” que dificultariam encontrar o limite exato da separação entre as duas classes, assim como um julgamento mais acurado a respeito de qual elemento deva pertencer a que classe.

4.2.3.3. Diferenças em relação às partículas finais *shûjoshi*

Um último ponto a levar em consideração é quanto à similaridade de alguns *jodôshi* às partículas finais *shûjoshi* – elementos conhecidos por atuar exclusivamente na expressão de *modalidade*.

Conforme apontado por Tashiro-Perez (2011, p. 157-161), a modalidade se refere a uma expressão subjetiva por parte do falante em relação ao conteúdo do enunciado ou à situação conversacional, sendo que, na língua japonesa, as partículas finais *shûjoshi*, seriam um dos principais elementos a expressar modalidade – tal como o よ ‘yo’ do exemplo (29) já anteriormente fornecido que visa chamar atenção do locutor a algo que o falante julga que deveria ser de seu conhecimento prévio:

(29) カリナさんは友だちだよ。

Karina-san wa tomodachi da yo.

Carina-{SAN} / TÓPICO / amigo / {DA} / {YO}

“Srta. Carina é minha amiga, sabe?”

A proximidade entre os *jodôshi* e os *shûjoshi* já ficava evidente na posição de Tokieda, reproduzida no início desta seção, de que mesmo os *jodôshi* seriam expressões subjetivas por parte do falante. Esta questão também está diretamente relacionada à colocação de Narahara (2002, p. 151), apresentada em 3.5.2, de que o *dantei no jodôshi* ‘*da*’, em certa medida, também atuaria na modalidade da frase. Nesse sentido, alguns *jodôshi* como ‘*darô*’ e ‘*deshô*’¹⁶⁹, que expressam suposição, são reconhecidamente elementos de modalidade, uma vez que a “suposição” que ambos expressam é um tipo de atitude subjetiva do falante em relação ao conteúdo do enunciado.

O problema, entretanto, ocorre quando são *jodôshi* não flexionáveis que atuam na modalidade – o que, por vezes, entende-se ser o caso de ‘*darô*’ e ‘*deshô*’. Tendo se formado, respectivamente, a partir da ligação dos *dantei no jodôshi* ‘*da*’ e ‘*desu*’ ao *jodôshi* de suposição ‘*u*’, ‘*darô*’ e ‘*deshô*’ são muitas vezes vistos não mais como formas flexionais, mas como *jodôshi* próprios, sem ter mais relação com suas formas originais, tendo se tornados formais fixas, i.e., não mais flexionáveis. Isso se dá pelo fato de que, enquanto o ‘*da*’ se ligava a nomes *taigen*, e ‘*desu*’ a nomes *taigen* ou a adjetivos *keiyôshi*, ‘*darô*’ e ‘*deshô*’ só aparecem no que seria uma posição externa à frase, de modo a atuar sobre toda a construção frasal, podendo, assim, suceder a qualquer tipo de elemento, inclusive verbos *dôshi*, tal como no exemplo (49) anteriormente apresentado, ou no exemplo (50)¹⁷⁰ a seguir:

(50) 山の向こうでは雨が降っているだろう。

Yama no mukô de wa ame ga futteiru darô.

Montanha / GENITIVO / outro lado / LOCATIVO / TÓPICO / chuva / NOMINATIVO /
chover DURATIVO / SUPOSIÇÃO

“Deve estar chovendo lá doutro lado da montanha.”

Sendo as partículas finais *shûjoshi* elementos também não flexionáveis e que expressam modalidade, como diferenciá-las desses *jodôshi*?

Um caminho parece ser se basear no fato de que, na língua japonesa, a modalidade costuma se situar, tal como no caso do ‘*darô*’ acima, principalmente no que seria uma camada externa da frase. Conforme Nihongo Kijutsu Bunpô Kenkyûkai (2003, p. 2), a frase da língua

¹⁶⁹ Conforme já discutido na seção 1.6, o *jodôshi* ‘*darô*’ não constava da Tabela 1 pelo fato de que costuma ser considerado flexão de ‘*da*’. Alguns autores o tomam como um *jodôshi* autônomo, que expressa suposição (推量の助動詞 *suiryô no jodôshi*), como é o caso de Fukasawa *et alii* (1989, p. 89). Da mesma forma, é normal que ‘*deshô*’ seja tomado como flexão de ‘*desu*’, havendo também autores que o tratam como sendo um *jodôshi* autônomo, exprimindo, ao mesmo tempo, suposição e polidez (推量丁寧の助動詞). Estas questões voltarão a ser discutidas na seção 4.3.

¹⁷⁰ Retirado de Tashiro-Perez (2011, p. 159).

japonesa pode ser entendida como uma estrutura de duas camadas: 命題 *meidai* e モダリティ *modariti*, que Tashiro-Perez (2011, p. 158) traduz respectivamente por “proposição” e “modalidade”. Okata & Mukai (2012, p. 185-186) também fizeram uma classificação semelhante, porém utilizando as denominações “*dictum*” e “*modus*”.

Dessa forma, a frase (29) poderia ser representada da seguinte maneira:

(29a)

Proposição (<i>dictum</i>)	Modalidade (<i>modus</i>)
カリナさんは友だちだ <i>Karina-san wa tomodachi da</i>	よ <i>yo</i>

Fica, assim, a partícula final *shûjoshi* よ ‘yo’ isolada numa cada exterior de modalidade. Enquanto a camada da proposição, interna, conteria, geralmente, apenas o conteúdo semântico do enunciado, a camada da modalidade, externa, abrigaria um conteúdo linguístico relacionado à interação entre os agentes linguísticos.

Entretanto, se, novamente, conforme Narahara (2002, p. 151), o *dantei no jodôshi* ‘da’ também poderia atuar como expressão de modalidade, não seria mais adequado que seja representado, em (29a) alocado junto com o ‘yo’ na dimensão do *modus*?

Conforme também o caso de ‘*darô*’ e ‘*deshô*’ acima mencionado, ainda que sejam elementos que atuam primariamente no predicado, parece haver certa tendência de que os *jodôshi* extrapolem em alguma medida os limites do predicado, alcançando esse segmento externo de modalidade – tendência que parece estar associada também à perda das características flexionais.

Para Komatsu (1984, p. 84), à medida em que se profere o segmento final da frase da língua japonesa mais marcada vai se tornando a subjetividade do falante, o que seria o reflexo de um processo pelo qual o falante, enquanto fortalece sua consciência em relação ao objeto, busca, subjetivamente, uma compreensão precisa do estado das coisas. Para o autor, numa posição relativamente próxima à de Tokieda, uma das principais características dos *jodôshi* seria a de atuar nesse processo de subjetivação. Assim, enquanto uma frase como 花咲く “*hana saku*” (“a flor desabrocha”) se referiria a um mero fato abstrato, ou a um fenômeno idealizado, a simples adição de um *jodôshi* de passado けり ‘*keri*’, em 花咲きけり “*hana sakikeri*” (“a

flor desabrochou”) indicaria um movimento a uma realidade já materializada, ficando aparentes também a consciência do falante em relação ao objeto e confirmação do desabrochar da flor.

Essas questões todas estão relacionadas às discussões acerca do conceito de 陳述 *chinjutsu* na linguística japonesa – que diz respeito à formação e à “finalização” da frase japonesa, tendo sido proposto por Yamada (1908) como um fenômeno de associação de uma “ideia anterior” a uma “ideia posterior” (que poderiam mais ou menos corresponder a sujeito e predicado), assim, mais ou menos próximo à ideia de predicação.

Pelo fato de que, na frase da língua japonesa, existe esse segmento de modalidade que ocupa a posição final da frase, gramáticos posteriores se atentaram ao fato de que o *chinjutsu* deveria considerar que a conclusão da frase japonesa só ocorreria após a expressão desse segmento de modalidade. Assim, a partir de Tokieda, o conceito de *chinjutsu* passou a se afastar da ideia de predicação e se aproximar mais da ideia de modalidade. Para o autor, que entendia os *jodôshi* como expressões subjetivas do falante, seriam os *jodôshi* os principais elementos a operar o *chinjutsu*.

Watanabe, posteriormente, considerou então o *chinjutsu* como estritamente um fenômeno da modalidade, sendo operado principalmente pelas partículas finais *shûjoshi*, que encerrariam a frase.¹⁷¹

Surge então o problema de estabelecer onde se encontra o limite que separa os *jodôshi* das partículas finais *shûjoshi*.

Quanto a isso, deve ser interessante recorrer a Fukasawa (1992, p. 41), que expandiu a classificação apresentada em (29a), ao dividir a dimensão do *modus* no que chamou de *universo da ilocução* e *universo da perlocução*. O primeiro se refere a uma atitude do falante em relação ao próprio *dictum*, e, o segundo, a uma atitude do falante em relação à situação conversacional.

Adotando essa classificação, teríamos:

¹⁷¹ Para maior aprofundamento no conceito de *chinjutsu*, ver Okata & Mukai (2012), Fukasawa (1991), ou, para os leitores de japonês, Ôkubo (1982).

(29b)

Proposição (<i>dictum</i>)	Universo da Ilocução	Universo da perlocução
カリナさんは友だち <i>Karina-san wa tomodachi</i>	だ <i>da</i>	よ <i>yo</i>

Em (29b), ambos os elementos ‘*da*’ e ‘*yo*’ estariam na dimensão do *modus*. Entretanto, o ‘*da*’, já que se referiria a um posicionamento do falante em relação à proposição (*dictum*), buscando asseverar a validade desta, estaria em uma camada menos externa do que o ‘*yo*’, já que este expressa uma atitude do falante em relação ao ouvinte.

Se as partículas finais *shûjoshi*, de maneira geral, sempre ocupam a camada da perlocução, conforme esquematizada em (29b), diferentes *jodôshi* podem ocupar diferentes camadas.

Fukasawa (1992, p. 42-43), propondo que todos os *jodôshi* possam desempenhar funções modais, coloca que, enquanto a maioria se encaixaria no universo da *ilocução*, *jodôshi* que expressam convite, como う/よう ‘*u*’/‘*yô*’, ましょう ‘*mashô*’ e ませんか ‘*masen ka*’¹⁷² ocupariam o universo da *perlocução*.

Também conforme Tashiro-Perez (2011, p. 160-161), elementos de polidez como o *jodôshi* ‘*masu*’ estariam na mesma camada de modalidade que os *shûjoshi*, a partir da qual o falante exprimiria um posicionamento em relação ao destinatário – pode-se entender, então, que também estariam no universo da *perlocução*.

Por outro lado, *jodôshi* que exprimem suposição, como ‘*darô*’ e ‘*deshô*’, sendo de um tipo modalidade que exprime a percepção do falante em relação ao conteúdo do enunciado (TASHIRO-PEREZ, 2011, p. 159), estariam numa camada mais interna, do universo da *ilocução*.

Entretanto, considerando que ‘*deshô*’ exprime ao mesmo tempo suposição e polidez,

¹⁷² Este último provavelmente deve ser entendido como ligação de *jodôshi* ません ‘*masen*’ à partícula final *shûjoshi* か ‘*ka*’. O próprio ‘*masen*’, por sua vez, poderia ser entendido como encadeamento de dois *jodôshi*: o *jodôshi* de polidez ます ‘*masu*’, flexionado em ませ ‘*mase*’ e ligado a ん ‘*n*’, que pode ser entendido como modificação fonética do *jodôshi* de negação ぬ ‘*nu*’.

dever-se-ia entender que “extrapole” essa camada de modalidade em relação ao enunciado, alcançando essa camada que seria mais externa, da modalidade em relação à situação conversacional (*perlocução*).

Conforme mencionado na subseção anterior, se os *jodôshi* seriam elementos que atuam primariamente no predicado das frases e orações, haveria aqueles que de certa forma “extrapolam” a camada do *dictum* em que se encontra o predicado, e alcançam a camada de modalidade que seria exterior ao predicado. O fato de que *jodôshi* como ‘*darô*’, ‘*deshô*’, ‘*masu*’ e, de maneira menos rígida, também o ‘*desu*’, não sejam utilizados em orações coordenadas ou subordinadas no interior da frase é evidência de que ultrapassaram os limites do predicado, de modo que só podem ser expressos se alcançarem a camada externa de modalidade.

A diferenciação dos *jodôshi* em relação às partículas finais *shûjoshi*, entretanto, parece menos problemática do que em relação aos sufixos *setsubigo*. Enquanto os *jodôshi* como ‘*darô*’ e ‘*deshô*’ atuarem nessa camada de modalidade voltada ao enunciado (mesmo que o ‘*deshô*’ também extrapole essa camada), a diferença entre os *shûjoshi* permanece clara, uma vez que estes só atuam na modalidade voltada à situação de enunciação. Já quanto aos *jodôshi* de polidez, como ‘*masu*’, ou mesmo de convite como ‘*mashô*’, que, por sua vez, atuam também na modalidade voltada à situação de enunciação, pelo fato de que se conectam “internamente” à flexão do verbo *dôshi* (flexionado na forma conjuntiva *ren’yôkei*), ficam assim, também, diferenciados dos *shûjoshi*.

Quanto ao ‘*da*’, questões concernentes a suas propriedades de expressão de modalidade voltarão a ser discutidas na seção 5.3.1.3.

4.2.3.4. Síntese – como definir o *jodôshi*?

Frente às dificuldades expostas ao longo desta seção – dificuldades que os próprios gramáticos japoneses não puderam resolver ao longo de mais de um século de discussões –, fica evidenciado que ainda não foi possível obter uma definição dos *jodôshi* que dê conta de sanar todos os pontos de conflito com as definições das outras classes gramaticais japonesas.

Entretanto, deve ser possível expor aqui as características que possibilitariam a identificação dos elementos que compõem dessa classe gramatical, ainda que pontos de complicação ainda permaneçam.

Fica então colocado que os *jodôshi* podem ser identificados como elementos funcionais, em sua maioria, flexionáveis, com autonomia morfológica, sintática e semântica

forte o suficiente para diferenciá-los dos sufixos das línguas indo-europeias, mas insuficiente para equipará-los aos verbos auxiliares. Além disso, podem talvez ser entendidos como elementos que atuam majoritariamente no interior do predicado das frases e orações, e não sobre termos individuais – havendo também casos em que extrapolam os limites do predicado e alcançam a camada externa de modalidade da frase.

Essa definição, entretanto, não deve ser suficiente para estabelecer de maneira perfeitamente sólida os limites que separam essa classe da dos verbos auxiliares *hojodôshi*, das partículas finais *shûjoshi* e, principalmente, dos sufixos *setsubigo* da língua japonesa.

Deve ser claro que são cada uma dessas quatro, classes gramaticais próprias com características próprias, estando os *jodôshi*, entretanto, numa área cujas fronteiras “esbarram” nas de cada uma das outras três classes, gerando alguns pontos de confusão com cada uma delas.

As considerações colocadas ao longo desta seção, entretanto, devem ser suficientes para se ter uma percepção adequada a respeito dos *jodôshi* que permita, então, acompanhar as análises a respeito dos elementos aqui estudados – os *dantei no jodôshi*.

Um outro ponto de dificuldade que permanece é o da identificação dos elementos que devem ser considerados como *jodôshi*. A Tabela 1 fornecida no primeiro capítulo deste trabalho contém uma classificação mais ou menos aceita, mas longe de ser unânime.

Não é objetivo deste trabalho buscar resolução a todos esses problemas, entretanto, alguns pontos pertinentes às questões aqui estudadas, em especial sobre o reconhecimento ou não dos elementos ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’ como *jodôshi*, assim como de outros termos relacionados, como ‘*darô*’ e ‘*deshô*’ serão objetos de discussão ao longo da seção 4.3 a seguir.

Por fim, ressalto ainda a necessidade de que a linguística ocidental, caso se pretenda que seja uma linguística de “todas as línguas”, volte uma atenção especial às particularidades que representam os *jodôshi* da língua japonesa.

Fica claro que estes não devem ser tomados no mesmo nível dos sufixos verbais das línguas indo-europeias. Uma linguística universal, em vez de se prender a um paradigma de classificação oriundo de estudos voltados a uma única família linguística, deveria buscar reconhecer os diferentes elementos gramaticais que compõem as diferentes línguas e utilizá-los para atualizar e aperfeiçoar o seu arcabouço teórico em prol de uma classificação mais abrangente dos elementos do discurso.

Quanto aos *jodôshi*, o caminho a percorrer deve compreender também a busca pela identificação de elementos semelhantes a estes nas mais diversas línguas do mundo, de modo a

estabelecer todas as suas características e particularidades como classe gramatical.

4.2.4. Traduzindo “jodôshi”: “auxiliar verbal” e outras possibilidades

Conforme indicado no capítulo 1 deste trabalho, em produções brasileiras a respeito da língua japonesa, é comum que os *jodôshi* sejam apresentados como “auxiliares verbais”.

Buscando-se em publicações antigas, por outro lado, pode-se encontrar algumas referências aos *jodôshi* em que se utilizou outras opções de tradução. Na revista *Estudos Japoneses*, organizada pela Universidade de São Paulo (USP) desde 1979, e que, nas décadas de 1980 e 1990 devia concentrar a maior parte dos trabalhos brasileiros a respeito da língua japonesa, pode-se verificar alguns exemplos.

Nessa publicação, encontra-se, por exemplo Fukasawa (1979, p. 44), artigo que tratava do “tempo” e do “aspecto” na língua japonesa, em que “*jodôshi*” aparecia traduzido como “sufixos verbais”.

Pouco tempo depois, Suzuki (1983, p. 73; 77; 79-82; 84; 86), em artigo a respeito das expressões de tratamento da língua japonesa, se refere a alguns *jodôshi* como “partículas formulativas”, o que não fica claro, entretanto, se essa expressão deveria ser correspondente a “*jodôshi*”, já que também a partícula *joshi* interrogativa ‘*ka*’ é mencionada como sendo uma “partícula formulativa” (p. 84).

Posteriormente, ainda na revista *Estudos Japoneses*, Suzuki (1988, p. 77) viria a chamar os *jodôshi* de “partículas flexíveis”, forma que apareceria também no artigo de Eguchi (1989, p. 66), traduzido por Junko Ota.

Pouco tempo depois, em 1991, Lídia Massumi Fukasawa viria a publicar sua tese de doutorado, pela USP, com título “O sistema de estruturação das modalidades na língua japonesa: os auxiliares verbais e os morfemas finais”, no próprio título referenciando os *jodôshi* como auxiliares verbais, assim como diversas vezes no interior no texto (FUKASAWA, 1991, p. 92). A forma “auxiliares verbais”, por outro lado, já havia aparecido um ano antes, em artigo da mesma autora a respeito do mesmo assunto (FUKASAWA, 1990 p. 35), também na revista *Estudos Japoneses*.

Ainda que seja incerto dizer que tenha sido Lídia Fukasawa a cunhar a denominação “auxiliares verbais”, pode-se supor que, tendo sido a tese da autora provavelmente o primeiro grande trabalho em língua portuguesa a tratar mais diretamente desses elementos, a questão terminológica tenha exigido maiores considerações. Não é improvável ter sido essa obra uma das maiores responsáveis por ajudar fixar essa opção terminológica.

Alguns anos depois, ainda na *Estudos Japoneses*, Ota (1997, p. 99), Mukai (2002, p. 115; 120), Morales (2003, p. 27 – nota 13) e Kikuchi (2005, p. 87), por exemplo, já viriam a tratar os *jodôshi* por “auxiliares verbais”, enquanto Doi (2001, p. 10) se referia a ‘*masu*’ como um “auxiliar de verbo”.

Ainda que, conforme mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, em Fukasawa *et alii* (1989), o primeiro manual de gramática destinado aos estudantes de Letras-japônês da USP, anterior 2 anos à tese de Lídia Fukasawa, tenha-se evitado traduzir a terminologia gramatical japonesa, de modo que os *jodôshi* tenham sido chamados apenas de “*jodôshi*”, pouco mais de uma década depois, em Matsubara (2011), novo manual publicado por professores dessa universidade, contendo tópicos mais avançados da gramática japonesa, a tradução de *jodôshi* por “auxiliar verbal” já se mostrava estabelecida.

Na mesma época, Suzuki *et alii* (2012), publicação que reuniu como autores professores de sete diferentes universidades com cursos de língua japonesa (USP, Unicamp, UFRJ, UNESP de Assis, UnB, UFRGS e UFPR), dessa maneira, para além do círculo uspiano, era uma obra voltada à análise das teorias de linguistas japoneses renomados e que já trazia a utilização “auxiliares verbais” normalizada.

Pouco tempo depois, também ajudando a evidenciar uma difusão para além do núcleo uspiano, Mukai & Suzuki (2016), obra organizada por professores da Universidade de Brasília (UnB), ainda que tenham tido ambos os organizadores passagens anteriores pela USP, teve a obra quadro de colaboradores composta em maioria por professores da UnB, havendo também colaboradores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e universidades estrangeiras, e também trazia normalizada a tradução “auxiliares verbais”.

Nesse sentido, Soares (2011), dissertação de mestrado pela UFRJ, que trata da cópula da língua japonesa em comparação às das línguas Shipibo-konibo e Jaminawa, da América do Sul, sendo um trabalho da área de linguística geral, e não de um departamento universitário voltado à língua japonesa, também expande o alcance da utilização “auxiliares verbais” no âmbito acadêmico brasileiro. No mesmo trecho em que cita Narahara (2002), autora que, por outro lado, conforme já mencionado, se referira aos *jodôshi* por “*auxiliary verbs*” (p. 6), Soares (2011, p. 114) demonstrou maior cuidado e conhecimento, já em 2011, da tendência da utilização “auxiliares verbais” em trabalhos brasileiros.

Tendo em vista as questões colocadas ao longo deste capítulo, “auxiliares verbais” se mostra uma opção em grande medida adequada, uma vez que evita a associação dos *jodôshi* à ideia de verbos auxiliares e reproduz a dupla possibilidade de interpretações que existe na

conceituação do termo original: a de que o *jodôshi* seria um elemento que auxilia verbos, e a de que seria um elemento auxiliar com estrutura verbal. Isso significa que, como tradução de “*jodôshi*”, “auxiliar verbal” é uma opção que, reproduzindo com fidelidade a ideia original do conceito, mantém, dessa maneira suas ambiguidades e questões não resolvidas – o que acaba sendo ao mesmo tempo uma vantagem e uma desvantagem.

Vantagem porque reproduz com certa exatidão as particularidades que estão também na conceituação japonesa, mas sem incorrer no equívoco de associar esses elementos a verbos auxiliares, e desvantagem porque acaba deixando de reproduzir parte da natureza real desses elementos. Afinal, nem todos os elementos tomados como *jodôshi* têm forma verbal – alguns, como o clássico ごとし ‘*gotoshi*’ de comparação e os modernos ない ‘*nai*’ de negação e たい ‘*tai*’ de desejo possuem forma de adjetivos *keiyôshi* – e nem todos os elementos tomados como *jodôshi* atuam como auxiliares de verbos – vide o caso dos próprios *dantei no jodôshi*, que trabalham em conjunto com nomes *taigen*.

Pensando em manter uma significação próxima da original, julgo que “auxiliar verbal” seja a melhor tradução para *jodôshi*, uma vez que a tradução mais literal, “verbos auxiliares” acabaria por associar esses elementos a uma classe gramatical a que eles não pertencem.

Entretanto, considerando os problemas que giram em torno da denominação original, conforme comentado ao longo deste capítulo, existe a opção também de buscarmos uma outra opção terminológica em língua portuguesa que retrate com mais exatidão a natureza desses elementos.

Esta questão esbarra, também, no problema de se estipular quais são exatamente os elementos a serem considerados como *jodôshi*, o que não está bem definido nem entre os autores japoneses.

Mas, levando em conta que uma das principais características dos *jodôshi* a diferenciá-los de elementos parecidos seria o fato de possuírem flexão, seria possível tomar como exemplo também as sugestões de denominação propostas por Hagiwara, Matsushita e Tokieda, conforme foram apresentadas em 4.2.1 e 4.2.2 – respectivamente, 動辞 *dôji* (“elementos de movimento”), 動助辞 *dôjoji* (“elementos auxiliares de movimento”) e 活用あるてには *katsutô aru teniwa* (“*teniwa* flexionáveis”). Levando em conta que a ideia de “movimento” apontada por esses autores se refere à flexão, seria possível se referir aos *jodôshi* como “auxiliares flexionáveis”, em oposição às partículas *joshi*, que seriam auxiliares estáticos (ou seja, sem flexão), ou aos sufixos *setsubigo*, que possuem funcionalidade mais próxima aos

jodôshi, mas que, em sua maioria, não flexionam.

O problema aqui será o dos *jodôshi* que não flexionam, conforme discutido em 4.2.3, que terão de ser tomados como exceções.

Quanto à diferenciação em relação aos sufixos, poder-se-ia pensar também na opção de Yamada de tratá-los por 複語尾 *fukugobi*, o que poderia ser traduzido por “sufixos compostos”.

Yamada, ao adotar essa denominação, desconsiderava o *jodôshi* como classe gramatical própria, e os considerava como parte componente dos predicadores *yôgen*.

No caso, então, de se optar por essa denominação em português, deve-se levar em conta essa possibilidade, mas também deveria ser importante evitar que os *jodôshi* sejam tomados como correspondentes aos sufixos das línguas indo-europeias, conforme busquei aqui demonstrar não ser o caso.

Mas o mais interessante, na minha opinião, seria pensar pelo ponto de que os *jodôshi* são todos elementos que, em princípio, atuam exclusivamente no predicado – apenas com a ressalva de que alguns destes por vezes extrapolem os limites do predicado, de modo a atuar também na camada externa de modalidade, conforme discutido em 4.2.3.

Acredito que, sendo a principal natureza do *jodôshi*, sua atuação no interior do predicado, de modo a acrescentar sentidos a este, deve ser também nesse sentido a melhor maneira de descrever e, por consequência, de se referir a esses elementos. Assim, uma possibilidade interessante seria a de se referir a eles como “predicadores auxiliares” ou algo semelhante, o que se seria também uma tradução do 助用言 *joyôgen* proposto por Yoshida.

Surge, entretanto, um outro conflito, agora com a terminologia 補助用言 *hojoyôgen*, que ao longo da seção 4.2.3, também traduzi como “predicadores auxiliares”. Nesse caso, numa medida semelhante à utilização de “auxiliares verbais” em contraposição a “verbos auxiliares” poder-se-ia, então, adotar a denominação “auxiliares de predicação” para os *jodôshi*.

Ainda que estas possibilidades careçam de reflexões mais aprofundadas, acredito que o caminho para melhor definir o *jodôshi* e, assim, se referir a estes, está na sua atuação no predicado das frases ou orações.

O quadro abaixo, então, resume as sugestões aqui apresentadas como opções terminológicas para se referir aos *jodôshi* em língua portuguesa:

Tabela 3 – Sugestões de tradução para “*jodôshi*”

Fundamentação / finalidade	Tradução sugerida	Denominações aproximadas em japonês	Observação
Manter proximidade terminológica com a tradição japonesa	auxiliar verbal	助動詞 <i>jodôshi</i>	Opção já utilizada em trabalhos brasileiros, ao menos desde Fukasawa (1990; 1991).
Pensar os <i>jodôshi</i> como desinências com certa autonomia morfossintática	sufixo composto	複語尾 <i>fukugobi</i> (Yoshio Yamada)	Importante ter em mente a diferença em relação aos sufixos das línguas indo-europeias.
Pensar o <i>jodôshi</i> como elemento funcional, e diferenciá-lo de outros elementos funcionais como <i>joshi</i> e <i>setsubigo</i>	auxiliar flexionável	動辞 <i>dôji</i> (Hiromichi Hagiwara) 動助辞 <i>dôjoji</i> (Daizaburô Matsushita) 活用あるてには <i>katsuyô aru teniwa</i> (Motoki Tokieda)	Necessário lidar com <i>jodôshi</i> que não flexionam e/ou <i>setsubigo</i> que flexionam como exceções.
Pensar o <i>jodôshi</i> como elemento que atua no interior do predicado, acrescentando sentidos a este	auxiliar de predicação	準用辞 <i>jun'yôji</i> (Yasushi Haga) 助用言 <i>joyôgen</i> 助用辞 <i>joyôji</i> (Kanehiko Yoshida)	Provavelmente a opção que melhor representa a real natureza destes elementos.

Em conclusão, a opção terminológica “auxiliares verbais” deve ser a melhor opção para se referir a esses elementos no caso de se buscar refletir as especificidades, não só terminológicas, mas também conceituais, das tradições de estudos linguísticos japonesas.

Por outro lado, caso o objetivo seja o de, numa iniciativa universalista, transportar o conceito *jodôshi* para que este ajude a compor o arcabouço teórico de uma linguística universal – tarefa que envolveria, também, a busca por elementos equivalentes ou semelhantes aos *jodôshi* nas diversas línguas –, o ideal deve ser, então, utilizar uma outra denominação que dê conta de representar com mais exatidão sua natureza e características, para o que algumas das sugestões acima podem talvez, ao menos, servir como ponto de partida para reflexões mais acertadas. Acredito que pensar os *jodôshi* como “auxiliares de predicação” seja um bom passo inicial.

4.3. CONCEITUANDO O 断定の助動詞 DANTEI NO JODÔSHI

Os elementos da língua japonesa que são o objeto de estudo deste trabalho, como なり ‘nari’ e たり ‘tari’, do japonês clássico, e だ ‘da’, です ‘desu’ e である ‘dearu’, do japonês moderno, são, então, tradicionalmente classificados como sendo um tipo de 助動詞 *jodôshi*, classe gramatical cuja natureza, assim como diferentes visões teóricas a seus respeito, foram examinadas ao longo da seção anterior, 4.2.

Tendo compreendido a classe gramatical dos *jodôshi* em sua extensão, chegou, então, o momento de examinar esses que seriam um subtipo dos *jodôshi*: os 断定の助動詞 *dantei no jodôshi*.

4.3.1. Shitei e dantei para os gramáticos japoneses

Conforme colocado na seção anterior, o primeiro autor a classificar esses elementos num mesmo subtipo dos *jodôshi* foi Fumihiko Ôtsuki, em sua obra “*Genkai*” (“Mar de palavras”), de 1889. Utilizou o autor, porém, outra denominação terminológica para se referir a esses elementos: 指定の助動詞 *shitei no jodôshi*. Nesse trabalho, voltado apenas para a língua japonesa clássica, o autor identifica como sendo *shitei no jodôshi*, além de なり ‘nari’ e たり ‘tari’, também べし ‘beshi’, tendo este passado a ser tomado como *jodôshi* de suposição, 推量の助動詞 *suiryô no jodôshi*, por autores posteriores.

Na obra do autor, os *shitei no jodôshi* são apresentados com apenas a seguinte breve explicação: “[Elementos] tais como ‘nari’, ‘tari’ e ‘beshi’, que serão a seguir apresentados, uma vez que possuem o sentido de indicar e determinar as coisas, serão tomados como *shitei no jodôshi*”¹⁷³ (ÔTSUKI, 1889, p. 32 – grifo meu).

Na citação acima, “indicar e determinar” é tradução de 指シ定ムル “*sashisadamuru*”, no texto original, cujo correspondente no japonês moderno seria 指して定める “*sashite sadameru*”. Trata-se dos verbos 指す ‘*sasu*’, de acordo com o dicionário Michaelis, “v 1 apontar, indicar. 2 nomear; designar. [...]” (WAKISAKA, 2003, p. 392) e 定める ‘*sadameru*’, “v determinar, decidir, fixar, estabelecer.” (p. 378). Os *kanji* utilizados na grafia desses dois verbos *dôshi* são, então, os mesmos dois *kanji* que forma a palavra 指定 ‘*shitei*’, daí Ôtsuki utilizar essa justificativa para a opção terminológica 指定の助動詞 ‘*shitei no jodôshi*’.

¹⁷³ Tradução minha. Original: 次二挙グルなり、たり、べし、等ハ、事物ヲ指シ定ムル意アレバ、コレヲ指定ノ助動詞トス。É interessante notar que o autor utilizava a forma clássica para ‘*shitei*’, “*shidyau [shijô]*”.

Seria incerto imaginar que tenha sido Ôtsuki o primeiro a utilizar o termo ‘*shitei*’ em acepção gramatical, mas, pela explicação fornecida pelo autor, pode-se entender que este pensa ‘*shitei*’ com base num sentido corrente da língua japonesa, não estando evidente nenhum tratamento especial dessa palavra como terminologia gramatical.

Dessa maneira, se, conforme já apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, o dicionário Michaelis apresenta como significado de 指定 ‘*shitei*’: “s determinação; marcação; designação; indicação; especificação.” (p. 428), e pensando também no significado dos dois verbos colocados por Ôtsuki, “indicar” e “determinar”, “*jodôshi* de designação” ou “*jodôshi* de especificação” devem ser opções adequadas para tradução de “*shitei no jodôshi*”.

Importantes nomes como Hashimoto e Tokieda viriam posteriormente a adotar a denominação *shitei no jodôshi* proposta por Ôtsuki para se referir a esses elementos. Por alguma razão, entretanto, na gramática escolar da língua japonesa, ainda que esta seja profundamente influenciada por Hashimoto, veio a se difundir uma outra denominação, 断定の助動詞 *dantei no jodôshi*, que parece vigorar até os dias atuais, e que veio também a alcançar os estudos de língua japonesa na academia brasileira, tendo dado origem à tradução “auxiliar verbal de asserção”.

Se, conforme apresentado no primeiro capítulo, o dicionário Michaelis fornece como tradução de 断定 ‘*dantei*’, “s conclusão; decisão. ~ *suru*, v: concluir; chegar a uma conclusão.” (WAKISAKA, 2003, p. 72), chama a atenção que, em japonês, o termo utiliza o mesmo *kanji* 定, de 定める ‘*sadameru*’ (“determinar”), que já aparecia em 指定 “*shitei*”. Entretanto, o *kanji* 指, de 指す ‘*sasu*’ (“apontar”), é trocado por 断, de 断り ‘*kotowari*’, cujo significado, de acordo com o Michaelis seria “s 1 recusa, declinação, rejeição. 2 desculpa, escusa, alegação, justificativa.” (p. 258). Conforme colocado na seção 1.6, por outro lado, as traduções mais recorrentes para “*dantei*” em acepção gramatical costumam ser “julgamento” ou “asserção”.

Em verdade, tentar interpretar o conceito gramatical de “*dantei*” a partir do significado cotidiano do termo seria uma tarefa vã. Vejamos de que maneira “*dantei*” tem sido interpretado pelos japoneses em acepção gramatical.

A introdução do conceito de 断定 “*dantei*” na gramática japonesa parece ter sido de Yoshio Yamada, em 「日本文法論」 “*Nihon bunpô ron*” (“Gramática japonesa”), de 1908.

Na obra, o autor (1908, p. 499) coloca que aquilo que, do ponto de vista gramatical, se entende por frase (単文 “*tanbun*”, para o autor), correspondente a “*sentence*” no inglês, e “*Satz*”

no alemão, do ponto de vista da *lógica*, seria compreendido como 断定 “*dantei*” ou 判定 “*hantei*”, correspondentes a “*judgment*” no inglês, e “*Urteil*” no alemão – portanto, equivalentes à ideia de “*juízo*”.

Daí decorre que Fukasawa *et alii* (1989, p. 85), conforme já apontado em 1.6, tenham descrito os *dantei no jodôshi* como que “*exprimindo basicamente a noção de julgamento (断定^{だんてい} [*dantei*]).*”.

Conforme os dicionários de filosofia de Abbagnano (2007, p. 591-593) e Branquinho *et alii* (2006, p. 436), e como já apontado na seção 3.2, entretanto, o termo mais comum, em português, para se referir ao conceito que em inglês e alemão é tratado por “*judgement*” e “*Urteil*” seria, não “*juízo*”, mas “*juízo*”. Por outro lado, como será visto logo adiante, posteriormente, se generalizou, em japonês, tratar a ideia de “*juízo*” como 判断 “*handan*”, ou ainda, 判定 “*hantei*” (também proposto por Yamada, conforme acima), e não mais 断定 “*dantei*”.

Estas questões serão discutidas nas subseções 4.3.2 e 4.3.3 a seguir. Mas, do ponto de vista linguístico, qual seria o sentido de *juízo*, ou *dantei/hantei*, para Yoshio Yamada?

Yamada (1908, p. 499), que, tendo colocado *dantei* e *hantei* como sinônimos, passa a usar, no restante do texto, apenas a primeira opção terminológica, explica que, na lógica como disciplina, *dantei* (*juízo*) se referiria à atribuição de uma categoria a uma coisa, por exemplo, quando, ao se proferir “A neve é branca.” (雪は白し “*yuki wa shiroshi*”), atribui-se a categoria ‘branca’ (白し ‘*shiroshi*’) ao elemento ‘neve’ (雪 ‘*yuki*’). Entretanto, para o autor (p. 499-500), a operação de *dantei* ocorreria no interior do pensamento do falante, no qual, “neve” e “branca” seriam dois distintos componentes do pensamento. O primeiro, àquele a qual é atribuída uma categoria (no caso, “neve”), seria o *sujeito* (主位 “*shui*”, para o autor), correspondente a “*subject*” no inglês, e o segundo, a categoria a ser atribuída, seria o *predicado* (賓位 “*hin’i*”, para o autor), correspondente a “*predicate*” no inglês.

Para o autor (p. 500), o terceiro componente do *dantei* seria, então, a *cópula*, (決素 “*kesso*”, para o autor), correspondente a “*copula*” no inglês, um elemento que validaria a correspondência ou não entre os outros dois elementos.

Ainda, Yamada (p. 501) coloca que, no inglês e no alemão, as cópulas seriam os verbos ‘*to be*’, ‘*to have*’ etc. e ‘*sein*’, ‘*haben*’ etc. Mas que, como, nessas línguas, os predicados eram sempre verbos, havia casos em que a cópula não apareceria formalmente, estando combinada com o verbo (referindo-se, então, às frases com predicado verbal).

Na língua japonesa, por outro lado, grande parte das vezes, a cópula é expressa junto com o *yôgen* que vem na posição de predicado. Isso é verificável na própria frase de exemplo fornecida por Yamada, 雪は白し “*yuki wa shiroshi*” (“a neve é branca”), que, nas línguas ocidentais, seria expressa com a utilização de um verbo ‘ser’, mas que, em japonês, possui como predicado um adjetivo *keiyôshi*, elemento que, conforme debatido na seção 1.3, tendo semelhanças sintáticas com os verbos *dôshi*, podem predicar as frases por si só. Reduzir-se-ia, assim, em grande medida a necessidade de se expressar cópula na língua japonesa.

Mas, nos casos em que fosse necessário expressar a cópula (então, frases com predicado nominal), finaliza o autor, poderia ser utilizado um predicador *yôgen* pró-forma 形式用言 *keishiki yôgen* – maneira pelo qual Yamada se referia aos *dantei no jodôshi*.

Essa deve ter sido, então, a origem da associação de “*dantei*” aos elementos que inicialmente vinham sendo tratados por *shitei no jodôshi*.

Percebe-se, também, nas colocações de Yamada um desenvolvimento semelhante à cópula de Abelardo, conforme apresentado na seção 2.3. Para Abelardo, toda proposição continha sujeito, predicado e cópula, de modo que todo verbo era copulativo. Entretanto, veio posteriormente a se generalizar tratar apenas o verbo ‘ser’ por *cópula*.

Em sentido semelhante, para Yamada, em toda operação de *dantei*, haveria os três componentes – sujeito, predicado e cópula. Entretanto, na forma linguística, i.e., na frase sendo expressa, a cópula geralmente era expressa dentro do verbo (ou *dôshi*). Mas também identifica, como sendo formas linguísticas da cópula, verbos como ‘ser’, ou, na língua japonesa, elementos tais quais os que ele chama de *keishiki yôgen* – os *dantei no jodôshi*.

Posteriormente às colocações de Yamada sobre o conceito de *dantei* como representação da ideia de “juízo” da filosofia ocidental, a utilização da denominação “*dantei*” começa a concorrer com a de “*shitei*” para se referir aos *jodôshi* que Ôtsuki classificara como *shitei no jodôshi*.

Uma das primeiras opções por “*dantei*” para classificar esses elementos deve ter sido a de Matsushita (1930) em “*Hyôjun nihon kôgo hô*” (“Gramática da língua japonesa falada padrão”), em que, utilizando a denominação 動助辞 *dôjoji* (“elementos auxiliares de movimento”) no lugar de *jodôshi*, vem a tratar os elementos do japonês moderno に ‘*ni*’, と ‘*to*’, な ‘*na*’, だ ‘*da*’ e です ‘*desu*’ como sendo 断定の動助辞 *dantei no dôjoji*¹⁷⁴ (p. 194-195).

¹⁷⁴ Chama atenção aqui que o autor trate por *jodôshi* autônomos os itens ‘*ni*’, ‘*to*’, ‘*na*’, geralmente classificados,

Na obra, o autor se preocupa apenas em listar os elementos que fariam parte dessa classe, mas não fornece nenhuma explicação sobre qual seria o significado de *dantei* do ponto de vista gramatical. Ainda que não se possa apreender ao certo de que maneira o autor entendia o conceito de *dantei*, deve ser provável que a opção por sua utilização tenha tido influência de Yamada.

Logo, então, *shitei* e *dantei* se tornaram mais ou menos sinônimos na gramática da língua japonesa.

Kazuo Kasuga (1969), por exemplo, que deve ter sido o principal autor a pesquisar o ‘*nari*’ e o ‘*tari*’ do japonês clássico, indica que *dantei* seria o mesmo que *shitei*, expressando que A é igual a B – ou seja, “*A wa B nari*” ou “*A wa B dearu*” (p. 283). Também reconhece os *dantei no jodôshi* como sendo a cópula da língua japonesa (p. 290).

Consultando-se, entretanto, a definição desses conceitos em dicionários de linguística do japonês, encontra-se algumas particularidades nas explicações.

Por exemplo, quanto à definição de 指定表現 *shitei hyôgen* (“expressões de *shitei*”) do dicionário de linguística da Sociedade de Estudos da Língua Japonesa, a atual *Nihongo Gakkai*, escrita pelo próprio Kasuga, tem-se:

EXPRESSÕES DE SHITEI

As expressões de *shitei*, [do ponto de vista terminológico] seriam aquelas que indicam e determinam¹⁷⁵ que algo “é ...”, mas [do ponto de vista de sua utilização prática] são expressões por meio da qual o falante declara, de maneira decisiva, a validade do conteúdo de um juízo (*handan*).

Também pode-se dizer que são expressões usadas para [o falante] oferecer uma informação [que julgue ser] segura¹⁷⁶.

Logo, em visão ampla, as chamadas expressões declarativas (*heijo hyôgen*) são todas expressões de *shitei*.

Em visão estrita, de maneira geral, diz-se que são expressões que indicam que, entre uma noção recebedora (sujeito) e uma noção hóspede (predicado), não há relação conflituosa ou contradição, estando os dois conectados numa relação pertinente do ponto de vista lógico.

Em contrapartida às [expressões contendo] informações desconhecidas ou não confirmadas (problemáticas), [as expressões de *shitei*] seriam expressões com informações do tipo *dantei* (assertivas), tal qual “*kore wa hon dearu*.” (“isto é um livro.”), em resposta a “*kore wa (nanika wakaranu ga) nani ka?*” (“o que é isto?”).

Também chamadas de *dantei hyôgen* ou *sotei hyôgen*.

Na lógica, seriam as proposições como expressões linguísticas de juízo, formadas a partir de uma cópula que unifica o sujeito e o predicado, como em “... *wa* ... *dearu*” (“... é ...”), combinando as duas noções em intensão

os dois primeiros, como flexão adverbial *ren'yôkei* de ‘*da*’, e, o último, como flexão adnominal *rentaikei* de ‘*da*’.

¹⁷⁵ Tal qual a explicação de Ôtsuki (1889, p. 32) apresentadas no início desta seção, Kasuga utiliza aqui a expressão 指して定める “*sashite sadameru*”, cujos *kanji* são os mesmos de 指定 ‘*shitei*’.

¹⁷⁶ Isto é, uma informação que a respeito da qual o falante tenha convicção de ser correta.

(pontos em comum) ou extensão (alcance). [...] ¹⁷⁷
(KOKUGO GAKKAI, 1980, p. 453)

Aqui, a ideia de *shitei* já aparece bem mais desenvolvida do que na época de Ôtsuki, já abarcando o conceito de “juízo” colocado por Yamada, mas utilizando-se agora não mais 断定 “*dantei*”, mas sim 判断 “*handan*” para se referir a esse conceito.

De fato, posteriormente a Yamada, passou-se a classificar o *juízo* em alguns subtipos, de modo que passa “*dantei*”, então, a se referir não mais ao próprio conceito de “juízo” em sua totalidade, mas a um dos possíveis tipos de juízo, conforme ficará claro na definição de *dantei*, que será apresentada na sequência.

Mas, ainda quanto à definição de *shitei* acima, chama atenção a colocação de que todas as “expressões declarativas” poderiam ser vistas como expressões de *shitei*. Este é um ponto que voltará a ser discutido na seção 4.3.3. adiante.

Também, Kasuga, na definição acima, coloca, além de 指定 *shitei* e 断定 *dantei*, uma nova opção terminológica, 措定 *sotei* (“assunção”), que deve remeter à teoria de Kanae Sakuma (1888-1970), que será discutida na próxima subseção, 4.3.2.

Em comparação à definição de *shitei* de Kasuga, acima, num dicionário de linguística mais recente, o “*Nihongo Bunpô Daijiten*” (“Grande dicionário da gramática da língua japonesa”), organizado por Yamaguchi & Akimoto (2001), pode-se encontrar a seguinte definição de *dantei*, escrita por Kôzô Komatsu:

DANTEI

É a operação de um juízo (*handan*), por parte de um falante, de que certa compreensão que lhe vem à mente a respeito de algum objeto (= conteúdo do pensamento) coincide com a realidade. Ou, ainda, a expressão desse juízo.

Um tipo de juízo ou, ainda, de expressão de juízo.

Expressado, no japonês antigo, pelos *jodôshi* ‘*nari*’ e ‘*tari*’ (que se conectavam a *taigen* ou à forma atributiva *rentai*, entre outros) e, no japonês moderno pelo *jodôshi* ‘*da*’.

No momento da operação de juízo, a distinção entre o conteúdo do seu pensamento em relação a um objeto e a realidade existe no interior da consciência do falante.

Por exemplo, como quando se diz “*Hana dearu ka sou denai ka*” (“É uma flor ou não é?”), a distinção entre o conteúdo do seu pensamento e a realidade existe na consciência do falante, sendo possível, além disso, a emissão de juízos tais como “*Hana da*” (“É uma flor.”), “*Hana darô*” (“Deve ser uma flor.”), “*Hana dattara naa*” (“Ah, se fosse uma flor...”).

Quando não existir essa distinção, a expressão não toma forma de juízo, mas expressa o conteúdo do pensamento tal qual ele é, como “*Hana*” (“É uma

¹⁷⁷ Tradução minha. Trechos entre colchetes são acréscimos meus. A íntegra do texto original, acompanhada de sua tradução completa, pode ser encontrada no Anexo deste trabalho.

flor”).

Por esse significado, expressões de juízo de *dantei*, ou outros, teriam alto grau de suporte da consciência da separação entre si próprio e o objeto.

Quanto à relação entre esse conteúdo do pensamento e a realidade, tomados como distintos, há três tipos de relação, de onde se formam três tipos de juízos e expressões.

1) formar juízo de que o conteúdo do pensamento e a realidade coincidem, e expressar esse juízo;

2) expressar o conteúdo do pensamento antes de determinar se coincide ou não com a realidade;

3) entender que o conteúdo do pensamento e a realidade não coincidem, e expressar esse conteúdo do pensamento.

O tipo 1 se chama *dantei* [...], o tipo 2 se chama *suiryô* [suposição] [...] e o tipo 3 se chama *kasô* [imaginação] [...].

Expressando-se que o conteúdo do pensamento coincide com a realidade, tal como em “*Hana da*” (“É uma flor.”), forma-se uma expressão de *dantei*. Deixando-se em suspenso a decisão de se há ou não coincidência [entre o conteúdo do pensamento e realidade] e expressando-se de forma a insistir nesse conteúdo tal qual veio à mente, como em “*Hana darô*” (“Talvez seja uma flor.”), forma-se uma expressão de *suiryô* (suposição).

Expressando-se não haver coincidência [entre o conteúdo do pensamento e a realidade], tal como em “*Moshi hana dattara naa*” (“Ah, se fosse uma flor!”), forma-se uma expressão de *kasô* (imaginação).

Dessa maneira, a classificação *dantei/suiryô/kasô* refere-se a uma questão da consciência do falante quanto à relação entre o conteúdo do seu pensamento e a realidade, não havendo relação direta com a verificação da realidade. [...] ¹⁷⁸ (YAMAGUCHI & AKIMOTO, 2001, p. 462)

Aqui fica mais clara a mudança da visão de que *dantei* se referiria ao conceito de juízo, para uma nova visão, em que *dantei* seria *um tipo* de juízo, sendo o conceito de *juízo*, então passado a ser referido por *handan*.

Fica também clara a proximidade do sentido de *handan* aqui utilizado com a ideia de *juízo* de São Tomás de Aquino, apontada por Narahara (2002, p. 21-22) em 3.2, de acordo com a qual, o juízo seria uma operação intelectual visando o reconhecimento da verdade.

Em 「日本文法口語篇」 “*Nihon bunpô: kôgohen*” (“Gramática japonesa: língua moderna”) de 1950, Tokieda, por exemplo, já vem a usar a terminologia “*handan*” para descrever o seu *shitei no jodôshi* – sem utilizar, entretanto, a ideia de “*dantei*”.

Coloca o autor: “*Shitei no jodôshi* são as palavras que expressam um simples juízo afirmativo do falante” ¹⁷⁹ (TOKIEDA, 1980, p. 155 – grifo meu). No trecho, “juízo afirmativo” corresponde a 肯定判断 “*kôtei handan*”, no original.

Dessa maneira, vejamos, na seção seguinte, o tratamento que proeminentes autores

¹⁷⁸ Tradução minha. Trechos entre colchetes são acréscimos meus. A íntegra do texto original, acompanhada de sua tradução completa, pode ser encontrada no Anexo deste trabalho.

¹⁷⁹ Tradução minha. Original: 指定の助動詞は、話手の単純な肯定判断を表わす語である。

direcionaram aos *dantei no jodôshi*, e de que maneira o conceito de *handan* como *juízo* se desenvolveu.

4.3.2. Do *setsumei sonzaishi* de Yamada ao *hanteishi* de Watanabe

Além da visão, então, de que elementos como ‘*nari*’ e ‘*tari*’ do japonês clássico, ou ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’ do japonês moderno sejam um tipo de *jodôshi* – *shitei no jodôshi*, ou *dantei no jodôshi* –, há algumas visões mais particulares, mas que geralmente tomam esses elementos como um tipo de verbo *dôshi* defectivo ou incompleto.

Kasuga (1969, p. 290) aponta que, por exemplo, Suejirô Matsuo se referia a esses elementos como 不完全動詞 *fukanzen dôshi* (“verbos incompletos”) e Kiyoshi Tokuda, como 従動詞 *jûdôshi* (“verbo secundário”).

No mesmo sentido, como já colocado em 4.2.2, Yamada (1908, p. 312) tratava esses elementos como um tipo de 形式用言 *keishiki yôgen* (“predicadores pró-forma”), tendo em vista que quase não expressariam conteúdo semântico, tendo atuação principalmente formal.

Para o autor (p. 336), olhando apenas o japonês clássico, o あり ‘*ari*’, seria um elemento que exprimiria a existência das coisas, e, por isso, o chamou também de 存在動詞 *sonzai dôshi* (“verbo de existência”). Geralmente, o ‘*ari*’ seria acompanhado de elementos que indicassem tempo, lugar, ou estado como em:

(51) 昔小野の篁といふ人ありけり。

Mukashi Ono-no-Takamura to ifu[iu] hito ari keri.

Antigamente / Ono no Takamura / REFERÊNCIA / chamar / pessoa / existir / PASSADO

“Antigamente, havia um homem chamado Ono no Takamura.”

Por outro lado, haveria casos em que elementos de tempo, lugar ou estado não seriam expressos, de modo que estes deveriam ser inferidos. Entretanto, haveria, ainda, casos muito abstratos, em textos teóricos, em que não seria expresso nem poderiam ser aferidos espaço, tempo ou estado.

Isso se dá, pois, em tratados científicos ou filosóficos, por exemplo, abstrai-se a relação de tempo e espaço, expressando a teoria, abstrata, de maneira idealizada e formal. Dessa maneira, pode-se reconhecer uma natureza especial, genuinamente pró-forma, desta palavra [‘*ari*’].¹⁸⁰
(YAMADA, 1908, p. 336-337 – grifo meu, trecho entre colchetes é adição)

¹⁸⁰ Tradução minha. Original: これ科学的哲学的なる論文などにありては時間空間の關係を捨象して理想的に、形式的に抽象的理論を述ぶるものなればなり。これを以てもこの詞の純粹に形式的なる特別な性質を認めらるなり。

minha).

O autor não apresenta nenhum exemplo desse tipo de utilização de ‘ari’ como elemento isolado, mas aponta que essa utilização “genuinamente pró-forma” de ‘ari’ ocorreria também nos elementos em este ‘ari’ ocorre aglutinado, tal como a flexão *kari* dos adjetivos *keiyôshi*¹⁸¹ (p. 340), ou os elementos ‘nari’ e ‘tari’¹⁸² (p. 343), sendo todos estes classificados pelo autor, como 純粹形式用言 *junsui keishiki yôgen* (“predicadores pró-forma genuínos”).

Este predicador *yôgen* [‘ari’] é um elemento que, posicionado normalmente após a forma [dos elementos], atua de modo a explicar as coisas, mas, apenas explicando-as, não antecipa nenhum tipo de propriedade. Assim, poder-se-ia dizer que representa quase totalmente a parcela fundamentalmente pró-forma dos predicadores *yôgen*.¹⁸³
(YAMADA, 1908, p. 336)

Sobre ‘nari’ e ‘tari’, o autor coloca que esses elementos atuariam no que chamou de “operação de apercepção” (統覚作用 *tôkaku sayô*)¹⁸⁴. Para Yamada, essa seria uma operação de união de duas ideias distintas (mais ou menos correspondentes a sujeito e predicado), mas que ocorreria a princípio mentalmente, a nível da consciência. Na linguagem, essa operação seria manifestada a partir do 陳述 *chinjutsu*, conceito já discutido nas subseções 4.2.3.2 e 4.2.3.3, que se refere a um fenômeno de encerramento e conclusão da frase linguística, e que, para Yamada, seria realizada primariamente a partir dos predicadores *yôgen*.

[...] considerando que a capacidade de *chinjutsu* existe nestes *keishiki yôgen*, estes corresponderiam aos elementos que, na lógica, são chamados de *cópula*. Do ponto de vista psicológico, são elementos que expressaram concretamente a chamada operação de apercepção. Chamarei estes elementos de verbos de explicação.
(YAMADA, 1908, p. 343 – grifo meu)

Se, nesta que foi a primeira grande obra do autor, Yamada se referia ao ‘ari’ como um 存在動詞 *sonzai dôshi*, verbo de existência, e a ‘nari’, ‘tari’, como 説明動詞 *setsumeï dôshi*, verbos de explicação, posteriormente, veio a se fixar na terminologia do autor a denominação 存在詞 *sonzaishi* (“elemento de existência” ou “palavra de existência”) para se referir ao ‘ari’

¹⁸¹ A flexão *kari* será brevemente explicada na subseção 5.2.2.1 adiante.

¹⁸² Conforme já discutido nas seções 3.2 e 3.3, e voltará a ser colocado ao longo do capítulo 5, ‘nari’ é formado da ligação de ‘ni’ + ‘ari’, e ‘tari’, da ligação de ‘to’ + ‘ari’.

¹⁸³ Tradução minha. Original: さてこの用言は事物につきて普通的形式の下に説明するものにして、唯之を説明すといふのみにして如何なる属性をも予想せざるものなり。かゝれば殆一切の用言の基本的形式的部分を代表せるものといふべし。

¹⁸⁴ Provável tradução de “*Apperzeption*”, terminologia do psicólogo alemão Wilhelm Wundt (1832-1920). Fukasawa (1991, p. 67) traduz “*tôkaku sayô*” como “operação de percepção”, enquanto Okata & Mukai (2012, p. 188) utilizam o termo “apercepção”, que, de acordo com os autores, seria uma “ação mental de concatenação”.

e seus derivados, e, mais especificamente, 説明存在詞 *setsumei sonzaishi* (“palavras de existência explicativas”) para se referir a ‘*nari*’, ‘*tari*’ e seus correspondentes modernos.

Em obra posterior, 「日本口語法講義」 “*Nihon kôgo hô kôgi*” (“Exposição sobre a gramática da língua japonesa falada”), de 1922, voltada para o japonês moderno, Yamada (1970, p. 85) trata o ‘*aru*’, versão moderna do antigo ‘*ari*’, como palavra de existência, *sonzaishi*, e os elementos ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’ como sendo palavras de existência explicativas, *setsumei sonzaishi*. Sendo estes últimos, todos, formados por um ‘*aru*’ interno¹⁸⁵, seriam casos, entretanto, em que o ‘*aru*’ não expressaria mais sentido de existência, mas apenas força de *chinjutsu* – o que poderia ser entendido como força de predicação.

Dessa forma, conciliando também as considerações de Yamada colocadas na seção anterior, sobre o conceito de 断定 *dantei*, pode-se entender que o autor enxergava os elementos como ‘*nari*’, ‘*tari*’, ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’ como termos que, contendo dentro de si um elemento ‘*ari*’ ou ‘*aru*’, cuja principal função seria a de expressar existência, abstraem o sentido de existência, passando simplesmente a atuar de maneira pró-forma como predicadores, combinando-se a nomes *taigen*, de modo a operar predicação, estabelecendo um *juízo* de que determinado elemento possui determinada propriedade.

Kasuga (1968), posteriormente, seria o principal autor a estudar, com base nesse ponto de vista de Yamada, os termos que seriam elementos de existência, *sonzaishi*, do japonês clássico, cujos desenvolvimentos serão apresentados no próximo capítulo, 5.

Na mesma época, também Sakuma, em 「現代日本語の表現と語法」 “*Gendai nihongo no hyôgen to gohô*” (“Expressão e gramática da língua japonesa moderna”), de 1966, retomaria as ideias de existência (存在 *sonzai*) e *juízo* contidas na obra de Yamada, mas para este último, já se referia, não mais como 断定 *dantei*, mas como 判断 *handan* – enquanto *dantei* passa a ser visto como um tipo de *handan*, assim já nos conformes da definição de *dantei* do dicionário de linguística de Yamaguchi & Akimoto (2001, p. 462) apresentada na seção anterior.

Sakuma (1966, p. 286) coloca que, na língua japonesa moderna, as palavras de existência, *sonzaishi*, seriam, não apenas ‘*aru*’, mas também ‘*iru*’, sendo o primeiro normalmente utilizado para coisas inanimadas, e, o segundo, para pessoas ou animais¹⁸⁶.

Já quanto aos *setsumei sonzaishi*, i.e., as palavras de existência explicativas, estes seriam, no japonês moderno, ‘*dearu*’, ‘*da*’, ‘*desu*’, ou as formas de tratamento ‘*dearimasu*’ e

¹⁸⁵ Conforme já apontado em 3.5.

¹⁸⁶ O ‘*ari*’ do japonês clássico, por outro lado, era utilizado tanto para seres animados quanto inanimados.

‘degozaimasu’ (p. 288-289).

Comentando as classificações de Hashimoto, chama também atenção Sakuma (p. 289), ao fato de que, em comparação à maioria dos *jodôshi*, que só se conectam a predicadores *yôgen*, haveria *jodôshi* que poderiam se ligar a outros tipos de termos, entre eles, ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*rashii*’. Destes, os primeiros, ‘*da*’ e ‘*desu*’, conforme a classificação de Hashimoto, exprimiriam especificação (*shitei*), e, o último, ‘*rashii*’, suposição (*suiryô*) (p. 290).

Assim, resolve tratar esses *jodôshi* de especificação e de suposição como membros de um único grupo, a que se referiu por 措定の語 “*sotei no go*”¹⁸⁷ (“termos de assunção”). Conforme o dicionário Michaelis, 措定 “*sotei*” remete ao conceito filosófico de “assunção” ou “suposição”, que é definido da seguinte forma no dicionário de filosofia de Abbagnano (2007, p. 85-86):

ASSUNÇÃO (gr. λήψις; lat. *Sumptio*; in. *Assumption*, *sumption*; al. *Vordersatz*; it. *Assunzione*). A proposição que se escolhe como premissa do raciocínio; ou então o ato de escolher uma proposição com essa finalidade (cf. CÍCERO, *De divin.*, II, 53, 108).

Mais precisamente, a proposição que se escolhe como *primeira* premissa do silogismo e que às vezes é também chamada lema (v.) (cf. HAMILTON, *Lectures on Logic*, I, p. 283)

A A[ssunção] não implica necessariamente a verdade da premissa que se assume. Pode-se assumir uma proposição verdadeira ou uma hipótese ou ainda uma proposição falsa com o fim de refutá-la.

Para Sakuma (1966, p. 292), a assunção (*sotei*) seria um tipo de juízo (*handan*) e poderia ser dividida em dois tipos: quando expressa com *jodôshi* ‘*rashii*’, seria uma suposição (*suiryô*), e quando expressa com ‘*da*’ ou ‘*desu*’, seria *dantei*.

Neste ponto, então, em que se desenvolve a ideia de *juízo* no interior da gramática japonesa, deve ser interessante verificar a que se refere o conceito de *juízo* da filosofia ocidental, e a que tipo de *juízo* corresponderia o *dantei* japonês.

Conforme o dicionário de filosofia de Branquinho *et alii* (2006), tem-se, para *juízo*:

juízo

Tradicionalmente, o ato de estabelecer uma relação entre um sujeito e um predicado, ou a própria relação estabelecida, que se costuma simbolizar como “S é P”; por exemplo: “Sócrates é mortal”. Nesta acepção, só exprimem juízos as frases que têm a forma sujeito-predicado: “Está chovendo” ou “Sócrates é mais alto do que Platão” não exprimem juízos.

Numa acepção mais lata, um juízo é o que hoje se chama “afirmação”, sofrendo da mesma ambiguidade ato-objeto: tanto se pode falar do ato de ajuizar como do objeto do juízo. O ato de ajuizar é o que hoje se chama *atitude*

¹⁸⁷ Daí procede Kokugo Gakkai (1980, p. 453), na seção anterior, ter se referido às expressões de 指定 *shitei* como também expressões de 措定 *sotei*.

proposicional; o objeto do juízo é uma proposição. Tradicionalmente, classificavam-se os juízos, quanto às modalidades, em apodícticos, assertivos e problemáticos.”

(BRANQUINHO *et alii*, 2006, p. 436 – grifo meu)

A conceituação acima colocada fica mais bem compreendida se se examinar o conceito de “atitude proposicional” acima mencionada.

Na longa definição, no mesmo dicionário, os autores colocam:

atitude proposicional

Termo cunhado por Bertrand Russell (1872-1970) para designar uma das duas categorias centrais de estados e acontecimentos psicológicos em que se tornou habitual dividir a totalidade dos fenômenos mentais; [...]

A outra classe de estados mentais é a classe das experiências; [...]

A razão para a escolha do termo “atitude proposicional” é, tal como indicado pela sua estrutura, dupla. Por um lado, trata-se de estados psicológicos atitudinais, [...]. Por outro lado, o objeto dos estados mentais – aquilo que é aceito, rejeitado, etc. – é identificado como uma proposição, ou seja, algo que é semanticamente avaliável e que possui um valor de verdade de uma forma absoluta, não relativizada por nenhum contexto ou propósito.

Exemplos de atitudes proposicionais são, assim, para além de crenças e desejos, pensamentos, juízos, receios, perplexidades, ansiedades, esperanças, memórias, conhecimentos, etc. Alguns desses estados psicológicos, como é em geral o caso de juízos e pensamentos, são estados ocorrentes, ou seja, episódios mentais conscientes e imediatos (como, p. ex., o pensamento que acabou de me ocorrer de que hoje é feriado); [...]

(BRANQUINHO *et alii*, 2006, p. 72-78)

O dicionário de filosofia de Abbagnano (2007, p. 591-593), por outro lado, aponta uma muito maior diversidade de opiniões, de diferentes filósofos, a respeito da ideia de *juízo*, ficando, assim, difícil de precisar a qual acepção específica de juízo, com maior exatidão, Yamada remetia o seu *dantei*, ou a partir de qual acepção os linguistas posteriores, incluindo Sakuma, passaram a compreender o conceito de *handan*.

Mas considerando as colocações de Branquinho *et alii* (2006), acima, de ser o *juízo* um tipo de *atitude proposicional*, que, por sua vez, seria um tipo de fenômeno *mental*, pode-se entender que uma conceituação mais ou menos geral da ideia de *juízo* seria a de uma atitude mental (proposicional) por parte do falante a respeito do conteúdo de um enunciado (ou proposição), o que se aproxima bastante da ideia de *juízo* colocada por Yamaguchi & Akimoto (2001, p. 462) como um tipo de julgamento a respeito da correspondência ou não à realidade de determinado conteúdo que lhe vem à mente – conteúdo que poderia ser entendido, nos termos da filosofia ocidental, como um *conteúdo proposicional*.

Conforme a definição de *dantei* desses autores, anteriormente apresentada, o proferimento de um nome *taigen* sem a presença de um *dantei no jodôshi*, como em “Hana”

(“(É uma) flor”)¹⁸⁸ seria uma mera expressão do conteúdo do pensamento, sem que tenha sido operado nenhum juízo sobre este. A adição de um *dantei no jodôshi*, como em “*Hana da*” (“É uma flor”), por exemplo, dotaria a expressão não apenas de um conteúdo imaginado, mas também de um juízo sobre este: um juízo do tipo *dantei*.

Mas, se “*dantei*” tem sido traduzido como “asserção” em trabalhos brasileiros, corresponderia o juízo de *dantei*, então, ao juízo assertivo da filosofia ocidental?

Verificando a definição de *juízo assertivo*, tem-se:

assertivo, juízo

Tradicionalmente, dizia-se que os juízos assertivos afirmam a atualidade [...], contrastando com os apodícticos, que afirmam a necessidade, e com os problemáticos, que afirmam a possibilidade. Por exemplo, “Sócrates era grego” exprime um juízo assertivo, porque Sócrates era efetivamente grego (era grego no mundo atual); “Sócrates era um ser humano” exprime um juízo apodíctico, se aceitarmos que Sócrates era necessariamente um ser humano (era um ser humano em todos os mundos possíveis em que tenha existido); e “Sócrates era chinês” exprime um juízo problemático, se aceitarmos que Sócrates era possivelmente chinês, apesar de ter sido efetivamente grego (no mundo atual Sócrates era grego, mas há alguns mundos possíveis nos quais era chinês). Esta terminologia foi usada por Kant e outros filósofos do passado, mas caiu em desuso.

(BRANQUINHO *et alii*, 2006, p. 71-72)

Considerando que a divisão entre os juízos de *dantei* / *suiryô* (suposição) / *kasô* (imaginação) colocados por Yamaguchi & Akimoto (2001, p. 462) não correspondem à divisão assertivo / apodíctico / problemático colocada acima, não é possível tomar essa associação como certa. Mas fica claro, entretanto, que a ideia de juízo assertivo tem de fato proximidades com a ideia de *dantei*, como sendo um reconhecimento da correspondência entre o pensamento (a proposição imaginada) e a realidade.

Aqui, entretanto, afasta-se da ideia de *asserção* como um ato linguístico (em contraposição a um ato interrogativo ou imperativo, por exemplo), tomando a *asserção* como um ato mental de constatação da realidade, que acabaria expressa na linguagem.

A comparação entre o *dantei* japonês e a *asserção* ocidental, voltarão a ser discutidos na subseção 4.3.3 a seguir.

Antes, vejamos, ainda, outros tratamentos direcionados aos *dantei no jodôshi* por

¹⁸⁸ No caso, “*Hana*” não se refere à palavra ‘*hana*’ (“flor”) tomada em abstrato, mas ao proferimento concreto de uma frase contendo unicamente a palavra ‘*hana*’ (“flor”). Deve-se ter em mente que, na língua japonesa, basta haver um predicado, mesmo que sem sujeito, para que a frase seja completa e que, no caso de predicados nominais, tal como em (12), é possível omitir o *dantei no jodôshi* que atuaria como predicador. Desta maneira, frases contendo um único substantivo *meishi*, como “*Hana*”, com o significado aproximado de “É uma flor”, podem ser frases completas na língua japonesa.

autores japoneses.

Minoru Watanabe, provavelmente o mais tardio dos grandes autores da tradição *kokugogaku*, cuja gramática girava em torno da definição das funções linguísticas dos elementos do discurso (DOI & SUZUKI, 2012, p. 130-131), entendia os *jodôshi* como componentes que atuavam no interior do predicado, ainda que não os reconhecesse como sendo uma classe gramatical própria (KITAHARA, 1987, p. 41).

Em 「国語構文論」 “*Kokugo kôbunron*” (“Sintaxe da língua nacional”), de 1971, o autor propõe a seguinte classificação dos *jodôshi*:

Tabela 4 – Classificação dos *jodôshi* de Minoru Watanabe

	第 1 類 Classe 1		第 2 類 Classe 2		第 3 類 Classe 3		
甲種 Grupo A	だ da		らしい rashii		だろう darô		
乙種 Grupo B	せる (させる) seru (saseru)	れる (られる) reru (rareru)	たい tai	そうだ sôda	ない nai	た ta	う (よう) u (yô)
						まい mai	

Fonte: Watanabe (1971, p. 113); tradução e adaptação em horizontal baseadas em Fukasawa (1991, p. 96-97).

A classificação em classes acima proposta demonstra a progressão da enunciação do predicado à camada externa de modalidade, conforme foi discutido na subseção 4.2.3.3, sobre a diferença entre os *jodôshi* e as partículas finais *shûjoshi*.

Enquanto os elementos da classe 1 são aqueles que atuam no interior do predicado, aqueles da classe 2 extrapolariam os limites do predicado, atuando, ao mesmo tempo no interior deste e na camada externa de modalidade. Já os *jodôshi* da classe 3 seriam aqueles que atuariam exclusivamente na camada externa de modalidade, e seriam unidades equivalentes aos *shûjoshi* (FUKASAWA, 1991, p. 93).

Por outro lado, a divisão em grupos (A/B) se refere à concatenação dos *jodôshi*. Enquanto os *jodôshi* do grupo B são aqueles que se conectam somente a predicadores *yôgen* (ou a outros *jodôshi* que estejam encadeados posteriormente a predicadores *yôgen*), os *jodôshi* do grupo A, ‘da’, ‘rashii’ e ‘darô’ seriam aqueles que poderiam se conectar a diversos tipos de

elementos: enquanto ‘*da*’ se conectaria a nomes *taigen*, ‘*rashii*’ e ‘*darô*’ podem se conectar a quaisquer tipos de elementos. Os elementos desse grupo A, acrescidos das partículas *joshi* か ‘*ka*’ e さ ‘*sa*’ foram chamados por Watanabe de 判定詞 *hanteishi* (“palavras de juízo” ou “elementos de juízo”).

Ainda que utilizando 判定 “*hantei*” em vez de 判断 “*handan*”, Watanabe contribuiu, então, para aprofundar a ideia de *juízo* na gramática da língua japonesa.

Do ponto de vista formal, por outro lado, elementos como ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’ eram vistos pelo autor, não como *jodôshi*, mas como um tipo de verbo *dôshi* defectivo (SATÔ, 1992, p. 159), de maneira, então, próxima à visão de Yamada, que os tratava por predicadores pró-forma *keishiki yôgen*.

Posteriormente, passando a vigorar a corrente linguística usualmente reconhecida como *nihongogaku* – no interior da qual, não se costuma reconhecer os *jodôshi* como classe gramatical, tornando-se comum a classificação do predicado quanto a tempo e/ou aspecto, entre outros, podendo ser visto esse tipo de tratamento também voltado aos elementos do predicado nominal.

Nesse contexto, ao tratar do predicado formado por adjetivos *keiyôdôshi* (a que se refere por “*keiyôshi* flexionados em ‘*na*’” – な活用の形容詞 “*na-katsuyô no keiyôshi*”) Mikami (1972, p. 169) classifica os elementos até então normalmente reconhecidos como *shitei/dantei no jodôshi* subdividindo-os em *formas textuais* (文章体 “*bunshôtai*”) e *formas orais* (談話体 “*danwatai*”). No primeiro grupo, estariam ‘*dearu*’ como forma padrão (普通体 “*futsûtai*”) e ‘*dearimasu*’ como forma polida (丁寧体 “*teineitai*”). Entre as formas orais, estariam ‘*da*’ como forma normal, ‘*desu*’ como forma polida e ‘*degozaimasu*’ como forma de polidez excessiva (御丁寧体 “*goteineitai*”).

Por outro lado, Hideo Teramura, autor proeminente da *nihongogaku*, cuja gramática, de acordo com Shirakawa (2007, p. 52), teria passado a fundamentar o ensino de japonês para estrangeiros, em 「日本語のシンタクスと意味」 “*Nihongo no shintakusu to imi*” (“Sintaxe e semântica da língua japonesa”), de 1982, vem a analisar esses elementos com base na noção de *handan/juízo*.

Teramura (1982, p. 171-172) se refere aos elementos ‘*da*’, ‘*desu*’, ‘*dearu*’, ‘*dearimasu*’ e ‘*degozaimasu*’ como “*hanteishi*”, conforme terminologia de Watanabe, entendendo que a formação substantivo *meishi* + *hanteishi* constituiria um predicado. Aludindo, também, às

opções terminológicas de Sakuma, “*handan*” (“juízo”) e “*sotei*” (“assunção”), não vem, entretanto, a falar em *dantei*. Em vez disso, coloca que o predicado com *hanteishi* poderia expressar *juízo de identidade* (同定判断 “*dôtei handan*”) ou *juízo de classificação* (類別判断 “*ruibetsu handan*”).

Tendo verificado, então, algumas das principais visões de linguistas japoneses a respeito desses elementos aqui tomados como *dantei no jodôshi*, assim como traçado comparações entre o conceito de *handan* da gramática japonesa, e o *juízo* da filosofia ocidental, na subseção seguinte, será discutido a respeito de possíveis abordagens a esses conceitos, assim como traduções dessas terminologias, no contexto de trabalhos brasileiros a tratar da língua japonesa.

4.3.3. Pensando a definição e a tradução de “*dantei no jodôshi*”

O primeiro questionamento a ser levantado aqui deve ser o de se esses elementos, como ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’, assim como os clássicos ‘*nari*’ e ‘*tari*’, seriam ou não um tipo de 助動詞 *jodôshi*.

Além da visão de que esses elementos são *jodôshi*, tal como os casos de Hashimoto ou Tokieda, existe a visão de que sejam um tipo de verbo *dôshi* defectivo ou incompleto, que pode ser observada na opção de Yamada, de se referir a esses elementos como 形式用言 *keishiki yôgen* (“predicadores pró-forma”), passando pelas posições de Matsuo e Tokuda, de se referirem a esses elementos por 不完全動詞 *fukanzen dôshi* (“verbos incompletos”) e 従動詞 *jûdôshi* (“verbos secundários”), chegando ao 判定詞 *hanteishi* (“elementos de juízo”) de Watanabe.

A visão de que esses elementos são um tipo de verbo incompleto parece ser fundamentada, uma vez que suas flexões são semelhantes às de verbos *dôshi*, porém apresentando menores possibilidades de flexão do que estes últimos.

Entretanto, conforme discutido ao longo da seção 4.2 anterior, sendo todos os *jodôshi*, formações derivadas de predicadores *yôgen* a atuar de maneira auxiliar, é possível imaginar que sejam todos um tipo de predicador *yôgen* auxiliar incompleto – de modo que aqueles derivados de verbos *dôshi* (um tipo de predicador *yôgen*), possam ser, então, também considerados como verbos incompletos.

Se tomada a visão de *jodôshi* defendida na subseção 4.2.3, de que estes seriam elementos, em sua maioria flexionáveis, a atuar no interior do predicado, com menor autonomia

morfossintática do que a dos verbos auxiliares, não parece haver muito problema em considerar que os elementos normalmente tomados por 断定の助動詞 *dantei no jodôshi* sejam, de fato, um tipo de *jodôshi*.

A recusa de muitos autores a tratá-los por *jodôshi* deve estar relacionada ao fato de que, ao contrário da maioria dos elementos desta classe, os elementos como ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’ atuam no interior dos predicados nominais, e não nos predicados de *yôgen*.

Deve ser esta, então, meramente uma questão de opção classificatória – tendo esses elementos atuação semelhante à de *jodôshi*, poder-se-ia classificá-los como tal, ou considerando a particularidade destes elementos de atuarem no predicado nominal, poder-se-ia alocá-los numa classe gramatical própria. Não há grandes motivos para dizer que uma ou outra opção seja incorreta.

Um argumento contra a possibilidade de tratar esses elementos por *jodôshi* talvez seja o ponto de vista de que seriam uma forma aglutinada de uma partícula *joshi* に ‘*ni*’, と ‘*to*’ ou で ‘*de*’ a um verbo *dôshi* あり ‘*ari*’ ou ある ‘*aru*’ (podendo, na língua clássica, inclusive, ser utilizado de maneira não aglutinada にあり ‘*ni ari*’), de modo que, por isso, deveriam ser tratados como meras formas verbais que tiveram partículas aglutinadas. Por já terem uma partícula *joshi* dentro de si, sua sintaxe, ao contrário da dos demais verbos *dôshi*, pode dispensar o intermédio de partículas *joshi* para se posicionar após itens nominais.

Entretanto, conforme será discutido ao longo da seção 5.2 adiante, estes ‘*ni*’ ‘*to*’ e ‘*de*’, antes de se aglutinarem a ‘*ari*’ ou ‘*aru*’, teriam passado não mais a atuar como partículas locativas etc., mas como elementos que atribuíam um status adverbial aos nomes *taigen* a que se posicionavam, de modo que Yamaguchi (2002, p. 79) vem a se referir ao ‘*de*’, não como partícula, mas como 準助動詞 *jun-jodôshi*, i.e., “*semi-jodôshi*”, como sendo um tipo de *jodôshi* apenas com forma *ren’yôkei*.

Indo no mesmo sentido, conforme colocado na seção 3.4, também Narahara (2002, p. 126), defendia que o ‘*nari*’ tivesse uma formação copular dupla – ‘*ni*’ seria uma forma adverbial de cópula (para a autora, flexão de ‘*zo*’), e ‘*ari*’, uma segunda cópula.

Por esse ponto de vista, pode-se entender que as formações como ‘*nari*’ ou ‘*dearu*’ teriam surgido da ligação de um *jodôshi*, ou *semi-jodôshi*, a um verbo auxiliar *hojodôshi* ‘*ari*’, podendo assim, ser pensados como formas compostas de *jodôshi*, o que, então, reforçaria a possibilidade de que sejam vistos como *jodôshi*.

Assim, o tratamento desses elementos por *jodôshi* não deve ser incorreto. Mas e quanto

ao sentido de 断定 “*dantei*” ou 指定 “*shitei*”? Como deve ser a melhor maneira de tratar esses conceitos? Qual deve ser a maneira mais adequada de se referir a esses conceitos em português?

Conforme colocado na seção 1.6, Fukasawa *et alii* (1989, p. 85-89) traduziram “*dantei*” por “juízo”, de modo que だ ‘*da*’ indicaria “puramente, noção de julgamento” (p. 85), enquanto です ‘*desu*’, exprimiria, além de julgamento, polidez (p. 88), そうだ ‘*sôda*’, acrescentaria a noção de “aparência” à de julgamento (p. 88), e ‘*rashii*’ e ‘*darô*’ acrescentariam a ideia de suposição à de julgamento (p. 89).

Aqui, parece estar sendo considerada a acepção de Yamada (1908, p. 499), discutida na subseção 4.3.1 acima, de “*dantei*” como equivalente a “*judgement*” e “*Urteil*” do inglês e alemão. Entretanto, conforme colocado na mesma subseção, os dicionários de filosofia de Abbagnano (2007, p. 591-593) e Branquinho *et alii* (2006, p. 436) se referem a esse conceito, em português, não como “juízo”, mas como “juízo”.

Além disso, as autoras reconhecem, também, a utilização desse conceito de “juízo”/“juízo” não apenas no elemento ‘*da*’, podendo ser encontrados alguns outros tipos de julgamento/juízo, como o de “suposição” e o de “aparência”, respectivamente, em *jodôshi* como らしい ‘*rashii*’ e そうだ ‘*sôda*’.

Entretanto, conforme as definições de 断定 “*dantei*” de Yamaguchi & Akimoto (2001, p. 462-463) e de 指定表現 “*shitei hyôgen*” (“expressões de *shitei*”) de Kokugo Gakkai (1980, p. 453-454) apresentadas, parece ter se convencido, posteriormente a Yamada, não mais tratar *dantei* como se referindo ao conceito de *juízo*.

Enquanto passa-se a se referir ao conceito de *juízo* por 判断 “*handan*”, *dantei* passa ser tido como um tipo específico de *juízo*, de modo a não mais comportar uma colocação tal como a de que o ‘*da*’ exprimiria “puramente, noção de julgamento”.

Nesse cenário, em que o conceito de *juízo* parece ter se desenvolvido para além da definição de Yamada em 1908, o *juízo*, ou *handan*, seria um tipo de posicionamento do falante em relação ao conteúdo do seu pensamento sendo expresso num determinado proferimento. O *jodôshi* ‘*da*’ exprimiria, então, um tipo de *juízo* a que os japoneses se referem por “*shitei*” ou “*dantei*”.

Ainda que sejam “*shitei*” e “*dantei*” termos com significados distintos na linguagem cotidiana (o primeiro com o sentido de “especificação”, e, o segundo, com o sentido de “decisão”), parecem ser tomados mais ou menos como sinônimos em acepção gramatical.

Em trabalhos brasileiros, é “*dantei*” que tem predominado, de modo que, em obras como Morales (2011) e Suzuki *et alii* (2012), aparece traduzido como “asserção”.

Nesse contexto, uma explicação interessante do conceito de “*dantei*”, já apresentada na seção 1.6, é a de Mukai & Suzuki (2016, p. 154), que classificaram o ‘*da*’ da seguinte maneira:

auxiliar verbal [que] expressa asserção, ou seja, um julgamento afirmativo do que é dito. O auxiliar verbal だ [‘*da*’] acrescido a um nome (que só se refere a dados da realidade) tem a função de lhe atribuir função predicativa. Em textos escritos ou formais é frequentemente substituído por です [‘*desu*’] e o である [‘*dearu*’] é normalmente utilizado em textos informativos (científicos, acadêmicos, jornalísticos), que pressupõem interlocutores indeterminados.

Essa definição parece estar alinhada à visão de que *dantei* seja um tipo de *juízo/julgamento*.

Conforme colocado na subseção anterior, 4.3.2, “asserção” seria um dos tipos de juízo reconhecidos na filosofia. De acordo com a definição de Branquinho *et alii* (2006, p. 71-72), o juízo assertivo seria aquele que corresponderia à realidade atual, em contrapartida a juízos que afirmariam uma necessidade (apodítico) e uma possibilidade (problemático).

Pode-se dizer que há aí proximidades reconhecíveis com a definição de “*dantei*” exposta em Yamaguchi & Akimoto (2001, p. 462-463), por exemplo, de que o juízo de *dantei* seria aquele em que o falante reconhece a correspondência do enunciado à realidade do mundo.

Por outro lado, como conceito da linguística ocidental, conforme discutido em 1.6, encontra-se algumas definições um pouco diferentes para “asserção”.

Na definição de Dubois *et alii* (2011, p. 68), já apresentada em 1.6, mas repetida abaixo, “asserção” seria o tipo de frase de transmissão de conhecimento, oposta à frase imperativa ou interrogativa.

asserção

Asserção é o modo ou tipo de comunicação instituído pelo falante entre si e o seu interlocutor e que consiste em fazer suas orações dependerem de uma frase implícita *Digo-lhe que* (“Trago ao seu conhecimento o fato de que”). A interrogação depende da frase implícita *Pergunto-lhe se* e o imperativo da frase *Ordeno-lhe que*.

assertivo

A *frase assertiva*, oposta à frase interrogativa e à frase imperativa; é definida por seu status, a asserção (*sin.: frase declarativa*). *Paulo vem* é uma frase assertiva ou declarativa, oposta à frase interrogativa *Paulo vem?* e à frase imperativa *Venha, Paulo!*

Na versão japonesa do mesmo dicionário (DUBOIS *et alii*, 1990, p. 273), as duas

definições acima, de “asserção” e “assertivo”, aparecem com os títulos 断定 “*dantei*” e 断定文 “*dantei bun*” (em que 文 “*bun*” significa “frase”), o que reforça a associação entre os conceitos de *dantei* e *asserção*.

Asserção também é um conceito que deve ter certa relevância na pragmática dos atos de fala, no âmbito da qual, Searle (1969, p. 22-23) a enxerga de maneira semelhante à definição acima, em oposição a formas expressivas como imperativo e interrogativo, enquanto Austin (1962, p. 87), por outro lado, também opõe a asserção à negação, aproximando-a à ideia de *afirmação*.

Entretanto, verificando as traduções de Hyakudai Sakamoto dessas obras para o japonês (no caso da obra de Searle, tradução feita em conjunto com Shun Tsuchiya), verifica-se como tradução de “*assertion*”, não 断定 “*dantei*”, mas 主張 “*shuchô*” (AUSTIN, 1978, p. 152; SEARLE 1988, p. 39-40), cujo significado, de acordo com o dicionário Michaelis, seria “**1** asserção; alegação; afirmação. **2** opinião; posição; ponto de vista” (WAKISAKA, 2003, p. 438).

Pode-se então considerar que a associação de “*dantei*” a “asserção” existe na linguística, ainda que não seja unânime. Por outro lado, quanto a sua aplicação na linguística ocidental, a “asserção” parece ser tratada, não especificamente a uma atitude mental do falante, mas como um tipo de ato linguístico, entendido principalmente a partir de suas significações e efeitos quanto à situação conversacional em comparação a outros tipos de atos linguísticos.

O *dantei* japonês deve estar, assim, mais próximo da acepção filosófica da *asserção* como um tipo de *juízo*, i.e., um tipo de *atitude* mental do falante em relação a uma *proposição*¹⁸⁹ – julgando pela validade desta.

Nesse sentido, por exemplo, Morikawa (2006), vai se referir ao ‘*da*’ e ao ‘*desu*’ como “expressões orientadas ao falante”¹⁹⁰, uma vez que exprimem “a asserção da proposição por parte do falante ou escritor”¹⁹¹ (p. 17), assim reforçando a ideia da asserção como uma atitude pessoal do falante em relação ao conteúdo do enunciado que pode ser expressa junto com este.

Nesse cenário, deve ser adequado acatar a tendência observada na academia brasileira de se traduzir “*dantei*” por “asserção”, mas ficando determinado que “asserção”/“*dantei*” esteja sendo tomada em uma acepção específica da gramática japonesa, próxima da ideia de “juízo

¹⁸⁹ Aqui *proposição* está sendo entendida como o *enunciado* tomado para análise do seu valor de verdade, do modo que diferentes *enunciados* podem ser a mesma *proposição*. Conforme já apresentado em 2.3, e explicado na nota 74, “A Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde” e “A Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã”, ainda que sejam *enunciados* diferentes, são a mesma *proposição*, pois significam a mesma coisa.

¹⁹⁰ “*speaker-oriented expression*” no original.

¹⁹¹ “*the speaker’s or the writer’s assertion of the proposition*”, no original.

assertivo” da filosofia, se referindo à expressão de um posicionamento do falante de que o conteúdo proferido condiz com a realidade.

Na linguística ocidental, por outro lado, existe uma aplicação do conceito de “asserção”, conforme a definição de Dubois *et alii* (2011, p. 68) acima, em que esta seria tomada principalmente como um ato *linguístico* em oposição a outros tipos de atos linguísticos, diferindo, assim, do *dantei* japonês, que seria principalmente um ato, não linguístico, mas *mental* que acabe expresso na fala.

No caso dessa acepção da asserção como um ato linguístico, uma frase como (12), com a estrutura “X wa Y”, i.e., sem a presença de um *dantei no jodôshi*, sendo uma frase afirmativa, poderia ser tomada como asserção, mas, pela acepção de *dantei* que os japoneses absorveram da filosofia, não seria uma expressão assertiva (ou expressão de *dantei*), uma vez que o *juízo* (ou julgamento) por parte do falante da validade dessa afirmação não estaria presente.

Seguindo-se esse posicionamento, a tradução de “*dantei no jodôshi*” por “auxiliar verbal de asserção”, conforme tem sido tendência em trabalhos brasileiros, deve provavelmente ser entendida como adequada – ainda que a tradução de “*jodôshi*” também possa ser reexaminada, levando em consideração os pontos expostos em 4.2.4.

O importante, acredito, deve ser que se passe a deixar definido qual o significado específico de “*dantei*” ou “asserção” nesse caso – a de que seja um posicionamento do falante sobre a validade de sua proposição que seja expresso a partir de elementos como ‘*da*’, ‘*desu*’, ‘*dearu*’ etc.

Assim, também deve ficar mais esclarecida a visão de Narahara (2002), apresentada no capítulo 3, de que o ‘*da*’ expressaria “a asserção explícita do juízo afirmativo do falante” (p. 179-180). Se a autora se baseava numa definição de São Tomás de Aquino do juízo, como sendo uma operação intelectual visando o reconhecimento da verdade (p. 21-22), parece haver total compatibilidade entre a asserção, conforme vista por Narahara, e o *dantei* japonês.

As colocações aqui apresentadas, a respeito dos conceitos japoneses de juízo (*handan*) e asserção (*dantei*), entretanto, ainda deixam pontos em aberto quanto à maneira como esses conceitos foram e têm sido tratados pelos autores japoneses – ficando para trabalhos futuros a tarefa de aprofundar essas questões.

Por exemplo, deve ser importante ainda buscar responder se a asserção/*dantei* também não ocorreria em frases com predicados verbais ou adjetivais (i.e., formados por predicadores *yôgen*). Pensando numa frase como (1), com predicado verbal, existiria ali um posicionamento do falante sobre a validade do conteúdo proferido? Ou esse tipo de posicionamento só pode

ocorrer em frases com predicado nominal?

Conforme a definição de “*shitei hyôgen*” (“expressões de *shitei*”) do dicionário da Kokugo Gakkai (1980, p. 453), as frases em que se expressa *shitei* (sendo *shitei* tomado como equivalente a *dantei*) poderiam ser entendidas como equivalentes às chamadas expressões declarativas (平叙表現 *heijo hyôgen*) – que podem ser entendidas como equivalentes à frase assertiva definida por Dubois *et alii* (2011, p. 68), acima.

Desse modo, poder-se-ia considerar que a asserção/*dantei* seja um fenômeno que ocorra em todo o tipo de predicado, mas que, no caso do predicado nominal, existam elementos cuja função seja especificamente a de expressar esse fenômeno, podendo este, nesse tipo de frase, ser evitado a partir da omissão desses elementos?

De maneira geral, os autores japoneses só parecem se referir a *dantei* ou *shitei*, de fato, ao tratar do predicado nominal, ficando incertas as respostas para as perguntas acima.¹⁹²

Estas são questões que ainda precisarão ser investigadas. No âmbito deste trabalho, considero suficiente, ao menos, ter sido possível expor aquilo que os japoneses entendem por *dantei*, e de que maneira eles encaram a funcionalidade dos elementos chamados de *dantei no jodôshi*.

As análises aqui colocadas devem, possivelmente, ser úteis também para fundamentar opções terminológicas para se referir aos conceitos aqui estudados.

É possível que, a partir de reflexões mais aprofundadas, posteriormente, outros autores venham a sugerir possibilidades de tradução mais acertadas. Mas, desde que se busque ressaltar o sentido específico que *dantei* representa na linguística japonesa, “asserção” deve estar bem fundamentada.

4.4. SÍNTESE

Nesta seção, foi visto que 助動詞 “*jodôshi*” é uma opção terminológica desenvolvida na entrada para o Período Meiji (1868-1912) para se referir verbos auxiliares das línguas ocidentais, como ‘*have*’, ‘*shall*’, ‘*will*’, ‘*do*’ etc., no inglês.

Em pouco tempo, essa terminologia passou a ser aplicada também para a língua

¹⁹² Quanto a essas questões, deve ser interessante considerar, conforme será apresentado ao longo da seção 5.3, que Morikawa (2006) sugere ser comum atualmente, em especial na fala de crianças em idade pré-escolar, a utilização de ‘*da*’ após adjetivos *keiyôshi*, ou de ‘*desu*’ após verbos *dôshi*, de modo, para o autor, a acrescentar o sentido de asserção às construções.

As colocações do autor, entretanto, ainda são insuficientes para se chegar a uma compreensão aprofundada da atuação dos *dantei no jodôshi* como expressão de asserção em comparação a frases com predicadores *yôgen*, questões que devem ser extremamente interessantes de serem investigadas em pesquisas futuras.

japonesa. Fumihiko Ôtsuki, no final do século XIX utilizou a denominação “*jodôshi*” para se referir a elementos como ます ‘*masu*’, ない ‘*nai*’, た ‘*ta*’, sendo, a maioria destes, elementos flexionáveis que se ligam internamente à raiz flexionada de predicadores *yôgen*. Essa classificação de Ôtsuki acabou se estabelecendo, passando a ser seguida por boa parte dos gramáticos posteriores.

Entretanto, foi logo percebido que os *jodôshi* de Ôtsuki seriam elementos um pouco distintos dos verbos auxiliares das línguas ocidentais – na língua japonesa, os verdadeiros verbos auxiliares seriam elementos como (て)ある ‘*(te) aru*’, (て)いる ‘*(te) iru*’ e (て)いく ‘*(te) iku*’, que mantêm de certa forma a mesma autonomia morfossintática dos verbos *dôshi*, podendo, assim, ser classificados como um subtipo destes. Nos *jodôshi*, por outro lado, não se reconhece essa autonomia, sendo estes um pouco mais próximos de sufixo do que de verbos auxiliares.

Nesse cenário, gramáticos posteriores vieram, ou a rejeitar o próprio reconhecimento dos *jodôshi* como classe gramatical, ou propor uma revisão da terminologia, que viesse a nitidamente distingui-los de verbos auxiliares.

Tendo, entretanto, o *jodôshi* ficado profundamente arraigado na tradição gramatical japonesa, outros autores se resignaram a utilizar essa opção terminológica, tendo ficando convencionalizado que os elementos tal como ‘*(te) aru*’, ‘*(te) iru*’, ‘*(te) iku*’, que seriam os verdadeiros verbos auxiliares do japonês, passariam a ser referidos por 補助動詞 *hojodôshi*, enquanto a terminologia 助動詞 *jodôshi* permaneceria sendo utilizada nos mesmo moldes estabelecidos por Ôtsuki.

Por outro lado, nem sempre é fácil traçar uma distinção bem definida entre os *jodôshi* e os *hojodôshi*, assim como entre os *jodôshi* e os sufixos 接尾語 *setsubigo*, ou mesmo entre os *jodôshi* e as partículas finais 終助詞 *shûjoshi*.

Tendo explorado essas questões, entretanto, vim a propor que a melhor forma de reconhecer os *jodôshi* seja como elementos auxiliares, em sua maioria flexionáveis, cuja atuação se dá, não sobre um termo específico, mas no interior do predicado, ao qual acrescenta diversos sentidos, podendo, em alguns casos, extrapolar os limites do predicado, de modo alcançar a camada externa de modalidade.

Nesse sentido, quanto ao fato de que, ao menos desde o início dos anos 1990, parece ter se convencionalizado, em trabalhos brasileiros, se referir aos *jodôshi* por “auxiliares verbais”, opinei que seja uma opção de tradução adequada, de modo a manter em certa medida o sentido

do termo original, *jodôshi*, e ao mesmo tempo evitar a confusão com os verbos auxiliares.

Por outro lado, apresento também outras opções de tradução, com base nas exposições feitas ao longo do capítulo, assim como em sugestões já apresentadas por autores japoneses. Entre elas, sugiro, por exemplo, “auxiliares de predicação” como uma denominação que talvez pudesse representar com maior precisão a natureza desses elementos.

Tendo discutido a classe dos *jodôshi* em amplo sentido, a discussão, nesta seção, voltou-se aos elementos normalmente entendidos como *jodôshi* que atuam no interior dos predicados nominais, tais como ‘*da*’, ‘*desu*’, ‘*dearu*’ etc.

Enquanto que, na linguística ocidental, esses elementos costumam ser analisados sob o ponto de vista do conceito de cópula, conforme discutido nos capítulos 2 e 3, na linguística japonesa, esses elementos costumam ser classificados como um tipo de *jodôshi* – ainda que diversos autores japoneses venham a rejeitar essa opção e propor outras classificações.

Mais especificamente, esses elementos costumam ser classificados como *jodôshi* que expressam o sentido de 指定 *shitei* (literalmente, “indicação”) ou 断定 *dantei* (literalmente “conclusão, decisão”), sendo este último, normalmente traduzido como “asserção” em trabalhos em língua portuguesa.

Foi visto, neste capítulo, que *shitei* e *dantei* são, em acepção gramatical tomados mais ou menos como sinônimos.

“*Dantei*”, por outro lado, seria uma terminologia proposta por Yoshio Yamada como correspondente, na filosofia ocidental, a “*judgement*” do inglês e “*Urteil*” do alemão – referentes ao conceito que, em português, seria chamado de “juízo”.

Entretanto, posteriormente, na gramática japonesa, o conceito de *juízo* não mais seria associado a *dantei*, mas a 判断 *handan*, passando *dantei* a ser visto como um tipo particular de *juízo/handan*.

Ainda que possa haver pontos de disparidade entre os conceitos ocidental e japonês, *handan*, ou *juízo*, poderia ser entendido como um tipo de processo mental de posicionamento subjetivo em relação a uma ideia imaginada.

O juízo de *dantei*, podendo ser correspondido ao juízo assertivo da filosofia, seria um tipo de *juízo* em que se reconhece a correspondência entre a ideia imaginada e a realidade – e que, na língua japonesa, poderia ser expresso através desses elementos chamados de *dantei no jodôshi*, como ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’.

Em outras palavras, pode-se entender que os *dantei no jodôshi* expressariam o reconhecimento do falante de que o conteúdo do seu enunciado é válido, i.e., correspondente à

realidade.

Com base nessas exposições, opinei, também, que a opção, recorrente em trabalhos brasileiros, de se traduzir “*dantei*” por “asserção”, seja adequado tendo em vista a proximidade do conceito de *dantei* japonês com o de *juízo assertivo* da filosofia ocidental.

Entretanto, chamei a atenção, também, à necessidade de se destacar que, na linguística ocidental, a “asserção” nem sempre seja tomada em acepção correspondente à do *dantei* japonês – enquanto, em algumas acepções, a asserção seja vista como um ato linguístico oposto a outros atos linguísticos, como o *imperativo* ou o *interrogativo*, o *dantei* japonês, próximo da *asserção* da filosofia, é visto, não tanto como um ato linguístico, mas, principalmente, como um ato mental manifestado através da linguagem.

Tendo, ao longo deste capítulo, explorado a conceituação do *dantei no jodôshi*, em maior parte de maneira abstrata, no capítulo 5, a seguir, os diversos elementos reconhecidos como *dantei no jodôshi*, tanto no japonês clássico como no moderno, serão analisados em maior profundidade, quanto a seus aspectos etimológicos, morfossintáticos e discursivos, conforme têm sido compreendidos pelos autores japoneses, de modo também comparativo às posições teóricas de Narahara (2002), apresentadas ao longo do capítulo 3, que analisou os *dantei no jodôshi* sob o ponto de vista da *cópula*, no paradigma linguístico ocidental.

CAPÍTULO 5 – DANTEI NO JODÔSHI: CARACTERÍSTICAS E UTILIZAÇÕES

5.1. INTRODUÇÃO

Após terem sido apresentadas as visões de autores ocidentais a respeito da frase nominal da língua japonesa sob o ponto de vista da cópula, no capítulo 3, além de ter sido discutida a base teórica dos estudos linguísticos japoneses concernente ao 断定の助動詞 *dantei no jodôshi*, no capítulo 4, neste capítulo serão examinados os aspectos etimológicos, morfossintáticos e discursivos de cada um dos elementos que poderiam ser considerados como *dantei no jodôshi*, a partir principalmente das teorias e conceituações desenvolvidas pelos teóricos japoneses, também em comparação às posições teóricas defendidas por Narahara (2002).

Assim sendo, na seção 5.2, a seguir, serão examinados os elementos considerados como *dantei no jodôshi* da língua japonesa clássica, あり ‘*ari*’, たり ‘*tari*’ e なり ‘*nari*’, sendo também examinado o elemento ぞ ‘*zo*’, que havia sido considerado por Narahara (2002), conforme seção 3.4.1, como uma das cópulas da língua japonesa.

Na seção seguinte 5.3, serão apresentados os *dantei no jodôshi* modernos だ ‘*da*’, です ‘*desu*’ e である ‘*dearu*’ e, na subseção 5.4, será feito um breve exame das formas de tratamento dos *dantei no jodôshi*, tal como as modernas であります ‘*dearimasu*’ e でございます ‘*degozaimasu*’, formações que atuam ao mesmo tempo como *dantei no jodôshi* (ou cópula) e como elementos de expressão de determinados tipos de tratamento em relação ao interlocutor ou a figuras do enunciado, com base nas relações sociais.

Nas seções 5.2 e 5.3, cada um dos elementos *dantei no jodôshi* será examinado quanto à história de sua formação, assim como quanto a seus aspectos morfológicos e sintáticos, sendo também desenvolvida uma discussão quanto a seu lugar como elemento de expressão de *dantei*/asserção na língua japonesa.

5.1.1. As flexões da língua japonesa

Considerando que, um dos pontos de vista recorrentes para análise dos elementos gramaticais pelos japoneses é quanto às formas flexionais e quanto à afixação a outros elementos, para cada elemento *dantei no jodôshi* analisado, será apresentada uma tabela de flexões, conforme as classificações apresentadas pelos autores aqui estudados. Já que havendo

diferentes visões por parte dos diferentes autores a respeito das formas flexionais dos *dantei no jodôshi*, alguns pontos de divergência também serão discutidos.

Para uma melhor compreensão das utilizações das formas flexionais dos *dantei no jodôshi*, convêm, antes, uma elucidação de quais são e de que maneira atuam gramaticalmente cada uma das formas flexionais da língua japonesa – algumas das quais foram apresentadas brevemente na seção 3.3.

Tradicionalmente, nos estudos linguísticos da *kokugogaku*, considera-se que todos os elementos flexionáveis da língua japonesa podem variar em seis diferentes formas flexionais, de modo que possam se conectar a outros elementos, ou exercer função sintática específica, ou, ainda, exprimir algum sentido específico. Os elementos flexionáveis da língua japonesa são: predicadores *yôgen* – que compreendem verbos *dôshi* e adjetivos *keiyôshi* – e os *jodôshi*¹⁹³ (ainda que nem todo *jodôshi* flexione). Dessa maneira, também os nomes *taigen* podem obter formas flexionáveis por intermédio dos *dantei no jodôshi* que a eles se conectam em posição posterior – por isso, ao longo desta seção, os *dantei no jodôshi* serão estudados também em termos de suas formas flexionais.

Tal como também já comentado na seção 3.3, as traduções dos nomes das formas flexionais para o português se basearão nas traduções fornecidas por Mukai & Suzuki (2016, p. 74).

As seis formas flexionais tradicionalmente reconhecidas para a língua japonesa moderna são 未然形 *mizenkei* (dependente), 連用形 *ren'yôkei* (adverbial/conjuntiva), 終止形 *shûshikei* (final), 連体形 *rentaieki* (adnominal), 假定形 *kateikei* (hipotética) e 命令形 *meireikei* (imperativa). Na língua japonesa clássica, entretanto, a forma condicional hipotética *kateikei* não existia – em seu lugar, reconhecia-se a forma 已然形 *izenkei* (resultativa) que depois deu lugar à *kateikei*¹⁹⁴. Ainda, conforme também comentado em 3.3, neste trabalho será

¹⁹³ Os já discutidos verbos auxiliares *hojodôshi*, também flexionáveis, estão aqui sendo considerados como um subtipo dos verbos *dôshi*.

¹⁹⁴ Mukai & Suzuki (2016, p. 74) apresentam 假定形 *kateikei* como “forma condicional”, e não forma “hipotética” como utilizei acima. Adoto esta mudança para uma melhor diferenciação em relação à forma 已然形 *izenkei* – diferenciação que não era necessária no trabalho dos autores, que só tratava da língua japonesa moderna. Entendo que tanto a *kateikei* quanto a *izenkei* podem ser consideradas como formas “condicionais”. Entretanto, *kateikei* expressa uma condição do tipo *hipotética*, ou seja, referindo-se a uma possibilidade que ainda não teria acontecido, ou que nunca viria a acontecer, e *izenkei* expressava uma condição, não hipotética, mas referente a algo que já teria acontecido ou a uma situação que já estaria definida – caso que resolvi chamar de “resultativo” (mas a que, com sorte, tradutores mais competentes podem vir a propor uma denominação melhor no futuro). A diferença entre os dois tipos de condição ficará mais bem explicada na sequência do texto. Por questões de economia, em vez de utilizar “forma condicional hipotética” e “forma condicional resultativa”, abreviei para “forma hipotética” para *kateikei* e “forma resultativa” para *izenkei* – o que também se aproxima um pouco mais de traduções literais dessas duas terminologias.

feita uma diferenciação entre um *ren'yôkei* adverbial e um *ren'yôkei* conjuntivo.

Abaixo, será fornecida uma explicação mais detalhada cada uma das formas flexionais. Ainda que não esteja no escopo deste trabalho tratar de verbos *dôshi* ou de predicadores *yôgen*, elementos desses tipos serão abaixo utilizados como exemplos, já que devem permitir maior facilidade de compreensão das formas flexionais quando estas forem consideradas na análise dos *dantei no jodôshi* ao longo do capítulo.

未然形 *mizenkei* (forma dependente): Penso que também poderia ser traduzido como “forma indefinida”. Conforme Nakamura (1997, p. 8), 未然 *mizen* significa “ainda não é tal”¹⁹⁵. Assim, atuaria de modo a atribuir um status de indefinição ou dependência ao elemento flexionado.¹⁹⁶

A funcionalidade mais notável do *mizenkei*, tanto na língua japonesa clássica quanto na moderna, seria a de possibilitar a conexão a *jodôshi* que expressam negação (ない ‘*nai*’ no japonês moderno; ず ‘*zu*’, no japonês clássico).

行く ‘*iku*’ (“ir”) → 行かない ‘*ikanai*’ (“não ir”) [língua moderna]

行く ‘*iku*’ (“ir”) → 行かず ‘*ikazu*’ (“não ir”) [língua clássica]

No caso dos verbos *dôshi*, também se ligam a *jodôshi* de voz passiva ou causativa (língua clássica e moderna).

切る ‘*kiru*’ (“cortar”) → 切られる ‘*kirareru*’ (“cortado”) [língua moderna]

切る ‘*kiru*’ (“cortar”) → 切らせる ‘*kiraseru*’ (“fazer cortar”) [língua moderna]

Na língua clássica, também podia expressar condição hipotética, ao ligar-se a ば ‘*ba*’.

あり ‘*ari*’ (“existir”) → あらば ‘*araba*’ (“se houver”) [língua clássica]

Na língua moderna, verbos *dôshi* também podem se ligar a *jodôshi* う ‘*u*’ / よう ‘*yô*’, que expressam intenção. Nestes casos, o *mizenkei* terá uma forma um pouco diferente dos outros casos. Enquanto, o *mizenkei* dos verbos *dôshi* geralmente termina em ‘-a’, neste caso, termina em ‘-o’ – o que decorre de mudanças fonéticas da passagem para o japonês moderno, em que a formação ‘*au*’ passou a ser pronunciada como ‘*ô*’.

行く ‘*iku*’ (“ir”) → 行こう ‘*ikou*’ (“vamos!”) [língua moderna]¹⁹⁷

¹⁹⁵ 「未^{いま}ダ^{しか}然ラズ」, no original.

¹⁹⁶ Os conceitos de “indefinição” e “dependência”, do ponto de vista gramatical, são de fato vagos, necessitando de definições mais objetivas – o que, entretanto, não está entre os objetivos do presente trabalho.

¹⁹⁷ No exemplo, a grafia ‘*ikou*’ foge propositadamente às regras do sistema Hepburn aqui adotado, em que seria

連用形 *ren'yôkei* (forma adverbial/conjuntiva): É uma forma que simplesmente pressupõe algum tipo de continuidade, no interior da frase, após o elemento flexionado. Talvez pudesse ser chamado simplesmente de “forma continuativa”. Faça uma diferenciação entre o *ren'yôkei* adverbial e o *ren'yôkei* conjuntivo.

O *ren'yôkei* adverbial ocorre com adjetivos *keiyôshi* e com os *dantei no jodôshi*, que se transformam num modificador a atuar sobre um predicador *yôgen* posterior, tal como no caso do *keiyôshi* いい ‘*ii*’ (“bom”), abaixo¹⁹⁸:

(52) よくやった！ [língua moderna]
Yoku yatta!
Bom ADVERBIAL / fazer PASSADO
(lit.) “(Você) fez bem!” → “Bom trabalho!”

O *ren'yôkei* conjuntivo ocorre com a grande maioria dos elementos flexionais, com duas finalidades distintas:

1 – no caso que os japoneses chamam de 連用中止法 *ren'yô chûshi hô* (“regra de interrupção continuativa”), em que se estabelece uma “interrupção” do predicado, que seja seguido por uma nova oração – assim atuando para criar orações coordenadas, tal como no exemplo (21a) já antes fornecido.

(21a) お寿司を作り、友達と食べた。 [língua moderna]
Osushi wo tsukuri, tomodachi to tabeta.
Sushi / ACUSATIVO / fazer-(REN'YÔ) / amigo / COPARTICIPAÇÃO / comer PASSADO
“(Eu) fiz sushi e comi com meu amigo.”

2 – se conectar a vários tipos de *jodôshi*, para se obter os mais diversos sentidos.

Na língua moderna, para a maioria dos verbos *dôshi*, há duas formas de *ren'yôkei* (ambas do tipo *conjuntivo*) – uma delas, que poder-se-ia chamar de “plena”, que se liga a *jodôshi* como *ます* ‘*masu*’ e *たい* ‘*tai*’, e uma forma contraída, que se liga a *jodôshi* た ‘*ta*’, ao conectivo て ‘*te*’, entre outros.

帰る ‘*kaeru*’ (“voltar”) → 帰りたい ‘*kaeritai*’ (“quero ir embora”)
[língua moderna]

grafado como ‘*ikô*’, com o objetivo de que fique perceptível a separação entre o segmento verbal, ‘*iko*’, e o *jodôshi* ‘*u*’ conectado.

¹⁹⁸ A frase de exemplo (52) é sugestão minha, não tendo sido retirada de algum outro autor. Trata-se, em verdade, de uma forma expressiva comum em língua japonesa.

帰る ‘*kaeru*’ (“voltar”) → 帰った ‘*kaetta*’ (“foi embora”)

[língua moderna]

Trata-se somente de uma diferença formal a depender do elemento seguinte. O *ren’yôkei* “pleno” do verbo *dôshi* 帰る ‘*kaeru*’ (“voltar”) seria 帰り ‘*kaeri*’. Entretanto, quando essa forma se liga a um ‘*ta*’ ou ‘*te*’ posterior, ocorre um fenômeno de eufonia (音便 *onbin*, em japonês) em que o ‘*-ri*’ final cai, e o ‘*t-*’ inicial do elemento seguinte é duplicado.

終止形 *shûshikei* (forma final): Forma utilizada em posição final de frase, para “concluir” ou “fechar” a frase. Aqui, entende-se que seja a forma que predica as frases. Em (53)¹⁹⁹, 咲く “*saku*” (“florescer”) está em *shûshikei*.

(53) 花が咲く。 [língua moderna]

Hana ga saku.

Flor / NOMINATIVO / florescer

“A flor desabrocha.”

連体形 *rentaikei* (forma adnominal): Forma em que o elemento se torna um qualificador, atuando sobre uma estrutura nominal posterior.

Na língua japonesa moderna, para todos os predicadores *yôgen* e para a maioria dos *jodôshi*²⁰⁰, a forma final *shûshikei* e a forma adnominal *rentaikei* são iguais em forma. Na língua japonesa clássica, havia diferenças entre *shûshikei* e *rentaikei* para grande parte dos elementos.

(54) 花の咲く春。 [língua moderna]

Hana ga saku haru.

Flor / NOMINATIVO / florescer / primavera

“A primavera em que a flor desabrocha.”

Aqui, 咲く “*saku*” (“florescer”), ainda que tenha a mesma forma do *shûshikei* de (53), está em *rentaikei*, pois, formando a oração subordinada 花の咲く “*hana no saku*” (“a flor desabrocha”) atua de maneira a transformar toda essa oração subordinada em qualificadora de 春 “*haru*” (“primavera”).

仮定形 *kateikei* (forma hipotética): Forma existente apenas na língua japonesa

¹⁹⁹ Exemplos (53), (54) e (56) extraídos de Nakamura (1997, p. 9-10). Exemplo (55) adaptado por mim de (56).

²⁰⁰ Um caso em que, na língua moderna, especialmente, o *shûshikei* difere do *rentaikei* é o do *dantei no jodôshi* ‘*da*’, conforme comentado em 1.5 e 3.3. Essa questão ficará também mais bem elucidada em 5.3.1.

moderna. Conecta-se a ば ‘ba’, expressando uma condição hipotética, i.e., a possibilidade de um acontecimento que ainda não ocorreu e/ou que pode nunca vir a ocorrer.

Em (55), 降れ “*fure*” é a flexão *kateikei* de 降る ‘*furu*’ (“chover”).

(55) 雨が降れば行かない。 [língua moderna]

Ame ga fureba ikanai.

Chuva / NOMINATIVO / chover HIPÓTESE / ir NEGAÇÃO

“Se chover, não irei.”

É interessante notar que, na língua moderna, pode-se expressar condição hipotética também a partir da ligação da forma conjuntiva *ren'yôkei* à construção たら ‘*tara*’, tal como (55a) abaixo:

(55a) 雨が降ったら行かない。 [língua moderna]

Ame ga futtara ikanai.

Chuva / NOMINATIVO / chover-(CONJUNTIVO) {TARA} / ir NEGAÇÃO

“Se chover, não irei.”

已然形 *izenkei* (forma resultativa): Forma existente apenas na língua japonesa clássica. Conectava-se a ば ‘ba’, expressando uma condição resultativa, i.e., referente a um acontecimento já consumado, ou a uma situação já definida.

Conforme Nakamura (1997, p. 10), 已然 ‘*izen*’ significa “já é tal”²⁰¹.

Em comparação à condição hipotética expressa pelo *kateikei*, em (55), veja-se:

(56) 雨降れば行かず。 [língua clássica]

Ame fureba ikazu.

Chuva / chover RESULTATIVO / ir NEGAÇÃO

“Já que está chovendo, não vou.”

Se (55) se referia a uma possibilidade de vir a ocorrer chuva (“se vier a chover...”), (56) expressa uma situação, em que a chuva já ocorre (“como está chovendo...”, “porque está chovendo...”, “estando chovendo...” etc.)²⁰².

²⁰¹ 「すで已然しか」, no original.

²⁰² Se, na língua clássica, não havia *kateikei* para expressar condição hipotética, esta era expressa com *mizenkei* ligado a ‘ba’, tal como o exemplo do あらば “*araba*” fornecido na explicação do *mizenkei* acima, ou o ならば “*naraba*”, que poderá ser verificado no exemplo (58), mais adiante. Por outro lado, o になれば ‘*ni areba*’ da frase (30) anteriormente fornecida era um exemplo legítimo de condição resultativa em *izenkei*.

Ainda, se, no japonês moderno, não existe mais *izenkei* para se operar expressões de condição resultativa, pode-se usar outras estratégias expressivas para o mesmo efeito. Nakamura (1997, p. 10) sugere, como tradução de (56) ao japonês moderno, 雨が降るので、行かない。 “*ame ga furu no de ikanai.*” (“como está chovendo, não vou.”).

A forma *izenkei* também podia se conectar a ど ‘do’ ou ども ‘domo’, expressando, na oração seguinte situação inesperada à hipótese resultativa (“mesmo que tenha ocorrido...” etc.)

命令形 *meireikei* (forma imperativa): Expressa ordem. Tal qual a forma final *shûshikei*, ocorre em posição final de frase.

帰る ‘*kaeru*’ (“voltar”) → 帰れ ‘*kaere*’ (“vá embora!”) [língua moderna]

食べる ‘*taberu*’ (“comer”) → 食べろ ‘*tabero*’ (“coma!”) [língua moderna]

São raros os casos de *dantei no jodôshi* ocorrendo nesta forma.

A seguir, serão apresentados os vários *dantei no jodôshi* da língua japonesa, que serão também analisados quanto às formas flexionais acima listadas.

5.2. OS DANTEI NO JODÔSHI DO JAPONÊS CLÁSSICO

Uma das dificuldades do estudo das formas do japonês clássico advém, naturalmente, da falta de registros legítimos de textos orais, de modo que a evolução das formas linguísticas e as particularidades de suas utilizações acabam tendo de ser inferidas majoritariamente com base na análise dos textos de obras literárias, dentre as quais muitas delas são composições poéticas. Assim, o modo como se dava a real utilização das formas linguísticas não pode ser, na maioria dos casos, senão presumidas.

Provavelmente a principal obra em que foram estudadas as formas de *dantei no jodôshi* do japonês clássico foi 「存在詞に関する研究」 “*Sonzaishi ni kan suru kenkyû*” (“Pesquisa sobre o *sonzaishi*”), de Kazuo Kasuga (1915-2012), de 1968, que tomou como fonte desde as obras literárias mais antigas do japonês clássico, como as compilações históricas 古事記 *Kojiki* (c. 712) e 日本書紀 *Nihon Shoki* (c. 720) ou a antologia poética 万葉集 *Man’yôshû* (c. 759).

Para se referir através de um único termo às duas compilações históricas acima mencionadas, *Kojiki* e *Nihon Shoki*, tidos como os primeiros textos literários da língua japonesa, será aqui utilizada a abreviação “*Ki-Ki*”, baseada no japonês 記紀 “*kiki*” (referente aos últimos kanji dos títulos de cada obra).

Ainda que os *Ki-Ki* sejam escritos majoritariamente em língua chinesa, no chamado sistema 漢文訓読 *kanbunkundoku* (“leitura japonesa de textos chineses”²⁰³), continham em seu interior diversos poemas em língua japonesa, com base nos quais é possível ter acesso a

²⁰³ Tradução de Suzuki (2012, p. 16).

registros de como funcionava a língua da época. O fato, entretanto, de que os textos mais antigos da língua japonesa fossem composições poéticas, de modo que necessitavam se conformar com as particularidades desse formato, acaba sendo também um fator limitador da possibilidade de se alcançar uma possível “língua real” daquele momento histórico.

Em seu trabalho, Kasuga (1968) retoma o conceito de “*sonzaishi*” (“palavras de existência”) de Yamada, discutido na subseção 4.3.2, utilizado para se referir a verbos *dôshi* que expressariam o sentido de existência, como o *あり* ‘*ari*’ do japonês clássico, ou o *ある* ‘*aru*’ do japonês moderno. Analisando com profundidade o modo como esses elementos eram utilizados no japonês clássico, o autor examina também as formas derivadas de ‘*ari*’, entre elas, os *dantei no jodôshi* ‘*nari*’ e ‘*tari*’, tendo também traçado considerações sobre as formações de predicado nominal que utilizam ‘*zo*’, e aquelas em que não há um elemento que possa ser considerado como *cópula*.

Essa obra de Kasuga (1968) se tornou referência para trabalhos posteriores que analisavam as formas clássicas ‘*nari*’ e ‘*tari*’, inclusive a própria Narahara (2002), autora ocidental extensamente estudada no capítulo 3 deste trabalho, quanto à suas análises do ‘*zo*’ e ‘*nari*’ apresentadas na seção 3.4.

Dessa maneira, nesta seção 5.2, as exposições se basearão principalmente na obra de Kasuga, podendo ser eventualmente complementadas com outros autores.

5.2.1. Os primórdios: ぞ ‘zo’ como expressão de dantei

Pensando na língua japonesa moderna, a formação frasal mais representativa da predicação nominal deve ser aquela que tem uma estrutura “X *wa* Y *da*”, tal qual o exemplo (7) anteriormente fornecido.

(7) 僕は超人だ。(Akutagawa, *Kappa*)
Boku wa chôjin da.
Eu / TÓPICO / super-homem / {DA}
“Eu sou o super-homem.”

Nesse tipo de formação, “*wa*” seria uma partícula *joshi* utilizada para indicar que “X” é o tópico da frase, e “*da*” seria um *dantei no jodôshi*, que, conforme explicado na seção 4.3, teria a função de exprimir o julgamento do falante de que o conteúdo proferido é válido.

Tomando a denominação técnica mais comum da filosofia de se referir a esse “julgamento” do falante por “juízo”, essa expressão do entendimento da validade do próprio

proferimento pode ser chamada de “juízo assertivo”, ou, em japonês, 断定 “*dantei*” ou 指定 “*shitei*”. E seria a principal função de elementos como ‘*da*’ de (7) – os *dantei no jodôshi* – exprimir esse “juízo assertivo” por parte do falante.

Na definição de “*dantei*” do dicionário de linguística japonesa “*Nihongo Bunpô Daijiten*” (“Grande dicionário da gramática da língua japonesa”), de Yamaguchi & Akimoto (2001), que teve um trecho reproduzido na seção 4.3²⁰⁴, especula-se sobre os primórdios das formações com predicado nominal, supondo-se que, num passado distante, não existissem expressões de “*dantei*” e que as frases com predicado nominal fossem expressas sem juízo assertivo – i.e., sem *dantei no jodôshi* ou elemento equivalente.

Kasuga (1968), estudando esse tipo de expressão no japonês clássico, demonstra certa aceitação dessa hipótese (p. 160) e presume que a forma primitiva do predicado nominal deveria se assemelhar àquelas do discurso infantil, tal como (57) abaixo, tomando uma estrutura “X Y” (p. 156), ou seja, simplesmente encadeando-se os elementos nominais, sem a utilização de itens gramaticais.

(57) これ、ぼくの本。

Kore, boku no hon.

Este / eu / GENITIVO / livro

“Esse (é) meu livro.”

Tendo examinado, entretanto, os registros literários mais antigos da história japonesa, Kasuga (1968, 162-163) aponta que, nessa época, no período Nara (710-794), seria possível encontrar 4 diferentes tipos de frases com predicado nominal:

1. “X Y”: justaposição de elementos nominais, sem intermédio de ‘*wa*’;
2. “X *wa* Y”: intermédio de ‘*wa*’, mas sem a presença de um elemento de *dantei*;
3. “X *wa* Y *zo*”: intermédio de ‘*wa*’, e com ‘*zo*’ como elemento de *dantei*;
4. “X *wa* Y *nari*”: intermédio de ‘*wa*’, e com ‘*nari*’ como elemento de *dantei*.

Quanto ao caso 1 acima, estrutura semelhante à frase (57), imaginada por Kasuga como a estrutura mais primitiva de predicado nominal, o autor alega ser possível verificar apenas indícios, para o que fornece o exemplo (58) abaixo:

²⁰⁴ A definição completa pode ser encontrada no Anexo deste trabalho.

(58) 琴頭に来ゐる影媛玉ならば 我が欲る珠の鰯白玉 (Nihon Shoki, 92)
Kotogami ni kiwuru Kagehime tama naraba aga horu tama no ahahishiratama.
 Ponta do koto / DESTINO / vir / Kagehime / joia / {NARU} HIPÓTESE / eu NOMINATIVO
 / joia / ADNOMINAL / pérola do baiacu
 “A Kagehime, que está à ponta do *koto*, se for [para compará-la a] uma joia, é a perola do baiacu, que eu tanto desejo.”

Para o autor (p. 157), aqui, a relação entre 影媛 “Kagehime” e 鰯白玉 “ahahishiratama [awaishiratama]” (“pérola do baiacu”) seria a mesma da estrutura “X Y”, ou seja, uma relação de tópico X predicado, mas sem a presença explícita do ‘wa’ como marcador de tópico.

Quanto ao caso 2 acima, em que há o intermédio da partícula *joshi* ‘wa’, o autor lista alguns exemplos dos *Ki-Ki*, entre eles, aquele já apresentado por Narahara (2002, p. 106) em (27) e o exemplo (59) abaixo.

(27) 倭は国のまほろば (Kojiki, 31)
Yamato wa kuni no mahoroba.
 Yamato / TÓPICO / país / GENITIVO / local maravilhoso
 “Yamato é um local maravilhoso.”

(59) 吾が見が欲し国は、葛城高宮、吾家のあたり (Kojiki, 59)
Waga mi ga hoshi kuni wa, Kazuraki takamiya, wagihe no atari.
 Eu NOMINATIVO / ver / COMPLEMENTO / querer / país / TÓPICO / Kazuraki / palácio alto / minha casa / GENITIVO / arredores
 “O lugar que eu quero ver é o palácio de Kazuraki, nos arredores da minha terra natal.”

Esse tipo de formação, aparentemente mais desenvolvido do que (58), já que contendo um ‘wa’ indicador de tópico, seria mais comum nos *Ki-Ki* do que no *Man’yōshū*, cerca de 40 anos posterior aos primeiros, em que há maior predomínio das formações que contenham um elemento de *dantei*, como ‘zo’ ou ‘nari’ – formações que seriam ainda mais desenvolvidas.

Coloca Kasuga (1968, p. 158), entretanto, que, em poemas posteriores, ainda é possível encontrar essa forma “X wa Y”, como no 新古今和歌集 *Shinkokinwakashū* (“Nova coletânea de poemas de outrora e de hoje”²⁰⁵), de 1205, conforme o exemplo (60) a seguir.

²⁰⁵ Tradução baseada em Nakaema (2012).

(60) おのづから音するものは庭のみに木の葉吹き巻く谷の夕風
(*Shinkokinwakashû*, 558)

Onozukara oto-suru mono wa niwa no mo ni konoha fukimaku tani no yû kaze

Inesperado / soar-(ADNOMINAL) / coisa / TÓPICO / jardim / GENITIVO / exterior / folha de árvore / soprar com força-(ADNOMINAL) / vale / GENITIVO / noite / vento

“Aquilo que escuto é o som do vento noturno, que sopra dos vales, espalhando as folhas no jardim.”

O próprio Kasuga (p. 158) questiona, entretanto, se esse tipo de forma não ocorreria por conta das limitações do formato dos poemas. Poderia ser meramente uma questão de métrica.

É verdade que em textos em prosa também é possível encontrar esse tipo de formação, como no exemplo (61) do 枕草子 *Makura no Sôshi* (“O livro do travesseiro”), de 1002 – obra do gênero 隨筆 *zuihitsu*, que costuma ser entendido como ensaio literário.

(61) 春はあけぼの (Makura no Sôshi, 1)

Haru wa akebono

Primavera / TÓPICO / amanhecer

“Da primavera, o amanhecer.”²⁰⁶

Nesse caso, entretanto, de uma obra 3 séculos posterior aos primeiros registros literários da história japonesa, não se pode dizer que se trate de uma forma primitiva de predicado nominal, mas, sim, de uma opção da autora por omissão do elemento de *dantei* – sendo, já naquele momento, ‘*nari*’ o principal elemento a ocupar esse papel.

Chama atenção ao fato de que a relação entre 春 “*haru*” (“primavera”) e あけぼの “*akebono*” (“amanhecer”) não é uma relação de sujeito / predicado, mas uma relação tópico / comentário – a frase (61) não pode ser traduzida como “a primavera é o amanhecer”, o que faz desta um tipo de *frase-enguia*, conforme discutido na Introdução deste trabalho.

Entretanto, não é isso que vem aqui a provocar a omissão do ‘*nari*’. Para Horii (1974) a opção pela omissão de um elemento de *dantei* conferiria aqui um tom aforístico à frase, em fenômeno semelhante à da frase nominal do grego antigo descrita por Benveniste (1991, p. 177).

Dessa maneira, a ideia de que o predicado nominal japonês era originalmente uma formação sem um elemento de *dantei* – ou, do ponto de vista ocidental, sem cópula – é uma suposição que parece ser bastante considerada, mas para a qual não há comprovação. Nos textos mais antigos que se pode encontrar, as formações com e sem os elementos de *dantei* ‘*zo*’ e ‘*nari*’

²⁰⁶ Tradução de Geny Wakisaka, Junko Ota, Lica Hashimoto, Luiza Nana Yoshida e Madalena Hashimoto Cordaro, retirada de Shônagon (2013, p. 45).

coocorriam, e a opção por um ou por outro provavelmente tinha grande relação com a métrica dos poemas.

Mas, então, de que forma atuavam ‘zo’ e ‘nari’ no interior da frase com predicado nominal?

A visão de Narahara (2002) de que o ‘zo’ seria uma cópula no japonês clássico obtém, de fato, bastante respaldo nos autores japoneses, como Hosokawa (1985, p. 208), Okamura (1969, p. 560), Yamazaki (1971) e o próprio Kasuga (1968, p. 153).

O ‘zo’ da língua japonesa clássica é geralmente tratado como um 係助詞 *kakarijoshi* – partícula de efeito modalizador²⁰⁷, tal como ‘wa’, ‘mo’, entre outros. Os *kakarijoshi* seriam elementos que operariam o fenômeno chamado de 係結 *kakari-musubi*, ou “relação-conexão”: ao ser pronunciado, no interior da frase, esse tipo de partícula *joshi* abriria uma *relação* (*kakari*) com um segundo elemento a que se *conectaria* (*musubi*), numa relação de concordância.

(62) 高松の山の木ごとに雪ぞ降りたる (Man’yōshū, 2319)
Takamatsu no yama no ki-goto ni yuki zo furitaru
Pinheiro alto / GENITIVO / montanha / GENITIVO / cada árvore / DESTINO / neve / {ZO}
/ precipitar DURATIVO-(ADNOMINAL)
“Em cada pinheiro alto da montanha, a neve cai.”

Em (62), a formação 降りたる “*furitaru*” corresponde ao encadeamento do verbo *dōshi* 降る ‘*furu*’ (“precipitar (chuva, neve etc.)”) com o *jodōshi* たり ‘*tari*’, que geralmente expressa passado, mas, no caso, expressa aspecto durativo. Entretanto, em vez de simplesmente terminar a frase na forma final *shūshikei*, 降りたり “*furitari*”, como seria normal, a construção é flexionada na forma adnominal *rentaikei*, 降りたる “*furitaru*”, como uma resposta (*musubi*) à relação de *kakari* aberta pelo ‘zo’, de modo a fazer concordância.

Em casos como esse, ‘zo’ tem a função discursiva de realçar ou enfatizar o elemento a que se liga (no caso, 雪 “*yuki*”, “neve”), que viria a ser completado pelo elemento com o qual concorda (no caso, 降りたる “*furitaru*”, “cai”).

Para Hosokawa (1985, p. 206), o *kakarijoshi* é um tipo de partícula *joshi* que atua sobre o predicado, influenciando o predicador *yōgen* que o compõe. Na língua moderna, entretanto, a relação de concordância não aparece mais de maneira evidente – elementos originalmente considerados *kakarijoshi* como ‘wa’ e ‘mo’ não mais provocam mudança de forma do *yōgen*

²⁰⁷ Conforme tradução de Mukai (2002, p. 117).

que atuaria no *kakari-musubi*, de modo que é comum que esses elementos não sejam mais vistos como *kakarijoshi*, mas como 副助詞 *fukujoshi*.

Quanto ao ぞ ‘zo’, conforme já apontado por Narahara (2002, p. 108), acredita-se que tenha origem no pronome demonstrativo ぞ ‘so’ (KASUGA, 1968, p. 162; 170), mas que tenha se sonorizado ao longo do período Nara (OKAMURA, 1969, p. 560).

Para Okamura (1969, p. 561), o ‘zo’ como partícula *joshi* teria surgido primeiro utilizada em fim de frase, tal como no exemplo (28) já apresentado, para posteriormente ter desenvolvido a funcionalidade de *kakari-musubi*.

- (28) 山のみに降りし雪ぞ (Man’yôshû, 4227)
Yama nomi ni furishi yuki zo
Montanha / somente / DESTINO / cair PASSADO-(ADNOMINAL) / neve / {ZO}
“É a neve que caiu somente nas montanhas.”

Para o autor, esse tipo de formação acima seria mais próprio da língua falada, enquanto a forma de *kakari-musubi*, tal como (62) teria sido utilizada primeiro nas composições poéticas para depois ter sido adotada como recurso estilístico da prosa.

Para Kasuga (1969, p. 278), o ‘zo’ de casos como (28) seria um 指定辞 *shiteiji*, i.e., um elemento de *shitei* (especificação), numa utilização próxima à de partículas finais *shûjoshi*, e que poderia inclusive ser visto como um tipo de *jodôshi* (KASUGA, 1968, p. 153; 156).

Ainda que nem Kasuga nem nenhum outro autor estudado tenha utilizado essa designação, poder-se-ia pensar o ‘zo’ como sendo uma forma antiga de *shitei* / *dantei* no *jodôshi*.

Conforme Okamura (1969, p. 560), no período Heian (794-1185), o ‘zo’ como *kakarijoshi* era utilizado bastante nas obras em prosa do gênero 物語 *monogatari* (narrativas), mas, nos prefácios e notas das coletâneas de poemas, teria dado lugar ao *kakarijoshi* なむ ‘*namu*’.

Ainda conforme Okamura (1968, p. 561-562), com a entrada do período Kamakura (1185-1333), tendo sumido a diferenciação entre as formas final *shûshikei* e adnominal *rentaikei* para a maioria dos elementos, o *kakari-musubi* de ‘zo’ teria desaparecido formalmente, mas o ‘zo’ como *kakarijoshi* seria ainda sido utilizado, em combinação com a forma final *shûshikei* ou a forma imperativa *meireikei* até por volta do século XVI, em especial nas narrativas *monogatari*.

A utilização de ‘zo’ como elemento finalizador, por outro lado, tal como em (28), deve

ter dado origem à utilização como partícula final *shûjoshi* presente ainda no japonês moderno, em que expressa “que se constituiu uma nova percepção na mente do locutor”, podendo mostrar também “que o locutor descobriu algo ou está se certificando do fato de ter descoberto algo” (TASHIRO-PEREZ, 2011, p. 166).

Kasuga (1968, p. 162) aponta que, tendo origem no pronome demonstrativo 指示代名詞 *shijidaimeshi* ‘*so*’, que seria um demonstrativo mesioproximal, i.e., que indica algo que esteja próximo ao interlocutor, o ‘*zo*’ teria sido descrito por Kanae Sakuma como “expressão de algo que esteja ao alcance da mão do interlocutor, i.e., uma expressão que tem o ouvinte como sujeito, assim aguçando a atenção do interlocutor ao pronunciar”²⁰⁸.

Se, desde os primeiros registros, era possível encontrar tanto ‘*zo*’ como ‘*nari*’ atuando como elementos de *dantei*, o primeiro era mais proeminente durante o período Nara.

Alguns exemplos de utilização de ‘*zo*’ como elemento de *dantei* nos *Ki-Ki* são:

(63) 我が心浦渚の鳥ぞ (Kojiki, 3)

Waga kokoro urasu no tori zo

Eu GENITIVO / coração / costa / GENITIVO / pássaro / {ZO}

“No meu coração, o pássaro costeiro.”

(64) この御酒は…神寿き寿き狂ほし…献り来し御酒ぞ (Kojiki, 40)

Kono miki wa [...] kamuhoki kurohoshi [...] maturikoshi miki zo

Este / bebida / TÓPICO / [...] / celebrar / celebrar / [...] / oferecer / bebida / {ZO}

“Esta bebida é de celebração aos deuses.”

Ainda conforme Kasuga (1968), se o ‘*zo*’ era um elemento dialogal, com o objetivo de fazer o ouvinte perceber alguma coisa, teria um caráter muito mais subjetivo, enquanto o ‘*nari*’ seria uma expressão consideravelmente objetiva (p. 164). Por conta disso, o ‘*zo*’ podia ocorrer, a princípio, somente após nomes *taigen* – conforme apontado também por Narahara (2002, p. 108) – o que significa que, ao contrário do ‘*nari*’, não podia atuar junto com os adjetivos *keiyôdôshi*, já que estes são elementos de sentido abstrato.

Existia, entretanto, também uma utilização especial de ‘*zo*’ e ‘*nari*’ após a forma adnominal *rentaikei* de predicadores *yôgen*, num sentido enfático, explicativo, semelhante à forma のだ ‘*no da*’ no japonês moderno.

Se o ‘*zo*’ predominava em relação ao ‘*nari*’ durante o período Nara, ao longo do Heian,

²⁰⁸ Tradução minha. Original: 話し相手の手のとゞく範囲にあるもの、換言すれば聞手を主体とした表現、即ち相手の注意を喚起しつゝ述べる表現

o ‘*nari*’ foi tomando espaço e se tornando, aos poucos, o elemento padrão de *dantei* da língua japonesa.

A Tabela 5 a seguir, de autoria de Kasuga (1968, p. 171), registra a frequência de utilização de ‘*zo*’ e ‘*nari*’ em final de frase (no caso de ‘*nari*’, então, sendo contabilizadas apenas as ocorrências em forma final *shûshikei*), ilustrando de que maneira este último foi ganhando força com o avançar das eras, assim como evidenciando o caráter mais subjetivo de ‘*zo*’.

Na tabela abaixo, 真仮名 “*magana*” se refere ao tipo de escrita com a utilização dos *kanji* chineses como elementos fonográficos, de modo a representar os sons da língua japonesa.

Conforme já mencionado, enquanto os *Ki-Ki* eram escritos no sistema chamado de 漢文訓読 *kanbunkundoku* – um tipo de escrita em língua chinesa com marcações para auxiliar na leitura em língua japonesa – os poemas que constavam nas obras eram escritos nesse sistema a que Kasuga se refere por *magana*, sistema no qual seriam escritos também os poemas da antologia *Man’yôshû*, em que viria a receber a denominação 万葉仮名 *man’yôgana*.

Na Tabela 5, “éditos imperiais”, ou 宣命 *senmyô*, se referem a trechos da compilação histórica 続日本紀 *Shoku Nihongi* escritos também num sistema do tipo *magana*, enquanto o restante de obra era escrito num sistema de *kanbunkundoku*.

Ainda, 草仮名 “*sôgana*” se refere às primeiras formas de escrita em silabários *kana* (*hiragana* ou *katakana*), que passavam a ganhar espaço durante o Heian.

古今和歌集 *Kokinwakashû* (“Coletânea de poemas de outrora e de hoje”²⁰⁹), é a primeira de uma série de coletâneas de poemas organizada a pedido do governo imperial; 竹取物語 *Taketori Monogatari* (“Narrativa do cortador de bambu”) e 源氏物語 *Genji Monogatari* (“Narrativas de *Genji*”) são obras do gênero *monogatari* (narrativas), a primeira de autoria desconhecida, e, a segunda, de Murasaki Shikibu (?-1014?); 土佐日記 *Tosa Nikki* (“Diário de Tosa”) é a obra inaugural do gênero 日記 *nikki* (diário literário), de autoria de Kino Tsurayuki (870?-945?).

²⁰⁹ Tradução de Nakaema (2012).

Tabela 5 – Ocorrências de ‘zo’ e ‘nari’ de *dantei* em obras dos períodos Nara e Heian

Tipo de escrita	Obra		Ocorrências de ぞ ‘zo’	Ocorrências de なり ‘nari’
(utilização de caracteres chineses para representar os sons do japonês)	記紀歌謠 Poemas dos <i>Ki-Ki</i> (c. 712 / c. 720)		7	1
	万葉集 Man’yôshû (c. 759)		58	17
	宣命 Éditos imperiais (797)		11	7
(primeiras formas de caracteres japoneses para escrita silábica)	古今和歌集 Kokinwakashû (905)	Poemas	7	12
		Prefácio	0	17
	竹取物語 Taketori Monogatari (anos 900)	Trechos narrativos	0	12
		Diálogos	12	21
	土佐日記 Tosa Nikki (935)	Trechos narrativos	0	6
		Diálogos	(1)²¹⁰	0
	源氏物語 Genji Monogatari (1008) (considerados apenas os 4 primeiros capítulos)	Trechos narrativos	4	33
		Diálogos	42	34

Fonte: Kasuga (1968, p. 171). Observação: na tabela acima, não são computadas ocorrências de ‘nari’ posicionados após adjetivos *keiyôdôshi*.

Fica evidente, então, não só a tendência de crescimento do ‘nari’ com o passar das eras, mas também o caráter subjetivo e dialogal de ‘zo’ – tendo em vista que este predominava nas formas poéticas e em falas de personagens.

²¹⁰ Quanto ao *Tosa Nikki*, Kasuga (1968, p. 171) simplesmente comenta não haver exemplos precisos de ‘zo’, não sendo possível saber ao certo a que passagem se refere essa marcação entre parênteses deixada pelo autor.

É possível que o predomínio do ‘*nari*’ em comparação ao ‘*zo*’ tenha sido motivado pelo caráter flexional do primeiro, que abria possibilidade de expansão das formas de expressão.

O ‘*zo*’ teria ficado relegado principalmente à sua utilização como elemento enfático, visando chamar a atenção do interlocutor, deixando de ser utilizado como um elemento que expressava juízo de *dantei*, se tornando gradativamente uma partícula final *shûjoshi*, tal como se encontra atualmente no japonês moderno – fenômeno que poderia ser verificado como ocorrendo também no ‘*da*’ da língua moderna, conforme colocações de Saegusa (2002) e Morikawa (2006) a serem discutidas em 5.3.1.

Conforme discutido no capítulo 3, Narahara (2002) defendia que o ‘*no*’ adnominal e o ‘*ni*’ adverbial seriam ambos flexão de ‘*zo*’, de modo que o ‘*nari*’ seria uma formação que incluiria um ‘*zo*’ flexionado dentro de si, ligado a ‘*ari*’. Essa visão não parece ser considerada entre autores japoneses.

Para Kasuga (1968) e Okamura (1969), por exemplo, o ‘*zo*’ de *dantei* seria um elemento que atuaria em forma final *shûshikei*, não havendo menção sobre a possibilidade de flexionar.

Levando em conta as colocações dos autores estudados nesta seção, do ponto de vista histórico, o ‘*zo*’ pode ter de fato surgido antes do ‘*nari*’, mas, ainda antes do ‘*zo*’, uma frase sem um elemento de *dantei* seria uma construção bem formada – o ‘*zo*’ seria dispensável, tendo surgido como elemento de ênfase, i.e., com função modal, e não gramatical.

Por esse ponto, ‘*no*’ e ‘*ni*’, devem ser elementos mais fundamentais do que o ‘*zo*’ para a construção das formas gramaticais que permitam expressar os mais possíveis sentidos – o que levanta a possibilidade de que tenham surgimento anterior ao de ‘*zo*’, provavelmente derivados de partículas *joshi* ‘*no*’ (genitivo) e ‘*ni*’ (locativo), enquanto o ‘*zo*’ teria origem diversa, surgido de um demonstrativo, enfraquecendo também a ideia de Narahara de que a relação entre ‘*zo*’ e ‘*no*’ seria a mesma da do *jodôshi* de negação ‘*zu*’ e sua forma adnominal *rentaikei* ‘*nu*’.

A falta de fundamentação etimológica, entretanto, não é necessariamente um impedimento para a sustentação da visão de Narahara. A autora, cujas análises seguem, de certa forma, um viés estruturalista, parece estar reproduzindo uma abordagem comum dessa corrente – abordagem que não deixa de ser válida – de tomar a língua como sistema fechado num determinado momento histórico (o japonês do período Nara, no caso) e considerando sua gramática, naquele momento, de um ponto de vista sincrônico. Afinal de contas, o fato de que ‘*zo*’, ‘*no*’ e ‘*ni*’ tenham origem distintas não impede que tenham, de algum modo, passado a interagir, a partir de um momento em que o ‘*zo*’ tenha assumido seu papel de cópula, de modo

que ‘no’ e ‘ni’, então pudessem passar a ser considerados como suas formas flexionais.

A dificuldade aqui talvez seja a de admitir que ‘zo’, de função estritamente modal e de caráter subjetivo, e ‘no’ e ‘ni’, de função estritamente gramatical e de caráter objetivo, possam ser considerados como sendo o mesmo elemento. Entretanto, a situação de elementos como o ‘da’ no japonês moderno também não é muito diferente, conforme será discutido em 5.3.

Vejam os a seguir, então, maiores detalhes sobre as formas de *dantei no jodôshi* do japonês clássico, ‘nari’ e ‘tari’.

5.2.2. Dantei no jodôshi なり ‘nari’

5.2.2.1. Etimologia

Conforme já colocado por Narahara (2002, p. 92) no capítulo 3, o なり ‘nari’ se originaria da ligação de に ‘ni’ a verbo *dôshi* あり ‘ari’, que expressava existência.

Desde os registros mais antigos, era possível ver formações em que esse ‘ni’ atuava como partícula locativa, de modo que a ligação com ‘ari’ servia para exprimir a localização (ou a existência em determinada localidade) de determinado elemento referido na frase, tal como o exemplo abaixo, dos *Ki-Ki*, indicado por Kasuga (1968, p. 154).

(65) 大猪子が腹にある肝向ふ心をだにか [···] (Kojiki, 61)

Ohowiko[ôiko] ga fuku ni aru kimomukafu[kimomukô] kokoro wo[o] dani-ka [...]

Grande javali / GENITIVO / barriga / LOCATIVO / existir / encarar as entranhas²¹¹

ADNOMINAL / coração / ACUSATIVO / ao menos

“Se ao menos os corações que encaram as entranhas que existem nos ventres dos javalis [...].”

Entretanto, na formação do *dantei no jodôshi* ‘nari’, o ‘ni’ atuaria não como partícula locativa, mas como elemento que atribuiria função adverbial a um segmento nominal anterior – sendo incerto estipular qual ‘ni’ tenha surgido primeiro, se o locativo ou o adverbial, mas sendo pertinente a suposição de que um tenha derivado do outro –, tendo o ‘ari’ passado por um processo de gramaticalização, e passado a atuar nesse caso como pró-forma, e não mais com o sentido de existência.

²¹¹ Aqui, 肝向ふ ‘*kimomukafu* [*kimomukô*]’ está sendo considerado como uma estrutura cristalizada fixa, já que, conforme o dicionário online Weblio (disponível em: <https://kobun.weblio.jp/content/肝向かふ>. Acesso em: 27 nov. 2022), se trata de um *Makurakotoba*, recurso poético definido por Wakisaka (1992, p. 124 *apud* Nakaema, 2012, p. 83) como “um termo composto de cinco sílabas em média, que precede um outro termo, geralmente um substantivo, com o qual mantém uma relação fixa e constante em qualquer contexto.”

Nessa situação, Tokieda (1979, p. 111), por exemplo, vai classificar ‘ari’, assim como seu correspondente moderno ‘aru’ (1980, p. 159) como um tipo de *shitei no jodôshi*.

Para o autor (1979, p. 85), ainda, o próprio ‘ni’ seria um *shitei no jodôshi* que teria apenas forma *ren’yôkei* adverbial, de modo que o ‘nari’ (p. 119) seria, então, uma formação composta de dois *shitei no jodôshi*, ‘ni’ + ‘ari’ – visão que também se aproxima à de Narahara (2002, p. 126), colocada em 3.4, de considerar o ‘nari’ como tendo uma formação copular dupla, com a diferença de que esta tratava o ‘ni’ não como elemento com apenas função adverbial, mas como flexão de ‘zo’²¹².

Nesse sentido, deve ser também possível adotar a visão de Yamaguchi (2002, p. 79), que considerava o で ‘de’ que viria a se ligar ao ある ‘aru’ no processo de formação do である ‘dearu’ moderno como um semi-*jodôshi*, (準助動詞 *jun-jodôshi*), conforme será colocado em 5.2.4. Aqui, também o ‘ni’ poderia ser tratado, durante o processo de formação do ‘nari’, como um semi-*jodôshi*, já que atuando apenas com função adverbial, passando posteriormente a atuar como forma flexional do *jodôshi* ‘nari’ que ajudou a formar.

Quanto ao ‘ari’, este, após se gramaticalizar, i.e., após perder seu status de item lexical, passaria a atuar de maneira pró-forma como elemento auxiliar²¹³, não só na formação dos *dantei no jodôshi* たり ‘nari’ e たり ‘tari’.

Por exemplo, o ‘ari’ auxiliar também atuava em conjunto com as formas flexionais dos adjetivos *keiyôshi*, originando a chamada flexão *kari* (カリ活用 *kari katsuyô*), que possibilitava aos adjetivos *keiyôshi* maior versatilidade na conexão a outros elementos. Ou seja, um adjetivo *keiyôshi* como 若し ‘*wakashi*’ (“jovem”), podia se ligar a um ‘ari’ auxiliar a partir da sua forma adverbial *ren’yôkei*, 若く ‘*wakaku*’, gerando 若くあり ‘*wakaku ari*’, de modo que esse ‘ari’ atuasse como intermédio para alguns tipos de *jodôshi*. Nas formações do tipo, ‘ku + ari’ se aglutinariam em ‘kari’, originando, por exemplo 若かり ‘*wakakari*’, tendo esse ‘kari’ passado a ser visto como um tipo de flexão auxiliar dos adjetivos *keiyôshi*. Na língua moderna, a forma de *keiyôshi* que se liga a *jodôshi* た ‘ta’, por exemplo, seria resquício da flexão *kari* do japonês clássico: ‘*wakakari*’ + ‘ta’ = 若かつた ‘*wakakatta*’.

Também, o ‘ari’ auxiliar do japonês clássico teria atuado na formação dos *jodôshi* た

²¹² A visão de Tokieda, também, é próxima da de Matsushita (1930, p. 194-195), descrita em 4.3.1, de tratar também como *jodôshi* particulares, elementos como ‘ni’ e ‘na’ da língua moderna.

²¹³ O ‘ari’ existencial, entretanto, não deixou de existir. Em paralelo ao ‘ari’ gramaticalizado, que passou a atuar como auxiliar, o ‘ari’ existencial continuou em pleno funcionamento como verbo *dôshi* lexical, de modo que poderiam ser considerados dois elementos distintos.

り ‘*tari*’ de ação concluída, e けり ‘*keri*’ de passado – estes últimos, de acordo com Tokieda (1979, p. 111), formados, respectivamente, da ligação de ‘*ari*’, em posição posterior, à partícula *joshi* て ‘*te*’ e ao verbo *dôshi* 来 ‘*ku*’, flexionado em *rentaikei* ‘*ki*’.

Se esse ‘*ari*’, atuando das maneiras descritas acima, seria, para Tokieda, um *jodôshi*, Hashimoto, por outro lado, conforme Kokugo Gakkai (1980, p. 894) viria a classificá-lo, não como um *jodôshi*, mas como um verbo auxiliar *hojodôshi*, o que parece ser uma visão mais aceita, podendo ser verificada em Yamaguchi (2002, p. 76) e Tsujimura (1968, p. 50), por exemplo.

Tomando os verbos auxiliares nos moldes dos paradigmas ocidentais, em que costumam atuar como auxiliares de outros verbos, a visão, tal qual a de Hashimoto, de ‘*ari*’ como verbo auxiliar poderia estar comprometida, já que, conforme colocado acima, este atuava principalmente como auxiliar, não de verbos, mas de adjetivos *keiyôshi*, e outros elementos auxiliares.

Por outro lado, tendo em vista as particularidades do predicado da língua japonesa, em que existem elementos como os predicadores *yôgen* – dos quais os referidos adjetivos *keiyôshi* seriam um subtipo – e os próprios *jodôshi*, e se, conforme discutido em 4.2.3, a principal característica a diferenciar os *jodôshi* dos *hojodôshi* seria o fato de que estes últimos teriam sintática própria de um verbo *dôshi*, poder-se-ia dizer que o ‘*ari*’, estaria de fato no conforme destes últimos – ao menos antes de aglutinar-se, depois de que perderia seu status de verbo auxiliar, se tornando componente morfológico de *jodôshi* ou dos segmentos flexionais dos adjetivos *keiyôshi*.

Assim, adotando-se a visão de Yamaguchi (2002) sobre o ‘*dearu*’, poder-se-ia entender que o ‘*nari*’ seja formado da ligação de um semi-*jodôshi* ‘*ni*’ a um verbo auxiliar *hojodôshi* ‘*ari*’.

Dessa maneira, ocorriam, no japonês clássico, ambas as formas ‘*ni ari*’ e ‘*nari*’, seja com sentido existencial, seja como *dantei no jodôshi*.

Kasuga (1969, p. 219) coloca que o desenvolvimento da atuação do *dantei no jodôshi* ‘*ni ari*’/‘*nari*’ em conjunto com a raiz dos substantivos *keiyôdôshi* se deu ao mesmo tempo que com os demais nomes *taigen* – de modo que se possa considerar que o ‘*nari*’ dos *keiyôdôshi* seja o mesmo ‘*nari*’ *dantei no jodôshi*.

Entretanto, alguns adjetivos *keiyôdôshi* não se ligam a ‘*nari*’, mas ao *dantei no jodôshi* ‘*tari*’, conforme será discutido na seção seguinte, 5.2.3.

Quanto ao ‘nari’/‘ni ari’, conforme Tabela 6 e Tabela 7, retiradas de Kasuga (1968), a seguir, nos textos mais antigos – os *Ki-Ki* e o *Man’yôshû* –, o ‘ni ari’/‘nari’ de existência (com ‘ni’ locativo) ocorria predominantemente na forma adnominal *rentaikei*, enquanto o ‘nari’/‘ni ari’ de *dantei* não ocorria nessa forma. Por outro lado, na forma final *shûshikei*, ‘ni ari’/‘nari’ só ocorria como *dantei no jodôshi*, e na forma ‘nari’ – conforme exemplo (67) adiante, entretanto, posteriormente passaria a ocorrer também como ‘ni ari’.

Tabela 6 – Ocorrências de ‘nari’/‘ni ari’ no *Kojiki* e *Nihon Shoki*, por forma flexional

Formas flexionais		にあり ‘ni ari’		なり ‘nari’		Totais
		Existencial	<i>Dantei</i>	Existencial	<i>Dantei</i>	
未然形 mizenkei	Forma dependente	-	2	-	4	6
連用形 ren'yôkei	Forma adverbial / conjuntiva	-	1	-	-	1
終止形 shûshikei	Forma final	-	-	-	1	1
連体形 rentaikei	Forma adnominal	1	-	3	-	4
已然形 izenkei	Forma resultativa	-	-	-	-	0
命令形 meireikei	Forma imperativa	-	-	-	-	0
Totais		1	3	3	5	12

Fonte: Kasuga (1968, p. 154)

Saeki (1959, p. 1) comenta que muitos autores acreditavam que o ‘nari’/‘ni ari’ mantinha sentido existencial somente na forma adnominal *rentaikei*, mas, conforme exemplo a seguir, o autor (p. 3) também demonstra, que o sentido existencial/locativo, passaria a ocorrer também na forma final *shûshikei*.

(66) 富士の山は此の国なり (Sarashina, 1, 6)
Fuji no yama wa kono kuni nari
 Fuji / GENITIVO / montanha / TÓPICO / este / país / {NARI}
 “O monte Fuji fica neste país.”

A Tabela 7 a seguir aponta que, também no *Man'yōshū*, o sentido existencial, mesmo que em poucos exemplos, ocorreria em várias formas flexionais.

Tabela 7 – Ocorrências de ‘nari’/‘ni ari’ no *Man'yōshū*, por forma flexional

Formas flexionais		にあり ‘ni ari’		なり ‘nari’		Totais
		Existencial	<i>Dantei</i>	Existencial	<i>Dantei</i>	
未然形 mizenkei	Forma dependente	3	9	2	4	18
連用形 ren'yōkei	Forma adverbial / conjuntiva	2	-	1	1	4
終止形 shūshikei	Forma final	-	-	-	6	6
連体形 rentaikei	Forma adnominal	1	-	21	-	22
已然形 izenkei	Forma resultativa	1	5	1	7	14
命令形 meireikei	Forma imperativa	-	-	-	-	0
Totais		7	14	25	18	12

Fonte: Kasuga (1968, p. 155)

Por outro lado, na forma final, com sentido de *dantei*, surgia, nos *Ki-Ki* e no *Man'yōshū* apenas ‘nari’, e nunca ‘ni ari’.

Sobre isso, Kasuga (1969, p. 278) coloca que o ‘nari’ teria passado a se especializar em *dantei* na forma final *shūshikei*, como forma de substituir o ‘zo’.

Por outro lado, exemplos posteriores vão mostrar que esse tipo de caso também ocorria com ‘ni ari’. Saeki (1956, p. 2-3), coloca, por exemplo, que no *Tosa Nikki*, era possível ver diversas vezes a mesma frase, ora com ‘ni ari’ e ora com ‘nari’, com o sentido de *dantei*,

conforme abaixo.

(67) なほ同じ所なり (Tosa, 8º dia do 1º mês)

Naho onaji tokoro nari

Ainda / igual / lugar / {NARI}

“É ainda o mesmo lugar.”

なほ同じ所にあり (Tosa, 18º dia do 1º mês)

Naho onaji tokoro ni-ari

Ainda / igual / lugar / {NI ARI}

“É ainda o mesmo lugar.”

Ao longo do período Heian (794-1185), os sentidos de existência e de *dantei* de ‘*ni ari*’/‘*nari*’ devem ter permanecido, e tendo ambas as utilizações expandido para as diversas formas flexionais. Conforme será detalhado na seção 5.2.4, a forma não aglutinada teria permanecido em utilização, de modo que a partir do período Kamakura (1185-1333), teria passado, aos poucos, a predominar uma forma intermediada por um て ‘*te*’, *にてあり* ‘*ni te ari*’, que teria dado origem ao *である* ‘*dearu*’, de onde se originaram as formas modernas de *dantei no jodôshi*.

Yamaguchi (2002 p. 75-76) coloca que já no *枕草子 Makura no Sôshi*, obra de 1002, portanto, ainda no período Heian, já aparecia um ‘*ni te ari*’ com o sentido de existência.

(68) 左大殿のかたの人知るすぢにてあり (*Makura no Sôshi*, 136)

Hidari ohotono[ôtono] no kata no hito-shiru suji ni-te-ari

Esquerda / ministro / GENITIVO / pessoa / GENITIVO / conhecido ADNOMINAL / assunto / {NI TE ARI}

(lit.) “Ela está [imersa] nos assuntos dos conhecidos do Ministro da Esquerda.” → “Ela andava às voltas com pessoas ligadas ao Ministro da Esquerda!”²¹⁴

Iwabuchi (1985, p. 4) coloca que, a partir do Kamakura, a forma dependente *mizenkei* *なら* ‘*nara*’, a forma conjuntiva *ren’yôkei* *なり* ‘*nari*’ e a forma adnominal *rentaikei* *なる* ‘*naru*’ ficariam raros – o *ren’yôkei* ‘*nari*’ passaria a ser utilizado principalmente como *なっ* ‘*na(t)*’, o *rentaikei* ‘*naru*’ se transformou em *な* ‘*na*’ e a forma resultativa *izenkei* ‘*nare*’ teria se tornado ‘*nara*’ – estes dois últimos corresponderiam aos ‘*na*’, forma adnominal *rentakei*, e ‘*nara*’, forma hipotética *kateikei* do ‘*da*’ da língua moderna.

As demais formas devem ter ido aos poucos perdendo espaço para o ‘*ni te ari*’, que

²¹⁴ Tradução de Geny Wakisaka, Junko Ota, Lica Hashimoto, Luiza Nana Yoshida e Madalena Hashimoto Cordaro, retirada de Shônagon (2013, p. 278).

veio a finalmente se transformar em ‘*dearu*’ ainda durante período Muromachi (1338-1573), tendo, então resultado no moderno ‘*da*’.

5.2.2.2. Flexões e conexões

Conforme Iwabuchi (1985, p. 3) e Kasuga (1969, p. 281), além de se conectar, em posição posterior a nomes *taigen* (incluindo adjetivos *keiyôdôshi*), o ‘*ni ari*’/‘*nari*’ também podia surgir posicionado a algumas partículas *joshi* ou advérbios *fukushi* – em alguns destes últimos casos, tendo formado algumas expressões idiomáticas cristalizadas.

Por exemplo, em (69), o ‘*nari*’, flexionado na forma adnominal *rentaikei* ‘*naru*’, posiciona-se a *ばかり* ‘*bakari*’, normalmente considerado como uma partícula conjuntiva *setsuzokujoshi*, com o sentido de “apenas”.

(69) 年九ばかりなる男の童、年よりは幼くぞある。(Tosa, 22º dia do 1º mês)
Toshi kokonotsu bakari naru otoko no waraha[warawa], toshi yori wa wosanaku[osanaku]-zo-ar.

Idade / nove / {BAKARI} / {NARI} ADNOMINAL / homem / ADNOMINAL / criança / idade / COMPARATIVO / TÓPICO / jovem ÊNFASE

“Esse menino, que tinha apenas nove anos, parecia mais jovem do que sua idade.”

As particularidades da ligação posterior de ‘*ni ari*’/‘*nari*’ a partículas ou advérbios devem, entretanto, ficar para serem aprofundadas em trabalhos futuros.

Também, quanto às ligações de ‘*nari*’, Kasuga (1969, p. 278) coloca que já no período Heian, o ‘*nari*’ começou a receber forma adnominal *rentaikei* de outros termos, como se houvesse, entre ambos, um substantivo pró-forma ‘*mono*’ ou ‘*koto*’ omitido – desde o período Nara, haveria a forma *rentaikei* + ‘*mono*’ + ‘*zo*’, de modo que o ‘*mono*’ tenha passado a ser omitido, como em (70), e, posteriormente, o ‘*nari*’ deve ter vindo a substituir esse ‘*zo*’, tal como em (71).

Conforme a definição de *shitei hyôgen* (expressões de *shitei*)²¹⁵, escrita pelo próprio Kasuga, do dicionário Kokugo Gakkai (1980, p. 453-454), esse tipo de utilização teria um sentido expositivo enfático semelhante àquele da formação moderna *のだ* ‘*no da*’, ligação do substantivo pró-forma *の* ‘*no*’ ao *dantei no jodôshi* *だ* ‘*da*’.

²¹⁵ A íntegra da definição, assim como sua tradução completa, pode ser encontrada no Anexo deste trabalho.

(70) こはいのごふぞ。 (Kojiki, 10)

Ko wa inogofu zo.

Isto / TÓPICO / gritar em ameaça ADNOMINAL / {ZO}

(aprox.) “Isto é ameaçar.”

(71) 日記といふものを女もしてみむとてするなり。 (Tosa, 21º dia do 12º mês)

Nikki to ifu[iu] mono wo[o] womuna[onna] mo shite-mimu-tote-suru nari.

Diário / REFERÊNCIA / dizer ADNOMINAL / coisa / ACUSATIVO / mulher / também / fazer / tentar fazer INTENÇÃO ADNOMINAL / {NARI}

“É porque quero ver se as mulheres também podem escrever [o que se chama de] diários.”

Nesse tipo de utilização, o ‘nari’ podia inclusive se flexionar em outras formas, tal como no exemplo (72), em que ‘nari’ se apresenta na forma conjuntiva *ren’yôkei*, de modo a se ligar ao *jodôshi* de passado ‘keri’.

(72) 障子を五寸ばかりあけていふなりけり。 (Makura no Sôshi, 5)

Shôshi wo[o] gosun bakari akete ifu[iu] narikeri.

Divisória corrediça / ACUSATIVO / 5 sun²¹⁶ / aberto CONJUNTIVO / falar ADNOMINAL / {NARI} PASSADO

“[Era que] [Narimasa] falava através da divisória corrediça entreaberta.”²¹⁷

Ainda, quanto à forma ‘ni ari’, pode-se dizer que o ‘ni’ e o ‘ari’ mantinham certa independência como elementos distintos, podendo ser intermediados por outros elementos. Conforme exemplo a seguir, de Iwabuchi (1985, p. 4), podia haver, por exemplo, um “*ni zo aru*”, intermediado pelo *kakarijoshi* ‘zo’. Deve ser esse um fenômeno semelhante ao do ‘*dearu*’ moderno, que pode ser intermediado por partículas ‘*wa*’ e ‘*mo*’, por exemplo, conforme será discutido em 5.3.3.

(73) ひぐらしの鳴きつるなべに日は暮れぬと思ふは山の陰にぞありける。

(Kokinwakashû, 4)

Higurashi no nakitsuru nabeni hi-wa-kurenu to omofu[omou] wa yama no kage ni zo ari keru.

Cigarra noturna / GENITIVO / cantar PASSADO ADNOMINAL / junto com / sol se pôr PASSADO / REFERÊNCIA / pensar / TÓPICO / montanha / sombra / {NI ZO ARI} PASSADO

“Pensei que o entardecer havia chegado junto com o cantar das cigarras, mas era, na verdade, somente a sombra da montanha.”

²¹⁶ 寸 *sun* = medida equivalente a cerca de 3 centímetros.

²¹⁷ Tradução adaptada da de Geny Wakisaka, Junko Ota, Lica Hashimoto, Luiza Nana Yoshida e Madalena Hashimoto Cordaro, retirada de Shônagon (2013, p. 54).

Já quanto às flexões do *dantei no jodôshi* ‘nari’, a Tabela 8 a seguir lista todas as formas possíveis, considerando também a forma não aglutinada, ‘ni ari’.

Tabela 8 – Flexões do *dantei no jodôshi* なり ‘nari’

Formas flexionais		Flexões	Observações
未然形 mizenkei	Forma dependente	なら nara	
		にあら ni ara	
連用形 ren'yôkei	Forma adverbial / conjuntiva	に ni なり nari	A forma に ‘ni’ teria principalmente o uso “continuativo” (“ <i>chûshi-hô</i> ”).
		にあり ni ari	
終止形 shûshikei	Forma final	なり nari	
		にあり ni ari	
連体形 rentaikei	Forma adnominal	なる naru	Poder-se-ia incluir aqui também o の ‘no’ adnominal.
		にある ni aru	
已然形 izenkei	Forma resultativa	なれ nare	
		にあれ ni are	
命令形 meireikei	Forma imperativa	(なれ nare)	Ocorrência rara.

Baseado em Kasuga (1969, p. 281) e Iwabuchi (1985, p. 3)

Forma dependente 未然形 mizenkei

Na forma なら ‘nara’ ou にあら ‘ni ara’, pode se ligar a alguns tipos de *jodôshi*, como ず ‘zu’, para exprimir negação ou む ‘mu’ para exprimir suposição.

(74) この御酒が吾が御酒ならず。(Kojiki, 40)

Kono mini ga wa ga miki narazu.

Este / saquê / NOMINATIVO / eu / GENITIVO / saquê / {NARU} NEGAÇÃO

“Este não é o meu saquê.”

Também pode se ligar a partícula *joshi* ば ‘ba’, exprimindo uma condição hipotética,

conforme exemplo (58) já apresentado.

- (58) 琴頭に来ゐる影媛玉ならば 我が欲る珠の鯨白玉 (Nihon Shoki, 92)
Kotogami ni kiwuru Kagehime tama naraba aga horu tama no ahahishiratama.
Ponta do koto / DESTINO / vir / Kagehime / joia / {NARU} HIPÓTESE / eu NOMINATIVO
/ joia / ADNOMINAL / pérola do baiacu
“A Kagehime, que está à ponta do *koto*, se for [para compará-la a] uma joia, é a perola
do baiacu, que eu tanto desejo.”

Forma adverbial/conjuntiva 連用形 *ren'yōkei*

Na forma *に* ‘*ni*’ podia atribuir função adverbial a um elemento nominal, tal como no exemplo (75) apontado por Kasuga (1969, p. 280), em que o ‘*ni*’ adverbial liga-se a *して* ‘*shite*’, forma conjuntiva *ren'yōkei* do verbo *dōshi* *す* ‘*su*’ (“fazer”) ligada a conectivo *て* ‘*te*’, resultando na forma cristalizada *にして* ‘*ni shite*’, que pode ser utilizada com um sentido de reprovação.

- (75) あづきなく何のたはこと今更に童ごとする老人にして。 (Man'yōshū, 2582)
Azuginaku nani no tahagoto[tawagoto] imasara-ni warahagoto[warawagoto] suru oihito ni shite.
Contrário a meus pensamentos ADVERBIAL / o que / ADNOMINAL / discurso infundado / a esta altura / discurso infantil / fazer / velho / {NARU} ADVERBIAL / fazer CONJUNTIVO
“Mas quanta besteira! Um velho desses, falando essas coisas infantis!”

Na forma *に* ‘*ni*’, também poderia operar função continuativa *chūshi-hō*, formando orações coordenadas, conforme exemplo abaixo, também de Kasuga (1969, p. 280).

- (76) 花は盛りにに、月はくまなきをのみ見るのかは。 (Tsurezuregusa, 137)
Hana wa sakari ni, tsuki wa kumanaki wo[o] nomi miru no-kaha[kawa].
Flor / TÓPICO / época de prosperidade / {NARU} CONJUNTIVO / lua / TÓPICO / totalmente iluminado ADNOMINAL / somente / ver ADVERBIAL / SUPOSIÇÃO
“Devemos olhar as flores apenas quando [estão] completamente desabrochadas e a lua somente quando [está] cheia?”²¹⁸

A função continuativa, por outro lado, também podia ser operada na forma *なり* ‘*nari*’ ou *にあり* ‘*ni ari*’, conforme exemplo (77).

²¹⁸ Tradução adaptada da de Paulo Castanheira, retirada de Yoshida (2001, p. 84).

(77) いみじき嘘言なり、夢にだに見ず [...] (*Makura no Sôshi*, 296)

Imijiki usogoto nari, yume ni dani mizu.

Terrível ADNOMINAL / mentira / {NARI} CONJUNTIVO / sonhos / LOCATIVO / ao menos / ver NEGATIVO

“São mentiras deslavadas, [pois] nem em sonho a tenho visto”²¹⁹

Ainda, na forma なり ‘nari’ ou にあり ‘ni ari’, pode se ligar a diversos *jodôshi*, como けり ‘keri’ de passado, conforme exemplo (72) já apresentado, ou conforme o exemplo (78) abaixo.

(78) [...] 二人は [...] 姉妹なりけり。 (*Makura no Sôshi*, 86)

[...] *futari wa [...] shimai narikeri.*

Duas pessoas / TÓPICO / irmã / {NARI} PASSADO

“As duas [...] eram irmãs.”

Forma final 終止形 shûshikei

Na forma なり ‘nari’ ou にあり ‘ni ari’, podia finalizar frases com predicado nominal, conforme exemplos (31), (67) e (71) já apresentados, ou os exemplos abaixo, de Kasuga (1969, p. 280).

(79) 必ず人は父が方、母が方の親ありて成物仁在。 (*Senmyô*, 39)

Kanarazu hito wa tetegakta, hahagakata no ukara arite narumono ni-ari.

Necessariamente / pessoa / TÓPICO / linhagem paterna / linhagem materna / GENITIVO / pais / existir CONJUNTIVO / fruto / {NI ARI}

“[Já que] possuindo necessariamente pai e mãe, todo indivíduo é um rebento.”

(80) 月よめばいまだ冬なり。 (*Man'yôshû*, 4492)

Tsuki yomeba imada fuyu nari.

Lua / contar RESULTATIVO / ainda / inverno / {NARI}

“Pelo calendário, ainda é inverno.”

Forma adnominal 連体形 rentaikei

Na forma なる ‘naru’ ou にある ‘ni aru’, transforma uma estrutura nominal em qualificadora de outra estrutura nominal, conforme exemplo (69) já apresentado, e retirado de Iwabuchi (1985, p. 3).

²¹⁹ Tradução adaptada da de Geny Wakisaka, Junko Ota, Lica Hashimoto, Luiza Nana Yoshida e Madalena Hashimoto Cordaro, retirada de Shônagon (2013, p. 498).

(69) 年九ばかりなる男の童、年よりは幼くぞある。(Tosa, 22º dia do 1º mês)
Toshi kokonotsu bakari naru otoko no waraha[warawa], toshi yori wa wosanaku[osanaku]-zo-aru.

Idade / nove / apenas / {NARI} ADNOMINAL / homem / ADNOMINAL / criança / idade / COMPARATIVO / TÓPICO / jovem ÊNFASE

“Esse menino, que tinha apenas nove anos, parecia mais jovem do que sua idade.”

Por outro lado, se Tokieda (1979, p. 85), por exemplo, tratava o に ‘ni’ adverbial como um *jodôshi* particular, possuindo apenas forma *ren’yôkei*, também considerava (p. 92) o の ‘no’ como um *jodôshi* do japonês clássico que possuía apenas forma adnominal *rentaikei*. Para Kasuga (1968, p. 157), esse ‘no’ seria uma forma correspondente ao ‘nari’ em *rentaikei*. Nesse mesmo sentido, também Narahara (2002) colocava o ‘no’ como forma adnominal correspondente ao ‘ni’ adverbial, considerando-os como formações anteriores ao ‘nari’/‘ni ari’.

Esse ‘no’ adnominal já podia ser visto no exemplo (58), dos primórdios do japonês clássico.

(58) 琴頭に来みる影媛玉ならば 我が欲る珠の鯨白玉 (Nihon Shoki, 92)

Kotogami ni kiwuru Kagehime tama naraba aga horu tama no ahahishiratama.

Ponta do koto / DESTINO / vir / Kagehime / joia / CONDICIONAL / eu NOMINATIVO / joia / ADNOMINAL / pérola do baiacu

“A Kagehime, que está à ponta do *koto*, se for [para compará-la a] uma joia, é a pérola do baiacu, que [é a joia que] eu tanto desejo.”

Se o ‘ni’ viera a se tornar forma adverbial de ‘nari’/‘ni ari’, e também considerando que, no japonês moderno, conforme será retomado na seção 5.3.1, o ‘no’, junto com o ‘na’, são ambos considerados formas adnominais do ‘da’, poder-se-ia levantar a hipótese de que também no japonês clássico o ‘no’ pudesse ser considerado como forma flexional do ‘nari’/‘ni ari’.

Forma resultativa 已然形 *izenkei*

Na forma なれ ‘nare’ ou にあれ ‘ni are’, conectava-se à partícula *joshi* ば ‘ba’ para indicar condição resultativa, ou à partícula ど ‘do’ ou ども ‘domo’, expressando um sentido adversativo na conexão à oração seguinte (“mesmo que” etc), ou, ainda, se liga à partícula や ‘ya’, expressando pergunta retórica, conforme exemplos (81) e (82), de Kasuga (1969, p. 281).

(81) 障へなへぬ命にあれば愛し妹が手枕離れあやに悲しも (Man'yôshû, 4432)

Sahenahenu[saenaenu] mikoto ni-are-ba kanashi imo ga tamakura hanare aya ni kanashi mo

Recusar POSSIBILIDADE NEGATIVO / ordem / {NI ARU} RESULTATIVO / adorável ADNOMINAL / namorada / GENITIVO / mão travesseiro / soltar CONJUNTIVO / terrivelmente / triste / também

“Sendo uma ordem incontestável, estou terrivelmente triste em me separar dos braços de minha adorável namorada”

(82) 思ふとも恋ふとも逢はむものなれや結ふ手もたゆく解くる下紐 (Kokinwakashû, 11)

Omofu[omou] tomo kofu[kou] tomo ahamu[awamu] mono nare ya yufu[yuu] te mo tayuku tokuru shitahimo

Pensar / mesmo / sentir a falta / mesmo / encontrar SUPOSIÇÃO ADNOMINAL / NOMINALIZAÇÃO / {NARU} RESULTATIVO / {YA} / amarrar ADNOMINAL / mão / também / cansado ADVERBIAL / desamarrar ADNOMINAL / cordão da roupa

“Por mais que eu pense nela/e ou sinta sua falta, [será que] poderei encontrá-la/o? Minhas mãos já se cansaram de amarrar o cordão da minha roupa que teima em se soltar.”²²⁰

Forma imperativa 命令形 meireikei

Na forma なれ ‘nare’, expressava ordem, como no exemplo fornecido por Kasuga (1969, p. 281):

(83) [...] 今はまだつらし夢なれとこそいひし [...] (Fûgawakashû, 10)

[...] ima wa mata tsurashi yume nare to koso ihishi [...]

agora / TÓPICO / ainda / penso ADNOMINAL / sonho / {NARI} IMPERATIVO / REFERÊNCIA / ÊNFASE / dizer PASSADO ADNOMINAL

“Disse ao agora: seja ainda um sonho terrível!”

Se, por um lado, conforme Iwabuchi (1985, p. 3), o uso na forma imperativa *meireikei* seria raro, o ‘nari’ era um dos poucos *dantei no jodôshi* a apresentar esta forma – conforme será colocado na seção 5.3.3, também o moderno ‘dearu’ possui exemplos de utilização em imperativo.

Não existiriam, entretanto, registros de imperativo da forma não aglutinada ‘ni ari’.

²²⁰ De acordo com o dicionário online Weblio (disponível em: <https://kobun.weblio.jp/content/下紐>. Acesso em: 27 nov. 2022), no Japão antigo, o cordão que prendia a parte inferior da roupa se soltar de maneira não intencional era visto como presságio de que se estava para encontrar a pessoa amada.

5.2.2.3. Comentário

Conforme pôde-se verificar ao longo desta seção, autores japoneses acreditam que ズ ‘zo’ tenha sido o primeiro elemento a atuar com predicados nominais na língua japonesa, acrescentando a estes o sentido de *dantei*/asserção, i.e., a expressão do entendimento do falante da validade do conteúdo do enunciado.

Posteriormente, esse ズ ‘zo’ passaria a dividir espaço com um なり ‘nari’, que, tendo a capacidade de se flexionar, de modo a ligar-se a outros elementos, funcionalidade ausente no ‘zo’, viria gradativamente a ganhar predominância, tornando-se o elemento padrão de expressão de *dantei*/asserção no japonês clássico – até que, a partir do período Kamakura (1185-1333), começaria a sofrer mudanças morfológicas que levariam às formas modernas de *dantei no jodôshi*.

Por outro lado, ainda que se considere que tanto ‘zo’ quanto ‘nari’ fossem elementos que expressavam *dantei*/asserção – o que pode ser entendido como um tipo de modalidade –, deve ser adequado dizer que, como elementos de modalidade, tinham finalidades, ainda que próximas, distintas.

Conforme colocado na subseção 5.2.1, Kasuga (1968, p. 164) considerava que o ‘zo’ era um elemento de caráter dialogal, subjetivo, utilizado com a finalidade de chamar atenção do ouvinte, enquanto o ‘nari’ teria caráter mais objetivo – poder-se-ia, assim, dizer que o ‘zo’ além do sentido de asserção, teria também uma carga de modalidade voltada aos agentes linguísticos, enquanto que o ‘nari’ seria um elemento com carga modal predominantemente voltada ao conteúdo do enunciado.

Quanto a isso, um ponto interessante de ser considerado também deve ser quanto aos possíveis efeitos acarretados num eventual caso de omissão do ‘nari’ em frases com predicado nominal.

Na língua moderna, conforme já foi discutido, em especial a partir das colocações de Narahara (2002), na seção 3.6, que a omissão do ‘da’ é predominante no discurso feminino, visando eliminar a carga de asserção da enunciação.

Quanto ao japonês clássico, que tem, como um dos principais obstáculos para a sua análise, a impossibilidade de acesso direto ao registro falado, torna-se um desafio maior a compreensão das estratégias discursivas, o que talvez seja o motivo pelo qual nenhum dos autores aqui estudados tenha tratado de maneira mais profunda esta questão.

Permanece, então, mais um assunto interessante de ser verificado futuramente.

Ainda, uma outra característica notável do *dantei no jodôshi* ‘nari’/‘ni ari’ era o fato de que o ‘ari’ podia ser substituído por uma de suas formas de tratamento e ainda atuar como *dantei no jodôshi*.

Aqui, formas de tratamento se referem à prática comum da língua japonesa, popularmente conhecida como 敬語 *keigo*, de se modificar a forma das palavras de modo a se acrescentar determinados tipos de tratamento direcionados ao interlocutor e/ou às figuras mencionadas no enunciado, como polidez, respeito, modéstia.

No caso do ‘ari’ existencial, era possível substituí-los por verbos *dôshi* como 侍り ‘*haberi*’, para, além do sentido de existência, exprimir polidez, i.e., consideração ao interlocutor, ou verbos *dôshi* como おはします ‘*ohashimasu[owashimasu]*’ para, além do sentido de existência, enaltecer a pessoa referida no enunciado.

Entretanto, as formas de tratamento de ‘ari’, tal como ‘*haberi*’ e ‘*ohashimasu[owashimasu]*’ acima mencionadas, podiam também perder seu sentido existencial, passando a atuar de maneira pró-forma como auxiliar, podendo ser combinados com ‘ni’, de modo a atuar como *dantei no jodôshi* acrescidos de expressão de tratamento, por exemplo, nas formas ‘*ni haberi*’ e ‘*ni ohashimasu[owashimasu]*’, conforme exemplo (84) retirado de Tsujimura (1968, p. 48).

(84) ゆゆしき身にはべれば、かくておはしますも、 [...] (*Genji, Kiritsubo*)
Yuyushiki mi ni habereba, kakute ohashimasu[owashimasu] mo [...]

Azarado ADNOMINAL / si próprio / {NI HABERI}-(POLIDEZ) HIPOTÉTICO /
dessa maneira / existir RESPEITO / também [...]

“Azarada que sou, que esteja aqui [vossa alteza] [...]”

Aqui, ainda que seja difícil manter os sentidos originais na tradução ao português, enquanto ‘*ni ohashimasu[owashimasu]*’ aparece para substituir um ‘ari’ existencial, como forma de respeito, ‘*ni haberi*’, na forma hipotética *izenkei*, pode ser entendido como um *dantei no jodôshi* formado da ligação de um ‘ni’ a um ‘*haberi*’ que vem substituir um ‘ari’ auxiliar, como forma de polidez (consideração ao ouvinte).

As formas de tratamento do ‘ari’ voltarão a ser discutidas na seção 5.4 adiante.

Por fim, conforme já discutido algumas vezes ao longo deste trabalho, uma das particularidades da língua japonesa moderna é a coexistência de diferentes formas de *dantei no jodôshi*, cada qual com utilizações e sentido próprios – o que deve ser, então, uma tendência já observada na coexistência de ‘zo’ e ‘nari’ desde os primórdios do japonês clássico.

No caso de なり ‘nari’ do japonês clássico, além das suas formas de tratamento acima mencionadas, viria também a dividir espaço com um outro *dantei no jodôshi*, de surgimento um pouco mais tardio que o seu, たり ‘tari’ – que por algum motivo, acabou não sendo considerado no trabalho de Narahara (2002).

Também na coexistência entre o ‘nari’ e o ‘tari’ haveria diferenças quanto à expressividade – o que será discutido mais adiante na seção seguinte, em que serão então exploradas as características e utilizações desse elemento ‘tari’.

5.2.3. Dantei no jodôshi たり ‘tari’

5.2.3.1. Etimologia

O たり ‘tari’, então, num processo de formação semelhante ao de なり ‘nari’, teria origem em um と ‘to’ que passaria a atuar de maneira a atribuir função adverbial a nomes *taigen*, conectando-se a あり ‘ari’, que originalmente era um verbo *dôshi* com sentido de existência, tendo este vindo a se gramaticalizar, passando a atuar como verbo auxiliar *hojodôshi*.

Há, entretanto, autores como Tokieda (1979, p. 123), que, conforme discutido na seção anterior sobre o ‘nari’, consideram isoladamente o ‘ari’ como sendo um tipo de *shitei/dantei no jodôshi*. Para Tokieda (1979, p. 102), o próprio と ‘to’, por si só, já seria um *shitei no jodôshi* que teria apenas forma adverbial *ren’yôkei*, de modo que ‘tari’ seria formado da aglutinação de dois *shitei no jodôshi*, ‘to’ e ‘ari’ (p. 123), tal como foi considerado também quanto ao ‘nari’, conforme seção anterior.

Se, novamente, adotar-se o posicionamento que Yamaguchi (2002, p. 79) direcionava ao で ‘de’ que viria a posteriormente formar o ‘dearu’, poder-se-ia entender o ‘to’ que forma ‘tari’ como um tipo de *semi-jodôshi*, já que não possuindo flexões para além da forma adverbial.

Conforme Iwabuchi (1985, p. 5), não haveria exemplos de utilização de ‘tari’ no período Nara (710-794), em que foram produzidos os primeiros registros escritos da língua japonesa – momento em que, conforme discutido na subseção anterior, o ‘nari’ já estava em utilização. Era possível, já nessa época, entretanto, encontrar a forma não aglutinada ‘to ari’, conforme exemplo abaixo do *Man’yôshû* apontado por Kasuga (1969, p. 286).

(85) なかなか人にとあらずは酒壺になりにてしかも酒に染みなむ
(*Man'yōshū*, 343)

Nakanakani hito to-arazu wa sakatsubo ni nari nite shikamo sake ni shiminamu

Incompleto / pessoa / {TO ARI} NEGATIVO / TÓPICO / garrafa de saquê / ADVERBIAL / tornar-se / MÉTODO / até mesmo / ADVERBIAL / encher-se DESEJO

“Se for para ser um ser humano fajuto, prefiro me tornar uma garrafa e me encher de saquê”

Conforme Kasuga, no período clássico japonês (794-1185, correspondente aos períodos Nara e Heian), ‘*ni*’ e ‘*to*’ eram utilizados para atribuir função adverbial a nomes *taigen*, mas o ‘*to*’ foi ganhando espaço um pouco mais posteriormente.

Por exemplo, ainda de acordo com o autor, a onomatopeia ユラ ‘*yura*’, representando o som que se faria ao se tocar em joias ou guizos, tomava forma adverbial utilizando-se ‘*ni*’ no *Man'yōshū*, tendo se passado a utilizar ‘*to*’ em poemas posteriores do período Heian (794-1185).

A origem do ‘*tari*’ estaria, então, no chamado 漢文訓読 *kanbunkundoku* – que, conforme já comentado na seção anterior, seria um tipo de escrita em língua chinesa que utilizava marcações para auxiliar na leitura em língua japonesa.

Se, nos textos mais precoces da literatura japonesas, como os *Ki-Ki*, o *kanbunkundoku* era a forma principal de escrita, já no Heian, a escrita em língua japonesa passava a predominar, ficando o *kanbunkundoku* a ser utilizado principalmente para a interpretação de escrituras budistas chinesas.

Nesse contexto do *kanbunkundoku*, continua Kasuga (1969, p. 286), quando se encontrava um termo chinês (漢語 *kango*) raro de natureza nominal, havia a tendência de se destacá-lo com a partícula *joshi* ‘*to*’. Com isso, continua o autor (p. 287), acontecia também de se usar o verbo *dōshi* ‘*ari*’ na forma adnominal *rentaikei* para fazer a relação com o termo chinês e o seu significado em japonês, na forma “X *to aru* Y” – cujo significado literal seria mais ou menos “Y, que é X”, ou, em tradução mais adaptada, “X, que significa Y”, em que X é a palavra chinesa, e Y seu significado em japonês.

Tendo assim se expandido a utilização do ‘*to ari*’, viria este então a se aglutinar, formando o *jodōshi* ‘*tari*’. Dessa maneira, conforme também apontado por Iwabuchi (1985, p. 5), pode-se dizer que o ‘*tari*’ já surgiu como elemento de expressão de *dantei*, nunca tendo expressado sentido de existência, tal como ocorria com o ‘*nari*’.

Se, tendo em vista a utilização acima descrita, nesse momento, nas ocorrências de ‘*tari*’ predominava a forma adnominal *rentaikei*, Kasuga (1969, p. 287) coloca como tendo sido a primeira utilização em forma final *shūshikei* o exemplo a seguir, de escritura chinesa com

marcações para leitura em japonês, estimada como sendo do primeiro século do Heian (séc. IX).

(86) 識と道の為に本たり。 (Saidaijihon)

Shiki to michi no tame ni hon tari

Consciência / COPARTICIPAÇÃO / caminho / GENITIVO / motivo / ADVERBIAL / livro /
{TARI}

“É um livro para a consciência e o caminho.”

Kasuga (*Idem*) aponta, entretanto, baixa utilização do ‘tari’ em textos escritos em japonês ao longo do período Heian, mas, também conforme Iwabuchi (1985, p. 5), a partir de certa influência que o *kanbunkundoku* passava a exercer na época, o ‘tari’ começou a ganhar espaço no final de Heian, podendo ser visto em obras do gênero 説話 *setsuwa* (literatura de tradição oral), como o 今昔物語集 *Konjaku Monogatari*shû (“Coletânea de histórias de hoje e de antigamente”, c. séc. XII), tendo se intensificado no período Kamakura (1185-1333), em especial, em obras do gênero 軍記 *gunki* (crônicas de guerra), como o 平家物語 *Heike Monogatari* (“Narrativas de Heike”, c. séc. XIV).

Mesmo no período Edo (1603-1868), ainda haveria exemplos de uso de ‘tari’, tendo nessa época surgido a tendência de se utilizar a forma adnominal *rentaikei* ‘taru’ como expressão de arcaísmo – utilização que estaria presente ainda no japonês moderno.

5.2.3.2. Flexões e conexões

Ao contrário do ‘nari’, que possuía alguns casos especiais de conexão, conforme apontado na subseção anterior, o ‘tari’ só se posicionava a nomes *taigen*.

Entre os *taigen* a que o ‘tari’ se conectava em posição posterior, incluíam-se a raiz de alguns adjetivos *keiyôdôshi*²²¹, de modo, que no japonês clássico, podia-se identificar dois tipos de adjetivos *keiyôdôshi* – aqueles que utilizavam o *dantei no jodôshi* ‘nari’ como sufixo flexionável, como 静か (なり) ‘*shizuka (nari)*’ (“calmo”, “silencioso”) e あはれ (なり) ‘*ahare [aware] (nari)*’ (“solitário”), e aqueles que utilizavam o *dantei no jodôshi* ‘tari’ como sufixo flexionável, como 泰然 (たり) ‘*taizen (tari)*’ (“calmo”, “frio”) e 朦朧 (たり) ‘*môrô (tari)*’ (“tonto”, “semiconsciente”).

Conforme talvez seja perceptível, pelos exemplos acima, aos conhecedores do japonês, no caso dos adjetivos *keiyôdôshi*, utilizava-se ‘nari’ em conjunto com palavras de origem japonesa, enquanto o ‘tari’ era utilizado com termos formados a partir da pronúncia derivada

²²¹ A raiz dos adjetivos *keiyôdôshi* seria correspondente ao que na Tabela 2 como *junmeishi* (“semisubstantivos”).

do chinês dos ideogramas que compunham a palavra – ficando evidente sua origem no *kanbunkundoku*.

Coloca, também, Iwabuchi (1985, p. 5), haver raros exemplos em que ‘*tari*’ se liga, em posição posterior, à forma adnominal *rentaikei* de predicadores *yôgen*, em função semelhante àquela que podia exercer o ‘*nari*’, de exprimir ênfase tal qual o da formação *のだ* ‘*no da*’ do japonês moderno.

Tabela 9 – Flexões do *dantei no jodôshi* たり ‘*tari*’

Formas flexionais		Flexões	Observações
未然形 mizenkei	Forma dependente	たら <i>tara</i>	
		とあら <i>to ara</i>	
連用形 ren'yôkei	Forma adverbial	と <i>to</i>	
	Forma conjuntiva	と <i>to</i> たり <i>tari</i>	
		とあり <i>to ari</i>	
終止形 shûshikei	Forma final	たり <i>tari</i>	
		とあり <i>to ari</i>	
連体形 rentaikei	Forma adnominal	たる <i>taru</i>	
		とある <i>to aru</i>	
已然形 izenkei	Forma resultativa	たれ <i>tare</i>	
		とあれ <i>to are</i>	
命令形 meireikei	Forma imperativa	—	Não há ocorrências registradas de <i>meireikei</i> . Pode-se supor uma forma たれ “ <i>tare</i> ”.

Baseado em Kasuga (1969, p. 289) e Iwabuchi (1985, p. 5)

Considerando que o ‘*tari*’, como *dantei no jodôshi*, podia ocorrer tanto na forma aglutinada, ‘*tari*’, como na forma não aglutinada ‘*to ari*’ – conforme Kasuga (1969, p. 287), no *Konjaku Monogatari* *shû*, ocorriam as duas formas, sendo ‘*tari*’ a mais comum – na tabela acima

foram consideradas as duas formas.

Forma dependente 未然形 *mizenkei*

Na forma たら ‘*tara*’ ou とあら ‘*to ara*’, pode se ligar a alguns tipos de *jodôshi*, como ず ‘*zu*’, para exprimir negação, む ‘*mu*’ ou まし ‘*mashi*’, para exprimir suposição, ou まほし ‘*mahoshi* [*maoshi*]’ para exprimir desejo.

(87) 君、君たらずといふとも、臣もつて臣たらずんばあるべからず。

(*Heike*, 2)

Kimi, kimi tarazu to ifu[iu] tomo, shin motsute[motte] shin tarazu-n-ba-aruru bekarazu.
Príncipe / príncipe / {TARI} NEGATIVO / REFERÊNCIA / dizer / mesmo / vassalo / na
condição de / vassalo / {TARI} NEGATIVO ADNOMINAL / EXIGÊNCIA
NEGATIVO

“Mesmo que o senhor diga que não é [digno de ser] um senhor, o vassalo deve continuar sendo um vassalo.”²²²

Também pode se ligar a partícula *joshi* ば ‘*ba*’, exprimindo uma condição hipotética, como no exemplo sugerido por Kasuga (1969, p. 288) abaixo.

(88) もし定業たらば医療を加ふとも益無からんか。 (*Heike*, 3)

Moshi dyagofu[teigyô] taraba ireu[iryô] wo[o] kuhafu[kuwau] tomo eki nakaran.

Se / punição definida como destino / {TARA} HIPÓTESE / cuidados médicos / acrescentar /
mesmo / efeito / NEGATIVO INTERROGATIVO

“Se o destino está decidido, cuidados médicos não servirão de nada.”

Forma adverbial/conjuntiva 連用形 *ren'yôkei*

Na forma と ‘*to*’ podia atribuir função adverbial a um elemento nominal, tal como no exemplo apontado por Kasuga (1969, p. 286), de uso com onomatopeia.

(89) 石田はおのを作ればかわらゆらと鳴る。 (*Amehitoburi*)

Ishida wa ono o tsukureba kawara yura to naru.

Ishida / TÓPICO / machado / ACUSATIVO / construir RESULTATIVO / (onomatopeia do som de se tocar algo sólido) / (onomatopeia do som de se tocar uma joia ou um guizo) / {TARI} ADVERBIAL / soar

“Tendo Ishida construído um machado, este soa ‘cling cling’.”

Pode-se, por outro lado, interpretar o ‘*to*’ do exemplo acima como partícula *joshi* que

²²² No exemplo (87), indicado por Iwabuchi (1985, p. 4), a dupla negativa presente no segmento da segunda ocorrência de ‘*tari*’, たらずんばあるべからず, resulta numa expressão afirmativa: “o vassalo não deve não ser um vassalo” → “o vassalo deve ser um vassalo”.

atuaria como marcador de citação, como que para se referir a um trecho entre aspas (no exemplo “cling cling”), tal como costuma ser entendida, no japonês moderno, esse tipo de atuação do ‘to’ com onomatopeias.

Conforme colocado mais acima, entretanto, Kasuga apontava que no *Man’yôshû* a onomatopeia ‘yura’ se ligava ao ‘ni’ adverbial, que viria a ser substituído pelo ‘to’ como em (89), por influência do *kanbunkundoku*, situação que realça a dificuldade em diferenciar o uso como partícula e o uso adverbial de ‘ni’ e ‘to’.

Por outro lado, é possível encontrar, mesmo no japonês moderno, resquícios da utilização do ‘to’ adverbial, em especial junto com o verbo なる ‘naru’ (“tornar-se”) na formação となる ‘to naru’, em substituição a になる ‘ni naru’, conforme exemplo abaixo, de Okutsu (1999, p. 91), para quem a opção por ‘to’ no lugar de ‘ni’ produziria um tom de arcaísmo.

(90) 武は軍人となった。 [língua moderna]
Takeshi wa gunjin to natta.
Takeshi / TÓPICO / militar / {DA}-(ADVERBIAL) / tornar-se PASSADO
“Takeshi virou militar.”

Conforme Iwabuchi (1985, p. 5), esse ‘to’ da língua moderna, entretanto, seria normalmente tratado como partícula de caso *kakujoshi* ou advérbio *fukushi*.

Mas, quanto ao japonês clássico, ‘to’ como flexão de ‘tari’, ainda poderia se ligar a し て ‘shite’, geralmente considerada como partícula conjuntiva *setsuzoku joshi*. Nesse sentido, Kasuga (1969, p. 288), fornecendo o exemplo a seguir, defende que toda a formação ‘toshite’ possa ser considerada como forma *ren’yôkei* de ‘tari’.

(91) 晋の王儉大臣として家にはちすをうゑて愛せし時の樂なり。
(*Tsurezuregusa*, 214)
Shin no ôken daijin toshite, ie ni hachisu o uwete[ute] aimeshi toki no gaku nari.
Dinastia Jin / GENITIVO / Ôken / ministro / {TOSHITE} / casa / LOCATIVO / lótus /
ACUSATIVO / plantar / amar PASSADO / momento / GENITIVO / música / {NARI}
“É uma música composta no momento em que Ôken da dinastia [chinesa] Jin, que era
ministro, amava ao plantar uma flor-de-lótus em sua casa.”

Nesse caso, fica difícil de ter certeza se o ‘shite’ é de fato uma partícula *joshi*, ou flexão do verbo ‘su’/‘suru’ (“fazer”) ligado a conectivo ‘te’, ficando também incerto definir se o ‘to’ tem aqui função adverbial ou conjuntiva.

Como formas conjuntivas de ‘tari’, tem-se たり ‘tari’ ou とあり ‘to ari’, que podem

se ligar a alguns *jodôshi*, como けり ‘keri’ ou き ‘ki’ de passado, conforme exemplo de Kasuga (1969, p. 288), abaixo.

(92) 波羅奈国二生レテ長者ノ子ト有リキ。 (Konjaku, 2, 12)

Haranakoku ni umarete chauja[chôja] no ko to-ariki.

Varanasi / LOCATIVO / nascer CONJUNTIVO / chefe / GENITIVO / filho / {TO ARI}
PASSADO

“Nascido em Varanasi, era filho do chefe.”

Ainda, ‘tari’ ou ‘to ari’ podem exercer função continuativa (*chûshi-hô*), de modo a estabelecer orações coordenadas. Conforme Iwabuchi (1985, p. 5), haveria também alguns exemplos de utilização do ‘to’ com função continuativa.

Forma final 終止形 shûshikei

Na forma たり ‘tari’ ou とあり ‘to ari’, podia finalizar frases com predicado nominal, conforme exemplo (86) já apresentado, ou o exemplo (93) a seguir, retirado de Kasuga (1969, p. 289).

(86) 識と道の為に本たり。 (Saidaijihon)

Shiki to michi no tame ni hon tari

Consciência / COPARTICIPAÇÃO / caminho / GENITIVO / motivo / ADVERBIAL / livro /
{TARI}

“É um livro para a consciência e o caminho.”

(93) 人ト生レテ法華経ヲ持ツ僧ト有リ。 (Konjaku, 14, 18)

Hito to umarete hokekyau[hokekyô] wo motsu sô to ari.

Pessoa / REFERÊNCIA / nascer CONJUNTIVO / Sutra do Lótus / ACUSATIVO / portar
ADNOMINAL / monge / {TO ARI}

“É um monge que nasceu como humano e possui o Sutra do Lótus.”

Forma adnominal 連体形 rentaikei

Na forma たる ‘taru’ ou とある ‘to aru’, transforma uma estrutura nominal em qualificadora de outra estrutura nominal, conforme exemplo (94), retirado de Kasuga (1969, p. 289).

(94) 清盛は太宰大貳たる上、大国数多賜はりて一族皆朝恩を蒙り……。 (Heike, 1)

Kiyomori wa Dazai no daini taru yue, daikoku amata tamaharite[tamawarite] hitozô mina teuon[chôn] wo[o] kauburi[kôburi] [...].

Kiyomori / TÓPICO / Dazai / GENITIVO / vice-ministro / {TARU} / MOTIVO / grande província / bastante / conceder (CONJUNTIVO) / família / todos / bênção imperial / ACUSATIVO / receber

“Kiyomori, porque sendo o vice-ministro de Dazai, concedeu a bênção imperial às famílias de toda a grande província.”

No exemplo, ‘*taru*’ se liga ao substantivo pró-forma *keishiki meishi* 上 ‘*yue*’, que expressa motivo ou razão, assim, criando o sentido de “porque sendo o vice-ministro [...]”.

Forma resultativa 已然形 *izenkei*

Na forma *tare* ‘*tare*’ ou *to are* ‘*to are*’, conectava-se à partícula *joshi* ば ‘*ba*’ para indicar condição resultativa, ou à partícula *do* ‘*do*’ ou *domo* ‘*domo*’, expressando um sentido adversativo na conexão à oração seguinte (“mesmo que” etc).

(95) 大王はいま天下に君たれども、西に衛秦の愁あり、南に強楚の敵あり……。 (Hôgen, 3)

Daiô wa ima tenga ni kimi taredomo, nishi ni eishin no shiu[shû] ari, minami ni gôso no kataki ari.

Grande rei / TÓPICO / agora / o mundo / LOCATIVO / você / {TARI} RESULTATIVO ADVERSATIVO / oeste / LOCATIVO / Chin / GENITIVO / lamentações / existir-(CONJUNTIVO) / sul / LOCATIVO / Chu / GENITIVO / inimigo / existir-(CONJUNTIVO)

“Mesmo que você agora seja o grande rei deste mundo, há, no oeste, os tormentos de Chin e, no sul, os inimigos de Chu [...]”.

Forma imperativa 命令形 *meireikei*

Iwabuchi (1985, p. 5) e Kasuga (1969, p. 289) indicam não haver permanecido exemplos de utilização de forma imperativa de ‘*tari*’, sendo possível supor que uma formação *tare* ‘*tare*’ possa ter sido usada com essa função.

5.2.3.3. Comentário

Se o なり ‘*nari*’ seria, então, o elemento padrão de expressão de *dantei*/asserção nas frases com predicado nominal da língua japonesa clássica, teria, entretanto, passado a dividir espaço com um outro *dantei no jodôshi*, たり ‘*tari*’ que teria ganhado espaço ao longo do período Heian. Possuíam, ambos, entretanto, utilizações distintas como elementos de

modalidade.

Se, conforme discutido na seção anterior, o ‘*nari*’ era considerado como mais objetivo que o ‘*zo*’, que teria maior caráter dialogal, o ‘*tari*’, por sua vez, expressaria um realce do elemento (nome *taigen*) com que atua.

Conforme Kasuga (1969, p. 290), enquanto uma formação como “X *nari*” teria um sentido semelhante à de uma forma moderna “X *dearu*”, i.e., uma expressão simples de *dantei*/asserção, que poderia ser traduzido simplesmente como “é X”, uma formação “X *tari*” teria um sentido próximo ao de “X *to iu mono dearu*”, que poderia ser traduzido como “é aquilo que se chama de X”.

Nesse sentido, ainda conforme Kasuga (*Idem*), Yamada teria colocado que o ‘*ni*’ de ‘*nari*’ teria um sentido absoluto (絶対的 *zettaiteki*), e o ‘*to*’ de ‘*tari*’, um sentido relativo (相對的 *sôtaiteki*), podendo-se dizer que o *dantei*/asserção de ‘*nari*’ seria de “cooperação interna” (内面的協調 *naimenteki kyôchô*) e o *dantei*/asserção de ‘*tari*’ seria de “cooperação externa” (外形的協調 *gaikeiteki kyôchô*).

Para Kasuga (*Idem*), seria forte, no ‘*tari*’, o sentimento de que o agente linguístico produz a asserção/*dantei* enquanto objetiviza o *taigen* externamente. Enquanto o ‘*nari*’ portaria universalidade ou onipresença (普遍性 *fuhensei*), o ‘*tari*’ teria uma nuance de emotividade (*kanjôteki nyuansu* 感情的ニュアンス).

Ainda que essas noções, acima colocadas, devam ser de sobremaneira vagas, exigindo ainda um exame mais objetivo, deve ser possível entender, então, que o ‘*nari*’ seja um elemento de expressão de *dantei*/asserção que intencione detonar um certo distanciamento entre o julgamento do falante e os objetos mencionados no enunciado, talvez passando uma certa impressão de “frieza” do falante, ficando manifesto que o juízo de *dantei*/asserção expresso tenha sido motivado exclusivamente pelo intelecto do próprio falante.

Quanto ao ‘*tari*’, já que sendo um elemento de “cooperação externa”, denotaria maior reconhecimento por parte do falante dos objetos mencionados, talvez passando a impressão de que a motivação do juízo de *dantei*/asserção do falante tenha maior fundamentação nos próprios objetos do que no seu intelecto – como se o falante acatasse propriedades inerentes manifestadas pelos objetos em vez de se basear numa percepção própria em relação a eles.

Se, conforme colocado ao longo desta seção, ainda no japonês moderno, há resquícios de utilização do ‘*tari*’, tal como um ‘*to*’ que pode ser utilizado com função adverbial, ou um ‘*taru*’ com função adnominal – tomados como expressões de arcaísmo por Okutsu (1999, p. 91)

e Iwabuchi (1985, p. 5) – deve ser possível considerar a possibilidade de que essas utilizações na língua moderna possam ser talvez motivadas pelos sentidos discursivos do ‘*tari*’ acima discutidos, de proporcionar certo realce dos objetos mencionados.

Se conforme mencionado nesta seção, o uso do ‘*tari*’ se deu principalmente ao longo do período medieval japonês (1185-1603, referentes aos períodos Kamakura, Muromachi e Azuchi-Momoyama), tendo passado a diminuir com a chegada de Edo (1603-1868), vindo a desaparecer no japonês moderno (salvo alguns resquícios acima mencionados), o ‘*nari*’, por sua vez foi sendo modificado ao longo do período medieval, até dar origem, na entrada ao Edo, a um ‘*dearu*’, que viria a resultar nas formas modernas de *dantei no jodôshi*.

Na seção seguinte, veremos, então, de que modo se deu essa transição.

5.2.4. にてあり ‘*ni te ari*’ e a transição para as formas modernas

Conforme brevemente mencionado na subseção 5.2.2, a partir do período Kamakura (1185-1333), o *dantei no jodôshi* なり ‘*nari*’ começou um processo de transição, vindo a, posteriormente, transformar-se em である ‘*dearu*’, que, por sua vez, resultaria no *dantei no jodôshi* moderno だ ‘*da*’. As modificações teriam começado a partir de quando a forma não aglutinada de ‘*nari*’, にあり ‘*ni ari*’, passou a ser intermediada um て ‘*te*’.

Um dos principais trabalhos a detalhar a passagem do ‘*nari*’ ao ‘*dearu*’ através do ‘*ni te ari*’ foi o de Yamaguchi (2002), que será usado como base para as exposições desta seção.

Conforme exemplo (68) já antes apresentado, a formação ‘*ni te ari*’ já apareceria em obra de 1002, ainda no período Heian (794-1185).

(68) 左大殿のかたの人知るすぢにてあり (Makura no Sôshi, 136)

Hidari ohotono[ôtono] *no kata no hito-shiru suji ni-te-ari*

Esquerda / ministro / GENITIVO / pessoa / GENITIVO / conhecido ADNOMINAL / assunto / {NI TE ARI}

(lit.) “Ela está [imersa] nos assuntos dos conhecidos do Ministro da Esquerda.” → “Ela andava às voltas com pessoas ligadas ao Ministro da Esquerda!”

Nesse exemplo, entretanto, o ‘*ni (te) ari*’ teria sentido existencial locativo, e não seria o *dantei no jodôshi* ‘*ni ari*’. Para Yamaguchi (2002, p. 76), o uso de ‘*ni te*’ em vez de simplesmente ‘*ni*’, seria neste caso, uma forma discreta (控えめ *hikaeme*) de falar. Durante o Heian, para o autor, essa ligação de ‘*ni te*’ com ‘*ari*’ – ou com as formas de tratamento de ‘*ari*’ – não passaria de um encadeamento de palavras que, a princípio, seriam termos separados, ainda

não tendo se consolidado como formação fixa que pudesse atuar como *dantei no jodôshi*.

Saeki (1956, p. 4) coloca que a possível origem desse て ‘te’ que passou a intermediar ‘ni’ e ‘ari’ seria o *jodôshi* de ação finalizada つ ‘tsu’, flexionado em forma conjuntiva *ren’yôkei*.

Entretanto, o *jodôshi* ‘tsu’ normalmente não se posicionaría a ‘ni’ – de modo que, para Saeki, anteriormente, a ligação ‘ni’ + ‘te’ devia ser intermediada por um verbo *dôshi* す ‘su’ (“fazer”), também flexionado em forma conjuntiva *ren’yôkei*, し ‘shi’. Dessa maneira, da formação original にして ‘ni shite’, o ‘shi’ viria a ser apagado, resultando em くて ‘ni te’.

Yamaguchi (2002, p. 76), indo mais além, coloca que, no período clássico japonês (古代 *kodai*, referente a períodos Nara e Heian, 710-1185), haveria dois tipos de ‘ni te’ que surgiam posicionados a nomes *taigen*:

1 – uma formação de partícula de caso *kakujoshi* ‘ni’ + partícula conectiva *setsuzokujoshi* ‘te’, tendo havido a eliminação de um verbo *dôshi* intermediário tal qual numa formação ‘ni shite’ acima prevista por Saeki. Essa formação ‘ni te’ teria atuação próxima à de partícula de caso *kakujoshi*, sendo essa a forma que se ligaria ao verbo *dôshi* existencial ‘ari’ com sentido locativo. Neste ponto Yamaguchi vem a criticar a posição de Saeki acima, pois este só reconheceria este primeiro tipo de ‘ni te’, e não o segundo abaixo;

2 – um ‘ni te’ formado do *ren’yôkei* de ‘nari’, ‘ni’ + partícula conectiva *setsuzokujoshi* ‘te’, resultando num segmento nominal conjuntivo. Este ‘ni te’ teria atuação próxima à de *dantei no jodôshi*, e viria a se conectar ao verbo auxiliar *hojodôshi* ‘ari’. Ainda, para Yamaguchi (2002, p. 79), este segundo tipo de ‘ni te’ poderia ser considerado como um *jodôshi* que possuía apenas forma conjuntiva *ren’yôkei* – por isso, o autor defende que possa ser considerado como um semi-*jodôshi* (準助動詞 *junjodôshi*).

Daqui em diante, será discutido aqui apenas esse segundo tipo de ‘ni te’ – aquele que atua como um semi-*jodôshi* de *dantei*, e que viria a se ligar a um ‘ari’ auxiliar, numa formação de *dantei no jodôshi* ‘ni te ari’.

Para o autor (p. 77), muito antes de se ligar a ‘ari’ para formar *dantei no jodôshi*, esse ‘ni te’ de *dantei* (do tipo 2) teria se espalhado como forma fixa já no período clássico, e, no Heian, se consolidaria como forma *ren’yôkei* de ‘nari’, passando a ocorrer com mais frequência do que o ‘ni’ (p. 79), tal como no exemplo abaixo, em que aparece em função continuativa, de modo a estabelecer uma oração coordenada.

(96) 十六日になむ。女にてたひらかにものしたまふ。(Genji, Miotsukushi)
Towoka[tôka]amarimuika ni namu. Wonna[onna] ni-te tahirakani[tairakani] monoshi
tamafu[tamô]

Dia 16 / {NARI} ADVERBIAL / ÊNFASE / garota / {NI TE} / segurança ADVERBIAL /
estar CONJUNTIVO / RESPEITO

“Foi no dia 16. [O bebê] é uma menina e está bem.”

Coloca, o autor (p. 77), que a ligação de ‘ni te’ a ‘ari’ se daria originalmente apenas quando mediada por partículas *joshi* – de maneira semelhante ao ‘ni zo ari’ demonstrado no exemplo (73).

(97) 思立つ方とても、少しはかばかしき事にてもあらず。(Sagoro, 1)
Omohitatsu[omoiatsu] kata totemo, sukoshi hakabakashiki koto ni-te-mo-arazu.

Resolver / pessoa / mesmo que / um pouco / nítido ADNOMINAL / coisa / {NI TE MO ARI}
NEGATIVO

“Mesmo que diga que uma é pessoa determinada, isso não [nem mesmo] é uma coisa muito evidente.”

Em (97), ‘ni te ari’ aparece na forma *ni te mo ari*, intermediado pela partícula de efeito modalizador *kakarijoshi* も ‘mo’, que acrescenta uma ênfase adversativa à negação, num sentido próximo de “nem mesmo é”.

A forma sem intermédio de partículas *joshi*, ‘ni te ari’ teria aparecido entre o início e o meio do período Heian. Mas, originalmente, sua atuação se dava apenas como intermédio para outros *jodôshi* – nessa época, não era possível encontrar ‘ni te ari’ como elemento definidor do predicado (seja em orações principais ou auxiliares), em formas como *shûshikei* final, *rentaikei* adnominal ou *ren’yôkei* continuativo, por exemplo.

Em (98), em ‘ni te ari’ que se liga a *jodôshi* む ‘mu’ para exprimir suposição, ilustra-se sua utilização original, de atuar somente como intermediário para outros *jodôshi*.

(98) ひがことにてあらむもあやしければ、御文はもとのやうにして、 [...]
(Genji, Ukifune)

Higakoto ni-te-aramu mo ayashikereba, ofumi wa moto no yau[yô] ni shite.

Erro / {NI TE ARI} SUPOSIÇÃO / também / estranho RESULTATIVO / carta / TÓPICO /
origem / ADNOMINAL / conforme / ADVERBIAL / fazer CONJUNTIVO

“Como se sentiu mal a respeito [da alegação] de que devia ter sido um erro, enrolou novamente a carta e [...]”

Ainda conforme Yamaguchi (2002, p. 81), o ‘ni te ari’ que fechava o predicado, como em (99) adiante, mais tardio, teria aparecido apenas no fim do Heian – na época correspondente

ao chamado período dos imperadores aposentados, 院政 *insei* (1086-1192). Formas anteriores de ‘*ni te ari*’ finalizadores do predicado teriam sentido existencial, e não atuariam como *dantei no jodôshi* (p. 87 – nota 5).

(99) [...] 鬼ノ顔ニテ有リ。 (Konjaku, 27, 13)

Oni no kaho[kao] *ni-te-ari*.

Oni (ogro) / GENITIVO / rosto / {NI TE ARI}

“É o rosto do *oni* [...]”

Entretanto, as formas com *hojodôshi* de tratamento já ocorriam desde o médio Heian para a forma conectiva e a forma finalizadora como em ‘*ni te ohashimasu* [*owashimasu*]’ ou ‘*ni te haberi*’.

Dessa maneira, poder-se-ia considerar três tipos de utilização do ‘*ni te ari*’ no período clássico, em três etapas distintas:

1 – utilização de uma forma intermediada por partículas *joshi*, como ‘*ni te mo ari*’, surgido no período inicial do Heian;

2 – utilização também de uma forma sem intermédio de partículas *joshi*, ‘*ni te ari*’, mas que atuava apenas como ligação para outro *jodôshi* – surgida durante a primeira metade do Heian;

3 – a forma sem intermédio de partículas *joshi* passaria a atuar também como definidora do predicado (em formas como *shûshikei* final, *rentaikei* adnominal ou *ren'yôkei* continuativo, por exemplo), sem fazer ligação a outros *jodôshi* –, a partir do último século do Heian (período Insei).

Por outro lado, se conforme mencionado na subseção 5.2.2.3, o *dantei no jodôshi* たり ‘*nari*’ podia ocorrer com verbos auxiliares *hojodôshi* de tratamento no lugar de ‘*ari*’, em formas como に侍り ‘*ni haberi*’, de polidez, e におはします ‘*ni ohashimasu*[*owashimasu*]’, de respeito, também no caso do ‘*ni te ari*’ era possível esse tipo de formação para expressar tratamento.

Se nos casos 1 e 2 acima mencionados, as formas correspondentes de ‘*ni te*’ ligado a *hojodôshi* de tratamento teriam surgido em conjunto com as formas de ‘*ni te*’ ligado a ‘*ari*’, no caso 3 acima, a utilização das formas de tratamento seria *anterior*.

Conforme Yamaguchi (2002, p. 82-83), enquanto o ‘*ni te ari*’ do tipo 3 teria surgido apenas no período Insei (1086-1192), a ligação de ‘*ni te*’ aos *hojodôshi* de tratamento

correspondentes ao tipo 3 acima, i.e., sem intermédio de partículas e podendo encerrar o predicado já ocorreriam no meio do período Heian (794-1185).

Para Yamaguchi (2002, p. 83), quanto ao tipo 3 acima, as formas de tratamento, anteriores, teriam surgido com o objetivo de se expressar respeito às figuras mencionadas. Por outro lado, a forma ‘*ni te ari*’ do tipo 3 teria origem na necessidade, de um ponto de vista sintático, de expandir as formas de predicado nominal de orações auxiliares (em coordenação e subordinação, por exemplo).

Assim, o ‘*ari*’ que se dedicava apenas a auxiliar o ‘*ni te*’ deve ter gradualmente aumentado o seu grau de coocorrência com o ‘*ni te*’, até que foi obtida uma nova forma que acabou substituindo o antigo *jodôshi* ‘*nari*’ (p. 82).

A partir do período Kamakura (1185-1333) começaria a aglutinação de ‘*ni*’ e ‘*te*’, formando ‘*de*’, e a mudança de ‘*ari*’ para ある ‘*aru*’, o que viria, então, a resultar no *dantei no jodôshi* である ‘*dearu*’ – que viria a ser a base dos *dantei no jodôshi* da língua moderna.

Isso se deu em conformidade com a unificação, na mesma época, das formas final *shûshikei* e adnominal *rentaikei* na gramática do japonês. Tal como ocorreu com os demais elementos da língua japonesa, o *shûshikei* de ‘*ari*’ passaria a ter a mesma forma do *rentakei*, ‘*aru*’ – o que conforme anteriormente colocado por Narahara (2002, p. 91), isso pode ter acontecido porque a ligação a alguns *jodôshi* de suposição, como べし ‘*beshi*’ e らし ‘*rashi*’ se daria em *rentaikei*, que então, passaria a ganhar posição como elemento de fim de frase.

Esse ‘*de*’, por outro lado, seria um novo semi-*jodôshi* (YAMAGUCHI, 2002, p. 84), que já atuava junto com diversos verbos *dôshi* desde o Insei, ainda no Heian (p. 84-85). Posteriormente, passaria a atuar com verbos auxiliares *hojodôshi*, incluindo o ‘*ari*’/‘*aru*’ até consolidar o *dantei no jodôshi* ‘*dearu*’.

Yamaguchi (2002, p. 84), também identifica para o ‘*dearu*’ os mesmos 3 tipos de utilizações acima elencadas para o ‘*ni te ari*’, que teriam ocorrido na mesma sequência cronológica: 1 – uma forma intermediada por partícula *joshi*; 2 – uma forma não intermediada por partícula, mas que ocorria apenas para ligação a outros *jodôshi*; 3 – a utilização em função definidora do predicado (em formas como *shûshikei* final, *rentaikei* adnominal ou *ren’yôkei* continuativo, por exemplo) da forma 2.

O caso 1 e 2 acima já poderiam ser vistos desde o período Kamakura, mas o caso 3 passaria a ser utilizado apenas a partir do Muromachi (1338-1573) (p. 85). Por outro lado,

também no caso das formas de tratamento, observa-se a mesma tendência do ‘*ni te ari*’ – para o caso 3 as formas de tratamento seriam anteriores, podendo ser vistas já desde o Kamakura (p. 86).

5.3. OS DANTEI NO JODÔSHI DO JAPONÊS MODERNO

Tendo estudado na seção anterior, como se deu a formação dos 断定の助動詞 *dantei no jodôshi* no japonês clássico, assim como a passagem para as formas modernas, nesta seção, então, serão verificados os fundamentos daqueles que costumam ser reconhecidos como os *dantei no jodôshi* da língua japonesa moderna, だ ‘*da*’, です ‘*desu*’ e である ‘*dearu*’.

Quanto ao ‘*desu*’, entretanto, há alguns pontos controversos quanto a sua classificação como *dantei no jodôshi* – tendo em vista que atua como expressão de polidez, i.e., consideração em relação ao interlocutor, é comum que autores não o classifiquem como *dantei no jodôshi*, mas como *jodôshi* de tratamento 敬讓の助動詞 *keijô no jodôshi*, ou *jodôshi* de polidez 丁寧の助動詞 *teinei no jodôshi*. Para alguns autores, ‘*desu*’ exprimiria tanto o sentido de asserção como de polidez, enquanto, para alguns, ‘*desu*’ seria simplesmente um *jodôshi* de polidez, sem conter o sentido de asserção.

Independentemente de qual posição se adote, tendo em vista a proximidade de ‘*desu*’ aos *dantei no jodôshi*, já que atuando em frases com predicado nominal, assim como o fato de que Narahara (2002), por exemplo, veio a considerar o ‘*desu*’ como uma cópula da língua japonesa, é indispensável que seja examinado nesta seção, em conjunto com os demais *dantei no jodôshi*.

Será aqui, então, です ‘*desu*’, classificado como 断定丁寧の助動詞 *dantei / teinei no jodôshi*, i.e., *jodôshi* de asserção e polidez.

Tal qual a seção anterior, aqui os *dantei no jodôshi* moderno serão explorados quanto à origem de sua formação e quanto às suas utilizações e atuação no interior da frase.

Para fundamentar a análise etimológica desses elementos, será aqui usado como fonte bibliográfica o dicionário etimológico de Sugimoto (2005), assim como os artigos de Furuta (1969), Iwabuchi (1985) e Kawagishi (1985), retirados de dicionários gramaticais voltados para os *jodôshi*, em que sintetizam os desenvolvimentos de autores anteriores. No caso do ‘*desu*’, ainda, sua análise etimológica será complementada com o artigo de Tsujimura (1965), que estudou o desenvolvimento desse elemento na passagem ao período moderno japonês.

Para a classificação das formas flexionais dos *dantei no jodôshi*, está sendo levado em

consideração, além dos artigos de Furuta (1969) e Iwabuchi (1985), a visão de Tokieda (1980), cujo trabalho, já que sendo o autor provavelmente o último dos grandes linguistas da tradição *kokugogaku* a traçar uma classificação dos *jodôshi* e suas flexões, deve funcionar também como uma revisão das visões de autores anteriores.

Ainda, para uma discussão a respeito da posição que cada um dos *dantei no jodôshi* ocupa como termo gramatical na língua japonesa, serão considerados trabalhos de autores que estudaram aspectos particulares do funcionamento desses elementos – em especial, Okutsu (1999), Saegusa (2001) e Morikawa (2006; 2011).

5.3.1. Dantei no jodôshi だ 'da'

5.3.1.1. Etimologia

O *dantei no jodôshi* clássico なり 'nari', que era formado da ligação de um に 'ni' com função adverbial a um あり 'ari' auxiliar, conforme apresentado na seção 5.2.4, foi, ainda a partir do período Heian (794-1185), passando a ser intermediado por um conectivo て 'te', formando にてあり 'ni te ari', que vigorou como *dantei no jodôshi* a partir do período Kamakura (1185-1333).

Vindo o 'ni' e o 'te' a se aglutinarem em で 'de', e o 'ari', com a unificação das formas final *shûshikei* e adnominal *rentaiki*, se transformado em ある 'aru', surgiu a forma である 'dearu' de *dantei no jodôshi*, que vigorava desde o início do período Muromachi (1338-1573).

O *dantei no jodôshi* だ 'da' viria, então, a surgir como modificação desse 'dearu' (FURUTA, 1969, p. 292), ainda durante o período Muromachi, tendo se desenvolvido ao longo do período Edo (1603-1868) (IWABUCHI, 1985, p. 8).

Conforme Sugimoto (2005, p. 376), os missionários portugueses que estiveram no Japão no século XVI registraram ocorrer na época a queda do '-ru' final do 'dearu', que viria a se transformar em であ 'dea' e, posteriormente em ぢゃ 'dya', até, finalmente, chegar a だ 'da'. Entretanto, esse 'dya', na verdade, teria, paralelamente, derivado em um じゃ 'ja' na então capital imperial Quioto, e em 'da' da região de Kantô, onde ficava Edo, atual Tóquio e então capital do Shogunato. Furuta (1969, p. 292) coloca que João Rodrigues (1561?-1633) teria registrado a seguinte mudança fonética: [dearu] → [dea] → [dia] → [dza].

A partir da entrada no período Meiji (1868-1912), com a queda do Shogunato, e a mudança da capital imperial para Tóquio, antiga Edo, o 'da' passaria a ser usado em livros

didáticos, tendo se tornando de aprendizado obrigatório, a partir do que teria se difundido pelo resto do Japão (SUGIMOTO, 2005, p. 376).

Entretanto, o じゃ ‘ja’ não teria desaparecido, continuando a ser usado até os dias de hoje na região de Kansai, onde fica Quioto. Iwabuchi (1985, p. 10) e Sugimoto (2005, p. 376) colocam, inclusive que, atualmente, seria possível, nessa região, notar a ocorrência de um や ‘ya’, derivado do ‘ja’.

Além disso, quanto ao じゃ ‘ja’, Iwabuchi (1985, p. 10) coloca que seria utilizado de maneira corrente na escrita literária como linguagem de pessoas idosas, o que deve ter sido a motivação de seu uso no exemplo (18) anteriormente apresentado – o que é evidenciado, também, pela utilização, como pronome de primeira pessoa, de わし ‘washi’, elemento também conhecido como expressão da linguagem de pessoas de idade na escrita literária.

(18) わしは天上界から来た神じゃ。 (Takahashi)

Washi wa tenjōkai kara kita kami ja.

Eu / TÓPICO / mundo celestial / ORIGEM / vir PASSADO / deus / {JA}

“Eu sou um deus vindo do mundo celestial.”

Se, entretanto, a cronologia acima colocada dá conta de explicar o surgimento do ‘da’ como elemento finalizador da frase (na forma *shūshikei*), deve ser interessante verificar como se desenvolveram as demais formas flexionais do ‘da’.

Quanto a isso Iwabuchi (1985, p. 4) colocava que o なる ‘na’, atualmente entendido como forma adnominal *rentaikei* de ‘da’ teria derivado do なる ‘naru’, *rentaikei* de なり ‘nari’, durante o período Kamakura, e que なら ‘nara’, entendido como atual forma hipotética *kateikei* do ‘da’, teria derivado do *izenkei* de ‘nari’, ならぬ ‘nare’, também durante o Kamakura.

Também, o に ‘ni’ adverbial existente desde os primórdios do japonês clássico, assim como a forma resultante da aglutinação desse ‘ni’ a ‘te’, で ‘de’, permaneceram sendo utilizados, passando a ser vistos como forma adverbial/conjuntiva *ren’yōkei* de ‘da’. Também, o antigo の ‘no’ adnominal, que permaneceu na língua moderna, passou a ser visto como *rentaikei* de ‘da’.

Ainda, o *ren’yōkei* conjuntivo だつ ‘da(t)’ e a forma dependente *mizenkei* だろ ‘daro’ devem ter derivado do *ren’yōkei* e *mizenkei* de ‘dearu’, であつ ‘dea(t)’, e であろ ‘dearo’, que, possivelmente, passaram a refletir as mesmas mudanças fonéticas verificadas no だ ‘da’ no seu processo de modificação acima descrito.

Dessa maneira, pode-se entender que o ‘da’ é um elemento que passou a se relacionar

com várias formas de *dantei no jodôshi* (ou semi-*jodôshi*) antigas, que se mantiveram na língua e que passaram a ser vistas como formas flexionais desse ‘*da*’.

5.3.1.2. Flexões e conexões

Costuma-se considerar, então, que o ‘*da*’ é um elemento que se conecta, em posição posterior, a nomes *taigen* – entre os quais, pela posição aqui adotada, incluem-se também a raiz dos adjetivos *keiyôdôshi*.

Assim, numa formação, por exemplo, como 元気な人 “*genki na hito*” (“pessoa saudável”), enquanto 元気 “*genki*” (“saudável”, “vigoroso”), correspondente ao segmento que, na Tabela 2, foi chamado de semi-substantivo *junmeishi*, podendo ser considerado como a raiz do adjetivo *keiyôdôshi*, o segmento な “*na*” corresponderia a nada menos que o próprio *dantei no jodôshi* ‘*da*’ flexionado na forma adnominal *rentaikei*, de modo a qualificar o substantivo *meishi* 人 “*hito*” (“pessoa”) que se segue. Há autores, entretanto, que não consideram o segmento flexional do adjetivo *keiyôdôshi* como sendo um *dantei no jodôshi*, mas como sendo parte da própria morfologia dos *keiyôdôshi*.

Independentemente da posição que se tome quanto a isso, entendo que os *dantei no jodôshi*, tal como seria a natureza da classe dos *jodôshi* de maneira geral, são elementos que atuam no interior do predicado – de modo que na estrutura “*genki na hito*” (“pessoa saudável”) acima aludida, “*genki na*” seria um segmento predicativo, podendo também ser encarado como um tipo de oração dependente adjetiva, “pessoa que é saudável”.

Okutsu (1999, p. 14-15) demonstra que o ‘*da*’ não se posiciona somente após nomes *taigen*, podendo surgir também após partículas de caso *kakujoshi*, por exemplo, conforme frase abaixo fornecido pelo autor, em que o たゞ ‘*da*’ se segue à partícula へ ‘*e*’, que indica destino.

(100) 今度の旅行はドイツへたゞ。

Kondo no ryokô wa doitsu e da.

Próxima vez / GENITIVO / viagem / TÓPICO / Alemanha / DESTINO / {DA}

“Da próxima vez, a viagem é até a Alemanha.”

Essa questão será explorada na subseção 5.3.1.3 adiante.

A seguir, vejamos a tabela de flexões do *dantei no jodôshi* ‘*da*’.

Tabela 10 – Flexões do *dantei* no *jodôshi* だ ‘da’

Formas flexionais		Flexões	Observações
未然形 mizenkei	Forma dependente	で de	Liga-se a <i>jodôshi</i> ない ‘nai’.
		(だろ <i>darô</i>)	Só é utilizada para formar だろ だろ ‘darô’, que costuma ser considerado como um <i>jodôshi</i> diverso.
連用形 ren'yôkei	Forma adverbial	に ni (と to)	
	Forma conjuntiva	で de だっ da(t)	Liga-se a <i>jodôshi</i> た ‘ta’.
終止形 shûshikei	Forma final	だ da	
連体形 rentaikei	Forma adnominal	な na	Utilizada com adjetivos <i>keiyôdôshi</i> .
		の no	Utilizada com os demais nomes <i>taigen</i> .
仮定形 kateikei	Forma hipotética	なら nara	
命令形 meireikei	Forma imperativa	—	Flexão inexistente.

Baseado em Tokieda (1980, p. 155) e Furuta (1969, p. 294).

Conforme Iwabuchi (1985, p. 9), no caso do *dantei* no *jodôshi* じゃ ‘ja’, que como comentado, seria uma forma dialetal de ‘da’ na região de Kansai, e, paralelamente, uma forma literária utilizada como linguagem de pessoas idosas, poder-se-ia identificar uma forma dependente *mizenkei* じゃろ ‘jaro’ (originalmente, じゃら ‘jara’), que se ligaria a *jodôshi* de suposição う ‘u’ para formar じゃろう ‘jarô’ (que tal qual o caso do だろ だろ ‘darô’ a ser comentado a seguir, poderia ser considerado com um *jodôshi* particular) e じゃっ ‘ja(t)’ como forma de *ren'yôkei* conjuntivo, que se ligaria a *jodôshi* た ‘ta’ para exprimir passado, em じゃった ‘jatta’.

O ‘ja’ não teria correspondente nas demais formas flexionais, de modo que, para esses casos, se usariam as formas flexionais de ‘da’, como ‘ni’, ‘na’, ‘nara’ etc., que, conforme

comentado na subseção anterior, derivam etimologicamente de outros elementos, e não do próprio ‘da’.

A seguir, então serão detalhadas cada uma das formas flexionais do *jodôshi* ‘da’.

Forma dependente 未然形 *mizenkei*

Conforme a tabela, existiria um で ‘de’ como *mizenkei* e um ‘de’ como *ren’yôkei* de ‘da’. O ‘de’ que seria da forma dependente *mizenkei* seria somente aquele que se liga ao *jodôshi* de negação ない ‘nai’. Nem todos os autores, entretanto, concordam com essa visão – Iwabuchi (1985, p. 7) e Furuta (1969, p. 294), por exemplo, apresentam o ‘de’ somente como sendo a forma conjuntiva *ren’yôkei* de ‘da’. Outros, como Tokieda (1980, p. 155), por outro lado, provavelmente considerando que, uma vez que os verbos *dôshi* precisam flexionar em *mizenkei* para se ligar a ‘nai’, também os *dantei no jodôshi* teriam esse comportamento (p. 157), colocam, então, dois ‘de’ diferentes como flexões de ‘da’: um em *mizenkei*, para se conectar a ‘nai’, e outro em *ren’yôkei* para exercer função continuativa *chûshi-hô*.

Geralmente, a ligação de で ‘de’ a ない ‘nai’ se dá intermediada pela partícula *joshi* は ‘wa’, na formação ではない ‘de wa nai’.

Mori (2013, p. 26) coloca, entretanto, que, geralmente a forma intermediada por ‘wa’, ‘de wa nai’, ocorreria no predicado da oração principal, enquanto ではない ‘denai’, forma sem intermédio de ‘wa’, ocorreria no predicado das orações auxiliares.

Fornece, o autor, os exemplos a seguir:

(101) 佐々木さんは、歯医者さんではない。

Sasaki-san wa, haisha-san de-wa-nai.

Sasaki-{SAN} / TÓPICO / dentista-{SAN} / {DA} NEGATIVO

“O senhor Sasaki não é o dentista.”

(102) 弁護士試験は、優秀でないと合格できない。

Bengoshi shiken wa yûshû denai to gôkaku dekinai.

Advogado / prova / TÓPICO / excelência / {DA} NEGATIVO / CONDICIONAL / aprovar-CAPACIDADE NEGATIVO

“Se não for brilhante no exame de advogado, não conseguirá ser aprovado.”

Examinando um corpus de 500 exemplos, o autor (p. 28) verificou que em 98% dos casos de substantivos *meishi* em forma negativa em orações principais, usou-se ‘de wa nai’, taxa que cai para 55% ao se considerar as orações subordinadas em adjetivas (em *rentaikei* adnominal) – evidenciando, mesmo nesse caso, um predomínio de ‘de wa nai’ sobre ‘denai’.

No caso de adjetivos *keiyôdôshi* na forma negativa, entretanto, a taxa cai para 80% de uso de ‘*de wa nai*’ em orações principais, e 40% em orações subordinadas adjetivas.

As diferenças de uso entre uma forma e outra é um ponto interessante de ser investigado num trabalho futuro.

É interessante, ainda, mencionar que, na língua falada, costuma-se utilizar a forma contraída *じゃない* ‘*janai*’ como substituta tanto de ‘*de wa nai*’ como de ‘*denai*’.

Quanto à forma *だろ* ‘*daro*’, seria originalmente *だら* ‘*dara*’, tendo se ligado ao *jodôshi* de suposição *う* ‘*u*’, formando *だらう* ‘*darau*’ cuja pronúncia viria a posteriormente a se tornar *だろう* ‘*darô*’.

Entretanto, ainda que ‘*darô*’ realmente tenha se originado de uma flexão de ‘*da*’, é geralmente tomado como um *jodôshi* à parte. A classificação de Watanabe (1971, p. 113) apresentada na Tabela 4, de acordo com a qual o ‘*darô*’ seria utilizado numa camada de modalidade, mais externa à de ‘*da*’, que seria utilizado no interior do predicado, reforçaria a visão de que seriam dois elementos distintos.

Também, por estar numa camada externa, ‘*darô*’ é utilizado mesmo posicionado após verbos *dôshi* – o que não pode ser feito com os *dantei no jodôshi* – assim reforçando a visão de que ‘*darô*’ não atue mais como flexão de ‘*da*’, já que este não pode se posicionar após predicadores *yôgen*.

Há também, entretanto, autores como Kitahara (1987, p. 372), que consideram haver dois tipos de ‘*darô*’: o ‘*darô*’ que sucedesse predicadores *yôgen* seria um *jodôshi* particular, enquanto aquele que sucede nomes *taigen*, seria, não um *jodôshi* específico, mas o próprio ‘*da*’ flexionado em *mizenkei* e ligado a ‘*u*’.

Okutsu (1999, p. 68; p. 77) argumenta que mesmo o ‘*darô*’ que suceda nomes *taigen* também não seria flexão de ‘*da*’. Isso seria comprovado pelo fato de que elementos que seriam, de fato, flexões de ‘*da*’, como o ‘*de wa nai*’ de negação ou o ‘*datta*’ de passado, podem ser colocados antes do ‘*darô*’, de modo que ocupassem camadas diferentes no interior da frase, conforme exemplo (103) fornecido pelo autor.

Ainda, o fato de que o ‘*dearu*’, elemento de *dantei* assim como o ‘*da*’ também possa ser posicionado antes do ‘*darô*’ deveria reforçar que ‘*darô*’ trabalhasse numa camada diversa da camada de *dantei*, como no exemplo (104) do autor (OKUTSU, 1999, p. 84).

(103) ラブデー氏はビジネスマンではないだろう。

Rabudê-shi wa bijinesuman dewanai darô.

Loveday-{SHI} / TÓPICO / homem de negócios / {DA} NEGATIVO / {DARÔ}

“O senhor Loveday provavelmente não é um homem de negócios.”

(104) 多分すぐれた本であるだろう。

Tabun sugureta hon dearu darô.

Talvez / excelente / livro / {DEARU} / {DARÔ}

“Deve ser um livro muito bom.”

Narahara (2002, p. 177-178), conforme colocado na seção 3.5.2, havia defendido que a omissão obrigatória de ‘da’ antes de elementos como ‘darô’ seria pelo fato de que os sentidos de ambos teriam sentidos incompatíveis – enquanto ‘da’ exprimiria um sentido afirmativo, ‘darô’, e elementos semelhantes, como ‘rashii’ e ‘kamoshirenai’, exprimiriam sentido de incerteza.

Para a autora (p. 141), entretanto, seria inconclusiva a possibilidade do ‘dearu’ exprimir afirmação, já que pode ser utilizado em conjunto com esse tipo de elementos, tal como em (103) acima. Esses pontos serão explorados na seção 5.3.3.3, sobre o ‘dearu’, adiante.

Forma adverbial 連用形 *ren'yôkei*

Na forma に ‘ni’, transforma um elemento nominal num modificador adverbial, que atuará sobre o predicado da frase. Tokieda (1980, p. 156) apresenta o seguinte exemplo:

(105) 元気に、愉快に、働いている。

Genki ni, yukai ni, hataraitteiru.

Vigoroso / {DA}-(ADVERBIAL) / alegre / {DA}-(ADVERBIAL) / trabalhar DURATIVO

“Trabalhando vigorosamente e alegremente.”

Em (105), 元気 “genki” (“vigoroso”) e 愉快 “yukai” (“alegre”) são adjetivos *keiyôdôshi* atuando de maneira adverbial: “vigorosamente” e “alegremente”.

Provavelmente são os termos mais abstratos e possíveis de serem usados como atributos, como é o caso dos *keiyôdôshi*, que têm maior potencial de ser utilizados dessa forma.

Entretanto, o caso (16), já antes apresentado ilustra um dos casos mais recorrentes de utilização de *ren'yôkei* ‘ni’ com substantivos *meishi* – a ligação ao verbo *dôshi* なる ‘naru’ (“tornar-se”).

(16) 普通の子になりたい。 (Kitô)

Futsû no ko ni naritai.

Normal / ADNOMINAL / criança / {DA}-(ADVERBIAL) / tornar-se DESEJO

“Quero ser uma criança normal.”

Alguns autores, como Tokieda (1980, p. 156), entendem que *ren'yôkei* adverbial de ‘*da*’ pode ser feito também na forma ‘*to*’, o que costuma ser visto principalmente na utilização com ‘*naru*’, como em (16). Esse provavelmente seria um resquício do ‘*tari*’ do japonês clássico, conforme já comentado na seção anterior.

Okutsu (1999, p. 91), então, apontava que o uso do ‘*to*’ teria um ar de arcaísmo, conforme exemplo já apresentado:

(90) 武は軍人となった。

Takeshi wa gunjin to natta.

Takeshi / TÓPICO / militar / {DA}-(ADVERBIAL) / tornar-se PASSADO

“Takeshi virou militar.”

É mais comum, entretanto, que esse ‘*to*’ seja visto como partícula *joshi* na língua moderna. Nesse sentido, também o próprio o ‘*ni*’ de (16) poderia ser entendido, não um elemento adverbial, mas a partícula *joshi* de destino ‘*ni*’. É, de fato, difícil estabelecer com precisão em que situações elementos como ‘*ni*’, ‘*to*’ e ‘*no*’, relacionados com a própria formação dos *dantei no jodôshi* na língua clássica, devem ser entendidos como partículas ou como flexões dos *dantei no jodôshi* modernos.

Forma conjuntiva 連用形 *ren'yôkei*

Na forma *で* ‘*de*’, atuaria em função continuativa *chûshi-hô*, formando orações coordenadas, tal como o exemplo a seguir, fornecido por Tokieda (1980, p. 156):

(106) 体が健康で、性質が愉快だ。

Karada ga kenkô de, seishitsu ga yukai da.

Corpo / COMPLEMENTO / saúde / {DA}-(CONJUNTIVO) / disposição / COMPLEMENTO
/ alegre / {DA}

“É de corpo saudável e de índole alegre.”

A forma *だっ* ‘*da(t)*’, por outro, contração de *であり* ‘*deari*’, seria utilizada majoritariamente para se conectar ao *jodôshi* de ação concluída *た* ‘*ta*’ para exprimir passado, tal como o no exemplo (107), fornecido por Yoshida (1971, p. 387):

(107) 奥様はお伶俐な方だった。 (Mayama)

Oku-sama wa oreiri na kata datta.

Esposa-{SAMA} / TÓPICO / sagaz (RESPEITO) / {DA}-(ADNOMINAL) / pessoa
(RESPEITO) / {DA} PASSADO

“Vossa esposa era uma pessoa muito sagaz.”

Talvez possa se considerar que o *ren'yōkei* ‘*da(t)*’ também apareça em algumas formações cristalizadas, tal como *だ*って ‘*datte*’, considerado como conjunção *setsuzokushi* ou partícula conjuntiva *setsuzoku joshi*. Mas o mais provável é que ‘*datte*’ seja formado a partir da forma final *shūshikei* *だ* ‘*da*’ ligada a *って* ‘*tte*’.

Forma final 終止形 *shūshikei*

Na forma *だ* ‘*da*’, finaliza as frases, conforme o exemplo (7), já antes apresentado.

(7) 僕は超人だ。 (Akutagawa, *Kappa*)

Boku wa chōjin da.

Eu / TÓPICO / super-homem / {DA}

“Eu sou o super-homem.”

Pode ser visto também no exemplo (106) já apresentado, e em diversos outros exemplos de Narahara (2002) apresentados e discutidos ao longo do capítulo 3.

(106) 体が健康で、性質が愉快だ。

Karada ga kenkō de, seishitsu ga yukai da.

Corpo / COMPLEMENTO / saúde / {DA}-(CONJUNTIVO) / disposição / COMPLEMENTO
/ alegre / {DA}

“É de corpo saudável e de índole alegre.”

Conforme já largamente discutido, principalmente no capítulo 4, o ‘*da*’ ao final da frase exprimiria um julgamento (juízo) do falante de que o conteúdo de seu proferimento é válido, passando, assim, um sentimento de certeza ou segurança, o que, por vezes, poderia soar em certa medida indelicado ou impositivo, de modo que sua omissão é muitas vezes empregada como estratégia discursiva, em especial, na fala feminina.

Para Yoshida (1971, p. 377-378), o ‘*da*’ é um elemento próprio da oralidade e adequado para emprego em monólogos – situação já discutida por Narahara (2002, p. 191-192) na seção 3.6.

Por conta dessa carga de modalidade portada pelo ‘*da*’ de *shūshikei* da oração principal, existe a discussão de que esse ‘*da*’ pode ser um elemento diferente do ‘*da*’ em outras formas

flexionais ou em *shûshikei* em orações auxiliares – já que não haveria carga modal nesses casos.

Existe uma possibilidade de que o ‘*da*’ de *shûshikei* da oração principal esteja se aproximando de se tornar uma partícula final *shûjoshi*.

Essas questões, discutidas por Saegusa (2000) e Morikawa (2006), serão mais bem exploradas na subseção 5.3.1.3 a seguir.

Ainda, o ‘*da*’ de *shûshikei* pode ser encontrado em diversas formações cristalizadas, por vezes já consideradas como sendo outros elementos, como conjunções *setsuzokushi* ou partículas conjuntivas *setsuzoku joshi*. Pode-se listar como alguns exemplo, *だって* ‘*datte*’, *だっけ* ‘*dakke*’, *だから* ‘*dakara*’, *だけ(れ)ど* ‘*dake(re)do*’ etc.

Deve ser interessante discutir a participação de ‘*da*’ nessas formações, o que ficará para trabalhos futuros.

Forma adnominal 連体形 *rentaikei*

Narahara (2002, p. 76; p. 123) já havia colocado, conforme apresentado nas seções 3.3 e 3.4, que haveria duas formas adnominais do *だ* ‘*da*’: o *の* ‘*no*’ que seria forma adnominal de substantivos (*meishi*), e *な* ‘*na*’, que seria forma adnominal de adjetivos (*keiyôdôshi*).

Para a autora, mais especificamente, o ‘*n-*’ que surge nas duas formas seria um morfema marcador de posição adnominal, enquanto ‘*-a*’ seria um marcador categorial de adjetivos e o ‘*-o*’ um marcador categorial de substantivos.

Em 1.5, já haviam sido anteriormente apresentados exemplos dos dois casos, abaixo repetidos.

- (15) [...] 不愉快な思いに気おくれがして、 [...]。 (Kitô)
[...] *fuyukai na omoi ni kiogure-ga-shite*, [...]
[...] aborrecimento / {DA}-(ADNOMINAL) / pensamento / CAUSA / perder a coragem
CONECTIVO [...]
“[...] com o pensamento desagradável, perdi a coragem e [...]”

- (16) 普通の子になりたい。 (Kitô)
Futsû no ko ni naritai.
Normal / {DA}-(ADNOMINAL) / criança / {DA}-ADVERBIAL / tornar-se DESEJO
“Quero ser uma criança normal.”

A diferenciação do ‘*na*’ como *rentaikei* de adjetivos *keiyôdôshi* para o ‘*no*’ como *rentaikei* de substantivos *meishi* parece funcionar bem e ser aceita também entre os gramáticos japonesa. Há, entretanto, alguns pontos problemáticos, apontados por Okutsu (1999).

O autor (p. 119) demonstra que há alguns elementos que ora fazem *rentaikei* com ‘*na*’ e ora com ‘*no*’. Um deles seria 自由 ‘*jiyû*’, substantivo *meishi* que significa “liberdade”, mas que também pode funcionar como adjetivo *keiyôdôshi*, com o sentido de “livre”.

Assim, se 自由な女神 “*jiyû na megami*” significaria “a deusa livre”, 自由の女神 “*jiyû no megami*” teria um sentido literal de “a deusa que é a liberdade”, como que significando “a deusa que representa a liberdade”.

Por outro lado, a palavra 病氣 ‘*byôki*’ (“doença”) só pode fazer *rentaikei* com ‘*no*’, mesmo, por exemplo, em 病氣の人 “*byôki no hito*”, em que funcionaria como adjetivo com o sentido de “pessoa doente”.

Se no caso de ‘*jiyû*’, sendo possível ter o ‘*na*’ associado à forma adjetiva, “livre”, e o ‘*no*’ associado à forma substantiva “liberdade”, fica evidente, no *rentaikei*, a diferenciação adjetivo / substantivo, em “*byôki*”, é a forma substantiva que vai atuar para significar tanto “doente” como “doença”.

Para Okutsu (1999, p. 121), entretanto, seriam raros os casos desse tipo, de modo que a visão do ‘*na*’ como forma adjetiva e do ‘*no*’ como forma substantiva se sustentaria de maneira geral.

Existe, ainda, um caso em que tanto os substantivos *meishi* quanto os adjetivos *keiyôdôshi* formam *rentakei* com ‘*na*’: quando se conectam ao substantivo pró-forma *keishiki meishi* の ‘*no*’ – o que se pode imaginar que ocorra por questões fonéticas, de maneira a evitar o encadeamento de dois ‘*no*’ seguidos.

Forma hipotética 仮定形 *kateikei*

Na forma なら ‘*nara*’, expressa uma condição hipotética. Pode aparecer também ligado à partícula *joshi* ば ‘*ba*’, na forma ならば ‘*naraba*’.

No caso dos predicadores *yôgen*, por exemplo, a forma condicional sempre se liga a ‘*ba*’, tal como em 歩く ‘*aruku*’ (“andar”) → 歩けば ‘*arukeba*’ (“se andar”). Mas, no caso do ‘*nara*’, a utilização do ‘*ba*’ tornou-se opcional, sendo mais comum o uso a forma sem ‘*ba*’.

Tokieda (1980, p. 157) apresenta como exemplo de ‘*nara*’:

(108) 明日おひまなら、お出かけ下さい。

Ashita ohima nara, odekake kudasai.

Amanhã / livre (RESPEITO) / {DA}-CONDICIONAL / sair (RESPEITO) / PEDIDO

“Amanhã, se estiver livre, por favor, vá.”

A forma ‘*nara*’ é um pouco particular, já que é resquício das formas flexionais de ‘*nari*’, não tendo sofrido as mudanças fonéticas que se deram a partir da aglutinação do ‘*ni*’ ao ‘*te*’ a partir do Kamakura. Conforme Iwabuchi (1985, p. 4) este ‘*nara*’ seria modificação da forma resultativa *izenkei* de ‘*nari*’, なれ ‘*nare*’.

Uma outra particularidade é o fato de que o ‘*nara*’ também pode ser usado com predicadores *yôgen*, tal como o exemplo (109), também de Tokieda:

(109) あなたが行くなら、一緒に行きましょう。

Anata ga iku nara, issho ni ikimashô.

Você / NOMINATIVO / ir / {NARA} / juntos / ADVERBIAL / ir CONVITE-(POLIDEZ)

“Se você for, vamos juntos.”

Isso leva Okutsu (1999, p. 85) a defender que, assim como ‘*darô*’, ‘*nara*’ deva ser visto não como forma flexional de ‘*da*’, mas como um elemento diverso, cuja utilização, em frases com predicado nominal, leva à omissão obrigatória do ‘*da*’, tal como no caso do ‘*darô*’.

Deve ser interessante, em trabalho futuro, investigar de que forma se deu essa utilização de ‘*nara*’ em conjunto com predicadores *yôgen*, e averiguar a possibilidade de que este tipo de ‘*nara*’ seja considerado um elemento diverso, que não o *dantei no jodôshi* ‘*da*’ flexionado.

Além disso, deve ser interessante notar que, conforme comentado na seção 5.1.1, é possível expressar condição hipotética também a partir da ligação da forma conjuntiva *ren’yôkei* a たら ‘*tara*’, sendo assim possível, no caso do ‘*da*’, a formação だったら ‘*dattara*’ para expressão de condição hipotética.

Forma imperativa 命令形 *meireikei*

Forma inexistente para o *dantei no jodôshi* ‘*da*’. Na língua moderna, poder-se-ia utilizar, em seu lugar, o *meireikei* de ‘*dearu*’, であれ ‘*deare*’, o que será discutido na seção 5.3.3.2, sobre o ‘*dearu*’.

Poder-se-ia, ainda, utilizar como substituto o imperativo do verbo *dôshi* なる ‘*naruru*’ (“tornar-se”), なれ ‘*nare*’ (“torne-se!”)

5.3.1.3. Discussão

O だ ‘*da*’, surgido como modificação do である ‘*dearu*’, parece ser considerado, entre os gramáticos, o elemento padrão de expressão do sentido de *dantei* na língua japonesa moderna.

Ao mesmo tempo em que se transformou em ‘*da*’, por outro lado, o ‘*dearu*’ não

desapareceu da língua japonesa – foi resgatado no século XIX, em trabalhos de tradução, passando posteriormente a ser tomado como forma do registro escrito (SUGIMOTO, 2005, p. 425-426), enquanto o ‘*da*’ se desenvolveu no âmbito da oralidade, tendo também adquirido certo caráter de subjetividade, dialogal, próprio da língua falada.

Nesse contexto, ‘*dearu*’ e ‘*desu*’ passaram a ser vistos como formas alternativas de expressão de *dantei* em frases com predicado nominal – o primeiro, reduzindo o caráter dialogal próprio do ‘*da*’, atribuindo um caráter explicativo ao predicado, e, o segundo, ainda que também mantendo um caráter dialogal, acrescentando polidez à construção frasal.

Mas, se a formação “X *wa* Y *da*”, tal como a do exemplo (7) anteriormente fornecido, seria a forma padrão de expressão de *dantei* na língua japonesa, não é, por outro lado, a forma mais simples de predicado nominal da língua japonesa – também é possível uma formação “X *wa* Y”.

Assim, do exemplo (7) anteriormente fornecido, poderia ser derivada uma forma sem ‘*da*’, gerando a divisão (7a) e (7b) abaixo reproduzidas.

(7a) 僕は超人だ。 (Akutagawa, *Kappa*)

Boku wa chōjin da.

Eu / TÓPICO / super-homem / {DA}

“Eu sou o super-homem.”

(7b) 僕は超人。 (Modificado de Akutagawa, *Kappa*)

Boku wa chōjin.

Eu / TÓPICO / super-homem

“Eu sou o super-homem.”

Se o sentido de *dantei* atribuído ao ‘*da*’ é entendido como um juízo por parte do falante a respeito da validade do conteúdo do enunciado, não seria necessário para se obter um predicado bem formado. O que levanta a possibilidade de que seria a forma “X *wa* Y”, de (7b) a verdadeira forma padrão de predicado nominal do japonês.

Quanto à isso, é interessante resgatar o conceito de 陳述 *chinjutsu* de Yoshio Yamada, já discutido em 4.2.3 e 4.3.2, como sendo o fenômeno de conclusão da frase a partir do que esta obteria um status de completude como formação linguística bem construída.

Considerando desde a posição de Yamada (1908, p. 343), de que os seus 形式用言 *keishiki yōgen* (equivalente aos *dantei no jodōshi*) eram elementos que continham força de *chinjutsu*, passando pela visão de Tokieda, de que os *jodōshi*, incluindo os do tipo como ‘*da*’, ‘*desu*’ etc., seriam o principal elemento a operar o *chinjutsu*, e considerando os demais autores

estudados neste trabalho, a visão predominante parece ser a de que “X wa Y da” seria a forma padrão de predicado nominal da língua japonesa – o que vem a se refletir também na visão de Narahara (2002, p. 183), apresentada em 3.6, de que a omissão do ‘da’ seria uma estratégia para *suavização* (*tone down*) do discurso, visando obter uma afirmativa menos enfática.

Uma visão divergente quanto a isso seria a de Shôji (1992 *apud* Saegusa, 2000, p. 71). Para a autora, se a forma ‘X wa Y da’ teria restrições de uso a depender do gênero do falante, conforme já colocado por Narahara (2002), em 3.5 e 3.6, enquanto o ‘X wa Y desu’ não apresentaria essas restrições, então, a forma “X wa Y” é que seria a contrapartida não polida de “X wa Y desu”, já que ambas não apresentariam restrições de gênero.

Para Saegusa (2000, p. 72), caso se adotasse essa posição, o ‘da’ precisaria ser tomado como partícula final *shûjoshi*, e não como *jodôshi*. Entretanto, para a autora, o fato de o ‘da’ poder exprimir aspecto²²³ a partir de suas flexões, conforme a frase (110) abaixo, contrariaria a tese do ‘da’ como *shûjoshi*.

(110) 昨日は雨だった。

Kinô wa ame datta.

Ontem / TÓPICO / chuva / {DA} PASSADO

(lit.) “Ontem foi chuva.” → “Ontem choveu.”

Isso está, então, diretamente relacionado à colocação de Narahara (2002, p. 151), apresentada em 3.5.2, de que o ‘da’ seria um elemento não estritamente modal, mas que teria uma “natureza modal”. Quanto a isso, também, Fukasawa (1992, p. 41), em trabalho brasileiro, havia colocado que o *jodôshi* ‘da’

exprime o sentido modal de afirmação, através da qual o locutor exprime a sua postura subjetiva de ratificação do conteúdo referencial [...]. Contudo, o mesmo auxiliar verbal [‘da’] está desempenhando também uma função copulativa de construção do *dictum* no enunciado dado o que nos faz crer que ele possui uma natureza dupla: a de desempenhar uma função concatenadora de construção do conteúdo proposicional da frase e a de formular a função modalizadora de afirmação ou ratificação desse conteúdo proposicional assumida pelo locutor.

Morikawa (2006), por outro lado, que identifica no ‘da’ um tipo de expressão “orientado ao falante”²²⁴, que exprimiria a *asserção* do falante (p. 19), defende que, na verdade,

²²³ Em (110), o ‘ta’, que se liga a ‘da’, formando ‘datta’ seria geralmente visto como expressão de tempo, e não aspecto. No caso, o entendimento do ‘ta’ como expressão de aspecto, talvez se deva ao fato de que o ‘ta’ costuma ser visto como *jodoshi* que expressa uma *ação concluída* (完了 *kanryô*), e não exatamente *passado* (過去 *kako*).

²²⁴ “*Speaker-oriented expression*”, ou “*SOE*”, no original.

existiriam dois tipos de ‘da’ (p. 23):

1 – um ‘da’ copular, que exprimiria *tempo*, mas não *asserção*.

2 – um ‘da’ “orientado ao falante”, que exprimiria *asserção*, mas não *tempo*.

Nessa perspectiva, poder-se-ia pensar ser o primeiro ‘da’ uma estrutura do tipo *jodôshi*, e, o segundo ‘da’, um elemento mais próximo das partículas finais *shûjoshi*.

Nesse sentido, um argumento contra a teoria do “X wa Y” como forma padrão de predicado nominal, seria a existência de situações de ordem gramatical que comportam a utilização do ‘da’, mesmo não flexionado, independentemente do gênero do falante.

Se o ‘da’ de (7a), acima, seria um ‘da’ do tipo 2, “orientado ao falante”, de modo a exprimir seu juízo assertivo, no exemplo (111), fornecido por Morikawa (2006, p. 20), o ‘da’ seria um ‘da’ do tipo 1, ou seja, um ‘da’ copular que atua no predicado da oração complementar.

(111) ハナコは太郎がお金が必要だと思っている。

Hanako wa Tarô ga okane ga hitsuyô da to omotteiru.

Hanako / TÓPICO / Tarô / NOMINATIVO / dinheiro / NOMINATIVO / necessário / {DA} / REFERÊNCIA / pensar DURATIVO

(lit.) “Hanako acha que dinheiro é necessário para o Tarô.” → “Hanako acha que o Tarô precisa de dinheiro.”

No exemplo, sendo *必要だ* “*hitsuyô da*” (“é necessário”) o predicado da oração complementar subordinada, o ‘da’ que ali aparece tem meramente a função de compor o predicado nominal.

Esse ‘da’ não possuiria carga de assertividade do falante, e poderia ser proferido independentemente do gênero do falante.

Deve-se poder dizer o mesmo de (112), abaixo, em que o ‘da’ participa do predicado da oração condicional, indicada pela partícula *joshi* ‘to’.

(112) 三万円だとかなり厳しいですね。 (Murakami)

Sanman en da to kanari kibishii desu ne.

Trinta mil / iene / {DA} / CONDICIONAL / bastante / rigoroso / {DESU} / {NE}

“Se for trinta mil ienes, fica um pouco difícil, né?”

Não sendo permitida a omissão do ‘da’, quando em orações auxiliares, pode-se supor que o ‘da’ seja um componente sintático essencial do predicado. Mas que, quando na oração principal, não estando o ‘da’ a exercer relação sintática com nenhum elemento posterior, exista a possibilidade de sua omissão, como estratégia para evitar sua atuação na camada externa de modalidade.

(112a) *三万円とかなり厳しいですね。

* *Sanman en to kanari kibishii desu ne.*

Trinta mil / iene / CONDICIONAL / bastante / rigoroso / {DESU} / {NE}

* “Se for trinta mil ienes, fica um pouco difícil, né?”

Essa situação, então, está relacionada ao fato de os *dantei no jodôshi* serem interpretados como expressões do juízo do falante, contendo certa carga de modalidade – o que pode ser inclusive remetido ao surgimento do que seria o primeiro elemento de *dantei* da língua japonesa, o ‘zo’ da língua clássica.

Conforme discutido em 5.2.1, o ‘zo’, surgido de um demonstrativo, teria um sentido enfático, buscando chamar a atenção do ouvinte. Ainda nos dias de hoje, mesmo que, com tonalidades diferentes – hoje, talvez visando não mais chamar a atenção do ouvinte, mas realçar a certeza própria, do falante, sobre a validade do proferimento –, se mantém como uma das características dos *dantei no jodôshi* a possibilidade de expressão de alguma carga modal. Ao mesmo tempo em que expressam modalidade, os *dantei no jodôshi* atuam, ainda, no interior do predicado, seja como componente auxiliar de estabelecimento do predicado, seja como componente que possibilite o acréscimo de traços gramaticais ao predicado a partir da combinação com outros *jodôshi*.

A estratégia, então, de omissão do ‘da’, característica do discurso feminino, seria uma maneira de eliminar a carga de ênfase do enunciado – nos termos de Yamaguchi & Akimoto (2001, p. 462), exprimindo o conteúdo do pensamento (do falante) livre de juízo sobre a sua validade.

Um outro ponto interessante sobre o ‘da’ é apontado por Okutsu (1999), autor que estudou as construções a que se referia por *frases-enguia* (ウナギ文 *unagi bun*), cujo modelo representativo seria o exemplo (113) abaixo, imaginando que seja proferido à mesa do restaurante, direcionado ao atendente.

(113) 僕はうなぎだ。

Boku wa unagi da.

Eu / TÓPICO / enguia / {DA}

“Vou querer enguia.”

Conforme já discutido na Introdução deste trabalho, é fácil perceber que a frase acima tem a estrutura “X wa Y da”, tal qual o exemplo (7), abaixo repetido.

(7) 僕は超人だ。 (Akutagawa, *Kappa*)

Boku wa chōjin da.

Eu / TÓPICO / super-homem / {DA}

“Eu sou o super-homem.”

Nesse sentido, a frase (113) deveria significar “Eu sou uma enguia”. Entretanto, considerando que a frase do japonês, mais do que uma estrutura sujeito / predicado, se conforme a uma estrutura tópico / comentário, poder-se-ia pensar como tradução literal de (113), “Quanto a mim, enguia.”, o que a faria apropriada para possíveis diversas utilizações diferentes, podendo, no contexto do pedido no restaurante, ter o sentido de “Vou querer enguia.”.

Para o Okutsu (1999, p. 20), o ‘*da*’ poderia atuar como o substituto (代用 *daiyō*) de um verbo *dōshi*, quando o significado deste pudesse ser compreensível a partir do contexto²²⁵.

Então, (113) poderia ser pensado como uma forma reduzida de (114) ou (115), abaixo (p. 11).

(114) 僕はうなぎを食べたい。

Boku wa unagi wo tabetai.

Eu / TÓPICO / enguia / ACUSTATIVO / comer DESEJO

“Quero comer enguia.”

(115) 僕はうなぎを注文する。

Boku wa unagi wo chūmon-suru.

Eu / TÓPICO / enguia / ACUSATIVO / pedir

“Vou pedir enguia.”

O autor vai ainda mais longe, sugerindo que a maioria das utilizações de ‘*da*’ seria do tipo frase-enguia, mesmo em casos que costumam ser entendidos como copulares, conforme os exemplos abaixo (OKUTSU, 1999, p. 64-65).

(116) 僕は奥津だ。

Boku wa Okutsu da.

Eu / TÓPICO / Okutsu / {DA}

“Eu sou Okutsu.”

²²⁵ O autor se refere principalmente ao ‘*da*’, tomando este como o *dantei no jodōshi* padrão, ou ainda como formação padrão de predicado nominal da língua japonesa. Entretanto, a utilização do ‘*da*’ aqui discutida deve ser possível com a utilização de outros *dantei no jodōshi*, como ‘*desu*’ e ‘*dearu*’, ou, mesmo, com a omissão de *dantei no jodōshi*.

僕は奥津という。

Boku wa Okutsu to iu.

Eu / TÓPICO / Okutsu / REFERÊNCIA / chamar

“Eu me chamo Okutsu.”

(117) 僕は猫だ。

Boku wa neko da.

Eu / TÓPICO / gato / {DA}

“Eu sou um gato.”

僕は猫に属する。

Boku wa neko ni zoku suru.

Eu / TÓPICO / gato / LOCATIVO / pertencer

“Eu pertenço à classe dos gatos.”

Para o autor, o uso de predicado nominal em (116) e (117) seria uma forma de substituir, por economia, um segmento maior formado por um predicador *yôgen*.

Por essa visão, na frase (116), 僕は奥津だ “*Boku wa Okutsu da.*” (“Eu sou Okutsu”), o ‘*da*’ não teria, em verdade o sentido de verbo ‘ser’, mas seria um substituto de という “*to iu*” (“*me chamo*”), de modo que *Boku wa Okutsu da.*” seria uma forma econômica de dizer 僕は奥津という “*Boku wa Okutsu to iu.*” (“Eu me chamo Okutsu”).

Da mesma forma, em (117), o ‘*da*’ seria um substituto de に属する “*ni zoku suru*” (“*pertenço a*”), de modo que 僕は猫だ “*Boku wa neko da.*” seria uma forma econômica de dizer 僕は猫に属する “*Boku wa neko ni zoku suru.*” (“Eu pertenço à classe dos gatos.”).

Para o autor (p. 65), o tipo de frase em que ‘*da*’ teria de fato um uso copular seria no caso da expressão de identidade, como em:

(118) 東京は日本の首都だ。

Tôkyô wa Nihon no shuto da.

Tóquio / TÓPICO / Japão / GENITIVO / capital / {DA}

“Tóquio é a capital do Japão.”

Em (118), ‘*da*’ não poderia ser visto como substituto de nenhuma construção predicadora.

Nesse sentido, também o caso em que o ‘*da*’ é posicionado a partículas *joshi* também seria motivado pela funcionalidade do ‘*da*’ de substituir um segmento formado por predicado *yôgen*, tal como os exemplos abaixo (OKUTSU, 1999, p. 18-19).

(119) クラーク君はシドニーにだ。

Kurâku-kun wa Shidonî ni da.

Clark-{KUN} / TÓPICO / Sidney / LOCATIVO / {DA}

(aprox.) “Quanto ao Clark, em Sidney.”

クラーク君はシドニーに居る。

Kurâku-kun wa Shidonî ni iru.

Clark-{KUN} / TÓPICO / Sidney / LOCATIVO / estar

“O Clark está em Sidney.”

(120) 僕はウナギをだ。

Boku wa unagi o da.

Eu / TÓPICO / enguia / ACUSATIVO / {DA}

(aprox.) “Quanto a mim, [fiz/farei alguma coisa com] a enguia.”

僕はウナギを食べる。

Boku wa unagi o taberu.

Eu / TÓPICO / enguia / ACUSATIVO / comer

“Vou comer enguia.”

Em (119), então, *だ* ‘*da*’ atuaria como substituto de *居る* ‘*iru*’ (“estar”), assim se posicionando a partícula *joshi* locativa ‘*ni*’, em vez de um nome *taigen* conforme seria esperado. Também, em (120), ‘*da*’ se posiciona após partícula ‘*o*’ locativa como um substituto de *食べる* ‘*taberu*’ (“comer”).

A abordagem de Okutsu de tratar quase todos os tipos de ‘*da*’ como substitutos de segmentos com predicadores *yôgen* parece demasiado exagerada, em especial em (116) e (117), casos que parecem situações comuns de predicado nominal, mas parece ser bem justificada em exemplos como (119) e (120) acima.

Casos como (116) e (117), por exemplo, poderiam inclusive ser estendidos para outras línguas – também no português, o verbo ‘*ser*’ poderia ser visto como um substituto de “me chamo” ou “pertencem à classe de”.

Independentemente da posição a se adotar quanto a isso, casos de omissão de segmentos frasais devem ser comuns nas várias línguas. Bechara (2009, p. 49), referindo-se à gramática do português, chama esse tipo de fenômeno de *antitaxe* ou *substituição*, definindo-o como

a propriedade mediante a qual uma unidade de qualquer estrato gramatical já presente ou virtualmente presente (“prevista”) na cadeia falada pode ser representada – retomada ou antecipada – por outra unidade de outro ponto da cadeia falada [...], podendo a unidade que substitui ser parte da unidade

substituída, com idêntica função ou mesmo zero.

Minha interpretação quanto a casos como (113), (119) e (120) seria a de que o ‘*da*’ não necessariamente apareça como um substituto porque seja um elemento cuja razão de existência seria cumprir com essa função, como parece querer Okutsu (1999), mas porque, independentemente de questões semânticas, na língua japonesa, frases que não apresentem formalmente um predicador *yôgen* no predicado se tornam propícias para que uma expressão de juízo assertivo seja acrescentada na forma de *dantei no jodôshi* – seja em casos que a frase termine em nomes *taigen*, seja em casos em que termine em partícula *joshi*.

A atuação dos *dantei no jodôshi*, então, se daria, não necessariamente em predicados com nomes *taigen*, mas em qualquer tipo de frase que não contenha um predicador *yôgen* na oração principal – inclusive naqueles em que estes sejam omitidos porque seu sentido já esteja previsto.

Esse posicionamento expandiria a visão de que os *dantei no jodôshi* sejam elementos que atuem em predicados nominais, para uma visão de que sejam elementos que acrescentam um sentido de asserção a frases que não contenham um predicador *yôgen* presente.

Este deve ser um assunto interessante de ser aprofundado futuramente. Por ora, sigamos adiante, examinando os detalhes dos demais tipos de *dantei no jodôshi* da língua japonesa moderna.

5.3.2. *Dantei / teinei no jodôshi* です ‘*desu*’

5.3.2.1. Etimologia

Sugimoto (2005, p. 430) coloca ter havido dois です ‘*desu*’ diferentes ao longo da história, tendo um deles desaparecido no Período Edo (1603-1868), e o outro, chegado aos dias atuais. Furuta (1969, p. 298) e Kawagishi (1985, p. 79) apontam haver diversas teorias a respeito do surgimento de ambas as formas.

De maneira geral, acredita-se que tenham surgido como modificação de formas de tratamento do である ‘*dearu*’, como であります ‘*dearimasu*’, でございます ‘*degozaimasu*’, でおはす ‘*deohasu [deowasu]*’ ou で候 ‘*desafurafu [desôrô]*’²²⁶. Há, também, a teoria de Yoshio Yamada, da ligação de で ‘*de*’ com o verbo *dôshi* す ‘*su*’ (“fazer”, versão antiga do

²²⁶ A questão das formas de tratamento dos *dantei no jodôshi* será explorada na seção 5.4 adiante.

atual する ‘*suru*’) – visão que não parece ter muita aceitação.

Para Sugimoto (2005, p. 430), o primeiro ‘*desu*’ da história teria surgido por volta do século XVI, sendo utilizado majoritariamente no teatro 狂言 *kyôgen*. A visão mais aceita quanto à origem desta forma é a do ‘*desafurafu* [*desôrô*]’. Dessa antiga forma de polidez do ‘*dearu*’, teria havido a seguinte modificação: でそうろう ‘*desôrô*’ → でそろ ‘*desoro*’ → でそう ‘*desô*’ → です ‘*desu*’. Também chegou a ser usado como でえす ‘*deesu*’, tendo desaparecido no Período Edo, não havendo relação desta forma de ‘*desu*’ com o ‘*desu*’ moderno (TSUJIMURA, 1965, p. 356).

O exemplo (121), fornecido por Kawagishi (1985, p. 79), retirado de obra do teatro *kyôgen* de por volta de 1635, ilustra uma utilização desse tipo de ‘*desu*’.

(121) ごめんならふです。 (Ôkura)

Gomen narafu[*narô*] *desu*.

Desculpas / {NARU} SUPOSIÇÃO / {DESU}

“Me desculpe.”

Ainda de acordo com Kawagishi (*Idem*), esse ‘*desu*’ não flexionava e, tal como em (121), podia se conectar diretamente a elementos flexionáveis – e mesmo a verbos *dôshi*. Era muito comum que fosse utilizado nas falas de personagens de alta posição, como 大名 *daimyô* (senhores feudais), expressando arrogância.

Quanto ao ‘*desu*’ utilizado nos dias atuais, este teria tido origem distinta, por volta do início do século XIX.

As principais hipóteses são de que tenha surgido das formas de polidez ‘*dearimasu*’ ou ‘*degozaimasu*’, mas parece haver menos certeza entre os pesquisadores quanto a isso – em comparação, no caso do ‘*desu*’ do *kyôgen*, a hipótese do surgimento a partir do ‘*desafuraru* [*desôrô*]’ é mais dada como certa.

É comum a visão de que, do meio para o final do Período Edo, o ‘*desu*’ era utilizado como parte da linguagem das mulheres do chamado distrito vermelho da região de Edo – tais como prostitutas, gueixas, ou mulheres das casas de chá de Shin’yoshiwara –, tendo se difundido para o resto da população com a passagem para o período Meiji (1868-1912) (SUGIMOTO, 2005, p. 430; FURUTA, 1969, p. 298).

Furuta (1969, p. 298-299) aponta que uma hipótese considerada é a de que samurais do interior, ao visitar Edo e escutar o modo de falar das gueixas da região de Yanagibashi,

teriam pensado ser ‘*desu*’ parte da linguagem comum da capital, e começaram a imitá-las. A partir daí, o ‘*desu*’ teria passado a deixar de ser um termo da população marginalizada, difundindo-se para a população em geral.

Tsujimura (1965, p. 347) também coloca que, a partir do fim de Edo, o ‘*desu*’ passou a ser utilizado por homens e mulheres “comuns”, mas sua expansão pelo território teria ocorrido bem depois, propiciada, entre outros motivos, pelo desenvolvimento da comunicação e pelo ensino obrigatório.

Observando alguns manuais de conversação do início de Meiji (1868-1912), o autor verifica uma predominância de ‘*degozaimasu*’ como forma polida de *dantei no jodôshi*, havendo também considerável uso de ‘*dearimasu*’, mas pouquíssima utilização de ‘*desu*’, o que possivelmente se daria pelo fato de que o ‘*desu*’ não seria, nessa época, considerado como termo de utilização comum.

Tsujimura (1965, p. 348) também sugere que uma das principais causas da difusão teria sido pelo fato de os livros de leitura de utilizados no ensino de língua japonesa (国語 *kokugo*) no ensino básico empregarem a forma ‘*desu*’ – apenas em 1893 é que o ‘*desu*’ teria passado a aparecer em livros didáticos. Mas, para o autor, antes de chegar ao ponto de ser incluído nos livros didáticos, o ‘*desu*’ deve ter tido uma generalização suficientemente adequada.

Furuta (1969, p. 299) aponta que Michio Nakamura, que teria estudado o ‘*desu*’, com base em obras literárias da passagem de Edo para Meiji, teria colocado que: 1 – a população de Tóquio utilizava o ‘*desu*’ somente na forma final *shûshikei*, enquanto que, em outras regiões, poderia aparecer nas demais formas flexionais; 2 – em Tóquio, ‘*desu*’ era considerado como linguajar do distrito vermelho, mas, nas outras regiões, era entendido como termo da linguagem padrão.

Essas duas posições são criticadas por Kojima (1959), que afirma que Nakamura não teria utilizado fontes literárias suficientes, e aponta obras em que o ‘*desu*’ aparece em outras flexões, e também proferido por personagens que não do distrito vermelho, mesmo entre a população de Tóquio.

Ainda, Kojima (p. 78) acredita que o ‘*desu*’ de a partir de Meiji não teria exatamente a mesma utilização do ‘*desu*’ do Edo – para Kojima, em Edo havia um ‘*desu*’ que expressava arrogância (p. 79).

5.3.2.2. Flexões e conexões

Do ponto de vista sintático, o ‘*desu*’ possui uma particularidade notória em relação aos demais *dantei no jodôshi*: pode se conectar, em posição posterior, não apenas a nomes *taigen*²²⁷, mas também a adjetivos *keiyôshi*, ou a *jodôshi* que sigam o paradigma flexional dos *keiyôshi*.

Em (112), ‘*desu*’ sucede o adjetivo *keiyôshi* 厳しい ‘*kibishii*’ (“rigoroso”).

(112) 三万円だとかなり厳しいですね。 (Murakami)

Sanman en da to kanari kibishii desu ne.

Trinta mil / iene / {DA} / CONDICIONAL / bastante / rigoroso / {DESU} / {NE}

“Trinta mil ienes fica um pouco difícil, né?”

A atuação do ‘*desu*’ junto com os adjetivos *keiyôshi* deve ser motivada por sua funcionalidade de também exprimir polidez.

Tal como já colocado na seção 3.5, por esse motivo, Narahara (2002, p. 144) vem a defender que o ‘*desu*’ que se liga a adjetivos *keiyôshi* não seja o mesmo ‘*desu*’ que atua com os nomes *taigen*.

Essa também é a posição, por exemplo, de Okutsu (1999, p. 81-82) – a de que o ‘*desu*’ dos *keiyôshi* não seja um *shitei / dantei no jodôshi*, mas um elemento de expressão de polidez (丁寧 *teinei*).

Quanto às formas flexionais, ‘*desu*’ possui consideravelmente menos utilizações do que ‘*da*’, o que deve ser ocasionado pela propriedade do ‘*desu*’ de também exprimir polidez.

Se, conforme discutido na seção anterior, no caso do ‘*da*’, a carga de modalidade de *dantei* por ele expressa seria eliminada quando este exerce determinadas funções sintáticas, no caso do ‘*desu*’, a carga de polidez não pode ser eliminada, fator que deve ser limitante para o seu desenvolvimento e sua relação com os outros elementos do discurso.

Costuma se considerar como sendo flexões de ‘*desu*’:

²²⁷ Ou a partículas *joshi*, conforme as características do ‘*da*’ apresentadas na seção anterior, que também podem ser verificadas no ‘*desu*’.

Tabela 11 – Flexões do *dantei / teinei no jodôshi* です ‘*desu*’

Formas flexionais		Flexões	Observações
未然形 mizenkei	Forma dependente	(でしよ <i>desho</i>)	Só é utilizada para formar でしょう ‘ <i>deshô</i> ’, que costuma ser considerado como um <i>jodôshi</i> diverso.
連用形 ren'yôkei	Forma conjuntiva	でし <i>deshi</i>	Não possui forma adverbial.
終止形 shûshikei	Forma final	です <i>desu</i>	
連体形 rentaieki	Forma adnominal	(です <i>desu</i>)	Utilizado somente antes do substantivo pró-forma の ‘ <i>no</i> ’ e formas derivadas.
仮定形 kateikei	Forma hipotética	—	Flexão inexistente.
命令形 meireikei	Forma imperativa	—	Flexão inexistente.

Baseado em YOSHIDA (1971, p. 454) e KAWAGISHI (1985, p. 78).

Forma dependente 未然形 *mizenkei*

Em caso semelhante ao do *mizenkei* だろ ‘*daro*’, de だ ‘*da*’ discutido na seção anterior, a forma *mizenkei* でしよ ‘*desho*’ de です ‘*desu*’, originalmente, でせ ‘*dese*’, tendo se ligado ao *jodôshi* de suposição う ‘*u*’, formou でせう ‘*deseu*’ cuja pronúncia viria a posteriormente a se tornar でしょう ‘*deshô*’.

Assim, sendo ‘*darô*’ muitas vezes tomado como um *jodôshi* de suposição, também o ‘*deshô*’ é muitas vezes considerado, não mais como uma forma flexional de ‘*desu*’ ligada a ‘*u*’, mas como uma forma cristalizada que atuaria como um *jodôshi* diverso – correspondente a uma forma polida de ‘*darô*’.

Tal, como o ‘*darô*’, ‘*deshô*’ possui a especificidade de poder ser posicionado também após predicadores *yôgen* – no caso dos verbos *dôshi*, Tsujimura (1965, p. 358-359) diz ter havido, na passagem de Edo para Meiji, uma forma ますだろ ‘*masu darô*’ para expressar suposição e polidez, que acabou dando lugar para o ‘*deshô*’, que é usado até os dias atuais.

Também, ‘*desu*’ não possuiria uma forma negativa. Para se exprimir polidez numa

frase negativa, normalmente usa-se *ではありません* ‘*de wa arimasen*’, derivada de *であります* ‘*dearimasu*’, que seria a forma polida do *dantei no jodôshi* *である* ‘*dearu*’, formada da ligação deste com o *jodôshi* de polidez *ます* ‘*masu*’ – que também é por vezes tomado como um *jodôshi* separado, *であります* ‘*dearimasu*’.

Para Kojima (1959, p. 82), o motivo pela utilização do ‘*de wa arimasen*’ no lugar de uma possível forma negativa de ‘*desu*’ se daria pelo fato de que, tal qual forma negativa de *だ* ‘*da*’, *ではない* ‘*de wa nai*’, apresentada na seção anterior, ‘*de wa arimasen*’ é uma forma intermediada pela partícula *joshi* ‘*wa*’, que por outro lado, pode também ser substituído pela partícula ‘*mo*’ – que possui significado próximo ao de “também”, de modo que, na negativa, expressa um sentido próximo ao de “nem” ou “tampouco” –, formando *でもありません* ‘*de mo arimasen*’.

Por conta da diversidade expressiva possibilitada pela variação das formas ‘*de wa arimasen*’ e ‘*de mo arimasen*’, anteriores ao surgimento do ‘*desu*’, uma forma negativa para este acabou não se desenvolvendo.

Forma conjuntiva 連用形 *ren'yôkei*

Na forma *でし* ‘*deshi*’, liga-se majoritariamente ao *jodôshi* de ação concluída *た* ‘*ta*’ para expressar tempo passado.

(122) 御蔭様で、今夜は盛会でした。 (Akutagawa, *Rojô*)

Okagesama-de, kon'ya wa seikai deshita.

Ainda bem / esta noite / TÓPICO / encontro bem-sucedido / {DESU} PASSADO

“Ainda bem, hoje foi um sucesso.”

Pode-se também ligar ao conectivo *て* ‘*te*’ para formar orações coordenadas, conforme o exemplo (123) apontado por Yoshida (1971, p. 454).

(123) それに私は病身でして、こんな事をして旅なぞ出来る身体ぢゃないんですけれども……。(Shimazaki)

Sore-ni watashi wa byôshin deshite, konna koto wo shite tabi nazo dekiru shintai dyanai n-desu keredomo ...

Ainda por cima / eu / TÓPICO / constituição frágil / {DESU-(CONJUNTIVO)} / este tipo / coisa / ACUSATIVO / fazer (CONJUNTIVO) / viagem / coisas tal / conseguir {ADNOMINAL} / corpo / {DA} NEGATIVO / é que (POLIDEZ) / entretanto

“Ainda por cima, tenho constituição frágil₂ meu corpo não consegue fazer esse tipo de coisa, como viajar...”

Se, no caso de orações coordenadas formadas com verbos *dôshi*, era possível omitir esse て ‘te’ conectivo, tal como na utilização 作り ‘*tsukuri*’ em vez de 作って ‘*tsukutte*’, fornecida no exemplo (21a), não parece ser possível realizar o mesmo com nas coordenadas formadas por ‘*desu*’. Essas costumam ser sempre construídas com できて ‘*deshite*’, mas não com *でし ‘*deshi*’.

(21a) お寿司を作り、友達と食べた。 [língua moderna]

Osushi wo tsukuri, tomodachi to tabeta.

Sushi / ACUSATIVO / fazer-(REN’YÔ) / amigo / COPARTICIPAÇÃO / comer PASSADO
“(Eu) fiz sushi e comi com meu amigo.”

Além disso, casos como (123), acima, devem denotar um alto grau de elevação da polidez do discurso. É bem comum que, em vez de ‘*deshite*’ os casos de *chûshi-hô* sejam feitos com o ‘*de*’, forma *ren’yôkei* de ‘*da*’ mesmo quando se utiliza o registro polido, conforme o exemplo abaixo, também retirado de Yoshida (1971, p. 396).

(124) 僕は母が東北で、父が九州ですから、あまり美点を持ちすぎて苦しいですよ。 (Yokomitsu)

Boku wa haha ga Tôhoku de, chichi ga Kyûshû desu kara, amari biten wo mochisugite kurushii desu yo.

Eu / TÓPICO / mãe / NOMINATIVO / Tôhoku / {DA}-(CONJUNTIVO) / pai / NOMINATIVO / {DESU} / MOTIVO / muito / qualidade / ACUSATIVO / possuir demais (CONJUNTIVO) / penoso / {DESU} / {YO}

“Como minha mãe é de Tohoku e meu pai é de Kyûshû, tenho muitas qualidades, o que é insuportável!”

No caso, a utilização de ‘*desu*’ em forma final *shûshikei*, repetida em duas orações, atesta que se trata de um registro polido, ou seja, em que o falante tem a preocupação de demonstrar respeito em relação ao ouvinte.

Entretanto, para função continuativa, em vez da forma polida ‘*deshite*’, usou-se a forma não polida ‘*de*’, considerada forma flexional de ‘*da*’. Não possuindo carga de polidez, o ‘*da*’ pode ser considerado mais versátil e, assim, mais propício para utilização nas mais diversas situações sintáticas. Nesse caso, o ‘*de*’ formaria, então, uma *oração coordenada aditiva*, “minha mãe é de Tohoku e meu pai é de Kyûshû”.

Por outro lado, há uma outra composição por coordenação na frase que, desta vez, utiliza um *desu* ligado à partícula conjuntiva *setsusoku joshi* から ‘*kara*’, de modo a formar uma *oração coordenada explicativa* “... porque minha mãe é ...”. Como, nesse caso, o ‘*desu*’ permanece na forma final *shûshikei*, existe uma maior tendência de que seja utilizado no

discurso polido.

Enquanto que, em (124), para a formação de *oração coordenada aditiva*, era necessário operar a flexão do *dantei no jodôshi* que formaria o predicado nominal, optou-se por utilizar, em vez da forma flexionada de ‘*desu*’, ‘*da*’ flexionado em ‘*de*’, reduzindo a carga de polidez do discurso, possivelmente em prol de uma maior facilidade proporcionada pela simplicidade da forma ‘*de*’. No caso da *oração coordenada explicativa*, em que o *dantei no jodôshi* se ligaria ao conectivo ‘*kara*’ na forma final *shûshikei*, assim dispensando a necessidade de flexão, optou-se pelo uso do ‘*desu*’, de modo a realçar a carga de polidez do discurso.

A tendência é de que o ‘*desu*’ apareça flexionado principalmente quanto em final de frase. Mesmo no caso da forma de passado, quando utilizada em *orações subordinadas adjetivas* no interior da frase, é comum que se opte por ‘*datta*’ em vez de ‘*deshita*’, mesmo no registro polido.

Isso também deve estar relacionado ao fato de não existir uma forma *ren'yôkei* adverbial de ‘*desu*’.

Em caso de se precisar utilizar a forma adverbial de nomes *taigen*, mesmo no discurso polido, utiliza-se ‘*ni*’, que é forma flexional do ‘*da*’.

(125) 歩くって、本当に大変なことです。 (Kitô)

Aruku tte, hontô ni taihen na koto desu.

Andar / REFERÊNCIA / verdade / ADVERBIAL / grave / ADNOMINAL / coisa / {DESU}

“Andar é uma coisa verdadeiramente difícil.”

Forma final 終止形 *shûshikei*

Na forma *です* ‘*desu*’, finaliza as frases, como verificável nos exemplos (8), (110), (124), (125) já antes apresentados.

(8) これはツァラトストラの詩人ニイチェです。 (Akutagawa, *Kappa*)

Kore wa tsaratosutora no shijin niiche desu.

Este / TÓPICO / Zaratustra / GENITIVO / poeta / Nietzsche / {DESU}

“Este é Nietzsche, o poeta de Zaratustra.”

A diferença em relação aos outros *dantei no jodôshi* é que ‘*desu*’ acrescenta polidez à frase – ou seja, a expressão, por parte do falante, de consideração ao(s) ouvinte(s).

Assim como o ‘*da*’, pode ser utilizado nesta forma no interior da frase, quando ligado a alguns elementos, geralmente conectivos, tal como *から* ‘*kara*’ ou *が* ‘*ga*’. Era o caso do *ですから* ‘*desukara*’ do exemplo (124).

Forma adnominal 連体形 *rentaikei*

De acordo com Furuta (1969, p. 300), ‘*desu*’ só seria utilizado em função adnominal quando conectado ao que seriam partículas *joshi* ので ‘*node*’, のに ‘*noni*’ e の ‘*no*’ pospostionadas.

De fato, normalmente, a forma adnominal de nomes *taigen*, mesmo no discurso polido, é feito com as formas flexionais de ‘*da*’, たら ‘*na*’ (quando sucede adjetivos *keiyôdôshi*), e の ‘*no*’ (quando sucede os demais tipos de nomes *taigen*), conforme o exemplo (125) acima apresentado.

(125) 歩くって、本当に大変なことです。 (Kitô)

Aruku tte, hontô ni taihen na koto desu.

Andar / REFERÊNCIA / verdade / ADVERBIAL / grave / ADNOMINAL / coisa / {DESU}
“Andar é uma coisa verdadeiramente difícil.”

Por outro lado, quanto aos ‘*node*’, ‘*noni*’ e ‘*no*’ mencionados por Furuta, esse ‘*no*’ deve ser, na verdade, aquele normalmente reconhecido como substantivo pró-forma *keishiki meishi*, enquanto que ‘*node*’ e ‘*noni*’, geralmente considerados partículas conectivas *setsuzoku joshi*, são provavelmente formações compostas a partir do substantivo pró-forma ‘*no*’²²⁸.

Como um substantivo pró-forma, esse ‘*no*’ terá atuação sintática própria de nomes *taigen*, dessa maneira, exigindo forma adnominal *rentaikei* ao elemento que o precede – assim, quando são nomes *taigen* que precedem esse ‘*no*’, geralmente o ‘*da*’ flexiona em ‘*na*’ para se conectar a ele²²⁹.

Eventualmente, para reforçar a polidez, pode-se utilizar um ‘*desu*’ adnominal antes desses elementos, visando expressar um maior grau de polidez.

Forma hipotética 假定形 *kateikei*

Yoshida (1971), Furuta (1969) e Kawagishi (1985) não indicam existir uma forma hipotética *kateikei* de ‘*desu*’, o que deve refletir a tendência observada ao longo desta seção, de se evitar flexionar o ‘*desu*’ quando não em posição final na frase. Dessa maneira, mesmo no registro polido, para se exprimir condição hipotética, poder-se-ia usar たら ‘*nara*’, geralmente considerada como flexão de ‘*da*’.

Conforme comentado na seção 5.1.1, por outro lado, uma outra maneira de se expressar

²²⁸ Nagano (1990, p. 475), por exemplo, defende essa visão em relação ao ので ‘*node*’.

²²⁹ Conforme apontado na subseção anterior, sobre o ‘*da*’, é uma particularidade desse ‘*no*’ que os nomes *taigen* em forma adnominal que o precedem flexionem em ‘*na*’ mesmo no caso de substantivos *meishi*, em que o normal seria flexionar em ‘*no*’ – possivelmente, como um fenômeno fonético evitando o encadeamento de dois ‘*no*’.

condição hipotética é a partir da forma conjuntiva *ren'yôkei* ligada a *たら* ‘*tara*’. No caso do ‘*desu*’, a partir de sua forma *ren'yôkei* ‘*deshi*’, seria possível expressar condição hipotética com *でしたら* ‘*deshitara*’, de modo a elevar o grau de polidez do discurso.

Forma imperativa 命令形 *meireikei*

Yoshida (1971), Furuta (1969) e Kawagishi (1985) não indicam existir uma forma imperativa *meireikei* de ‘*desu*’.

Poder-se-ia pressupor uma forma * *でせ* *‘*dese*’, mas, tendo em vista a incompatibilidade que parece existir entre o imperativo e as expressões de polidez²³⁰ no japonês moderno, não deve ser provável que venha a ser utilizada.

5.3.2.3. Discussão

Um dos principais questionamentos que podem ser feitos a respeito do ‘*desu*’ é sobre se deve ser considerado como um tipo de *dantei no jodôshi*, ou simplesmente como um *jodôshi* de polidez.

Tokieda (1980, p. 180), por exemplo, considerava ‘*desu*’ como 敬讓の助動詞 *keijô no jodôshi* (“*jodôshi* de tratamento”), como que expressando uma forma polida de *shitei*. Nesse sentido, também Kawagishi (1985, p. 78-80) vai tratar ‘*desu*’ como *keijô no jodôshi* e não como *dantei no jodôshi*.

Morikawa (2006), por outro lado, defende para o ‘*desu*’ o mesmo tratamento que direcionava ao ‘*da*’, conforme comentado na subseção anterior, de que o ‘*da*’ de final frase seria uma “expressão orientada ao falante”, exprimindo *dantei* (asserção), enquanto as formas flexionadas de ‘*da*’ atuariam como cópula, mas sem exprimir *dantei*.

Para ilustrar essa situação, o autor (p. 18-19) vai indicar que, no japonês moderno, em especial na fala de crianças em idade pré-escolar, é possível a ocorrência de ‘*desu*’, em fim de frase, mesmo posicionado após verbos *dôshi* – situação não cogitada pelos demais autores aqui estudados –, como em (126), a seguir.

²³⁰ No japonês moderno, expressões polidas no imperativo só costumam acontecer em formas já cristalizadas, como *いらっしやいませ* ‘*irasshaimase*’ (“seja bem vindo!”, dita aos clientes pelos atendentes de estabelecimentos), em que o *jodôshi* de polidez *ます* ‘*masu*’ é flexionado em *meireikei*, *ませ* ‘*mase*’.

(126) いきますです。

Ikimasu desu.

Ir (POLIDEZ) / {DESU}

“(Estou assertando que) eu vou.”

いきましたです。

Ikimashita desu.

Ir (POLIDEZ) (PASSADO) / {DESU}

“(Estou assertando que) eu fui.”

No caso acima, *ます* ‘*masu*’ (flexionado como *まし* ‘*mashi*’ no segundo exemplo) é, então, um *jodôshi* de expressão de polidez utilizado em conjunto com verbos *dôshi*, em contrapartida ao ‘*desu*’, usado para expressar polidez com adjetivos *keiyôshi* e nomes *taigen*.

Em ambas a frases de (126), a utilização do ‘*desu*’ seria a princípio redundante, já que já há a presença de um ‘*masu*’ para exprimir polidez. Entretanto, para o autor, a presença do ‘*desu*’ serve, nesse caso para exprimir asserção, e não polidez, ainda que sua escolha em detrimento do ‘*da*’, seria o fato de que este não combinaria com o registro polido.

Por outro lado, o fato de que o passado é expresso a partir do *jodôshi* ‘*ta*’ ligado à forma flexional do ‘*masu*’, não sendo permitido, no caso, que o passado seja expresso a partir da flexão do ‘*desu*’, seria prova de que esses ‘*desu*’ atuam como expressão de asserção, e não como cópula e nem como expressão de polidez, já que esta já é expressa pelo ‘*masu*’.

(126a) *いきますでした。

**Ikimasu deshita.*

Ir (POLIDEZ) / {DESU} (PASSADO)

“(Estou assertando que) eu vou.”

*いきましたでした。

**Ikimashita deshita.*

Ir (POLIDEZ) (PASSADO) / {DESU} (PASSADO)

“(Estou assertando que) eu fui.”

Se Okutsu (1999, p. 81-82), por outro lado, colocava que o ‘*desu*’ que se liga a *keiyôshi* não seria *dantei no jodôshi*, mas apenas um *jodôshi* de polidez, as colocações de Morikawa (2006) acima contrariariam essa visão – o ‘*desu*’, quando não flexionado, e em posição final, sempre exprimiria, além de polidez, *dantei*/asserção. Quando flexionado, ou posicionado no meio da frase, entretanto, seria uma cópula acrescida do sentido de polidez, mas sem carga de *dantei*/asserção.

Se, entretanto, as formações frasais acima sugeridas por Morikawa (2006) seriam construções recentes, ainda pouco trabalhadas pelos gramáticos, e não consideradas como formas de um japonês padrão, quais as motivações para a ocorrência de ‘*desu*’ após adjetivos *keiyôshi*, como no exemplo (112) – tipo de ocorrência, esta sim, encarada como normalizada no “japonês padrão”.

(112) 三万円だとかなり厳しいですね。 (Murakami)

Sanman en da to kanari kibishii desu ne.

Trinta mil / iene / {DA} / CONDICIONAL / bastante / rigoroso / {DESU} / {NE}

“Trinta mil ienes fica um pouco difícil, né?”

Para Tsujimura (1965, p. 355) esse tipo de formação teria possivelmente passado a ser utilizada por conveniência, na passagem do século XIX para o século XX, já que até então, a polidez com adjetivos *keiyôshi* era expressa a partir da ligação ao *jodôshi* de intenção/suposição う ‘*u*’, seguido de *gozaimasu* ‘*gozaimasu*’ – forma polida de ある ‘*aru*’ –, como, por exemplo, em *美しゅう gozaimasu* “*utsukushû gozaimasu*” (“é bela/o”). Sendo comprido demais, esse tipo de formação teria dado lugar à ligação direta do *keiyôshi* não flexionado a ‘*desu*’, já que seria esta uma forma mais enxuta e simplificada, tal como em (112). Aponta o autor que, em manuais de tradução do inglês, já em 1872 era possível encontrar o uso de ‘*nai desu*’ (p. 356), por exemplo. Entretanto, a aceitação de formações desse tipo não teria sido unânime durante as primeiras décadas.

Para Tsujimura (1965, p. 354), seria problemático, mesmo por volta dos anos 1940, dizer que a formação *keiyôshi* + ‘*desu*’ fosse corrente na língua japonesa. Nessa época, aponta o autor, Koichirô Yuzawa e Takerô Miyake, por exemplo, ainda que o segundo reconhecesse como forma normalizada no japonês padrão, colocavam, ambos, a formação *keiyôshi* + ‘*desu*’ como pouco natural, soando mal aos ouvidos. Em 1952, entretanto, o Ministério da Educação japonês viria a lançar uma publicação reconhecendo a validade de construções como *大きいです* “*ôkii desu*” e *小さいです* “*chiisai desu*”, o que deve ter servido para normalizar a estrutura em ambiente educacional, também ajudando a consolidar sua difusão.

Coloca ainda, Tsujimura (p. 355-356), ser comum a visão de que a formação *keiyôshi* + ‘*desu*’ tenha surgido de maneira normativa, já que a formação *keiyôshi* + ‘*deshô*’ já era desde mais antigamente uma forma reconhecida. Para o autor, entretanto, do ponto de vista histórico, como o ‘*desu*’ é mais antigo que o ‘*deshô*’, a formação *keiyôshi* + ‘*desu*’ deveria ser anterior. Por outro lado, coloca o autor (p. 357) o ‘*deshô*’ ligado a verbos *dôshi* já ocorria desde cedo no período Meiji, acredita-se que porque o *jodôshi* ‘*u*’/‘*yô*’ perdeu o sentido de suposição,

passando a expressar somente desejo, e, para o sentido suposição, tenha-se passado a usar ‘*darô*’, tendo surgido o ‘*deshô*’ em substituição à forma antiga ‘*masu darô*’, de polidez + suposição.

Ainda, então, que não haja certeza dos detalhes do surgimento da forma adjetivos *keiyôshi* + ‘*desu*’, pode-se dizer que passou a ser utilizado com a finalidade de se expressar polidez junto com adjetivos *keiyôshi*.

Entretanto, o motivo da resistência à sua aceitação, reforçada pela estranheza manifestada por alguns autores pode talvez estar relacionada a uma possível carga de *dantei*/asserção que seria expressa pelo ‘*desu*’, o que comumente seria expresso apenas em frases com predicados nominais, i.e., terminadas em nomes *taigen*, e não em predicados com predicadores *yôgen*.

Daí decorre que alguns autores, como Okutsu (1999, p. 81-82), consideram que o ‘*desu*’ dos adjetivos *keiyôshi* seja um elemento diverso do ‘*desu*’ que ocorre com nomes *taigen* – enquanto no segundo caso, o ‘*desu*’ exprimiria, ao mesmo tempo, *dantei*/asserção e polidez, no primeiro caso, exprimiria apenas polidez, mas não *dantei*/asserção.

A visão de Morikawa (2006), contrariamente, seria a de que o ‘*desu*’, quando não flexionado e em fim de frase sempre exprima *dantei*/asserção, mesmo quando suceda adjetivos *keiyôshi*, assim como nos casos atípicos que identificou, em que o ‘*desu*’ sucede verbos *dôshi*. Nesse sentido, tanto o ‘*da*’ como o ‘*desu*’ perderiam sua carga de *dantei*/asserção apenas flexionados ou utilizados em posição não final.

Deve ser interessante aqui ressaltar, entretanto, que o ‘*desu*’, mesmo quando flexionado ou utilizado no interior da frase, ainda que perca sua carga de *dantei*/asserção, não perde, entretanto, sua carga de polidez.

Deve ser bastante interessante que se busque examinar e aprofundar essas questões futuramente.

5.3.3. *Dantei no jodôshi* である ‘*dearu*’

Antes de se tratar do である ‘*dearu*’, deve ser interessante levantar algumas considerações.

O ‘*dearu*’, sendo reconhecido como a formação que originou o *dantei no jodôshi* ‘*da*’, passou, posteriormente, a ser utilizado principalmente como forma de textos escritos que exigem objetividade, como em textos científicos e notícias de jornal, podendo também ocorrer no proferimento de palestras ou conferências – situações que, ainda que de oralidade, comportam um discurso que mantém certa proximidade com o registro escrito.

Para Morikawa (2011), o ‘*dearu*’ adiciona uma nuance explicativa à frase, por isso sendo apropriado para situações de objetividade, tais como as colocadas acima.

Entretanto, ainda que se diga que o ‘*dearu*’ seja próprio do texto escrito, não é, evidentemente, obrigatório em nenhum caso. Mesmo em textos jornalísticos, a escolha pela utilização da forma ‘*dearu*’ parece minoritária nos dias de hoje. Por outro lado, mesmo em textos literários, em que há um maior caráter de subjetividade, a opção pela utilização do ‘*dearu*’ também é observável – tendo, talvez, como maior representante, Natsume Sôseki (1867-1916).

(17) 吾輩は猫である。 (Sôseki)

Wagahai wa neko *dearu*.

Eu / TÓPICO / gato / {DEARU}

“Eu sou um gato.”

Dessa maneira, a opção pela utilização do ‘*dearu*’ como *dantei no jodôshi* nos predicados nominais, nos mais diversos contextos, deve ter motivação em grande parte estilística.

Dessa maneira, passarei a me referir, no restante do capítulo, como “registro ‘*dearu*’” à forma textual (escrita ou oral) em que se tenha optado por tomar o ‘*dearu*’ como o *dantei no jodôshi* padrão a ser utilizado nas frases com predicado nominal.

Nas análises que se seguirão adiante, então, um dos pontos interessantes a serem observados, será quanto a utilização ou não do ‘*dearu*’ tanto em textos que sigam o “registro ‘*dearu*’” quanto naqueles que não o sigam.

5.3.3.1. Etimologia

Conforme apresentado na seção 5.2.4, o *である* ‘*dearu*’ teria surgido a partir de modificações do *dantei no jodôshi* clássico *なり* ‘*nari*’, ocorridas ao longo do Japão medieval (1185-1603, correspondente aos períodos Kamakura, Muromachi e Azuchi-Momoyama).

Ainda no período Heian (794-1185), passou-se a acrescentar um *て* ‘*te*’ entre o *に* ‘*ni*’ e o *あり* ‘*ari*’ que formavam o ‘*nari*’, tendo vindo o ‘*ni*’ e o ‘*te*’ a aglutinarem-se, formando *で* ‘*de*’. Também, com a unificação das formas final *shûshikei* e adnominal *rentaikei*, o ‘*ari*’ viria a se transformar em *ある* ‘*aru*’, de modo que a ligação de ‘*de*’ a ‘*aru*’ tenha vindo a ser utilizada como *jodôshi* ‘*dearu*’.

Esse ‘*dearu*’, entretanto, viria, na passagem de Muromachi (1338-1573) a Edo (1603-1868), a se modificar em *じゃ* ‘*ja*’ na região de Kansai, e em *だ* ‘*da*’ na região de Kantô,

tendo este último passado a predominar no território japonês a partir de quando foi adotado no sistema educacional e se tornado de ensino obrigatório.

Para Sugimoto (2005, p. 425), entretanto, o ‘*dearu*’, perdendo espaço para o ‘*ja*’ e o ‘*da*’ não teria se normalizado na língua do período, mas viria posteriormente a ser “resgatado”, no início do século XIX, quando passou a ser utilizado em traduções de textos de língua holandesa em Nagasaki como correspondente ao verbo ‘ser’ holandês, ‘*zijn*’, conforme já apontado por Narahara (2002, p. 135-136), na seção 3.5.

Tendo vindo a alcançar também as traduções do inglês na passagem para o período Meiji (1868-1912), veio a se espalhar e se normalizar como forma de tradução para línguas estrangeiras. Conforme Yoshida (1971, p. 420-421), passou, nessa época, a ser usado também no discurso político, mas não chegou a ter força como termo de oralidade entre o povo.

Yoshida (p. 421) coloca que um dos motivos para a incorporação do ‘*dearu*’ como termo traduzido seria o fato de que não sugeriria discriminação de classe social, o que o tornava adequado para textos científicos ou realistas. Não fica claro de que maneira elementos como ‘*da*’ ou ‘*desu*’, para o autor, operariam distinção/discriminação de classe (階級差別 *kaikyû sabetsu*) de modo que fossem preteridos em prol do ‘*dearu*’, mas pode-se supor que Yoshida se refira ao fato de que a distinção entre o registro polido (em que se utilizaria ‘*desu*’) e não polido (em que se utilizaria ‘*da*’) está diretamente ligada a questões de hierarquia social – usar-se-ia ‘*desu*’ ao se dirigir a pessoas de alta posição social. O ‘*dearu*’ se tornaria adequado para o texto científico, pois, não estando mais em vigor na língua falada, não estaria associado a questões de relações sociais, se tornando, assim, conforme passagem de Mukai & Suzuki (2016, p. 154) já apresentada, apropriado para situações que pressuponham “interlocutores indeterminados”.

Dessa maneira, o ‘*dearu*’ viria a ser adotado pelo chamado movimento 言文一致 *genbun itchi* (“unificação da fala e da escrita”), que visava que se adotasse o japonês falado como padrão de escrita, que, até então, era normalizada no japonês clássico.

Começaram, assim, a ser produzidos materiais de gramática do japonês que normalizavam a forma ‘*dearu*’, tendo sido também marcante a adoção do “registro ‘*dearu*’” nas obras literárias da época. Isso viria, então, a se refletir na escrita de Natsume Sôseki (1867-1916), cuja influência deve ter sido das mais consideráveis para normalizar o ‘*dearu*’, conforme Yoshida (p. 423), em especial pela obra 「吾輩は猫である」 “*Wagahai wa neko dearu*” (“Eu sou um gato”), de 1905, de onde saiu o exemplo (17) acima reproduzido, e que trazia o ‘*dearu*’ no próprio título.

5.3.3.2. Flexões e conexões

Tal qual o ‘*da*’, o ‘*dearu*’ se liga, então, em posição posterior, a nomes *taigen*.

O ‘*de-*’ que compõe a forma ‘*dearu*’, podendo ser visto como originalmente um semi-*jodôshi* que só possuía forma conjuntiva *ren’yôkei*, se tornaria, então, uma das formas flexionais de ‘*da*’ no japonês moderno.

Dessa maneira, costuma-se entender que o ‘*dearu*’ seja formado do *ren’yôkei* do *dantei no jodôshi* ‘*da*’ ligado ao verbo auxiliar *hojodôshi* ‘*aru*’, que exprime existência.

A formação *である* ‘*dearu*’, entretanto, não é totalmente fixa, podendo ser intermediada por partículas *joshi* *は* ‘*wa*’ ou *も* ‘*mo*’, formando *ではある* ‘*de wa aru*’ e *でもある* ‘*de mo aru*’ – motivo pelo qual muitos autores não reconhecem ‘*dearu*’ como um sendo um *dantei no jodôshi*. Tokieda (1980, p. 159-160), por exemplo, considera que ‘*aru*’ é que seja um *jodôshi*, de modo que ‘*dearu*’ seria uma formação dupla de *jodôshi*: ‘*de*’, como forma flexional de ‘*da*’ + ‘*aru*’.

No caso de ‘*de wa aru*’, a que Narahara (2002, p. 137) havia se referido como que implicando “restrição”, pode ser entendido como um tipo de contraste em relação a alguma outra estrutura frasal, como no exemplo (127) de Yoshida (1971, p. 418), abaixo.

(127) 哲学は職業ではあるが、自己の哲学を建設しようなどとは思はないから、哲学を書く気はない。 (Mori)

Tetsugaku wa shokugyô de-wa-aru ga, jiko no tetsugaku o kensetsu-shiyô nado to wa omohanai[omowanai] kara, testugaku o kaku ki-wa-nai.

Filosofia / TÓPICO / trabalho / {DE WA ARU} / ADVERSATIVA / próprio / GENITIVO / filosofia / ACUSATIVO / estabelecer INTENÇÃO / por exemplo / REFERÊNCIA / TÓPICO / pensar NEGATIVO / RAZÃO / filosofia / ACUSATIVO / escrever (ADNOMINAL) / ter vontade NEGATIVO

“Filosofia até é minha profissão, mas como não tenho intenção de estabelecer minha própria filosofia ou algo do tipo, não sinto vontade de escrever filosofia.”

No caso, ‘*de wa aru*’ é utilizado para realçar o contraste entre o fato de o falante ser filósofo e, ao mesmo tempo, não ter vontade de produzir uma obra filosófica.

Tendo em vista esse tipo de emprego do ‘*de wa aru*’, é possível que sua utilização se dê mesmo em situações de oralidade, normalmente impróprio para o emprego do ‘*dearu*’.

Quanto ao caso de ‘*de mo aru*’, que Narahara (2002, p. 137) descrevia como implicando “foco”, pode-se dizer que acrescenta um sentido próximo de “também” ou “mesmo”, como no exemplo (128), também de Yoshida (p. 418).

(128) 顔や手や胴は人間ぢゃが、胴から下は牛のやう でもあれば、熊のやう でもあると言ふことぢゃ。 (Tsubouchi)

Kao ya te ya dô wa ningen dya ga, dô kara shita wa ushi no-yau[yô] demoareba, kuma no-yau[yô] demoaru to-ifu[iu]-koto-dya.

Rosto / COOCORRÊNCIA / mão / COOCORRÊNCIA / tronco / TÓPICO / humano / {DYA} / ADVERSATIVA / tronco / ORIGEM / embaixo / TÓPICO / vaca / tal qual / {DE MO ARU} HIPÓTESE / urso / tal qual / {DE MO ARU} / REFERÊNCIA / dizem que “Rosto, mão, tronco etc., são [membros] dos seres humanos, mas diz-se que, do tronco pra baixo, somos iguais mesmo às vacas e (mesmo) aos ursos.”

Quanto às formas flexionais de ‘dearu’, tem-se:

Tabela 12 – Flexões do *dantei no jodôshi* である ‘dearu’

Formas flexionais		Flexões	Observações
未然形 mizenkei	Forma dependente	(であら deara) (である dearo)	
連用形 ren'yôkei	Forma conjuntiva	であり deari	Utilizado com função “continuativa” (“chûshi-hô”).
		であつ dea(t)	
終止形 shûshikei	Forma final	である dearu	
連体形 rentaikei	Forma adnominal	である dearu	
仮定形 kateikei	Forma hipotética	であれ deare	Liga-se a ば ‘ba’.
命令形 meireikei	Forma imperativa	(であれ deare)	

Baseado em YOSHIDA (1971, p. 409) e IWABUCHI (1985, p. 10).

Forma dependente 未然形 mizenkei

Tal como no caso das formas *mizenkei* だろ ‘daro’, de だ ‘da’, e でしょ ‘desho’ de ‘desu’, anteriormente discutidos, a forma *mizenkei* de である ‘dearu’, である ‘dearo’ era originalmente であら ‘deara’, tendo se ligado ao *jodôshi* de suposição う ‘u’, formou であらう ‘dearau’ cuja pronúncia viria a posteriormente a se tornar であろう ‘dearô’.

Entretanto, se ‘darô’ e ‘deshô’ eram comumente vistos como *jodôshi* de suposição

diversos, e não mais como estruturas contendo formas flexionais de ‘*da*’ e ‘*desu*’, Yoshida (1971, p. 408) aponta que também o ‘*dearô*’ é por vezes tratado como um *jodôshi* à parte. Entretanto, tendo em vista que o próprio ‘*dearu*’ nem sempre é reconhecido como *jodôshi*, parece ser mais raro que o ‘*dearô*’ seja incluso nas listas de *jodôshi*.

Expressando suposição, ‘*dearô*’, além disso, deve manter a carga de sentido explicativo própria do texto escrito, já normalmente contida em ‘*dearu*’, como se pode ver em artigo recente de um portal eletrônico, escrito no “registro ‘*dearu*’”:

(129) ベトナム反戦運動が盛んだった 1960 年代後半、国葬前に自殺しようとした老人はおそらく 20 歳前後だったであろう。(Asahi shinbun, “Chi ni...”)
Betonamu hansen undô ga sakan datta 1960 nendai kôhan, kokusô mae ni jisatsu shiyô-to-shita rôjin wa osoraku 20 sai zengo datta dearô.

Vietnã / antiguerra / movimento / NOMINATIVO / intenso / {DA} PASSADO / 1960 / década / segunda metade / funeral de estado / antes / LOCALIZADOR TEMPORAL / suicídio / tentar fazer PASSADO / ancião / TÓPICO / possivelmente / 20 / anos / por volta de / {DA} PASSADO / {DEARÔ}

“O movimento antiguerra vigorou no Vietnã na segunda metade dos anos 1960, e os [hoje] idosos que tentaram suicídio antes do funeral de estado deviam ter provavelmente cerca de 20 anos.”

Também, conforme já apontado ao longo deste capítulo, é uma característica comum do *mizenkei* que seja utilizado para se ligar a *jodôshi* ‘*nai*’ para expressar negação.

No caso do “registro ‘*dearu*’”, como forma negativa, costuma se utilizar ではない ‘*de wa nai*’ – ou a forma não intermediada por partícula, でない ‘*denai*’ –, cujas particularidades já foram tratadas na seção 5.3.1, sobre o ‘*da*’.

Normalmente ‘*de (wa) nai*’ é entendido, então, como sendo a forma negativa de ‘*da*’, sendo esse ‘*de*’ visto por alguns autores como *mizenkei* e por outros como *ren’yôkei* de ‘*da*’, ligado a ‘*nai*’, se configurando assim, como uma construção muito parecida com o ‘*dearu*’, inclusive pela possibilidade de intermédio por partículas *joshi*.

Além disso, o ない ‘*nai*’ é tido como forma negativa do próprio ‘*aru*’ – em vez de uma possível forma *あらない *‘*aranai*’, conforme seria, caso fosse seguido o padrão de formação de negativa dos verbos *dôshi*.

Dessa forma, poder-se-ia argumentar que o ‘*de (wa) nai*’ seja uma forma negativa, não de ‘*da*’, mas de ‘*dearu*’. Ou ainda, tendo em vista as proximidades morfológicas do ‘*da*’ em relação ao ‘*dearu*’, poder-se-ia tomar o ‘*de (wa) nai*’ como sendo uma forma negativa, ao mesmo tempo, de ‘*da*’ e de ‘*dearu*’.

Yoshida (1971, p. 409), por outro lado, aponta também alguns exemplos em que o *mizenkei* ‘deara’ tenha sido usado ligado ao um ‘nai’ flexionado em forma hipotética *kateikei*, *なけれ* ‘*nakere*’, de modo a formar a construção cristalizada *なければならぬ* ‘*nakereba naranai*’, que tem o sentido de “é necessário que”, como em (130), abaixo.

(130) 富者と貧者は合することの出来ない平行線であるからこそ、私共は彼等の同情者であらなければならない。 (Miyamoto)

Fusha to hinja wa gassuru koto no dekinai heikôsen dearu kara koso, atashidomo wa karera no dôjôsha dearanakereba-naranai.

Ricos / PARALELISMO / pobres / TÓPICO / juntar / NOMINALIZAÇÃO / NOMINATIVO / conseguir NEGATIVO / linhas paralelas / {DEARU} / RAZÃO / ÊNFASE / nós / TÓPICO / eles / GENITIVO / simpatizantes / {DEARANAKEREBA NARANAI}

“Exatamente porque existe uma linha que impede a união de ricos e pobres, é que temos que estar ao lado deles.”

Sendo esse exemplo, assim como um outro exemplo de Sôseki Natsume apontado por Yoshida, de obras do início do século XX, pode-se imaginar que seja uma utilização antiga, já que não sendo considerada por gramáticos posteriores, como Tokieda (1980, p. 159-162), no início dos anos 1950, ou por Iwabuchi (1985, p. 10-12) nos anos 1980.

O mais comum hoje em dia deve ser que formações como a acima se façam a partir da flexão da forma ‘*denai*’ ou ‘*de wa nai*’: *でなければならぬ* ‘*denakereba naranai*’.

Forma conjuntiva 連用形 *ren'yôkei*

Na forma *であり* ‘*deari*’, atuaria em função continuativa *chûshi-hô*, formando orações coordenadas, tal como o exemplo a seguir, retirado de artigo de jornal eletrônico.

(131) [...] 糖尿病が増えるのは、一種の老化現象であり、避けることはできません。 (Asahi shinbun, “*Jû ichi gatsu...*”)

Tônôbyô ga fueru no wa, isshu no rôka genshô deari, sakeru koto wa dekimasen.

Diabetes / NOMINATIVO / crescer / NOMINALIZAÇÃO / TÓPICO / um tipo / GENITIVO / envelhecimento / fenômeno / {DEARU-(CONJUNTIVO)} / evitar / NOMINALIZAÇÃO / TÓPICO / conseguir POLIDEZ NEGATIVO

“A diabetes está crescendo pois é um fenômeno do envelhecimento, e não há como evitar.”

Tal como no exemplo (21) colocado por Narahara (2002, p. 56), esse tipo de formação pode ser intermediada pelo conectivo *て* ‘*te*’, no caso de predicadores *yôgen*, assim como no caso de ‘*desu*’, que pode exercer função continuativa através da forma ‘*deshite*’.

No caso do ‘*dearu*’, tendo em vista ser esta uma forma própria do texto escrito,

enquanto, o conectivo ‘te’ seja mais próprio da oralidade, o mais comum deve ser que se utilize a forma ‘deari’ para função continuativa, tal como (131), sendo a forma com ‘te’, であって ‘deatte’ também possível.

Por outro lado, é também comum no texto escrito que a função continuativa em orações com predicado nominal seja feita sem a utilização de *dantei no jodôshi*, sendo apenas marcada graficamente com uma vírgula, provavelmente visando denotar maior objetividade, tal como no exemplo (129) anteriormente apresentado.

(129) ベトナム反戦運動が盛んだった 1960 年代後半、国葬前に自殺しようとした老人はおそらく 20 歳前後だったのであろう。(Asahi shinbun, “Chini...”)

Betonamu hansen undô ga sakan datta 1960 nendai kôhan, kokusô mae ni jisatsu shiyô-to-shita rôjin wa osoraku 20 sai zengo datta dearô.

Vietnã / antiguerra / movimento / NOMINATIVO / intenso / {DA} PASSADO / 1960 / década / segunda metade / funeral de estado / antes / LOCALIZADOR TEMPORAL / suicídio / tentar fazer PASSADO / ancião / TÓPICO / possivelmente / 20 / anos / por volta de / {DA} PASSADO / {DEARÔ}

“O movimento antiguerra vigorou no Vietnã na segunda metade dos anos 1960, e os [hoje] idosos que tentaram suicídio antes do funeral de estado deviam ter provavelmente cerca de 20 anos.”

Quanto à forma であつ ‘deat(t)’, além de poder ser usada na formação ‘deatte’ acima aludida, pode se ligar a *jodôshi* ‘ta’, de modo a exprimir tempo passado, como no exemplo (132), retirado de Iwabuchi (1985, p. 10).

(132) その実質は、おなじ重い豪華な闇なのであった。(Mishima)

Sono jisshitu wa, onaji omoi gôsha na yami na no deatta.

Esse / essência / TÓPICO / igual / pesado / suntuoso / ADNOMINAL / escuridão / ADNOMINAL / NOMINALIZAÇÃO / {DEARU} PASSADO

“É que sua essência era de uma escuridão na mesma medida suntuosa.”

Ainda, ambas as formas de *ren’yôkei*, ‘deari’ e ‘deat(t)’ podem surgir ocasionalmente em substituição ao ‘da’, para constituir determinadas formações, mesmo quando não se usa o “registro ‘dearu’” – inclusive na língua falada.

Por exemplo, numa entrevista recente encontrada em um portal digital, o entrevistado declara:

(133) ほかのチームもそうであってほしい。 (NHK news, “*Wârudo kappu...*”)
Hoka no chîmu mo sô deatte hoshii.
Outro / GENITIVO / time / também / assim / {DEATTE} / querer
“Desejo que os outros times também sejam assim.”

Acima, ‘*dearu*’ se liga ao adjetivo *keiyôshi* ほしい ‘*hoshii*’, utilizado para indicar aquilo que se deseja, de modo a exprimir o sentido de “quero que sejam”.

Em sentido semelhante, verifica-se em um segundo artigo, em que é reproduzido um texto de caráter dialogal, sendo o “registro ‘*dearu*’” conseqüentemente evitado, pode-se, por outro lado, verificar a ocorrência de ‘*dearu*’ na forma ‘*dearitai*’:

(134) 自由でありたい。 (NHK news, “*Ni jû san nen...*”)
Jiyû dearitai.
Livre / {DEARU} DESEJO
“Quero ser livre.”

Nesse caso, ‘*deari*’ se liga ao *jodôshi* de desejo たい ‘*tai*’, exprimindo o sentido de “quero ser”.

Em casos como este, construídos a partir da flexão do ‘*dearu*’, em vez de possíveis formações baseadas em no *ren’yôkei* de ‘*da*’, como *‘*datte hoshii*’ ou *‘*detai*’, pode-se supor que a preferência pelo ‘*dearu*’ se dê por conta de sua morfologia, mais próxima de verbos *dôshi* e, assim, munida das possibilidades sintáticas destes, ou talvez porque a presença concreta de um ‘*aru*’ dentro do ‘*dearu*’ cause a impressão de remeter ao sentido existencial que o verbo *dôshi* ‘*aru*’ normalmente exprime, assim reforçando o sentido de “ser” nas construções “quero ser” ou “desejo que sejam”.

Deve ser interessante examinar essas questões em trabalhos futuros.

Por fim, chama também a atenção que o ‘*dearu*’, assim como o ‘*desu*’, não possua uma forma *ren’yôkei* adverbial, de modo que, para essa função seja utilizado o ‘*ni*’, considerado como flexão adverbial do ‘*da*’.

O fato de que nem ‘*desu*’ nem ‘*dearu*’ tenham desenvolvido forma adverbial talvez se explique pela sua morfologia próxima a de verbos *dôshi* – já que estes também não atuam com função adverbial.

O ponto mais interessante aqui deve ser o fato de que, conforme discutido na seção anterior 5.2, a própria origem dos *dantei no jodôshi* se dá quando a partícula locativa ‘*ni*’ desenvolve um sentido adverbial ao ser utilizada com nomes *taigen*, de modo a poder ser considerada como um semi-*jodôshi*, na terminologia de Yamaguchi (2002, p. 79), tendo, ao se

ligar a ‘ari’, dado origem às formas mais completas de *dantei no jodôshi*.

Desde os primórdios do japonês clássico até a atualidade, então, o ‘ni’ continuou sendo utilizado como o principal elemento de função adverbial para nomes *taigen*.

Forma final 終止形 *shûshikei*

É a forma padrão de finalização de frases, conforme o exemplo (17), já antes apresentado.

(17) 吾輩は猫である。 (Sôseki)

Wagahai wa neko dearu.

Eu / TÓPICO / gato / {DEARU}

“Eu sou um gato.”

A escolha de Sôseki pelo uso de ‘*dearu*’ no lugar de outros possíveis *dantei no jodôshi*, não apenas na frase acima, mas em todo o corpo da obra de que foi retirada, refletia uma tendência da época, de adoção do “registro ‘*dearu*’” na escrita literária, motivada pelo chamado movimento de unificação da fala e da escrita, 言文一致 *genbun itchi*. Não seria de se estranhar, também, que haja aqui motivações e/ou implicações estilísticas que possam talvez ser mais bem esclarecidas pelos estudiosos da arte literária.

Forma adnominal 連体形 *rentaikei*

Na forma *である* ‘*dearu*’, faz com que uma construção nominal anterior atue como qualificador de uma construção nominal posterior, como em (135).

(135) 安倍元首相の祖父である岸信介首相が [...] 。 (Asahi shinbun, “*Chi ni...*”)

Abe moto-shushô no sofû dearu Kishi-Nobusuke shushô ga [...]

Abe / ex-primeiro-ministro / GENITIVO / avô / {DEARU} ADNOMINAL / Nobusuke Kishi / primeiro-ministro / NOMINATIVO [...]

“O [então] primeiro-ministro Nobusuke Kishi, [que é/era] avô do ex-primeiro-ministro Abe [...].”

No exemplo, 安倍元首相の祖父 “*Abe moto shushô no sofû*” (“avô do ex-primeiro-ministro Abe”) atua como qualificador de 岸信介首相 “*Kishi Nobusuke shushô*” (“primeiro ministro Nobusuke Kishi”).

Se o ‘*da*’ possuía duas formas adnominais, ‘*na*’, quando sucedendo adjetivos *keiyôshi*, e ‘*no*’, quando sucedendo os demais nomes *taigen*, ‘*dearu*’ terá a mesma forma em ambos os casos.

Também como no caso do *ren'yôkei* acima apresentado, mesmo quando em textos ou conversas que não sigam o “registro ‘*dearu*’”, é possível que este seja utilizado em empregos específicos em *rentaikei*, como em (136), abaixo.

(136) 大人であることを求められる業界ではないんです。(NHK news, “*Moderu Tominaga...*”)

Otona dearu koto wo motomerareru gyôkai de-wa-nai n desu.

Adulto / {DEARU} (ADNOMINAL) / NOMINALIZAÇÃO / ACUSATIVO / exigir PASSIVO / mundo dos negócios / {DA} NEGATIVO / NOMINALIZAÇÃO / {DESU} “Pois não se trata do mundo dos negócios, que exige sermos adultos.”

Aqui, *である* ‘*dearu*’ se liga ao substantivo pró-forma *keishiki meishi* こと ‘*koto*’, de modo a transformar o predicado nominal 大人である “*otona dearu*” (“ser adulto”) em oração subordinada.

A opção pela formação com ‘*dearu*’, 大人であること “*otona dearu koto*”, em lugar de uma formação com um ‘*no*’ como forma adnominal de ‘*da*’, 大人のこと “*otona no koto*”, deve ter aqui motivação não apenas estilística, mas também buscando-se realçar o sentido de “ser”, em “exige que sejamos adultos”, que talvez não ficasse evidente com o uso do ‘*no*’.

Forma hipotética 假定形 *kateikei*

Na forma *であれ* ‘*deare*’, conectando-se a partícula *joshi* ば ‘*ba*’, expressa uma condição hipotética.

(137) なりたい自分であればいい。(NHK news, “*Moderu Tominaga...*”)

Naritai jibun deareba ii.

Tornar-se DESEJO ADNOMINAL / si próprio / {DA} HIPOTÉTICO / bom
“Que bom será se eu for a pessoa que quero me tornar.”

Aqui, também, como em (136), a opção, num texto que não segue o “registro ‘*dearu*’”, pelo uso da forma hipotética de ‘*dearu*’, em vez da forma hipotética de ‘*na*’, *なら* ‘*nara*’, ou mesmo, da forma hipotética de ‘*da*’ com o uso de *たら* ‘*tara*’, *だったら* ‘*dattara*’, deve ao menos ter motivações estilísticas, possivelmente também visando realçar o sentido de “ser” na frase.

Forma imperativa 命令形 *meireikei*

Na forma *であれ* ‘*deare*’, expressa ordem, como no exemplo fornecido por Iwabuchi (1985, p. 10):

(138) 太郎よ、健康であれ！。(Takeda)

Tarô yo, kenkô deare.

Tarô / {YO} / saudável / {DEARU} IMPERATIVO

(lit.) “Ó Tarô, esteja saudável!” → “Ó Tarô, continue saudável!”

‘*Dearu*’ é, então, o único *dantei no jodôshi* que, na língua moderna, ainda possui forma imperativa, dando, então, o sentido de “seja!” ou “se torne!”.

Deve ser utilizado, em especial, quando se visa determinar que o destinatário da ordem expressa continue mantendo uma característica ou estado que já seja seu no momento do proferimento – com sentidos próximos ao de “permaneça!”, ou o de “continue sendo!”.

Para determinar que o destinatário da ordem se torne algo que ainda não é ou adquira um estado que ainda não seja seu, deve ser provavelmente mais comum que se utilize o imperativo do verbo *dôshi* なる ‘*naru*’ (“tornar-se”), なれ ‘*nare*’ (“torne-se!”)

Conforme Yoshida (1971, p. 409), ainda que a utilização de ‘*deare*’ seja própria da língua escrita, é comum que seja utilizada na fala de modo a compensar a falta de uma forma imperativa para o ‘*da*’. Pode-se entender, então, que também seja uma forma utilizada mesmo em situações em que não se esteja utilizando o “registro ‘*dearu*’”.

5.3.3.3. Discussão

Para Yoshida (1971, p. 410), o である ‘*dearu*’ teria o mesmo funcionamento do だ ‘*da*’, de exprimir um juízo afirmativo, elucidando determinado conteúdo linguístico a partir da expressão de *dantei*/asserção.

Tendo se modificado ao longo do Japão medieval, teria perdido espaço para suas formas derivadas じゃ ‘*ja*’ e da だ ‘*da*’ na língua falada, mas seria resgatado em meados do século XIX para a utilização em textos escritos de caráter objetivo, tendo em vista que era uma forma desprendida das regras das relações sociais, de modo a se tornar apropriado para o uso em situações que pressuponham interlocutores indeterminados (MUKAI & SUZUKI, 2016, p. 154).

Tendo, então, o ‘*dearu*’, se convencionado como um elemento próprio da escrita, Morikawa (2011, p. 30) aponta que seria um elemento impróprio para a língua falada, de modo que soaria como não natural caso fosse utilizado na fala cotidiana.

Seria, entretanto, possível a utilização do ‘*dearu*’ em discursos públicos ou palestras – situações de impessoalidade e baixa dialogicidade, que têm certa proximidade com o registro escrito.

Nas seções 3.5 e 3.6 deste trabalho, foram apresentadas as considerações de Narahara (2002) a respeito das situações de utilização do ‘*da*’ e do ‘*dearu*’ que serão aqui retomadas.

Para a autora (p. 178-180), o ‘*da*’ seria um elemento que expressaria *asserção*, e que conteria um traço *afirmativo* – mais especificamente, o traço afirmativo estaria contido no interior do segmento ‘*-a*’.

A ideia do ‘*da*’ como elemento de afirmação seria evidenciada pelo fato de que este seria de exclusão obrigatória em frases que, ao final do predicado, fossem acrescentados determinados elementos que seriam incompatíveis com a expressão de afirmação, como o か ‘*ka*’ interrogativo em perguntas sim/não, e elementos que expressam suposição ou incerteza, como らしい ‘*rashii*’ e かもしれない ‘*ka mo shirenai*’.

Por outro lado, no caso do ‘*dearu*’, a autora (p. 139) levanta a hipótese de que este também expresse afirmação, já que, ainda que não resultasse em agramaticalidade, causaria estranheza se utilizado em frases interrogativas, conforme exemplo abaixo da autora.

- (35) ?? 君達も学生であるか?
?? *Kimi-tachi mo gakusei de-arū ka?*
Vocês / também / estudante / {DE ARU} / INTERROGATIVO
“Vocês também são estudantes?”

Entretanto, tendo em vista que o ‘*dearu*’ pode ser utilizado em frases com elementos de suposição, como ‘*rashii*’ e ‘*ka mo shirenai*’ seria, para a autora, inconclusivo se o ‘*dearu*’ de fato expressaria afirmação ou não (p. 141).

Quanto a essas questões, Morikawa (2011), autor japonês adepto da corrente gerativista, em visão bem próxima à de Narahara, vem dizer que o ‘*da*’ porta 断定性 *danteisei* – que pode ser entendido literalmente como “caráter de *dantei*/asserção” –, o que, para o autor, seria expresso por meio de um traço “*affirmative*”, i.e., afirmativo²³¹ ou [+aff] (p. 34).

Para o autor, elementos como ‘*rashii*’ e ‘*ka mo shirenai*’ seriam elementos de modalidade que portariam 非断定性 *hidanteisei* (caráter não assertivo), representado por um traço [-aff], o que explicaria a impossibilidade de se posicionar esses elementos após o ‘*da*’ – os traços [+aff] e [-aff] seriam incompatíveis.

Quanto ao ‘*dearu*’, por outro lado, o autor (p. 37) vai dizer que costuma ser visto também como um elemento de *dantei*, mas não concorda com essa visão – para o autor, o ‘*dearu*’

²³¹ No original: 断定性を[aff(irmative)]という素性で表わして [...]

expressa não *dantei*/asserção, mas explicação (説明 *setsumei*), por meio de um traço [+expl], próprio do seu caráter de objetividade do texto escrito.

Entretanto, conforme a subseção 5.3.1.3, o próprio Morikawa (2006, p. 23) colocava que o ‘*da*’ só expressaria asserção/*dantei* – que é um tipo de modalidade – quando colocado no final da frase, enquanto o ‘*da*’ que fosse usado internamente em orações auxiliares, tivesse apenas função copular, e sem carga de modalidade.

Por outro lado, quanto ao ‘*dearu*’, quando utilizado no final da oração principal, conteria ambas as funcionalidades de cópula e de expressão de modalidade explicativa.

Para Morikawa (2011, p. 37), frases como (35) seria gramaticais porque o traço modal explicativo do ‘*dearu*’ seria perdido quando posicionado antes de ‘*ka*’, passando o ‘*dearu*’ a atuar apenas como cópula. A frase soaria pouco natural, por outro lado, porque o ‘*dearu*’, desde que foi retomado como termo traduzido no período Meiji, nunca teria se normalizado na língua falada, não tendo assim desenvolvido um caráter dialogal próprio das perguntas interrogativas.

O ‘*da*’, por outro lado, nunca perderia o caráter modal quando em posição final de frase – já que este seria o seu único emprego nessa posição –, sendo, por isso incompatível com elementos como ‘*ka*’, ‘*rashii*’ etc.

Para Morikawa (p. 37-38), então, o ‘*da*’ de fim de frase teria, em verdade, um caráter de partícula *joshi*, enquanto o ‘*dearu*’, este sim, atuaria como *jodôshi* nessa posição.

Resumindo a visão do autor (MORIKAWA, 2006; 2011):

- O ‘*da*’, quando utilizado, não flexionado, na oração principal (posicionado no fim da frase), atua apenas como expressão de modalidade do tipo *dantei*/asserção, mas não como cópula;
- Mas, quando utilizado em orações auxiliares no interior da frase, ou quando flexionado na oração principal, não expressa *dantei*/asserção, atuando somente como cópula;
- Dessa maneira, o ‘*da*’ da oração principal, quando não flexionado, não poderia ser posicionado antes de elementos de interrogação, suposição, incerteza etc., como ‘*ka*’, ‘*rashii*’ e ‘*ka mo shirenai*’, pois esses elementos são incompatíveis com a expressão de asserção;
- Por outro lado, quando flexionado em ‘*datta*’, por exemplo, na oração principal, poderia, agora, ser posicionado antes de elementos como ‘*ka*’, ‘*rashii*’ e ‘*ka mo shirenai*’, pois não teria carga de asserção nesses casos;
- O ‘*dearu*’, por sua vez, quando utilizado na oração principal, posicionado no

fim da frase, atuaria tanto como cópula quanto como expressão de modalidade – porém, ao contrário da visão comum, não seria uma modalidade de *dantei*/asserção, mas uma modalidade de *setsumei*/explicação;

- A modalidade de explicação também seria incompatível com elementos de interrogação, suposição, incerteza etc., mas, ainda assim, o ‘*dearu*’ poderia ser posicionado antes de elementos desse tipo, mesmo não flexionado, pois tem a propriedade de atuar como cópula mesmo na oração principal – propriedade que estaria ausente no ‘*da*’ da oração principal;
- Dessa maneira, quando posicionado antes de elementos como ‘*ka*’, ‘*rashii*’ e ‘*ka mo shirenai*’, o ‘*dearu*’ atuaria apenas como cópula, e não mais como elemento de modalidade explicativa.

Por isso, frases como a proposta por Okutsu (1999, p. 68) abaixo, seriam gramaticais e plenamente aceitáveis.

(139) レオン君はマレーシア人であるらしい。

Reon-kun wa marêshiajin dearu rashii.

Leon-{KUN} / TÓPICO / malaio / {DEARU} / SUPOSIÇÃO

“Parece que o Leon é malaio.”

Assim, se acatada, a teoria de Morikawa (2006; 2011) pode servir como resposta para as indagações de Narahara (2002) sobre o ‘*dearu*’: enquanto o ‘*da*’ seria de fato um elemento de asserção com um traço afirmativo, isso se daria, entretanto, apenas quando não flexionado na oração principal; quanto ao ‘*dearu*’, este possuiria um traço, não afirmativo, mas explicativo; entretanto, sua atuação é possível junto com elementos de interrogativo, suposição ou incerteza, pois o ‘*dearu*’ perderia o traço explicativo nessas situações, mas permaneceria ali para atuar como cópula.

5.4. BREVE APRESENTAÇÃO DAS FORMAS DE TRATAMENTO

Nesta seção final, estudaremos alguns elementos que podem ser considerados como formas especiais de *dantei no jodôshi*, mas que têm um uso mais restrito.

Na língua japonesa, é marcante a variação das palavras visando expressar determinados tipos de tratamento em relação ao interlocutor ou às figuras do enunciado, também conforme as regras do convívio social.

São as formas expressivas popularmente tratadas por 敬語 *keigo*, mas que Kikuchi

(2011b) vem a se referir por 待遇表現 *taigû hyôgen*: expressões de tratamento.

Pode-se dizer que há três grandes tipos de expressões de tratamento na língua japonesa, elencados abaixo. As traduções dos nomes de cada tipo são retiradas de Kikuchi (2011b, p. 202; 205; 209):

1 – 丁寧語 *teineigo*, “expressões de polidez”. Se refere a formas expressivas que demonstram consideração ao interlocutor. No japonês moderno, o *teineigo* é expresso principalmente através dos *jodôshi* ‘*desu*’ e ‘*masu*’ – o primeiro, ligado a nomes *taigen* e a adjetivos *keiyôshi*, e o segundo, ligado a verbos *dôshi*, são adicionados ao predicado de modo a expressar “distinção e consideração” (p. 202) ao ouvinte.

2 – 尊敬語 *sonkeigo*, “expressões de respeito”. Forma utilizada para demonstrar respeito às figuras mencionadas no enunciado. No japonês moderno, é representado principalmente pela formação ‘o’ + *ren’yôkei* de verbo *dôshi* + ‘*ni naru*’. Por exemplo, a forma de respeito do verbo *dôshi* 伝える ‘*tsutaeru*’ (“informar”) seria お伝えになる ‘*otsutae ni naru*’. Há algumas palavras que possuem formas específicas de *sonkeigo*. Por exemplo, o verbo *dôshi* いる ‘*iru*’ (“estar”), em *sonkeigo*, se torna いらっしゃる ‘*irassharu*’.

3 – 謙讓語 *kenjôgo*, “expressões de modéstia”. Forma utilizada para demonstrar humildade quando se fala de si próprio ou de pessoas de seu círculo pessoal. No japonês moderno, é representado principalmente pela formação ‘o’ + *ren’yôkei* de verbo *dôshi* + ‘*suru*’. Por exemplo, a forma de respeito do verbo *dôshi* 伝える ‘*tsutaeru*’ seria お伝えする ‘*otsutae suru*’. Há algumas palavras que possuem formas específicas de *kenjôgo*. Por exemplo, o verbo *dôshi* いる ‘*iru*’ (“estar”), em *kenjôgo*, se torna おる ‘*oru*’.

Dessa maneira, por exemplo, ao se referir a uma ação praticada por uma pessoa em relação a qual se queria demonstrar respeito (*sonkeigo*), seja ela o interlocutor ou não, se usaria, em lugar, por exemplo, de “*tsutaeru*” e “*iru*”, “*otsutae ni naru*” e “*irassharu*”.

Por outro lado, quando se busca demonstrar modéstia (*kenjôgo*), ao falar de uma ação realizada por si próprio, se usaria “*otsutae suru*” e “*oru*”.

Além disso, caso se busque, além do respeito à pessoa mencionada ou modéstia ao falar de si próprio, também demonstrar consideração ao interlocutor, se acrescentaria o ‘*masu*’ aos exemplos acima, que se tornariam “*otsutae ni narimasu*” / “*irasshaimasu*” e “*otsutae shimasu*” / “*orimasu*”.

No convívio na sociedade japonesa, existem determinadas situações em que se torna adequado utilizar uma ou outra das formas de tratamento acima mencionadas (ou mais de uma forma combinada), havendo também, naturalmente, situações em que a utilização dessas expressões não apenas é dispensada, como seu uso pode causar estranheza. Não é, entretanto, o objetivo deste trabalho detalhar essas questões, mas apenas explorar as formas de tratamento dos *dantei no jodôshi*.

Quanto a isso, conforme já foi explorado na seção 5.3 anterior, です ‘*desu*’ é uma forma de *dantei no jodôshi* que, além da expressão de *dantei*/asserção, acrescenta também polidez (*teineigo*) ao enunciado, i.e., consideração em relação ao ouvinte, por isso, deve ser também considerado como uma forma de tratamento.

Se o ‘*desu*’, entretanto, foi trabalhado na seção anterior, já que é uma forma usual do discurso cotidiano do japonês moderno – inclusive normalmente tomada como forma padrão de predicados nominais no ensino de japonês para estrangeiros – esta seção deve apresentar algumas das formas clássicas, além de formas modernas mais eventuais dos *dantei no jodôshi* de tratamento.

Essas formas modernas seriam でございます ‘*degozaimasu*’ e a forma de である ‘*dearu*’ acrescida de ます ‘*masu*’, であります ‘*dearimasu*’. São ambas, entretanto, expressões de polidez, de modo que, então, na língua moderna, os *dantei no jodôshi* de tratamento atuam somente como *teineigo* (expressões de polidez).

Por outro lado, ao longo da história da língua japonesa, houve formas de tratamento de *dantei no jodôshi* para cada uma das três modalidades de tratamento: *teineigo* (polidez), *sonkeigo* (respeito) e *kenjôgo* (modéstia), acima descritas.

Não está aqui entre os objetivos, entretanto, explorar em profundidade cada uma dessas formas, mas apenas apresentar um pequeno panorama e traçar algumas considerações a respeito dos processos de formação e utilização destas formas de tratamento.

Conforme mencionado anteriormente na subseção 5.2.2.3, na língua clássica as formas de tratamento se davam, como modificação do *dantei no jodôshi* なり ‘*nari*’, a partir da ligação de に ‘*ni*’ às formas de tratamento de あり ‘*ari*’.

Conforme discutido ao longo da seção 5.2, o *dantei no jodôshi* ‘*nari*’ era formado de um ‘*ni*’ adverbial, que pode ser considerado como semi-*jodôshi*, a um verbo auxiliar *hojodôshi* ‘*ari*’, que teria derivado de um verbo *dôshi* ‘*ari*’, com sentido existencial, mas que teria passado a atuar como pró-forma.

Por outro lado, o ‘nari’ podia ocorrer tanto na forma aglutinada, ‘nari’, como de maneira não aglutinada, ‘ni ari’, que podia inclusive ser intermediada por partículas *joshi*, como em ‘ni zo ari’ – o que evidenciava certo desprendimento morfológico entre ‘ni’ e ‘ari’ no interior do *jodôshi* ‘nari’.

O verbo ‘ari’ existencial, origem do ‘ari’ auxiliar que formou ‘nari’, possuía formas correspondentes de tratamento, que, além do sentido existencial, acrescentavam sentido de modéstia, respeito ou polidez.

No exemplo (84) já antes apresentado, おはします *ohashimasu[owashimasu]* é uma forma de respeito (*sonkeigo*) de ‘ari’, de modo a, além de exprimir o sentido de existência, enaltecer a figura mencionada no enunciado.

- (84) ゆゆしき身にはべれば、かくておはしますも、 [...] (*Genji, Kiritsubo*)
Yuyushiki mi ni habereba, kakute ohashimasu[owashimasu] mo [...]
 Azarado ADNOMINAL / si próprio / {NI HABERI}-(POLIDEZ) RESULTATIVO /
 dessa maneira / existir RESPEITO / também [...]
 “Azarada que sou, que esteja aqui [vossa alteza] [...]”

Por outro lado, o próprio *ohashimasu[owashimasu]*, assim como as demais formas de tratamento de ‘ari’, podiam, tal como o próprio ‘ari’, abandonar o sentido de existência, de modo a atuar como elemento de *dantei*. Em (84), esse é o caso de に侍れば ‘ni habereba’ forma resultativa *izenkei* de に侍り ‘ni haberi’, que, além do sentido de *dantei*, exprimia, também, polidez (*teineigo*).

Casos desse tipo são, então, formas de tratamento de *dantei no jodôshi*, que, conforme Yamaguchi (2002, p. 83) já estavam generalizadas durante o período Heian (794-1185).

Entre as principais formas de tratamento de ‘ari’ que podiam em conjunto com ‘ni’ como forma de tratamento de *dantei no jodôshi* estariam:

- (に) おはす / (に) おはします ‘(ni) *ohasu[owasu]*’/‘(ni) *ohashimasu[owashimasu]*’: atuava como forma de respeito (*sonkeigo*) (YAMAGUCHI, 2002, p. 83);
- (に) 侍り ‘(ni) *haberi*’: atuava originalmente como forma de modéstia (*kenjôgo*), tendo passado posteriormente a atuar como forma de polidez (*teineigo*). Durante o Japão medieval (1185-1603) teria entrado em decadência e dado lugar ao (に) 候ふ ‘(ni) *safurafu[sôrô]*’ (KAWAGISHI, 1985, p. 70-72);

- (に) 候ふ ‘(ni) *safurafu[sôrô]*: tal como o ‘*ni haberi*’, atuava originalmente como forma de modéstia (*kenjôgo*), passando posteriormente a atuar como forma de polidez (*teineigo*). Era pouco utilizado durante o Heian (794-1185), tendo avançado no final do século XI, vindo a ultrapassar o ‘*haberi*’ (p. 72-74).

Conforme já apontado por Yamaguchi (2002) na seção 5.2.4, quando o ‘*nari*’/‘*ni ari*’ passou a dar lugar a um にてあり ‘*ni te ari*’ a partir do período Heian, também as formas de tratamento ocorriam com にて ‘*ni te*’: ‘(ni te) *ohashimasu[owashimasu]*’, ‘(ni te) *haberi*’ e ‘(ni te) *safuraru[sôrô]*’, por exemplo.

Posteriormente, com a aglutinação desse ‘*ni te*’ em で ‘*de*’, também as formas de tratamento passaram a ocorrer com ‘*de*’ – Yamaguchi (2002, p. 86) apontava um で候ふ ‘*de safurafu[sôrô]*’ já no *Heike Monogatari*, do século XIV.

Conforme comentado na seção 5.3.2, acredita-se que esse で候ふ ‘*de safurafu[sôrô]*’ tenha dado origem a um です ‘*desu*’ que veio a desaparecer ainda no período Edo (1603-1868).

O ‘*desu*’ moderno, por outro lado, acredita-se que tenha origem, no início do século XIX, em formas de tratamento mais recentes, como であります ‘*dearimasu*’ ou でございます ‘*degozaimasu*’.

Tendo ‘*desu*’ se tornado a forma de tratamento de *dantei no jodôshi* mais proeminente da língua moderna, ‘*dearimasu*’ e ‘*degozaimasu*’ continuariam a ser utilizados até os dias de hoje, mas são formas mais eventuais.

であります dearimasu

Seria a forma polida de である ‘*dearu*’, surgida da ligação do *ren’yôkei* conjuntivo であり ‘*deari*’ ao *jodôshi* de polidez ます ‘*masu*’.

Sendo assim, poderia ser tomado como uma variação do ‘*dearu*’, e não como um *jodôshi* individual.

Sua forma negativa ‘*de (wa) arimasen*’, conforme comentado em 5.3.2, é utilizada como forma negativa de ‘*desu*’, uma vez que este não desenvolveu uma forma negativa própria.

Poderia ser utilizado na forma de passado, através da flexão conjuntiva *ren’yôkei* do ‘*masu*’ final, まし ‘*mashi*’ ligada ao *jodôshi* de ação concluída た ‘*ta*’: でありました ‘*dearimashita*’.

Também seria possível uma forma de suposição でありましょう ‘*dearimashô*’,

formada da ligação da flexão dependente *mizenkei* de ‘*masu*’, ませ ‘*mase*’ a *jodôshi* de suposição う ‘*u*’: ませう ‘*maseu*’, que teria se transformado em ましょう ‘*mashô*’.

Yoshida (1971, p. 478) coloca que expressaria um grau de polidez intermediário entre ‘*desu*’ e ‘*degozaimasu*’. No período Edo (1603-1868), tal como o ‘*desu*’, faria parte da linguagem do distrito vermelho, em especial das mulheres, tendo, a partir de Meiji, se generalizado, passando a ser encontrado na literatura e também em livros didáticos.

(140) 時は夜であります。 (Nakazato)

Toki wa yoru dearimasu.

Tempo / TÓPICO / noite / {DEARIMASU}

“É de noite.”

Tal como o ‘*dearu*’, o ‘*dearimasu*’ é de difícil utilização na língua falada (YOSHIDA, 1971, p. 480). Deve ser empregado como estratégia de, ao mesmo tempo que expressar um sentido objetivo/explicativo próprio do ‘*dearu*’, demonstrar consideração ao ouvinte. O caráter da polidez como elemento dialogal, entretanto, causa contradição com o baixo grau de dialogicidade do ‘*dearu*’, o que acaba tornando ‘*dearimasu*’ uma forma mais rara entre os *dantei no jodôshi*. Kojima (1959, p. 82) apontava a utilização de ‘*dearimasu*’ em palestras, vindo a sugerir, também, que ocorresse por motivações prosódicas, relacionadas à entonação da língua japonesa.

でございます *degozaimasu*

Ligação do *ren’yôkei* conjuntivo de ござる ‘*degozaru*’ ao *jodôshi* de polidez ます ‘*masu*’. Poder-se-ia entender a forma ‘*degozaru*’ como sendo um *dantei no jodôshi* de tratamento, mas, tendo em vista que o ‘*degozaru*’ raramente ocorreria sem o ‘*masu*’ afixado, costuma-se tratar a cadeia toda, ‘*degozaimasu*’ como sendo um *dantei no jodôshi* de tratamento.

Conforme Kawagishi (1985, p. 80), ござる ‘*gozaru*’ era originalmente utilizado como forma de respeito (*sonkeigo*) de ‘*aru*’, tendo posteriormente se tornado forma de polidez (*teineigo*). Era utilizado como ござります ‘*gozarimasu*’ desde o fim do período Edo (1603-1868), também em conjunto com o semi-*jodôshi* ‘*de*’, tal qual as demais formas clássicas de *dantei no jodôshi* de tratamento acima mencionadas, na forma でございます ‘*degozaimasu*’, que chegou aos dias de hoje.

(141) 良秀の娘とこの子猿との仲が良くなったのは、それからの事でございます
ます。 (Akutagawa, *Jigokuhen*)

Yoshihide no musume to kono kozaru to no naka-ga-yoku natta no wa sore-kara no koto degozaimasu.

Yoshihide / GENINTIVO / filha / COPARTICIPAÇÃO / este / filhote de macaco / COPARTICIPAÇÃO / GENINTIVO / se dar bem ADVERBIAL / tornar-se / NOMINALIZAÇÃO / TÓPICO / depois disso / GENITIVO / coisa / {DEGOZAIMASU}

(lit.) “Que a filha de Yoshihide e este macaquinho passaram a se dar bem, é uma coisa de depois disso.” → “Foi depois disso que a filha de Yoshihide e este macaquinho passaram a se dar bem.”

Para Tsujimura (1968, p. 53), ‘*degozaimasu*’ seria composto de um ‘*gozaru*’, que seria uma forma ornamentada (美化語 *bikago*) de ‘*aru*’ anexada a um ‘*de*’, que poderia ser entendido como flexão de *dantei no jodôshi*, seguido de um *jodôshi* de tratamento ‘*masu*’.

Yoshida (1971, p. 481) colocou que, no período Edo, o ‘*degozaimasu*’ era um termo utilizado principalmente pelas mulheres, caráter que teria permanecido em alguma medida no japonês moderno. No período Taishô (1912-1926) teria sido utilizado por escritores como Ryûnosuke Akutagawa (1892-1927) e Jun’ichirô Tanizaki (1886-1965) como termo de descrição narrativa (p. 482).

Deve ser utilizado, hoje em dia, com a finalidade de expressar alto grau de deferência ao ouvinte, tendo Mikami (1972, p. 169), tal como já apresentado em 4.3.2, classificado como termo de polidez excessiva (御丁寧 “*goteinei*”). Em obras de ficção da atualidade, é comum que seja utilizado por personagens quando se dirigem a pessoas em posição de nobreza, por exemplo.

Poderia aparecer em forma negativa, *でございますせん* ‘*degozaimasen*’ ou forma de passado, *ございました* ‘*degozaimashita*’, sendo mais raras outras utilizações, tal como uma forma de suposição *ございましょう* ‘*degozaimashô*’.

Nesta seção, foi apresentado apenas um pequeno panorama das formas de tratamento de *dantei no jodôshi* da língua japonesa, de modo a não estender demais estas exposições.

Entretanto, trata-se de um assunto de interesse e diretamente relacionado às questões aqui tratadas, de modo que seria importante que venha a ser futuramente investigado como forma de complementar os desenvolvimentos aqui apresentados.

5.5. SÍNTESE

Ao longo deste longo capítulo, estudamos a história da formação dos 断定の助動詞 *dantei no jodôshi*, assim como suas formas e particularidades de utilização, tendo podido, também, revisitar alguns dos pontos mais interessantes colocados por Narahara (2002) no capítulo 3 desta obra, tendo, ainda, sido possível encontrar possíveis respostas para pontos em aberto no trabalho da autora.

Se gramáticos hipotetizam que, originalmente, as frases com predicado nominal da língua japonesa fossem feitas sem a presença de um elemento que pudesse ser considerado como cópula, na forma “X Y” ou “X wa Y”, nos registros escritos mais antigos disponíveis, formações desse tipo, sem cópula, já coocorriam com aquelas que continham um elemento de *shitei/dantei*, como ぞ ‘zo’ e なり ‘nari’ (ou にあり ‘ni ari’).

No caso do ‘zo’, acredita-se que tenha origem no demonstrativo mesioproximal ぞ ‘so’, utilizado para indicar algo que esteja próximo ao ouvinte, tendo sido o mais antigo elemento a funcionar como cópula e/ou elemento de *shitei/dantei*. Teria um caráter dialogal/enfático, visando chamar a atenção do ouvinte.

Por outro lado, a origem do ‘nari’ estaria no momento em que um に ‘ni’, originalmente uma partícula *joshi* locativa, teria passado a atribuir função adverbial a elementos nominais, de modo que poderia ser considerado como um semi-*jodôshi* (準助動詞 *junjodôshi*) de *dantei*, vindo a se ligar a um あり ‘ari’, originalmente um verbo *dôshi* que expressava existência, mas que teria vindo a se gramaticalizar, e atuar de maneira auxiliar, pró-forma.

Esse ‘nari’ seria o primeiro *dantei no jodôshi* da língua japonesa, de caráter mais objetivo que o ‘zo’, viria tomar o espaço deste, já que, apresentando possibilidade de flexão, proporcionaria maior diversidade de utilizações gramaticais e de relações com outros elementos.

A hipótese de Narahara (2002), de que ‘ni’ e ‘no’ seriam formas flexionais de ‘zo’, entretanto, não parece ser considerada pelos gramáticos japoneses. Se conforme as colocações de Morikawa (2006; 2011), o ‘da’ do japonês moderno, quando em posição final de frase, seria um modal, mais próximo de partículas final *shûjoshi*, não tendo status de cópula nesse caso, também deve ser possível supor que o ‘zo’, que portava pesada carga de modalidade, também não atuasse como cópula nesse caso, o que dificultaria sua associação a ‘ni’ e a ‘no’.

Além de ‘nari’, entretanto, um outro *dantei no jodôshi* do japonês clássico seria たり ‘tari’, de surgimento um pouco mais tardio, originou-se no contexto do 漢文訓読 *kanbunkundoku* (leitura de textos chineses em língua japonesa), tendo se formado da ligação de

と ‘to’ a あり ‘ari’. Enquanto o ‘nari’ teria um sentido mais objetivo e absoluto, denotando julgamento próprio do falante, o ‘tari’ denotaria um realce no objeto mencionado, num sentido mais emotivo e relativo.

Enquanto o ‘tari’ viria a desaparecer, salvo alguns vestígios ainda encontrados no japonês moderno, o ‘nari’ se desenvolveu, ao longo do Japão medieval, num *jodôshi* intermediado por um conectivo て ‘te’, にてらり ‘ni te ari’.

O ‘ni’ e o ‘te’ dessa formação viriam a se aglutinar em で ‘de’, e o ‘ari’, quando a forma final *shûshikei* e a forma final *rentaiki* deixaram de se diferenciar, se tornaria ある ‘aru’, dando origem ao *dantei no jodôshi* である ‘dearu’, base das formas modernas de *dantei no jodôshi*.

Ainda no fim do período Muromachi (1338-1573) o ‘dearu’ teria vindo a se transformar em じゃ ‘ja’ na região de Kansai, e em だ ‘da’ na região de Kantô, tendo este último passado a predominar após ser adotado no sistema educacional, e ter se tornado de ensino obrigatório.

Durante o período Edo (1603-1868), também, das formas de tratamento de ‘dearu’, viria a surgir um です ‘desu’, que, além da sua atuação como *dantei no jodôshi*, exprimiria também o sentido de polidez, i.e., consideração do falante em relação ao ouvinte. Passando a ser também adotado pelo sistema educacional, se tornaria o elemento padrão de polidez nos predicados nominais da língua japonesa.

O ‘dearu’, que deu origem a ‘da’ e ‘desu’, entretanto, tendo virtualmente desaparecido do japonês falado, viria a ser resgatado no fim do período Edo como termo traduzido, a partir do que viria a se generalizar como forma escrita. Já que não refletia aspectos das regras do convívio social, presentes na oposição entre o ‘da’ não polido e o ‘desu’ polido, o ‘dearu’ se mostrava apropriado para utilização em textos objetivos, que pressuponham interlocutores indeterminados, tendo, assim, se generalizado em textos científicos, ou em palestras e discursos públicos.

Tendo permanecido, na língua japonesa moderna, essas três formas de *dantei no jodôshi*, ‘da’, ‘desu’ e ‘dearu’, verificamos, neste capítulo, de que maneira eles no interior da frase, e de maneira se opõem um ao outro.

Foram apresentadas possíveis explicações para uma questão que, ao menos desde Wenck (1973), vinha inquietando os autores ocidentais que estudavam os *dantei no jodôshi* sob

o ponto de vista da cópula e que veio aparecer como problemática também em Narahara (2002) – a questão de que como os *dantei no jodôshi* podiam atuar ao mesmo tempo como cópula e como elemento de modalidade.

Se, conforme Saegusa (2001), também entre os japoneses muito se questionou se o ‘*da*’ seria apenas um elemento de modalidade, ou se seria ao mesmo tempo um elemento copular e de modalidade, Morikawa (2006; 2011) veio propor uma resposta interessante: o ‘*da*’ atuaria em alguns momentos como elemento somente de modalidade e, em outros, somente como cópula.

Quando posicionado no fim da oração principal, na forma final *shûshikei*, o ‘*da*’ seria um elemento de modalidade assertiva, próximo das partículas finais *shûjoshi*, não tendo caráter de cópula nesse caso. Quando utilizado em orações auxiliares e/ou flexionado, o ‘*da*’ atuaria como cópula, mas sem carga de modalidade.

Ainda, o mesmo se poderia dizer quanto ao ‘*desu*’. Se alguns gramáticos questionam a carga de asserção contida no ‘*desu*’, Morikawa vem dizer que, tal como no ‘*da*’, ela existe somente quando posicionado no fim da oração em forma *shûshikei*. A carga de modalidade de polidez, entretanto, se manteria mesmo quando o ‘*desu*’ estivesse flexionado e/ou em orações auxiliares. Por esse motivo, é muito comum, que mesmo no registro polido, se opte por utilizar formas flexionais de ‘*da*’ nas orações auxiliares, já que, este, sem carga de polidez, deve ter maior versatilidade em sua atuação sintática.

Também, se Narahara (2002), tendo afirmado que o ‘*da*’ portaria um traço afirmativo, deixa em aberto a possibilidade de o ‘*dearu*’ também portar esse traço, Morikawa vem defender que o ‘*dearu*’ não teria traço *afirmativo*, mas *explicativo*. Entretanto, ao contrário de ‘*da*’ e ‘*desu*’, que não atuariam como cópula quando em posição final da oração principal, mas apenas como elementos de modalidade, o ‘*dearu*’, sim, teria sempre atuação como cópula. Quando em posição final, então, atuaria tanto como cópula, quanto como expressão de modalidade explicativa. Quando posicionado antes de elementos de interrogação ou suposição, por exemplo, como か ‘*ka*’ ou らしい ‘*rashii*’, perderia, entretanto, seu traço explicativo, passando a atuar somente como cópula.

Uma outra propriedade interessante dos *dantei no jodôshi*, apontada por Okutsu (1999), é a de atuar, em situações de antitaxe, como substituto de um segmento frasal que conteria um predicador *yôgen*, mas que tenha vindo a ser omitido, já que pudesse ser previsto pelo contexto. Por conta dessa propriedade, os *dantei no jodôshi* poderiam, assim, ser posicionados, não apenas após nomes *taigen*, mas também a partículas de caso *kakujoshi*.

Se Okutsu, entretanto, entende que o ‘*da*’, como *dantei no jodôshi* padrão da língua japonesa, seria um elemento com a natureza de atuar como um substituto, prefiro entender que, se, quando em posição final, o ‘*da*’ atuaria principalmente como elemento de modalidade, seja com essa função que ele apareça também nas frases de omissão de predicadores *yôgen*.

Situações de ausência de predicadores *yôgen*, seja em casos de predicação nominal, seja em casos em que o *yôgen* é omitido por antitaxe, estariam propícias, na língua japonesa, para que se adicione a expressão do juízo assertivo, a partir da adição de um *dantei no jodôshi*.

Além disso, foi apresentado, brevemente, neste capítulo, a questão das formas de tratamento de *dantei no jodôshi*. Desde o japonês clássico, o *dantei no jodôshi* ‘*nari*’, em sua forma não aglutinada ‘*ni ari*’, podia ter esse ‘*ari*’ substituído por uma de suas formas de tratamento, como おはします ‘*ohashimasu*[*owashimasu*]’ e 侍り ‘*haberi*’.

Na língua japonesa moderna, além do ‘*desu*’, principal forma de tratamento dos *dantei no jodôshi*, com forte presença no discurso cotidiano, também pode-se encontrar as formas でございます ‘*degozaimasu*’, assim como a forma originada do acréscimo do *jodôshi* ます ‘*masu*’ ao ‘*dearu*’, であります ‘*dearimasu*’.

Entretanto, se este é um trabalho focado principalmente em compreender o predicado nominal da língua japonesa, a partir da compreensão da natureza dos elementos chamados de *dantei no jodôshi*, que atuam na organização desse predicado, muitos pontos interessantes ainda permanecem para que sejam aprofundados no futuro.

Por exemplo, a utilização das chamadas frases-enguia, as ocorrências de ‘*dearu*’ mesmo quando não se utiliza o “registro ‘*dearu*’”, análise de situações reais de fala quanto à omissão de *dantei no jodôshi*, ou ainda, a natureza do predicado nominal em frases interrogativas, e a ocorrência de *dantei no jodôshi* nestas, ou, ainda, a comparação do predicado nominal japonês com os de outros idiomas, assim com a averiguação da utilização do conceito filosófico do juízo assertivo no âmbito da linguística para além da língua japonesa, são alguns exemplos de pontos de importância não aprofundados ou não abordados neste trabalho, que ficam, também, como sugestão de temas de pesquisa para os interessados na questão da predicação nominal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta foi uma pesquisa que se arrastou por intermináveis períodos até que chegasse o momento de acabar porque tinha de acabar, e não porque estivesse concluída. Por mais que eu digitasse e digitasse e digitasse, e os capítulos se avolumassem, e o monstro crescesse, sempre parecia faltar um pouquinho mais, e depois ainda mais um pouco, e depois um outro tanto, até que chego a este ponto com uma dissertação volumosa, mas com a sensação de que faltou ainda muito.

Mesmo que tenha sido possível responder a maior parte das questões propostas – algumas das quais, sinceramente, cheguei em determinados momentos a duvidar que seriam alcançadas –, o assunto dos 断定の助動詞 *dantei no jodôshi* ainda está longe de ser exaurido.

Se, provavelmente, meu principal motivador para iniciar esta pesquisa foi o incômodo de não entender do que, afinal de contas, se tratava a tal da “asserção” que alguns autores utilizavam como tradução de 断定 “*dantei*”, acredito agora que, ao menos, tenha ficado esclarecido que “*dantei*”, para os gramáticos japoneses, seria um tipo de posicionamento do falante de atestar a validade do conteúdo de seu proferimento, e que, na língua japonesa, seja expresso a partir desses elementos chamados de *dantei no jodôshi*, que costumam surgir nas frases com predicado nominal.

Conceituação oriunda da ideia de *juízo assertivo* da filosofia ocidental, o *dantei*, já que sendo um tipo de juízo / julgamento em relação ao enunciado, seria sem sombra de dúvida um elemento de modalidade. Parece ter ficado comprovado, ao menos no que diz respeito ao *dantei no jodôshi* だ *‘da’*, que este, de fato, atua como modal, visto que existe a possibilidade de que seja omitido, como estratégia de “suavização” do discurso.

A questão de por que, exatamente, seriam os predicados nominais propícios para esse tipo modalidade assertiva, que não aparece, ao menos de maneira evidente, em predicados verbais, por exemplo, continua sendo um mistério ainda por desvendar.

As questões terminológicas, por outro lado, parecem estar em grande medida resolvidas. Ainda que a classe gramatical reconhecida como 助動詞 *jodôshi* apresente alguns pontos problemáticos, a natureza de seu funcionamento deve ter ficado em maior medida esclarecido a partir das exposições do capítulo 4.

Se as possibilidades de tradução para *jodôshi* por mim levantadas nesse capítulo – entre elas, a opção já normalizada, “auxiliares verbais” – talvez não sejam as mais acertadas, o

esclarecimento da natureza dos *jodôshi* que, acredito, o capítulo 4 tenha proporcionado pode servir para que autores posteriores possam sugerir opções melhores.

Também, a ideia de “asserção” como tradução de “*dantei*”, tendência que já vinha sendo observada em trabalhos brasileiros, parece estar confirmada, se ficando entendido que se assemelhe à ideia de *juízo assertivo* da filosofia.

A não ser que autores posteriores venham a demonstrar que os elementos chamados *dantei no jodôshi*, contrariando a maior parte das teorias, não expressem algo semelhante ao *juízo assertivo* da filosofia, a associação da ideia de asserção para se referir a esses elementos parece ser a mais adequada.

Muitos pontos referentes ao funcionamento das várias formas de *dantei no jodôshi*, entretanto, ainda precisam ser examinadas com maior profundidade.

Por exemplo, a ligação, em posição posterior, do *dantei no jodôshi* clássico なり ‘*nari*’ a elementos que não nomes *taigen* ou predicadores *yôgen* em forma adnominal *rentaikei* acabou não sendo examinada neste trabalho.

Tampouco os resquícios das formas flexionais do *dantei no jodôshi* たり ‘*tari*’ na língua moderna, e os elementos estilísticos envolvidos na opção por sua utilização.

Também as motivações estilísticas para a utilização do *dantei no jodôshi* である ‘*dearu*’, assim como os casos de ocorrência de suas formas flexionais mesmo em textos que não sigam o “registro ‘*dearu*’”, também devem ser interessantes de serem aprofundadas.

Assim como as situações que motivam a utilização do *dantei / teinei no jodôshi* です ‘*desu*’ e as demais formas de tratamento, como であります ‘*dearimasu*’ e でございます ‘*degozaimasu*’. Aliás, as formas de tratamento que não ‘*desu*’, seja no japonês clássico, medieval ou moderno, acabaram praticamente ignoradas neste trabalho, e devem ser pontos bem interessantes de serem estudados adiante.

Além, também, de que mesmo as formas e utilizações de *jodôshi* examinadas podem também ser ainda aprofundadas, uma das principais ausências neste trabalho deve ter sido quanto a exame dos predicados nominais em frases negativas e interrogativas – questões que acabaram apenas eventualmente mencionadas. Em especial, no caso das frases interrogativas, deve ser de grande interesse compreender a interação, no japonês moderno, entre os *dantei no jodôshi* como o だ ‘*da*’ e a partícula final interrogativa か ‘*ka*’.

Ficam esses pontos como sugestão para que outros autores venham a expandir os desenvolvimentos apresentados no interior deste trabalho.

Por outro lado, um ponto que vinha inquietando tanto gramáticos japoneses quanto ocidentais há um tempo é sobre o caráter de opcionalidade dos *dantei no jodôshi*, e a dificuldade de compreender de que maneira atuam ao mesmo tempo como elementos de modalidade e ao mesmo tempo como elemento gramatical a expressar tempo ou aspecto – ou seja, como *cópula*.

Parecem ser uma solução consistente para essas dificuldades a visão de Morikawa (2006; 2011), de determinar que os *dantei no jodôshi* não sejam o tempo todo ao mesmo tempo elementos modais e copulares, mas que atuem como *cópula* em determinados momentos, e como modais em determinados.

Permanece, também, entretanto, este ponto a ser verificado e aprofundado em novos trabalhos.

Por fim, uma outra problemática discutida neste trabalho, em especial no primeiro capítulo, foi quanto à separação entre as tradições linguísticas ocidental e japonesa.

Como foi possível perceber, muitas conceituações desenvolvidas no âmbito da tradição gramatical japonesa têm origem em teorizações da linguística ocidental – inclusive, aquelas que são tema deste trabalho.

Em primeiro lugar, o conceito de *jodôshi* surge da ideia de *verbo auxiliar* das línguas indo-europeias, sendo posteriormente percebido que não seriam o mesmo conceito, passando o *jodôshi* a ser tomado como uma classe gramatical particular, sem correspondente na linguística ocidental. Depois, também a ideia de *dantei* vai ter origem no *juízo assertivo* da filosofia ocidental.

Nesse sentido, também a associação dos *dantei no jodôshi* à *cópula* ocidental também vem a ser recorrente nos trabalhos japoneses. Por outro lado, a menção à *cópula* costuma aparecer apenas de maneira acessória nos diversos trabalhos que tratam desses elementos – que costumam ser tratados de acordo com uma classificação gramatical própria da tradição linguística japonesa: normalmente como 助動詞 *jodôshi* (de 指定 *shitei* ou 断定 *dantei*) ou como 存在詞 *sonzaishi*, 判定詞 *hanteishi* etc.

No caso dos trabalhos ocidentais, entretanto, elementos como ‘*da*’, ‘*desu*’ e ‘*dearu*’ costumam ser chamados simplesmente de “*cópulas*”. Fariam parte da classe gramatical das *cópulas*? Não me parece, entretanto, que a *cópula* deve ser vista como uma classe gramatical – e nem autores aqui estudados defenderam explicitamente essa posição –, mas como um tipo específico de papel cumprido no interior da oração. Na língua portuguesa, a *cópula* seria um verbo: ‘*ser*’ faz parte da classe gramatical dos verbos, ao mesmo tempo que tem atuação como

cópula.

Assim, elementos como *'da'*, *'desu'* e *'dearu'* não possuiriam classe gramatical específica? Ou, simplesmente, não se enquadram em nenhuma das classes gramaticais reconhecidas na tradição linguística ocidental, e por isso, entre os autores ocidentais, acabem não tendo sua classe gramatical identificada?

É por questões como essa que defendo que, para além de forçar que se explique todo o funcionamento gramatical de qualquer língua utilizando-se apenas aquelas conceituações reconhecidas a partir do paradigma linguístico indo-europeu, tal como verbo, substantivo etc., a linguística ocidental deveria buscar expandir e aperfeiçoar esse paradigma com base nas estruturas das diversas línguas do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. Trad. Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes: 2007 (Ed. Original, 1971). Título original: **Dizionario di filosofia**. Original em italiano.
- ADACHI, Umekage. **Igirisu buntên jirui** (Dicionário da gramática do inglês). [S.l]: Igetsusonsha, 1866. Disponível em: https://www.wul.waseda.ac.jp/kotenseki/html/bunko08/bunko08_c0598/. Acesso em: 2 set. 2022.
- AQUINO, Tomás de. **Comentário ao Sobre a interpretação de Aristóteles**. 1. ed. Trad. Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. Campinas: Vide Editorial, 2018. Título Original: **In Aristotelis Libros Peri Hermeneias Et Posteriorum Analyticorum Expositio, Cum Textu Ex Recensione Leonina**. Original em latim.
- ARISTÓTELES. **Da interpretação**: edição bilíngue. 1. ed. Trad. José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Editora Unesp, 2013. Título Original: **Peri hermeneias**. Original em grego.
- AUSTIN, John Langshaw. **How do to things with words**. Londres: Oxford University Press, 1962.
- _____. **Gengo to kôï** (Língua e atos). 1. ed. Trad. Hyakudai Sakamoto. Tóquio: Taishûkan, 1978 (Ed. original, 1962). Título Original: **How do to things with words**. Versão em japonês. Original em inglês.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, Marcos. Posfácio: excurso crítico para uma leitura incontornável. *In*: SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 1. ed. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2021 (Ed. original, 1916). Título Original: **Cours de linguistique générale**. Original em francês. p. 322-378.
- BARBOSA, Jerônimo Soares. **Gramática filosófica da língua portuguesa**: ou princípios de gramática geral aplicados à nossa linguagem. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1822. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/br/content/coleção-gramáticas_bib. Acesso em: 26 ago. 2022.
- BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa**. [Lisboa]: Ludovico Rodrigo Tipógrafo, 1540. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/br/content/coleção-gramáticas_bib. Acesso em: 26 ago. 2022.
- BECCARIA, Gian Luigi. **Dizionario di linguistica e di filologia, metrica, retorica**. Torino: Einaudi, 1996.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: 37ª. edição atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 3. ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991 (Ed. original, 1966). Título original: **Problèmes de linguistique générale I**.
- BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson Gonçalves (eds.). **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002 (Ed. original, 1986).
- _____. **Estrutura da língua portuguesa**. 47. ed. Petrópolis: Vozes, 2015 (Ed. original, 1970).
- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. 1. ed. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017 (Ed. original, 2010). Título original: **Histoire des idées sur le langage et les langues**.

- CRYSTAL, David. **The Penguin dictionary of language**. 2. ed. Londres: Penguin, 1999 (Ed. original, 1994).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017 (Ed. original, 1985).
- CURNOW, Timothy Jowan. Towards a cross-linguistic typology of copula constructions. *In: CONFERENCE OF THE AUSTRALIAN LINGUISTIC SOCIETY*, 1999, Perth. **Proceedings** [...]. Perth – Austrália: Australian Linguistic Society, 1999. Disponível em: <http://www.als.asn.au/proceedings/als1999/proceedings.html>. Acesso em: 4 set. 2022.
- DOI, Elza Taeko. O ritmo do japonês e a unidade Haku proposta por Bekku. *In: Estudos Japoneses*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 21, p. 7-14, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/issue/view/10424>. Acesso em: 16 out. 2022.
- _____. A teoria gramatical de Hashimoto Shinkichi. *In: SUZUKI, Tae; NINOMIYA, Sonia Regina Longhi; OTA, Junko; MORALES, Leiko Matsubara (orgs.). Teorias gramaticais da língua japonesa*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2012. p. 77-104.
- DOI, Elza Taeko; SUZUKI, Tae. A teoria gramatical de Watanabe Minoru. *In: SUZUKI, Tae; NINOMIYA, Sonia Regina Longhi; OTA, Junko; MORALES, Leiko Matsubara (orgs.). Teorias gramaticais da língua japonesa*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2012. p. 125-139.
- DUARTE, Inês. & BRITO, Ana. Maria Brito. Predicação e classes de predicadores verbais. *In: MATEUS, Maria Helena Mira et alii. Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. p. 179-274.
- DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Christiane; MARCELLESI, Jean-Baptiste; MEVEL, Jean-Pierre **Rarûsu gengogaku yôgo jiten** (Dicionário Larousse de terminologia linguística). 4. ed. Tóquio: Taishûkan, 1990. Título original: **Dictionnaire de linguistique**. Original em francês.
- _____. **Dicionário de Linguística**. 16. ed. Trad. Frederico Pessoa de Barros, Gesuína Domenica Ferretti, John Robert Schmitz, Leonor Scliar Cabral, Maria Elisabeth Leuba Salum, Valter Kehdi. São Paulo: Cultrix, 2011 (Ed. Original, 1973). Título original: **Dictionnaire de linguistique**. Original em francês.
- EGUCHI, Masahiro. Sobre os verbos da obra “contos de Heike, edição Amakusa” – em torno da passagem de Rentaikei para Shûshikei. *In: Estudos Japoneses*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 9, p. 63-78, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/issue/view/10363>. Acesso em: 16 out. 2022.
- ERNANI TERRA, José de Nicola. **Minigramática**. 9. ed. São Paulo: Scipione, 2002 (Ed. original, 1995).
- FAITANIN, Paulo; VEIGA, Bernardo. (Notas de rodapé). *In: AQUINO, Tomás de. Comentário ao Sobre a interpretação de Aristóteles*. 1. ed. Trad. Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. Campinas: Vide Editorial, 2018. Título Original: **In Aristotelis Libros Peri Hermeneias Et Posteriorum Analyticorum Expositio, Cum Textu Ex Recensione Leonina**. Original em latim.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Gramática: Fonética e fonologia, Morfologia, Sintaxe, Estilística**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1997 (Ed. original, 1990).
- FREGE, Gottlob. **On sense and reference**. Trad. Max Black. 1948 (Ed. original, 1892). Título Original: **Über Sinn und Bedeutung**. Versão em inglês. Original em Alemão. Disponível em: <https://en.wikisource.org/wiki/On%20Sense%20and%20Reference?oldid=4276834>. Acesso em: 10 maio 2022.
- FUKASAWA, Lídia Masumi. Breves considerações acerca do “tempo” e do “aspecto” na língua japonesa moderna. *In: Estudos Japoneses*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP,

- n. 1, p. 44-51, 1979. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/issue/view/10275>. Acesso em: 10 out. 2022.
- _____. “O tratamento das expressões de modalidade da língua japonesa - necessidade de uma abordagem pragmática no interior do esquema discursivo”. In: **Estudos Japoneses**. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 10, p. 29-55, 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/issue/view/10428>. Acesso em: 16 out. 2022.
- _____. **O sistema de estruturação das modalidades na língua japonesa: os auxiliares verbais e os morfemas finais**. São Paulo, 1991. 434 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. A função modalizadora dos auxiliares verbais da língua japonesa. In: **Estudos Japoneses**. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 12, p. 37-61, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/142615>. Acesso em: 10 out. 2022.
- FUKASAWA, Lídia Masumi; GIROUX, Sakae Murakami; SUZUKI, Tae; SUZUKI, Teiiti. **Introdução à gramática da língua japonesa**. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, 1989.
- FURUTA, Tôsaku. Da <gendaigo> (Da <língua moderna>); Desu <gendaigo> (Desu <língua moderna>). In: MATSUMURA, Akira (org.). **Kotengo gendaigo joshi jodôshi shôsetsu** (*Joshi e jodôshi* da língua clássica e da língua moderna – explicação detalhada) 1. ed. Tóquio: Gakutôsha, 1969. p. 292-302.
- HANE, Mikiso. **Premodern Japan: a historical survey**. Boulder: Westview Press, 1991 (Ed. original, 1972).
- HASEGAWA, Yoko (Org.). **The Cambridge handbook of Japanese linguistics**. Cambridge: University Printing House, 2018.
- HASHIMOTO, Lica. Fukushi (副詞). In: MORALES, Leiko Matsubara (org.). **Tópicos de Gramática da Língua Japonesa**. São Paulo: Fundação Japão, 2011, p. 15-35.
- HASHIMOTO, Shinkichi. **Shin bunten bekki: jôkyû yô** (Nova gramática – adendo: para uso avançado). Tóquio: Fuzanbô, 1935.
- HENGEVELD, Kees. **Non-verbal predication: theory, typology, diachrony**. Berlim; Nova York: Mouton de Gruyter, 1992. (Functional grammar series, 15).
- HORII, Reiichi. Meishibun no kinô (Funções da frase nominal). In: **Akademia**. Nagoya: Universidade Nanzan, n. 97, p. 39-53, 1974.
- HOSOKAWA, Hideo. Kakarijoshi. In: SUZUKI, Kazuhiko; HAYASHI, Ôki (orgs.). **Jojihen (3) jodôshi / jodôshi jiten** (Volume elementos auxiliares (3): dicionário de *joshi e jodôshi*). 1. ed. Tóquio: Meiji, 1985. p.206-224. (Kenkyû shiryô nihongo bunpô (Gramática da língua japonesa – material de pesquisa), 7).
- HUAY, Amini Boainain. **Gramática da língua portuguesa padrão** com comentários e exemplários. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.
- ICHIKAWA, Yasuko. Meishi jutsugo bun “~wa~desu” no imi to kinô ni kansuru ikkousatsu (Uma análise quanto ao sentido e funcionalidade das frases com predicado nominal “~wa~desu”). In: **Bungei gengo kenkyû: gengo hen** (Pesquisa em literatura e língua: edição língua). Tsukuba: Tsukuba daigaku bungei gengo gakukei (Departamento de literatura e língua da Universidade de Tsukuba), n. 18, p. 53-67, set. 1990. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2241/13554>. Acesso em: 22 set. 2022.
- IWABUCHI, Tadasu. Dantei / hitei no jodôshi (*Jodôshi* de asserção / negação). In: SUZUKI, Kazuhiko; HAYASHI, Ôki (orgs.). **Jojihen (3) jodôshi / jodôshi jiten** (Volume elementos auxiliares (3): dicionário de *joshi e jodôshi*). 1. ed. Tóquio: Meiji, 1985. p. 2-18. (Kenkyû shiryô nihongo bunpô (Gramática da língua japonesa – material de pesquisa), 7).

- KASUGA, Kazuo. **Sonzaishi ni kan suru kenkyû** (Pesquisa sobre o *sonzaishi*). 1. ed. Tóquio: Kazama Shobô, 1968.
- _____. Nari <kotengo> (Nari <língua clássica>); Tari <kotengo> (Tari <língua clássica>). In: MATSUMURA, Akira (org.). **Kotengo gendaigo joshi jodôshi shôsetsu** (Joshi e jodôshi da língua clássica e da língua moderna – explicação detalhada) 1. ed. Tóquio: Gakutôsha, 1969. p. 277-291.
- KAWAGISHI, Keiko. Keijô no jodôshi (*Jodôshi* de tratamento) In: SUZUKI, Kazuhiko; HAYASHI, Ôki (orgs.). **Jojihen (3)** jodôshi / jodôshi jiten (Volume elementos auxiliares (3): dicionário de *joshi* e *jodôshi*). 1. ed. Tóquio: Meiji, 1985. p. 66-81. (Kenkyû shiryô nihongo bunpô (Gramática da língua japonesa – material de pesquisa), 7).
- KIKUCHI, Wataru. Papéis sociais e a dinâmica da relação interpessoal na sociedade japonesa. In: **Estudos Japoneses**. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 25, p. 81-96, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/issue/view/10437>. Acesso em: 16 out. 2022.
- _____. Formação de palavras (II): sufixos. In: MORALES, Leiko Matsubara (org.). **Tópicos de Gramática da Língua Japonesa**. São Paulo: Fundação Japão, 2011a, p. 113-130.
- _____. Taigû hyôgen (待遇表現 – expressões de tratamento) In: MORALES, Leiko Matsubara (org.). **Tópicos de Gramática da Língua Japonesa**. São Paulo: Fundação Japão, 2011b, p. 197-217.
- _____. O processo linguístico na teoria gramatical de Tokieda Motoki. In: SUZUKI, Tae; NINOMIYA, Sonia Regina Longhi; OTA, Junko; MORALES, Leiko Matsubara (orgs.). **Teorias gramaticais da língua japonesa**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2012. p. 105-124.
- KITAHARA, Yasuo. **Nihongo jodôshi no kenkyû** (A pesquisa do *jodôshi* da língua japonesa). 2. ed. Tóquio: Taishûkan, 1987 (Ed. original, 1981).
- KOJIMA, Toshio. Kôki Edo ni okeru ‘desu’, ‘dearimasu’, ‘masendeshita’ (‘Desu’, ‘dearimasu’ e ‘masendeshita’ no final do Período Edo). In: **Kokugogaku** (Estudos da língua nacional), n. 39, p. 75-84, 1959. Disponível em: https://bibdb.ninjal.ac.jp/SJL/view.php?h_id=0390750840. Acesso em: 6 set. 2022.
- KOKUGO GAKKAI (Associação de Estudos da Língua Nacional). **Kokugogaku Jiten** (Dicionário da Linguística Nacional). Tóquio: Tôkyô-dô, 1971.
- _____. **Kokugogaku Daijiten** (Grande Dicionário da Linguística Nacional). Tóquio: Tôkyô-dô, 1980.
- KOMATSU, Kôzô. Jodôshi no shomondai (Os vários problemas dos *jodôshi*). In: SUZUKI, Kazuhiko; HAYASHI, Ôki (orgs.). **Jojihen (2)** jodôshi (Volume elementos auxiliares (2): *jodôshi*). 1. ed. Tóquio: Meiji, 1984. p. 81-97. (Kenkyû shiryô nihongo bunpô (Gramática da língua japonesa – material de pesquisa), 6).
- KUDÔ, Susumu. Meishi bun to nihongo (A frase nominal e a língua japonesa). In: **Gengo bunka** (cultura linguística). Tóquio: Meiji gakuin daigaku gengo bunka kenkyûjo (Instituto de pesquisa linguística da Universidade de Pós-graduação Meiji), n. 18, p. 92-98, mar. 2001. Disponível em: <https://www.meijigakuin.ac.jp/gengobunka/bulletins/archive/18.html>. Acesso em: 23 set. 2022.
- LUCAS, Nadine. The suffix verb *dearu*, in scientific and technical literature. In: TAKEUCHI, Lone (ed.). **European Studies in Japanese Linguistics 1988-90**. Londres: Lone Publications, 1991. p. 63-84. Disponível em: https://www.academia.edu/7997201/The_suffix_verb_dearu_in_scientific_and_technical_literature. Acesso em: 24 jul. 2022.
- MAKINO, Seiichi; TSUTSUI, Michio. **A dictionary of Japanese grammar**. Tóquio: The Japan Times, 1986.
- _____. **A dictionary of intermediate Japanese grammar**. Tóquio: The Japan Times, 1995.
- _____. **A dictionary of advanced Japanese grammar**. Tóquio: The Japan Times, 2008.

- MATA, José Veríssimo Teixeira da. Notas; Comentários. In: ARISTÓTELES. **Da interpretação**: edição bilíngue. 1. ed. Trad. José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Editora Unesp, 2013. Título Original: **Peri hermeneias**. p. 50-191.
- MATSUMURA, Akira (org.). **Kotengo gendaigo joshi jodôshi shôsetsu** (*Joshi e jodôshi* da língua clássica e da língua moderna – explicação detalhada) 1. ed. Tóquio: Gakutôsha, 1969. p. 292-302.
- MATSUSHITA, Daizaburô. **Hyôjun nihon kôgo hô** (Gramática da língua japonesa falada padrão). Tóquio: Chûbunkan, 1930. Disponível em: <https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/1178361>. Acesso em: 25 set. 2022.
- _____. Dôjoji – sôsestu (*Dôjoji* – visão geral). In: UMEHARA, Yasunori (org.). **Jodôshi**. 2. ed. Tóquio: Yûseidô, 1984 (Ed. Original, 1979). (Ronshû nihongo kenkyû (Pesquisa da língua japonesa – compilação), 7). p. 17-20.
- MIKAMI, Akira. **Gendaigohô josetsu**: shintakusu no kokoromi (Introdução à gramática da língua moderna: esforços para uma sintaxe). Tóquio: Kuroshio, 1972 (Ed. original, 1953)
- MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. **Novo manual de sintaxe**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- MORALES, Leiko Matsubara. *En*: do chinês à diversidade conceptual do japonês análise das palavras autóctones do domínio do belo no universo de *Genji monogatari*. In: **Estudos Japoneses**. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 23, p. 23-47, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/issue/view/10430>. Acesso em: 16 out. 2022.
- _____. (org.). **Tópicos de Gramática da Língua Japonesa**. São Paulo: Fundação Japão, 2011.
- _____. Os qualificadores *keiyôdôshi* na língua japonesa. In: SUZUKI, Tae; NINOMIYA, Sonia Regina Longhi; OTA, Junko; MORALES, Leiko Matsubara. (orgs.). **Teorias gramaticais da língua japonesa**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2012, p. 161-182.
- MORI, Hideaki. ‘Denai’ ‘dewanai’ no gokei ni yoru tsukaiwake – “gendai nihongo kakikotoba kinkô kôpasu” wo shiyô shita yobiteki chôsa. (Os diferentes usos das formas ‘denai’ e ‘dewanai’ – pesquisa preliminar utilizando o “corpus balanceado da variante escrita da língua japonesa moderna”) In: Nihongo kyôiku kenkyû shûkai (Encontro pesquisas em ensino/aprendizagem de língua japonesa), XI, 2013, Nagoya. [...] **yokôshû** (Caderno de resumos do [...]). Nagoya, 2013, p. 26-29. Disponível em: https://www.lang.nagoya-u.ac.jp/nichigen/menu7_folder/symposium/11.html. Acesso em: 4 set. 2022.
- MORIKAWA, Masahiro. Another Function of Da and Desu in Japanese. In: **Nagoya gaikokugo daigaku gaikokugo gakubu kiyô** (Periódicos da faculdade de línguas estrangeiras da Universidade de Línguas Estrangeiras de Nagoya). Nagoya, n. 30, p. 17-31, 2006. Disponível em: <http://id.nii.ac.jp/1095/00000244/>. Acesso em: 7 set. 2022.
- _____. Japanese Interrogative Sentences Revisited. In: **Nagoya gaikokugo daigaku gaikokugo gakubu kiyô** (Periódicos da faculdade de línguas estrangeiras da Universidade de Línguas Estrangeiras de Nagoya). Nagoya, n. 32, p. 27-54, 2007. Disponível em: <http://id.nii.ac.jp/1095/00000048/>. Acesso em: 7 set 2022.
- _____. Keiji no ‘da’ to ‘dearu’ (Cópulas ‘da’ e ‘dearu’). In: **Nagoya gaikokugo daigaku gaikokugo gakubu kiyô** (Periódicos da faculdade de línguas estrangeiras da Universidade de Línguas Estrangeiras de Nagoya). Nagoya, n. 40, p. 27-44, 2011. Disponível em: <http://id.nii.ac.jp/1095/00000118/>. Acesso em: 4 set. 2022.
- MORO, Andrea. **The raising of predicates**: predicative noun phrases and the theory of clause structure. New York: Cambridge University Press, 2004 (Ed. original, 1997). (Cambridge studies in linguistics, 80).
- MORTARI, Cezar A. **Introdução à lógica**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

- MUKAI, Yûki. O morfema de topicalização wa – um breve histórico. *In: Estudos Japoneses*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 22, p. 113-145, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/issue/view/10429>. Acesso em: 10 out. 2022.
- _____. *Wa e ga*: As partículas gramaticais da língua japonesa. 2. ed. ampliada. Campinas: Pontes, 2020. (Coleção Japão em foco, 4).
- MUKAI, Yûki; SUZUKI, Tae (orgs.). **Gramática da Língua Japonesa para Falantes do Português**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2016.
- NAGANO, Ken. ‘Kara’ to ‘node’ wa dô chigau ka (De que maneira ‘kara’ e ‘node’ diferem?). *In: HATTORI, Shirô; ÔNO, Susumu; SAKAKURA, Atsuyoshi; MATSUMURA, Akira (orgs.). Nihon no gengogaku vol. 4: bunpô II*. 3. ed. Tóquio: Taishûkan, 1990 (Ed. original, 1979). p. 457-488.
- NAKAEMA, Olivia Yumi. **Os recursos retóricos na obra *Kokinwakashû* (coletânea de poemas de outrora e de hoje). Uma análise da morfossintaxe e do campo semântico do *Kakekotoba***. São Paulo, 2012, 274 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8157/tde-06122012-151442/pt-br.php>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- NAKAMURA, Yukihiro. **Seito no tame no koten dokkai bunpô**: kaiteiban (Gramática e compreensão escrita da língua clássica para alunos: versão revisada). Tóquio: Yûbun Shoin, 1997 (Ed. original, 1989).
- NAKANE, Kiyoshi. **Nihon bunten**: ge (Gramática japonesa: volume posterior). [Tóquio]: Toyojirô Ôkado, 1876. Disponível em: <https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/1084377>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- NAKAZAKI, Takashi; SHIROTA, Shun. Nihongo ni okeru go no ninte to hinshi bunrui o megutte: Nihongo kyôshi no tame no nihongo bunpô wo motomete (Sobre o reconhecimento das palavras e a classificação dos termos do discurso na língua japonesa: em busca de uma gramática do japonês para professores de língua japonesa). *In: Shûjitsu Ronsô* (Publicações da Universidade Shujitsu), n. 46, p. 63-76, 2016.
- NARAHARA, Tomiko. **The Japanese Copula: Forms and Functions**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2002.
- NIHONGO KIJUTSU BUNPÔ KENKYÛKAI (Grupo de pesquisa da gramática descritiva da língua japonesa). **Dai 8 bu Modariti** (Parte 8 modalidade). Tóquio: Kuroshio, 2003. (Gendai nihongo bunpô (Gramática da língua japonesa moderna), 4).
- NIHONGO KYÔIKU GAKKAI (Associação de estudos em ensino/aprendizagem de língua japonesa). **Nihongo Kyôiku Jiten**: Shukusatsuban (Dicionário de ensino da língua japonesa: versão compacta). Tóquio: Taishûkan, 1993.
- NINOMIYA, Sonia Regina Longhi. A taxionomia na língua japonesa. *In: SUZUKI, Tae; NINOMIYA, Sonia Regina Longhi; OTA, Junko; MORALES, Leiko Matsubara (orgs.). Teorias gramaticais da língua japonesa*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2012. p. 141-159.
- NISHIYAMA, Kunio. Adjectives and the copulas in Japanese. *In: Journal of East Asian linguistics*, n. 8, p. 183-222, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20100764>. Acesso em: 9 ago. 2020.
- OKAMURA, Kazue. Zo <kotengo> (Zo <língua clássica>). *In: MATSUMURA, Akira (org.). Kotengo gendaigo joshi jodôshi shôsetsu* (*Joshi e jodôshi* da língua clássica e da língua moderna – explicação detalhada) 1. ed. Tóquio: Gakutôsha, 1969. p. 560-562.
- OKATA, Grace Rie; MUKAI, Yûki. Da enunciação/modalidades em Yamada, Tokieda e Watanabe. *In: SUZUKI, Tae; NINOMIYA, Sonia Regina Longhi; OTA, Junko; MORALES, Leiko*

- Matsubara (orgs.). **Teorias gramaticais da língua japonesa**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2012. p. 183-201.
- ÔKUBO, Tadatoshi. **Nihon Bunpô Chinjutsu Ron** (A discussão sobre o *chinjutsu* na gramática japonesa). Tóquio: Meiji, 1982 (Ed. original, 1968).
- OKUTSU, Keiichirô. “**Boku wa unagi da**” no bunpô: da to no (A gramática de “*boku wa unagi da*”: da e no). 9. ed. Tóquio: Kuroshio, 1999 (Ed. original, 1978).
- OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Semântica formal**: uma breve introdução. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012 (Ed. original, 2001).
- OSADA, Toshiki. Changing the name of the Society of Japanese Linguistics: from Kokugo Gakkai to Nihongo Gakkai. In: **Globalization, localization, and Japanese studies in the Asia-Pacific Region**, v. 1, p. 239-244, 19 mar. 2010. Disponível em: <http://doi.org/10.15055/00001337>. Acesso em: 29 ago. 2022.
- OTA, Junko. A tradição histórica dos estudos de *keishikimeishi*. In: **Estudos Japoneses**. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 17, p. 81-110, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/issue/view/10364>. Acesso em: 16 out. 2022.
- _____. Keishiki meishi (形式名詞 – substantivo pró-forma). In: MORALES, Leiko Matsubara (org.). **Tópicos de Gramática da Língua Japonesa**. São Paulo: Fundação Japão, 2011, p. 53-77.
- ÔTSUKI, Fumihiko. **Genkai dai issatsu** (Mar de palavras – volume 1). Tóquio, 1889. Disponível em: <https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/992954>. Acesso em: 2 set. 2022.
- PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1998.
- PINNEO, Timothy Stone. **Pinneo’s primary grammar of the English language for beginners**. Osaka: I. Hamamoto & S. Okamoto, 1886. Disponível em: https://www.wul.waseda.ac.jp/kotenseki/html/bunko08/bunko08_e0186/. Acesso em: 2 set. 2022.
- _____. **Eibunten chokuyaku 1** (Gramática do inglês – tradução direta 1). Trad. Teijirô Nagashima. Tóquio: Shôkôdô, 1870. Disponível em: https://www.wul.waseda.ac.jp/kotenseki/html/bunko08/bunko08_c0707/. Acesso em: 2 set. 2022.
- RIJK, Lambertus Marie de. **Petrus Abaelardus – Dialectica**: first complete edition of the Parisian manuscript. Assen: Van Gorcum, 1956.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011 (Ed. original, 1957).
- ROTHSTEIN, Susan. **Predicates and Their Subjects**. Springer, 2004. (Studies in Linguistics and Philosophy, 74).
- RUSSEL, Bertrand. **Introduction to mathematical philosophy**. 2. ed. London: George Allen & Unwin; New York: The Macmillan, 1920 (Ed. original, 1919).
- _____. **Introdução à filosofia matemática**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2007 (Ed. original, 1919). Título original: **Introduction to mathematical philosophy**. Original em inglês.
- SAEGUSA, Reiko. Jodôshi ‘da’ to joshi ‘ka’ no musubitsuki wo megutte (Sobre a relação entre o *jodôshi* ‘da’ e a partícula *joshi* ‘ka’). In: **Hitotsubashi Daigaku ryûgakusei sentâ yôki** (Publicações do centro de intercambistas da Universidade Hitotsubashi). Tóquio: Centro de intercambistas da Universidade Hitotsubashi, n. 3, p. 69-78, 2000. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10086/8600>. Acesso em: 4 set. 2022.
- _____. ‘Da’ ga tsukawareru toki (Quando se usa ‘da’). In: **Hitotsubashi Daigaku ryûgakusei sentâ yôki** (Publicações do centro de intercambistas da Universidade Hitotsubashi). Tóquio: Centro

- de intercambistas da Universidade Hitotsubashi, n. 4, p. 3-17, 2001. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10086/8580>. Acesso em: 4 set. 2022.
- SAEKI, Umetomo. ‘Ni ari’ kara ‘dearu’ e (Do ‘*ni ari*’ ao ‘*dearu*’). In: **Kokugogaku** (Estudos da língua nacional), n. 26, p. 1-6, 1956. Disponível em: https://bibdb.ninjal.ac.jp/SJL/view.php?h_id=0260010060. Acesso em: 4 set. 2022.
- SAKUMA, Kanae. **Gendai nihongo no hyôgen to gohô** (Expressão e gramática da língua japonesa moderna). 1. ed. Tóquio: Kôseisha Kôseikaku, 1966.
- SATÔ, Kiyoji (org.). **Kokugogaku kenkyû jiten** (Dicionário de Pesquisa da Linguística Japonesa). Tóquio: Meiji, 1992.
- SEARLE, John R. **Speech Acts: An essay in the Philosophy of Language**. London: Cambridge University Press, 1969.
- _____. **Gengo kôhi: gengo tetsugaku e no shiron** (Atos de fala: ensaios em filosofia da linguagem). 1. ed. Trad. Hyakudai Sakamoto e Shun Tsuchiya. Tóquio: Taishûkan, 1988 (Ed. original, 1969). Título Original: **Speech Acts: An essay in the Philosophy of Language**. Versão em japonês. Original em inglês.
- SENOO, Tomoaki. Jutsugo chûshin bunpô no kanôsei: atarashii kyôiku bunpô e no kokoromi (A possibilidade de uma gramática centrada no predicado: esforços para uma nova gramática pedagógica). In: **Hiroshima daigaku daigakuin kyôikugaku kenkyûka kiyô** – dai ichi bu (Periódicos do curso de pós graduação em pedagogia da Universidade de Hiroshima – parte 1), n. 62, p. 127-136, 2013. Disponível em: https://ir.lib.hiroshima-u.ac.jp/ja/list/HU_journals/AA11618554/--/62. Acesso em: 10 jul. 2020.
- SHIRAKAWA, Hiroyuki. Nihongogaku-teki bunpô kara dokuritsu shita nihongo kyôiku bunpô (Uma gramática pedagógica da língua japonesa independente da gramática da *nihongogaku*). In: NODA, Hisashi (ed.). **Komyûnikêshon no tame no nihongo kyôiku bunpô** (Gramática pedagógica da língua japonesa para comunicação). Tóquio: Kuroshio, 2007 (Ed. original, 2005). p. 43-62.
- SPINELLI, Miguel. A dialética discursiva de Pedro Abelardo. In: **Veritas**. Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 437-447, 2004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/34665>. Acesso em: 28 jul 2021.
- SOARES, Rachel Antonio. **Questões de morfologia e sintaxe: um estudo comparativo das línguas shipibo-konibo, jaminawa e japonês**. Rio de Janeiro, 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://ppglinguistica.letras.ufrj.br/index.php/pt/teses-e-dissertacoes-n/dissertacoes-mestrado/di-2011>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- SUGIMOTO, Tsutomu. **Gogenkai** (Origem das palavras). 1. ed. Tóquio: Tôkyô Shoseki, 2005.
- SUZUKI, Kazuhiko; HAYASHI, Ôki (orgs.). **Jojihen (3) jodôshi / jodôshi jiten** (Volume elementos auxiliares (3): dicionário de *joshi* e *jodôshi*). 1. ed. Tóquio: Meiji, 1985. p. 2-18. (Kenkyû shiryô nihongo bunpô (Gramática da língua japonesa – material de pesquisa), 7).
- SUZUKI, Shigeyuki. **Bunpô to bunpô shidô** (Gramática e orientação gramatical) 1. ed. Tóquio: Mugi Shobô, 1972.
- SUZUKI, Tae. Breves considerações sobre as expressões de tratamento da Língua Japonesa. In: **Estudos Japoneses**. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 3, p. 69-88, 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/issue/view/10313>. Acesso em: 16 out. 2022.
- _____. Dos fatos de língua aos estudos linguísticos do Japão. In: SUZUKI, Tae; NINOMIYA, Sonia Regina Longhi; OTA, Junko; MORALES, Leiko Matsubara (orgs.). **Teorias gramaticais da língua japonesa**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2012. p. 13-43.

- SUZUKI, Tae; NINOMIYA, Sonia Regina Longhi; OTA, Junko; MORALES, Leiko Matsubara (orgs.). **Teorias gramaticais da língua japonesa**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2012.
- SUZUKI, Tai. O sistema temporal da língua japonesa nas narrativas clássicas. *In: Estudos Japoneses*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 8, p. 77-92, 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/issue/view/10427>. Acesso em: 10 out. 2022.
- TAKENAGA, Beatriz Shizuko. A divisão histórica japonesa. *In: Estudos Japoneses*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP, n. 7, p. 5-20, 1987.
- TANAKA, Yoshikado. **Shôgaku nihon bunten**: 3 (Gramática Japonesa para a Escola Primária: volume 3). [S.l.]: Edição do autor, 1874. Disponível em: <https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/863886>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- TASHIRO-PEREZ, Eliza Atsuko. Shûjoshi (終助詞 – morfemas finais). *In: MORALES, Leiko Matsubara (org.). Tópicos de Gramática da Língua Japonesa*. São Paulo: Fundação Japão, 2011, p. 157-196.
- _____. A teoria gramatical de Yamada Yoshio. *In: SUZUKI, Tae; NINOMIYA, Sonia Regina Longhi; OTA, Junko; MORALES, Leiko Matsubara (orgs.). Teorias gramaticais da língua japonesa*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2012. p. 45-76.
- _____. Do kokugogaku a nihongogaku – os estudos linguísticos do japonês no Japão. *In: COELHO, Olga (org.). A historiografia linguística no Brasil (1993-2018): memória, estudos*. Campinas: Pontes, 2018). p. 151-176.
- TERAMURA, Hideo. **Nihongo no shintakusu to imi dai ikkan** (Sintaxe e semântica da língua japonesa volume 1) 1. ed. Tóquio: Kuroshio, 1982.
- TOKIEDA, Motoki. **Nihon bunpô**: bungohen (Gramática japonesa: língua clássica). 24. ed. Tóquio: Iwanami, 1979 (Ed. original, 1954).
- _____. **Nihon bunpô**: kôgohen (Gramática japonesa: língua moderna). 3. ed. Tóquio: Iwanami, 1980 (Ed. original, 1950).
- TRASK, Robert Lawrence. **Language and Linguistics: The Key Concepts**. 2. ed. New York: Routledge, 2007 (Ed. original, 1998).
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Verbos de ligação: Itens lexicais ou gramaticais?. *In: ESTUDOS LINGUÍSTICOS*, XXXIII, 2003, Taubaté. **Anais [...]**. Taubaté: UNITAU, 2003, p. 1317-1322. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2004/4publica-estudos2004-pdfs-comunic/verbos_ligacao.pdf. Acesso em: 31 maio 2019.
- TSUJIMURA, Toshiki. ‘Desu’ no yôhō: kinseigo kara gendaigo e (Utilização do ‘desu’: da língua pré-moderna à língua moderna). *In: KINDAIGO GAKKAI. Kindaigo Kenkyû dai issû* (Pesquisa da língua do período moderno: primeiro volume). 1. ed. Tóquio: Musashino, 1965. p. 341-362.
- _____. Iwayuru keijô no jodôshi ni tsuite (A respeito dos chamados *jodôshi* de tratamento). *In: _____ Keigo no shiteki kenkyû* (Pesquisa histórica das palavras de tratamento). 1. ed. Tóquio: Tôkyôdô, 1968. p. 39-54.
- VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- WAKISAKA, Katsunori (Coord.). **Michaelis**: dicionário prático japonês-português. 1. ed. São Paulo: Aliança Cultura Brasil-Japão, 2003.
- WATANABE, Minoru. **Kokugo kôbunron** (Sintaxe da língua nacional). 1. ed. Tóquio: Hanawa Shobô, 1971.

- WENCK, Günther. The Japanese copula – a dummy?. *In: Linguistics: an interdisciplinary journal of the language sciences*, v. 11, n. 100, p. 77-86, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/ling.1973.11.100.77>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- YAMADA, Yoshio. *Nihon bunpô ron* (Gramática japonesa). Tóquio: Hôbunkan, 1908. Disponível em: <https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/992499>. Acesso em: 19 set. 2022.
- _____. *Nihon kôgo hô kôgi* (Exposição sobre a gramática da língua japonesa falada). Tóquio: Hôbunkan, 1970 (Ed. original, 1922).
- YAMAGUCHI, Akiho; AKIMOTO, Morihide (orgs.). *Nihongo bunpô daijiten* (Grande dicionário da gramática da língua japonesa). Tóquio: Meiji, 2001.
- YAMAGUCHI, Gyôji. ‘Dearu’ no keisei (Formação do ‘*dearu*’). *In: Kyôto gobun* (Quioto – língua e literatura). Quioto: Sociedade de estudos da língua e literatura nacional da Universidade Bukkyô, n. 9, p. 74-87, 2002. Disponível em: https://archives.bukkyo-u.ac.jp/repository/baker/rid_KG000900000398. Acesso em: 4 set. 2022.
- YAMAZAKI, Yoshiyuki. *Kotengo no bunpô* (Gramática da língua clássica). 3. ed. Tóquio: Musashino, 1971 (Ed. original, 1966).
- YOSHIDA, Kanehiko. *Gendaigo jodôshi no shiteki kenkyû* (Pesquisa histórica do *jodôshi* da língua moderna). 1. ed. Tóquio: Meiji, 1971.
- YOSHIZAWA, Norio. Yakugo to shite mita ‘jodôshi’ (‘*Jodôshi*’ visto como termo traduzido). *In: TANABE-HAKASE KOKI KINEN KOKUGOGAKU RONSHÛ HENSHÛ IINKAI. Tanabe-hakase koki kinen kokugo joshi jodôshi ronsô* (Comemoração do 70º. Aniversário do dr. Tanabe – textos sobre os *joshi* e *jodôshi* da língua nacional). Tóquio: Ôfûsha, 1979. p. 665-676.

REPRODUÇÃO EM CARACTERES JAPONESES DA BIBLIOGRAFIA EM LÍNGUA JAPONESA

Nesta seção, visando possibilitar ao leitor conhecedor da língua japonesa maior facilidade em identificar e localizar os materiais em língua japonesa consultados, esses, que, na seção anterior foram apresentados, conforme as normas da ABNT, em caracteres romanos, serão aqui reproduzidos novamente, mas em letras japonesas, de modo a facilitar a busca por nome dos autores ou pelos títulos do trabalho etc.

- (ADACHI, 1866) 足立 梅景. 英吉利文典字類. [S.l]: 伊月郵舎, 1866.
https://www.wul.waseda.ac.jp/kotenseki/html/bunko08/bunko08_c0598/ (2 set. 2022)
- (AUSTIN, 1978) J. L. オースティン. 言語と行為. Trad. 坂本百大. 東京: 大修館書店, 1978.
- (DUBOIS et alii, 1990) J. デュボワ他著. ラルース言語学用語辞典. 東京: 大修館書店, 1990.
- (FURUTA, 1969) 古田東朔. だー断定<現代語>; ですー断定<現代語>. *In: 松村明 (org.). 古典語現代語助詞助動詞小説*. 東京: 学燈社, 1969. p. 292-302.
- (HASHIMOTO, 1935) 橋本進吉. 新文典別記: 上級用. 東京: 富山房, 1935.
- (HORII, 1974) 堀井令以知. 名詞文の機能. *In: アカデミア*. 名古屋: 南山大学, n. 97, p. 39-53, 1974.
- (HOSOKAWA, 1985) 細川英雄. 係助詞. *In: 鈴木一彦; 林巨樹 (orgs.). 研究資料日本文第7巻: 助辞編 (三) 助詞・助動詞辞典*. 東京: 明治書院, 1985. p. 206-224.
- (ICHIKAWA, 1990) 市川保子. 名詞述語文「～は～です」の意味と機能に関する一考察. *In: 文*

- 藝言語研究: 言語篇. 筑波: 筑波大学文藝・言語学系, n. 18, p. 53-67, set. 1990.
<http://hdl.handle.net/2241/13554> (22 set. 2022)
- (IWABUCHI, 1985) 岩淵匡. 断定・否定の助動詞. *In*: 鈴木一彦; 林巨樹 (orgs.). 研究資料日本文第7巻: 助辞編 (三) 助詞・助動詞辞典. 東京: 明治書院, 1985. p. 2-18.
- (KASUGA, 1968) 春日和男. 存在詞に関する研究. 東京: 風間書房, 1968.
- (KASUGA, 1969) 春日和男. なり一断定<古典語>; たり一断定<古典語>. *In*: 松村明 (org.). 古典語現代語助詞助動詞小説. 東京: 学燈社, 1969. p. 277-291.
- (KAWAGISHI, 1985) 川岸敬子. 敬讓の助動詞. *In*: 鈴木一彦; 林巨樹 (orgs.). 研究資料日本文第7巻: 助辞編 (三) 助詞・助動詞辞典. 東京: 明治書院, 1985. p. 66-81.
- (KITAHARA, 1987) 北原保雄. 日本語助動詞研究. 東京: 大修館書店, 1987.
- (KOJIMA, 1959) 小島俊夫. 後期江戸語における「デス」・「デアリマス」・「マセンデシタ」. *In*: 国語学, n. 39, p. 75-84, 1959.
https://bibdb.ninjal.ac.jp/SJL/view.php?h_id=0390750840 (6 set. 2022)
- (KOKUGO GAKKAI, 1971) 国語学会. 国語学辞典. 東京: 東京堂出版, 1971.
- (KOKUGO GAKKAI, 1980) 国語学会. 国語学大辞典. 東京: 東京堂出版, 1980.
- (KOMATSU, 1984) 小松光三. 助動詞の諸問題. *In*: 鈴木一彦; 林巨樹 (orgs.). 研究資料日本文第6巻: 助辞編 (二) 助動詞. 東京: 明治書院, 1984. p. 81-97.
- (KUDÔ, 2001) 工藤進. 名詞文と日本語. *In*: 言語文化. 東京: 明治学院大学言語文化研究所, n. 18, p. 92-98, mar. 2001.
<https://www.meijigakuin.ac.jp/gengobunka/bulletins/archive/18.html> (23 set. 2022)
- (MATSUMURA, 1969) 松村明 (org.). 古典語現代語助詞助動詞小説. 東京: 学燈社, 1969. p. 292-302.
- (MATSUSHITA, 1930) 松下大三郎. 標準日本口語法. 東京: 中文館書店, 1930.
<https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/1178361> (25 set. 2022)
- (MATSUSHITA, 1984) 松下大三郎. 動助辞・総説. *In*: 梅原泰則 (org.). 論集日本語研究7: 助動詞. 東京: 有精堂出版, 1984. p. 17-20.
- (MIKAMI, 1972) 三上章. 現代語法序説: シンタクスの試み. 東京: くろしお出版, 1972.
- (MORI, 2013) 森秀明. 「デナイ」「デハナイ」の語形による使い分けー『現代日本語書き言葉均衡コーパス』を使用した予備的調査ー. *In*: 第11回日本語教育研究集会, 2013, 名古屋. [...]予稿集. 名古屋: 2013. p. 26-29.
https://www.lang.nagoya-u.ac.jp/nichigen/menu7_folder/symposium/11.html (4 set. 2022)
- (MORIKAWA, 2011) 森川正博. 繫辞の「ダ」と「である」. *In*: 名古屋外国語大学外国語学部紀要. 名古屋: n. 40, p. 27-44, 2011.
<http://id.nii.ac.jp/1095/00000118/> (4 set. 2022)
- (NAGANO, 1990) 永野賢. 「から」と「ので」はどう違うか. *In*: 服部四郎; 大野晋; 阪倉篤義; 松村明 (orgs.). 日本の言語学第4巻: 文法Ⅱ. 東京: 大修館書店, 1990. p. 457-488.
- (NAKAMURA, 1997) 中村幸弘. 生徒のための古典読解文法: 改訂版. 東京: 右文書院, 1997.
- (NAKANE, 1876) 中根淑. 日本文典: 下. [東京]: 大角豊治郎, 1876.
<https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/1084377> (21 abr. 2022)
- (NAKAZAKI & SHIROTA, 2016) 中崎崇; 城田俊. 日本語における語の認定と品詞分類をめぐって: 日本語教師のための日本語文法を求めて. *In*: 就実論争, n. 46, p. 63-76, 2016.

- (NIHONGO KIJUTSU BUNPÔ KENKYŪKAI, 2003) 日本語記述文法研究会. 現代日本語文法 4 第 8 部モダリティ. 東京: くろしお出版, 2003.
- (NIHONGO KYŌIKU GAKKAI, 1993) 日本語教育学会. 日本語教育辞典縮刷版. 東京: 大修館書店, 1993.
- (OKAMURA, 1969) 岡村和江. ぞ一係助詞<古典語>. In: 松村明 (org.). 古典語現代語助詞助動詞小説. 東京: 学燈社, 1969. p. 560-562.
- (ÔKUBO, 1982) 大久保忠利. 日本文法陳述論. 東京: 明治書院, 1982.
- (OKUTSU, 1999) 奥津敬一郎. 「ボクハウナギダ」の文法一ダとノー. 東京: くろしお出版, 1999.
- (ÔTSUKI, 1889) 大槻文彦. 言海大一冊. 東京, 1889.
<https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/992954> (2 set. 2022)
- (PINNEO, 1870) ピ子ヲ. 英文典直訳 1. 永嶋貞次郎. 東京: 尚古堂, 1870.
- (SAEGUSA, 2000) 三枝令子. 助動詞「だ」と助詞「か」の結びつきをめぐって. In: 一橋大学留学生センター紀要. 東京: 一橋大学留学生センター, n. 3, p. 69-78, 2000.
<https://hdl.handle.net/10086/8600> (4 set. 2022)
- (SAEGUSA, 2001) 三枝令子. 「だ」が使われるとき. In: 一橋大学留学生センター紀要. 東京: 一橋大学留学生センター, n. 4, p. 3-17, 2001.
<https://hdl.handle.net/10086/8580> (4 set. 2022)
- (SAEKI, 1956) 佐伯梅友. 「にあり」から「である」へ. In: 国語学, n. 26, p. 1-6, 1956.
https://bibdb.ninjal.ac.jp/SJL/view.php?h_id=0260010060 (4 set. 2022)
- (SAKUMA, 1966) 佐久間鼎. 現代日本語の表現と語法. 東京: 恒星社厚生閣 1966.
- (SATÔ, 1992) 佐藤喜代治 (org.). 国語学研究辞典. 東京: 明治書院, 1992.
- (SEARLE, 1988) J. R. サール. 言語行為: 言語哲学への試論. Trad. 坂本百大, 土屋俊. 東京: 大修館書店, 1988.
- (SENOO, 2013) 妹尾知昭. 述語中心文法の可能性: 新しい教育文法への試み. In: 広島大学大学院教育学研究科紀要第一部, n. 62, p. 127-136, 2013.
https://ir.lib.hiroshima-u.ac.jp/ja/list/HU_journals/AA11618554/--/62 (10 jul. 2020)
- (SHIRAKAWA, 2007) 白川博之. 日本語学的文法から独立した日本語教育文法. In: 野田尚史 (org.). コミュニケーションのための日本語教育文法. 東京: くろしお出版, 2007. p. 43-62.
- (SUGIMOTO, 2005) 杉本つとむ. 語源海. 東京: 東京書籍, 2005.
- (SUZUKI, 1972) 鈴木重幸. 文法と文法指導. 東京: むぎ書房, 1972.
- (SUZUKI & HAYASHI, 1985) 鈴木一彦; 林巨樹 (orgs.). 研究資料日本文第 7 巻: 助辞編 (三) 助詞・助動詞辞典. 東京: 明治書院, 1985. p. 2-18.
- (TANAKA, 1874) 田中義廉. 小学日本文典: 三. [S.I.]: 田中義廉, 1874.
<https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/863886> (21 abr. 2022)
- (TERAMURA, 1982) 寺村秀夫. 日本語のシンタクスと意味. 東京: くろしお出版, 1982.
- (TOKIEDA, 1979) 時枝誠記. 日本文法: 口語篇. 東京: 岩波書店, 1979.
- (TOKIEDA, 1980) 時枝誠記. 日本文法: 文語篇. 東京: 岩波書店, 1980.
- (TSUJIMURA, 1965) 辻村敏樹. 「です」の用法—近世語から現代語へ—. In: 近代語学会. 近代語研究大一冊. 東京: 武蔵野書院, 1965. p. 341-362.

- (TSUJIMURA, 1968) 辻村敏樹. いわゆる敬讓の助動詞について. *In: 敬語の史的研究*. 東京: 東京堂出版, 1968. p. 39-54.
- (WATANABE, 1971). 渡辺実. *国語構文論*. 東京: 塙書房, 1971.
- (YAMADA, 1908) 山田孝雄. *日本文法論*. 東京: 宝文館出版, 1908.
<https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/992499> (19 set. 2022)
- (YAMADA, 1970) 山田孝雄. *日本口語法講義*. 東京: 宝文館出版, 1970.
- (YAMAGUCHI & AKIMOTO, 2001) 山口秋穂; 秋本守英 (orgs.). *日本語文法大辞典*. 東京: 明治書院, 2001.
- (YAMAGUCHI, 2002) 山口堯二. 「である」の形成. *In: 京都語文*. 京都: 佛教大学国語国文学会, n. 9, p. 74-87, 2002.
https://archives.bukkyo-u.ac.jp/repository/baker/rid_KG000900000398 (4 set. 2022)
- (YAMAZAKI, 1971) 山崎良幸. *古典語の文法*. 東京: 武蔵野書院, 1971.
- (YOSHIDA, 1971) 吉田金彦. *現代語助動詞の史的研究*. 東京: 明治書院, 1971.
- (YOSHIZAWA, 1979) 吉沢典男. 訳語としてみた「助動詞」. *In: 田邊博士古稀記念国語学論集* 編修委員会. *田邊博士古稀記念国語助詞助動詞論叢*. 東京: 桜楓社, 1979. p. 665-676.

FONTES UTILIZADAS PARA EXEMPLIFICAÇÃO

A lista abaixo corresponde às indicações de autores e/ou obras, ou ainda, artigos entre parênteses fornecidas junto com as frases de exemplo ao longo deste trabalho.

(Akutagawa): 芥川龍之介 Ryûnosuke Akutagawa (1892-1927)

羅生門 *Rashômon* (1915), 鼻 *Hana* (1916), 地獄変 *Jigokuhen* (1918), 路上 *Rojô* (1919), 河童 *Kappa* (1927)

(Amehitoburi): 天人扶理 (c. séc. IX)

Poema do tipo 琴歌譜 *kinkafu*, para acompanhamento por instrumentos musicais.

(Asahi shinbun): 朝日新聞 – jornal, versão digital

“*Chi ni...*” (11 nov. 2022).

<https://webronza.asahi.com/journalism/articles/2022111700005.html>. Acesso em: 22 nov. 2022.

“*Jû ichi gatsu...*” (22 nov. 2022).

<https://www.asahi.com/ads/billy-db2022/?cid=pre1>. Acesso em: 22 nov. 2022.

(Fûgawakashû): 風雅和歌集 (c. 1344) – compilação poética

Números fornecidos correspondem ao número do poema no interior da obra.

(Genji): 源氏物語 Genji Monogatari (1008), de 紫式部 Murasaki Shikibu (?-1014?)

Nomes fornecidos após a vírgula correspondem ao capítulo da obra.

(Heike): 平家物語 Heike Monogatari (c. séc. XIV)

Números fornecidos correspondem ao número do tomo.

(Hôgen): 保元物語 Hôgen Monogatari (c. 1320)

Números fornecidos correspondem ao número do tomo.

(Kawabata): 川端康成 Yasunari Kawabata (1899-1972)

雪国 *Yukiguni* (1937)

(Kitô): 木藤亜也 Aya Kitô (1968-1988)

1 リットルの涙 *1 Rittoru no Namida* (2005)

(Kojiki): 古事記 (c. 712) – compilação sobre a história do Japão

Números fornecidos correspondem ao número do poema no interior da obra.

(Kokinwakashû): 新古今和歌集 (905) – compilação poética

Números fornecidos correspondem ao tomo em que consta o poema.

(Konjaku): 今昔物語集 Konjaku Monogatarishû (c. séc. XII)

Números fornecidos correspondem ao número do tomo, seguido do número do conto no interior da obra.

(Makura no Sôshi): 枕草子 (1002), de 清少納言 Sei Shônagon (c. 966-1017)

Números fornecidos correspondem ao número do texto, conforme as divisões no interior da obra, seguindo a versão brasileira (SHÔNAGON, 2013).

(Man'yôshû): 万葉集 (c. 759) – compilação poética

Números fornecidos correspondem ao número do poema no interior da obra.

(Mayama): 真山青果 Seika Mayama (1878-1948)

第一人者 *Dai ichi ninsha* (1907 – peça de teatro)

(Mishima): 三島由紀夫 Yukio Mishima (1925-1970)

金閣寺 *Kinkakuji* (1959)

(Miyamoto): 宮本百合子 Yuriko Miyamoto (1899-1951)

貧しき人々の群 *Mazushiki hitobito no mure* (1916)

(Mori): 森鷗外 Ôgai Mori (1862-1922)

キタ・セクスアリス *Wita Sekusuarisu* (1909)

(Murakami): 村上龍 Ryû Murakami (1952-)

最後の家族 *Saigo no Kazoku* (2001)

(Nakazato): 中里介山 Kaizan Nakazato (1885-1944)

大菩薩峠 *Daibosatsutôge*, vol. 5 (1918)

(NHK news): NHK ニュース – portal de notícias

“Ni jû san nen...” (08 mar. 2022).

https://www3.nhk.or.jp/news/special/news_seminar/syukatsu/syukatsu868/. Acesso em: 22 nov. 2022.

“Moderu Tominaga...” (25 mar. 2022).

https://www3.nhk.or.jp/news/special/adult-age-reduction/featured-articles/detail/detail_12.html.

Acesso em: 22 nov. 2022.

“Wârudo Kappu...” (22 nov. 2022).

<https://www3.nhk.or.jp/news/html/20221122/k10013899461000.html>. Acesso em: 22 nov. 2022.

(Nihon shoki): 日本書紀 (c. 720) – compilação sobre a história do Japão

Números fornecidos correspondem ao número do poema no interior da obra.

(Ôkura): 大蔵虎明 Toraakira Ôkura (1597-1662) – autor de teatro *kyôgen*

大蔵虎明本 *Ôkura Toraakira Bon* (c. 1635)

(Saidaijihon): 西大寺本「金光明最勝王經」古点 Saidaijihon “*konkômmyôsaishôkyô*” koten

Escritura budista chinesa com marcações para leitura em japonês (c. séc. IX)

(Sagoro): 狭衣物語 Sagoro Monogatari (c. 1077-1081?), de 六条齋院宣旨 Rokujosaiin no senji? (?-1092)

Números fornecidos correspondem ao número do tomo.

(Sarashina): 更級日記 Sarashina Nikki (1060), de 菅原孝標女, filha de Sugawara no Takasue (c. 1008-?)

Números fornecidos correspondem às divisões no interior da obra.

(Senmyô): 宣命 – éditos imperiais contidos no interior da obra 続日本紀 Shoku Nihongi (797)

Números fornecidos correspondem ao número do édito no interior da obra.

(Shinkokinwakashû): 新古今和歌集 (1205) – compilação poética

Números fornecidos correspondem ao número do poema no interior da obra.

(Shimazaki): 島崎藤村 Tôson Shimazaki (1872-1943)

夜明け前 *Yoake mae* (1929-1935)

(Sôseki): 夏目漱石 Sôseki Natsume (1867-1916)

吾輩は猫である *Wagahai wa neko dearu* (1905)

(Takahashi): 高橋信次 Shinji Takahashi (1927-1976)

悪霊 II *Akuryô II* (1975)

(Takeda): 武田麟太郎 Rintarô Takeda (1904-1946)

暴力 *Bôryoku* (1929)

(Tosa): 土佐日記 Tosa Nikki (932), de 紀貫之 Kino Tsurayuki (870?-945?)

Datas fornecidas correspondem às divisões no interior da obra.

(Tsubouchi): 坪内逍遙 Shôyô Tsubouchi (1859-1935)

役の行者 *Yaku no gyôja* (1916)

(Tsurezuregusa): 徒然草 (c. 1330), de 吉田兼好 Yoshida Kenkô (c. 1283-1352)

Números fornecidos correspondem ao número do texto, conforme as divisões no interior da obra.

(Yokomitsu): 横光利一 Riichi Yokomitsu (1898-1947)

旅愁 *Ryoshû* (1937-1946)

As traduções das frases de exemplo, quando indicado em nota de rodapé, foram retiradas das publicações abaixo.

AKUTAGAWA, Ryûnosuke. **Rashômon e outros contos**. Trad. Madalena Hashimoto Cordaro e Junko Ota. São Paulo: Hedra, 2008.

_____. **Kappa** e o levante imaginário. Trad. Shintaro Hayashi. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

KAWABATA, Yasunari. **O país das neves**. 5. ed. Trad. Neide Hissae Nagae. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

SHÔNAGON, Sei. **O livro do travesseiro**. Trad. Geny Wakisaka, Junko Ota, Lica Hashimoto, Luiza Nana Yoshida e Madalena Hashimoto Cordaro. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

YOSHIDA, Kenkô. **A arte de transformar tempo fútil em tempo útil**: coletânea de pensamentos para viver melhor no dia-a-dia. Trad. Paulo Castanheira. São Paulo: Landy, 2001.

ANEXO – TRADUÇÕES DE DEFINIÇÕES RETIRADAS DE DICIONÁRIOS DE LINGUÍSTICA JAPONESES

Nesta seção serão apresentados os textos, na íntegra, assim como suas traduções completas, das definições retiradas de dicionários de linguística japoneses de termos e conceitos gramaticais do japonês, que tenham sido estudados ao longo deste trabalho.

DEFINIÇÃO DE *JI* (*Kokugogaku Jiten*)

FONTE: KOKUGO GAKKAI (Associação de Estudos da Língua Nacional). **Kokugogaku Jiten** (Dicionário da Linguística Nacional). Tóquio: Tôkyô-dô, 1971. p. 475-476.

辞

《文法》 (1) 単語を文法上の性格から二大別した場合の分類。

詞に対する。

(イ) 橋本進吉 (別項) は、単独で文節を構成しうる語 (詞・自立語) に対して、常に詞に伴ってのみ文節を構成しうる語を辞と称した (→ 付属語)。

山田孝雄 (別項) の観念語に対する関係語に当たる。

橋本の場合、助詞・助動詞がこれに属するが、ただ接尾語との区別が明確でない点がある。

(ロ) 時枝誠記は、概念化する過程を経て表現された語 (詞) に対して、概念化する仮定を経ないで表現

JI

(GRAMÁTICA) (1) É uma das duas classes obtidas ao se classificar as palavras com base na sua natureza gramatical, opondo-se a 詞 *shi*.

(a) Shinkichi Hashimoto [1882-1945], em oposição às palavras que poderiam compor um *bunsetsu*²³² por si só (*shi*, ou palavras independentes), chamou de *ji* as palavras que só poderiam compor um *bunsetsu* quando acompanhadas de um elemento *shi*. Correspondem [*shi* e *ji*, respectivamente,] às noções de Yoshio Yamada [1873-1958] de palavras nocionais e palavras relacionais. Para Hashimoto, [o *ji*] incluía os *joshi* e os *jodôshi*, mas não ficou claro qual a diferença em relação a sufixos.

(b) Motoki Tokieda [1900-1967], em oposição às palavras que seriam expressas após passarem por um processo de conceptualização (*shi*), chamou de *ji* as

²³² 文節 *bunsetsu*: unidade ao mesmo tempo prosódica e sintática, definida por Hashimoto, sendo um conceito central da gramática deste autor. Ver a seção 1.1 deste trabalho para breves comentários sobre o *bunsetsu*. Ver Doi (2012) para uma explicação mais detalhada do conceito.

された語を辞と称し、これに言語主体の場合の直接的表現を見ようとする。

したがって助詞・助動詞（その一部は辞から除外される。→助動詞）のほか、感動詞・接続詞・陳述副詞（各別項）もこれに属する。

【研究史】古来、「てにをは」（別項）と称したものが、これに当る。

富士谷成章（別項）は「脚結」^{アユイ}と称した。

鈴木 腹^{アキラ}（→『言語四種論』^{ゲンギョ}）は、
詞^{コトバ}に対する 辞^{テニヲハ}の本質を、玉とそれを貫く緒にたとえている。

古くから漢字の「辞」をあてて用いられ、静辞・動辞・助辞などの熟語もできて、いつとなくこれが単独で音読されて、「てにをは」の意味に用いられるようになった。

しかし明確に「ジ」と命名したのは橋本である。

〔以上 林和比古〕

palavras que não passavam por um processo de conceptualização ao serem expressas, considerando serem estes últimos expressões diretas da posição do agente linguístico. Consequentemente, além dos *joshi* e *jodôshi* (com a exceção de alguns *jodôshi*), incluiu aqui as interjeições, as conjunções e os advérbios de modalidade.

[Histórico de pesquisa] Os elementos que eram antigamente designados como *teniwoha* [*teniowa*] correspondiam ao *ji*.

Nariakira Fujitani [1738-1779] os chamou de *ayui* (“cordão”). Akira Suzuki [1764-1837] (em “*Gengyoshishuron*” [1824]), comparou a relação entre os 辞 *teniwoha* [*teniowa*] e os 詞 *kotoba*²³³ como a de uma linha que penetra a joia [de um colar ou pingente p. ex.].

Desde antigamente, utilizava-se o ideograma 辞 [para designar elementos gramaticais], tendo também surgido composições [que utilizam este ideograma] como 静辞 *seiji* (elemento estático), 動辞 *dôji* (elemento de movimento), 助辞 *joji* (elemento auxiliar) etc., de modo que, em algum momento, [esse ideograma] passou a ser pronunciado de maneira isolada [como *ji*], passando a ser utilizado com o sentido de *teniwoha* [*teniowa*].

Mas foi Hashimoto quem distintamente inaugurou a denominação “*ji*”.

(Kazuhiko Hayashi)

²³³ No trecho, *teniwoha* [*teniowa*] aparece grafado com o mesmo ideograma normalmente utilizado para *ji* (辞), e *kotoba*, com o ideograma normalmente utilizado para *shi* (詞), tal como provavelmente Akira Suzuki deve ter grafado na obra mencionada. Dessa maneira, deve-se entender *kotoba* como correspondente a *shi*, e *teniwoha* [*teniowa*] como correspondente a *ji*.

(2) 広く言語の形式（形態素・単語・単語連結）を指して辞と言うことがある（例えば接尾語という名称など）が、特に小林英夫は統合（→ネクサス・ジャンクション（別項））の構成要素たる二項を辞項と呼び、また単に辞とも呼んだ（主辞・賓辞^{ヒン}・定辞・被定辞など）。

統合における辞は範疇として思惟され、交換可能である。

統辞法（→構文論）は、この辞を統一するに当たっての法則の意。

この辞にあたるものを、また主語・述語など、単に語と呼ぶこともある。

〔以上 阪倉篤義〕

〔参考〕

『日本文法史』 福井久蔵。

(2) Existe o *ji* que indica formas gramaticais (morfemas, palavras, encadeamento de palavras) de maneira ampla (por exemplo, a denominação *setsubigo* [sufixo] etc.), mas, em especial, Hideo Kobayashi [1903-1978] chamou os dois itens que comporiam uma combinação (nexo / junção)²³⁴ de *jikô* [item *ji*], ou simplesmente de *ji* (*shuji* [sujeito], *hinji* [predicado], *teiji* [especificador], *hiteiji* [alvo do especificador] etc.).

No que diz respeito à combinação, o *ji* é considerado como uma categoria, sendo intercambiável.

Tôjihô (sintaxe)²³⁵ refere-se às regras de combinação desses *ji*.

Correspondentes a esses *ji*, há também a terminologia *shugo* (sujeito), *jutsugo* (predicado) etc., ou simplesmente *go* (palavra)²³⁶.

(Atsuyoshi Sakakura)

(REFERÊNCIAS)

FUKUI, Kyûzo. “História da gramática japonesa”.

²³⁴ Refere-se ao conceito de combinação (*combination*) de Otto Jespersen (1860-1943). Jespersen classificava a combinação em *nexus* (combinação de um sujeito com um predicado) e *junction* (combinação de palavras que não resulta em predicação).

²³⁵ Em japonês, o nome provavelmente mais comum para se referir à sintaxe como ramo da linguística é 構文論 *kôbunron*, mas, diferentes autores, em diferentes momentos podem ter utilizado diferentes traduções do inglês “*syntax*” ou do equivalente em outros idiomas ocidentais para se referir à área da sintaxe. Por exemplo, o dicionário online jisho.org (acesso em 27 set. 2022) apresenta como possíveis traduções de “*syntax*” do inglês, além de 構文論 *kôbunron*, 文章論 *bunshôron*, 統語論 *tôgoron*, entre outros. O 統辞法 *tojihô* mencionado, aparentemente, se trata de terminologia utilizada por Kobayashi para se referir à sua área de estudos de sintaxe em que utilizava a terminologia *ji* com essa designação específica acima apresentada.

²³⁶ Esta segunda acepção de *ji*, colocada por Sakakura, se refere a uma utilização em que *ji* teria um sentido mais amplo – mais próximo de “palavra” ou “termo”, do que “termo funcional” –, que seria o sentido da acepção (1) acima. Normalmente, para esse sentido mais próximo de “palavra” ou “termo”, usa-se 語 ‘*go*’, em vez de ‘*ji*’, tal como demonstrado acima na comparação acima em que 主語 *shugo* e 述語 *jutsugo*, termos mais difundidos para se referir, respectivamente, a “sujeito” e “predicado”, teriam sido chamados por alguns autores de 主辞 *shuji* e 賓辞 *hinji*. Desnecessário dizer que não é esta a acepção de *ji* que tem sido aludida neste trabalho, mas a primeira acima, redigida por Kazuhiko Hayashi, na qual os *ji* se assemelham ao conceito ocidental de *termo funcional*.

『国語法研究』 橋本進吉。
『国語学原論』 時枝誠記。
『日本文法口語篇文語篇』 同上。
『文法の原理』 小林英夫 (国語
科学講座)

HASHIMOTO, Shinkichi. “Pesquisa da gramática da língua nacional”.
TOKIEDA, Motoki. “Princípios da linguística nacional”.
_____. “Gramática japonesa – língua clássica e língua moderna”.
KOBAYASHI, Hideo. “Princípios de gramática” (Curso de ciência linguística do japonês).

DEFINIÇÃO DE YÔGEN (*Kokugogaku Daijiten*)

FONTE: KOKUGO GAKKAI (Associação de Estudos da Língua Nacional). *Kokugogaku Daijiten* (Grande Dicionário da Linguística Nacional). Tóquio: Tôkyô-dô, 1980. p. 894-895.

用言

品詞分類の手続きにおいて、活用があり、単独で述語となりうるものを与えられる総称。

動詞・形容詞の類を包括する上位分類で、動作・作用、あるいは事物の存在・性質・状態を叙述する特色をもつ。

橋本進吉は、詞（自立語）で活用がある、動詞・形容詞・形容動詞を用言とし、「述語になる、連用修飾語をとる、それ自身の形によって、断続を示す、有意の動作・自然の作用・性質状態を叙述する」などの特徴を指摘した。

山田孝雄^{よしお}は、陳述の力の寓されている語で、多くの場合、事物の属性を同時に表わすと説き、用言の特性を陳述に求めて動詞・形容詞・存在詞を含めた。

YÔGEN

No método de classificação de classes gramaticais, [*yôgen*] é um termo genérico empregado para se referir a elementos flexionáveis capazes de constituir um predicado (*jutsugo*) por si só.

É uma classificação de amplo escopo que, abrangendo verbos *dôshi* e adjetivos *keiyôshi*, possui a característica de descrever ações e comportamentos, assim como a existência, a natureza ou estado das coisas.

Shinkichi Hashimoto [1882-1945] apontou que *yôgen* são os elementos independentes *shi* flexionáveis: verbos *dôshi* e adjetivos do tipo *keiyôshi* e *keiyôdôshi*. Podem “formar predicados, tomar modificadores adverbiais (*ren'yô*), e, a depender de sua forma, indicar uma parada ou descrever ações intencionais, processos naturais, atributos ou estados”.

Yoshio Yamada [1873-1958] descreveu que os *yôgen* são termos que contêm força de *chinjutsu*²³⁷, expressando várias propriedades ao mesmo tempo. Determinou ser o *chinjutsu* a característica especial do *yôgen*, que incluiria os verbos *dôshi*, os adjetivos *keiyôshi* e os elementos que expressam existência ([que chamou de] *sonzaishi*).

Motoki Toekieda [1900-1967] não reconhecia a existência de *chinjutsu* nos

²³⁷ Quanto ao conceito de 陳述 *chinjutsu*, ver seção 4.2.3.3 no corpo deste trabalho. Para maior aprofundamento, ver Okata & Mukai (2012), Fukasawa (1991), ou, para os leitores de japonês, Ôkubo (1982).

時枝誠記^{もとき}は、用言そのものには、陳述を求めず、詞の中で、他の語との接続関係において語形式を変えるものを用言として、動詞・形容詞を含めた。

一方、語形式を変えないものは体言とし、詞を用言と体言に二分した。元来、用言の概念は、「体・用」の別に由来するものであり、右の時枝の説以外にも、「自用語」を「概念語（体言）」と「陳述語（用言）」に二分する山田孝雄の説、あるいは「主用語」を体言・用言に分ける安田喜代門の説など、用言を体言に対立・対応するものとしてとらえる傾向が見られる。

なお、松下大三郎は、「動作動詞」に対して「遠し・近し・静かに・堂々と・然（しか）」の類を形容詞（形容動詞）とし、これらを一括して動詞とした。

松尾捨治郎も、「動詞（狭義）」と形容詞とを、動詞（広義）としてまとめた。

yôgen, que definiu como sendo os elementos que apresentam mudança de forma ao se conectar a outros termos, compreendendo verbos *dôshi* e adjetivos *keiyôshi*.

Por outro lado, definiu como *taigen* os elementos que não mudam de forma, assim dividindo os elementos independentes *shi* em *yôgen* e *taigen*.

A noção de *yôgen* costumava ser compreendida a partir da confrontação com a noção de *taigen*, mesmo antes da exposição de Tokieda acima, ou de classificações semelhantes de outros autores como Yoshio Yamada e Kiyomon Yasuda [1896-1980]. O primeiro dividia o que chamava de “elementos de uso independente” [que corresponderiam aos elementos independentes *shi*] em “elementos nocionais” (correspondente aos *taigen*) e “elementos de *chinjutsu*” (correspondente aos *yôgen*), e o segundo dividiu o que chamava de “elementos de uso principal” em *taigen* e *yôgen*.

Ainda, Daizaburô Matsushita [1878-1935] fez uma confrontação entre o que chamou de “verbos de ação” e os adjetivos *keiyôshi* (ou *keiyôdôshi*), tais como *tohoshi* (“distante”), *chikashi* (“próximo”), *shizuka ni* (“silenciosamente”), *dôdô to* (“grandiosamente”) e *shika* (“tal qual”), classificando os dois tipos como *dôshi* (verbo).

Suejirô Matsuo [1875-1948], de maneira semelhante, definiu como “verbos (*dôshi*) em sentido amplo” um grupo que incluiria o que chamou de “verbos (*dôshi*) em sentido estrito” e os adjetivos *keiyôshi*.

【用法】用言の、文法上の基本的な特徴は、活用によって句の断続を示すところにあり、この観点から、助動詞とともに活用語としてまとめられることもある。

語自体が持つ活用の機能に基いて、終止法・命令法、古くは係り結び法を以て句の「断」を示し、中止法によって句の中断を示す。

また、助詞の助けを借りずに、それ自身が連体法・連用法の機能を持ち、句の「続」を示すほか、一般に他の語・接辞との間に、広く複合・連接の機能を有する。

主語に立ちうる体言に対して、述語を構成する点も重要な特性ではあるが、用言自体に、文を統合し表現を成立させる陳述の力があるか否かについては結論が出ていない。

意味の面では、動作・作用・存在を表わす点には、一応、用言の独自性が認められるが、指定（「である・侍り」など）・否定（形容詞「ない」）においては助動詞との関連性

[REGRAS DE USO]

Do ponto de vista gramatical, a propriedade fundamental do *yôgen* é sua característica de, por meio da flexão, manifestar a finalização da frase. Por esse ponto de vista, é muitas vezes classificado na categoria de *termo flexionável* junto com os *jodôshi*.

A partir da flexão de sua própria forma, pode apontar a “definição” da frase, pelos métodos conclusivo (*shûshi*), imperativo ou, mais antigamente, pelo método da relação-conexão (*kakari-musubi*)²³⁸. Por meio do método continuativo (*chûshi*), pode indicar uma quebra na frase.

Ainda, sem precisar do auxílio de uma partícula *joshi*, pode indicar “continuidade” da frase por meio dos métodos adnominal (*rentai*) ou adverbial (*ren'yô*).

Além disso, de modo geral, tem a funcionalidade de formar encadeamentos e composições com outros termos e afixos.

Em contraste ao *taigen*, que pode ocupar a posição de sujeito (*shugo*), o *yôgen* possui, também, a importante propriedade de organizar o predicado (*jutsugo*). Entretanto, não se chegou a uma conclusão sobre se o *yôgen* possui ou não a força de *chinjutsu*, que estabeleceria a unificação e expressão da frase.

Na esfera do significado, de maneira geral, se reconhece a característica distintiva do *yôgen* de expressar ação, comportamento e existência. Mas quanto às funções de especificação (*shitei*) (por exemplo, em ‘*dearu*’ e ‘*haberi*’) e negação (*hitei*) (adjetivo

²³⁸ Este conceito foi abordado e brevemente explicado na seção 5.2..

がみられ、性質・状態を表わす面では、副詞の類との間に近似性がある。

【種類】用言の下位分類として動詞・形容詞を置く点では諸説ほぼ一致しているが、「静かだ・静かなり」など、いわゆる形容動詞については多くの異論がある。

形容動詞は、吉沢義則・橋本進吉によって立てられた品詞であり、のちに、文部省『中等文法』が、用言の中の一品詞として扱って以来、学校文法を通じて、動詞・形容詞・形容動詞の三品詞を用言とする考え方が、一般に行われるようになった。

しかし、形容動詞を品詞として立てない意見も強く、金田一京助・時枝誠記らは、早くから形容動詞を認めず、前者は準名詞に、後者は体言に助動詞のついたものとして扱った。

keiyôshi ‘nai’), entende-se que há certa correspondência com os *jodôshi*. Há também muitos casos em que os *yôgen* são considerados como próximos dos advérbios, quanto à questão de expressão de propriedades e estado.

[CLASSIFICAÇÕES]

Nas classificações de diferentes autores, geralmente há concordância em apontar verbos *dôshi* e adjetivos *keiyôshi* como subdivisões do *yôgen*. Mas no caso de adjetivos *keiyôdôshi*, como “*shizuka da*” ou “*shizuka nari*”, há grande divergência de opiniões.

Keiyôdôshi é uma classificação gramatical concebida por autores como Yoshinori Yoshizawa [1876-1954] e Shinkichi Hashimoto. Mais tarde, a partir de quando a “Gramática do Ensino Secundário” do Ministério da Educação passou a tratar o *keiyôdôshi* como um dos tipos de *yôgen*, começou a se generalizar a visão do *yôgen* como subdividido em três classes gramaticais: verbos *dôshi*, adjetivos *keiyôshi* e adjetivos *keiyôdôshi*.

Entretanto, é também forte a opinião de que o *keiyôdôshi* não se sustenta como classe gramatical. Desde cedo, autores como Kyôsuke Kindaichi [1882-1971] e Motoki Tokieda, não reconheciam o *keiyôdôshi*. O primeiro o tratava por *jun-meishi* (semi-substantivo), e o segundo o considerava como a ligação de um nome *taigen* a um *jodôshi*.

また、実質的な意味を失い、他の語について補助的に用いられる助詞は、形式動詞あるいは補助動詞といわれ、形容詞の場合は、形式形容詞・補助形容詞などと呼ばれるが、これら、独立して用いられない用言を一括して、形式用言または補助用言という。

橋本進吉は、(1) 指定の意味を表わす「ある」「あり」「ござる」「侍り」「候ふ」などの動詞、(2) 否定の意味を表わす形容詞の「ない」、(3) 敬意を添える「なさる」「くださる」「申す」「給ふ」「奉る」などの動詞、(4) 「ている」「である」「てない」「て候ふ」のように助詞「て」を伴うもの、(5) 「考えもしない」「思ひもせず」などの場合の「す」「する」、の類を補助用言とした。

時枝誠記は、指定の「ある」の類、否定の「ない」は助動詞と認め、「つつみもあへず・なぐさみかねつ」の類、および「ごとし」などを不完全用言とした。

Ainda, há verbos *dôshi* que perderam o significado concreto, passando a ser usados de maneira auxiliar ao se conectar a outros termos, e são chamados de verbos pró-forma (*keishiki dôshi*) ou verbos auxiliares (*hojodôshi*). Casos semelhantes de adjetivos *keiyôshi* são chamados de adjetivos pró-forma (*keishiki keiyôshi*) ou adjetivos auxiliares (*hojokeiyôshi*). Ambos os casos são considerados *yôgen* que não podem ser usados com independência, sendo chamados de *yôgen* pró-forma (*keishiki yôgen*) ou *yôgen* auxiliares (*hojoyôgen*).

Shinkichi Hashimoto classificou os *yôgen* auxiliares *hojoyôgen* em cinco tipos:

- (1) verbos *dôshi* que expressam sentido de especificação (*shitei*), como ‘*aru*’, ‘*ari*’, ‘*gozaru*’, ‘*haberi*’ e ‘*safurafu [sôrô]*’;
- (2) adjetivo *keiyôshi* que expressa negação: ‘*nai*’;
- (3) verbos *dôshi* de tratamento, como ‘*nasaru*’, ‘*kudasaru*’, ‘*môsu*’, ‘*tamafu [tamô]*’ e ‘*tatematsuru*’;
- (4) elementos que acompanham verbos *dôshi* ligados a ‘*te*’, como ‘*te iru*’, ‘*te aru*’, ‘*te nai*’, ‘*te safurafu [sôrô]*’;
- (5) ‘*su*’ e ‘*suru*’ quando usados em situações como ‘*kangae mo shinai*’ e ‘*omohi [omoi] mo sezu*’.

Motoki Tokieda considerou como *jodôshi* os tipos usados para especificação (*shitei*), como ‘*aru*’ e negação (*hitei*), como ‘*nai*’, e definiu casos como “*tsutsumi mo ahezu [aezu]*” e “*nagusami kanetsu*”, assim como “*gotoshi*”, como *yôgen* incompleto.

山田孝雄は「実質用言」に対して、「属性の意味の甚だ稀薄なもの」を形式用言とし、形式動詞・形式形容詞・存在詞をこれに含めた。

徳田浄は、独立用言に対して、従属用言を置いた。

【研究史】活用の有無に基いて、語の体・用の別が考えられるようになったのは、^{けいちゅう}契^{わじしょうらんしょう}沖の『和字正濫鈔』(元禄八年〈一六九五〉)以降であり、^{ふじたになりあきら}富士谷成章の「名・^{よそひ}装・かざし・あゆひ」の四分の中の「装」の類が、現代の用言に当たるものの最初といえる。

その後、^{あきら}鈴木^{あきら} 腹は、「^{しわざ}作用^{ことば}の詞(動詞)」と「^{ありかた}形状^{ことば}の詞(形容詞と動詞『あり』)」を合わせて「^{ことば}用の詞・^{ことば}ハタラク^{ことば}詞・^{ことば}活語」とし、^{ぎもん}東条義門は「^{ことば}活語・^{ことば}用言・^{ことば}はたらき^{ことば}ことば」と呼んだ。

明治以降、権田直助が「体言・用言・体辞・用辞」の四分類を試みるなど、「用言」の名称が、広く使わ

Em contraste ao que chamou de “*yôgen* substanciais” Yoshio Yamada definiu os “elementos de significado extremamente vago” como *yôgen* pró-forma, que compreenderia os verbos *dôshi* pró-forma, adjetivos *keiyôshi* pró-forma e *sonzaishi*.

Kiyoshi Tokuda [1896-1976] utilizou a denominação *yôgen* subordinados em comparação a *yôgen* independentes.

[HISTÓRICO DE PESQUISA]

A separação dos elementos com base na existência ou não de flexão surgiu a partir da obra “*wajishôranshō*” de Keichū [1640-1701], de 1695. Diz-se que a primeira classificação a corresponder ao atual *yôgen*, seria o *yosoi* (traje), das quatro classificações de Nariakira Fujitani [1738-1779]: nome (*na*), traje (*yosoi*), ornamento (*kazashi*) e cordão (*ayui*).

Depois, Akira Suzuki [1764-1837] definiu como “termos de ação” (*waza no kotoba*) ou “termos de operação” (*hataraku kotoba*) ou “palavra de atividade” (*katsugo*) a combinação daquilo que chamou “termos de ação” (*shiwasa no kotoba*, correspondente aos verbos *dôshi*) com o que chamou de “termos de descrição” (*arikata no kotoba*, correspondente a adjetivos *keiyôshi* + verbo “*ari*”). Tōjō Gimon [1786-1843] usou a denominação “palavra de atividade” (*katsugo*) ou *yôgen*, ou “termos de operação” (*hataraki kotoba*).

A partir do Período Meiji, Naosuke Gonda [1809-1887], sugeriu os quatro tipos *taigen*, *yôgen*, *taiji* (elementos auxiliares

れるようになったが、大槻文彦は品詞の上位区別として「用言」の類を置くことには消極的であった。

→動詞・形容詞・形容動詞・体言・形式用言・存在詞・陳述・活用
〔田中章夫〕

〔参考文献〕

『国語法研究』 橋本進吉。

『国文法体系論』 同上。

『新文典別記（上級用）』 同上。

『日本文法学概論』 山田孝雄。

『国語学原論』 時枝誠記。

『日本文法口語篇』 同上。

『日本文法文語篇』 同上。

『広日本文典・同別記』 大槻文彦。

『新国文法』 金田一京助。

『日本文法理論篇』 吉沢義則。

『国語法概説』 安田喜代門。

『国語法査説』 徳田浄。

『改撰標準日本文法』 松下大三郎。

『国文法概論』 松尾捨治郎。

não-flexionáveis) e *yôji* (elementos auxiliares flexionáveis), e a nomenclatura *yôgen* começou a se popularizar. Mas Fumihiko Ôtsuki [1847-1928] desaprovou a utilização de “*yôgen*” como distinção de classe gramatical em amplo escopo.

→ *dôshi* (verbo) – *keiyôshi* (adjetivo) – *keiyôdôshi* (adjetivo) – *taigen* (nome) – *keishiki yôgen* (*yôgen* pró-forma) – *sonzaishi* (termos de existência) – *chinjutsu* – *katsuyô* (flexão)
(Akio Tanaka)

(REFERÊNCIAS)

HASHIMOTO, Shinkichi. “Pesquisa da gramática da língua nacional”.

_____. “O sistema gramatical nacional”.

_____. “Nova gramática – adendo (nível avançado)”

YAMADA, Yoshio. “Noções gerais da gramática japonesa”.

TOKIEDA, Motoki. “Princípios da linguística nacional”.

_____. “Gramática japonesa – língua moderna”.

_____. “Gramática japonesa – língua clássica”.

ÔTSUKI, Fumihiko. “Extensa gramática japonesa”.

KINDAICHI, Kyôsuke. “Nova gramática nacional”.

YOSHIZAWA, Yoshinori. “Gramática japonesa – teoria”.

YASUDA, Kiyomon. “Gramática da língua nacional – visão geral”.

TOKUDA, Kiyoshi. “Investigação da gramática da língua nacional”.

MATSUSHITA, Daizaburô. “Gramática do japonês padrão – coleção revisada”.

MATSUO, Suejirô. “Noções gerais da gramática nacional”.

DEFINIÇÃO DE *JUTSUGO* (*Kokugogaku Daijiten*)

FONTE: KOKUGO GAKKAI (Associação de Estudos da Língua Nacional). *Kokugogaku Daijiten* (Grande Dicionário da Linguística Nacional). Tóquio: Tôkyô-dô, 1980. p. 488-489.

述語

predicate 恐ろしくどの言語においても、述語は陳述の主役であり、文の第一成分であろう。

印欧語においては、文は周知のとおり主語＋述語の形式を取っている。

この第二成分たる主語の顕在によって、対照的に述語がきわだつ。

つまり述語は、主語の数と人称の六種類に呼応する人称語尾を備えた定動詞 (*finite verb*) なのである。

しかし、日本語では、動詞はもちろん人称性を欠いているし、その他の文法的手段（例えば語順とか音調とか）を捜してみても、文が主語＋述語という構成を取っている形跡はない。

主述関係という観念は文法的対象を欠く錯覚であって、われわれの述語は一体立ちの述語である。

このためわが述語は自由すぎて、形式的に規定することがやや困難である。

もつとも、古い文法家は主述関係を援用する。

JUTSUGO (PREDICADO)

Predicate. Possivelmente em todas as línguas, o predicado seria o principal operador do *chinjutsu*, e o primeiro componente da frase.

Nas línguas ocidentais, como é bem sabido, a frase toma uma forma sujeito + predicado.

[Nessas línguas,] por conta da evidencição desse segundo componente que é o sujeito, o predicado é, em contraste, nitidamente aparente. Em outras palavras, o predicado [das línguas ocidentais] é um verbo finito, munido de um sufixo pessoal que concorda com os seis tipos de pessoa e número do sujeito.

Entretanto, na língua japonesa, aos verbos *dôshi* falta evidentemente um caráter de pessoalidade. Mesmo que se busque em outros processos gramaticais (por exemplo, na ordem das palavras ou na entonação), não se encontra evidências de que a frase [da língua japonesa] tome uma estrutura do tipo sujeito + predicado.

A ideia de relação sujeito / predicado é [na língua japonesa] uma ilusão sem objeto gramatical. Nosso predicado é um predicado de um único ponto de partida.

Por essa razão, nosso predicado dispõe de grande liberdade, e estabelecer preceitos formais seria uma tarefa bem complicada.

Entretanto, abaixo serão reproduzidas colocações de gramáticos antigos sobre a relação sujeito-predicado.

木枝増一は、(1) 「生徒に文法を教える教師がある。」(2) 「教師が生徒に文法を教える時間が足りない。」の(1)の連体部分を形容詞的連句と呼び、(2)の連体部分を形容詞節(クローズ)とするという無益な区別を立てた。

後者は主語「教師が」を含むから陳述であるという考え方である。

同じく連体形を論じるにしても、山田孝雄・三宅武郎らが、連体形には陳述力がほとんどない、あるいは全くない、などと言うのは、活用形自身に即していて、正しい態度である。

述語の判定には、まず用言の活用形を、次いで、感動助詞・接続助詞・係助詞を、それからイントネーションやゼロ記号をも合わせて考察しな

Masuichi Kieda, quanto às frases:

(1) “Há professores que ensinam gramática aos alunos.”

(2) “Falta tempo para os professores ensinarem gramática aos alunos.”

Estabeleceu a desnecessária divisão de que o trecho adnominal (*rentai*) de (1) seria um encadeamento adjetival (*keiyôshiteki renku*) e o trecho *rentai* de (2) seria uma oração adjetival (*keiyôshi setsu*) (*clause*).²³⁹

Era uma visão de que o segundo, por conter um “*kyôshi ga*” seria *chinjutsu*.

Da mesma forma, outros que até discutiram sobre a forma adnominal *rentaikei*, como Yoshio Yamada e Takeo Miyake etc., diziam, entretanto, que o *rentaikei* possuía pouca ou nenhuma força de *chinjutsu* – o que era uma posição correta, se conformando à forma flexional.

Quanto ao juízo (*hantei*) [que se localiza] no *jutsugo*, é necessário considerar que inclui, em primeiro lugar, a forma flexional do predicador *yôgen*, e, então, também a partícula interjectiva (*kandô joshi*), a partícula

²³⁹ Os trechos adnominais (*rentai*) seriam aqueles que atuam como modificadores de um elemento nominal. Nos dois exemplos, conforme grifado pelo autor e acima reproduzido, se referem ao verbo *dôshi* 教える “*oshieru*” (“ensinar”). Em (1), “*oshieru*” atua como modificador de 教師 “*kyôshi*” (“professores”), formando “教える教師” (“*oshieru kyôshi*”) (“professores que ensinam”), e, em (2), “*oshieru*” atua como modificador de 時間 “*jikan*” (“tempo”), formando “教える時間” (“tempo para ensinar”). Ainda que, nas traduções sugeridas, (1) tenha ocasionado uma oração subordinada adjetiva (“professores que ensinam”), e (2) tenha ocasionado uma oração subordinada adverbial (“tempo para ensinar”), pode-se dizer que, em japonês, em ambos os exemplos (1) e (2), a oração subordinada é adjetiva.

Por outro lado, o mais correto deve ser dizer que, em (1), é todo o trecho sublinhado a seguir que atua como modificador adnominal: 「生徒に文法を教える教師がある」 “*seito ni bunnô o oshieru kyôshi ga aru*”, (“Há professores que ensinam gramática aos alunos.”). Da mesma forma, em (2), deve ser todo o trecho sublinhado a seguir a atuar como modificador: 「教師が生徒に文法を教える時間が足りない。」 “*kyôshi ga seito ni bunnô o oshieru jikan ga tarinai*” (“Falta tempo para os professores ensinarem gramática aos alunos.”).

Assim, aparentemente, pelo fato de que, em (2), o elemento que atuaria como sujeito do verbo 教師が “*kyôshi ga*” (“professores”) estaria presente na oração subordinada, Kieda a considerou como uma oração “legítima” (tendo-a equiparado à *clause* da linguística anglófona), mas, no caso de (1), em que a subordinada não conteria o sujeito de seu predicado, considerou como mero encadeamento de palavras insuficiente para ser considerado como oração.

けれどもならないが、その際日本語の文法形式にない、借り物の観念で割り切ろうとしてはならない。

用言の命令形が述語であることには異論がない。

終止形になると意見が分かれ、終止形自身を述語と認める人と、ゼロ記号をつけて述語とみなす人とがある。

他の活用形や助詞類についてはまだ考察が進んでいないが、正しい探求の機運にある。

時枝誠記の詞・辞も、品詞分類に適用するには難点が多いが、述語の決定には有力な視点を与えるものであろう。

なお、山田孝雄ら述格という語を使用する文法家もあるが、格助詞が格を表わす助詞であるという時の格観念とさしさわるきらいがある。

→主語

〔三上章〕

〔参考文献〕

『日本文法学概論』 山田孝雄。

『国語学原論』 時枝誠記。

conjuntiva (*setsuzoku joshi*), a partícula de efeito modalizador (*kakarijoshi*) e, por fim, a entonação. Entretanto, não devemos imaginar que, assim, conseguiremos chegar a uma solução definitiva a[o problema de] uma conceituação emprestada, inexistente na forma gramatical do japonês.

Não há objeções a que o *meireikei* do *yôgen* seja predicado.

Quanto ao *shûshikei*, há opiniões divergentes: há quem considere o próprio *shûshikei* como predicado, e há quem considere que o predicado se dá com o acréscimo de um sinal zero.

Quanto a outras formas flexionais, ou os tipos com *joshi* etc., as reflexões ainda não avançaram, mas este é um momento propício para as investigações.

Também [a teoria d]o *shi / ji* de Tokieda, ainda que haja vários pontos problemáticos em sua aplicação à classificação gramatical, deve fornecer pontos de vista vantajosos para determinação do predicado.

Ainda, há também gramáticos que usam a denominação *jukkaku* de Yoshio Yamada etc., mas acaba causando conflito com a noção de *kaku* (caso), dos *joshi* que exprimem caso.

→ *shugo* (sujeito)

(Akira Mikami)

(REFERÊNCIAS)

YAMADA, Yoshio. “Noções gerais da gramática japonesa”.

TOKIEDA, Motoki. “Princípios da linguística nacional”.

DEFINIÇÃO DE *JODÔSHI* (*Kokugogaku Jiten*)

FONTE: KOKUGO GAKKAI (Associação de Estudos da Língua Nacional). *Kokugogaku Jiten* (Dicionário da Linguística Nacional). Tóquio: Tôkyô-dô, 1971. p. 549-551.

助動詞

〔文法〕 独立して用いられず、常に他の語に附属して、あるいは意義を補い、あるいは表現者の種々の判断を表わす語で、活用がある。

活用のない助詞とともに附属語または辞（各別項）と呼ばれる。

おもに用言に接続して用いられ、中に体言に接するものもある。

また、互いに重ねて用いられることがあるが、接続の順序にはおのずからきまりがある。

元来、助動詞という名称は、英文典の *auxiliary verb* の訳語であるが、彼我の形態は非常に異なる。

auxiliary verb は、もと一つの動詞であるものが、他の動詞を補助して、相（*mood*）や時（*tense*）（各別項）などを表わす役目を持つものであって、独立性の点でむしろ国語の補助用言（別項）に近い。

わが助動詞は、「なり」「たり」「ごとし」「だ」「です」の類以外は、常に用言の語尾と熟合する形で用いられる。

JODÔSHI

(GRAMÁTICA) Termo que não pode ser utilizado independentemente, sempre tendo de ser conectado a um outro termo, complementando o seu significado, e podendo expressar diferentes formas de juízo por parte do falante. Possui flexões.

Chama-se de elementos dependentes ou elementos funcionais *ji* o grupo que compreende os *jodôshi* e as partículas *joshi*, estas, não flexionáveis.

Ainda que principalmente utilizado ao ligar-se a predicadores *yôgen*, também há casos em que se liga a nomes *taigen*.

Ainda, há situações em que os *jodôshi* se encadeiam mutuamente, mas a ordem da conexão tem suas próprias regras.

Originalmente, a nomenclatura *jodôshi* vem da tradução de *auxiliary verb* (verbo auxiliar) da gramática do inglês, mas há grande diferença entre um e outro.

Um *auxiliary verb* é um elemento que era originalmente um verbo, agindo como auxiliar de outros verbos e tendo o papel de expressar modo (*mood*) e tempo (*tense*) etc. Assim, apresentando independência, o que o coloca mais próximo, na língua japonesa, dos *hojo-yôgen* (predicadores auxiliares).

Os *jodôshi* da língua japonesa, à exceção do tipo que inclui ‘*nari*’, ‘*tari*’, ‘*gotoshi*’, ‘*da*’ e ‘*desu*’, são sempre usados ligados diretamente

助動詞という名称で彼我の違いを見落してはならない。

その点、山田孝雄が「なり」「たり」の類を形式用言（別項）、その他を複語尾と名づけたのは理由のあることである。

【助動詞と接尾語】山田孝雄の複語尾説は、助動詞と接尾語との類似性を暗示する。

山田は複語尾を分かって「属性の表し方に関するもの」「陳述のしかたに関するもの」としたが、前者においてその感が深い。

橋本進吉は、用言にのみつく助動詞のうち、特に使役・受身（可能・自発）・希望の助動詞と接尾語とは、文節構成に果す役割の上から区別しがたいと論じ、結局両者の差別は、つく語が広いが、慣用的なものに限られるかという程度の違いだと述べた。

à desinência flexionável de um predicador *yôgen*. Assim, não devemos ignorar a diferença que existe entre os chamados *jodôshi* e os *auxiliary verbs*.

É essa a razão que levou Yoshio Yamada a nomear os *jodôshi* do tipo de ‘*nari*’ e ‘*tari*’ de *keishiki-yôgen* (predicador pró-forma), e os demais de *fukugobi* (sufixo flexional composto).

[*Jodôshi* e sufixos]

A visão de Yoshio Yamada sobre os *fukugobi* sugere semelhança entre os *jodôshi* e os *setsubigo* (sufixos).

Yamada dividiu seus *fukugobi* entre “aqueles relacionados à expressão de propriedades” e “aqueles relacionados à operação de *chinjutsu*²⁴⁰”, de modo que é no primeiro tipo que a semelhança com os sufixos se faz forte. Shinkichi Hashimoto argumentou que seria difícil fazer a distinção entre os sufixos e aqueles *jodôshi* que só se ligam a *yôgen* com base em seu papel na estrutura do *bunsetsu*²⁴¹ – em especial aqueles de voz causativa, voz passiva (assim como a forma de capacidade e a forma reflexiva) e desejo. Assim, declarou que, por mais que [*jodôshi* e sufixos] se liguem a diversas palavras, a distinção entre os dois, no fim das contas, estaria na diferença do grau com que são limitados pelos

²⁴⁰ Quanto ao conceito de 陳述 *chinjutsu*, ver seção 4.2.3.3 no corpo deste trabalho. Para maior aprofundamento, ver Okata & Mukai (2012), Fukasawa (1991), ou, para os leitores de japonês, Ôkubo (1982).

²⁴¹ 文節 *bunsetsu*: unidade ao mesmo tempo prosódica e sintática, definida por Hashimoto, sendo um conceito central da gramática deste autor. Ver a seção 1.1 deste trabalho para breves comentários sobre o *bunsetsu*. Ver Doi (2012) para uma explicação mais detalhada do conceito.

時枝誠記は、右の助動詞は表現性の上から見て、接尾語とすべしとする（→接尾語）。

別にまた現代かなづかいやローマ字書き（各別項）による時は、口語の推量の助動詞「う」は、動詞から分出ることが困難であって、むしろ動詞語尾として説かれることがある。

【分類】（一）意味による分類—

（a）受身（文語、る・らる、口語、れる・られる）、（b）可能（受身に同じ）、（c）自発（受身に同じ）、（d）使役（文語、す・さす・しむ、口語、せる・させる）、（e）尊敬（文語、る・らる・す・さす・しむ、口語、れる・られる）、（f）謙讓・丁寧（口語、ます）、（g）打消（文語、ず、口語、ない・ぬ・ん）（h）過去（文語、き・けり、口語、た）、（i）完了（文語、つ・ぬ・たり・り、口語、た）、（j）推量または未来（文語、む・むず・らむ・けむ・めり・らし・べし・まし・ま

elementos de uso comum²⁴².

Motoki Tokieda, olhando tais *jodôshi* [de voz causativa, voz passiva etc. e desejo] do ponto de vista da expressividade, julgou que deveriam ser considerados sufixos.

Ainda, porque seria problemático separar do verbo o *jodôshi* de suposição ‘u’ da língua falada na escrita em *kana* (*kanazukai*) moderna ou no *rômaji*, houve muitas opiniões defendendo que [o *jodôshi* de suposição ‘u’] devesse ser entendido como um sufixo flexional verbal.

[Classificações]

(1) De acordo com o significado:

(a) Voz passiva (língua clássica: *ru, raru*; língua moderna: *reru, rareru*);

(b) Capacidade (mesmos da voz passiva);

(c) Voz reflexiva (mesmos da voz passiva);

(d) Voz causativa (língua clássica: *su, sasu, shimu*; língua moderna: *seru, saseru*);

(e) Respeito (língua clássica: *ru, raru, su, sasu, shimu*; língua moderna: *reru, rareru*);

(f) Modéstia/polidez (língua moderna: *masu*);

(g) Negação (língua clássica: *zu*; língua moderna: *nai, nu, n*);

(h) Passado (língua clássica: *ki, keru*; língua moderna: *ta*);

(i) Ação concluída (língua clássica: *tsu, nu, tari, ri*; língua moderna: *ta*);

(j) Suposição/futuro (língua clássica: *mu, muzu, ramu, kemu, meri, rashi, beshi, mashi, maji, ji*; língua moderna: *u, you, rashii, mai*);

(k) Intenção (língua clássica: *mu, musu, beshi*,

²⁴² Aqui, Hashimoto parece dizer que a diferença entre os *jodôshi* e os sufixo *setsubigo* seria a de que os primeiros são utilizados em maior grau em conjunto com termos de uso habitual – de modo que o seu uso seria “inevitável” –, enquanto os segundos teriam uma utilização mais eventual – sendo o seu uso mais “opcional”.

じ・じ、口語、う・よう・らしい・まい)、(k) 意志(文語、む・むす・べし・まじ・じ、口語、う・よう・まい)、(l) 希望(文語、たし・まほし、口語、たい)、(m) 指定(文語、なり・たり、口語、だ・です・のだ・のです)、(n) 比況(文語、ごとし、口語、ようだ・ようです)、(o) 様態(口語、そうだ・そうです)、(p) 伝聞(文語、なり、口語、そうだ・そうです)、(q) 詠嘆(文語、けり・なり)。

なお、史的観点から次のような語を入れることもでき。

「ゆ・らゆ」(受身・可能・自発)、「給ふ・しやる・さしやる・やしやる・やる・なさる・しやんす・さしやんす・やしやんす・やんす」(尊敬)「給ふ・奉る・申す・はべり・候ふ・まらする・いたす」(謙讓)、「ふ」(継続)、「なふ、ましじ、なんだ」(打消)、「やらん・さうな・げなり・げな」(推量・伝聞)、「たがる」(希望)、「ぢや」(指定)、「やうなり」(比況)。

その他、学者の立場や目的によって出入が多い。

mashi, ji; língua moderna: *u, yô, mai*);

(l) Desejo (língua clássica: *tashi, mahoshi* [*maoshi*]; língua moderna: *tai*);

(m) Especificação (língua clássica: *nari, tari*; língua moderna: *da, desu, noda, nodesu*);

(n) Comparação (língua clássica: *gotoshi*; língua moderna: *yô da, yô desu*);

(o) Aparência (língua moderna: *souda, soudesu*);

(p) Informação adquirida de fonte externa (língua clássica: *nari*; língua moderna: *souda, soudesu*);

(q) Admiração (língua clássica: *keri, nari*).

Ainda, do ponto de vista histórico, seria possível adicionar os seguintes:

Voz passiva, capacidade, voz reflexiva: *yu, rayu*;

Respeito: *tamafu* [*tamô*], *shiyaru, sashiyaru, yashiyaru, yaru, nasaru, shiyansu, sashiyansu, yashiyansu, yansu*;

Modéstia: *tamafu* [*tamô*], *tatematsuru, mausu* [*môsu*], *haberi, safurafu* [*sôrô*], *marasuru, itasu*;

Continuidade: *fu*;

Negação: *nafu* [*nô*], *mashiji, nanda*;

Suposição, informação adquirida de terceiros: *waran, sauna* [*sôna*], *genari, gena*;

Desejo: *tagaru*;

Especificação: *diya*;

Comparação: *yaunari* [*yônari*];

Além disso, dependendo dos pontos de vista ou objetivos de cada estudioso, há diversas variações.

なお、尊敬・謙讓・丁寧を合わせて敬語の助動詞、過去・完了・未来を合わせて時の助動詞と呼ぶこともある。

(二) 接続による分類— (a) 用言につくもの。(イ) 未然形につくもの(例、る・ない)、(ロ) 連用形につくもの(例、つ・ます)、(ハ) 終止形につくもの(例、べし〔ラ変以外〕・らしい)、(ニ) 連体形につくもの(例、なり〔指定〕・ようだ)、(ホ) 已然形につくもの(り〔サ変を除く〕)、(b) いろいろの語につくもの(例、なり〔指定〕・だ)。

(三) 活用形式による分類— (a) 動詞型の活用(例、る・れる)、(b) 形容詞型の活用(例、べし・たい)、(c) 形容動詞型の活用(例、なり・ようだ)、(d) 特殊な活用(例、ず・う)。

なお「う」「よう」「まい」などは事実上語形変化をしないが、異なる機能を持つ二つ以上の語形の存在を認めて、活用があるとするのである。

【研究史】中世歌学の発達に伴って

Ainda, os *jodôshi* de respeito, modéstia e polidez podem ser considerados como parte de um grupo maior: *jodôshi* de tratamento (*keigo*). Os *jodôshi* de passado, ação concluída e futuro podem ser agrupados em *jodôshi* de tempo.

(2) De acordo com a conexão:

(a) Liga-se a predicadores *yôgen*:

(a.1) liga-se a *mizenkei* (ex: *ru, nai*);

(a.2) liga-se a *ren'yôkei* (ex: *tsu, masu*);

(a.3) liga-se a *shûshikei* (ex: *beshi* (com exceção dos verbos irregulares terminados em *-ru*), *rashii*);

(a.4) liga-se a *rentaikei* (ex: *nari* (especificação), *yôda*);

(a.5) liga-se a *izenkei* (*ri* (com exceção dos verbos irregulares terminados em *-su*));

(b) liga-se a vários tipos de elementos (ex: *nari* (especificação), *da*).

(3) De acordo com a forma de flexão:

(a) Flexiona como verbo *dôshi* (ex: *ru, reru*);

(b) Flexiona como adjetivo *keiyôshi* (ex: *beshi, tai*);

(c) Flexiona como adjetivo *keiyôdôshi* (ex: *nari, yôda*);

(d) Caso particular de flexão (ex: *zu, u*).

Ainda, mesmo que *jodôshi* como “*u*”, “*yô*” e “*mai*” não apresentem mudança de forma, admite-se que estes *jodôshi* possuem funcionamento diferenciado, de modo a apresentarem duas ou mais formas²⁴³. Assim, reconhece-se haver flexão para esses casos.

[Histórico de pesquisa] Junto com o desenvolvimento da arte poética no Japão

²⁴³ Ou seja, teriam a mesma forma em diferentes flexões.

「てにをは」（別項）の研究が興り、今日の助詞・助動詞・用言の語尾などの機能が関心の的となった。

梶井道敏の『てには綱引綱』（別項）は、助詞と助動詞とを語類に分けて示し、それぞれの意味用法や異同を説いた書で、助動詞研究の草分けとも称すべきものである。

次に注目すべきは、富士谷成章の『脚結抄』（別項）で語を名・装・挿頭・脚結の四つに分類し、脚結を属・家・倫・身・隊の五つに分けたが、このうち倫・身・隊がほぼ今の助動詞に当る。

本居宣長が『詞玉緒』（別項）を著わして係結などの呼応の法則を明らかにしてから、垂流によって用言の語尾変化や助動詞の活用および意味の類別などの研究が深められた。

本居春庭は『詞通路』（別項）で自動・他動や、使役・可能・受身などの語法を説いたが、「る・らる・す・さす」などは用言の語尾として

medieval, floresceu a pesquisa do “*teniwoha*”, que se relaciona diretamente com a questão das funcionalidades dos atuais *joshi*, *jodôshi*, sufixos flexionais de verbos, entre outros.

A obra “*Teniha Abiki no Tsuna*”, de Michitoshi Toganoi, apontava a separação dos *joshi* e *jodôshi* como elementos do discurso, e explicava suas diferenças e regras de significação, devendo ser considerada pioneira na pesquisa do *jodôshi*.

A seguir, deve ser de interesse a obra “*Ayuishô*” de Nariakira Fujitani, que dividiu as palavras em quatro tipos: nome (*na*), vestimenta (*yosoi*), ornamento (*kazashi*) e cordão (*ayui*), este último, sendo subdividido em cinco funções: gênero (*tagui*), casa (*ie*), senso (*tomo*), corpo (*mi*) e grupo/tropa (*tsura*)²⁴⁴. Dentre estes, os três últimos se aproximavam dos atuais *jodôshi*.

Depois que Norinaga Motoori, em “*Kotoba no Tama no O*”, elucidou as regras de concordância de fenômenos tais como o de relação e conexão (*kakari-musubi*²⁴⁵), trabalhos posteriores aprofundaram as pesquisas sobre as mudanças dos sufixos flexionais dos *yôgen* ou as classificações dos *jodôshi* quanto a flexão ou significado.

Haruniwa Motoori, na obra “*Kotoba no Kayoiji*”, ao explicar funções tais como transitividade e intransitividade, além de voz passiva, causativa e forma de capacidade, entre outros, classificou elementos do tipo de “*ru*”, “*raru*”, “*su*”, “*sasu*” como sufixos flexionais de *yôgen*.

²⁴⁴ Traduções das categorias de Nariakira baseadas em Suzuki (2012, p. 25-27).

²⁴⁵ Sobre o conceito de *kakari-musubi*, ver a seção 5.2.1 deste trabalho.

品詞分類の立場で助動詞を他と区別した最初の研究は、富樫広蔭の『^{コトバノタマハシ}詞玉橋』(別項)である。

語を言・^{コト}詞・^{コトバ}・^{テニヲハ}辞の三類に分ち、辞を動辞(活用するてにをは)と静辞(活用せざるてにをは)とに分けたが、この動辞がだいたい今日の助動詞に当る。

西洋文典の輸入とともに研究はさらに進むが、田中義廉の『小学日本文典』や中根淑の『日本文典』では動詞に付属して説かれ、権田直助の『語学自在』では「用辞」としてある。

助動詞の名称の初見は大槻文彦の『語法指南』『広日本文典』(別項)で、後者では「助動詞ハ、動詞ノ活用ノ、基意ヲ尽サズルヲ助ケムガ為ニ、基下ニ付キテ、更ニ、種々ノ意義ヲ添フル語ナリ。」と定義されている。

それ以来、この術語はほぼ固定し、今日に及んでいる。

しかし、助動詞の名称を用いないものもあり、例えば前記の山田孝雄のほか、岡沢鉦次郎は富樫にならって動辞と呼び(『教科参考日本文典要義』)、松下大三郎(『標準日本文典』)・高橋龍雄(『高等国文法概

A primeira pesquisa a abarcar a classificação das classes gramaticais diferenciando o *jodôshi* de outros tipos foi “*Kotoba no Tamahashi*” de Hiromichi Hagiwara. Distinguindo os termos em *koto*, *kotoba* e *teniwoha*, subdividiu os *teniwoha* em *dôji* (aqueles que fazem flexão) e *seiji* (aqueles que não fazem flexão). Os *dôji* corresponderiam mais ou menos aos atuais *jodôshi*.

A introdução da gramática ocidental, alavancou ainda mais as pesquisas, mas em obras como “Gramática Japonesa para a Escola Primária” de Yoshikado Tanaka, ou “Gramática Japonesa” de Kôtei Nakane, os *jodôshi* eram explicados como um tipo de verbos *dôshi*, e, em “Estudo Livre da Gramática”, de Naosuke Gonda, eram chamados de “*yôji*”.

A primeira aparição da nomenclatura *jodôshi* se deu em “Instruções Gramaticais” e “Extensa Gramática Japonesa” de Fumihiko Ôtsuki. Na segunda obra, o autor define que “o *jodôshi* é a palavra que é posicionada após os verbos *dôshi*, para auxiliá-los quanto aos sentidos que suas próprias flexões não são suficientes [para expressar], acrescentando diversos significados.”.

A partir de então, essa terminologia se tornou mais ou menos fixa até os dias de hoje.

Entretanto, ainda há muitos que não usam a denominação *jodôshi*, por exemplo, além do já mencionado Yoshio Yamada, Shôjirô Okazawa adotou de Hagiwara a nomenclatura *dôji* (na obra “Essência da Gramática Japonesa”); Daisaburô Matsushita

説』) はともに動助辞と言い、鶴田常吉は複辞(『日本口語法』)、後に複助詞(『日本文法学原論』)と言っている。

中でも、松下が「研究する」の「する」や「乗ってみる」の「みる」の類を助動詞と呼び、動助辞と区別したのは注意される。

時枝誠記は『日本文法口語篇』で、助動詞の名称は内容の実際を示さないから、動辞、活用あるてには、動くてには等の名称を選ぶべきであるが、習慣を尊重して助動詞の名称を存置しておくこととする旨述べている。

→ 附属語・辞・複語尾・接尾語・活用連語・否定表現・推量表現・願望表現・指定表現・比況表現・伝聞表現・詠嘆表現。

[永野賢]

[参考]

『日本文法論』 山田孝雄。

『日本文法学概論』 同上。

(“Gramática do Japonês Padrão”) e Tatsuo Takahashi (“Visão Geral da Gramática Nacional para o Ensino Médio”) usaram o termo *dôjoji*, Jôkichi Tsuruta utilizou *fukuji* (em “Gramática do Japonês Falado”), e, mais tarde, *fukujoshi* (em “Princípios do Estudo Gramatical Japonês”).

Em especial, deve-se atentar para o fato de que Matsushita chamou de *jodôshi* casos como o “*suru*” de “*kenkyû suru*” ou o “*miru*” de “*notte miru*”, diferenciando-os do *dôjoji*.

Motoki Tokieda, em “Gramática Japonesa – Língua Moderna”, defende que se escolhesse outra denominação, tal como *dôji*, *teniha* flexionável ou *teniha* de movimento, uma vez que o termo *jodôshi* não condiria com sua definição. Entretanto, em reconhecimento ao costume estabelecido, opta por manter a nomenclatura *jodôshi*.

→ *fuzokugo* (termos dependentes) – *ji* (elemento auxiliar) – *fukugobi* (sufixo flexional composto) – *setsubigo* (sufixo) – *katsuyô rengo* (encadeamento flexional) – *hitei hyôgen* (expressões de negação) – *suiryô hyôgen* (expressões de suposição) – *ganbô hyôgen* (expressões de desejo) – *shitei hyôgen* (expressões de especificação) – *hikyô hyôgen* (expressões de comparação) – *denbun hyôgen* (expressões de informação adquirida de fonte externa) – *eitan hyôgen* (expressão de admiração).

(Masaru Nagano)

(REFERÊNCIAS)

YAMADA, Yoshio. “Gramática japonesa”.

_____. “Noções gerais da gramática japonesa”.

- 『国語法研究』 橋本進吉。
- 『日本文法口語篇』 時枝誠記。
- 『助動詞の研究』 松尾捨治郎。
- 『国語法査説』 徳田浄。
- 『現代語の助詞・助動詞』 (国立
国語研究所報告 3)。
- 『不変化助動詞の本質について』
(金田一春彦『国語国文』二二ノ
二・三)。
- 『叙述と陳述』 渡辺実 (『国語
学』一四)
- HASHIMOTO, Shinkichi. “Pesquisa da gramática da língua nacional”.
- TOKIEDA, Motoki. “Gramática japonesa – língua moderna”.
- MATSUO, Suejirô, “Pesquisa do *jodôshi*”.
- TOKUDA, Kiyoshi. “Investigação da gramática da língua nacional”.
- “*Joshi e jodôshi* da língua Moderna” (Relatório do Instituto Nacional de Pesquisa da Língua Nacional 3).
- KINDAICHI, Harukiko. “Sobre a Natureza dos *jodôshi* não flexionáveis”, (“*Kokugo kokubun*”, 2-3 de 22).
- WATANABE, Minoru. “*Jojutsu e chinjutsu*”, (“*Kokugogaku*”, 14).

DEFINIÇÃO DE DANTEI NO JODÔSHI (*Kokugogaku Kenkyû Jiten*)

FONTE: SATÔ, Kiyoji (org.). *Kokugogaku kenkyû jiten* (Dicionário de Pesquisa da Linguística Japonesa). Tóquio: Meiji, 1992. p. 158-160.

断定の助動詞

【定義】 一つのある事柄の内容が、他のある事柄の内容と同等するものであることを示す助動詞で、指定の助動詞ともいう。

肯定の判断を表わすものである。

何らかの意味で、文末あるいは中止文末にはいつも一種の断定判断はあるものであるから、広義に見ればその広がりは大いというべきであるが、否定や推量の判断の表現形式の混入したものは、一般に取り上げていない。

二つの事物間に同等・類似が認められるという判断は、比較作用によって得られるものであるから、比況の助動詞もこの断定の助動詞の一分野に属すべきものであるが、これは比況の助動詞として別に掲げるのが慣例になっている。

これに属する語は、古典語で「なり」「たり」、現代語で「だ」「である」「じゃ」「や」「です」などである。「である」が除外される理由はない。

DANTEI NO JODÔSHI

[DEFINIÇÃO] É o *jodôshi* que indica a existência de equivalência entre certo conteúdo dotado de significado e outro conteúdo dotado de significado. Também chamado de *shitei no jodôshi* (*jodôshi* de especificação).

Expressa um juízo (*handan*) na forma afirmativa.

Considerando que, em toda finalização de período ou de oração dependente não-final, existe um tipo de juízo assertivo (*dantei handan*), dir-se-ia que, em sentido amplo, a abrangência [do *dantei no jodôshi*] seria maior. Entretanto, as finalizações de oração que contêm juízo de negação ou de suposição, geralmente não são considerados [como casos de *dantei no jodôshi*].

O juízo em que se reconhece a equivalência ou similaridade de dois elementos se dá através de uma operação de comparação, de modo que dever-se-ia considerar os *hikyô no jodôshi* (*jodôshi* de comparação) também como um subgrupo dos *dantei no jodôshi*. Entretanto, é costume que os *hikyô no jodôshi* sejam tratados separadamente.

Os termos que fazem parte dos *dantei no jodôshi* são, no japonês clássico, ‘*nari*’ e ‘*tari*’ e, no japonês moderno, ‘*da*’, ‘*dearu*’, ‘*ja*’, ‘*ya*’, ‘*desu*’, entre outros. Não há razão para se excluir o ‘*dearu*’ [dessa lista].

「なり」の特殊形として「やうなり」「げなり」「がちなり」などが様態的断定表現として、また「でござる」「でさうらふ」「でございます」「であります」など敬讓的断定表現として、ここに収めることはできるが、敬讓断定は補助動詞として扱う方が適當であろう。

【研究史】 「なり」については古くから注目され、ロドリゲスは一種の助辞または存在動詞で、書きことばの直説法に用いられると説き、契沖は「にあり」をつづめて言う決する言だと述べなどして以来、多くの学者によって研究された。

『脚結抄』では「なり」は単に「な」ともいい、口語で「ぢゃ」「である」とも言うとして述べている。

近代では指定の助動詞と呼ぶ人が多いけれども、理論的には助動詞ではない。

助動詞とするのは便宜的な取り扱いであって、安田喜代門は形式従属動詞とし、徳田浄は従動詞と呼び、山田孝雄は説明存在詞とし、江実のいう判定詞に当るもので、実質的に不完全動詞の一種である。

Seria possível situar entre os *dantei no jodôshi* expressões assertivas de estado tais como ‘*yaunari* [yônari]’, ‘*genari*’, ‘*gachinari*’, considerados casos particulares de ‘*nari*’, assim como expressões assertivas de tratamento como ‘*degozaru*’, ‘*desaurafu* [desôró]’, ‘*degozaimasu*’, ‘*dearimasu*’. Entretanto, talvez seja mais conveniente tratar essas últimas como verbos auxiliares *hojodôshi*.

[HISTÓRIA DE PESQUISA] O ‘*nari*’ já havia chamado atenção desde muito. Entre outros, Rodrigues classificou-o como elemento auxiliar ou, ainda, como verbo de existência, utilizado para modo indicativo na língua escrita, e Keichû afirmou se tratar de um termo que expressa decisão, sendo abreviação de ‘*ni ari*’. Desde então, foi pesquisado por diversos estudiosos.

Em “*Ayuishô*”, é mencionado que o ‘*nari*’ também pode ser simplificado em ‘*na*’, e que, na língua falada, também pode ser expresso como ‘*dya*’ ou ‘*dearu*’.

No período moderno, muitos o classificavam como *jodôshi* de especificação, ainda que, teoricamente, não se trate de um *jodôshi*.

[O ‘*nari*’] passou a ser encarado como *jodôshi* por questão de conveniência. Kiyomon Yasuda utilizou a denominação *keishiki jûzoku dôshi* “verbo pró-forma subordinado”; Kiyoshi Tokuda chamou-o de *jûdôshi* (“verbo secundário”); Yoshio Yamada utilizou a denominação *setsumei sonzaishi* “elemento de existência explicativo”; encaixando-se na categoria de *hanteishi* (termo de juízo) de

吉田金彦は、特別な動詞外助動詞として形式助動詞として第五類助動詞の項目を加え、指定の助動詞「なり」「たり」「だ」「です」などの一群をこれに入れることにした。

ラ変動詞を動詞から分離して存在詞を独立させた山田孝雄は、「なり」「たり」を説明存在詞として、「かり」活用の形容詞と対立させたが、さらに「なり」と「たり」を区別されて、「なり」は内面的、「たり」は外貌的だと性格上の規定を加えた。

ただ、体言接続の「なり」と動詞終止形接続の「なり」との区別を十分なされなかったもので、この両者の別について、同一なりとする説と、別であることとする説が長く学界で対立した。

Minoru (?) ²⁴⁶, seria [se tomado pela perspectiva do *hanteishi*,] substancialmente um verbo defectivo.

Kanehiko Yoshida estipulou aos *jodôshi* uma quinta categoria²⁴⁷, dos *jodôshi* especiais que não se conectam a verbos *dôshi*, à qual incluiu os *jodôshi* de especificação, como ‘*nari*’, ‘*tari*’, ‘*da*’, ‘*desu*’ etc., que seriam de *jodôshi* pró-forma.

Yoshio Yamada tratava os verbos irregulares terminados em ‘-ru’ como separados do conjunto dos verbos, os tendo denominado *sonzaishi* “elementos de existência”. Considerou ‘*nari*’ e ‘*tari*’ como *setsumei sonzaishi* “elementos de existência explicativos”, opondo-os aos adjetivos *keiyôshi* flexionados em ‘-kari’. Ainda, distinguindo o ‘*nari*’ do ‘*tari*’, classificou, com base em sua natureza, o primeiro como de atuação interna e o segundo como de atuação externa.

Entretanto, não tratou suficientemente da distinção entre o ‘*nari*’ que se conecta a elementos nominais *taigen* e o ‘*nari*’ que se conecta à forma terminativa *shûshikei* de verbos, de modo que, na academia, duas visões foram exaustivamente confrontadas – a de que se trataria ambos do mesmo caso e a de que se trataria de casos distintos.

²⁴⁶ Aqui, Yoshida provavelmente pretendia se referir a 渡辺実 Minoru Watanabe, cunhador da denominação “*hanteishi*”, tendo, por engano, grafado seu nome como 江実.

²⁴⁷ Refere-se a uma classificação particular de Yoshida, que, levando em consideração o sentido expresso, os tipos de elementos a que se conectam e as regras de encadeamento, dividiu os *jodôshi* em 5 categorias, colocando os *jodôshi* como ‘*da*’ e ‘*desu*’ nessa quinta categoria, de *jodôshi* que se ligam a nomes *taigen*, exprimindo especificação (*shitei*) e estando numa quinta dimensão quanto às regras de encadeamento (YOSHIDA, 1971, p. 34-35)

金田一京助を初め多くの学説で体言接続「なり」と終止形接続「なり」との同一説が説かれたが、松尾捨治郎を初めとする学者によって別語説が提唱された。

最近は、春日和男・北原保雄の研究によって別語説のすぐれていることが一般に認められるようになったが、しかし終止形接続の「なり」については語源的に問題が多く、「なり」の「な」を音であるとする説も疑わしく、吉田金彦は感動詞の「な」と提案した。

中古においては混和してくるものの、上代においては明瞭な区別のある「なり」の二種類については、これを文法史の面から率直に認める必要がある。

北原保雄は、文構造から別語説を明らかにした。

中古になって発達した「たり」は、漢文訓読文や和漢混淆文に用いられ、中古の仮名文学や中世の擬古文には用いられなかった。

「たり」についての研究は「なり」ほどに多くないし、事実また問題も少ないようである。

口語の「だ」「です」についての研究は近代になってからで、松尾捨治

Começando por Kyôtsuke Kindaichi, a maioria das teorias equiparavam o 'nari' que se conecta a elementos nominais *taigen* ao 'nari' que se conecta à forma terminativa *shûshikei*, mas muitos estudiosos, a começar por Sutejirô Matsuo, propuseram a distinção entre os dois. Mais recentemente, a partir das pesquisas de Kazuo Kasuga e Yasuo Kitahara, passou a predominar a teoria da distinção [entre os dois tipos de 'nari']. Entretanto, havendo diversos problemas quanto à etimologia do 'nari' que se conecta à forma terminativa, e, sendo também questionável a teoria que explica o 'na-' de 'nari' como de natureza sonora, Kanehiko Yoshida propôs se tratar da interjeição 'na'.

É preciso reconhecer, do ponto de vista da história da gramática, que, ainda que a partir do período Heian, os dois tipos de 'nari' se confundissem entre si, no período Nara, ainda era possível distingui-los com clareza.

Yasuo Kitahara esclareceu a distinção do ponto de vista estrutural.

O 'tari', que surgiu no período Heian, era usado na leitura em japonês de textos chineses (*kanbunkundoku*) ou em textos que misturavam chinês e japonês, mas não eram usados nos textos em *kana* do Japão antigo ou nos textos em estilo clássico do Japão medieval.

Não há tantas pesquisas a respeito do 'tari' quanto há a respeito do 'nari', e, em realidade, [o 'tari'] parece apresentar menos problemas. Quanto ao 'da' e o 'desu' do japonês falado, a partir do Japão moderno, pesquisas foram realizadas por vários pesquisadores, tais como

郎・湯沢幸吉郎・中村通夫・金田一
京助・三尾砂・杉山栄一・山本正
秀・小田切良知・金田一春彦・辻村
敏樹・吉川泰雄・宮地幸一・森重敏
そのほか大勢の学者によって研究が
進められた。

「だ」の成立についてはあまり問題
がないが、「です」の成立と発達につ
いては紆余曲折があり、細部にわた
っては問題が少なくない。

【課題】 まず、断定の助動詞の位
置付けの問題。

助動詞の中に断定の助動詞というも
のを設けることが、意味的にも形態
的にも問題がある。

他のすべての助動詞が用言に接続す
るのに対し、これだけが体言接続で
あるのが、特異である。

もっとも、用言の連体形にも付く
し、助詞や副詞にも付くが、これら
は体言的資格のものとして付いてい
るのであるから、結局本質的には体
言と変わらないことになる。

これは、一般の助動詞を山田孝雄が
複語尾としたのに見習うと、用言系
の複語尾に対する体言系複語尾とも
言えるところで、極めて特殊な助動
詞である。

Sutejirô Matsuo, Kôkichirô Yuzawa, Michio
Nakamura, Kyôsuke Kindaichi, Isago Mio,
Eiichi Sugiyama, Masahide Yamamoto,
Yoshikazu Odagiri, Haruhiko Kindaichi,
Toshiki Tsujimura, Yasuo Yoshikawa, Kôichi
Miyachi, Satoshi Morishige, entre outros.

Quanto à formação do ‘da’, não há muitos
problemas, mas quanto à formação e evolução
do ‘desu’, há algumas complicações e, no
extenso de suas particularidades, os
problemas não são poucos.

[PROBLEMAS] Em primeiro lugar, quanto à
questão de onde situar o *dantei no jodôshi*:

Delimitar os chamados *dantei no jodôshi* no
interior do grupo dos *jodôshi* é algo
problemático tanto do ponto de vista do
significado quanto do ponto de vista da forma.
Sua particularidade [dos *dantei no jodôshi*] é
a de que são os únicos que se conectam a
elementos nominais *taigen*, enquanto todos os
demais *jodôshi* se conectam a predicadores
yôgen.

Ainda que [os *dantei no jodôshi*] também se
conectem à forma atributiva *rentaikei* de
predicadores *yôgen*, assim com a partículas
joshi ou advérbios, entre outros, essa conexão
se dá pelo fato de tais objetos apresentarem
características típicas de nomes *taigen*, ou
seja, substancialmente acabam por não diferir
dos nomes *taigen*.

Trata-se, então, de um tipo de *jodôshi* de
extrema particularidade, já que, se se acatasse
a posição de Yoshio Yamada, que tratou os
jodôshi padrão como sufixos compostos,
poder-se-ia também considerar [os *dantei no*

吉田金彦は判定を表わす広義の助動詞として形式助動詞とした。

第二に、断定の「なり」と従来言われている見聞または伝聞推定の「なり」との相違点をめぐっての問題。

上代では終止形接続の「なり」は、見聞でも伝聞推定でもなく、詠嘆存続の意を表わすものということが吉田金彦の論によって追究されたが、しかし中古時代は両者に混淆があり、構造的意味は明らかにされたものの、語義的意味はまだ必ずしも一般的に明らかになり得たとは思われない。

中古以降の両「なり」の用法の実際を体系的に調査する必要がある。

第三に、断定の助動詞「なり」「たり」を取り上げると、形容動詞のナリ活用語とタリ活用語との区別をどうするか、という問題。

品詞論上、形容動詞を取り上げない立場なら、それはそれで片付けられるが、そうでない場合、この両者を

jodôshi como] sufixos compostos de nomes *taigen* em contraposição aos sufixos compostos de predicadores *yôgen* (apontados por Yamada).

Kanehiko Yoshida usou a definição *jodôshi* pró-forma, considerando-os *jodôshi*, em sentido amplo, que expressam juízo (*handan*). Em segundo lugar, quanto à questão de diferenciar o ‘*nari*’ de asserção (*dantei*), do ‘*nari*’ que designa informação previamente transmitida, ou suposição com base em informação recebida de fonte externa.

No Japão do período Nara, o ‘*nari*’ que se conectava à forma terminativa *shûshikei* não expressava nem informação previamente transmitida nem suposição com base em informação recebida de fonte externa – a partir dos trabalhos de Kanehiko Yoshida, averiguou-se se tratar [da expressão] de admiração prolongada. Entretanto, no período Heian, houve uma combinação de ambos [do ‘*nari*’ que se ligava a *taigen* ao ‘*nari*’ que se ligava a *shûshikei* de *yôgen*] e, ainda que, estruturalmente, o seu significado ficasse claro, entende-se que, semanticamente, nem sempre esse significado ficasse necessariamente claro.

Em terceiro lugar, quanto à questão de, considerando os *dantei no jodôshi* ‘*nari*’ e ‘*tari*’, como diferenciá-los dos ‘*nari*’ e ‘*tari*’ que atuavam como partes flexionais de adjetivos *keiyôdôshi*.

Se se adotar a posição de não reconhecer o *keiyôdôshi* na classificação dos elementos do discurso, não deve haver problemas. Caso contrário (se se adotar a posição de reconhecer

どのように説明するかということが残る。

「だ」の場合も同じである。

また、連体形接続の「なり」の構文的特質も問題になる。

第五に、断定判断を助動詞の領域に収めると、「の」「と」「に」「な」などのいわゆる助詞の中のあるものも、断定の助動詞に取り扱わなければならない。

機能的に見て、「の」「と」などは何活用形に收容すべきか、また「なり」「たり」などの関連など、今一步突っ込んで考究される必要がある。

第六として、存在の意味のあることも忘れず、存在と断定との関係をも注意しなければならない。

【参考文献】

湯沢幸吉郎 『国語学論考』 (昭15 八雲書林)。

三尾砂 『話言葉の文法』 (昭17 帝国教育会出版部)。

杉山栄一 『国語法品詞論』 (昭18 三省堂)。

小田切良知 「明和期江戸語について」 (『国語と国文学』昭18・9)。

金田一春彦 「不変化助動詞の本質」

o *keiyôdôshi* como um dos elementos do discurso), permanecerá a questão de como explicar cada um dos casos.

O mesmo se aplica ao ‘*da*’.

Também, as propriedades sintáticas do ‘*nari*’ que se liga à forma atributiva *rentaikei* se tornam um problema.

Em quinto lugar, considerando o juízo assertivo como parte do campo [de estudos] dos *jodôshi*, seria necessário tratar dos *dantei no jodôshi* também no que diz respeito a elementos tais como ‘*no*’, ‘*to*’, ‘*ni*’ e ‘*na*’ – os chamados *joshi*.

Esses elementos precisam ser investigados mais profundamente do ponto de vista de sua funcionalidade, a respeito de qual forma flexional devem receber e qual sua relação com ‘*nari*’ e ‘*tari*’, entre outras coisas.

Como sexto lugar, é preciso observar o fato de que [os *dantei no jodôshi*] também expressam o sentido de existência, e, assim, atentar para a relação entre o sentido de existência e o de asserção.

(Referências)

YUZAWA, Kôichirô. “Estudos da linguística nacional” (1940, Yakumo Shorin).

MIO, Isago. “Gramática da língua falada” (1942, Editora Teikoku Kyôiku-kai).

Sugiyama, Eiichi. “Classes gramaticais da Língua Nacional” (1943, Sanseidô).

ODAGIRI, Yoshikazu. ‘A respeito da língua de Edo na Era Meiwa’ (“Estudo da língua e gramática nacionais”, set. 1943).

KINDAICHI, Haruhiko. “Sobre a natureza dos *jodôshi* não flexionáveis”, (“*Kokugo kokubun*”, mar. 1953).

- (『国語国文』昭28・3)。
- 春日和男 「也字の訓について」
(『国語国文』昭30・2)。
- 春日和男 「『なる』の意味変化」
(『語文研究』一八一昭39・8)。
- 春日和男 『存在詞の研究』 (昭43
風間書房)。
- 山崎孝雄 「古事記における『者』と
『也』について」 (『国学院雑誌』昭
31・2)。
- 竹岡正夫 「助動詞ナリの表わすもの」
(『国語学』二五一昭31・7)。
- 金田一京助 『日本の敬語』 (昭34
角川書店)。
- 前田勇 「京阪のです標準語移入説」
(『国語国文』昭35・4)。
- 塚原鉄雄 「更級日記の解釈と文法上の
問題点」 (『講座解釈と文法4』昭3
5明治書院)。
- 山本正秀 「言文一致の文法」 (『講
座解釈と文法7』昭35明治書院)。
- 田島光平 「『なり』の表記の意味する
もの」 (『万葉』五三一昭39・1
0)。
- 宮地幸一 「移りゆく断定表現」
(『近代語研究』一一昭40・9)。
- 北原保雄 「終止なりと連体なり」
(『国語と国文学』昭41・9)。
- 北原保雄 「なりの構造的意味」
(『国語学』六八一昭42・3)。
- 尾崎知光 『近代文章の黎明』 (昭4
2桜楓社)。
- KASUGA, Kazuo. ‘Sobre a leitura japonesa do
caractere 也’ (“*Kokugo kokubun*”, fev. 1955).
- KASUGA, Kazuo. ‘A mudança de sentido do
‘*naru*’ (“Pesquisa da frase linguística”, v. 18, ago.
1964).
- KASUGA, Kazuo. “Pesquisa sobre o *sonzaishi*”
(1968, Kazama Shobô).
- YAMAZAKI, Yoshio. ‘A respeito do ‘*mono*’ e
‘*nari*’ no *Kojiki*’ (“Revista Acadêmica Nacional”,
fev. 1956).
- TAKEOKA, Masao. ‘O que expressa o *jodôshi*
‘*nari*’ (“*Kokugogaku*”, v. 25, jul. 1956).
- KINDAICHI, Kyôsuke. “A linguagem de
tratamento japonesa” (1959, Kadokawa Shoten).
- MAEDA, Isao. ‘Teoria da importação do ‘*desu*’ de
Kyoto/Ôsaka pelo japonês padrão’ (“*Kokugo*
Kokubun”, abr. 1960).
- TAKAHARA, Tetsuo. ‘Pontos problemáticos na
gramática e interpretação de *Sarashina Nikki*’
(“Curso de Interpretação e Gramática 4”, 1960,
Meiji Shoin).
- YAMAMOTO, Masahide. ‘Gramática da Língua
Falada e Escrita’ (“Curso de Interpretação e
Gramática 7”, 1960, Meiji Shoin).
- TASHIMA, Mitsuhira. ‘O que significa o uso do
‘*nari*’ (“*Man’yô*”, v. 53, out”. 1964).
- MIYACHI, Kôichi, ‘A mudança nas expressões
assertivas’ (“Pesquisa da língua do período
moderno”, v. 1, set. 1965).
- KITAHARA, Yasuo. ‘O ‘*nari*’ da forma final e o
‘*nari*’ da forma adnominal’ (“*Kokugo to*
kokubungaku”, out. 1966).
- KITAHARA, Yasuo. ‘O sentido estrutural do
‘*nari*’ (“Estudo da Língua e Gramática
Nacionais”, mar. 1967).
- OZAKI, Satoakira. “A aurora do texto do período
moderno” (1967, Ôfûsha).

辻村敏樹 『現代の敬語』 (昭42 共
文社)。

宮地幸一 「助動詞『です』をめぐる漸
移相1・2」 (『関東学院女子短期大
学短大論集』四〇・四一一昭44、4
5)。

土井洋一 「抄物の資料的性格」
(『国語学』七六一昭44・3)。

稲垣瑞穂 「指定辞『たり』続貂」
(『静岡女子短期大学紀要』五一昭4
4・3)。

大木正義 「連体なりとその上接句との
構文的関係」 (『佐伯敏友博士古稀記
念国語学論文集』昭44 表現社)。

信太知子 「断定の助動詞の活用語承接
について」 (『国語学』八二一昭4
5・9)。

望月孝逸 「『だ』の意味的機能」
(『千葉大学留学生部研究報告』六一昭
46・3)。

鈴木英夫 「指定の助動詞」 (『品詞
別日本文法講座7』昭47 明治書院)。

吉田金彦 『現代語助動詞の史的研究』
(昭46 明治書院)。

吉田金彦 『上代語助動詞の史的研究』
(昭48 明治書院)。

(吉田金彦)

TSUJIMURA, Toshiki. "A linguagem de
tratamento contemporânea" (1967, Kyôbunsha).

MIYACHI, Kôichi. 'A Transição gradual do
jodôshi 'desu' 1-2' ("Coleção da Faculdade
Feminina de Curto Prazo da Universidade Kantô
Gakuin", v. 40-41, 1969-1970).

DOI, Yôichi. 'Natureza documental dos *shômotsu*'
(*"Kokugogaku"*, v. 76, mar. 1969).

INAGAKI, Mizuho. 'A decadência do elemento de
especificação 'tari' ("Boletim da Faculdade
Feminina de Curto Prazo de Shizuoka", v. 5, mar.
1969).

ÔGI, Masayoshi. 'A relação sintática entre o 'nari'
da forma adnominal e a frase Anterior' ("Coleção
de Trabalhos em Linguística Nacional em
Comemoração dos 70 Anos do Doutor Toshitomo
Saeki", 1969, Hyôgensha).

SHIDA, Tomoko. 'A respeito da herança flexional
dos *dantei no jodôshi*' (*"Kokugogaku"*, v. 82, set.
1970).

MOCHIZUKI, Takaitsu. 'A funcionalidade
significativa do 'da' ("Relatório de Pesquisa do
Departamento de Intercâmbio da Universidade de
Chiba", v. 6, mar. 1971).

SUZUKI, Hideo. '*Shitei no jodôshi*' ("Curso
Gramática Japonesa da Classificação dos
Elementos do Discurso 7", 1972, Meiji Shoin).

YOSHIDA, Kanehiko. "Pesquisa histórica do
jodôshi da língua moderna" (1970, Meiji Shoin).

YOSHIDA, Kanehiko. "Pesquisa histórica do
jodôshi da língua antiga" (1972, Meiji Shoin).

(Kanehiko Yoshida)

DEFINIÇÃO DE DANTEI (*Nihongo Bunpô Daijiten*)

FONTE: YAMAGUCHI, Akiho; AKIMOTO, Morihide (orgs.). *Nihongo bunpô daijiten* (Grande dicionário da gramática da língua japonesa). Tóquio: Meiji, 2001. p. 462-463.

断定

ある対象に対して思い浮かべた事柄（意識内容）と現実とが一致すると話し手が判断すること、又はその判断を表現することをいう。判断又は判断表現の一つ。

古語では助動詞「なり」「たり」（体言・連体形などに接続する）、現代語では助動詞「だ」などで表わされる。

判断をするときには、ある対象に対する意識内容と現実との区別が、話し手の意識の中に存在する。

例えば、「花であるかそうでないか」というように、話し手の意識の中に、意識内容と現実との区別があり、その上で「花だ」「花だろう」「花だったらなあ」という判断が下される。

この区別が存在しないときには、表現は判断という形をとらず、「花」と

DANTEI

É a operação de um juízo²⁴⁸, por parte de um falante, de que certa compreensão que lhe vem à mente a respeito de algum objeto (= conteúdo do pensamento²⁴⁹) coincide com a realidade. Ou, ainda, a expressão desse juízo. Um tipo de juízo ou, ainda, de expressão de juízo.

Expressado, no japonês antigo, pelos *jodôshi* ‘nari’ e ‘tari’ (que se conectavam a *taigen* ou à forma atributiva *rentai*, entre outros) e, no japonês moderno pelo *jodôshi* ‘da’.

No momento da operação de juízo, a distinção entre o conteúdo do seu pensamento em relação a um objeto e a realidade existe no interior da consciência do falante.

Por exemplo, como quando se diz “*Hana dearu ka sou denai ka*” (“É uma flor ou não é?”), a distinção entre o conteúdo do seu pensamento e a realidade existe na consciência do falante, sendo possível, além disso, a emissão de juízos tais como “*Hana da*” (“É uma flor.”), “*Hana darô*” (“Deve ser uma flor.”), “*Hana dattara naa*” (“Ah, se fosse uma flor...”).

Quando não existir essa distinção, a expressão

²⁴⁸ “Juízo” = 判断 “*handan*”.

²⁴⁹ A expressão original, 意識内容 *ishiki naiyô*, significa literalmente “conteúdo da consciência”. Julgando tornar o texto mais didático, adaptei para “conteúdo do pensamento” aqui e em todas as ocorrências de 意識内容 “*ishiki naiyô*” ao longo desta tradução. Nas demais ocorrências de 意識 “*ishiki*”, este será traduzido como “consciência”, e não “pensamento”. Por outro lado, em algumas passagens, a palavra “pensamento”, quando não estiver na expressão “conteúdo do pensamento”, será tradução de 思考 “*shikô*”

意識内容をそのまま表現することになる。

その意味で、断定などの判断表現は、自己と対象との分離という高度な意識に支えられていることになる。

この区別された意識内容と現実との関係には三個の関係があり、それによって三種の判断と表現が成立する。

①意識内容と現実とが一致すると判断し、表現する。

②意識内容と現実との一致不一致を決定する以前に意識内容を表現する。

③意識内容と現実とは一致しないとして、意識内容を表現する。

①を断定（断定表現）、②を推量（推量表現）、③を仮想（仮想表現）という。

「花だ」というように意識内容が現実と一致するとして表現すると断定表現になり、「花だろう」というように一致の決定を保留し、あくまで思い浮かべた事柄として表現すると推量表現になる。

não toma forma de juízo, mas expressa o conteúdo do pensamento tal qual ele é, como “*Hana*” (“É uma flor”)²⁵⁰.

Por esse significado, expressões de juízo de *dantei*, ou outros, teriam alto grau de suporte da consciência da separação entre si próprio e o objeto.

Quanto à relação entre esse conteúdo do pensamento e a realidade, tomados como distintos, há três tipos de relação, de onde se formam três tipos de juízos e expressões.

1) formar juízo de que o conteúdo do pensamento e a realidade coincidem, e expressar esse juízo;

2) expressar o conteúdo do pensamento antes de determinar se coincide ou não com a realidade;

3) entender que o conteúdo do pensamento e a realidade não coincidem, e expressar esse conteúdo do pensamento.

O tipo 1 se chama *dantei* (expressão de *dantei*), o tipo 2 se chama *suiryô* [suposição] (expressão de *suiryô*) e o tipo 3 se chama *kasô* [imaginação] (expressão de *kasô*).

Expressando-se que o conteúdo do pensamento coincide com a realidade, tal como em “*Hana da*” (“É uma flor.”), forma-se uma expressão de *dantei*. Deixando-se em suspenso a decisão de se há ou não coincidência [entre o conteúdo do pensamento e realidade] e expressando-se de forma a insistir nesse conteúdo tal qual veio à mente, como em “*Hana darô*” (“Talvez seja uma

²⁵⁰ Neste caso, “*Hana*” (“É uma flor”) refere-se não à palavra ‘*hana*’ tomada em abstrato, mas a um proferimento “*Hana*”, como uma construção acabada com predicado nominal – ainda que não havendo um sujeito – porém sem a presença de um *dantei no jodôshi*. Pode ser considerado um caso de “frase nominal” conforme definida por Benveniste como uma frase de predicado nominal sem cópula.

「もし花だったらなあ」というように一致しないとして表現すると仮想表現になる。

このように、断定・推量・仮想は、意識内容と現実との関係についての話し手の意識の問題であって、現実の確からしさとは直接関係がない。

文脈から得られる現実の確からしさは、話し手の意識を推定する状況証拠になっても、物的証拠とはならない。

確かな表現を前にして推量表現が行われる場合もあるし、逆に、確かでない現実を前にして断定表現が行われる場合もある。

「玄関でことっと音がした。父が帰ってきたのだ」とも「玄関でことっと音がした。父が返帰ってきたのだろう」とも言うる。

「たぶん」という副詞を用いると「明日はたぶん雨だよ」といったように断定表現で推量表現に近い表現を実現することができる。

flor.”), forma-se uma expressão de *suiryô* (suposição).

Expressando-se não haver coincidência [entre o conteúdo do pensamento e a realidade], tal como em “*Moshi hana dattara naa*” (“Ah, se fosse uma flor!”), forma-se uma expressão de *kasô* (imaginação).

Dessa maneira, a classificação *dantei/suiryô/kasô* refere-se a uma questão da consciência do falante quanto à relação entre o conteúdo do seu pensamento e a realidade, não havendo relação direta com a verificação da realidade.

Mesmo que a verificação da realidade que se pode extrair do contexto se torne evidência circunstancial para pressupor a consciência do falante, não se torna evidência material.

Também há casos em que é realizada uma expressão de *suiryô* (suposição) a respeito de uma expressão certa, e, ao contrário, há casos em que uma expressão de *dantei* é realizada a respeito de uma expressão incerta.

É possível dizer “*Genkan de kototto oto ga shita. Chichi ga kaette kita no da*” (“Fez barulho de passos na entrada. É que meu pai chegou.”) e também “*Genkan de kototto oto ga shita. Chichi ga kaette kita no darô*” (“Fez barulho de passos na entrada. É que provavelmente meu pai chegou.”).

Utilizando-se o advérbio *fukushi* ‘*tabun*’ (“talvez”, “provavelmente”), pode-se realizar uma expressão próxima a *suiryô* (suposição) com uma expressão [com forma] de *dantei* tal como “*Ashita wa tabun ame da yo*” (“Amanhã talvez chova, viu?”)

É que, nesse caso, “amanhã talvez chova” se

この場合の意識内容は「明日はたぶん雨」という蓋然性としての現実であり、それは眼前の〈蓋然性としての現実〉と一致するというのである。

助動詞「そうだ」「ようだ」は、「だ」という形態からもうかがわれるように、断定の意味機能を内包している。

にもかかわらず、「雨が降りそうだ」「雨が降るようだ」といった表現を推量表現と見、更には、「そうだ」「ようだ」を推量の助動詞の範疇に所属させようとする考え方もある。話し手が思い浮かべた〈雨が降るという様子〉が〈表現の様子〉と一致するとして表現したのであるから、様態といわれる「そうだ」、比況といわれる「ようだ」は、推量ではなく、断定の一種だと考えられる。様子・気配といった、まわりの人々に感じさせるものを断定表現で表わすと同様な表現が実現する。「もう秋が来た気配だ」「雨が降りような様子だ」

古くは断定表現は存在せず、意識内容をそのまま「山」「雨」というように提示する表現が、断定表現に相当するものとして行われていたともい

refere a uma realidade em que existe a possibilidade [de chuva], e, assim, o conteúdo do pensamento [do falante] coincidiria com a “realidade da existência de uma possibilidade” perante os olhos [do falante] [e por isso a frase é expressa formalmente como *dantei*, e não *suiryô*].

Os *jodôshi* ‘*sô da*’ e ‘*yô da*’, conforme se percebe a partir da forma ‘*da*’, compreendem uma funcionalidade de [expressar] sentido de *dantei*.

Apesar disso, há também quem veja “*Ame ga furi sô da*” (“Parece que vai chover.”) e “*Ame ga furu yô da*” (“É como se fosse chover.”) como expressão de *suiryô* (suposição), e classifiquem ‘*sô da*’ e ‘*yô da*’ como *suiryô no jodôshi* (*jodôshi* de suposição).

Como são expressões nas quais um “aspecto de chuva para cair” que vem à mente do falante coincide com o “aspecto expresso [no interior da frase proferida]”, poder-se-ia pensar que o ‘*sô da*’ de *yôtai* (aparência) e o ‘*yô da*’ de *hikyô* (comparação) sejam um tipo, não de *suiryô* (suposição), mas de *dantei*.

Se o aspecto ou os estímulos [sinais] dos arredores – de onde vêm as sensações das pessoas – são expressos na forma *dantei*, devem ser consideradas como expressões desse tipo.

“*Mô aki ga kita kehai da.*” (“É um sinal de que o outono chegou.”). “*Ame ga furi sô na yôsu da.*” (“É um aspecto (com jeito) de chuva”).

Diz-se também que, antigamente, as expressões de *dantei* não existiam, e que as expressões que indicavam o conteúdo do pensamento tal qual ele é, como em “*Yama*”

う。

現在でも、口頭語では普通の表現として行われている。

しかし、厳密には、自己と対象とを分離する思考が未発達だったと見るべきであろう。

自己と対象とを分離する余裕のない驚いたときには、「雨」というように意識内容をそのままことばにするだけで、断定表現には至らない。

その後、終助詞「そ」が成立して、断定表現に更に近似の表現が可能になった。

終助詞「そ」は、話し手が聞き手に自分が気づいたことを教示する意味機能を持っている。

教示は、自分が気づいたことを示して、それが現実であると聞き手に認識させようとする行為である。

そこには、話し手の意識内容と現実との分離が介在する。

しかし、まだ自己の意識内容と現実の一致を表現する断定表現にまでは到達していない。

やがて、本格的に断定の意味機能を

(“(É uma) montanha”), “Ame” (“(É) chuva”) ocorreriam como equivalentes às expressões de *dantei*.

Mesmo atualmente, ocorrem como expressão normal da língua falada.

Entretanto, este provavelmente deve ser visto como um caso em que não se chegou a desenvolver o pensamento²⁵¹ da [existência de uma] separação entre si mesmo e o objeto.

Nos casos de surpresa, em que não se tem tempo de operar a separação entre si mesmo e o objeto [no interior no pensamento], expressa-se apenas o conteúdo do pensamento tal como ele é, como em “Ame” (“(É) chuva”), o que não chega a ser uma expressão de *dantei*.

Depois, com o desenvolvimento da partícula final (*shûjoshi*) ‘so’, tornou-se possível [operar] expressões ainda mais próximas às de *dantei*.

A funcionalidade semântica da partícula final ‘so’ seria a de possibilitar ao falante ensinar ao ouvinte algo que tenha reparado.

[Aqui,] ensinar seria um ato de indicar aquilo que se percebeu, buscando possibilitar ao ouvinte saber que aquilo se trata da realidade.

Nesse caso [do uso da partícula ‘so’], existe a separação entre o conteúdo do pensamento do falante a realidade.

Entretanto, ainda não se chegou à expressão de *dantei*, através da qual se expressa que a coincidência entre o conteúdo do próprio pensamento e a realidade.

Logo, então, surgiram os *jodôshi* ‘nari’ e ‘tari’, que possuem a autêntica funcionalidade

²⁵¹ Aqui, “pensamento” é tradução de 思考 “*shikô*”, e não de 意識 “*ishiki*”, conforme detalhado na nota 249.

持つ助動詞「なり」「たり」が出現し、勢力を持つことになる。

ようやく、自己の意識内容と現実との区別、そして統一という高度な思考行為に到達したのである。

平安時代の断定表現の隆盛は、そのような意味を持っている。

そのことによって論理的表現も可能になった。

「なり」「たり」は、話し手の意識のみを表わす語ではない。

「aはbなり」といった場合、〈aはbと断定する〉という意識だけでなく、〈aはbという状態で存在する〉という事実存在をも表わしている。

「aはbならむ」と、推量の「む」が下接できるのも、「aはbならず」と、否定の「ず」を下接できるのも、「なり」が断定という意識だけでなく、事実存在をも表わしているからである。

形容動詞の活用語尾「なり」は、話し手の判断の要素が極めて希薄で、事実存在の意味機能のほうが濃厚なため、助動詞「なり」とは認めないということにもなる。

semântica de *dantei*, e que passaram a predominar.

Finalmente, chegou-se à distinção entre o conteúdo do próprio pensamento e a realidade, e à [possibilidade de se operar uma] ação elevada do pensamento²⁵² de [se estabelecer, no interior da consciência do falante,] uma consolidação [entre o conteúdo do pensamento e a realidade].

As expressões de *dantei* do que prosperaram no Período Heian [794-1185] possuíam esse sentido.

‘*Nari*’ e ‘*tari*’ não são palavras que expressam apenas a consciência do falante.

No caso de se dizer “*A wa B nari*”, expressa-se não apenas a consciência de que “*A wa B to dantei suru*” (“Ajuízo que A seja B”²⁵³), mas também a existência de uma verdade tal como “*A wa B to iu jôtai de sonzai suru*” (“Existimos em uma situação na qual A é B”). Se pode-se ligar ‘*nari*’ ao ‘*mu*’ de suposição, como em “*A wa B naramu*” (“A deve ser B”) ou ao ‘*zu*’ de negação, como em “*A wa B narazu*” (“A não é B”), é porque o ‘*nari*’ não é apenas expressão de consciência, mas também de existência de verdade.

Como o ‘*nari*’ das flexões de *keiyôdôshi* é extremamente exíguo como componente de juízo [*handan*] do falante, tendo maior robustez na funcionalidade semântica de [expressão] de existência de verdade, também acaba não sendo considerado como sendo o *jodôshi* ‘*nari*’.

²⁵² Idem nota 251.

²⁵³ Aqui, “*dantei*” foi traduzido como “juízo”, visando, então, conforme a definição de *dantei* que tem sido aqui apresentada, representar um *juízo* pessoal do falante de que a realidade corresponde a certo pensamento em sua consciência.

しかし、時代が進み、ますます話し手の意識内容と現実との分離と区別の明示が要求されるようになると、断定の助動詞の意識と事実存在の表現の二種性とあいまいさの欠陥がクローズアップされるようになる。

話し手が自己の判断を表わすときは、「と思う」など明確に判断表現と事実存在とを分離する表現が多用されるようになった。

助動詞「なり」「たり」につながる「だ」「である」は、未然形の用法の固定など衰退の方向にある。

(小松光三)

Entretanto, com avanço das eras, passou-se a se exigir mais e mais a elucidação da separação e da distinção entre o conteúdo do pensamento do falante e a realidade, de modo que passou a vir à tona o problema da vagueza dos dois tipos de expressão dos *dantei no jodôshi*: expressão da consciência e da existência de uma verdade.

Assim, quando o falante expressa o próprio juízo, expressões como “*to omou*” (“acho que”), que indicam claramente a separação entre uma expressão de juízo e uma expressão de existência de verdade, passaram a ser mais empregadas.

Para os *jodôshi* ‘*da*’ e ‘*dearu*’, associados ao ‘*nari*’ e ao ‘*tari*’, há uma tendência de esvaecimento de formas fixas para flexões como *mizenkei*.

(Kôzô Komatsu)

DEFINIÇÃO DE SHITEI HYÔGEN (*Kokugogaku Daijiten*)

FONTE: KOKUGO GAKKAI (Associação de Estudos da Língua Nacional). *Kokugogaku Daijiten* (Grande Dicionário da Linguística Nacional). Tóquio: Tôkyô-dô, 1980. p. 453-454.

指定表現

指定表現とは事物を「・・・である」と指して定める意であるというが、話し手が判断内容の妥当性を確定的に述べる表現である。

確実な情報を提供するための表現ともいえる。

したがって、広義にはあらゆる平叙表現はすべて指定表現である。

一般には狭義に主概念（主語の意味）と賓概念（述語の意味）との間に相反関係や矛盾がなく、両者が論理的に妥当な関係で結びついていることを示す表現をいう。

未知・未確認の情報（課題）に対応した断定的情報（解説）、例えば

EXPRESSÕES DE SHITEI

As expressões de *shitei*, [do ponto de vista terminológico] seriam aquelas que indicam e determinam²⁵⁴ que algo “é ...”²⁵⁵, mas [do ponto de vista de sua utilização prática] são expressões por meio da qual o falante declara, de maneira decisiva, a validade do conteúdo de um juízo²⁵⁶.

Também pode-se dizer que são expressões usadas para [o falante] oferecer uma informação [que julgue ser] segura²⁵⁷.

Logo, em visão ampla, as chamadas expressões declarativas²⁵⁸ são todas expressões de *shitei*.

Em visão estrita, de maneira geral, diz-se que são expressões que indicam que, entre uma noção recebedora (sujeito) e uma noção hóspede (predicado), não há relação conflituosa ou contradição, estando os dois conectados numa relação pertinente do ponto de vista lógico.

Em contrapartida às [expressões contendo] informações desconhecidas ou não

²⁵⁴ Aqui é explicado o sentido da denominação 指定 “*shitei*” com base no significado dos dois kanjis que formam a palavra: 指, do verbo *dôshi* 指す ‘*sasu*’, tem o sentido de “indicar”, e 定, do verbo *dôshi* 定める ‘*sadameru*’, tem o sentido de “determinar”.

²⁵⁵ Chama atenção aqui que o autor recorra à forma linguística “... *dearu*” (“é ...”) como explicação para um conceito que é uma das propriedades dessa própria forma linguística.

²⁵⁶ “Juízo” = 判断 “*handan*”.

²⁵⁷ Isto é, uma informação a respeito da qual o falante tenha convicção de que seja correta.

²⁵⁸ Aqui pode-se entender “expressões declarativas” (平叙表現 ‘*heijo hyôgen*’) também no sentido pelo qual estas são compreendidas no interior da linguística ocidental, equivalentes às “expressões assertivas” – conforme a definição de Dubois *et alii* (2011, p. 68) reproduzida na seção 1.6 deste trabalho, ou conforme colocado no dicionário japonês da Nihongo Kyôiku Gakkai (1993, p. 139), como sendo as expressões declarativas expressões “normais” de afirmação ou negação, em oposição às expressões de ordem, dúvida ou admiração.

「これは（何かわからぬが）何か？」に応じた「これは本である。」のような表現である。

断定表現・措定表現ともいう。

論理的は、判断の言語的表現としての命題そのものであり、主概念と賓概念および両者を統合する「・・・は一である」のような繫辞（copula）から成立し、二つの概念は内包（共通性）・外延（範囲）の関係で結合する。

【指定表現の様式】最も初段階に属する指定法は一語であるが、それが主述関係の体言を重ねて、「これ、本。」のような繫辞のないものとなり、次第に繫辞が入って、「これは、本。」「これ、本なり（だ・である）。」「これは、本なり（だ・である）。」となって完成して。

confirmadas (problemáticas), [as expressões de *shitei*] seriam expressões com informações do tipo *dantei*²⁵⁹ (assertivas), tal qual “*kore wa hon dearu.*” (“isto é um livro.”), em resposta a “*kore wa (nanika wakaranu ga) nani ka?*” (“o que é isto?”).

Também chamadas de *dantei hyôgen* ou *sotei hyôgen*.

Na lógica, seriam as proposições como expressões linguísticas de juízo, formadas a partir de uma cópula que unifica o sujeito e o predicado²⁶⁰, como em “... *wa* ... *dearu*”²⁶¹ (“... é ...”), combinando as duas noções em intensão (pontos em comum) ou extensão (alcance).

[FORMA DAS EXPRESSÕES DE SHITEI]

O modelo mais básico de *shitei* seria de um só termo²⁶², mas, ao se juntar nomes *taigen* numa relação sujeito / predicado, tem-se como base uma forma sem cópula como “*kore, hon.*” (“Isto (é um) livro”). Se, gradativamente for sendo adicionada a cópula, “*kore wa, hon.*” (“Isto (é um) livro.”), “*kore, hon nari (da/dearu).*” (“Isto (é um) livro.”), chega-se à versão completa “*kore wa, hon nari (da/dearu)*” (“Isto é um livro”)²⁶³.

²⁵⁹ “Do tipo *dantei*” = 断定的 “*danteiteki*”.

²⁶⁰ Aqui, “sujeito” e “predicado” aparecem, literalmente, como 主概念 *shugainen* (noção recebedora) e 賓概念 *hingainen* (noção hóspede).

²⁶¹ Conforme ficará evidenciado adiante, Kasuga toma como cópula não apenas o *dantei no jodôshi ‘dearu’* (ou correspondentes) no fim da expressão, mas a forma estrutural “... *wa* ... *dearu*”, incluindo também a partícula *joshi ‘wa’*, de marcação de tópico.

²⁶² Aqui, Kasuga deve estar se referindo a frases sem sujeito aparente (que na gramática tradicional do português, chamaríamos de “sujeito oculto”), tal como 本である。 “*hon dearu.*” (“É um livro.”), mas, além disso, sem a presença de um *dantei no jodôshi*, tal como em 本。 “*hon.*” (“É um) livro.”) – casos que, na definição de *dantei* reproduzida neste Anexo, eram explicados como expressões que simplesmente reproduziam o conteúdo do pensamento (consciência) do falante, sem que fosse operado algum juízo (por parte do falante) que considerasse a correspondência ou não do pensamento do falante à realidade.

²⁶³ Conforme colocado, então, na nota 261 acima, se Kasuga entende a cópula como sendo a forma estrutural “...

口語の「だ・である」に対して、文語では一般に「なり」が用いられたが、「うまし国ぞ、あきつ島倭の国は」（『万葉集』巻一・二）のように、終助詞「ぞ」によったものが更に古いと見られ、その「ぞ」が活用語の連体形を承接して、「こはいのごふ（剋ふ）ぞ」（『古事記』中）のように用いられ、解説ないし注釈的に、話し手が聞き手に叙述内容の妥当性を強調する呼び掛けとして用いられ、やがて「なり」がこれに代わることになる。

「日記といふものををむなもして見むとてするなり。」（『土佐日記』）これがいわゆる連体形を承接する指定の助動詞「なり」であるが、かくして文語では「ぞ」と「なり」が指定表現を司る重要な語となるのである。

【指定の助動詞】指定表現に用いられる助動詞のことで、文語では「なり（にあり）・たり（とあり）」、口語では「だ・です・である」等を

Em contrapartida ao ‘da’ ou ‘dearu’ da língua moderna, na língua clássica utilizava-se principalmente o ‘nari’, mas conforme em “*umashi kuni zo, akizushima yamato no kuni wa*” (“É um belo e esplêndido país, Akizushima Yamato!”) (*Man’yôshû*, 1, 2), desde muito já era possível ver formações com a partícula final *shûjoshi* ‘zo’. Esse ‘zo’ também podia ser utilizado conectado à forma adnominal *rentaikei* [de verbos *dôshi*, por exemplo], como em “*ko wa inogofu zo*” (“Isto é ameaçar.”) (*Kojiki, chû*), derivando de um sentido explicativo para um sentido expositivo, como uma chamada de atenção enfatizando a pertinência do conteúdo declarado. Logo, esse ‘zo’ acabou trocado por ‘nari’.

Em “*Nikki to ifu [iu] mono wo [o] womuna [onna] mo shite mimu to te suru nari.*” (“É porque quero ver se as mulheres também podem escrever [o que se chama de] diários”) (*Tosa Nikki*) é o *shitei no jodôshi* ‘nari’ que recebe o chamado *rentaikei*, mas, na língua clássica, eram, de fato, ‘zo’ e ‘nari’ os termos mais importantes a governar as expressões de *shitei*.

[SHITEI NO JODÔSHI]

São reconhecidos como *jodôshi* usados para expressões de *shitei*, na língua clássica, ‘nari’ (‘ni ari’) e ‘tari’ (‘to ari’), e, na língua moderna, ‘da’, ‘desu’, ‘dearu’ etc.

wa ... dearu”, contendo tanto o elemento ‘wa’ quanto o ‘dearu’ (ou correspondentes), demonstra, no trecho acima, a passagem de uma forma sem nenhum elemento formador da cópula, sendo posteriormente acrescentado ‘wa’ ou ‘dearu’ isoladamente, até se chegar uma formação copular completa, contendo ambos ‘wa’ e ‘dearu’. Torna-se difícil aqui uma tradução adequada para o português das diversas frases de exemplo que possa reproduzir adequadamente as variações colocadas por Kasuga.

いう。

山田孝雄は、これらの助動詞を説明存在詞と名づけたが、特に文語の「なり・たり」は、存在詞「あり」（ラ変動詞）の複合によって成立した語であるため、一方では存在・所有の意が強いものもあり、「山跡^{やまと}なる大島の嶺^ね」（『万葉集』第二・九一）のような用法が多かった。

これが次第に意味が形式化して、「それ仁孝は百行の基なり。」（宣明五九詔）のように、単なる指定ないし確認をあらわす語となった。

口語の「です」などは、判断内容の実質から離れて、専ら聞き手に対して判断を確認させる丁寧語（敬辞）となってしまった。

Yoshio Yamada [1873-1958] chamou esses *jodôshi* de *setsumei sonzaishi* (“termos de existência explicativos”) mas, por outro lado, em especial o ‘*nari*’ e o ‘*tari*’ da língua clássica, por serem termos formados a partir da composição com o [que Yamada classificava como] termo de existência *sonzaishi* ‘*ari*’ ([normalmente considerado como] verbo *dôshi* irregular de flexão ‘*ra*’), tinham um sentido forte de existência ou de possessivo²⁶⁴ [que diferiam do sentido de explicação/especificação], e eram bastante utilizados como em “*Yamato naru ohoshima [ôshima] no ne*” (“O pico da grande ilha de Yamato”)²⁶⁵ (*Man’yôshû*, 2, 91).

Esse tipo de expressão foi gradativamente tomando um caráter pró-forma, passando de simples expressões de *shitei* para termos que expressam confirmação como em “*sore jinkô wa hyakkô no moto nari.*” (“Piedade é que é a origem de todas as coisas.”) (édito imperial 59).

No caso do ‘*desu*’ etc., da língua falada, desprende-se da substância do conteúdo do juízo, tendo esses elementos se tornado em maior parte termos de polidez ([que são um tipo de] elemento de tratamento *keiji*) que

²⁶⁴ Aqui o termo utilizado é 所有 “*shoyû*”, que, em linguística, é geralmente entendido como “possessivo”, mas sua interpretação a partir dos ideogramas pode ser a de “existência em um lugar”, ou seja, seria um sentido locativo. De fato, conforme ficará mais claro a partir da frase de exemplo que se seguirá, e da explicação apresentada na nota 265 a seguir, não apenas o sentido de existência e o sentido de locativo possuem proximidades entre si, como também o sentido de possessivo pode se confundir com os dois primeiros.

O que Kasuga vem tentar chamar atenção neste trecho é ao fato de que, enquanto Yamada se referia ao ‘*ari*’ como *sonzaishi* (“termo de existência”), denominação que ressalta o caráter desse elemento de exprimir existência, por outro lado, classificava o ‘*nari*’ e o ‘*tari*’ como *setsumei sonzaishi* (“*sonzaishi* explicativos”), pelo fato de que estes podiam derivar do sentido de existência para um sentido de explicação (correspondente à noção de *shitei* aqui sendo trabalhada). A passagem aponta que, entretanto, os termos ‘*nari*’ e ‘*tari*’ eram muitas vezes utilizados ainda com o sentido de existência, e não de explicação (*shitei*).

²⁶⁵ Aqui, o ‘*naru*’ (forma adnominal *rentaikei* de ‘*nari*’) exprime um sentido de existência em um local (a grande ilha que fica em Yamato), ou seja, sentidos existencial e locativo combinados. Conforme a tradução acima, pode ser daí derivado também um sentido possessivo (a grande ilha de Yamato)

また文語の「たり」は、「志かなふ時は胡越も昆弟たり。」（『十訓抄』六）のように主として漢文訓読みまたは和漢混淆文で、漢語などを指示強調するために用いられ、連体形承接の形を持たない。

口語の助動詞も連体形承接をせず、通常助詞「の」を介してその形をとる。

広義には、「雨が降る」「花は美しい」等の平叙表現も、指定表現に入れられるが、そのばあいの指定辞は、省略されて、時枝誠記のいう零記号の辞となっているものと考えられる。

因みに、時枝の文法論では、「だ」（口語）の活用形として、「で」（未然・連用）、「に・と」（連用）、「の」（連体）を認め、「なり・たり」（文語）の活用形として、それぞれ「に・と」（連用・中

ocasionam que o juízo [expresso na frase proferida] seja confirmado perante o ouvinte. Também, o ‘tari’ da língua clássica, utilizado principalmente na leitura em língua japonesa de textos chineses, tal como no exemplo “*Kokorozashi kanafu [kanô] toki wa koetsu mo kontei tari.*” (“Se as resoluções forem as mesmas, mesmo [os povos d]o norte e [d]o sul [do antigo reino de Yue] podem ser irmãos”) (*Jikkinshô*, 6), ou na escrita que mesclava japonês e chinês, para enfatizar termos chineses, não possuía, assim, forma ligada a *rentaikei*.

Também os *jodôshi* da língua moderna não se ligam a *rentaikei*, mas, de maneira geral, tomam a partícula *joshi* ‘no’²⁶⁶ como intermediária [para formar expressões enfáticas expositivas, que, na língua clássica, utilizavam *rentaikei*].

Em visão ampla, expressões declarativas, como “*ame ga furu*” (“a chuva) chove”), ou “*hana wa utsukushii*” (“a flor é bela”) etc., também seriam expressões de *shitei*, mas nesses casos, não havendo a presença de um elemento de *shitei*, há quem considere que exista [nessas frases] um elemento tal qual o que Motoki Tokieda [1900-1967] chamou de sinal zero [que opere a expressão de *shitei*].

Aliás, Tokieda, em sua gramática tinha certas particularidades, como, por exemplo: reconhecia, como formas flexionais de ‘*da*’ (língua moderna), ‘*de*’ (forma dependente *mizen* / forma conjuntiva *ren’yô*), ‘*ni*’/‘*to*’ (forma adverbial *ren’yô*) e ‘*no*’ (forma

²⁶⁶ Neste trabalho, esse tipo de ‘no’ está sendo considerado não como partícula *joshi*, mas como substantivo pró-forma *keishiki meishi*.

止)、「の」(連体)を認めて、形式動詞「ある」(口語)、「す・あり・いふ」(文語)を指定の助動詞に入れるなど、特色がみられ、形容動詞は、語幹を体言、語尾を指定の助動詞として取り扱うため、品詞として認められていない。

→推量表現・疑問表現

[春日和男]

[参考文献]

『日本文法論』 山田孝雄。

『国語法論攷』 松尾捨治郎。

『動詞・助動詞の研究』 橋本進吉
(『著作集』第八冊)。

『日本文法口語篇』 時枝誠記。

『日本文法文語篇』 同上。

『古典語現代語助詞助動詞詳説』
松村明編。

『存在詞に関する研究』 春日和男。

adnominal *rentai*); reconhecia, como formas flexionais de ‘*nari*’ e ‘*tari*’ (língua clássica), respectivamente ‘*ni*’ e ‘*to*’ (forma adverbial *ren’yô* / forma continuativa *chûshi*) e [para ambos], ‘*no*’ (forma adnominal *rentai*); e colocava como *shitei no jodôshi* também o [que considerava como] verbos pró-forma *keishiki dôshi* ‘*aru*’ (língua moderna), ‘*su*’, ‘*ari*’ e ‘*ifu* [*iu*]’ (língua clássica); quanto aos adjetivos *keiyôdôshi*, como tratava sua raiz como *taigen*, e o sufixo como *shitei no jodôshi*, não os reconhecia como classe gramatical.

→ *suiryô hyôgen* (expressões de suposição) –
gimon hyôgen (expressões interrogativas)
(Kazuo Kasuga)

(REFERÊNCIAS)

YAMADA, Yoshio. “Gramática japonesa”.

MATSUO, Suejirô. “Estudo da gramática da língua nacional”.

HASHIMOTO, Shinkichi. “Pesquisa sobre *joshi* e *jodôshi*” (“Trabalhos completos”, livro 8).

TOKIEDA, Motoki. “Gramática japonesa – língua falada”.

_____. “Gramática japonesa – língua clássica”.

MATSUMURA, Akira (ed.). “*Joshi* e *jodôshi* da língua clássica e da língua moderna – explicação detalhada”.

KASUGA, Kazuo. “Pesquisa sobre o *sonzaishi*”.

DEFINIÇÃO DE CÓPULA (*Kokugogaku Jiten*)

FONTE: KOKUGO GAKKAI (Associação de Estudos da Língua Nacional). *Kokugogaku Jiten* (Dicionário da Linguística Nacional). Tóquio: Tôkyô-dô, 1971. p. 459-460.

コブラ

copula ^{ケイジ} 繫辞・繫合辞・連辞とも。

(一) ((論理学)) 命題 (proposition) において主概念 (subject) ^{シン} 賓概念 (predicate) とを結合させる言語的部分。例えば、命題 Human is mortal. において、is の部分がそれに当る。日本語でしいて言えは「・・・は・・・である」の部分に相当する。

(二) ((文法)) (規範的) 文法において、主語と客語を結合させる動詞の部分にさす。英語の場合ならば不完全自動詞 (incomplete intransitive verb) がこれに当る。例えば、He is a boy. They grew old.などの is, grew。この場合、連結動詞 (link-verb) とも言い、特に E. be, F. être, D. sein のような動詞 (存在の意味でない場合) をさす。もともと、西欧の論理的立場から発達した概念で、西欧語でもコブラを欠く文はもちろんあり、記述言語学的立場からは諸言語にそのまま適用できる概

KOPURA

Também *copula*, *keiji*, *keigôji*, *renji*.

(1) (LÓGICA) O segmento linguístico de uma proposição que faz a ligação do sujeito com o predicado. Por exemplo, na proposição “*Human is mortal*”, essa parte corresponde ao “*is*”. Se for o caso de selecionar um correspondente na língua japonesa, poder-se-ia apontar os segmentos “... *wa* ... *dearu*”.

(2) (GRAMÁTICA) No âmbito da gramática (normativa), designa a parte verbal que faz a ligação do sujeito com o objeto. No caso do inglês, corresponderia aos verbos intransitivos incompletos (*incomplete intransitive verbs*). Por exemplo, o “*is*” de “*He is a boy*” e o “*grew*” de “*They grew old*” Nesses casos, são chamados também de verbos de ligação *renketsu dôshi* (*link-verb*), em especial verbos como ‘*be*’ (ing.), ‘*être*’ (fr.) e ‘*sein*’ (al.) (somente nos casos em que não têm o sentido de existência). Considerando ter sido esta uma noção originalmente desenvolvida pelo ponto de vista da lógica ocidental, além do fato de haver, mesmo nas línguas ocidentais, frases ausentes de cópula, decorre que esta não é uma noção que pode ser devidamente aplicada, da forma que se apresenta, às diversas línguas de um ponto de vista descritivo. Tomando o japonês como exemplo, em primeiro lugar, existe uma

念ではない。例を日本語にとれば、第一に、日本語に主語という文法的範疇を認めるかどうかが問題となり、第二に、日本語には、be 動詞に当るような単一単語はなく（だ・です・である・であります・でございます・ゼロ等の変種がある）、また形容詞はこういうものを必要としない等々。など、E. and F. et のような並列的な接続詞を E. copulative または E. copulative conjunction と言う。

〔上村幸雄〕

problemática sobre se deve-se ou não reconhecer a noção de sujeito nesta língua, e, em segundo lugar, no japonês não existe um único vocábulo correspondente ao verbo ‘be’ (pode-se apontar diferentes possibilidades, como ‘da’, ‘desu’, ‘dearu’, ‘dearimasu’, ‘degozaimasu’, ou ainda, um elemento zero) e, além, disso, os adjetivos *keiyôshi* dispensam um elemento desse tipo, entre outras questões. Ademais, conjunções de justaposição, como ‘and’ (ing.) e ‘et’ (fr.) são chamados de copulativas (*copulative*) ou conjunções copulativas (*copulative conjunction*). (Yukio Uemura)